ANAIS DO III CONGRESSO DO MIGRAFRON



PATRICIA TEIXEIRA TAVANO
MARCO AURÉLIO MACHADO DE OLIVEIRA
ORGANIZADORES

AMPLLA EDITORA
MIGRAFRON

REALIZAÇÃO

MIGRAFRON

UFMS UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

APOIO

UFGD Universidade Federal da Grande Dourados

CUCiénega

SAPIENTIA · HOMO · NATURA

SEBRAE

rede infâncias protagonistas migração * arte * educação

OBSERVATÓRIO DA EMIGRAÇÃO BRASILEIRA

CSVM CÁTEDRA SÉRGIO VIEIRA DE MELLO

2026 - Amplla Editora
Copyright da Edição © Amplla Editora
Copyright do Texto © Os autores
Editor Chefe: Leonardo Tavares
Revisão: Os autores

Anais do III Congresso do MIGRAFRON está licenciado sob CC BY-NC 4.0.

Essa licença permite que outros remixem, adaptem e desenvolvam seu trabalho para fins não comerciais e, embora os novos trabalhos devam ser creditados e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não precisam licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos. O conteúdo da obra e sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores e não representam a posição oficial da Amplla Editora. O download e o compartilhamento da obra são permitidos, desde que os autores sejam reconhecidos. Todos os direitos desta edição foram cedidos à Amplla Editora.

Catalogação na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

A532

Anais do III Congresso do MIGRAFRON / Organização de Patricia Teixeira Tavano, Marco Aurélio Machado de Oliveira. – Campina Grande/PB: Amplla, 2026.

Livro em PDF

ISBN 978-65-5381-385-4
DOI 10.51859/amplla.mig854.1126-0

1. Fronteiras. 2. Trabalho. 3. Educação. 4. Saúde. 5. Preconceito. 6. Congressos - Anais. I. Tavano, Patricia Teixeira (Organizadora). II. Oliveira, Marco Aurélio Machado de (Organizador). III. Título.

CDD 320.12

Índice para catálogo sistemático

I. Fronteiras

EQUIPE DO III CONGRESSO DO MIGRAFRON

COMITÊ ORGANIZADOR

Dra. Patricia Teixeira Tavano (Presidente)

Dr. Marco Aurélio Machado de Oliveira

Dra. Tarissa Marques Rodrigues Dos Santos

Ms. Cleber Santos Jaime

Ms. Gilberto Xavier Loio

Ms. Kelly Patrícia Carneiro da Costa

Ms. Roberto César de Souza

Msd. Cendyi Maria Lopes

Msd. Gabriel Omar da Matta Postigliatti

Msd. Karina de Andrade Santos Caetano

COMITÊ CIENTÍFICO

Dr. Alexandre dos Santos Cunha

Dr. Antonio Leonardo Amorim

Dra. Danielle Urt Mansur Bumlai

Dr. Hermes Moreira Junior

Dr. Luis Felipe Gimenes Nogueira

Dr. Marco Aurelio Machado de Oliveira

Dra. Milene Dias Amorim

Dra. Patricia Teixeira Tavano

Dra. Suzana Vinicia Mancilla Barreda

Dra. Tarissa Marques Rodrigues dos Santos

AUTORES

Aiesca Oliveira Pellegrin: Doutora em Ciência Animal pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisadora da Embrapa Pantanal, Corumbá, Mato Grosso do Sul. e-mail: aiesca.pellegrin@embrapa.br

Alex Barbosa de Lima: Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Integra o Grupo de Pesquisa e Estudos em Política Linguística Educativa, Tecnociência e Sociedades. Mestre em Artes (UFMS). Professor Voluntário, Curso de Música, Faculdade de Artes, Letras e Comunicação (FAALC/UFMS). Professor Tutor no Curso de Pós-Graduação em Tutoria em Educação a Distância, UFMS Digital, Bolsista Capes. Professor efetivo do Município de Campo Grande, MS. e-mail: alex.barbosa@ufms.br

Alexandre dos Santos Cunha: Doutor em Fundamentos da Experiência Jurídica pela UFRGS, é técnico de planejamento e pesquisa do IPEA, professor titular do Programa de Pós-Graduação em Direito, Tecnologia e Desenvolvimento da Universidade Positivo e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços da UFMS. e-mail: alexandre.cunha@ipea.gov.br

Ana Cláudia Gonzaga da Silva: Mestra em Política e Gestão Ambiental pela Universidade de Brasília (UnB), especialista em Planejamento Educacional e Coordenação Pedagógica, graduada em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e bacharela em Direito. É professora efetiva da Rede Municipal de Ensino de Corumbá/MS e supervisora técnica do Núcleo de Ensino Fundamental II e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Secretaria Municipal de Educação. e-mail: gonzagadasilvaanaclaudia@gmail.com

Ana Laura Frangueli de Oliveira: Mestranda em Letras com ênfase em Linguística e Transculturalidade na UFGD. Licenciada em Letras Inglês; Letras Língua Portuguesa/Libras; Pedagogia. e-mail: anafrangueli@gmail.com

Anna Carolina Souza Reis: Acadêmica de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e-mail: anna.s.reis@ufms.br

Anna Clarissa da Costa Bastos: Acadêmica de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).e-mail: anna.clarissa@ufms.br

Anny Caroline Silva Funes de Arruda: Graduada em Letras - Português e Inglês pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2018) e em Psicologia (2006) pela mesma universidade. Atualmente, é gestora de políticas sociais - psicóloga da Prefeitura de Corumbá. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional; Interdisciplinar em Humanidades e em Gestão Social: Políticas Públicas, Redes e Defesa de Direitos; mestre em Estudos Fronteiriços pela UFMS (2026). e-mail: funesanny@gmail.com

Arthur Pinheiro de Azevedo Banzatto: Professor Adjunto da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) no curso de graduação em Relações Internacionais e no Programa de Pós-Graduação em Fronteiras e Direitos Humanos. Coordenador do Curso de Relações Internacionais. Doutor em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). e-mail: arthurbanzatto@ufgd.edu.br

Carlos Adriano Ojeda Salles: Licenciado em Ciências Biológicas pela UFMS/CPAN. Pós graduado em Gestão Escolar e Educação Digital – FAVENI .e-mail: carlos.474315@edutec.sed.ms.gov.br

Cecília Paes de Barros: Estudante de Psicologia na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). e-mail: ceciliapaesdebarros21@gmail.com

Daniela Winkler da Costa Silva: Assistente social, graduada em Serviço Social pela Universidade Anhanguera-Uniderp (2017). Especialista em Gestão de Projetos Sociais (Uniderp, 2019) e em Direitos Humanos e Ressocialização (Cenes, 2025). Mestranda em Estudos Fronteiriços pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Atua na Casa do Migrante de Corumbá/MS. e-mail: dany.winkler@gmail.com

Edgar Aparecido Costa: Geógrafo, mestre e doutor em Geografia. Professor titular da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus do Pantanal, Corumbá – MS – Brasil. Atua no Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços. e-mail: edgarac10@gmail.com

Élen Costa Alvarenga: Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, professora da rede pública de ensino, bolsista CAPES. e-mail: elen.alvarenga@ufms.br

Elias Leonardo Velazquez Diaz: Estudiante de psicologia. e-mail: elias.diaz710@academico.edu.br

Elisa Benícia de Oliveira Rodrigues: Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Integra o Grupo de Pesquisa e Estudos em Política Linguística Educativa, Tecnociência e Sociedades (g-POLITES/CNPq), tem Pós-graduada em Educação, Pobreza e Desigualdade Social pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS,2015/2016). É Pós-graduada em Gestão Escolar: Orientação e Supervisão pela Faculdade de Educação São Luís (2017). É Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS, 2009/2012) e é formada pelo Curso Normal de Nível Médio no Centro de Ensino Nossa Senhora Auxiliadora, Campo Grande/MS (2000/2003). Atualmente é Professora Efetiva da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande. e-mail: professoraelisarodrigues@gmail.com

Evellyn Cristina Teles Gomes: Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e bolsista de Iniciação Científica do CNPq. e-mail: evellyn.gomes026@academico.ufgd.edu.br

Fabiano Quadros Rückert: Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e Doutor em Patrimônio pela Universidade de Jaén (Espanha).

Cursou Graduação e Mestrado em História na UNISINOS. Professor Adjunto na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS),Campus Pantanal, professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços. Atualmente, é Editor da Revista Brasileira de História Ciências Sociais (RBHCS), coordenada o Diretório de Pesquisa História, Água e Meio Ambiente e a Rede Interdisciplinar de Estudos sobre Gestão de Água - RIEGA. e-mail: fabianoqr@yahoo.com.br

Geyne Aparecida de Paula e Silva: Secretaria Municipal de Educação - SED/MS e-mail: geyne.paula@hotmail.com

Giovanna Savazo: Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Fronteiras e Direitos Humanos (PPGFDH/UFGD).e-mail: gi.savazo@gmail.com

Hussein Omar Omais: Graduando no curso de Direito da Universidade Católica Dom Bosco. Integrante do Programa de Iniciação Científica - PIBIC da UCDB .e-mail: husseinomaisx@gmail.com

Isabella Fernandes Moreira Fontaniello: Doutoranda em Ciência Politicas (Unicamp), Mestra em Relações Internacionais (UFU), Graduada em Relações Internacionais (PUC Minas - *Campus* Poços de Caldas). E-mail: i231431@dac.unicamp.br

Isadora Sigarini de Moraes: Médica graduada na Unitepc-PQ, residente em Medicina de Família e Comunidade na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços e pesquisadora no Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais e no Laboratório de Saúde Mental do Trabalhador na mesma Instituição. e-mail: isadorasigarini@gmail.com

Jessica Campos de Freitas: Doutoranda do PPGEF, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá- Mato Grosso do Sul. e-mail: jessica_defreitas@outlook.com

Jéssica Canavarro Oliveira: Possui graduação em História (2016) pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (2021) pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) e Mestrado em Estudos Fronteiriços (2019) pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). É pós-graduanda em Estudos Fronteiriços, nível doutorado, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2026). e-mail: jessicaoliveira.hist@gmail.com

Josiane dos Santos Arruda Brito: Licenciada em Educação Física pela UFMS/Campus do Pantanal. Licenciada em Arte. Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Estudos Fronteiriços da UFMS/CPAN. Especialista em Educação Física Escolar e Arte. Especialista em Educação Especial e Inclusiva. Atua como docente na Rede Estadual de Ensino do município de Corumbá-MS. e-mail: josi.aadm@gmail.com

Júnior Rodrigues dos Santos Rosales: Doutorando e Mestre em Estudos Fronteiriços pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Graduado em Pedagogia. É Professor Efetivo na Rede Municipal de Ensino de Corumbá-MS e, desde 2012, atua

como Gestor de Relações Institucionais e Pedagogo na Secretaria de Assistência Social no município de Corumbá. Integra o Grupo de Estudos Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais (MIGRAFRON). e-mail: jr_kairos@hotmail.com

Karla Tamirys de Jesus Costa: Acadêmica de Direito da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. e-mail: karla.costa@ufms.br

Karol Vieira da Silva: Bacharel em Ciências Sociais Pós graduada em Gestão de projetos e programas sociais. e-mail: karolsilva.csociais@gmail.com

Lia Andrea Barbato Tafarel: Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) (1995), Mestra em Estudos Fronteiriços e atualmente Doutoranda em Estudos Fronteiriços (PPGEF) - UFMS. e-mail: liaandrea@hotmail.com

Linoel de Jesus Leal Ordonez: Pesquisador visitante estrangeiro na UFMS (FaEd/PPGEdu), com doutorado em Ciências Humanas reconhecido pela UFSC e formação stricto sensu validada pela UFPR. Concluiu estágio de pós doutorado pelo CAPES/PNPD no PPGEdu/UFMS, onde é professor credenciado na linha Estado, Políticas e Educação. Lidera o Grupo de Pesquisa em Política Linguística Educativa, Tecnociência e Sociedades. e-mail: linoel.leal@ufms.br

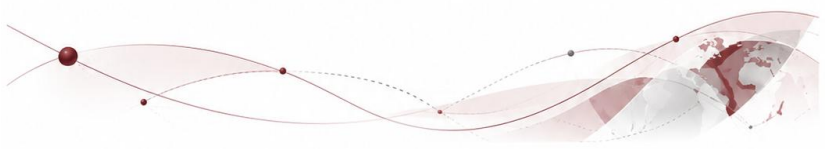
Luciano Silva Martins: Advogado, Especialista em Direitos Humanos pela UFMS, é mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMS. e-mail: lsilva.martinsadv@gmail.com

Luizio Wilson Espinoza: Especialização em PLANEJAMENTO EDUCACIONAL pela Universidade Salgado de Oliveira, Brasil(1998); Efetivo na Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul , Brasil e-mail: luizioespinozaespinoza@yahoo.com.br

Maikon Douglas de Souza Pereira: Bacharel em Ciência da Computação pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e especialista em Informática Aplicada à Educação pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS). Atualmente é mestrando em Estudos Fronteiriços pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). e-mail: maikon.pereira@ufms.br

Marco Aurélio Machado de Oliveira: Possui graduação em História pela FUCMAT (1988) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (2001). Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, onde integra o MIGRAFRON. Pertence ao quadro de Docentes Permanentes do Mestrado em Estudos Fronteiriços (UFMS/CPAN). e-mail: marco.oliveira@ufms.br

Mariana Drebes Leal: Graduanda em direito pela UCDB; Fundadora e presidente da Liga Acadêmica de Geopolítica e Direito Internacional (LAGDI/UCDB); Pesquisadora bolsista PIBIC pelo projeto Direitos Humanos Em Campo Grande e a Intersubjetividade em Termos da Ética e da Alteridade: Um Estudo Jurídico-Filosófico E Educacional (DHIEA). e-mail: drebeslealmariana@gmail.com



Mariana Vaca Conde: Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagens - PPGEL pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Mestra em Estudos Fronteiriços pela UFMS - Campus do Pantanal. Especialista em Ensino de Língua Espanhola pela Faculdade da Região Serrana; Metodologia do Ensino de Língua Espanhola e Educação em Tempo Integral pela Faculdade de Educação São Luís. Graduada em Letras com habilitação em Português e Espanhol pela UFMS - Campus do Pantanal (2011). Professora Efetiva de Língua Espanhola na Rede Municipal de Ensino de Corumbá. e-mail: mariana.conde.777@gmail.com

Marlenes Patino Baes: Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), licenciada em Ciências Sociais e Arte, com especialização em Mídias na Educação pela UFMS e especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE). Atualmente, é mestranda em Educação pela UFMS. e-mail: lenepbaes@gmail.com

Milene Dias Amorim: Pedagoga, com Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados. Atualmente é docente da área de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus do Pantanal, Corumbá-MS. e-mail: amorim.milene@ufms.br

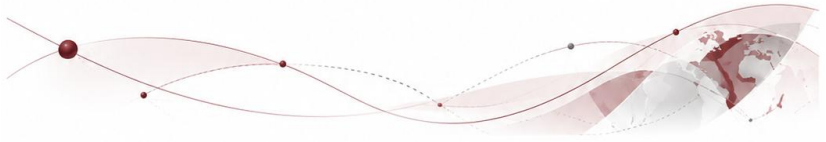
Nathália Cordeiro: Doutoranda (Unicamp). e-mail: n321819@dac.unicamp.br

Nicole Moraes Nogueira: Acadêmica de Direito da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e-mail: nicole.moraes@ufms.br

Octávio Bengui José Hinda: Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Amazonas, Programa de pós-graduação do Grupo de Cooperação Internacional das Universidades Brasileira - GCUB-Mobilidade Internacional - 2022.Graduado em Ensino da História pela Escola Pedagógica do Bengo - ESP-BENGO (Angola-Bengo). e-mail: octaviobengui@gmail.com

Orlando José Bastidas Betancourt: Formado em Educação Geografia e ciências da Terra pela Universidade dos Andes- Venezuela (2012). Possui Mestrado em Desenvolvimento Regional - Universidade dos Andes Venezuela (2016) e Mestrado em Educação Ambiental - Universidade Yacambu- Venezuela. Doutorado em Recursos Naturais pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (2022). Possui experiência na área de Ciências Ambientais, com ênfase em Ciências Agrárias e Projetos Socio-produtivos de formação humana, teledetecção e monitoramento de drone em produções agrícolas. Atualmente cursa a licenciatura e o bacharelado em Psicologia na Universidade Federal da Grande Dourados, como também o doutorado em Geografia na mesma instituição. e-mail: orlandoprofula@gmail.com

Patricia Teixeira Tavano: Pós-doutorado em Estudos Fronteiriços pela UFMS, Doutorado e Mestrado em Educação pela USP/SP. Professora da UFMS/CPAN e docente permanente da Pós-Graduação em Educação UFMS/CPAN. Coordenadora do Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais (MIGRAFRON) e Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Currículo e Práticas Escolares na Fronteira (GEPEC-Front/CNPq). E-mail: patricia.tavano@ufms.br



Paulo Adaias Carvalho Afonso: Graduado em Direito pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB); Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS); Doutorando em Direito pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE); Docente no curso de Direito da UCDB; Professor coordenador da Liga Acadêmica de Geopolítica e Direito Internacional (LAGDI/UCDB). e-mail: paulo.afonso@ucdb.br

Rafael Bruno Peres: Doutorando em Educação pela Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS). Graduado em Educação Física (Licenciatura e Bacharelado) e especialista em Educação Física e Esporte Escolar. Atua como Técnico em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul e como professor de Educação Física na Rede Estadual de Ensino (SED/MS). e-mail: rafael.peres@ufms.br

Raissa Wihby Ventura: Professora de Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde coordena o projeto Jovem Pesquisadora da FAPESP Transpondo Fronteiras: Migração e a Formação da Teoria Política Global. Mestre e Doutora (2018) em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP).

Raquel Soares Juliano: Doutora em Sanidade Animal pela Universidade Federal de Goiás. Professora do Curso de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços, UFMS, Corumbá, Mato Grosso do Sul. e-mail: raquel.juliano@embrapa.br

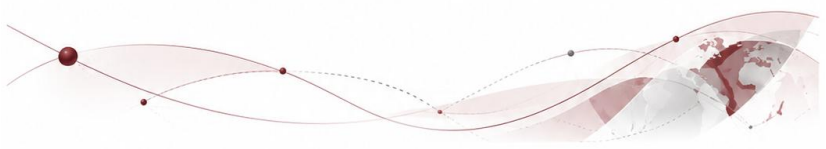
Rosimara Virginio de Souza Ichiy: Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade Campo Grande (2011). Professora efetiva do município de Campo Grande. É mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Sophia Gregório Barbosa de Campos: Acadêmica de Direito da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e-mail: sophia.campos@ufms.br

Tarissa Marques Rodrigues dos Santos: Pós-doutoranda em Fronteiras Andinas pela Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales da Universidad Nacional de Jujuy (UNJu – Argentina), em colaboração com o Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços da UFMS. Doutora em Educação na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/PPGEDu). Mestra em Estudos Fronteiriços pela mesma instituição e graduada em Pedagogia. Professora na Educação Básica e pesquisadora do Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais (MIGRAFRON). e-mail: tarissamarques@gmail.com

Thayse Figueira Guimarães: Docente da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Bolsista Produtividade CNPq. Coordenadora do Grupo de Estudos em Linguagem e Transculturalidade (GELT- CNPq). E-mail: thayseguimaraes@ufgd.edu.br.

Thiago Benitez de Melo: Possui Doutorado e Pós-doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras, na linha de Linguagem e Identidade, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Licenciado em Letras Português/Espanhol com



Mestrado em Letras na área de Práticas Linguísticas, Culturais e de Ensino. Membro dos grupos de pesquisa: LAFRONT (Laboratório de Pesquisa nas Fronteiras) e Grupo de Estudos Interdisciplinares: Políticas Linguísticas, Diversidade e Fronteiras. e-mail: thiagobenitezm@gmail.com

Tiago Marques Luiz: Graduação em Letras Português/Inglês pela Universidade Federal da Grande Dourados, especialização em Tradução de Inglês pela Universidade Gama Filho, Mestrado em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina e Doutorado em Estudos Literários pela Universidade Federal de Uberlândia. Atualmente é professor adjunto na Universidade Federal da Grande Dourados.

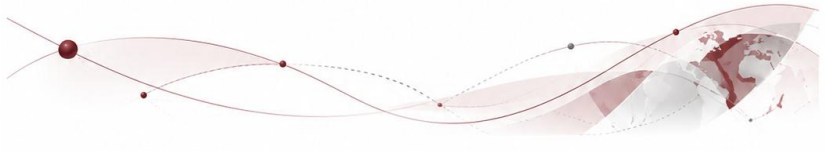
Vanesa Sara Neves Correia Lima Araújo: Mestranda em Estudos Fronteiriço PPGEF/CPAN-UFMS; Especialização em Gestão e Educação Ambiental - UNIVERSO E Gestão Escolar - FAVENI, Graduação em Ciências Biológicas - UFMS Campus do Pantanal e Pedagogia - FAVENI, e-mail: vanesa.15409@edutec.sed.ms.gov.br

Vanessa Maciel Franco Magalhães: Servidora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Doutoranda e Mestre em Letras pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), sendo Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Linguagem e Transculturalidade (GELT- CNPq). e-mail: vanessa.magalhaes@hotmail.com

Vivian da Veiga Silva: Pesquisadora e professora adjunta nas áreas de Sociologia e Antropologia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus do Pantanal e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços (PPGEF/UFMS). Doutora em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (2020). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2005) e mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2010). Vice coordenadora e pesquisadora do Núcleo de Estudos de Inovação Social da Fronteira (NEISF) e do Observatório de Inovação Social da Fronteira (OBISFRON). e-mail: vivian.veiga@ufms.br

Viviana Fernanda Gama Martins: Egressa do curso de Direito da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. e-mail: adv.vivianamartins@gmail.com

Willian Carrapateira Gomes Alecrim: Acadêmico de Direito na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). e-mail: willian_gomes@ufms.br



CONSELHO EDITORIAL (AMPLLA EDITORA)

Adilson Tadeu Basquerote – Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Alexander Josef Sá Tobias da Costa – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Andréa Cátia Leal Badaró – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Andréia Monique Lermen – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Antoniele Silvana de Melo Souza – Universidade Estadual do Ceará

Aryane de Azevedo Pinheiro – Universidade Federal do Ceará

Bergson Rodrigo Siqueira de Melo – Universidade Estadual do Ceará

Bruna Beatriz da Rocha – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Bruno Ferreira – Universidade Federal da Bahia

Caio Augusto Martins Aires – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Caio César Costa Santos – Universidade Federal de Sergipe

Carina Alexandra Rondini – Universidade Estadual Paulista

Carla Caroline Alves Carvalho – Universidade Federal de Campina Grande

Carlos Augusto Trojaner – Prefeitura de Venâncio Aires

Carolina Carbonell Demori – Universidade Federal de Pelotas

Caroline Barbosa Vieira – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Christiano Henrique Rezende – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Cícero Batista do Nascimento Filho – Universidade Federal do Ceará

Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Dandara Scarlet Sousa Gomes Bacelar – Universidade Federal do Piauí

Daniela de Freitas Lima – Universidade Federal de Campina Grande

Darlei Gutierrez Dantas Bernardo Oliveira – Universidade Estadual da Paraíba

Denilson Paulo Souza dos Santos – Universidade Estadual Paulista

Denise Barguil Nepomuceno – Universidade Federal de Minas Gerais

Dinara das Graças Carvalho Costa – Universidade Estadual da Paraíba

Diogo Lopes de Oliveira – Universidade Federal de Campina Grande

Dylan Ávila Alves – Instituto Federal Goiano

Edson Lourenço da Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

Elane da Silva Barbosa – Universidade Estadual do Ceará

Érica Rios de Carvalho – Universidade Católica do Salvador

Fábio Ronaldo da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Fernanda Beatriz Pereira Cavalcanti – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Francisco Auriberto Ferreira Marques Junior – Universidade Federal de Campina Grande

Fredson Pereira da Silva – Universidade Estadual do Ceará

Gabriel Gomes de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas

Gilberto de Melo Junior – Instituto Federal do Pará

Givanildo de Oliveira Santos – Instituto Brasileiro de Educação e Cultura

Glécia Morgana da Silva Marinho – Pontifícia Universidad Católica Argentina Santa Maria de Buenos Aires (UCA)

Higor Costa de Brito – Universidade Federal de Campina Grande

Hugo José Coelho Corrêa de Azevedo – Fundação Oswaldo Cruz

Igor Lima Soares – Universidade Federal do Ceará

Isabel Fontgalland – Universidade Federal de Campina Grande

Isane Vera Karsburg – Universidade do Estado de Mato Grosso

Israel Gondres Torné – Universidade do Estado do Amazonas

Ivo Batista Conde – Universidade Estadual do Ceará

Jaqueline Rocha Borges dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Jessica Wanderley Souza do Nascimento – Instituto de Especialização do Amazonas

João Henriques de Sousa Júnior – Universidade Federal de Santa Catarina

João Manoel Da Silva – Universidade Federal de Alagoas

João Vitor Andrade – Universidade de São Paulo

Joilson Silva de Sousa – Universidade Regional do Cariri

José Cândido Rodrigues Neto – Universidade Estadual da Paraíba

Jose Henrique de Lacerda Furtado – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Josenita Luiz da Silva – Faculdade Frassinetti do Recife

Josiney Farias de Araújo – Universidade Federal do Pará

Karina de Araújo Dias – SME/Prefeitura Municipal de Florianópolis

Katia Fernanda Alves Moreira – Universidade Federal de Rondônia

Laís Portugal Rios da Costa Pereira – Universidade Federal de São Carlos

Laíze Lantyer Luz – Universidade Católica do Salvador

Lara Luiza Oliveira Amaral – Universidade Estadual de Campinas

Lindon Johnson Pontes Portela – Universidade Federal do Oeste do Pará

Lisiane Silva das Neves – Universidade Federal do Rio Grande

Lucas Araújo Ferreira – Universidade Federal do Pará

Lucas Capita Quarto – Universidade Federal do Oeste do Pará

Lúcia Magnólia Albuquerque Soares de Camargo – Unifacisa Centro Universitário

Luciana de Jesus Botelho Sodré dos Santos – Universidade Estadual do Maranhão

Luís Miguel Silva Vieira – Universidade da Madeira

Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Luiza Catarina Sobreira de Souza – Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central

Manoel Mariano Neto da Silva – Universidade Federal de Campina Grande

Marcelo Alves Pereira Eufrasio – Centro Universitário Unifacisa

Marcelo Henrique Torres de Medeiros – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Marcelo Williams Oliveira de Souza – Universidade Federal do Pará

Marcos Pereira dos Santos – Faculdade Rachel de Queiroz

Marcus Vinicius Peralva Santos – Universidade Federal da Bahia

Maria Carolina da Silva Costa – Universidade Federal do Piauí

Maria José de Holanda Leite – Universidade Federal de Alagoas

Marina Magalhães de Morais – Universidade Federal do Amazonas

Mário Cézar de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

Michele Antunes – Universidade Feevale

Michele Aparecida Cerqueira Rodrigues – Logos University International

Miguel Ysrrael Ramírez-Sánchez – Universidade Autônoma do Estado do México

Milena Roberta Freire da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Nadja Maria Mourão – Universidade do Estado de Minas Gerais

Natan Galves Santana – Universidade Paranaense

Nathalia Bezerra da Silva Ferreira – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Neide Kazue Sakugawa Shinohara – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Neudson Johnson Martinho – Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Mato Grosso

Patrícia Appelt – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Paula Milena Melo Casais – Universidade Federal da Bahia

Paulo Henrique Matos de Jesus – Universidade Federal do Maranhão

Rafael Rodrigues Gomides – Faculdade de Quatro Marcos

Ramôn da Silva Santos – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Reângela Cíntia Rodrigues de Oliveira Lima – Universidade Federal do Ceará

Rebeca Freitas Ivanicska – Universidade Federal de Lavras

Regina Márcia Soares Cavalcante – Universidade Federal do Piauí

Renan Gustavo Pacheco Soares – Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns

Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília

Ricardo Leoni Gonçalves Bastos – Universidade Federal do Ceará

Rodrigo da Rosa Pereira – Universidade Federal do Rio Grande

Rubia Katia Azevedo Montenegro – Veni Creator Christian University

Sabrynna Brito Oliveira – Universidade Federal de Minas Gerais

Samuel Miranda Mattos – Universidade Estadual do Ceará

Selma Maria da Silva Andrade – Universidade Norte do Paraná

Shirley Santos Nascimento – Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia

Silvana Carloto Andres – Universidade Federal de Santa Maria

Silvio de Almeida Junior – Universidade de Franca

Tatiana Paschoalette R. Bachur – Universidade Estadual do Ceará | Centro Universitário Christus

Telma Regina Stroparo – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Thayla Amorim Santino – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Thiago Sebastião Reis Contarato – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Tiago Silveira Machado – Universidade de Pernambuco

Valvenarg Pereira da Silva – Universidade do Estado de Mato Grosso

Vinícius Queiroz Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

Virgínia Maia de Araújo Oliveira – Instituto Federal da Paraíba

Virginia Tomaz Machado – Faculdade Santa Maria de Cajazeiras

Walmir Fernandes Pereira – Miami University of Science and Technology

Wanessa Dunga de Assis – Universidade Federal de Campina Grande

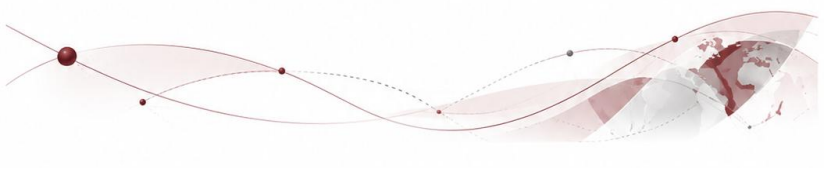
Wellington Alves Silva – Universidade Estadual de Roraima

William Roslindo Paranhos – Universidade Federal de Santa Catarina

Yáscara Maia Araújo de Brito – Universidade Federal de Campina Grande

Yasmin da Silva Santos – Fundação Oswaldo Cruz

Yuciara Barbosa Costa Ferreira – Universidade Federal de Campina Grande



APRESENTAÇÃO

Entre os dias 27 e 31 de julho de 2026 realizamos o III Congresso do MIGRAFRON, evento bienal organizado pelo Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais (MIGRAFRON), em parceria e fomento da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), a nossa casa.

Contando com apoio da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal de Roraima (UFRR), da Universidad de Guadalajara, do SEBRAE-Pantanal, da Rede Infâncias Protagonistas, do Observatório da Emigração Brasileira e da Cátedra Sérgio Vieira de Melo/UFMS, esta edição do evento foi híbrido, com mesas de discussão e apresentações de trabalhos de forma remota e presencial, permitindo, com isso, maior participação e diversidade de público.

Aqui apresentamos os Anais do III Congresso do MIGRAFRON, composto por trabalhos completos que foram avaliados por nosso Comitê Científico e apresentados em sessões remotas e presenciais. São ao todo 31 textos completos submetidos em cinco eixos:

1. Trabalho, Documentação e Registros Públicos em Fronteira
2. Educação e Cultura em Fronteira
3. Saúde e Assistência Social em Fronteira
4. Preconceito, Racismo, Xenofobia e Redes Solidárias em Fronteira
5. Gênero e Diversidade na Migração em Fronteira

Boa leitura!

SUMÁRIO

CAPÍTULO I. CURRÍCULO E RELAÇÕES DE PODER: A INVISIBILIZAÇÃO DOS MIGRANTES INTERNACIONAIS 28

CAPÍTULO II. PARTICIPAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DA CIDADANIA DE JOVENS EM CORUMBÁ E LADÁRIO, FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA 39

CAPÍTULO III. A PRESENÇA DE ESTUDANTES MIGRANTES INTERNACIONAIS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CORUMBÁ-MS: DESAFIOS AO DIREITO À EDUCAÇÃO NA FRONTEIRA BRASIL–BOLÍVIA 55

CAPÍTULO IV. ESTUDANTES MIGRANTES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM CORUMBÁ: PERCURSOS ACERCA DA IDENTIDADE FRONTEIRIÇA 69

CAPÍTULO V. DESAFIOS DOS DOCENTES NA EDUCAÇÃO DE FRONTEIRA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM ESCOLAS DE CORUMBÁ/MS 84

CAPÍTULO VI. DESAFIOS DA INCLUSÃO E INTERCULTURALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE MATO GROSSO DO SUL: ENTRE O ENSINO DE CIÊNCIAS E AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS DE FRONTEIRA 98

CAPÍTULO VII. MOBILIDADE TRANSFRONTEIRIÇA E PRODUÇÃO DE TERRITORIALIDADES ESCOLARES: UMA REVISÃO DA LITERATURA 112

CAPÍTULO VIII. EDUCAÇÃO DIGITAL INTERCULTURAL EM TERRITÓRIO DE FRONTEIRA: DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA ESCOLA CAIC DE CORUMBÁ 125

CAPÍTULO IX. A GESTÃO DO MULTILINGUISMO EM UMA UNIVERSIDADE DE FRONTEIRA: O DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL DA UFGD 141

CAPÍTULO X. PEDRO JUAN CABALLERO COMO POLO DE FORMAÇÃO MÉDICA PARA BRASILEIROS: EDUCAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA NA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI 158

CAPÍTULO XI. A MOBILIDADE ACADÊMICA DE BRASILEIROS EM PAÍSES LATINO-AMERICANOS: PANORAMA DE UMA DÉCADA 173

CAPÍTULO XII. BRASILEIROS EMIGRADOS EM FRONTEIRA CURSANDO MEDICINA EM CORUMBÁ–PUERTO QUIJARRO: GÊNERO, FAIXA ETÁRIA E TRAJETÓRIA MIGRATÓRIA 188

CAPÍTULO XIII. AS ASSIMETRIAS DIALÓGICAS NO BRANDING DIGITAL DE UMA UNIVERSIDADE TRANSFRONTEIRIÇA 204

CAPÍTULO XIV. TERRITORIALIDADES COMERCIAIS BOLIVIANAS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA: IMPACTOS DO FECHAMENTO DA FEIRA BRAS-BOL 219

CAPÍTULO XV. A SECURITIZAÇÃO DA IMIGRAÇÃO NOS GOVERNOS TRUMP: DISCURSOS, PRÁTICAS E IMPACTOS NA GOVERNANÇA MIGRATÓRIA INTERNACIONAL 229

CAPÍTULO XVI. MULHERES BRASILEIRAS EMIGRADAS EM FRONTEIRA: REFLEXÕES INICIAIS SOBRE REDES SOLIDÁRIAS E ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGIÃO DE FRONTEIRA EM CORUMBÁ/MS 249

CAPÍTULO XVII. VENEZUELANOS EM TRÂNSITO NA FRONTEIRA PUERTO QUIJARRO (BOLÍVIA)-CORUMBÁ (BRASIL): MOBILIDADE, VULNERABILIDADE E ACOLHIMENTO 263

CAPÍTULO XVIII. FRONTEIRAS VIVIDAS, MEMÓRIAS COMPARTILHADAS: EXPERIÊNCIAS DE ACOLHIMENTO NA CASA DO MIGRANTE DE CORUMBÁ-MS 278

CAPÍTULO XIX. SAÚDE ÚNICA NO CONTEXTO DA REGIÃO FRONTEIRIÇA BRASIL-BOLÍVIA: PERCEPÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO SOBRE A ABORDAGEM UMA SÓ SAÚDE NO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ, MATO GROSSO DO SUL 292

CAPÍTULO XX. UNA TRAVESIA PARA (RE)NACER: LUTO MIGRATORIO DE UNA VIDA PERDIDA 304

CAPÍTULO XXI. ENTRE PERDAS E RECOMEÇOS: LUTO MIGRATÓRIO, SAÚDE MENTAL E EDUCAÇÃO INTERCULTURAL NA INFÂNCIA MIGRANTE EM DOURADOS/MS 320

CAPÍTULO XXII. IMIGRANTE ALGUM SE SENTE PARTE DA SOCIEDADE BRASILEIRA? DIÁLOGOS A PARTIR DO QUOTIDIANO DOS IMIGRANTES 335

CAPÍTULO XXIII. O LIMBO NORMATIVO COMO INDUTOR DA XENOFOBIA INSTITUCIONAL: O REFUGIADO CLIMÁTICO NA FRONTEIRA E O SILÊNCIO DO ESTADO 346

CAPÍTULO XXIV. O ESTADO DA QUESTÃO SOBRE O TRABALHO DECENTE NO CONTEXTO DA AGENDA 2030 DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU 360

CAPÍTULO XXV. ROTA BIOCEÂNICA, TERRITÓRIO E EDUCAÇÃO PÚBLICA: REPRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS E SILÊNCIOS SOBRE O GRANDE LAGEADO (CAMPO GRANDE/MS) 378

CAPÍTULO XXVI. INTERNACIONALIZAÇÃO DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO: A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS PARA IMIGRANTES E REFUGIADOS 395

CAPÍTULO XXVII. O CANTO CORAL NA ROTA BIOCEÂNICA: INTERNACIONALIZAÇÃO, CULTURAS HÍBRIDAS E INTEGRAÇÃO CULTURAL NA AMÉRICA LATINA 408

CAPÍTULO XXVIII. A OPERAÇÃO ACOLHIDA ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA: CONTRADIÇÕES NA POLÍTICA MIGRATÓRIA BRASILEIRA 421

CAPÍTULO XXIX. NA CALADA DA NOITE DA FRONTEIRA: SEXO MIDIATIZADO E TRAVESSIAS SEXUAIS SIGILOSAS EM TEMPOS DE ISOLAMENTO 431

CAPÍTULO XXX. O ACESSO DOS IMIGRANTES AO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA: ANÁLISE DA ACP N. 5011720-56.2024.4.03.6000 448

CAPÍTULO XXXI. DA DETENÇÃO AO RECONHECIMENTO: ATIVISMO MIGRANTE QUEER E CONTESTAÇÃO DAS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS DA ADMINISTRAÇÃO TRUMP 463

CAPÍTULO 1

CURRÍCULO E RELAÇÕES DE PODER: A INVISIBILIZAÇÃO DOS MIGRANTES INTERNACIONAIS

CURRICULUM AND POWER RELATIONS: THE INVISIBILIZATION OF INTERNATIONAL MIGRANTS

DOI: 10.51859/amplla.mig854.1126-1

Élen Costa Alvarenga
Patricia Teixeira Tavano

RESUMO

A Fronteira constitui um espaço de encontros, negociações culturais e produção de identidade, por esse motivo não podemos delimitá-la apenas a uma linha geográfica que separa territórios. As discussões aqui apresentadas buscam evidenciar que apesar da BNCC e o Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul proporem uma formação comum a todos, a escolha dos conteúdos legitimados por essas normativas nem sempre contempla as especificidades fronteiriças, deixando fora do conteúdo escolar as vivências e os saberes desses estudantes, tendo como consequência a invisibilização desses alunos dentro das escolas.
Palavras-chave: Currículo, Fronteira e invisibilização.

ABSTRACT

The border constitutes a space of encounters, cultural negotiations, and identity formation. Therefore, it cannot be understood merely as a geographical line separating territories. The discussions presented here seek to demonstrate that, although the Brazilian National Common Curricular Base (BNCC) and the Mato Grosso do Sul Reference Curriculum propose a common educational framework for all students, the selection of knowledge and content legitimized by these normative documents does not always encompass the specificities of border regions. As a result, the experiences, knowledge, and cultural backgrounds of borderland students are often excluded from the school curriculum, contributing to their invisibility within the educational system.
Keywords: Curriculum, Border, invisibilization.

1. INTRODUÇÃO

Quando pensamos em Fronteira de pronto associamos a um limite territorial. O que não está errado, pois, segundo o Dicionário Michaelis, fronteira é “o limite que separa dois países, estados, territórios ou regiões; faixa de território situada junto a esse limite” (MICHAELIS, s.d., verbete "fronteira"). Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988), a definição jurídica baseia-se em uma faixa de fronteira, como encontra-se no artigo 20, § 2º, que estabelece:

> A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei. (BRASIL, 1988)

Mas se formos um pouco mais a fundo nessas definições vamos perceber que a fronteira é muito mais complexa e ampla em significados, que o dicionário não é capaz de definir caracterizando a polissemia do termo.

A Fronteira constitui um espaço de encontros, negociações culturais e produção de identidade, por esse motivo não podemos delimitá-la apenas a uma linha geográfica que separa territórios. Os sujeitos que vivem em regiões de Fronteira desenvolvem suas identidades por meio do contato constante com diferentes costumes, tradições, línguas e formas de organização social.

Para Anzaldúa (1987), a Fronteira é mais que um limite geográfico que separa dois países, trata-se de um espaço cultural, social, linguístico e identitário onde povos de diferentes modos de vida entram em contato com outras formas de cultura, proporcionando, aos sujeitos que vivem em regiões fronteiriças o desenvolvimento de processos identitários dinâmicos e fluidos por meio do contato constante com diversos costumes, tradições, línguas e formas de organização social.

Assim, viver nesses contextos fronteiriços possibilitaria conhecer e interagir com outras culturas, mas também participar do processo de recriação cultural (Bakhtin, 2011) contínuo, enriquecendo as experiências e vivências, situação que pode ser encontrada na cidade de Corumbá, localizada na Fronteira com a Bolívia, e onde se registram 28 nacionalidades distintas residentes (Tavano *et al*, 2024), trazendo para o convívio diário citadino variadas manifestações culturais.

A migração não pode ser compreendida como uma simples movimentação espacial, pois é também um movimento social que produz impactos sobre os territórios onde se inserem e na vida das pessoas que migram (Sayad, 1998). Em cidades de Fronteira Internacional a dinâmica migratória é variada, caracterizando 4 tipologias básicas: residente; em trânsito; retornado; e pendular.

Os migrantes residentes estabelecem moradia permanente ou de longa duração no local de destino, sendo bases importantes na ampliação da diversidade cultural. A migração em trânsito caracteriza-se pela permanência temporária em um determinado local dos migrantes, e é muito comum em cidades de fronteira internacional, onde muitos locais são ponto de passagem para outros destinos. Segundo a Organização Internacional para as Migrações essa

movimentação temporária impulsiona setores econômicos, mas também traz às cidades desafios de assistência e acolhimento desses migrantes (OIM, 2019)

Já os migrantes retornados são aqueles transitam pelas cidades no sentido de voltarem aos seus países de origem, e acabam trazendo consigo novas experiências, práticas culturais e socais que adquiriram no local onde viveram e com isso agrega novos valores a sua comunidade (OIM, 2019).

Por sua vez, a migração pendular refere-se ao deslocamento frequente e regular entre o local de residência e outro território para trabalhar, estudar, acessar serviços ou realizar atividades comerciais, sem mudança definitiva de domicílio. O termo "migração pendular" surgiu na década de 1980 com o intuito de caracterizar aquelas pessoas que faziam grandes deslocamentos de ida e volta do trabalho (Cunha, 2000), e quando aplicado às migrações internacionais possui valor semântico semelhante, entretanto em contextos de Fronteira Internacional, esse tipo de migração envolve questões mais complexas, como, língua, cultura e costumes.

Os fluxos migratórios contemporâneos são impulsionados por fatores econômicos, políticos, sociais, culturais e educacionais, com muitas famílias deixando seu país de origem em busca de melhores condições de vida. Segundo a 8ª edição do Boletim da Migração, divulgado pela Secretaria Nacional de Justiça (Senajus), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) em 2024, foram registrados 194.331 novos migrantes no Brasil, sendo que desse total 8.725 migraram para estudar.

Essa migração para estudos envolve migrantes residentes e pendulares que se encontram na fronteira. Nesse caso, Tavano et al (2025) sinalizam para a crença de que a educação do lado brasileiro seja de melhor qualidade, levando crianças, jovens e adultos a se deslocarem, diária ou semanalmente, para estudarem, apesar do reconhecimento das dificuldades com o idioma, a cultura e preconceito.

Considerando esse contexto migratório fronteiriço diverso, este artigo tem o intuito de trazer a luz o currículo homogeneizado implementado nas escolas brasileiras, que pode excluir e/ou invisibilizar os estudantes migrantes internacionais por não se adequarem.

A escolas propõem ensino igualitário, ou seja, todos devem receber as mesmas oportunidades durante o processo de ensino aprendizagem, entretanto em escolas de fronteira internacional esse princípio igualitário não é suficiente para atender as necessidades dos alunos migrantes internacionais como afirma Santos (2026, p. 118) "a escola não deve partir da ideia de que oferecer as mesmas condições formais a todos os estudantes seja suficiente para

garantir justiça educacional". As diferenças culturais e linguísticas desses alunos não devem ser obstáculos para o ensino, e sim, o ponto de partida para esse processo.

2. CURRÍCULO E HOMOGENEIZAÇÃO

Candau e Russo (2010), afirmam que com a construção de estados nacionais latino-americanos, iniciou-se um processo de homogeneização cultural eurocentrada, onde determinados conhecimentos, formas de linguagem, valores e visões de mundo foram considerados universais e privilegiados no currículo escolar, priorizando a cultura branca, urbana, ocidental, dita civilizada, como a cultura a ser almejada e difundida. Nesse processo inferiorizou-se, e mesmo desprezou, saberes produzidos por povos indígenas, populações do campo, comunidades quilombolas, grupos fronteiriços, comunidades étnico-raciais, entre tantas outras formas de ser e estar no mundo.

Partindo desse processo uniformizador, Candau (2008) critica a escola que tenta inserir os estudantes em uma cultura padrão de manifestação cultural única, fazendo parecer que todos os alunos possuem a mesma origem, falam a mesma língua e passaram pelas mesmas experiências. Isso porque, a autora defende o reconhecimento da grande diversidade cultural presente nas escolas

> Parto da afirmação de que não há educação que não esteja imersa nos processos culturais do contexto em que se situa. Neste sentido, não é possível conceber uma experiência pedagógica "desculturizada", isto é, desvinculada totalmente, das questões culturais da sociedade. Existe uma relação intrínseca entre educação e cultura(s). Estes universos estão profundamente entrelaçados e não podem ser analisados a não ser a partir de sua íntima articulação (Candau, 2008, p.13)

Neira (2014), corrobora e defende a construção de um currículo que reconheça, valorize e relacione-se com as diferenças culturais existentes nas escolas, e não que as ignore e invisibilize, partindo da concepção de que "o currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder" (Silva, 2007, p. 16).

As relações de poder que permeiam a construção do currículo definem quais conhecimentos são legítimos e passíveis de serem ensinados para a sociedade. Foucault (2014) discute que o poder opera produzindo discursos considerados legítimos e verdadeiros. Logo, quando o currículo enaltece certas culturas em detrimento de outras colabora para a construção de identidades e de relações de poder na sociedade. Dessa forma, currículo não é uma simples seleção de conteúdos que serão ensinados, e sim, uma grande construção política

e social que reflete os interesses dos que estão no poder, selecionando e privilegiando determinadas manifestações culturais, dando-lhes visibilidade e relevância em detrimento de outras.

O termo currículo foi introduzido no campo da educação por volta do final do século XVI e visava um controle mais significativo acerca das metodologias e dos estudantes dentro das escolas (Tavano; Almeida 2018).

A escolha dos conteúdos que compõem o currículo não ocorre de maneira neutra ou desprovida de interesses. Pelo contrário, trata-se de um processo permeado por relações de poder e por disputas em torno da legitimação de determinados saberes. Nesse sentido, o currículo configura-se como um espaço de disputa política, no qual diferentes grupos sociais buscam validar seus conhecimentos e perspectivas. Conforme argumenta Silva (2007), ao selecionar determinados textos, práticas e manifestações culturais, o currículo não apenas possibilita o acesso ao conhecimento, mas também influencia a forma como os sujeitos compreendem a realidade, constroem significados, interagem socialmente e expressam suas ideias e sentimentos.

O currículo escolar traz em sua construção o que Quijano (2005) denomina como "colonialidade de poder", esse conceito busca explicar a dominação estrutural criada durante o período colonial e que ainda existe mesmo após o fim das colônias. A colonização não só explorou economicamente os territórios, mas instituiu organizações sociais que são baseadas em hierarquias raciais, políticas, culturais e epistêmicas, que se perpetuam até os dias de hoje e são reproduzidas nos currículos.

A crescente diversidade cultural existente dentro das escolas exige uma reorganização curricular que reconheça e valorize as manifestações culturais que transitam dentro do ambiente escolar. Neira (2014) defende que o ambiente escolar deve ser um espaço que dê voz aos sujeitos historicamente silenciados e que combata os preconceitos e desigualdades. Visando combater essas desigualdades, o currículo intercultural compreende que a educação não pode limitar-se à transmissão de conteúdos considerados universais. É necessário problematizar quais conhecimentos são selecionados para compor o currículo e quais são excluídos.

Trabalhar questões interculturais visa desconstruir a ideia de que há apenas uma determinada cultural a ser contemplada e seguida. E busca construir processos educativos que valorizem os conhecimentos trazidos pelos diferentes grupos sociais, étnicos, linguísticos e culturais presentes na escola. Em contextos de fronteira internacional a busca por essa interculturalidade se mostra mais urgente, pois as escolas localizadas nesse território, como no

caso de Corumbá/MS têm em seu corpo discente uma parcela de migrantes internacionais, sendo um ambiente de manifestações culturais distintas.

3. CURRÍCULO EM CONTEXTOS FRONTEIRIÇOS

Em regiões de Fronteira Internacional, a homogeneização do currículo se evidencia quando as línguas, práticas culturais e identidades híbridas vividas pelos estudantes migrantes internacionais não aparecem nos conteúdos escolares, fazendo que esses alunos se sintam excluídos desse padrão pregado pelo currículo.

Embora a realidade fronteiriça seja caracterizada pela pluralidade cultural, as práticas escolares frequentemente permanecem orientadas por currículos padronizados e homogeneizadores, elaborados a partir de referenciais nacionais que pouco dialogam com as especificidades locais. Nessa perspectiva, o currículo tende a privilegiar determinados conhecimentos, valores e experiências culturais em detrimento de outros, legitimando algumas narrativas enquanto silencia ou marginaliza outras.

A pluralidade cultural existente na sociedade contemporânea também resulta dos grandes fluxos migratórios, da globalização e das transformações sociais (Hall, 2006) o que acaba refletindo em uma diversidade cultural nas escolas que não deve ser vista como um problema ou um empecilho para que haja o processo de ensino-aprendizagem, e sim, como algo a ser incorporado pelas escolas a fim de enriquecer esse processo, incorporando-a ao currículo e agregando à escola novas responsabilidades para que não haja exclusão ou invisibilização dos alunos (Candau,2008).

Essa escolha feita de forma intencional busca uma padronização cultural. Os alunos migrantes internacionais inseridos nessas escolas homogeneizadas veem muitas vezes seus costumes, cultura e língua sendo marginalizadas e invisibilizadas por esse currículo que visa uma padronização impossível de ser efetivada. As escolas presas a esses currículos eurocentrados acabam excluindo e desconsiderando a bagagem cultural, linguística e social que trazem os alunos estrangeiros. Esses não chegam às escolas sem bagagem cultural assim, Freire (1996) afirma que a escola deve reconhecer e acima de tudo valorizar esses conhecimentos trazidos por esses alunos. Apesar da rica heterogeneidade cultural presente nas escolas de Fronteira Internacional, o currículo ainda não abrange essa diversidade e ainda é baseado em culturas eurocêntricas excluindo e invisibilizando culturas que se afastam desse padrão eurocêntrico.

Um ponto relevante deixado de lado na formulação dos currículos é que as culturas não são "puras" fixas ou estáticas, as culturas se misturam, se combinam e em contextos de fronteira internacional a hibridização cultural, ocorre de forma intensa e perceptível Canclini (1990).

Em cidades de Fronteira Internacional como é o caso de Corumbá os migrantes internacionais não se veem representados pelas manifestações culturais difundida nas escolas, muitos se veem marginalizado e excluídos o que leva a maioria ao isolamento social. Em alguns casos esses alunos são deixados de lado pelos próprios professores que não levam em consideração no processo de ensino - aprendizagem seu repertório linguístico e cultural, tratando esses alunos muitas vezes como incapazes de aprender Candau (2012)

Isso acaba levando a uma desconexão entre currículo e realidade fronteiriça, pois ainda que estes estejam fisicamente inseridos no espaço escolar, suas histórias, línguas, culturas e experiências de vida raramente são incorporadas aos conteúdos e às práticas pedagógicas. O resultado é a produção de um processo de invisibilização que não ocorre pela ausência dos migrantes internacionais, mas pelo não reconhecimento de suas presenças e contribuições.

Essa invisibilização se apresenta na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ao buscarmos o termo "fronteira", a encontramos citada 14 vezes. Na maior parte ela está atrelada aos componentes curriculares geografia e história e ao uso semântico da palavra para designar limites ou linhas tênues em determinados assuntos, nenhumas delas levando à discussão da complexidade da realidade fronteiriça.

A palavra fronteira aparece expressivamente na nota de rodapé n° 32 da BNCC para explicar a diversidade linguística e cultural existente:

> O MEC, por meio da Secretaria de Educação Básica, desenvolve o Programa Escolas Interculturais de **Fronteira** (PEIF), no âmbito do MERCOSUL, em cidades brasileiras da faixa de **fronteira** e em suas respectivas cidades-gêmeas de países fronteiriços ao Brasil. É objetivo do PEIF promover a integração regional por meio da educação intercultural que garanta formação integral às crianças e aos jovens nas regiões de **fronteira** do Brasil com outros países, com atenção para os usos linguísticos" (BNCC, 2018)

É importante observar que "fronteira" não aparece no corpo da BNCC como um conceito para compor o currículo, ou um eixo a ser trabalhado e discutido em sua dimensão de complexidade. Ela surge mais acentuadamente na nota de rodapé como exemplo de uma política pública educacional, o Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF).

O PEIF foi a primeira política pública educacional brasileira que buscava atender as especificidades das escolas localizadas em regiões de fronteira internacional. Segundo a Portaria nº 798, de 19 de junho de 2012 (Brasil, 2012), o Programa tinha como objetivo

promover a integração regional por meio da educação intercultural e bilíngue, e compreendia a escola como meio de integração entre os países do Mercosul. O foco deixava de ser apenas nacional para considerar a construção de uma identidade regional, embasada na convivência com as diversas manifestações culturais existentes na fronteira e a integração dos sistemas educacionais dos países vizinhos. O programa foi descontinuado em 2015, não pela sua ineficácia pedagógica, pois a sua proposta de integração era muito bem estruturada, mas sim, por dificuldades políticas administrativas e financeiras que impediram a implementação permanente dessa política (Bueno e Souza, 2021).

A BNCC não apresenta o conceito de fronteira, nem discute um currículo voltado para as escolas fronteiriças, o que nos leva a refletir que a normativa nacional invisibiliza as particularidades das escolas de fronteira, mesmo reconhecendo a diversidade cultural como princípio geral da educação brasileira.

No Estado de Mato Grosso do Sul, além de Corumbá com sua conexão com a Bolívia, mais sete cidades fazem fronteira internacional com o Paraguai: Mundo Novo, Sete Quedas, Paranhos, Coronel Sapucaia, Ponta Porã, Bela Vista e Porto Murtinho. Entretanto, mesmo tendo esse número expressivo de cidades fronteiriças, o Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul, que é baseado na BNCC, não traz à luz as questões fronteiriças. Não há um eixo estruturante ou uma política curricular específica voltada à educação em contexto de fronteira.

A BNCC traz como um de seus princípios a garantia das aprendizagens essenciais para todos os estudantes, assegurando uma formação comum em âmbito nacional. Contudo, apesar de reconhecer a existência da diversidade cultural que transita diariamente na escola, ainda sim o documento se estrutura a partir de uma lógica nacional comum, ou seja, organiza-se um currículo homogêneo.

A normativa deixa para os sistemas estaduais, municipais e para a escola a responsabilidade de adequar o currículo à realidade escolar. Isso mostra a tensão presente dos currículos contemporâneas. Diariamente gestores e professores se deparam com a dicotomia de garantir aso alunos o ensino das aprendizagens essenciais e considerar as particularidades dos alunos migrantes internacionais. Sacristán (2013) ressalta que os currículos não são aplicados de forma neutra ou automática, a sua efetivação depende das interpretações realizadas pelos que interagem com ele e ao contexto ao qual está inserido.

Os estudantes migrantes internacionais mesmo estando inseridos em um sistema educacional brasileiro e submetidos aos currículos nacionais possuem vivências diárias marcadas por relações fronteiriças, ou seja, contato diário com outras culturas, línguas e costumes. Isso leva a uma oposição entre o currículo prescrito e o vivido pelos estudantes. O

primeiro organiza os conhecimentos que são considerados essenciais; o segundo diz respeito ao que realmente é vivido pelos alunos diariamente. É nessa lacuna que surge a invisibilização do sujeito, determinados conhecimentos presentes no dia a dia dos estudantes não correspondem aos conteúdos escolares.

O documenta demonstra uma preocupação com as particularidades indígenas, quilombolas, do campo e às relações étnico-raciais, reconhecendo a diversidade sociocultural sul-mato-grossense. Porém, a fronteira acaba aparecendo de forma pontual, ou ligada a questões de território, mas em nenhum momento traz orientações pedagógicas, competências ou habilidades específicas para escolas localizadas nesses territórios, reforçando a invisibilização que já se anuncia na BNCC.

A existência de um currículo nacional comum não é a questão a ser debatida e sim a forma como esse currículo será inserido e trabalhado nos mais variados territórios que for implementado. Um currículo que de fato se preocupa com a equidade do ensino precisa assegurar conhecimentos comuns a todos sem deixar de lado (invisibilizar) as diferenças culturais existentes entre os estudantes.

Aplicado ao contexto Brasil-Bolívia é necessário construir uma relação entre conhecimentos previstos em lei e conhecimentos produzidos pelas comunidades locais. A escola não pode deixar de reconhecer que os estudantes migrantes internacionais não deixam suas identidades, línguas ou costumes fora dos muros escolares, pelo contrário esses elementos atravessam o processo educativo.

Dessa maneira, analisar as políticas curriculares brasileiras partindo da realidade fronteiriça permite compreender que a questão curricular envolve uma disputa por reconhecimento. Quando o currículo incorpora as experiências dos estudantes, amplia as possibilidades de aprendizagem e fortalece o pertencimento. Quando essas experiências permanecem ausentes, reforça-se uma visão limitada de identidade nacional e reduz-se a possibilidade de uma educação verdadeiramente intercultural. Portanto, pensar o currículo nas escolas da fronteira Brasil–Bolívia exige superar a ideia de que a diversidade é apenas um elemento adicional ao currículo. A diversidade constitui a própria realidade desses territórios. Um currículo engajado com os sujeitos fronteiriços precisa reconhecer suas experiências, valorizar seus saberes e criar condições para que a escola seja um espaço no qual diferentes identidades possam existir, dialogar e produzir conhecimento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões aqui apresentadas tiveram como objetivo iniciar uma discussão sobre o papel de um currículo homogeneizado, eurocêntrico e monocultural no processo de invisibilização dos alunos migrantes internacionais, levando-nos à reflexão para construção de práticas efetivas que realmente integrem esses alunos sem que estes apaguem sua história e cultura.

A invisibilização dos migrantes nas escolas fronteiriças não pode ser compreendida como um fenômeno isolado, mas como consequência de escolhas curriculares e políticas que privilegiam determinadas narrativas em detrimento de outras. Ao ignorar as experiências desses alunos, a escola contribui para a manutenção de processos de exclusão simbólica e dificulta a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e intercultural. Reconhecer esses estudantes como sujeitos produtores de cultura e conhecimento representa, portanto, um passo fundamental para a construção de práticas curriculares mais democráticas e sensíveis à complexidade dos territórios de fronteira.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Gloria. ***Borderlands/La Frontera: the new mestiza***. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil** *de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: Planalto – Constituição Federal de 1988. Acesso em: 01 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 798, de 19 de junho de 2012**. Institui o Programa Escolas Interculturais de Fronteira. Brasília, DF, 2012

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Justiça. Departamento de Migrações. *Boletim da Migração no Brasil*. 8. ed. Brasília, DF: MJSP, fev. 2025. Disponível em: Boletim da Migração no Brasil – 8ª edição. Acesso em: 24 jun. 2026.

BUENO, M. L. M. C., SOUZA, K. R. Programa Escolas Interculturais de Fronteira e a realidade Brasil/Paraguai: uma política de integração regional para a fronteira. Jornal de Políticas Educacionais. V. 15, n. 07. fevereiro de 2021.

CANDAU, Vera Maria Ferrão; RUSSO, Kelly. Interculturalidade e educação na América Latina: uma construção plural, original e complexa. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 10, n. 29, p. 151-169, jan./abr. 2010.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. *In*: MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria (org.). **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 13-37.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. ***Educação & Sociedade*****,** Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250, jan./mar. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/QL9nWPmwbhP8B4QdN8yt5xg/. Acesso em: 10 jun 2026.

CUNHA, J. M. P. A mobilidade pendular: uma contrapartida da migração intrametropolitana. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 6., 1995, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: ANPUR, 1995. p. 518-526.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução: Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MICHAELIS. **Fronteira**. In: **Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa.** São Paulo: Melhoramentos, [s.d.]. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/fronteira/. Acesso em: 24 jun. 2026.

NEIRA, Marcos Garcia. Cruzando fronteiras: o currículo multicultural e o trabalho com diferenças em sala de aula. **Lantuna**, Santiago (Cabo Verde), v. 1, n. 1, p. 119-136, jan./jul. 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). Glossário sobre Migração. **Direito Internacional da Migração**, n. 22. Genebra: OIM, 2019. Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf. Acesso em: 20 jun. 2026.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos. Crianças migrantes na educação básica brasileira: uma reflexão urgente. **Revista Sobre Tudo**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 117-139, 2026. Disponível em: URL. Acesso em: 5 jul. 2026.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

TAVANO, Patricia Teixeira; ALMEIDA, Maria Isabel de. Currículo: um artefato sócio-histórico-cultural. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 29-44, 2018. DOI: 10.22478/ufpb.1983-1579.2018v1n11.34639. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/ufpb.1983-1579.2018v1n11.34639. Acesso em: 22 jun. 2026.

CAPÍTULO II

PARTICIPAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DA CIDADANIA DE JOVENS EM CORUMBÁ E LADÁRIO, FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA

PARTICIPATION OF FEDERAL INSTITUTIONS IN THE PROFESSIONAL AND CIVIC DEVELOPMENT OF YOUNG PEOPLE IN CORUMBÁ AND LADÁRIO, ON THE BRAZIL-BOLIVIA BORDER

DOI: 10.51859/amplla.mig854.1126-2

Lia Andrea Barbato Tafarel
Jessica Campos de Freitas
Aiesca Oliveira Pellegrin
Raquel Soares Juliano

RESUMO

O presente artigo analisa a Educação Profissional e Tecnológica em fronteira. Nesse contexto, o estudo concentra-se na qualificação profissional ofertada nas cidades de Corumbá e Ladário entre 2020 e 2024. Busca responder à questão: existem instituições federais que oferecem essa qualificação e quais são suas contribuições para os jovens da região? O objetivo geral é mapear as instituições federais existentes na fronteira oeste. Metodologicamente optou-se pela pesquisa qualitativa descritiva e exploratória, apoiada na análise documental. A hipótese aponta a presença estatal na região, os resultados confirmam a existência de instituições que estão contribuindo para a cidadania dos jovens nesta localidade.
Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica, Estado brasileiro, Forças Armadas, região de fronteira.

ABSTRACT

This article examines Professional and Technological Education in Brazil's border region, focusing on professional qualification in the municipalities of Corumbá and Ladário between 2020 and 2024. It addresses the following research question: Are there federal institutions providing professional qualification in this region, and what are their contributions to the education and citizenship of local youth? The study aims to map the federal institutions operating in the western border region. A qualitative, descriptive, and exploratory research approach was adopted, supported by documentary analysis. The hypothesis assumes that the Brazilian State maintains a significant presence in the region through federal educational institutions. The results confirm the existence of these institutions and demonstrate their contribution to promoting professional qualification, social inclusion, and citizenship among young people living in this border area.
Keywords: Professional and Technological Education, Brazilian State, Armed Forces, border region.

1. INTRODUÇÃO

As regiões de fronteira constituem espaços estratégicos para os Estados nacionais, tanto sob a perspectiva da soberania territorial quanto do desenvolvimento econômico e social. Ao mesmo tempo em que desempenham papel fundamental para a defesa nacional, concentram desafios sociais, econômicos e institucionais que demandam a presença contínua do poder público. No Brasil, a faixa de fronteira corresponde a aproximadamente 27% do território nacional e caracteriza-se pela diversidade social, cultural e econômica decorrente da intensa interação entre diferentes povos, territórios e instituições (IBGE, 2020).

Nesse cenário, destaca-se a fronteira oeste brasileira, especialmente os municípios de Corumbá e Ladário, em Mato Grosso do Sul. Localizada na divisa com a Bolívia, essa fronteira integra um território de 3.423,2 km de extensão (Brasil, s/d.), dos quais 398 km pertencem ao estado de Mato Grosso do Sul (Brasil, 2011). Trata-se de uma região marcada pela convivência entre diferentes culturas, idiomas e dinâmicas sociais. No estado, 44 dos 79 municípios estão inseridos na faixa de fronteira, conforme dados da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) (Brasil, 2023).

No ordenamento jurídico brasileiro, a Constituição Federal não define conceitualmente a fronteira, limitando-se a estabelecer, no § 2º do Art. 20, a faixa de fronteira como área "fundamental para a defesa do território nacional", com largura de 150 km ao longo das fronteiras terrestres (Brasil, 1988). A partir dessa definição, Rodrigues (2015) ressalta que esse território é tradicionalmente compreendido como espaço de controle estatal e de uso estratégico.

Entretanto, para além dessa perspectiva, este estudo adota uma concepção de fronteira como espaço dinâmico, em constante transformação. Conforme Pinho (2024, p. 21), a fronteira converge com o "[...] tempo e espaço da história da humanidade". Nessa mesma direção, Rodrigues (2015) argumenta que o conceito evoluiu para incorporar práticas sociais, relações políticas e redes de interação, enquanto Machado (1998) a define como um espaço de comunicações, trocas, conflitos e integração entre diferentes grupos sociais.

Essa compreensão também está presente no Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste (PDIF), elaborado para diagnosticar e propor estratégias voltadas ao desenvolvimento do arco central. Entre seus eixos estruturantes, destaca-se a educação, reconhecida como elemento essencial para o desenvolvimento econômico, social e cultural da região. Nesse contexto, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) ocupa posição

de destaque, por contribuir para a formação de mão de obra qualificada e para a promoção da inclusão social (Costa, 2024).

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo mapear as instituições federais que oferecem Educação Profissional e Tecnológica na fronteira oeste brasileira e analisar de que forma essas instituições contribuem para a promoção da cidadania dos jovens dos municípios de Corumbá e Ladário.

Parte-se da hipótese de que a Educação Profissional e Tecnológica constitui importante instrumento para o desenvolvimento regional e que a presença de instituições federais voltadas à oferta dessa modalidade de ensino fortalece tanto a qualificação profissional quanto a formação cidadã dos jovens residentes na região de fronteira.

Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, fundamentada na análise documental de relatórios institucionais e de informações obtidas por meio da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.Br). A análise concentra-se na identificação das instituições federais que ofertaram Educação Profissional e Tecnológica na fronteira oeste brasileira entre os anos de 2020 e 2024.

2. METODOLOGIA

O presente artigo integra uma pesquisa de Doutorado em andamento. Por se tratar de um estudo inicial sobre a temática da Educação Profissional em região de fronteira, a abordagem metodológica adotada foi a qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, cuja coleta de dados fundamentou-se em questões encaminhadas às instituições federais, via Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.Br), além da consulta a artigos científicos sobre a temática.

Para confecção deste artigo, foram encaminhadas solicitações de informações à Plataforma Fala.Br, dirigidas ao Ministério da Educação, ao Ministério da Defesa e à Secretaria de Educação do estado. Como esta última não encaminhou resposta, a análise restringiu-se aos dados obtidos junto aos Institutos Federais e ao Projeto Soldado Cidadão.

2.1. Educação Profissional e Tecnológica na fronteira oeste brasileira

A compreensão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) na fronteira oeste brasileira requer a análise das especificidades históricas, sociais e econômicas desse território e das instituições responsáveis pela oferta de qualificação profissional.

Conhecida como fronteira oeste, essa região possui grande relevância histórica no cenário nacional, por ter sido palco de importantes episódios relacionados à defesa da

soberania territorial brasileira. Nesta região foram travados importantes conflitos, tais como a Guerra do Paraguai e a Retomada de Corumbá, que resultaram na configuração cartográfica atual de nosso país (Maranho, 2014; Gorga, 2020; Pinho, 2024).

Sob a perspectiva do desenvolvimento econômico e regional, a região de fronteira é um local de "[...] estagnação econômica e dificuldades e precariedades das condições de vida" (Silva, 2021, p. 121), situação que motivou a criação de políticas públicas específicas. Neste sentido, o Ministério da Integração Regional propôs iniciativas destinadas à promoção do desenvolvimento regional, como a Política Nacional do Desenvolvimento Regional que, em linhas gerais, objetiva a melhoria das condições de vida da população fronteiriça (Silva, 2021).

Ao estudar a questão da vulnerabilidade social na fronteira Brasil-Bolívia, Silva (2024) apresenta a cidade de Corumbá com indicadores abaixo dos esperados, ressaltando a precariedade das condições de vida e as dificuldades enfrentadas pela população.

Esse cenário reforça a importância do debate sobre o papel da educação nas regiões de fronteira, cujo Art. 205 estabelece a educação como dever do Estado e da família, essencial para o desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho (Cury, 2008).

A educação, no arco central, é considerada um eixo estratégico pelo Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Centro-oeste (PDIF), por se tratar de temática relevante para o desenvolvimento social, econômico e cultural das regiões de fronteira.

> Nos municípios da faixa de fronteira, a educação desempenha um papel estratégico na construção de pontes entre diferentes comunidades, contribuindo para a promoção e colaboração em áreas como comércio, turismo e desenvolvimento regional. Investir na educação nessas regiões é investir no fortalecimento das bases para um futuro mais integrado, equitativo e próspero, não apenas para os habitantes locais, mas para todo o contexto regional que se estende para além das fronteiras físicas. (Costa, 2024, p. 20)

Nesse contexto, a preparação para o trabalho ocorre, entre outros meios, por intermédio da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), definida, segundo o Ministério da Educação, como uma modalidade de ensino prevista pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996), que articula a educação formal e a profissional, podendo ser realizada durante o ensino médio ou mesmo após a sua conclusão (Brasil, 2024a).

Para Lima (2014, p. 100), o objetivo central da EPT "[...] é permitir ao futuro profissional desenvolver uma visão social da evolução da tecnologia, das mudanças advindas do processo

de inovação e das diferentes estratégias utilizadas para conciliar os imperativos econômicos às condições da sociedade".

Quanto ao valor da educação profissional e tecnológica, Lima (2014, p. 6) afirma que "[...] a educação profissional e tecnológica (EPT) passou nos últimos anos a assumir um valor estratégico para o desenvolvimento regional, sendo resultado das transformações ocorridas no ensino profissional e técnico ao longo de décadas".

A EPT, segundo a LDB (Brasil, 1996), é ofertada aos jovens pela rede federal de educação, por meio dos Institutos Federais, pelos serviços nacionais de aprendizagem e ensino, ou mesmo por instituições privadas (Brasil, 2024a). Segundo o último Censo da Educação Básica e da Educação Superior, existem 2,4 milhões de jovens matriculados em cursos de educação profissional, nível médio, e 2 milhões de jovens matriculados em cursos tecnológicos (Brasil, 2025).

3. INSTITUIÇÕES FEDERAIS E INICIATIVAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA FRONTEIRA OESTE

Na região da fronteira oeste, *locus* deste artigo, os Institutos Federais (IF) oferecem cursos voltados aos setores da indústria, agropecuária e de serviços. O estado de Mato Grosso do Sul possui o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, que conta com 10 *campi* instalados; dos quais, seis estão na faixa de fronteira: *Campus* Aquidauana, *Campus* Corumbá, *Campus* Dourados, *Campus* Jardim, *Campus* Naviraí e *Campus* Ponta Porã, que abrangem 41 municípios (IFMS, s/d.).

O Instituto Federal de Mato Grosso do Sul está instalado na região desde 2011, quando obteve a autorização do Ministério da Educação para iniciar seu funcionamento, por meio da Portaria n. 79, de 28 de janeiro de 2011, e iniciou suas atividades com a oferta de cursos técnicos em informática, metalurgia e manutenção e suporte em informática, este último na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja). Nesse mesmo ano, expandiu suas atividades, com a oferta de cursos técnicos na modalidade à distância em Corumbá e Ladário (IFMS, s/d.).

O IFMS *Campus* Corumbá abrange os municípios de Corumbá e Ladário e oferece, entre outras atividades educacionais, a qualificação profissional, como Formação Inicial e Continuada (FIC), cursos de capacitação e qualificação para o mundo do trabalho, e o ingresso se dá por meio de processo seletivo regido por edital específico (IFMS Corumbá, s/d.).

Além do IFMS, a região ainda conta com uma instituição federal que oferece a qualificação profissional, não voltada diretamente para a educação, mas que, dentre suas atribuições, encontra-se a da gestão do Projeto Soldado Cidadão (PSC). Trata-se do Comando

do 6º Distrito Naval, Organização Militar (OM) subordinada à Marinha do Brasil e instalada na região desde 1.783. Esta OM abrange, em sua jurisdição, os estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso (Tafarel, 2023).

A execução do PSC está intrinsecamente relacionada às normativas educacionais vigentes, uma vez que enfatizam a educação profissional de jovens, sobretudo em regiões fronteiriças (Tafarel; Pellegrin; Juliano, 2026). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Brasil, 1996), em seus Arts. 40 e 42, destaca que a educação profissional será desenvolvida em diferentes estratégias, podendo ser por meio do ensino regular ou por instituições especializadas, ou mesmo no ambiente de trabalho, que é o caso do desenvolvimento do Projeto Soldado Cidadão.

O PSC é considerado uma política pública, criado pelo Ministério da Defesa em 2004 com a finalidade de oferecer qualificação profissional aos jovens que prestam o serviço militar inicial nas Forças Armadas. Foi implementado em todo o território nacional (Brasil, 2012), tendo por objetivo ampliar as possibilidades de inserção desses jovens no mercado de trabalho após o desligamento do serviço ativo, contribuindo para sua integração à vida civil e para o exercício da cidadania. O PSC oferece cursos de qualificação, de 160 horas-aula, e que incluem, além da formação técnica-profissional, noções de empreendedorismo, cidadania, direitos e deveres (Honorato, 2020).

Segundo o Ministério da Defesa, até 2024 foram qualificados cerca de 301 mil jovens em todo o território nacional (Fala.Br), com investimento aproximado de R$ 173 milhões. Apesar desses resultados, ainda são escassos os estudos que avaliam os impactos do programa sobre a empregabilidade e o acompanhamento dos jovens após sua participação.

Neste sentido, a Portaria Ministerial nº 1.582, de 19 de março de 2026, apresenta uma atualização deste projeto, no sentido de estender o público-alvo para incluir também os oficiais e praças temporários para a preparação para o mercado de trabalho no momento do seu desligamento (Brasil, 2026).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este levantamento permitiu identificar a presença de instituições federais nesta região de fronteira, que ofertam Educação Profissional e Tecnológica (EPT), em conformidade com a LDB. Tais instituições são o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul e o Comando do 6º Distrito Naval, que desenvolve o Projeto Soldado Cidadão.

Segundo seu estatuto, o IFMS é descrito como uma "[...] instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação

profissional, científica e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino" (IFMS, s/d.) e possui 10 *campi* instalados em todo o estado, seis na região de fronteira. O Quadro 1 nos mostra a localização e a abrangência destes *campi*.

Quadro 1 – *Campi* do IFMS localizados nos municípios fronteiriços do MS

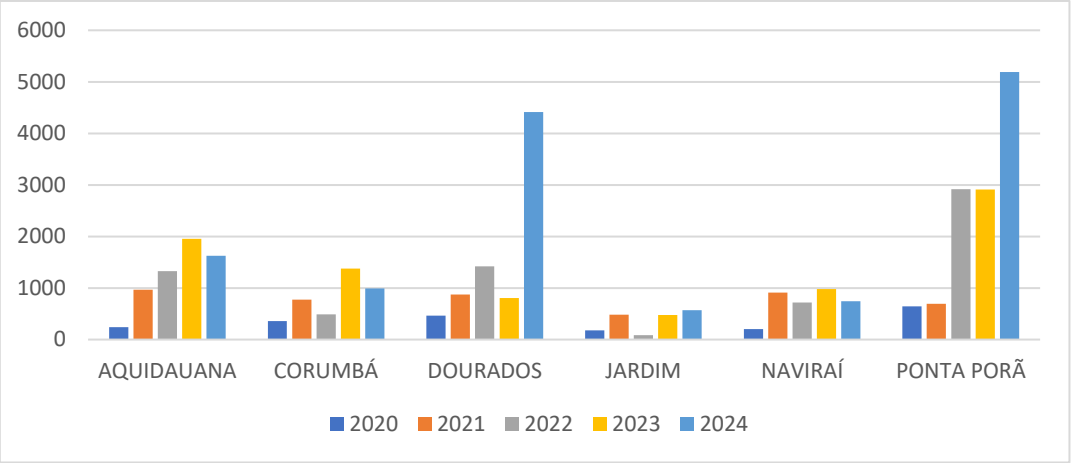
Campus	**Municípios da área de abrangência**	**População por área***
Aquidauana	Anastácio	118.913 hab.
	Aquidauana	
	Bodoquena	
	Dois Irmãos do Buriti	
	Miranda	
Corumbá	Corumbá	132.489 hab.
	Ladário	
Dourados	Caarapó	409.890 hab.
	Deodápolis	
	Douradina	
	Dourados	
	Fátima do Sul	
	Glória de Dourados	
	Itaporã	
	Jateí	
	Maracaju	
	Rio Brilhante	
	Vicentina	
Jardim	Bela Vista	118.506 hab.
	Bonito	
	Caracol	
	Guia Lopes da Laguna	
	Jardim	
	Nioaque	
	Porto Murtinho	
Naviraí	Eldorado	135.379 hab.
	Iguatemi	
	Itaquiraí	
	Japorã	
	Juti	
	Mundo Novo	
	Naviraí	
Ponta Porã	Amambai	206.755 hab.
	Antônio João	
	Aral Moreira	
	Coronel Sapucaia	
	Laguna Caarapã	
	Paranhos	
	Ponta Porã	
	Sete Quedas	
	Tacuru	

Fonte: disponível no arquivo do IFMS, acesso em 26 de jun. 2026

A pesquisa exploratória, realizada na Plataforma Nilo Peçanha (Brasil, 2024b), demonstrou que nos *campi* localizados na faixa de fronteira, os índices de evasão estão acima

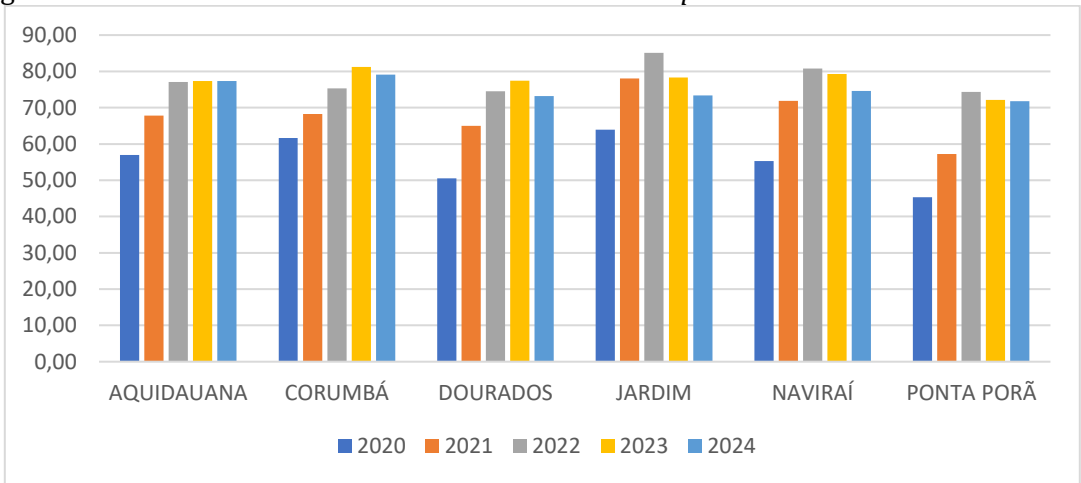
dos 50%, resultado que pode ser observado na Figura 2. Apesar do elevado número de vagas disponíveis – 6.457 por ano –, o total de jovens qualificados (Figura 1) ainda é baixo, e o índice de evasão é muito alto.

Figura 1 – Gráfico do total de jovens qualificados em IF – C*ampi* localizados em faixa de fronteira (2020 – 2024)



Fonte: produzido pelas autoras (2026), a partir dos dados da Plataforma Nilo Peçanha (Brasil, 2024b), acesso em 1 dez. 2025

Figura 2 – Gráfico com o índice de evasão do IFMS – *Campi* localizados na faixa de fronteira



Fonte: produzido pelas autoras (2026), a partir dos dados da Plataforma Nilo Peçanha (Brasil, 2024b), acesso em 1 dez. 2025

Os dados levantados pela Plataforma Nilo Peçanha (Brasil, 2024b) sinalizam que os IF sediados na faixa de fronteira qualificaram 7.156 jovens no período analisado, considerando os seis *campi* localizados na faixa de fronteira, o que daria, por *campus,* 1.193 jovens qualificados ao longo de cinco anos. Por sua vez, o Comando do 6º Distrito Naval, por meio do PSC, qualificou uma média de 903 jovens no mesmo período. Continuando esse paralelo entre as duas instituições, o *Campus* Corumbá qualificou, no período de 2020 a 2024, 3.991 jovens; enquanto o Comando do 6º Distrito Naval, por meio do PSC, qualificou no mesmo período 4.519 militares.

O Comando do 6º Distrito Naval, a despeito de não ser uma instituição voltada para a EPT, é uma OM gestora do PSC e, como tal, oferece a qualificação profissional aos jovens militares com vistas ao seu regresso à sociedade civil por ocasião do encerramento do Serviço Militar. Os cursos são direcionados ao mercado de trabalho, e o Quadro 2 evidencia o esforço na oferta de cursos de acordo com as demandas do mercado de trabalho local.

Quadro 2 – Lista de cursos ofertados pelo PSC do Comando do 6º Distrito Naval (2020-2024)

ANO	CURSOS OFERECIDOS	INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS	RECURSOS ALOCADOS (R$)	TOTAL DE ALUNOS CAPACITADOS	CUSTO MÉDIO POR ALUNO
2020	Marinheiro Fluvial de Máquinas; Mecânico de Refrigeração e Climatização	Capitania Fluvial do Pantanal (CFPN); SENAI-MS.	R$ 16.000,00	60 militares	R$ 266,66
2021	Mecânico de Motor de Popa; Assistente de Contabilidade; Eletricista de Redes de Distribuição (2 turmas); Marinheiro Fluvial de Máquinas; Marinheiro Fluvial de Convés.	SENAI-MS; ENERGISA-MS; CFPN.	R$ 13.564,00	445 militares	R$ 30,48
2022	Informática Básica; Fundamentos de Drones; Administração Rural; Confeitaria e Panificação; Trabalho em Altura; Produção Artesanal (Café, Piscicultura); Cursos Técnicos (Administração, Eletromecânica, Mecânica Industrial, RH, Mineração)	SENAI/SESI; SENAR; SENAT; SEBRAE; Prefeitura de Ladário-MS; ENERGISA-MS; CFPN; Fundação Bradesco.	R$ 13.000,00	Aproximadamente 100 vagas em cursos técnicos + 1.532 militares	R$ 7,96
2023	Drones (10 turmas); Eletricista de Redes; Marinheiro Fluvial de Convés; Combate a Incêndios; Cursos ENAP; condutor de Turismo; Panificação e Processamento; Máquinas Pesadas; Programa Marinheiro Empreendedor.	SENAR-MS; SENAI; ENERGISA-MS; SEBRAE; CFPN; PREVFOGO/IBAMA; UFMS.	R$ 0,00 Todos os cursos ministrados foram sem custo	Drones: 120; Marinheiro Fluvial de Convés: 15; Programa Marinheiro Empreendedor: 40; Demais cursos: 1.100 militares	R$ 0,00
2024	Informática e Excel; Empilhadeira; Roçadeira; Motosserra; Retroescavadeira; NR20, NR31.15, NR35; Culinária; Drones; Manutenção Predial; Refrigeração; Assistente Administrativo e Logística; Eletricista Residencial; Gestão Financeira (ENAP); Atendente de Farmácia; Garçom (SEBRAE); CNH Categoria D (CBMMS); Marinheiro Empreendedor; Marinheiro Convés; Combate a Incêndio	SENAR; SENAI; SENAT; SENAC; ENAP; SEBRAE; CBMMS; UFMS; Cia Náutica; e CFPN.	R$ 57.452,00	8 turmas de Drones: 42; Manutenção Predial: 38; Marinheiro Empreendedor: 28; Combate a Incêndio: 60. Demais cursos: 939 militares	R$ 50,17

Fonte: produzido pelas autoras (2026), a partir de informações obtidas por meio da Fala.Br NUP: 60000.000740/2026-15 (Fala.Br), acesso em 9 mar. 2026.

No Quadro 2, ressalta-se a consolidação do Programa Marinheiro Empreendedor, desenvolvido em parceria com acadêmicos do curso de Administração, por meio do acordo de cooperação entre o Comando do 6º Distrito Naval e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, conforme apontam Souza, Silva Junior e Silva (2022). O *Campus* Corumbá do IFMS também participou de cooperação com esta OM, nos anos de 2015 a 2018, tendo capacitado (nos dois

primeiros anos) cerca de 200 militares nos cursos de soldagem, corrosão, fundição e ensaios mecânicos, segundo Moraes (2025). Além disso, destaca-se a cooperação técnica estabelecida com a Energisa, firmada em 2021, conforme apresentado na Figura 3:

Figura 3 – Militares do Projeto Soldado Cidadão em curso de "Eletricista de Operação e Manutenção em redes de distribuição", ofertado por meio da parceria com a Energisa



Fonte: extraído de Agência Marinha de Notícias (2023), acesso em 27 nov. 2025

As parcerias possibilitaram ampliar a oferta de cursos, no ano de 2023, período em que não houve aplicação de recursos financeiros; e, apesar disso, foram qualificados 1.275 militares, por meio de vinte cursos ofertados em diversas instituições gratuitamente. No período de 2020 a 2024, o Comando do 6º Distrito Naval qualificou 4.519 militares, conforme a Figura 4 a seguir. Os resultados obtidos culminaram com a conquista do Prêmio Melhor Gestão do PSC por três anos consecutivos, 2021 a 2023.

Figura 4 – Quadro comparativo do efetivo de militares profissionalizados



Fonte: extraído de Tafarel, Pellegrin e Juliano (2026), acesso em 19 jun. 2026

Moraes (2025, p. 26) aponta a importância deste projeto para a "[...] construção de uma sociedade dotada de profissionais cada vez mais qualificados e alinhados com as atuais demandas de trabalho". Sua pesquisa, realizada nesta região fronteiriça, evidenciou a

percepção dos jovens atendidos quanto aos cursos ofertados estarem alinhados às demandas locais do mercado de trabalho, bem como reconhecem a importância de parcerias com instituições de ensino, como o Instituto Federal, pois contribuem positivamente para a formação profissional e para a inserção no mercado de trabalho.

Neste contexto, Brito e Lopes (2021, p. 1) afirmam que a educação profissional e tecnológica é uma importante ferramenta para a construção curricular dos jovens, por estar voltada ao "[...] perfil profissional e ao mercado no qual o aluno está inserido, [...] ajuda no desenvolvimento de habilidades técnicas" que concorrerão para a formação de um profissional mais qualificado e preparado para lidar com problemas e oferecer soluções adequadas.

Como aponta Honorato (2020), além da oferta de cursos voltados à qualificação profissional, o PSC oferece ainda uma formação voltada a temas como cidadania, direitos e deveres. Neste sentido, os militares contribuem por meio de missões de apoio, quando demandados pelo poder público ou pela sociedade civil, por meio de ações como campanhas de prevenção de vetores, campanhas de vacinação; bem como da participação em cursos de combate a incêndios florestais, ações que também promovem a cidadania, conforme Figura 5 e Figura 6.

Figura 5 – Militares em apoio às ações do Estado – Campanha de Combate à Dengue e Chikungunya nos municípios de Corumbá e Ladário



Fonte: disponível no arquivo do Serviço de Recrutamento Distrital do Comando do 6º Distrito Naval (2026), acesso em 14 mai. 2026

Figura 6 – Militares em curso do Comando do 6º Distrito Naval em curso de Combate a Incêndios Florestais, com Brigadistas do Centro Nacional de Prevenção e Combate de Incêndios Florestais



Fonte: extraído de Comando do 6º Distrito Naval (2021), disponível em: https://www.marinha.mil.br/com6dn/node/1790, acesso em 22 jun. 2026

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo mapear as instituições federais que ofertam Educação Profissional e Tecnológica (EPT) na fronteira oeste do Brasil e analisar suas contribuições para a qualificação profissional e a promoção da cidadania dos jovens da região, considerando o período de 2020 a 2024.

Os resultados confirmam a hipótese de que a presença de instituições federais constitui um importante instrumento para o desenvolvimento regional. Destaca-se o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), que possui seis de seus *campi* localizados em municípios inseridos na faixa de fronteira, evidenciando a presença do Estado na oferta de educação pública e profissional. Entretanto, observou-se que, apesar do elevado número de vagas ofertadas, os índices de evasão permanecem elevados, indicando a necessidade de estratégias que favoreçam a permanência e a conclusão dos cursos.

Nesse contexto, a retomada de parcerias entre o IFMS e o Comando do 6º Distrito Naval, por meio do Projeto Soldado Cidadão, pode representar uma alternativa para ampliar a ocupação das vagas disponíveis e potencializar os resultados da Educação Profissional e Tecnológica na região. Além da qualificação profissional, o Projeto Soldado Cidadão incorpora ações de formação cidadã, aspecto reconhecido pela literatura e pelos resultados obtidos pelo Comando do 6º Distrito Naval, premiado nacionalmente pela gestão do programa nos anos de 2021, 2022 e 2023.

Conclui-se que a atuação articulada entre o IFMS e o Comando do 6º Distrito Naval fortalece a presença estatal na fronteira oeste e contribui para a formação profissional, o exercício da cidadania e o desenvolvimento regional. Os resultados reforçam a importância da

continuidade e do fortalecimento de políticas públicas voltadas à Educação Profissional e Tecnológica em regiões de fronteira.

Como se trata de uma pesquisa em desenvolvimento, estudos futuros poderão aprofundar a análise dos impactos dessas instituições sobre a inserção profissional e a permanência dos jovens no mercado de trabalho, bem como avaliar os efeitos das parcerias institucionais na ampliação da oferta e da efetividade da EPT na região de fronteira.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA MARINHA DE NOTÍCIAS. Militares do Projeto Soldado Cidadão em curso de "Eletricista de Operação e Manutenção em redes de distribuição", ofertado por meio da parceria com a Energisa. 2023. Disponível em: https://www.agencia.marinha.mil.br/especial/comando-do-6o-distrito-naval-ha-150-anos-protegendo-os-rios-da-fronteira-oeste-do-brasil. Acesso em: 27 nov. 2025.

ALMEIDA, G. H. P. de; TEIXEIRA, A. P. de M. Plano de divulgação para o projeto "Soldado Cidadão": ferramenta de Comunicação Social a serviço do desenvolvimento regional. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Foz do Iguaçu, 2014. Anais. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-2228-1.pdf. Acesso em: 4 dez. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 3 jul. 2026.

BRASIL. Fronteiras e limites do Brasil. Ministério das Relações Exteriores, Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://info.lncc.br/tab.html. Acesso em: 16 jun. 2026.

BRASIL. Livro Branco de Defesa Nacional. Ministério da Defesa, Brasília: DF, 2012. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf. Acesso em: 28 out. 2025.

BRASIL. Faixa de Fronteira. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste. Brasília, DF, 18 maio 2023. Disponível em: https://www.gov.br/sudeco/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes-1/faixa-de-fronteira. Acesso em: 28 ago. 2025.

BRASIL. Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Brasília, DF: MEC, 2024a. Disponível em: https://dadosabertos.mec.gov.br/ept. Acesso em: 18 set. 2025.

BRASIL. Plataforma Nilo Peçanha: indicadores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – ano-base 2023. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

Brasília, DF: MEC/SETEC, 2024b. Disponível em: https://pnp.mec.gov.br. Acesso em: 3 jul. 2026.

BRASIL. Resultados do Censo da Educação Superior 2024. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Brasília, DF: Inep, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados. Acesso em: 3 jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Defesa consolida propostas e institui novo sistema no último dia do workshop. 1º Workshop de Reposicionamento Profissional de Militares Temporários das Forças Armadas. Ministério da Defesa, Brasília, DF, 23 mar. 2026.

BRASIL. Solicitação de informações NUP 60110.0026332/2025-59. Controladoria-Geral da União. Fala.Br. Disponível em: https://falabr.cgu.gov.br/web/home. Acesso em: 26 jun. 2025.

BRASIL. Fronteiras terrestres. PDF Funag: s/d. Disponível em: https://www.gov.br/funag/pt-br/ipri/arquivos-ipri/arquivos-estatisticas/fronteiras-terrestres-brasil-13052015.pdf. Acesso em: 16 jun. 2026.

BRITO, S. C. A. A. de; LOPES, T. de S. Importância do ensino técnico profissional para o mercado de trabalho. estudo de caso da E. E. Padre Menezes em Lagoa Santa-MG. VII CONEDU – Conedu em Casa. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/80596. Acesso em: 19 jun. 2026.

COSTA, E. A. da (coord.). Elaboração do "Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste do Brasil – PDIF. Meta 3 – PDIF da FFCO. Corumbá: Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul; Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura – Fapec, 2024. Disponível em: https://ppgefcpan.ufms.br/files/2024/03/Meta-3-PDIF-3.pdf. Acesso em: 10 jun. 2026.

CURY, C. R. J. A educação básica como direito. Tema em Destaque – Políticas e Programas de Educação no Brasil. Cadernos de Pesquisa, [S.l.], v. 38, n. 134, p. 293-303, maio/ago. 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0100-15742008000200002. Acesso em: 19 jun. 2026.

GORGA, E. F. Os impactos socioespaciais da presença do 17.º Batalhão de Fronteira para o município de Corumbá-MS/Brasil. 118 f. Dissertação (Mestrado Geografia) – Curso de Estudos Fronteiriços, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2020. Disponível em: https://ppgefcpan.ufms.br/files/2021/08/DISSERTACAO-EDUARDO-GORGA.pdf. Acesso em: 19 jun. 2026.

HONORATO, H. G. O projeto Soldado Cidadão como política pública de inserção no mercado de trabalho. 2020. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/ebooks/conedu/2020/ebook2/602fccfbefbca_19022021113643.pdf. Acesso em: 20 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. IBGE divulga relação dos municípios na faixa de fronteira. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html. Acesso em: 16 jun. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – IFMS. História do *Campus* Corumbá. IFMS, s/d. Disponível em: https://www.ifms.edu.br/campi/campus-corumba/sobre/historia. Acesso em: 26 jun. 2026.

MARANHO, M. V. de M. T. A Marinha do Brasil e a presença de seus militares na fronteira oeste do Brasil: o caso de Ladário, MS. 102f. Dissertação (Mestrado Geografia) – Curso de Estudos Fronteiriços, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2014.

MORAES, D. G. de. O serviço militar obrigatório e a educação profissional, científica e tecnológica: a importância da parceria entre o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul e as Forças Armadas para a qualificação social e profissional de jovens voluntários. 30f. TCC (Especialização) – Curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2025.

LIMA, J. K. M. A educação profissional e tecnológica e o desenvolvimento regional. 115f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais, Universidade Federal de Sergipe, *Campus* de São Cristóvão, Sergipe, 2014. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4496/1/JUCIANA_KARLA_MELO_LIMA.pdf. Acesso em: 20 jun. 2026.

PINHO, E. da S. Recrutamento militar do Exército Brasileiro na fronteira Brasil-Bolívia: serviço obrigatório e estratégia política de segurança e de desenvolvimento em região de fronteira. 83f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Estudos Fronteiriços, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/8852. Acesso em: 16 jun. 2026.

RODRIGUES, A. L. Fronteira e território: considerações conceituais para a compreensão da dinâmica do espaço geográfico. Revista Produção Acadêmica: Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários/Nurba, Porto Nacional-TO, v. 2, p. 139-157, dez. 2015. Semestral. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/index/index. Acesso em: 16 jun. 2026.

SILVA, V. da V. Vulnerabilidade social na fronteira Brasil-Bolívia: uma análise sobre trabalho e renda a partir das iniciativas coletivas de mulheres. Interações, Campo Grande, MS, v. 26, e26354746, jan./dez. 2024. DOI: http://dx.doi.org/10.20435/inter.v26i0.4746.

SILVA, V. J. B. da. A interação do Ministério do Desenvolvimento Regional com os governos subnacionais nas ações sobre a faixa de fronteira. Revista GeoPantanal. UFMS, Corumbá-MS, n. 31, p. 117-133, jul./dez. 2021.

SOUZA, R. dos S.; SILVA JUNIOR, N. G. da; SILVA, P. L. F. O Programa Marinheiro Empreendedor desenvolvido no Comando do 6º Distrito Naval – em Ladário-MS. Caderno da escola de extensão [recurso eletrônico]: mosaico de relatos de experiência de ações 2018 e 2019. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2022.

TAFAREL, L. A. B. Covid-19 na fronteira oeste: percepção da comunidade de usuários em um hospital militar. 132f. Dissertação (Mestrado Geografia) – Curso de Estudos Fronteiriços, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2023.

TAFAREL, L. A. B.; PELLEGRIN, A. O.; JULIANO, R. S. O Projeto Soldado Cidadão como prática educacional: experiência do Comando do 6º Distrito Naval na gestão de política pública. Anais...

1º Congresso Latino-Americano De Práticas Educativas (on-line) – Resumos Expandidos. Editora Omnis Scientia. Recife-RE. 2026. v. 1, p. 233-237. Disponível em: https://editoraomnisscientia.com.br/catalogos/ciencias-da-saude/anais-do-1o-congresso-latino-americano-de-praticas-educativas-on-line-resumos-expandidos/. Acesso em: 19 jun. 2026.

CAPÍTULO III

A PRESENÇA DE ESTUDANTES MIGRANTES INTERNACIONAIS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CORUMBÁ-MS: DESAFIOS AO DIREITO À EDUCAÇÃO NA FRONTEIRA BRASIL–BOLÍVIA

INTERNATIONAL MIGRANT STUDENTS IN THE MUNICIPAL SCHOOL SYSTEM OF CORUMBÁ (MS), BRAZIL: CHALLENGES TO THE RIGHT TO EDUCATION ON THE BRAZIL–BOLIVIA BORDER

DOI: 10.51859/amplla.mig854.1126-3

Ana Cláudia Gonzaga da Silva

RESUMO

Este artigo analisa a construção da identidade fronteiriça de estudantes migrantes matriculados na Rede Municipal de Ensino de Corumbá (MS), considerando a mobilidade pendular entre Brasil e Bolívia. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada em estudos sobre território, fronteira, identidade e migração, articulados à análise de documentos normativos e dados administrativos da Rede Municipal de Ensino. Os resultados demonstram que a experiência escolar, associada à circulação cotidiana entre os dois países, contribui para a constituição de identidades múltiplas e para o fortalecimento de políticas educacionais voltadas ao acolhimento, à permanência escolar e à garantia do direito à educação em contexto fronteiriço.

Palavras-chave: Migração internacional; identidade fronteiriça; mobilidade pendular; educação em fronteira; interculturalidade.

ABSTRACT

his article analyzes the construction of border identity among migrant students enrolled in the Municipal Education Network of Corumbá, Mato Grosso do Sul, considering the dynamics of cross-border commuting between Brazil and Bolivia. This qualitative study is based on bibliographic and documentary research, supported by studies on territory, borders, identity, and migration, combined with the analysis of normative documents and administrative data from the Municipal Education Network. The findings demonstrate that the school experience, associated with daily cross-border mobility, contributes to the construction of multiple identities and strengthens educational policies aimed at welcoming migrant students, promoting school retention, and ensuring the right to education in border contexts.

Key-words: International migration; border identity; cross-border mobility; border education; interculturality.

1. INTRODUÇÃO

Em 2026, a Rede Municipal de Ensino de Corumbá (MS) registrava 268 estudantes migrantes internacionais, pertencentes a nove nacionalidades, evidenciando que a migração internacional integra o cotidiano das escolas do município. Localizada na fronteira entre Brasil e Bolívia, Corumbá caracteriza-se pela intensa circulação de pessoas entre os municípios de

Corumbá, Puerto Quijarro e Puerto Suárez, configurando um território marcado por relações sociais, culturais, econômicas e educacionais transfronteiriças. Conforme destacam Pacola e Golin (2023), as escolas situadas em regiões de fronteira convivem diariamente com desafios relacionados à mobilidade humana, à diversidade cultural e à interculturalidade, exigindo políticas públicas capazes de responder às especificidades desses contextos.

Nesse cenário, a educação constitui um direito humano fundamental e um dos principais instrumentos de promoção da cidadania, da inclusão social e da dignidade humana. No Brasil, esse direito é assegurado pela Constituição Federal de 1988, que estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, sem distinção de nacionalidade, origem ou condição migratória (BRASIL, 1988). Esse princípio foi fortalecido pela Lei nº 13.445/2017 (Lei de Migração), que reconhece os migrantes como sujeitos de direitos e garante igualdade de acesso às políticas públicas, incluindo a educação (Brasil, 2017).

Complementarmente, a Resolução CNE/CEB nº 1/2020 determina a matrícula imediata de estudantes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio na rede pública de ensino, independentemente da apresentação de documentação escolar ou da situação migratória da família (BRASIL, 2020).

Entretanto, assegurar a matrícula não significa, por si só, garantir o direito à educação. A permanência escolar pressupõe condições de acolhimento, reconhecimento das diferenças culturais, superação das barreiras linguísticas e desenvolvimento de práticas pedagógicas que favoreçam a aprendizagem e a inclusão. Para Oliveira e Vernochi (2022), compreender a educação em territórios fronteiriços requer considerar as especificidades das dinâmicas migratórias e das relações construídas nesses espaços, superando análises restritas ao acesso escolar.

Em Corumbá, essas questões tornam-se ainda mais relevantes diante da presença contínua de estudantes migrantes internacionais na Rede Municipal de Ensino. Em âmbito local, a Deliberação CME nº 564/2022 reafirma o compromisso do município com a garantia do direito à educação ao regulamentar a matrícula de estudantes migrantes nas unidades escolares da rede pública municipal. Diante desse contexto, o presente artigo busca responder à seguinte questão de pesquisa: de que forma a presença de estudantes migrantes internacionais na Rede Municipal de Ensino de Corumbá (MS) evidencia os desafios para a efetivação do direito à educação na fronteira Brasil–Bolívia, especialmente quanto ao acesso e à permanência escolar?

Assim, o objetivo consiste em analisar a presença de estudantes migrantes internacionais matriculados na Rede Municipal de Ensino de Corumbá (MS), discutindo os desafios ao direito à educação em contexto fronteiriço.

Metodologicamente, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, desenvolvida a partir da articulação entre referenciais teóricos sobre território, fronteira, identidade, migração e interculturalidade e a análise de documentos normativos relacionados ao atendimento educacional de estudantes migrantes internacionais.

Como fontes documentais, foram analisados dispositivos legais nacionais, entre eles a Lei nº 13.445/2017 (Lei de Migração) e a Resolução CNE/CEB nº 1/2020, bem como normativas da Rede Municipal de Ensino de Corumbá, com destaque para a Resolução/SEMED nº 117/2025, a Resolução/SEMED nº 298/2024 e o Protocolo de Acolhimento e Atendimento aos Migrantes Internacionais (2024), que regulamentam procedimentos administrativos e pedagógicos voltados ao acolhimento, à matrícula e à permanência de estudantes migrantes.

A pesquisa também utilizou dados administrativos da Secretaria Municipal de Educação de Corumbá referentes ao quantitativo de estudantes migrantes matriculados na Rede Municipal de Ensino, empregados exclusivamente para a caracterização do contexto investigado. O acesso a essas informações decorre das atribuições funcionais da autoras junto à Secretaria Municipal de Educação. Foram utilizados apenas dados agregados e de natureza institucional, sem identificação individual dos estudantes, em conformidade com os princípios éticos aplicáveis à utilização de bases administrativas e com as disposições da Resolução CNS nº 738/2024.

A análise foi conduzida por meio da interpretação crítica dos referenciais teóricos e dos documentos institucionais, buscando compreender como a mobilidade pendular e a experiência escolar em contexto fronteiriço participam da construção da identidade de estudantes migrantes e subsidiam a formulação de políticas públicas educacionais na fronteira Brasil–Bolívia.

2. FRONTEIRA BRASIL–BOLÍVIA E O DIREITO À EDUCAÇÃO DE ESTUDANTES MIGRANTES INTERNACIONAIS

A fronteira entre Brasil e Bolívia constitui um território marcado por intensas relações sociais, econômicas, culturais e educacionais, caracterizado pela circulação cotidiana de pessoas entre os dois países. Distante da compreensão de fronteira como mera linha divisória entre Estados nacionais, esses espaços configuram-se como territórios de interação, nos quais diferentes identidades, idiomas e culturas convivem e produzem formas próprias de organização social. Conforme afirma Benedetti (2018), as fronteiras contemporâneas devem ser

compreendidas como espaços dinâmicos, constituídos pelas múltiplas territorialidades e pelas relações estabelecidas entre os sujeitos que nelas vivem.

No estado de Mato Grosso do Sul, essa realidade torna-se ainda mais evidente nas cidades-gêmeas situadas ao longo da faixa de fronteira. Entre elas, destacam-se Corumbá, *Puerto Quijarro* e *Puerto Suárez*, cuja proximidade geográfica favorece intensos fluxos populacionais e a utilização compartilhada de serviços, entre eles a educação. Para Ribeiro Filho (2022), as cidades-gêmeas apresentam dinâmicas territoriais específicas, marcadas pela conurbação, pela interpenetração entre os territórios e pela convivência cotidiana entre diferentes nacionalidades, aspectos que diferenciam essas localidades das demais regiões brasileiras e exigem políticas públicas compatíveis com essa realidade.

Essa dinâmica repercute diretamente nas instituições escolares. Crianças e adolescentes atravessam diariamente a fronteira para estudar, convivendo em salas de aula onde diferentes idiomas, culturas e trajetórias migratórias fazem parte do cotidiano. Como observa Ribeiro Filho (2022), pensar a educação nas escolas de fronteira implica reconhecer que esses territórios apresentam características culturais e linguísticas próprias, tornando indispensável a formulação de políticas educacionais que dialoguem com essa diversidade e promovam processos de integração intercultural.

Ao investigarem as políticas educacionais voltadas às regiões fronteiriças, Bueno e Santos (2024) também evidenciam que, embora os documentos oficiais reconheçam a diversidade existente nesses territórios, ainda são limitadas as ações direcionadas às especificidades das populações migrantes e transfronteiriças. Para as autoras, a elaboração de políticas educacionais deve considerar as características territoriais, culturais e linguísticas das regiões de fronteira, superando propostas homogêneas que desconsideram as particularidades desses espaços.

É nesse contexto que o direito à educação assume papel central. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família (BRASIL, 1988). Esse princípio foi ampliado pela Lei nº 13.445/2017 (Lei de Migração), que assegura aos migrantes igualdade de acesso às políticas públicas, inclusive à educação (BRASIL, 2017). Posteriormente, a Resolução CNE/CEB nº 1/2020 definiu diretrizes para o atendimento educacional de estudantes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio, garantindo sua matrícula na educação básica independentemente da apresentação de documentação escolar ou da situação migratória.

Entretanto, garantir o acesso à escola representa apenas uma dimensão do direito à educação. Conforme argumentam Viegas e Domingues (2024), sua efetivação depende da

construção de políticas públicas que assegurem acolhimento institucional, enfrentamento das barreiras linguísticas, formação continuada dos profissionais da educação, valorização da diversidade cultural e desenvolvimento de estratégias capazes de favorecer a permanência escolar dos estudantes migrantes.

Essas reflexões tornam-se especialmente relevantes em Corumbá, município cuja posição geográfica favorece intensas relações transfronteiriças e a presença contínua de estudantes migrantes internacionais na Rede Municipal de Ensino. Em 2026, a rede registrava 268 estudantes migrantes internacionais, pertencentes a nove nacionalidades, evidenciando que a mobilidade humana deixou de representar um fenômeno pontual para constituir parte da realidade cotidiana das escolas do município. Nessa perspectiva, compreender quem são esses estudantes, de onde vêm e como estão distribuídos na rede de ensino torna-se fundamental para analisar os desafios à efetivação do direito à educação em contexto fronteiriço.

Embora a legislação brasileira tenha avançado significativamente na garantia do acesso à educação para estudantes migrantes, a efetivação desse direito exige a superação de uma compreensão restrita à matrícula escolar. O direito à educação não se esgota no ingresso formal do estudante na escola, mas pressupõe condições concretas para sua permanência, participação e aprendizagem ao longo da trajetória escolar.

Nesse sentido, Tavano e Oliveira (2026) argumentam que, para que o direito à educação seja plenamente assegurado, é necessário considerar não apenas a disponibilidade de vagas, mas também aspectos relacionados à acessibilidade, aceitabilidade e adaptabilidade dos sistemas educacionais. Amparados nas contribuições de Tomasevski (2001), os autores destacam que a acessibilidade envolve a garantia de acesso e permanência sem obstáculos documentais, linguísticos, econômicos ou discriminatórios, enquanto a adaptabilidade pressupõe que a educação seja capaz de responder às necessidades da diversidade cultural presente nos espaços escolares.

Essa discussão torna-se especialmente relevante em regiões de fronteira, onde os fluxos migratórios internacionais produzem contextos marcados pela diversidade linguística, cultural e social. Conforme observam Tavano e Oliveira (2026), a presença crescente de estudantes migrantes nas escolas brasileiras mobiliza novas demandas pedagógicas e institucionais, exigindo dos sistemas de ensino estratégias capazes de acolher diferentes idiomas, trajetórias escolares e experiências culturais.

Ao analisar a realidade das escolas municipais de Corumbá-MS, os autores identificaram que a principal dificuldade relatada por professores e gestores está relacionada à barreira linguística. Segundo os entrevistados, estudantes hispanofalantes frequentemente enfrentam

dificuldades de compreensão da língua portuguesa, comprometendo sua participação nas atividades escolares e, consequentemente, seus processos de aprendizagem. Essa constatação evidencia que a permanência escolar não pode ser compreendida apenas como frequência ou continuidade da matrícula, mas deve considerar as condições efetivas para que o estudante desenvolva seu percurso educacional com qualidade.

Nessa perspectiva, a permanência escolar constitui uma dimensão fundamental do direito à educação. Garantir que estudantes migrantes permaneçam na escola implica promover ações de acolhimento intercultural, acompanhamento pedagógico, valorização das identidades culturais e fortalecimento de políticas públicas capazes de responder às especificidades dos territórios fronteiriços. Como afirmam Tavano e Oliveira (2026):

> o direito à educação não pode se limitar ao acesso e deve ser diariamente construído e aprofundado, garantindo que esse grupo de estudantes, que já enfrentam diversas vulnerabilidades, tenham assegurada a totalidade da educação".

Dessa forma, ao discutir a permanência escolar dos estudantes migrantes matriculados na Rede Municipal de Ensino de Corumbá-MS, torna-se necessário analisar não apenas o conjunto de legislações que asseguram o acesso à escola, mas também as condições institucionais que favorecem sua permanência, aprendizagem e inclusão em um contexto marcado pela intensa mobilidade humana na fronteira Brasil-Bolívia.

Compreender a permanência escolar dos estudantes migrantes em Corumbá-MS exige reconhecer as especificidades do território fronteiriço onde essas trajetórias educacionais se desenvolvem. Diferentemente de municípios afastados das linhas internacionais, Corumbá possui uma dinâmica social marcada pela circulação cotidiana de pessoas, mercadorias, serviços e culturas entre Brasil e Bolívia, constituindo um espaço de intensas relações transfronteiriças. Conforme destacam Tavano et al. (2024), a fronteira não deve ser compreendida apenas como limite geográfico entre Estados nacionais, mas como um espaço vivido, marcado por relações sociais, econômicas, culturais e educacionais que se constroem diariamente entre populações de diferentes nacionalidades.

Assim, a fronteira representa um território de encontros, trocas e negociações permanentes, onde a mobilidade humana constitui elemento estruturante da vida cotidiana. No caso de Corumbá, a proximidade com as cidades bolivianas de *Puerto Quijarro* e *Puerto Suárez* favorece a circulação constante de estudantes que atravessam diariamente a linha internacional para frequentar escolas brasileiras. Além dos estudantes migrantes residentes no município, há também estudantes pendulares, cujas famílias permanecem em território

boliviano, mas utilizam os serviços educacionais ofertados pela Rede Municipal de Ensino de Corumbá.

Essa realidade produz demandas específicas para a gestão educacional, exigindo políticas públicas capazes de responder às singularidades do contexto fronteiriço. Ao analisar a realidade da fronteira Brasil-Bolívia, Santos et al. (2025) destacam que as escolas da Rede Municipal de Ensino estão inseridas em um contexto caracterizado pela diversidade linguística, cultural e identitária. Nesse território, convivem estudantes brasileiros, migrantes internacionais e estudantes pendulares, cujas experiências sociais e culturais ultrapassam os limites territoriais dos Estados nacionais.

A educação desenvolvida em regiões de fronteira apresenta características próprias que a diferenciam de outros contextos educacionais. A intensa circulação de pessoas, línguas e culturas produz uma realidade escolar marcada pela diversidade, exigindo que as práticas pedagógicas, administrativas e linguísticas considerem as especificidades do território fronteiriço.

Nesse contexto, as escolas tornam-se espaços de convivência intercultural, nos quais diferentes pertencimentos, identidades e experiências transnacionais coexistem cotidianamente. Assim, compreender a educação na fronteira implica reconhecer que as dinâmicas territoriais influenciam diretamente os processos de ensino, aprendizagem e garantia do direito à educação (Oliveira et al., 2026).

3. A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CORUMBÁ (MS) E AS POLÍTICAS DE ACOLHIMENTO A ESTUDANTES MIGRANTES INTERNACIONAIS

A Rede Municipal de Ensino (REME) de Corumbá está inserida em um território marcado pela intensa mobilidade humana característica da fronteira Brasil–Bolívia. A proximidade com os municípios bolivianos de *Puerto Quijarro* e *Puerto Suárez* faz com que estudantes migrantes internacionais e estudantes pendulares integrem cotidianamente as unidades escolares, produzindo um contexto educacional marcado pela diversidade linguística, cultural e social. Conforme destacam Tavano et al. (2025), essa realidade diferencia a rede municipal de outros sistemas de ensino brasileiros e exige políticas educacionais capazes de responder às especificidades da fronteira.

Nos últimos anos, a Secretaria Municipal de Educação de Corumbá tem desenvolvido iniciativas voltadas ao fortalecimento do atendimento educacional da população migrante internacional. Entre os avanços institucionais destaca-se a Deliberação CME nº 564/2022, que

regulamenta a matrícula de estudantes migrantes internacionais na Rede Municipal de Ensino, assegurando o ingresso independentemente da apresentação de documentação pessoal ou escolar.

Conforme demonstram Tavano et al. (2025), essa normativa representou um importante avanço para a garantia do direito à educação no município ao orientar os procedimentos de matrícula, classificação e reclassificação escolar, em conformidade com a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Lei nº 13.445/2017 (Lei de Migração) e a Resolução CNE/CEB nº 1/2020.

A consolidação dessa política foi ampliada com a elaboração do Protocolo de Acolhimento e Atendimento aos Migrantes Internacionais no Âmbito da Assistência Social, Educação e Saúde no Município de Corumbá (MS). Construído de forma intersetorial pelo Comitê Municipal de Atenção aos Imigrantes, Refugiados e Apátridas (COMAIRA), em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, a Secretaria Municipal de Saúde e o Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais (MIGRAFRON/UFMS), o documento estabelece diretrizes para orientar o atendimento da população migrante nos diferentes serviços públicos municipais.

Como ressaltam Tavano et al. (2025), sua construção resultou do reconhecimento de que a migração internacional deixou de representar um fenômeno ocasional em Corumbá, passando a demandar respostas institucionais articuladas entre diferentes setores da administração pública.

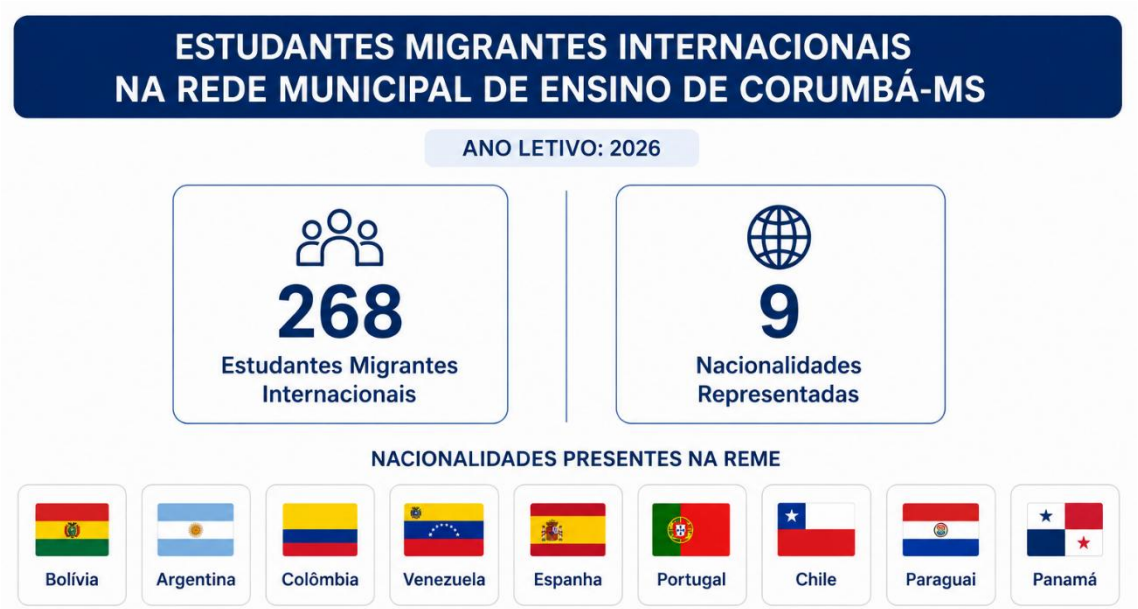
No campo educacional, o Protocolo reafirma que o direito à educação não pode ser condicionado à apresentação de documentos pessoais ou escolares, orientando as unidades da Rede Municipal de Ensino quanto aos procedimentos de acolhimento, matrícula e encaminhamento dos estudantes migrantes. Além disso, o documento enfatiza princípios como a não discriminação, o respeito aos direitos humanos, a valorização da diversidade cultural e linguística e a necessidade de formação continuada dos profissionais da educação para atuação em contextos interculturais, reconhecendo que o acesso à escola deve estar acompanhado de condições que favoreçam a permanência e a aprendizagem. Tavano et al. (2025) destacam que essas diretrizes representam um avanço na institucionalização das políticas públicas municipais voltadas à população migrante.

Entretanto, a existência de instrumentos normativos, por si só, não garante a efetivação do direito à educação. Conforme observam Tavano et al. (2025), permanecem desafios relacionados à implementação das ações previstas pelo Protocolo, especialmente quanto à formação continuada dos professores, à incorporação da perspectiva intercultural no currículo

escolar e ao fortalecimento de políticas linguísticas capazes de atender à diversidade presente nas salas de aula da fronteira. As autoras ressaltam que esses desafios evidenciam a necessidade de transformar os avanços legais em práticas pedagógicas permanentes no cotidiano das escolas.

A presença desses sujeitos produz novas demandas para os sistemas educacionais e desafia modelos escolares construídos a partir de perspectivas homogêneas de língua, cultura e pertencimento. Nesse cenário, a escola assume papel fundamental na garantia dos direitos sociais da população migrante. Mais do que espaço de escolarização, a instituição escolar torna-se local de acolhimento, integração social, construção de pertencimentos e acesso à cidadania. Assim, discutir o direito à educação em Corumbá implica reconhecer que a fronteira não constitui uma condição periférica ou excepcional, mas uma realidade permanente que influência diretamente a organização das políticas educacionais e as experiências escolares vivenciadas pelos estudantes migrantes.

Figura 1 – Estudantes migrantes internacionais matriculados na Rede Municipal de Ensino de Corumbá-MS, 2026.



Fonte: Sistema de Escrituração Escolar – Tagnos/Secretaria Municipal de Educação de Corumbá (2026).

De acordo com os dados do Sistema de Escrituração Escolar – Tagnos, da Secretaria Municipal de Educação de Corumbá, a Rede Municipal de Ensino contabilizava, no ano letivo de 2026, um total de 268 estudantes migrantes internacionais matriculados em suas unidades escolares. Os dados evidenciam a presença de estudantes oriundos de nove nacionalidades distintas: Bolívia, Argentina, Colômbia, Venezuela, Espanha, Portugal, Chile, Paraguai e Panamá.

A diversidade de nacionalidades presentes na rede municipal revela a complexidade dos fluxos migratórios que caracterizam o município de Corumbá-MS. Entretanto, observa-se a predominância de estudantes bolivianos, situação diretamente relacionada à posição geográfica da cidade na fronteira Brasil-Bolívia e às intensas relações econômicas, sociais, familiares e culturais estabelecidas historicamente entre Corumbá, *Puerto Quijarro* e *Puerto Suárez*.

Os dados apresentados corroboram as discussões sobre a fronteira como um espaço de mobilidade humana permanente, marcado pela circulação cotidiana de pessoas e pela constituição de territorialidades transfronteiriças. Nesse contexto, as escolas da Rede Municipal de Ensino assumem papel estratégico na garantia do direito à educação, acolhendo estudantes provenientes de diferentes países e assegurando o acesso aos serviços educacionais independentemente da nacionalidade.

Além de evidenciar a relevância da migração internacional para a realidade educacional do município, os números demonstram que a presença de estudantes migrantes não constitui um fenômeno pontual ou excepcional, mas uma característica consolidada do sistema educacional local. Tal cenário reforça a necessidade de políticas públicas educacionais voltadas não apenas ao acesso à matrícula, mas também à permanência escolar, ao acolhimento intercultural e à promoção de condições que favoreçam o desenvolvimento educacional desses estudantes em contexto de fronteira.

A presença de estudantes provenientes de nove nacionalidades distintas também evidencia a diversidade cultural existente nas escolas municipais de Corumbá. Essa pluralidade de experiências, línguas e trajetórias migratórias desafia os sistemas educacionais a desenvolver práticas inclusivas capazes de reconhecer e valorizar as diferenças, contribuindo para a construção de uma educação comprometida com os princípios da equidade, da interculturalidade e dos direitos humanos.

Dessa forma, os dados do Tagnos demonstram que a Rede Municipal de Ensino de Corumbá ocupa posição central na garantia do direito à educação da população migrante internacional, constituindo-se como importante espaço de acolhimento, integração social e efetivação de direitos em uma das mais dinâmicas regiões fronteiriças do Brasil.

Essa diversidade exige que a educação seja pensada para além de perspectivas homogêneas. Candau (2016) defende que os sistemas educacionais contemporâneos devem desenvolver práticas interculturais capazes de reconhecer, valorizar e dialogar com as diferenças presentes nos espaços escolares. Para a autora, a interculturalidade não consiste apenas na convivência entre culturas distintas, mas na construção de relações pautadas pelo respeito, pelo reconhecimento e pela promoção da equidade.

Nessa mesma direção, Walsh (2009) compreende a interculturalidade como um projeto político e pedagógico voltado à valorização da diversidade e ao enfrentamento das desigualdades historicamente produzidas entre diferentes grupos sociais. Tal perspectiva mostra-se especialmente relevante para contextos fronteiriços, onde as relações entre nacionalidade, cultura e identidade se manifestam de forma intensa no cotidiano escolar.

As ações desenvolvidas pela Rede Municipal de Ensino de Corumbá evidenciam que o município tem avançado na construção de políticas públicas voltadas ao atendimento de estudantes migrantes internacionais, articulando normativas locais, protocolos interinstitucionais e iniciativas de acolhimento que buscam assegurar o direito à educação em contexto fronteiriço. Contudo, a efetivação dessas políticas depende do conhecimento da realidade educacional sobre a qual incidem.

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A pesquisa evidenciou que a mobilidade humana constitui um elemento estruturante da realidade educacional do município, tornando a presença de estudantes migrantes internacionais uma característica permanente das escolas da rede municipal e não um fenômeno ocasional.

A análise dos dados demonstrou que, no ano letivo de 2026, a Rede Municipal de Ensino registrava a matrícula de 268 estudantes migrantes internacionais, pertencentes a nove nacionalidades, revelando a diversidade cultural presente nas unidades escolares e reforçando a necessidade de políticas públicas educacionais que dialoguem com as especificidades da região de fronteira.

Os resultados confirmam que compreender quem são esses estudantes e como estão distribuídos na rede constitui um passo fundamental para o planejamento de ações pedagógicas e administrativas mais sensíveis às demandas da mobilidade humana. No campo das políticas públicas, verificou-se que o município de Corumbá tem desenvolvido importantes iniciativas voltadas à garantia do direito à educação da população migrante. A Deliberação CME nº 564/2022 e o Protocolo de Acolhimento e Atendimento aos Migrantes Internacionais representam avanços significativos ao regulamentarem procedimentos de matrícula, acolhimento e articulação entre os diferentes serviços públicos, demonstrando o compromisso da gestão municipal com a promoção dos direitos humanos e com a construção de uma educação mais inclusiva em contexto fronteiriço.

Entretanto, os resultados também evidenciam que a efetivação do direito à educação ultrapassa a garantia legal do acesso à escola. Permanecem desafios relacionados à

permanência escolar, ao acolhimento institucional, à formação continuada dos profissionais da educação, à valorização da diversidade linguística e cultural e ao fortalecimento de práticas pedagógicas interculturais capazes de responder às especificidades dos estudantes migrantes internacionais.

Nesse contexto, a consolidação das políticas públicas já existentes depende de sua implementação contínua no cotidiano das escolas e do fortalecimento das ações intersetoriais entre educação, assistência social, saúde e demais órgãos da rede de proteção.

A experiência da Rede Municipal de Ensino de Corumbá demonstra que a fronteira, mais do que um limite geográfico entre países, constitui um espaço de encontros, intercâmbios e construção de novas relações sociais, culturais e educativas. Reconhecer essa realidade significa compreender que a diversidade não representa um desafio a ser superado, mas uma característica constitutiva das escolas fronteiriças, que deve ser incorporada às políticas educacionais e às práticas pedagógicas.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi.** Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 99, p. 1, 25 maio 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 1, de 13 de novembro de 2020. **Dispõe sobre o direito de matrícula de crianças, adolescentes, jovens e adultos migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no sistema público de ensino brasileiro.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 219, p. 61, 17 nov. 2020.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** Tradução de Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. D**iferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250, jan./mar. 2012.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CORUMBÁ (MS). **Protocolo de Acolhimento e Atendimento aos Migrantes Internacionais.** Corumbá: Prefeitura Municipal de Corumbá, 2024.

CORUMBÁ (MS). Secretaria Municipal de Educação. **Resolução/SEMED nº 298, de 2024.** Corumbá: Secretaria Municipal de Educação, 2024.

CORUMBÁ (MS). Secretaria Municipal de Educação. **Resolução/SEMED nº 117, de 21 de março de 2025.** Regulamenta o Regime Escolar da Rede Municipal de Ensino de Corumbá. Corumbá: Secretaria Municipal de Educação, 2025.

FOUCHER, Michel. **Fronts et frontières: un tour du monde géopolitique.** Paris: Fayard, 1991.

GOLIN, Carlo Henrique. **Educação Física na fronteira Brasil-Bolívia: uma análise intercultural de uma escola pública no município de Corumbá-MS/Brasil.** 2017. 239 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, 2017.

GOLIN, Carlo Henrique; ASSUMPÇÃO, Luís Otávio Teles. **Educação intercultural em escolas fronteiriças: diálogos sobre fricções culturais na fronteira Brasil-Bolívia.** Revista GeoPantanal, Corumbá, número especial, p. 27-38, 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras: inserções da Geografia na crise da modernidade.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LIMA, Cíntia Fiorotti; CARDIN, Eric Gustavo (org.). **Fronteiras e migrações: políticas públicas e acesso a direitos em municípios fronteiriços.** São Paulo: Pimenta Cultural, 2026. E-book. DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-657-9.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

OLIVEIRA, Cátia Regina Guidio Alves de; MARTINY, Franciele Maria; ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho; TALLEI, Jorgelina Ivana. **Paisagem linguística nas escolas de Foz do Iguaçu: entre a pluralidade cultural e a invisibilidade das línguas.** In: LIMA, Cíntia Fiorotti; CARDIN, Eric Gustavo (org.). **Fronteiras e migrações: políticas públicas e acesso a direitos em municípios fronteiriços.** São Paulo: Pimenta Cultural, 2026. p. 100-119. DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-657-9.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de. **Os imigrantes e as fronteiras: armadilhas interpretativas.** In: COSTA, Edgar Aparecido da; SILVA, G. A. M.; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de (org.). Seminário de Estudos Fronteiriços. Campo Grande: Editora UFMS, 2009.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de; CORRÊA, Jaqueline Moreira; OLIVEIRA, Jorge Eremites de. **Imigrantes pendulares em região de fronteira: semelhanças conceituais e desafios metodológicos.** Direitos Culturais, Santo Ângelo, v. 12, n. 27, p. 91-108, maio/ago. 2017.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de; JUNQUEIRA, Nathália Maria. **Representações sociais de sírios e libaneses em Corumbá, MS: comércio, casamento e cemitério.** Revista Transporte y Territorio, Buenos Aires, n. 15, p. 388-403, 2016.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de; ESSELIN, Paulo Marcos. **Localizando as condições pretéritas e as relações correntes na complexa fronteira Brasil-Bolívia**. Geosul, Florianópolis, v. 30, n. 60, p. 125-163, jul./dez. 2015.

PEREIRA, Jacira Helena do Valle. **A especificidade da formação de professores em Mato Grosso do Sul: limites e desafios no contexto da fronteira internacional.** InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, v. 15, n. 29, p. 113-128, jan./jun. 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Modernidade, identidade e a cultura de fronteira.** Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 5, n. 1-2, p. 31-52, 1993/1994.

SANTOS, Tarissa Marques Rodrigues dos; TEIXEIRA, Patrícia Tavano; BARREDA, Suzana Vinicia Mancilla; CONDE, Mariana Vaca. **Políticas de educação e migração: a experiência com a construção do Protocolo de Acolhimento e Atendimento ao Migrante Internacional em Corumbá (MS).** In: LIMA, Cíntia Fiorotti; CARDIN, Eric Gustavo (org.). **Fronteiras e migrações: políticas públicas e acesso a direitos em municípios fronteiriços.** São Paulo: Pimenta Cultural, 2026. p. 120-130. DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-657-9.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma abordagem territorial.** In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-93.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORUMBÁ. **Sistema de Gestão Escolar Tagnos: dados administrativos sobre estudantes migrantes internacionais matriculados na Rede Municipal de Ensino.** Corumbá: SEMED, 2025.

CAPÍTULO IV

ESTUDANTES MIGRANTES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM CORUMBÁ: PERCURSOS ACERCA DA IDENTIDADE FRONTEIRIÇA

IMMIGRANT STUDENTS IN CORUMBÁ MUNICIPAL TEACHING NETWORK: COURSES ABOUT FRONTIER IDENTITY

DOI: 10.51859/amplla.mig854.1126-4

Tarissa Marques Rodrigues dos Santos
Mariana Vaca Conde

RESUMO

Este artigo tem por objetivo trazer discussões referente aos alunos migrantes pendulares que estudam na Rede Municipal de Ensino de Corumbá. Abordaremos a questão da territorialidade e da cultura no processo da construção de identidade fronteiriça. O território se realiza para aquele que tem uma identidade com ele, a cultura inscreve-se no território deixando marcas pela história e pelo trabalho humano, formando assim uma identidade cultural. Como sustentação teórica a este trabalho, abordaremos conceitos de territórios, fronteira, Imigrante e identidade a partir dos autores Raffestin (1993), Castells (1999) e Foucher (1991) com o intuito de trazer debates teóricos e reflexões sobre a construção da identidade dos alunos imigrantes que estudam na rede municipal de ensino de Corumbá.
Palavras-chave: Imigrantes, identidades, Território

ABSTRACT

This article aims to bring discussions regarding the Commutive immigrant students who study in the municipal Education network of Corumbá. We will address the issue of territoriality and culture in the process of building border identity. The territory takes place for the one who has an identity with him, the culture inscribes itself in the territory leaving marks by history and human work, thus forming a cultural identity. As theoretical support to this work, we will discuss concepts of territories, frontier, immigrant and identity from the authors Raffestin (1993), Castells (1999) and Foucher (1991) in order to bring theoretical debates and reflections on the construction of Identitie Of the immigrant students who study in the municipal Education network of Corumbá.
Keywords: Immigrants, identities, territory

1. INTRODUÇÃO

As regiões de fronteira constituem espaços de intensas interações sociais, culturais, econômicas e linguísticas, nos quais os limites entre os Estados nacionais coexistem com práticas cotidianas de circulação e convivência. Nesses territórios, a fronteira deixa de representar apenas uma divisão geopolítica para configurar-se como um espaço de encontros, negociações, conflitos e trocas, onde diferentes formas de pertencimento são continuamente produzidas e ressignificadas (Raffestin, 1993; Martins, 2009). Nesse contexto, a identidade não

pode ser compreendida como uma condição fixa ou determinada pela nacionalidade, mas como um processo social construído nas relações estabelecidas entre sujeitos, culturas e territórios.

O município de Corumbá, localizado na fronteira entre Brasil e Bolívia, constitui um cenário singular para a compreensão desses processos. A intensa circulação diária de pessoas entre Corumbá, Ladário, Puerto Quijarro e Puerto Suárez produz uma dinâmica social própria, marcada pela convivência entre diferentes idiomas, costumes, legislações e experiências culturais. Entre os sujeitos que vivenciam essa realidade destacam-se os estudantes migrantes matriculados na Rede Municipal de Ensino de Corumbá, cujas trajetórias escolares são atravessadas pela mobilidade cotidiana e pela convivência simultânea com diferentes referências territoriais, culturais e linguísticas.

A escola, nesse contexto, assume um papel que ultrapassa a transmissão de conhecimentos, constituindo-se como espaço de convivência intercultural e de construção de identidades. É nesse ambiente que diferentes pertencimentos nacionais, culturais e linguísticos se encontram, dialogam e, muitas vezes, entram em tensão, contribuindo para a constituição de identidades fronteiriças. Conforme Hall (2006), as identidades são produzidas historicamente e permanecem em constante transformação, sendo resultado das relações sociais e dos contextos culturais nos quais os sujeitos estão inseridos.

Nos últimos anos, a ampliação da presença de estudantes migrantes internacionais na Rede Municipal de Ensino de Corumbá evidencia a necessidade de aprofundar as discussões acerca da educação em contextos fronteiriços e dos processos de construção identitária vivenciados por esses estudantes. Compreender essas experiências torna-se fundamental para o desenvolvimento de políticas educacionais que reconheçam a diversidade cultural presente nas escolas e fortaleçam práticas pedagógicas comprometidas com a interculturalidade e a garantia do direito à educação.

Diante desse cenário, este artigo tem por objetivo trazer discussões referentes aos estudantes migrantes matriculados na Rede Municipal de Ensino de Corumbá, analisando os percursos de construção da identidade fronteiriça em uma região marcada pela mobilidade internacional cotidiana. Para isso, articula referenciais teóricos sobre território, fronteira, identidade e migração com dados produzidos pela Rede Municipal de Ensino, buscando compreender de que maneira a experiência escolar em contexto fronteiriço participa da constituição de múltiplos pertencimentos e identidades.

2. FORMAÇÃO DA IDENTIDADE FRONTEIRIÇA EM CORUMBÁ

Corumbá é uma cidade fundada por portugueses e construída historicamente pela presença de brasileiros e imigrantes de diferentes nacionalidades (Oliveira; Junqueira, 2016). Sua formação está diretamente relacionada ao processo de ocupação do centro do continente sul-americano, constituindo-se como importante espaço de circulação de pessoas, mercadorias e culturas. Situada na fronteira com a Bolívia e integrada à Bacia do Prata, às margens do Rio Paraguai, Corumbá consolidou-se como território marcado por intensas relações transfronteiriças.

Localizada no Pantanal Sul-mato-grossense, a cidade compõe, juntamente com Ladário, no Brasil, e Puerto Quijarro e Puerto Suárez, na Bolívia, uma conurbação fronteiriça caracterizada por relações sociais, econômicas e institucionais de elevada complexidade (Oliveira; Esselin, 2015). Essa configuração confere a Corumbá posição estratégica nas interligações regionais e na produção de experiências sociais próprias da vida em fronteira.

A fronteira entre Brasil e Bolívia possui aproximadamente 3.423,2 quilômetros de extensão. No estado de Mato Grosso do Sul, ela conecta os municípios brasileiros de Corumbá e Ladário às cidades bolivianas de Puerto Quijarro e Puerto Suárez. Embora o limite internacional seja materialmente representado, entre outros marcos, pela Ponte sobre o Arroyo Concepción, a fronteira ultrapassa sua dimensão física e político-administrativa. Ela se constitui como espaço de circulação cotidiana, interação social, intercâmbio cultural e produção de diferentes territorialidades.

Nesse sentido, é necessário distinguir os conceitos de limite e fronteira. Embora, muitas vezes, sejam utilizados como sinônimos, eles expressam sentidos distintos. Para Hissa (2002), o limite remete às ideias de distância, separação e demarcação, enquanto a fronteira conduz à reflexão sobre contato, encontro e integração. O autor destaca, ainda, que a discussão acerca dos limites e das fronteiras envolve relações de poder, pois ambos servem para estabelecer domínios, demarcar territórios e regular a circulação dos sujeitos.

Na mesma perspectiva, Saquet (2009) afirma que o território é uma construção social, produzida coletivamente e de forma multidimensional. O território não se limita à extensão física de uma área, mas envolve relações econômicas, políticas, sociais, culturais e simbólicas. Raffestin (1993, p. 15) amplia essa compreensão ao afirmar que o território: “[...] cristaliza todo um conjunto de fatores, dos quais uns são físicos, outros humanos, econômicos [...], sociais e/ou culturais”.

Para Raffestin (1993), todo território pressupõe delimitações materiais e imateriais. No plano concreto, essas delimitações correspondem aos limites físicos definidos pelos atores sociais e pelas instituições. No plano simbólico, envolvem representações, valores, significados e relações construídas pelos sujeitos em determinado espaço. Dessa forma, a territorialidade não pode ser reduzida ao simples vínculo físico com o território, pois ela se constitui, sobretudo, nas relações entre os diferentes atores.

Ao abordar essa questão, Raffestin (1993, p. 161) afirma:

> Conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse. É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores.

Essa compreensão permite reconhecer que as territorialidades são produzidas nas relações sociais e se transformam à medida que os sujeitos circulam, interagem e constroem diferentes vínculos com os espaços que habitam. Na fronteira Brasil-Bolívia, essas relações são marcadas por movimentos cotidianos de aproximação, negociação, conflito, cooperação e intercâmbio cultural.

O espaço fronteiriço, portanto, não constitui apenas uma área de separação entre dois Estados nacionais. Trata-se de um território no qual se manifestam relações humanas, movimentos de poder, disputas, aproximações, diferenças e práticas culturais compartilhadas. As fronteiras entre países podem, ao mesmo tempo, produzir fragmentações e favorecer encontros, trocas e novas formas de pertencimento.

É nesse contexto que se inserem os estudantes migrantes que residem na Bolívia e estudam na Rede Municipal de Ensino de Corumbá, retornando diariamente aos seus locais de moradia. Esse deslocamento cotidiano transforma a mobilidade internacional em parte de suas rotinas escolares e familiares. A experiência de viver em um país e estudar em outro coloca esses estudantes em contato permanente com diferentes sistemas educacionais, línguas, valores, normas sociais e referências culturais.

A fronteira é interpretada por diferentes autores como lugar de alteridade, no qual o "eu" e o "outro" se encontram, observam-se, identificam diferenças e constroem percepções recíprocas. Para Martins (2009, p. 150):

> A fronteira à primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, é o lugar da descoberta do outro e do desencontro. O desencontro é o conflito decorrente das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um.

A concepção de Martins (2009) demonstra que a fronteira pode ser simultaneamente espaço de encontro e desencontro. Nela coexistem diferentes visões de mundo, histórias, culturas, identidades e formas de interpretar a realidade. O autor destaca que a fronteira apresenta múltiplas dimensões: pode ser compreendida como fronteira espacial, cultural, étnica, histórica e social.

Nesse espaço de alteridade, as diferenças entre os sujeitos não produzem necessariamente uma separação absoluta entre quem pertence e quem não pertence ao território. A própria porosidade da fronteira demonstra que os pertencimentos são mais complexos do que as divisões nacionais formalmente estabelecidas. Os sujeitos podem construir vínculos com diferentes territórios, circular entre eles e incorporar múltiplas referências às suas experiências cotidianas.

Segundo Oliveira (2009, p. 87), a fronteira é: "[...] identificável e ilusória, verdadeira e aparente, inteligível e invertida". Essa definição evidencia o caráter polissêmico e ambíguo da fronteira. Assim como a identidade, ela não pode ser compreendida de maneira fixa, linear ou homogênea. A fronteira é marcada por contradições: separa e aproxima, limita e permite a circulação, produz diferenças e, simultaneamente, cria espaços de convivência e intercâmbio.

Essa realidade relacional interfere diretamente nos processos de construção identitária. As identidades não são perenes ou imutáveis, mas se constituem por meio de processos históricos, sociais e culturais de identificação (Santos, 1994). Elas são continuamente produzidas e ressignificadas nas relações que os sujeitos estabelecem com outras pessoas, grupos sociais, culturas e territórios.

A identidade pode ser compreendida como uma fonte de significados e experiências construída socialmente. Ela não corresponde apenas à forma como o sujeito se reconhece, mas também às representações elaboradas pelos outros a seu respeito. Pereira (2009, p. 13) afirma: "A identidade não é só conhecer o que a pessoa é, mas também ter o conhecimento do que outros acreditam que ela seja".

Essa dimensão relacional da identidade torna-se particularmente importante em regiões de fronteira. Nesses espaços, os sujeitos são constantemente identificados, classificados e diferenciados a partir da nacionalidade, da língua, da aparência, da origem familiar e do local de residência. Ao mesmo tempo, eles elaboram formas próprias de pertencimento, que nem sempre correspondem às categorias atribuídas externamente.

A territorialidade também é construída pelas relações sociais e constitui a dimensão vivida do território. Em regiões fronteiriças, o território pode produzir marcas de preconceito e aceitação, estranhamento e aproximação, pertencimento e diferenciação. As identidades

territoriais são, desse modo, identidades sociais, pois resultam das relações construídas pelos sujeitos nos espaços em que vivem e circulam.

As identidades constituem processos permanentes de identificação. Em regiões de fronteira, elas são continuamente produzidas e ressignificadas pelas experiências de mobilidade, pelas relações interculturais e pelas diferentes formas de pertencimento vivenciadas pelos sujeitos. Assim, a identidade dos estudantes migrantes não pode ser compreendida como fixa ou homogênea, mas como resultado das interações estabelecidas entre distintos territórios, culturas e contextos sociais.

A cultura também participa diretamente desse processo. Ela não representa um conjunto imutável de tradições, mas um campo dinâmico de produção de significados. A identidade cultural se constitui durante toda a trajetória dos sujeitos, sendo influenciada pelas experiências familiares, comunitárias, educacionais e territoriais.

Conforme Castells (1999, p. 22), entende-se por identidade cultural "a fonte de significado e experiência de um povo". Para o autor, os sujeitos constroem significados a partir das experiências vividas em comunidade, das relações sociais e dos contextos culturais nos quais estão inseridos. Diante de novos contextos, novas informações e diferentes formas de convivência, as identidades também passam por processos de transformação.

Castells (1999, p. 23) destaca ainda que:

> A construção da identidade vale-se de matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso.

Essa compreensão demonstra que a identidade se constitui por diferentes elementos, entre os quais se encontram a história, o território, a memória, a cultura, as instituições e as relações de poder. Por isso, ela deve ser entendida como uma construção complexa, que se transforma de acordo com as experiências e os diferentes papéis sociais assumidos pelos sujeitos.

Compreender a identidade na contemporaneidade exige, portanto, superar a ideia de pertencimentos estáveis e definitivos. Bauman (2005) afirma que, em uma sociedade marcada pela mobilidade, pela rapidez das transformações e pela intensificação da circulação de pessoas, informações e culturas, as identidades tornam-se fluidas. Elas não são recebidas como condições prontas e acabadas, mas construídas, negociadas e reformuladas ao longo da vida.

Ainda Bauman (2005), coloca que a identidade constitui um projeto em permanente elaboração. Os sujeitos recorrem às suas experiências, relações e referências culturais para

construir formas de identificação que podem se modificar diante de novos contextos sociais. Essa concepção permite compreender que a identidade não é determinada apenas pelo local de nascimento, pela nacionalidade ou pelo território de residência, mas também pelas relações estabelecidas e pelos diferentes espaços percorridos ao longo da trajetória individual e coletiva.

Essa fluidez identitária torna-se ainda mais visível em regiões de fronteira. Os sujeitos que circulam cotidianamente entre diferentes países convivem com referências nacionais, culturais e linguísticas diversas. Eles podem preservar vínculos com sua cultura de origem e, ao mesmo tempo, incorporar novos elementos às suas experiências, sem que isso signifique substituir completamente uma identidade por outra.

Canclini (2015), ao discutir os processos de hibridação cultural, demonstra que o encontro entre diferentes práticas, tradições e repertórios produz novas formas culturais. Para o autor, a hibridação corresponde a processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas anteriormente separadas se combinam para gerar novas formas de organização, expressão e significado.

A noção de culturas híbridas permite compreender que as identidades construídas em contextos de mobilidade não resultam de uma simples soma de elementos culturais. Elas são produzidas por processos de seleção, apropriação, negociação e ressignificação. Os sujeitos não absorvem passivamente uma cultura distinta, mas reelaboram referências culturais a partir de suas experiências e das relações que estabelecem nos diferentes espaços sociais.

Na fronteira Brasil-Bolívia, os processos de hibridação cultural manifestam-se nas práticas linguísticas, familiares, escolares, comerciais e comunitárias. Português e espanhol circulam nos espaços públicos e privados; costumes brasileiros e bolivianos convivem e se transformam; famílias mantêm relações de parentesco, trabalho e estudo nos dois países; e os estudantes constroem seus percursos escolares em meio a referências culturais múltiplas.

Nesse sentido, construir uma identidade na fronteira não significa abandonar uma cultura para assumir outra, nem constituir uma identidade única e homogênea. Significa negociar continuamente diferentes formas de pertencimento, articulando referências nacionais, linguísticas, familiares, territoriais e culturais. A identidade fronteiriça resulta, assim, das experiências vividas nas interações entre sujeitos, territórios e culturas.

No caso dos estudantes migrantes matriculados na Rede Municipal de Ensino de Corumbá, essas experiências ultrapassam as categorias tradicionais de nacionalidade e território. Ao residirem em um país e estudarem em outro, esses estudantes transitam cotidianamente entre diferentes línguas, normas, práticas culturais, relações sociais e formas

de organização escolar. Esse percurso contribui para a construção de identidades múltiplas, fluidas e híbridas.

A identidade fronteiriça desses estudantes não decorre apenas do fato de viverem próximos a um limite internacional. Ela se constitui nas relações cotidianas produzidas pela circulação entre Brasil e Bolívia, pela convivência com diferentes grupos sociais, pelo contato entre línguas e culturas e pela participação em espaços institucionais localizados nos dois países.

A escola ocupa posição central nesse processo. Ao reunir estudantes com diferentes nacionalidades, trajetórias familiares, repertórios linguísticos e culturais, torna-se espaço de encontro, negociação e reconhecimento das diferenças. Nela, as identidades podem ser reafirmadas, questionadas, reconstruídas e ressignificadas por meio das relações estabelecidas entre estudantes, professores, profissionais da educação e comunidade escolar.

Assim a experiência escolar participa da construção da identidade fronteiriça ao possibilitar o contato cotidiano com diferentes formas de pertencimento. A escola pode tanto reproduzir classificações, preconceitos e hierarquias culturais quanto promover práticas interculturais capazes de reconhecer a diversidade e valorizar as experiências dos estudantes migrantes.

Compreender a identidade fronteiriça, portanto, exige reconhecer seu caráter processual, relacional e dinâmico. Ela não constitui uma essência determinada pela nacionalidade, pelo local de nascimento ou pelo território de residência. Trata-se de uma construção continuamente reelaborada a partir das relações sociais, das experiências de mobilidade, dos contatos culturais e dos diferentes pertencimentos que atravessam a vida dos sujeitos.

Nesse sentido, os estudantes migrantes não apenas atravessam uma fronteira geográfica para frequentar a escola. Ao longo de seus percursos cotidianos, atravessam também diferentes universos culturais, linguísticos, institucionais e simbólicos. É nessas circularidades fronteiriças que suas identidades são continuamente construídas, negociadas e ressignificadas.

3. A ESCOLA NA FRONTEIRA BRASIL–BOLÍVIA: MOBILIDADE PENDULAR, POLÍTICAS EDUCACIONAIS E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE FRONTEIRIÇA

A fronteira entre Brasil e Bolívia constitui um território marcado por intensas relações sociais, econômicas, culturais e educacionais que extrapolam os limites jurídico-administrativos dos Estados nacionais. Nessa perspectiva, a fronteira não pode ser

compreendida apenas como uma linha de separação entre países, mas como um espaço de circulação permanente de pessoas, saberes, línguas e práticas sociais, no qual diferentes formas de pertencimento são continuamente produzidas e ressignificadas.

Entre essas diferentes formas de circulação destaca-se a mobilidade pendular para fins educacionais. Oliveira, Corrêa e Oliveira (2017) definem os migrantes pendulares como sujeitos que realizam deslocamentos frequentes entre dois países para desenvolver atividades relacionadas ao trabalho, aos estudos ou ao acesso a serviços, retornando regularmente ao seu local de residência.

Na fronteira Brasil–Bolívia, essa modalidade de mobilidade adquire características próprias, uma vez que grande parte dos estudantes residentes em território boliviano frequenta escolas brasileiras diariamente, mantendo vínculos familiares, culturais e territoriais em ambos os lados da fronteira.

Entretanto, compreender esses deslocamentos apenas sob a perspectiva da mobilidade espacial revela-se insuficiente para explicar a complexidade das experiências vividas por esses estudantes. Tavano e Oliveira (2024; 2025) demonstram que a migração para estudos constitui uma prática social historicamente consolidada na fronteira Brasil–Bolívia, construída pelas estratégias familiares de acesso ao direito à educação e pelas relações estabelecidas entre cidades-gêmeas que compartilham vínculos econômicos, culturais e sociais. Mais do que um percurso entre casa e escola, a mobilidade pendular constitui uma experiência cotidiana de circulação entre diferentes sistemas educacionais, idiomas, referências culturais e formas de organização da vida social.

Sob essa perspectiva, a escola deixa de ser apenas o destino final desses deslocamentos para assumir papel central na constituição das experiências vividas pelos estudantes migrantes. Conforme discutem Oliveira et al. (2025), a educação desenvolvida em regiões de fronteira apresenta especificidades que não se reproduzem em outros contextos nacionais, exigindo a construção de estratégias pedagógicas capazes de dialogar com a diversidade linguística, cultural e social presente nesses territórios. Os autores afirmam que a educação escolar nas fronteiras envolve fatores particulares que interferem diretamente nas relações sociais e demandam diferentes formas de organização das práticas pedagógicas e escolares.

Essa realidade também é evidenciada por Golin (2017), ao destacar que a escola fronteiriça constitui um espaço privilegiado de interculturalidade, onde diferentes línguas, nacionalidades e experiências culturais convivem diariamente. Para o autor, os desafios da educação em regiões de fronteira não se restringem às questões administrativas ou

documentais, mas envolvem a necessidade de construir práticas pedagógicas capazes de reconhecer a diversidade cultural como elemento constitutivo do processo educativo.

Nessa perspectiva, torna-se necessário problematizar a forma como esses estudantes têm sido identificados na literatura e, muitas vezes, nas próprias instituições escolares. A utilização da expressão "estudantes bolivianos", frequentemente empregada para designar aqueles que residem na Bolívia e estudam no Brasil, não contempla a complexidade da realidade observada na Rede Municipal de Ensino de Corumbá. A experiência cotidiana das escolas demonstra a coexistência de estudantes de nacionalidade boliviana, estudantes brasileiros residentes na Bolívia, estudantes com dupla nacionalidade e diferentes situações documentais asseguradas pela legislação brasileira e pelos acordos internacionais vigentes.

Dessa forma, reduzir esses sujeitos à nacionalidade atribuída invisibiliza a multiplicidade de trajetórias, pertencimentos e experiências construídas na região de fronteira. Essa compreensão encontra respaldo na Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 (Lei de Migração), que estabeleceu um novo paradigma para a política migratória brasileira ao reconhecer o migrante como sujeito de direitos e assegurar igualdade de acesso às políticas públicas, independentemente da nacionalidade ou da condição migratória. No campo educacional, esse princípio foi reafirmado pela Resolução CNE/CEB nº 1/2020, que dispõe sobre o direito à matrícula de crianças, adolescentes, jovens e adultos migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio, vedando qualquer forma de discriminação decorrente da ausência de documentação escolar ou da situação migratória.

No município de Corumbá, essas diretrizes nacionais foram incorporadas às políticas públicas municipais por meio da construção de instrumentos normativos específicos voltados ao atendimento da população migrante. Destaca-se, nesse processo, o Protocolo de Acolhimento e Atendimento aos Migrantes Internacionais, instituído em 2024, que representa uma política pública intersetorial pioneira ao organizar fluxos de atendimento entre as áreas da educação, saúde e assistência social, reconhecendo a migração internacional como característica permanente da realidade fronteiriça. Mais do que estabelecer procedimentos administrativos, o protocolo consolida uma política de acolhimento orientada pelos princípios dos direitos humanos, da intersetorialidade e da garantia do acesso aos serviços públicos.

No âmbito da educação, esse movimento foi ampliado pela Resolução/SEMED nº 117/2025, que regulamentou o Regime Escolar da Rede Municipal de Ensino e passou a disciplinar procedimentos específicos para matrícula, classificação, equivalência de estudos e regularização da vida escolar de estudantes migrantes internacionais. Soma-se a esse conjunto de normativas a Resolução/SEMED nº 298/2024, que fortaleceu os procedimentos pedagógicos

voltados ao acolhimento desses estudantes, bem como a adoção de protocolos de classificação escolar que possibilitam a realização de avaliações diagnósticas na língua materna do estudante, quando necessário, reconhecendo a diversidade linguística como elemento constitutivo da educação em contexto de fronteira.

Esses avanços demonstram que Corumbá vem consolidando uma política educacional voltada às especificidades da fronteira internacional, superando a ausência de normativas que historicamente caracterizou o atendimento educacional aos estudantes migrantes. Conforme evidenciam Santos et al. (2025), a construção dessas políticas resulta do reconhecimento de que a crescente presença de estudantes migrantes internacionais exige reorganização das práticas administrativas e pedagógicas da Rede Municipal de Ensino, fortalecendo ações voltadas ao acolhimento, à permanência escolar e à construção de práticas interculturais.

É nesse contexto que a identidade fronteiriça passa a ser compreendida não como uma condição determinada pela nacionalidade, mas como um processo social continuamente produzido nas experiências vividas pelos estudantes. Conforme Hall (2006), as identidades são construídas historicamente e permanecem em constante transformação, sendo produzidas nas relações estabelecidas entre os sujeitos e os diferentes contextos culturais. Na fronteira Brasil–Bolívia, essas relações são atravessadas pela mobilidade cotidiana, pelo contato entre diferentes idiomas, pelas práticas familiares transnacionais e pelas experiências escolares compartilhadas, fazendo da escola um espaço privilegiado para a negociação de pertencimentos e para a construção de novas formas de identificação.

Candau (2011) afirma que a escola intercultural constitui um espaço de reconhecimento das diferenças e de valorização da diversidade, promovendo relações educativas pautadas no diálogo entre culturas. Essa perspectiva mostra-se particularmente pertinente à realidade de Corumbá, onde o cotidiano escolar é marcado pelo encontro entre estudantes de diferentes nacionalidades, trajetórias migratórias e repertórios culturais.

Assim, a identidade fronteiriça não decorre apenas da condição de viver próximo ao limite internacional, mas das experiências sociais produzidas nas relações cotidianas estabelecidas entre escola, família, comunidade e território. É nesse movimento contínuo de circulação, convivência e interação que os estudantes constroem e ressignificam seus pertencimentos, produzindo identidades que refletem a complexidade própria da vida em região de fronteira.

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Analisar e conceituar a identidade não propõe ser uma tarefa simples, tanto individual quanto de um grupo. O que se tem são caminhos para reflexão: contextualização sociocultural, focalização em "nós", equalização enquanto crise.

Numa região de fronteira não se pode esquecer também das diferenciações identitárias nacionais, linguísticas e culturais. Não obstante, se pode ter a mesma identidade nacional e diferente identidade cultural ou linguística, ou vice-versa, situação não muito difícil de acontecer numa zona fronteiriça.

O conceito de identidade é sempre complexo, híbrido. Na modernidade já até se fala em identidade fluida ou identificações. Numa região de fronteira o desafio aumenta; contudo, as possibilidades de novas e ricas definições são inevitáveis. As fronteiras favorecem a visualização das características e das diferenças dos outros de forma aproximada.

Nesse sentido, as escolas são espaços carregados de diferentes formas e expressões culturais marcadas pela diversidade de pessoas que se encontram nestes locais em busca de aprendizado. Torna-se, portanto, necessário refletir sobre as práticas educacionais que são desenvolvidas no interior das mesmas, de forma que estas busquem trabalhar as diferenças existentes, bem como as relações de identificação e diferenciação que ocorrem não apenas no espaço escolar, mas que extrapolam seus muros no desenrolar das práticas sociais cotidianas

Dessa forma, a vida na fronteira, proporciona um rol de novas possibilidades para os habitantes fronteiriços. Em decorrência disso, tanto a escola fronteiriça, como a própria fronteira podem ser reconhecidas como espaços de distanciamentos, aproximações e trocas, em que os habitantes/estudantes vivem uma múltipla territorialidade.

Os estudantes através da vivência cotidiana neste espaço fronteiriço e como sujeitos de diferentes nacionalidades e identidades constroem novas formas de identificação que podem contribuir para diluir as tensões identitárias entre brasileiros e bolivianos, dentro e fora da faixa de fronteira internacional, construindo novos saberes sobre a fronteira.

A experiência da pendularidade evidencia que a fronteira não constitui apenas um espaço de passagem, mas um território de produção de relações sociais, culturais e educativas. Os estudantes que diariamente atravessam a linha internacional para frequentar a escola vivenciam processos permanentes de interação entre diferentes referências nacionais, linguísticas e culturais, fazendo da mobilidade um elemento estruturante de suas trajetórias escolares. Nesse sentido, a escola fronteiriça deixa de ser apenas o destino desses deslocamentos para tornar-se um espaço de construção de pertencimentos, no qual as

experiências produzidas pelas circularidades fronteiriças contribuem para a formação de identidades continuamente ressignificadas.

É justamente essa articulação entre mobilidade pendular, experiência escolar e relações cotidianas que permite compreender como a identidade fronteiriça é construída e reconstruída no contexto investigado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 99, p. 1, 25 maio 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 13 de novembro de 2020**. Dispõe sobre o direito de matrícula de crianças e adolescentes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no sistema público de ensino brasileiro. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 219, p. 61, 17 nov. 2020.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CORUMBÁ (MS). **Protocolo de Atendimento ao Migrante Internacional no Município de Corumbá-MS**. Corumbá: Prefeitura Municipal de Corumbá, 2024. Publicado no Diário Oficial do Município de Corumbá em 10 jun. 2024.

CORUMBÁ (MS). Secretaria Municipal de Educação. **Resolução/SEMED nº 298, de 2024**. Corumbá: Secretaria Municipal de Educação, 2024.

CORUMBÁ (MS). Secretaria Municipal de Educação. **Resolução/SEMED nº 117, de 21 de março de 2025**. Regulamenta o Regime Escolar da Rede Municipal de Ensino de Corumbá. Corumbá: Secretaria Municipal de Educação, 2025.

FOUCHER, Michel. **Fronts et frontières: un tour du monde géopolitique**. Paris: Fayard, 1991.

GOLIN, Carlo Henrique. **Educação Física na fronteira Brasil-Bolívia: uma análise intercultural de uma escola pública no município de Corumbá-MS/Brasil**. 2017. 239 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, 2017.

GOLIN, Carlo Henrique; ASSUMPÇÃO, Luís Otávio Teles. Educação intercultural em escolas fronteiriças: diálogos sobre fricções culturais na fronteira Brasil-Bolívia. Revista GeoPantanal, Corumbá, número especial, p. 27-38, 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras: inserções da Geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LIMA, Cíntia Fiorotti; CARDIN, Eric Gustavo (org.). **Fronteiras e migrações: políticas públicas e acesso a direitos em municípios fronteiriços**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2026. E-book. DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-657-9.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

OLIVEIRA, Cátia Regina Guidio Alves de; MARTINY, Franciele Maria; ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho; TALLEI, Jorgelina Ivana. Paisagem linguística nas escolas de Foz do Iguaçu: entre a pluralidade cultural e a invisibilidade das línguas. In: LIMA, Cíntia Fiorotti; CARDIN, Eric Gustavo (org.). **Fronteiras e migrações: políticas públicas e acesso a direitos em municípios fronteiriços**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2026. p. 100-119. DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-657-9.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de. **Os imigrantes e as fronteiras: armadilhas interpretativas**. In: COSTA, Edgar Aparecido da; SILVA, G. A. M.; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de (org.). Seminário de Estudos Fronteiriços. Campo Grande: Editora UFMS, 2009.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de; CORRÊA, Jaqueline Moreira; OLIVEIRA, Jorge Eremites de. **Imigrantes pendulares em região de fronteira: semelhanças conceituais e desafios metodológicos. Direitos Culturais**, Santo Ângelo, v. 12, n. 27, p. 91-108, maio/ago. 2017.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de; JUNQUEIRA, Nathália Maria. **Representações sociais de sírios e libaneses em Corumbá, MS: comércio, casamento e cemitério.** Revista Transporte y Territorio, Buenos Aires, n. 15, p. 388-403, 2016.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de; ESSELIN, Paulo Marcos. **Localizando as condições pretéritas e as relações correntes na complexa fronteira Brasil-Bolívia**. Geosul, Florianópolis, v. 30, n. 60, p. 125-163, jul./dez. 2015.

PEREIRA, Jacira Helena do Valle. **A especificidade da formação de professores em Mato Grosso do Sul: limites e desafios no contexto da fronteira** internacional. InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, v. 15, n. 29, jan./jun. 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Modernidade, identidade e a cultura de fronteira.** Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 5, n. 1-2, p. 31-52, 1993/1994.

SANTOS, Tarissa Marques Rodrigues dos; TEIXEIRA, Patrícia Tavano; BARREDA, Suzana Vinicia Mancilla; CONDE, Mariana Vaca. **Políticas de educação e migração: a experiência com a construção do Protocolo de Acolhimento e Atendimento ao Migrante Internacional em Corumbá (MS).** In: LIMA, Cíntia Fiorotti; CARDIN, Eric Gustavo (org.). **Fronteiras e migrações: políticas públicas e acesso a direitos em municípios fronteiriços**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2026. p. 120-130. DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-657-9.6.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-93.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORUMBÁ. **Sistema de Gestão Escolar Tagnos: dados administrativos sobre estudantes migrantes internacionais matriculados na Rede Municipal de Ensino**. Corumbá: SEMED, 2025.

CAPÍTULO V

DESAFIOS DOS DOCENTES NA EDUCAÇÃO DE FRONTEIRA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM ESCOLAS DE CORUMBÁ/MS

CHALLENGES FOR TEACHERS IN BORDER EDUCATION: PEDAGOGICAL PRACTICES IN SCHOOLS IN CORUMBÁ/MS

DOI: 10.51859/amplla.mig854.1126-5

Vanesa Sara Neves Correia Lima Araújo
Geyne Aparecida de Paula e Silva
Carlos Adriano Ojeda Salles
Raquel Soares Juliano

RESUMO

O presente artigo tem como tema "Desafios dos docentes na educação de fronteira: práticas pedagógicas em escolas de Corumbá/MS". A pesquisa possui abordagem qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica, abordando a fronteira não apenas como limite territorial, mas como um espaço social, marcado pelos processos migratórios e as interações interculturais, com objetivo de construir uma revisão crítica sobre a educação nas escolas dessa região fronteiriça. Os professores têm como desafio, a necessidade de ter um olhar diferenciado à essas especificidades locais, pois não é possível desvincular a educação na fronteira, do aspecto social e cultural em que os alunos estão inseridos.
Palavras-chave: aprendizagem, Brasil/Bolívia, cultura, ensino

ABSTRACT

This article addresses the theme "Challenges faced by teachers in border education: pedagogical practices in schools in Corumbá, MS." The study employs a qualitative approach based on a literature review, viewing the border not merely as a territorial boundary but as a social space shaped by migratory processes and intercultural interactions; its objective is to provide a critical review of education in schools within this border region. Teachers face the challenge of adopting a perspective that takes these local specificities into account, as education in a border setting cannot be dissociated from the social and cultural context in which the students live.
Keywords: learning, Brazil/Bolivia, culture, teaching

1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo evidenciar os aspectos da educação e práticas pedagógicas, como potencializadoras do processo de ensino e aprendizagem, nas escolas localizadas na fronteira Brasil/Bolívia, em Corumbá, Mato Grosso do Sul.

Fronteira pode ser compreendida como um espaço de interação social, cultural, econômica e política, entre diferentes povos, cidades ou nações, muito além de uma delimitação geográfica ou divisão. Segundo Cardin e Albuquerque (2018), a região fronteiriça caracteriza-

se pela circulação de pessoas e suas especificidades, lugares específicos de produção de sentidos, relações e representações.

Corumbá, está localizada na fronteira com a Bolívia, um espaço cultural, caracterizado por intensa circulação de pessoas, línguas, costumes e relações sociais. Ao longo de sua história recebeu migrantes de diferentes etnias e nacionalidades. O limite entre o município e a Bolívia está localizado há menos de 10 km de distância, e há uma intensa mobilidade de pessoas de um país para o outro (Costa, 2013). Nesse sentido, é necessário pensar na fronteira como uma região de grande complexidade, com uma realidade social que abriga diferentes coletividades, produz diferentes conflitos e emana diferentes potencialidades (Silva, 2024).

Para Levy (2000), a mobilidade é entendida como um encontro entre regiões, promovendo uma relação social entre uma e a outra, ocorrendo pela mudança de localização ou de pessoas. Tal mobilidade, apresenta uma ordem socioterritorial multidimensional e multitemporal, as relações comerciais, o crescimento do turismo, os aspectos culturais e as políticas sociais (Costa, 2013).

Em Corumbá, ocorre um grande número de procura por trabalho, além de demandas em saúde e educação, sobretudo a educação escolar básica que atende em seus espaços, os alunos de nacionalidades diversas, vivenciando diferentes realidades. Há alunos que frequentam as aulas, em um movimento diário de ir e vir; são denominados alunos migrantes pendulares (Oliveira e Loio, 2019). Nesse contexto, eles acessam conhecimento que os prepara para viverem em sociedade, os qualificam para o trabalho e para o exercício da cidadania (Brasil, 1988).

Escolas situadas nessas regiões fronteiriças lidam com situações peculiares, onde diferentes indivíduos convivem, interagem e aprendem mutuamente.

> Em ambos os países, existe educação básica gratuita, porém o fluxo de estudantes para estudo no ensino fundamental e médio somente ocorre no sentido Bolívia–Brasil, ou seja, dá-se porque a educação é vista como de melhor qualidade no Brasil se comparada à educação boliviana, todavia se pode assinalar intensa interação cultural entre ambos os países. (Silva e Almeida, 2019, p. 709).

Segundo Silva, Cunha e Tavano (2024), estudantes migrantes buscam as instituições de ensino brasileiras, por acreditarem em uma educação de melhor qualidade, porém esse fato não necessariamente evidencia que essas escolas estejam preparadas para receber esse público.

A circulação de pessoas de diferentes etnias e raças influencia diretamente nas relações sociais e nos processos educativos desenvolvidos nas escolas dessa região.

A escola é um espaço sociocultural, que abriga um pluralismo de alunos, diversidade cultural e linguística, sobretudo em escolas do município de Corumbá, região de fronteira internacional, sendo um desafio para os docentes promover atividades que valorizem essas diferenças, garantindo o processo de ensino e aprendizagem com equidade e empatia. Assim, define-se a escola como um espaço próprio à difusão do saber e dos conhecimentos científicos, em que todas as ideias e ações nela realizadas devem convergir para a aprendizagem daqueles para quem foi criada (Vieira, 2007). Já a educação é concebida como direito do ser humano, e dever do estado em oferecer de forma gratuita e de qualidade para a população (Brasil, 1996).

A escola não é um espaço culturalmente neutro, mas um lugar marcado pelas diferentes culturas, identidades, valores, exigindo do educador práticas pedagógicas que valorizem e reconheçam as diversidades presentes (Moreira e Candau, 2003). Dessa maneira, as escolas em contexto de fronteira, necessitam de conteúdos e práticas pedagógicas que promovam a diversidade cultural e linguística para a contribuição de um ensino mais efetivo, com reconhecimento e valorização das diversidades culturais (Lopes e Macedo, 2006).

É necessário compreender os desafios enfrentados pelos docentes que atuam nas regiões fronteiriças, considerando o professor como mediador da aprendizagem e não apenas como um transmissor de conteúdo. Na prática pedagógica, o professor realiza a apropriação de conhecimentos e saberes, constrói metodologias, propõe objetivos e resultados, relacionados aos aspectos sociais que perpassam todo o processo de ensino e de aprendizagem (Oliveira, 2013) assegurando que seu trabalho está alinhado às demandas dessas escolas.

O presente trabalho é de natureza explicativa e visa investigar as características do objeto de estudo em questão, “com vistas a apreender os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (Gil, 2002, p.42). Quanto aos procedimentos técnicos de coleta de dados, esta investigação elegeu a pesquisa bibliográfica, utilizando dados ou categorias teóricas já descritas por outros pesquisadores.

O presente artigo foi organizado em três seções: A primeira foi o estudo sobre fronteira e a cultura, a seguir, descreveu-se a escola e o direito à educação e diversidade cultural. Finalmente, abordou-se os desafios da docência em contextos multiculturais.

2. FRONTEIRA E CULTURA: UM ESPAÇO DE INTERAÇÕES SOCIAIS

Conforme Silva (2024), o conceito de fronteira passa por diversas reconceituações, está longe de ser unívoco e monolítico e o conceito de fronteira que será utilizado neste artigo é o social.

> Estes territórios múltiplos e diversos são espaços de tensão, articulação e diferenciação repletos de significados e experiências sociais construídos por todos aqueles que vivenciam e lutam por seus recursos, memórias, identidades e estratégias de sobrevivência (Cardin; Albuquerque e Paiva, 2018, p.16).

"As regiões de fronteiras entre Estados Nacionais podem ser vistas, então, como lugares específicos de produção de sentidos, relações e representações" (Cardin e Albuquerque, 2018, p.119).

Nessa perspectiva, percebemos que a fronteira não é só uma linha que divide os países. A fronteira acaba sendo um lugar onde as pessoas vivem, contam suas histórias, mostram quem são e se relacionam de jeitos diferentes com os outros. Em Corumbá/MS, essas relações aparecem no cotidiano da escola, pois lá estudam estudantes de várias nacionalidades, línguas e culturas. Por isso, a escola acaba mostrando muito do jeito de viver em uma região de fronteira. Entender a escola que fica perto de uma fronteira mostra que o jeito de ensinar e as relações dentro dela mudam por causa das diferenças sociais, culturais e de linguagem existente ali.

Para Anzaldúa (2015), a fronteira não pode ser compreendida apenas como uma divisão territorial, mas uma região de encontros entre diferentes culturas, marcados pela convivência das diversas identidades, línguas e tradições, ocasionando tensões, o choque cultural.

> Tanto a cultura quanto a fronteira são produzidas socialmente numa perspectiva multidimensional. Isso porque o indivíduo, assim como a sociedade, não é uno(a) somente, mas igualmente múltiplo(a). Logo, ao serem arranjadas socialmente, fronteira e cultura carregam os traços das relações econômicas, políticas, éticas, morais, religiosas, particulares de cada ambiente construído e, sobretudo de relações de poder. São dotadas de dinamismo particular em cada uma de suas manifestações, conforme o arranjo territorial no qual se encontra (Costa, 2012, p.17).

Conforme Cardin, Albuquerque e Paiva, (2018), é preciso esquecer dos marcadores físicos e olhar para os movimentos dinâmicos que tornam a fronteira uma região porosa e multifacetada, onde mundos sociais que se tensionam e se contagiam mutuamente.

O município de Corumbá, foi fundado em 21 de setembro de 1778, possui aproximadamente 100 mil habitantes, conforme dados do IBGE 2025. A cidade, que é conhecida como capital do Pantanal, abriga uma rica diversidade natural, é esplêndida pela beleza natural da fauna e flora, mas também pelas interações culturais. O município faz fronteira com a cidade de Puerto Quijarro com o país vizinho Bolívia, sendo possível observar cotidianamente o trânsito de pessoas, mistura da culinária, música e idiomas, municípios marcados pelo choque cultural.

É possível observar a interação das diferentes pessoas em vários pontos da cidade, nas feiras, mercados, hospitais, brasileiros e bolivianos convivendo e interagindo, o choque cultural como é citada pela Anzaldúa (2015).

> El choque de un alma atrapada entre el mundo del espíritu y el mundo de la técnica a veces la deja entullada. Acunada en una cultura, hecha sandwich entre dos culturas, con un pie en cada una de las tres culturas y sus valores, la mestiza se somete a una lucha de carne y hueso, a la lucha de fronteras, a una guerra interna. Como toda la gente, solo vemos la versión de la realidad que comunica nuestra cultura. Como otras personas que tienen o viven inmersas en más de una cultura, recibimos múltiples mensajes, a menudo opuestos. La unión de dos marcos de referencia internamente coherentes, pero usualmente incompatibles, resulta en un choque cultural, una colisión de culturas (Anzaldúa, 2015, p.138).

Segundo Laraia (1986), a cultura corresponde ao conjunto de conhecimentos, crenças, valores e comportamentos que são adquiridos pelos indivíduos que constituem uma sociedade, sendo um elemento fundamental para compreensão das relações sociais que são estabelecidas, condicionando a visão de mundo dos homens. A cultura é uma teia de significados que o homem tece e constrói socialmente (Geertz, 1989).

Nesse contexto, conforme as contribuições dos autores Laraia, Anzaldua e Geertz, é possível entender, um pouco, o universo complexo das salas de aula. Espaços educativos, onde estudantes brasileiros e bolivianos interagem, compartilham seus valores, idiomas e culturas distintas, experiências que são construídas pelas vivências. Mas essas interações também se constituem como um desafio para o docente promover uma educação com equidade, possibilitando um aprendizado ativo e a educação empática, valorizando as diferenças. As interações em sala de aula resultam em produtos e produtores de cultura. “As culturas movem-se não apenas pelo que existe, mas também pelas possibilidades e projetos do que pode vir a existir” (Santos, 2006, p. 20).

3. DIREITO À EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE CULTURAL

Conforme Roldão, Ferreira e Branco (2021, p. 50), “desde os primórdios, homens e mulheres migram, sendo esse ato inerente ao ser humano”. A migração acontece por vários motivos, as pessoas buscam melhores condições de vida ou trabalho. Com a estabilidade econômica do Brasil nos últimos tempos, registrou-se um aumento de imigrantes. Ainda segundo os autores, “com a chegada dos filhos e filhas dos imigrantes, as instituições escolares deparam-se com mais um desafio: de acolhê-los e garantir seu acesso e permanência nos espaços escolares” (Roldão; Ferreira e Branco, 2021, p. 50).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205 e 2006, estabelece a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, com o princípio de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. No artigo 208, pontua que educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, sendo um direito público subjetivo (Brasil, 1988).

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LEI Nº 9.394 de 1996, reafirma que o acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo (Brasil, 1996).

No âmbito Educacional, as legislações reforçam que a educação é um direito subjetivo, podendo ser exigida do Estado quando não for efetivada. Essa perspectiva é especialmente relevante no município de Corumbá, região fronteiriça, onde o fluxo constante de estudantes migrantes demanda políticas e práticas pedagógicas capazes de assegurar a efetivação desse direito.

Segundo Tavano e Oliveira (2024), se concentramos nosso olhar no lado brasileiro desta linha de fronteira, é possível observar uma intensa migração no espaço físico corumbaense, indivíduos de origem boliviana utilizando os centros de saúde, seguridade social, escolas, em um processo de ocupação do espaço e uso dos serviços públicos e privados.

É possível observar no município de Corumbá o movimento constante dos brasileiros, bolivianos entre outras nacionalidades, segundo Oliveira (2019), há aqueles que são considerados migrantes permanentes, que se estabelecem na cidade; os passageiros, que ficam um determinado tempo; e os pendulares, que migram todos os dias para trabalhar ou estudar e retornam aos seu país.

A presença de estudantes migrantes nas escolas do município de Corumbá revela a necessidade de ações que ultrapassem o acesso, matrícula. A efetivação do direito envolve acolhimento, inclusão, valoração, respeito à diversidade cultural. “A criança e o adolescente, não deixam de ser quem eram antes de migrar. Suas idiossincrasias, suas experiências, seu jeito de ver o mundo, suas esperanças e sonhos, os acompanham juntamente com seu material escolar” (Roldão; Ferreira e Branco, 2021, p. 51).

Essa realidade evidencia que a escola em contexto de fronteira possui especificidades que ultrapassam o acesso formal à educação, exigindo práticas e estratégias que considerem a diversidade cultural, linguística e social presente no cotidiano escolar.

Segundo Tavano e Gonçalves (2023), as escolas corumbaenses recebem estudantes bastante diversificados quanto à origem, estudantes que são produtos e produtores de culturas, constroem suas identidades a partir das experiências e vivências.

A escola é uma instituição social e cultural, onde as diferenças presentes podem ser consideradas positivas ou negativas pelas tensões criadas.

> A problemática das relações entre escola e cultura é inerente a todo processo educativo. Não há educação que não esteja imersa na cultura da humanidade e, particularmente, do momento histórico em que se situa. A reflexão sobre esta temática é coextensiva ao próprio desenvolvimento do pensamento pedagógico. Não se pode conceber uma experiência pedagógica "desculturizada", em que a referência cultural não esteja presente (Moreira e Candau, 2003, p.159).

Diante disso, cabe a escola oferecer um ensino com práticas pedagógicas mais significativas com reconhecimento e valorização das diversidades culturais fronteiriças, pois "as escolas situadas em área de Fronteiras são, em geral, instituições que acolhem indivíduos de nacionalidades distintas e que lidam com situações típicas dessas regiões, como, por exemplo, a mescla dessas diferenças num mesmo ambiente escolar" (Arf e Velasque, 2017, p. 104), a escola deve se atentar às especificidades aos alunos com diferentes nacionalidades.

Para tanto, o Brasil formulou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), definida como um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas da Educação Básica (Brasil, 2018).

Assim, as aprendizagens essenciais asseguradas pela BNCC e os pelos currículos têm papéis complementares para cada etapa da Educação Básica, uma vez que tais aprendizagens só se materializam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação, isto é, o conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola (Saviani, 2008), e para que essas ações ocorram, os níveis e modalidades de ensino deverá ter como referência a forma da organização social, o seu contexto e as características dos alunos.

Nesse cenário, o papel do docente é fundamental no desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas e interculturais, pois "a condição fronteiriça carrega em si a definição da diferença, que determina o nós e os outros criando zonas geográficas e/ou afetivas que são reconhecidas como pertencentes ou excludentes" (Tavano e Gonçalves, 2023, p. 7).

Neste estudo, quando falamos de prática pedagógica é o jeito como os professores ensinam, usando diferentes estratégias, métodos e ações durante as aulas. A prática pedagógica acontece no dia a dia do trabalho do professor dentro da sala de aula. Dessa forma, segundo

Oliveira (2013, p.35), "a prática pedagógica, também chamada de práxis, está intimamente relacionada com os aspectos sociais que perpassam todo o processo ensino-aprendizagem."

4. OS DESAFIOS DA DOCÊNCIA EM CONTEXTOS MULTICULTURAIS

A atuação do docente apresenta vários desafios principalmente em escolas de regiões de fronteira, desafios que ultrapassam práticas pedagógicas tradicionais, pois envolve lidar com diferentes culturas, identidades, línguas e formas de aprendizagem. O professor que atua nessas regiões precisa compreender que a escola é atravessada pelas características culturais da região onde está inserida, o que exige práticas pedagógicas que sejam capazes de atender as demandas da comunidade.

O principal desafio do professor das escolas dessa região é assumir-se como pessoas fronteiriças, conforme Santos (2021, p.102) "Quando se tem a noção de fronteira como algo distante, de separação do caminho que trilhamos, ainda que tal sujeito seja professor atuante em escolas de fronteiras, podemos considerar que há uma negação cultural".

Nesse sentido, Candau e Moreira (2003) apresentam que o professor tem enfrentado dificuldades em tornar a cultura como eixo central do processo educativo, devido aos desafios enfrentados em uma sala de aula que hoje encontra-se "invadida" por grupos sociais e culturais distintos.

Conforme Santos e Queiroz (2021), toda a movimentação que acontece na escola é provida de sentido e significado, entre as teorias e prática, dois caminhos podem ser traçados em direção ao conhecimento, um que homogeneíza a aprendizagem e outro que heterogeneíza, respeitando a individualidade dos sujeitos.

Para Candau (2008), um dos grandes desafios da educação é superar a homogeneização e construir práticas na perspectiva intercultural, reconhecendo as diferenças como parte do processo educativo.

> Adotar práticas interculturais no processo de ensino-aprendizagem não se constitui como ação de fácil execução nos ambientes educativos. Isso requer um pensar e organizar teorias de maneiras diferenciadas, transformando-as em ideias que assumam atitudes plurais de reconhecimento cultural, incluindo em seus currículos e conteúdos assuntos que sejam reflexo da realidade na qual os alunos estão inseridos. O reconhecimento da identidade cultural dos sujeitos sem discriminações ou exclusões de grupos distintos entre si configura-se como ponto de partida para o estabelecimento do diálogo entre os atores escolares (Santos e Queiroz, 2021, p. 9).

Outro grande desafio das escolas de regiões fronteiriças está na desconsideração do espanhol, “é preciso receber adequadamente esses migrantes, que são predominantemente bolivianos e, portanto, falantes de espanhol” (Silva; Cunha e Tavano, 2024, p. 7521).

Nesse caso, o professor vai além de só ensinar o conteúdo. O professor prepara atividades para receber os alunos de um jeito acolhedor, ajudar na troca entre várias culturas e dar valor ao que cada aluno já traz de conhecimento. Por isso, o professor deve ajustar o currículo para ficar de acordo com a realidade da região de fronteira. O papel do professor nisso tudo é muito importante.

Segundo Silva e Almeida (2019), as escolas situadas em regiões de fronteira, reproduzem os códigos hegemônicos dos centros de poder, não sendo consideradas as especificidades locais, uma vez que as disciplinas oferecidas são as sugeridas pelo Conselho Estadual ou Municipal de Educação. Ao analisar as grades curriculares das Escolas Estaduais, disponíveis nos diários oficiais eletrônicos, é possível verificar que não há oferta da língua Espanhola nas Escolas Estaduais como disciplina obrigatória. Ainda conforme artigo 30, da Resolução/SED N. 4.483, de 12 de novembro de 2025, que dispõe sobre a organização curricular das etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, nas unidades escolares da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, compete à direção escolar optar por uma das matrizes aprovadas, de acordo com a oferta da língua estrangeira que melhor atende a sua realidade.

Contudo, o Referencial Curricular de Mato Grosso do Sul, documento orientativo da prática pedagógica do professor, pontua uma das competências da Língua Espanhola:

> Identificar o lugar de si e do outro em um mundo plurilíngue e pluricultural, refletindo, criticamente, sobre como a aprendizagem da Língua Espanhola contribui para a inserção do sujeito no mundo globalizado, inclusive no que concerne o mundo do trabalho e nas relações com os países vizinhos promovendo a expansão da harmonia comum e entre as pessoas (Mato Grosso do Sul, 2019, p.415).

A escola deve considerar os estudantes como sujeitos que carregam saberes construídos em seus diferentes contextos de vida, sendo um ambiente que incentiva o processo contínuo de interação e inovação, democracia e multiculturalismo. “Não se trata de, para afirmar a igualdade, negar a diferença, nem de uma visão diferencialista absoluta, que relativize a igualdade. A questão está em como trabalhar a igualdade na diferença” (Sacavino, 2020, p.5).

O professor deve elaborar sua prática pedagógica de forma intencional, buscando desenvolver as habilidades curriculares e respeitando as diferenças. Práticas que coloquem o estudante no centro das atividades, a utilização de metodologias ativas, possibilitam que os

estudantes participem ativamente na construção do conhecimento, diante disso, a problematização como uma prática pedagógica, propicia a integração de saberes, trocas e vivências, estudantes protagonistas, críticos e autônomos, atividade associada às considerações de Paulo Freire, "aprender a aprender".

"Educar é conseguir que a criança ultrapasse as fronteiras que, tantas vezes, lhe foram traçadas como destino pelo nascimento, pela família ou pela sociedade. Hoje, a realidade da escola obriga-nos a ir além da escola" (Nóvoa, 2009, p.31).

Dessa maneira, surge a necessidade de que a escola dialogue com essa diversidade de formação e vivência, considerando, a escola como espaço de saberes construídos nas interações coletivas. Assim, o ensino deve ser pautado num currículo de acordo com a realidade desses alunos, considerando seu contexto social, pois "esses estudantes, constroem suas identidades a partir da pertença à cultura boliviana, e levam para as escolas sua língua, sua história, sua identidade, tensionado a relação pedagógica" (Tavano e Gonçalves, 2023, p. 8). Em vista disso, o docente precisa ser o mediador de um ensino que proponha um olhar às especificidades dessas escolas em contextos de fronteira, às quais apresentam uma diversidade cultural significativa entre os estudantes.

Com relação à formação de professores, "há desafios cotidianamente, devido a não haver, na formação inicial, a discussão de temáticas fronteiriças e migratórias específicas" (Silva; Cunha e Tavano, 2024, p.7523) Ainda ao observar o Calendário Escolar da Rede Estadual de MS, disponível em diário oficial, é possível verificar datas destinadas à Formação Continuada, que já chegam nas unidades estruturadas. Cabe a gestão escolar considerar sua comunidade, tanto na escolha da matriz, que de certa forma contemplem os estudantes migrantes, como propiciar momentos de diálogos que contribuam para o aprimoramento de práticas pedagógicas.

Quando os cursos de formação de professores não trazem o tema dos contextos de fronteira, o trabalho em sala de aula acaba sendo prejudicado. O professor sente dificuldade para lidar com as diferenças de cultura, de idioma e de vida que existem nas escolas nessas regiões. Os desafios que aparecem todos os dias na escola não vêm só da diversidade dos alunos, a formação continuada de professores está associada aos contextos social e cultural, "isso nos remete a conceber a formação continuada dentro de uma visão complexa da realidade em toda sua completude, na sua teia interações" (Oliveira, 2013, p. 31).

A formação dos professores conta muito nisso, contribuindo nas escolhas das melhores práticas pedagógicas adequadas para lidar com essas situações. Por isso, a formação continuada

é fundamental, pois ajuda o professor a pensar sobre sua prática, além de colocar em uso ideias que realmente fazem diferença para as escolas localizadas perto das fronteiras.

Assim, o papel do professor em escolas de fronteira está para além do planejamento de metodologias cujo único objetivo seja a transmissão de conteúdos, o docente deve atuar como mediador, possibilitando a construção de uma educação que reconheça as diferenças culturais. A prática pedagógica, potencializada pelas metodologias ativas, são elementos essenciais na promoção da inclusão, valorização, reconhecimento e pertencimento da identidade dos estudantes, brasileiros e bolivianos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, neste artigo buscou-se a análise de estudo de escolas em contexto de fronteira e o ensino mediado pelo docente nas práticas pedagógicas, em seu desafio de ter um olhar diferenciado à essas especificidades, concebendo uma educação vinculada ao aspecto social e cultural em que esses alunos estão inseridos; um espaço complexo em identidades e valores.

No cenário nas escolas de Corumbá observa-se interfaces culturais relacionadas à presença de estudantes de diferentes origens. Ações de acolhimento, pertencimento, inclusão, valoração, respeito à diversidade cultural devem ser pensados, de forma que possam contribuir para oferecer uma educação de qualidade e atender demandas de alunos migrantes internacionais.

Em vista disso, como já definimos, a escola como instituição social e cultural, cabe a ela a função da difusão do saber e dos conhecimentos científicos, de preparar o aluno para viver em sociedade, o qualificar para o trabalho e ao exercício da cidadania.

Durante a sua formação básica, o aluno desenvolve e se apropria das aprendizagens essenciais, as quais são estabelecidas e asseguradas pela BNCC e pelos currículos, por meio das atividades nucleares desenvolvidas pela escola. Dessa maneira a padronização do ensino pela BNCC acaba não contemplando essas especificidades que marcam as escolas em contexto de fronteira, oferecendo um ensino homogeneizado e de forma uniforme, não contemplando um ensino que estão presentes as individualidades de seus alunos, como a diversidade cultural, linguística e social.

Desse modo, para que isso ocorra um dos grandes desafios é a superação da homogeneização e a construção de práticas pedagógicas numa perspectiva intercultural, em que promova o reconhecimento das diferenças como parte integrante e presente no processo

educativo, para que seja um ensino mais significativo com reconhecimento das identidades culturais fronteiriças, pois a escola não é um espaço culturalmente neutro.

Diante dessa realidade, a escolha do caminho para um ensino mais efetivo para o reconhecimento e valorização dessas diversidades culturais, está relacionado à realidade da escola em seus pressupostos e diretrizes, a escola necessita superar essas diferenças, e o docente será o mediador, para assegurar que suas práticas pedagógicas e o currículo se aproximem do contexto de fronteira dessas escolas.

REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La frontera: la nueva mestiza**. México: UNAM, 2015.

ARF, Lucilene Machado Garcia; VELASQUE, Sabrina Rodrigues. **O Cotidiano dos Professores e Alunos Pertencentes às Escolas de Fronteira The Daily of Teachers and Students Belonging to the Border Schools El Cotidiano de los Profesores y Alumnos Pertenecientes a las Escuelas de Frontera.** TEL Tempo, Espaço e Linguagem, v. 8, n. 1, p. 103-114, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://encurtador.com.br/OnSRB. Acesso em: 13 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 13 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Portaria Nº 213, de 19 de Julho De 2016**. Estabelece o conceito de "cidades-gêmeas" nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 de jul. 2016. Disponível em https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/programa-fronteira-integrada-pfi/marco-legal/portaria-no-213-de-19-de-julho-de-2016/view. Acesso em 24 jun. 2026.

CARDIN, Eric; ALBUQUERQUE, José Lindomar C.; PAIVA, Luiz Fábio. **A fronteira como campo de pesquisa**. Revista de Ciências Sociais, 49 (3), 2019. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/38557/1/2019_art_ecardinjlcalbuquerque.pdf. Acesso em 12 de jun. 2026

COSTA, Edgar Aparecido da. **Mobilidade e fronteira: as territorialidades dos jovens de Corumbá**, Brasil. Revista Transporte y Territorio, v.9, p.71-93, 2013. Disponível em: https://encurtador.com.br/qDDVx. Acesso em: 13 jun. 2026.

COSTA, Gustavo Villela Lima da. **Os Bolivianos em Corumbá-MS: Conflitos e Relações de Poder na Fronteira**, Mana, Rio de Janeiro, v. 21,n. 1,p. 35-63, 2015. Disponível em https://doi.org/10.1590/0104-93132015v21n1p035. Acesso em 12 de jun. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996

GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura**. In: A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estimativas da população residente para os municípios e para as Unidades da Federação com data de referência em 1º de julho de 2025. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: Panorama – Corumbá. Acesso em: 25 jun. 2026.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LEVY, Jacques. **Les Nouveaux Espaces de la Mobilité**. In: BONNET, M.; DESJEUX, D. *Les Territoires de la Mobilité*. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Políticas de currículo em múltiplos contexto**. São Paulo: Cortez, 2006.

MATO GROSSO DO SUL, **Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul: educação infantil e ensino fundamental** / Organizadores Hélio Queiroz Daher; Kalícia de Brito França; Manuelina Martins da Silva Arantes Cabral. Campo Grande, SED, 2019.

MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica (org),** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU**. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 23, p. 156-168, maio/ago. 2003. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000200012. Acesso em: 14 jun. 2026.

NÓVOA, António. **Professores: imagens do futuro presente.** Lisboa: Educa, 2009. Disponível em: https://pibid.unespar.edu.br/noticias/antonio-novoa-2009-professores-imag-do-futuro-presente.pdf/view. Acesso em: 13 jun. 2026.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado; LOIO, Joanna Amorim de Melo. **Migração internacional pendular em fronteira: em busca de qualificações espaciais.** Revista Videre, Dourados, MS v. 11, n. 21, p. 54–67, 2019. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/videre/article/view/9069. Acesso em: 12 jun. 2026.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Sequencia Didática Interativa no processo de formação de professores.** Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2013.

ROLDÃO, Sandra Felicio; FERREIRA, Jacques de Lima; BRANCO, Veronica. **Imigração no Brasil e o processo de escolarização para as crianças e adolescentes imigrantes.** Revista Entreideias, Salvador, v. 10, n. 2, p. 49-69, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/36960. Acesso em: 13 jun. 2026.

SACAVINO, Susana Beatriz. **Interculturalidade e práticas pedagógicas: construindo caminhos.** Revista Educação, Santa Maria, v. 45, p. 1-22, 2020. Disponível em: Periódicos UFSM. Acesso em: 14 jun. 2026

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SANTOS, Rosane Barreto Ramos dos; QUEIROZ, Paulo Pires de. **Práticas pedagógicas interculturais: (re)conhecendo as diferenças em sala de aula**. *Educação*, Santa Maria, v. 46, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reveducacao. Acesso em: 12 jun. 2026.

SANTOS, Tarissa Marques Rodrigues dos. **Olhares cruzados sobre a fronteira Brasil-Bolívia por meio da literatura infantil**. 2021. 178 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal, Corumbá, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/3652. Acesso em: 24 jun. 2026.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 10ª ed. Campinas: Autores Associados; 2008.

SILVA, Juliana Nathaly Casanova da; CUNHA, Flavianny Jurê da; TAVANO, Patricia Teixeira. **Características do ensino público de Corumbá/MS diante da condição fronteiriça municipal.** *Lumen et Virtus*, São José dos Pinhais, v. XV, n. XLII, p. 7518-7525, 2024. DOI: 10.56238/levv15n42-073. Disponível em: https://doi.org/10.56238/levv15n42-073. Acesso em: 24 jun. 2026.

SILVA, Vivian da Veiga. **Fronteiras complexas: uma abordagem transdisciplinar sobre os estudos fronteiriços brasileiros na perspectiva de Edgar Morin**. Revista GeoPantanal, Corumbá/MS, n. 39, 289-305, jul./dez. 2025. Disponível em: https://doi.org/10.55028/m074pn04 . Acesso em 12 jun. 2026

TAVANO, Patrícia Teixeira; GONÇALVES, Carlos Germano Gomes**. Prescrições curriculares fronteiriças: as licenciaturas em foco**. Revista Professare, v. 12, n. 1, e 3099, 2023. Disponível em: https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/professare/article/view/3099. Acesso em: 12 jun 2026.

TAVANO, Patrícia Teixeira; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado. **Contexto migratório internacional e educação escolar fronteiriça: Discussão acerca de estudos acadêmicos Stricto Sensu**. REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 32, 2024. Disponível em: https://encurtador.com.br/Ad0Uy. Acesso em: 13 jun. 2026.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples**. RBPAE, v. 23, n. 1, p. 53-69, jan./abr. 2007. Disponível: https://doi.org/10.21573/vol23n12007.19013. Acesso em: 10 jun. 2026

CAPÍTULO VI

DESAFIOS DA INCLUSÃO E INTERCULTURALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE MATO GROSSO DO SUL: ENTRE O ENSINO DE CIÊNCIAS E AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS DE FRONTEIRA

CHALLENGES OF INCLUSION AND INTERCULTURALITY IN BASIC EDUCATION IN MATO GROSSO DO SUL: BETWEEN SCIENCE EDUCATION AND BORDER LANGUAGE POLICIES

DOI: 10.51859/amplla.mig854.1126-6

Rosimara Virginio de Souza Ichiy
Marlenes Patino Baes
Alex Barbosa de Lima

RESUMO

Este artigo discute os desafios da inclusão de estudantes migrantes internacionais na educação básica de Mato Grosso do Sul, à luz da perspectiva de Pierre Bourdieu (1998; 2008) e da produção científica recente. Articula dois eixos complementares: a formação docente no ensino de Ciências da Natureza, em Campo Grande, e as políticas linguísticas mediadas pela leitura literária na fronteira de Bela Vista. A análise evidencia que a efetivação da interculturalidade depende do reconhecimento dos capitais culturais e linguísticos dos estudantes migrantes, exigindo práticas pedagógicas e políticas educacionais comprometidas com a redução das desigualdades simbólicas no campo educacional.
Palavras-chave: Migração internacional, interculturalidade, formação docente, políticas linguísticas, Pierre Bourdieu.

ABSTRACT

This article discusses the challenges of including international migrant students in basic education in the state of Mato Grosso do Sul, Brazil, from the perspective of Pierre Bourdieu (1998; 2008) and recent scientific literature. It articulates two complementary dimensions: teacher education in Natural Sciences teaching in Campo Grande and language policies mediated through literary reading in the border municipality of Bela Vista. The analysis highlights that the implementation of intercultural education depends on the recognition of migrant students' cultural and linguistic capital, requiring educational policies and pedagogical practices committed to reducing symbolic inequalities within the educational field.
Keywords: International migration, interculturality, teacher education, language policies, Pierre Bourdieu.

1. INTRODUÇÃO

O panorama educacional contemporâneo de Mato Grosso do Sul é marcado por complexos fluxos migratórios internacionais que reconfiguram a demografia escolar e tensionam as práticas pedagógicas tradicionais. Por situar-se na fronteira com o Paraguai e a Bolívia, o estado notabiliza-se pelo multilinguismo e pela diversidade cultural (Amaral, 2025; Neves; Conte, 2023; Pereira, 2021). Dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, analisados por Cavalcanti (2025), indicam um contingente de 17.704 imigrantes residentes no estado, composto predominantemente por cidadãos de origem venezuelana, paraguaia, boliviana e haitiana.

Diante dessa miscigenação sociolinguística, o sistema público de ensino é instado a transcender o paradigma monocultural e monoglóssico. No plano jurídico-normativo federal, a Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017) assegura expressamente ao migrante o direito de acesso à educação pública, vedando quaisquer formas de discriminações. Assim, em seu Art. 3º, a política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes:

> I - universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos; II - repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação; III - não criminalização da migração; IV - não discriminação em razão dos critérios ou dos procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida em território nacional; V - promoção de entrada regular e de regularização documental; VI - acolhida humanitária; VII - desenvolvimento econômico, turístico, social, cultural, esportivo, científico e tecnológico do Brasil; VIII - garantia do direito à reunião familiar; IX - igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante e a seus familiares; X - inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas; XI - acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social; XII - promoção e difusão de direitos, liberdades, garantias e obrigações do migrante (...); XV - cooperação internacional com Estados de origem, de trânsito e de destino de movimentos migratórios, a fim de garantir efetiva proteção aos direitos humanos do migrante; XVI - integração e desenvolvimento das regiões de fronteira e articulação de políticas públicas regionais capazes de garantir efetividade aos direitos do residente fronteiriço; XVII - proteção integral e atenção ao superior interesse da criança e do adolescente migrante; XXII - repúdio a práticas de expulsão ou de deportação coletivas. (Brasil, 2017, p. 1 - 2).

Em nível estadual, a Resolução/SED-MS nº 4.311/2024 regulamenta esse direito na Rede Estadual de Ensino, orientando as escolas a estruturarem procedimentos de acolhimento que considerem a língua materna e a cultura dos estudantes, coibindo práticas xenofóbicas.

Sob a perspectiva de Pierre Bourdieu (1998), entretanto, a existência de dispositivos legais que asseguram o direito à educação não garante, por si só, a efetivação de práticas escolares inclusivas. A escola constitui um campo social permeado por relações de poder, no qual determinados capitais culturais e linguísticos são historicamente legitimados, enquanto outros tendem a ser invisibilizados ou desvalorizados (Bourdieu, 1998). Nesse contexto, estudantes migrantes ingressam na educação básica com repertórios linguísticos, experiências culturais e formas de socialização construídos em diferentes contextos nacionais que, muitas vezes, não são reconhecidos como recursos legítimos no espaço escolar.

Tal dinâmica contribui para a reprodução de desigualdades simbólicas, na medida em que privilegia a norma linguística e os referenciais culturais dominantes, limitando o reconhecimento da diversidade e a participação plena desses sujeitos nos processos educativos. Assim, compreender os desafios da inclusão exige ultrapassar a análise das garantias normativas e investigar como as relações de poder, os mecanismos de legitimação cultural e as disputas simbólicas presentes no campo educacional condicionam as possibilidades de acolhimento, de efetivação da interculturalidade e do reconhecimento dos diferentes capitais culturais e linguísticos presentes nas escolas de fronteira. Cabe destacar que,

> a perspectiva intercultural implica uma compreensão complexa de educação, que busca - para além das estratégias pedagógicas e mesmo das relações interpessoais imediatas - entender e promover lenta e prolongadamente a formação de contextos relacionais e coletivos de elaboração de significados que orientam a vida das pessoas (Fleuri. 2002, p. 11).

As relações de poder que atravessam o campo educacional manifestam-se em barreiras de natureza pedagógica, linguística, estrutural e cultural, dificultando a efetivação de práticas inclusivas nas escolas de Mato Grosso do Sul (Egues; Tavano, 2025; Neves; Conte, 2023). Para compreender essa realidade multifacetada, este artigo analisa a inclusão de estudantes migrantes a partir de duas dimensões complementares: a especificidade curricular do ensino de Ciências da Natureza em Campo Grande, MS, e as políticas linguísticas mediadas pela leitura literária no município fronteiriço de Bela Vista, MS.

Diante desse contexto, este artigo tem por objetivo discutir, à luz da perspectiva bourdieusiana e da produção científica recente, os desafios relacionados à inclusão e à interculturalidade na educação básica de Mato Grosso do Sul, articulando duas frentes de investigação desenvolvidas em contextos empíricos distintos: o ensino de Ciências da Natureza em Campo Grande - MS e as políticas linguísticas de acolhimento na fronteira de Bela Vista – MS, como possibilidades complementares para compreender as demandas educacionais decorrentes das migrações internacionais.

2. O ENSINO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA EM PERSPECTIVA INTERCULTURAL: DESAFIOS NA FORMAÇÃO DOCENTE NA CAPITAL

No âmbito do ensino de Ciências, o *Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul (2019)* postula que um dos escopos precípuos desse campo epistemológico reside na formação de sujeitos críticos e na problematização da realidade (Freire, 2019). Destarte, a relevância do ensino de Ciências consubstancia-se em seu potencial de fomentar a cooperação

socioambiental, o rigor científico e a preservação planetária (Kruger; Speck, 2015). De acordo com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), a área de Ciências da Natureza nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental organiza-se a partir dos eixos temáticos Matéria e Energia, Vida e Evolução, e Terra e Universo (Carneiro; Gonçalves, 2025; Terini, 2025).

Embora os desafios relacionados à inclusão de estudantes migrantes perpassem todas as áreas do conhecimento, o ensino de Ciências da Natureza constitui um recorte analítico particularmente relevante neste artigo por representar uma das frentes de investigação desenvolvidas pelos autores em escolas da rede pública de Campo Grande, MS. Além de sua centralidade na formação científica e cidadã, essa área mobiliza linguagens específicas, conceitos abstratos e práticas investigativas que demandam intensa mediação pedagógica, tornando mais evidentes os desafios enfrentados por estudantes em processo de inserção linguística e cultural.

Assim, a discussão apresentada não pretende hierarquizar os componentes curriculares, mas utilizar o ensino de Ciências como um contexto empírico capaz de evidenciar questões mais amplas relacionadas à inclusão, à interculturalidade e à formação docente na educação básica.

A abordagem desses conteúdos sob uma perspectiva equitativa pressupõe requisitos estruturais, entre os quais se destaca a formação docente. Tal elemento é imperativo para o desenvolvimento de práticas pedagógicas dialógicas, assegurando que os conhecimentos veiculados adquiram significação real para o alunado (Nóvoa et al., 2023; Olegário, 2021; Zabala, 2015). Sob essa perspectiva, o ensino de ciências transcende a mera transmissão factual, constituindo-se como vetor de emancipação cidadã e de compreensão dos fenômenos que regem o mundo contemporâneo (Silva; Guimarães, 2025).

Nessa direção, a formação docente ultrapassa a dimensão técnico-metodológica e passa a envolver a compreensão das relações sociais que atravessam o cotidiano escolar. Sob a perspectiva de Bourdieu (1998), o trabalho pedagógico desenvolve-se em um campo marcado por disputas simbólicas, no qual determinados conhecimentos, linguagens e formas de participação são legitimados como universais. Desse modo, formar professores para contextos interculturais implica desenvolver competências capazes de reconhecer criticamente esses mecanismos de legitimação, valorizando os diferentes capitais culturais e linguísticos presentes nas salas de aula. No contexto das migrações internacionais, essa perspectiva amplia as possibilidades de construção de práticas pedagógicas que favoreçam o reconhecimento da diversidade como elemento constitutivo do processo educativo.

Contudo, o processo de escolarização desses sujeitos enfrenta barreiras multifatoriais no contexto sul-mato-grossense. O entrave idiomático apresenta-se como uma das principais barreiras, visto que expressiva parcela do corpo docente da rede básica de ensino não possui domínio de línguas estrangeiras, com destaque para o idioma espanhol (Tavano et al., 2024). Diante desse fluxo migratório, Egues e Tavano (2025) sustentam a urgência de se estruturar um modelo educacional que reconheça e valorize a pluralidade cultural dos estudantes.

O perfil dos discentes imigrantes na educação básica do estado subdivide-se, substancialmente, em duas categorias: os refugiados que são majoritariamente venezuelanos que migram em busca de subsistência e progressão social (Pereira, 2021); e os cidadãos de países limítrofes, especialmente bolivianos e paraguaios, que optam pelo sistema de ensino brasileiro devido a assimetrias estruturais em seus países de origem, resultando em expressiva concentração de matrículas em escolas de fronteira (Egues; Tavano, 2025; Tavano; Gonçalves, 2023; Tavano et al., 2024).

No âmbito pedagógico, as assimetrias na comunicação despontam como o principal entrave (Neves; Conte, 2023). O estudante imigrante é compelido a assimilar a Língua Portuguesa para fins de socialização, paralelamente à escassez de materiais didáticos adaptados ou traduzidos nas instituições de ensino (Batista, 2019). Essa lacuna compromete a transposição didática no ensino de Ciências, refletindo-se negativamente no desempenho cognitivo e na aprendizagem desses alunos (Verlochi, 2022). Registram-se ainda episódios de xenofobia e discriminação no ambiente escolar (Verlochi, 2022). Neves e Conte (2023) salientam a persistência de estigmas sociais que associam o imigrante à ameaça de saturação do mercado de trabalho local, postura que contrapõe os preceitos de uma sociedade justa e solidária (Brasil, 1988).

Sob a perspectiva bourdieusiana, essa invisibilização evidencia que a formação docente ainda reproduz mecanismos de legitimação de determinados capitais culturais e linguísticos em detrimento de outros, contribuindo para a manutenção de desigualdades simbólicas no campo educacional. Assim, mais do que incorporar conteúdos sobre migração ou interculturalidade aos currículos das licenciaturas, torna-se necessário promover processos formativos que possibilitem aos professores reconhecer a diversidade cultural como dimensão constitutiva da prática educativa. No âmbito do ensino de Ciências da Natureza, tal movimento favorece não apenas a ampliação das possibilidades de aprendizagem, mas também o fortalecimento de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade, o reconhecimento e a participação efetiva dos estudantes migrantes no cotidiano escolar.

A formação inicial de professores configura-se como outro aspecto crítico. Pesquisas desenvolvidas por Tavano e Gonçalves (2023) demonstram a ausência de componentes curriculares voltados à multiculturalidade nos cursos de licenciatura de Mato Grosso do Sul. Especificamente no ensino de Ciências, a carência de subsídios teóricos e metodológicos para atuar em contextos multilíngues negligencia as necessidades específicas do estudante imigrante (Balzan et al., 2023a), distanciando-se do modelo de articulação profícua entre teoria e prática, voltado ao desenvolvimento profissional docente (Nóvoa et al., 2023).

Evidenciando a complexidade desse cenário, Balzan et al. (2023b, p. 2-4) elencam os seguintes fatores limitadores:

> a) fragilidades institucionais no acolhimento de estudantes estrangeiros (...); b) insegurança metodológica e avaliativa por parte do corpo docente (...); c) escassez de suporte pedagógico contínuo para professores e alunos (...); d) inadequação dos materiais didáticos de Ciências frente às demandas multiculturais (...); e) isolamento social dos alunos imigrantes devido a barreiras comunicacionais e preconceitos estruturais. (Balzan et al., 2023b, p. 2-4)

Diante do exposto, urge debater a formação de professores de Ciências sob a égide da pluralidade cultural (Egues; Tavano, 2025). A negligência dessa dimensão obstaculiza a consolidação de uma educação genuinamente multicultural (Stoffel et al., 2024). Enquanto Gatti (2021) adverte que a formação docente no Brasil frequentemente desconsidera as assimetrias regionais, Tavano e Gonçalves (2023) reiteram que o modelo formativo em Mato Grosso do Sul desconsidera a existência factual do estudante imigrante na educação básica.

As implicações dessas barreiras, entretanto, não se restringem ao ensino de Ciências da Natureza, abrangendo os diferentes componentes curriculares da educação básica, uma vez que os processos de ensino e aprendizagem são atravessados pelas relações de linguagem, comunicação e mediação pedagógica (Neves; Conte, 2023; Batista, 2019). No presente artigo, a ênfase atribuída ao ensino de Ciências decorre de uma das frentes de investigação que fundamentam este estudo, constituindo um contexto empírico privilegiado para compreender desafios igualmente presentes em outras áreas do conhecimento. Trata-se, portanto, de um recorte analítico que busca evidenciar como a formação docente e as práticas pedagógicas podem favorecer ou limitar o reconhecimento da diversidade cultural e linguística no espaço escolar.

As reflexões desenvolvidas no âmbito do ensino de Ciências evidenciam que os desafios da inclusão de estudantes migrantes extrapolam a dimensão curricular e alcançam diferentes esferas da organização escolar. Se, por um lado, a formação docente constitui elemento

fundamental para o reconhecimento da diversidade cultural e linguística, por outro, esse processo também depende de políticas institucionais capazes de promover o acolhimento e valorizar os repertórios socioculturais trazidos pelos estudantes. Nessa perspectiva, a discussão desloca-se para o contexto das políticas linguísticas em escolas de fronteira, compreendidas como importantes estratégias de reconhecimento dos diferentes capitais culturais e linguísticos presentes no campo educacional (Bourdieu, 1998).

3. POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E MEDIAÇÃO INTERCULTURAL: O ACOLHIMENTO POR MEIO DA LEITURA LITERÁRIA NA FRONTEIRA DE BELA VISTA

Se, na capital, o desafio manifesta-se fortemente na transposição didática de conhecimentos específicos, como aqueles mobilizados pelas Ciências da Natureza, na zona fronteiriça entre o Brasil e o Paraguai ele se expande para a totalidade das interações linguísticas que constituem o cotidiano escolar. No município de Bela Vista, MS, a presença de estudantes migrantes internacionais descortina um contexto marcado pela copresença das línguas portuguesa, espanhola e guarani, bem como por diferentes repertórios culturais, linguísticos e formas de pertencimento. Nesse território, as trajetórias migratórias revelam-se dinâmicas e sujeitas a constantes reconfigurações no espaço social, impulsionadas por condicionantes socioeconômicos, familiares e educacionais.

Em contextos fronteiriços como esse, as identidades culturais não podem ser compreendidas como categorias fixas, mas como construções continuamente produzidas nas relações sociais. Hall (2005) argumenta que as identidades são constituídas historicamente e transformam-se à medida que os sujeitos estabelecem novas experiências e pertencimentos culturais. Em diálogo com essa perspectiva, Canclini (2019) afirma que as fronteiras configuram espaços privilegiados de hibridação cultural, nos quais diferentes tradições, práticas e linguagens coexistem, negociam significados e produzem novas formas de interação. Dessa maneira, a escola deixa de ser apenas um espaço de transmissão de conhecimentos e passa a constituir um lugar estratégico de encontro, negociação e reconhecimento da diversidade cultural.

Nesse horizonte, o acolhimento escolar não pode ser compreendido apenas como uma ação pontual ou emergencial, mas como parte de uma política de integração estruturada e comprometida com a valorização da pluralidade linguística e cultural presente na comunidade escolar. Nesse cenário, a leitura literária desponta como um dispositivo estratégico de mediação intercultural. Sua função extrapola a dimensão técnica da formação de leitores ou da

decodificação textual, assumindo papel relevante na aproximação entre diferentes línguas, culturas, histórias e experiências de vida. Ao promover o contato com múltiplas narrativas e repertórios culturais, a literatura amplia as possibilidades de reconhecimento mútuo, fortalece o diálogo intercultural e favorece práticas pedagógicas mais inclusivas.

Para viabilizar essas práticas, a mediação de saberes multi e interdisciplinares no processo educativo ganha cada vez mais importância. Dessa forma, o/a professor/a e a escola não devem apenas se adequar às novas demandas, mas, sobretudo, ressignificar sua concepção de educação, desenvolvendo uma nova sensibilidade fundamentada em saberes interculturais que promovam o diálogo entre diferentes culturas e desconstruam a ideia de uma educação monocultural. (Sá; Cortez, 2012).

Entre a adequação e a desconstrução deve emergir uma nova forma pedagógica de agir, que exige além da contradição, a dúvida e o questionamento, considerados instrumentais na valorização da mediação intercultural que

> se afirma como intervenção dialógica a partir dos outros e, portanto, como prática de uma pedagogia que se estende para além da escola e que assume a educação a partir dos contextos vários, onde a cultura e os valores se transmitem. (Vieira, 2023, p. 88).

Para tanto, aproximar-se do conceito de políticas linguísticas se torna um movimento necessário, isto porque as escolhas relativas ao uso das línguas não se restringem às decisões oficiais do Estado, mas também se materializam nas práticas cotidianas das instituições sociais (Cf. Calvet, 2007). No ambiente escolar, essas políticas manifestam-se na seleção de obras literárias, nos materiais didáticos, nas práticas de leitura e escrita, nas formas de interação entre professores e estudantes e, sobretudo, nas línguas consideradas legítimas para a produção e circulação do conhecimento. Como argumenta Severo (2013), toda política linguística envolve relações de poder, pois estabelece quais línguas, variedades linguísticas e práticas discursivas serão reconhecidas, valorizadas ou marginalizadas no espaço escolar.

Segundo Bourdieu (2008), a compreensão dessas relações se dá a partir da noção de mercado linguístico, no qual diferentes formas de expressão ocupam posições desiguais de legitimidade. Nesse mercado, determinadas variedades da língua convertem-se em capital linguístico socialmente valorizado, enquanto outras tendem a ser desqualificadas ou invisibilizadas. Essa dinâmica relaciona-se diretamente ao *habitus* linguístico, entendido como o conjunto de disposições socialmente constituídas e incorporadas pelos sujeitos, que influencia suas formas de falar, interpretar e participar das práticas sociais. Assim, o reconhecimento ou a desvalorização de uma língua ou variedade linguística não decorre de

suas características estruturais, mas das relações de poder que definem seu valor simbólico em determinado campo social.

Nessa direção, quando a escola seleciona obras literárias, define as línguas autorizadas para a leitura e para a produção do conhecimento, interpreta manifestações culturais e organiza espaços de mediação leitora, ela participa da distribuição de capital simbólico, legitimando determinados repertórios culturais e linguísticos enquanto outros permanecem invisibilizados. Desse modo, a leitura literária deixa de constituir apenas uma atividade pedagógica e passa a representar uma prática de reconhecimento ou de deslegitimação dos capitais culturais e linguísticos trazidos pelos estudantes migrantes.

A relevância dessa discussão acentua-se ao se constatar que a cultura escolar dominante ainda tende a privilegiar a norma-padrão da Língua Portuguesa como principal referência de legitimidade linguística, relegando a um plano secundário os repertórios constituídos em espanhol, guarani e outras línguas presentes na região de fronteira. Tal centralização monolíngue limita a participação dos estudantes migrantes nas práticas escolares e pode comprometer tanto a apropriação da leitura literária quanto o reconhecimento de seus saberes e experiências. Sob a ótica de Bourdieu (2008), essa assimetria evidencia mecanismos de legitimação simbólica que atribuem maior valor social a determinados capitais linguísticos em detrimento de outros, reproduzindo desigualdades no interior do campo educacional.

Investigar a leitura literária na fronteira implica, nesse sentido, compreender seu potencial não apenas como estratégia de incentivo à leitura, mas também como instrumento de mediação intercultural e de reconhecimento da diversidade linguística. Ao ampliar os espaços de circulação de diferentes narrativas, memórias e repertórios culturais, a literatura favorece processos de acolhimento, fortalece vínculos de pertencimento e contribui para o reconhecimento dos capitais culturais dos estudantes migrantes no ambiente escolar. Nessa perspectiva, a leitura literária constitui uma prática capaz de tensionar processos históricos de invisibilização e ampliar as possibilidades de participação desses sujeitos na vida escolar.

Por fim, é importante destacar que tais reflexões alinham-se às diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) 2026–2036 (Brasil, 2026), ao reafirmarem a necessidade de garantir acesso, permanência, qualidade, equidade e produção de recursos didático-pedagógicos que contemplem as especificidades de populações migrantes e refugiadas. Entretanto, à luz de Bourdieu (2008), a efetivação dessas políticas não depende exclusivamente de dispositivos normativos, mas também da transformação das práticas escolares responsáveis por legitimar determinados capitais linguísticos e culturais. Assim, articular leitura literária, políticas linguísticas e acolhimento significa reconhecer a diversidade como elemento

constitutivo do campo educacional e fortalecer práticas pedagógicas comprometidas com a equidade, o reconhecimento das diferenças e a valorização da pluralidade cultural característica das regiões de fronteira.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo discutir, à luz da perspectiva bourdieusiana e da produção científica recente, os principais desafios relacionados à inclusão e à interculturalidade na educação básica de Mato Grosso do Sul, articulando dois eixos complementares: a formação docente no ensino de Ciências da Natureza e as políticas linguísticas de acolhimento em contextos de fronteira. A análise da literatura permitiu compreender que, embora o ordenamento jurídico brasileiro assegure o direito à educação de estudantes migrantes, a efetivação desse direito permanece condicionada às dinâmicas sociais, culturais e simbólicas que atravessam o campo educacional.

Sob a perspectiva de Bourdieu (1998; 2008), verificou-se que a escola constitui um espaço de disputas em torno da legitimação de capitais culturais e linguísticos, em que determinados saberes, práticas e formas de expressão tendem a ser reconhecidos como legítimos, enquanto outros permanecem marginalizados. Tal compreensão possibilitou interpretar os desafios da inclusão para além das dimensões administrativas e normativas, evidenciando que o acolhimento de estudantes migrantes depende também da forma como a diversidade é reconhecida nas práticas pedagógicas, nas relações escolares e na organização curricular.

A discussão sobre o ensino de Ciências da Natureza evidenciou que a formação docente representa um dos principais desafios para a consolidação de práticas educativas interculturais. As contribuições de Gatti (2021), Nóvoa et al. (2023), Egues e Tavano (2025) reforçam que a preparação de professores para contextos marcados pela diversidade cultural e linguística ultrapassa a dimensão técnico-metodológica, exigindo processos formativos comprometidos com a compreensão das desigualdades sociais, das especificidades territoriais e das múltiplas formas de produção do conhecimento presentes na escola contemporânea. Nesse sentido, a literatura analisada indica que reconhecer os repertórios culturais dos estudantes migrantes constitui condição fundamental para favorecer sua participação efetiva nos processos educativos.

No que se refere às políticas linguísticas desenvolvidas em contexto de fronteira, a análise evidenciou que a leitura literária pode constituir uma importante estratégia de mediação intercultural e de acolhimento escolar. As contribuições de Calvet (2007) e Severo

(2013) permitiram compreender que as políticas linguísticas são atravessadas por relações de poder que definem quais línguas e repertórios culturais serão legitimados nas instituições educacionais. Em diálogo com Hall (2005) e Canclini (2019), observou-se que as regiões de fronteira configuram espaços marcados pela pluralidade de identidades, pela circulação de diferentes referências culturais e pela constante negociação de pertencimentos. Sob a ótica de Bourdieu (2008), tais processos podem ser interpretados como disputas em torno do capital linguístico e de sua legitimidade no mercado linguístico escolar, aspecto que amplia a compreensão acerca do papel da leitura literária na valorização dos diferentes repertórios culturais presentes no cotidiano das escolas.

Embora abordem contextos distintos, Campo Grande e Bela Vista, os dois eixos analisados revelam dimensões complementares de um mesmo fenômeno. Tanto a formação docente quanto as políticas linguísticas evidenciam que os desafios da inclusão escolar não decorrem da diversidade cultural em si, mas das formas pelas quais o campo educacional reconhece, legitima ou invisibiliza os capitais culturais e linguísticos trazidos pelos estudantes migrantes. Dessa forma, as discussões desenvolvidas ao longo do artigo reafirmam que a construção de uma educação intercultural demanda não apenas o cumprimento das garantias legais asseguradas na legislação brasileira, mas também a revisão das práticas pedagógicas, curriculares e institucionais que historicamente contribuíram para a reprodução de desigualdades simbólicas no espaço escolar.

Conclui-se que a articulação entre formação docente, ensino de Ciências da Natureza, políticas linguísticas e leitura literária amplia a compreensão dos desafios contemporâneos relacionados à educação de estudantes migrantes em Mato Grosso do Sul. Ao reunir diferentes perspectivas teóricas, o presente artigo contribui para fortalecer o debate acerca da interculturalidade na educação básica e evidencia a necessidade de práticas educativas comprometidas com o reconhecimento da pluralidade de capitais culturais e linguísticos presentes nas escolas. Espera-se, por fim, que as reflexões aqui apresentadas subsidiem novas pesquisas e fomentem políticas públicas e ações pedagógicas capazes de promover o reconhecimento da diversidade como princípio constitutivo do campo educacional, contribuindo para a redução das desigualdades simbólicas e a construção de processos educativos mais equitativos em contextos marcados pela mobilidade humana.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Laura Helena dos Santos. **Práticas pedagógicas docentes voltadas aos estudantes migrantes internacionais matriculados na Rede Municipal de Ensino de Corumbá-MS.**

2025. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) — Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2025. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/retrieve/47b39610-c702-4bd5-92a9-fb6b053a819d/Disserta%c3%a7%c3%a3o_final_Laura.pdf. Acesso em: 2 jul. 2026.

BALZAN, Carina Fior Postingher. *et al*. Material didático para estudantes imigrantes e refugiados na educação básica: uma proposta a partir do ensino de Português como língua de acolhimento. **Tear**, v.12, n.2, p. 1 – 14, 2023b. Disponível em: https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/download/6695/3475/31650. Acesso em: 4 jul. 2026.

BALZAN, Carina Fior Postingher. *et al*. Os desafios no acolhimento e no ensino de língua portuguesa para estudantes imigrantes e refugiados na educação básica. **Gragoatá**, v.28, n.60, p.1 – 23, 2023a. Disponível em: https://www.scielo.br/j/gragoata/a/RrXs5PDCTBsBC6Dp66Czr6G/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 4 jul. 2026.

BATISTA, Wanderson Silva. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul – Campus Corumbá:** a internacionalização de uma escola na fronteira Brasil – Bolívia. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2019. Disponível em: https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalhos/index/116?curso_id=116&page=7&utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 4 jul. 2026.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas:** o que falar quer dizer. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, 2018.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.** Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União**:** Brasília, DF, 25 maio 2017.

BRASIL. **Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília, DF: Presidência da República, 2026. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/lei/l15388.htm. Acesso em: 4 jul. 2026.

CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas.** São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2019.

CARNEIRO, Celso Dal Ré; GONÇALVES, Pedro Wagner. Ciência do Sistema Terra em cursos de ensino universitário. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, v. 24, n. 2, p. 355-376, 2025. Disponível em: https://reec.uvigo.es/volumenes/volumen24/REEC_24_02_07_ex2254_1151.pdf. Acesso em: 2 jul. 2026.

CAVALCANTI, Izabela. Venezuelanos e paulistas lideram a migração para MS, aponta IBGE. **Campo Grande News,** Campo Grande, 27 jun. 2025. Disponível em: https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/venezuelanos-e-paulistas-lideram-migracao-para-ms-aponta-ibge. Acesso em: 1 dez. 2025.

EGUES, Laiz Nascimento; TAVANO, Patrícia Teixeira. Por uma educação plural e multicultural: escolas e práticas docentes fronteiriças. **ERR01,** v. 10, n. 6, e10407, 2025. Disponível em: https://periodicos.newsciencepubl.com/err01/article/view/10407. Acesso em: 2 jul. 2026.

FLEURI, R. M. (Org.). **Intercultura**: estudos emergentes. Ijuí, RS: Unijuí, 2002.

GATTI, Bernardete. Formação de professores no Brasil: políticas e programas. **Paradigma,** v. 42, n. esp. 2, p. 1-17, 2021. Disponível em: https://revistaparadigma.com.br/index.php/paradigma/article/view/1044. Acesso em: 3 jul. 2026.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

KRUGER, Amanda Dal Molin; SPECK, Raquel Ângela. Ecopedagogia no ensino de Ciências e Biologia: promovendo a consciência ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 20, n. 6, p. 313-339, 2025. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/20128. Acesso em: 2 jul. 2026.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul**: feito por todos, para todos, 2019.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. Resolução SED/MS nº 4.311, de 2024. **Dispõe sobre o atendimento escolar de estudantes migrantes na Rede Estadual de Ensino.** Campo Grande: SED/MS, 2024.

NEVES, Ana Beatriz de Sá; CONTE, Cláudia Heloiza. Um olhar fronteiriço: paraguaios e bolivianos nas escolas de Mato Grosso do Sul. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 289-309, 2023. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/3022. Acesso em: 2 jul. 2026.

NÓVOA, António; CIRILO, Pauliane Romano; NASCIMENTO SILVA, Patrícia; NONATO, Bréscia França. Desafios e perspectivas contemporâneas da docência universitária: um diálogo com o professor António Nóvoa. **Revista Docência do Ensino Superior,** Belo Horizonte, v. 13, p. 1-20, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/rdes/article/view/48009. Acesso em: 2 jul. 2026.

OLEGÁRIO, Lilian Andressa Oliveira. **Mestrado Profissional em Ensino de Ciências:** contribuições e lacunas para a formação continuada de professores na percepção dos(as) estudantes da UFMS. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4060. Acesso em: 3 jul. 2026.

PEREIRA, Larissa Silva. **As políticas linguísticas voltadas para o ensino da Língua Portuguesa aos imigrantes que buscam refúgio em Campo Grande- MS**. 2021. Dissertação

(Mestrado em Estudos de Linguagens) — Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/4652/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20pdf.pdf. Acesso em: 3 jul. 2026.

SÁ, Maria José Ribeiro de; CORTEZ, Daniela de Souza. Desafios contemporâneos ao trabalho docente: mediações de saberes multi/interculturais no cotidiano educativo. *In:* Encontro internacional da sociedade brasileira de educação comparada, 5., 2012. **Anais**.. Belém do Pará, 2012. Disponível em: http://www.sbec.org.br/evt_2012.php. Acesso em: 2 jul. 2026.

SEVERO, Cristine Gorski. Políticas linguísticas e questões de poder. Alfa: **Revista de Linguística**, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 451-473, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/alfa/a/YRbtMdqmCWxKjtn8SQWGmHj/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 3 jul. 2026.

SILVA, Valéria Castelo da; GUIMARÃES, Fabiane Fernandes. Práticas pedagógicas no ensino de ciências e biologia na educação de jovens e adultos. **Revista Tópicos**, v. 3, n. 25, p. 1-15, 2025. Disponível em: https://revistatopicos.com.br/generate/pdf_zenodo/pub_17065522.pdf. Acesso em: 3 jul. 2026.

STOFFEL, Helena Teresinha Reinehr. *et al*. Cultura em sala de aula: estratégias para superar desafios e promover a integração de alunos imigrantes nas escolas brasileiras. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar**, v. 5, n. 1, p. 1 - 23, 2024. Disponível em: https://recima21.com.br/recima21/article/view/4735. Acesso em: 2 jul. 2026.

TAVANO, Patricia Teixeira. *et al*. Educar em fronteiras internacionais: demandas e encaminhamentos do sistema público municipal de Corumbá/Mato Grosso do Sul. **Revista Tempo do Mundo**, n. 35, p.119 – 146, 2024. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/b3476b32-d1f2-4bf8-b206-b19520a8da0a/content. Acesso em: 2 jul. 2026.

TAVANO, Patricia Teixeira; GONÇALVES, Carlos Germano Gomes. Prescrições curriculares fronteiriças: as licenciaturas em foco. **Professare**. v. 12, n. 1, p. 1- 17, 2023. Disponível em: https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/professare/article/view/3099. Acesso em 2 jul. 2026.

TERINI, Ricardo Andrade. **Face a face com as ciências naturais:** O espiritismo em diálogo com o progresso das ciências. São Paulo: CCDPE-ECM Editora, 2025.

VERNOCHI, Alcino Gabriel da Silva. **Xenofobia em ambiente escolar fronteiriço:** uma análise de estudo de caso em Corumbá – MS. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/5670. Acesso em: 2 jul. 2026.

VIEIRA, Ana Maria. Mediação intercultural *versus* mediação clássica: a mediação como prática da pedagogia social. **Revista Trilhos**, v. 4, n. 1, dezembro de 2023, p. 85-97. Disponível em: https://revistatrilhos.com/home/index.php/trilhos/article/view/127. Acesso em: 3 jul. 2026.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa:** como ensinar. Porto Alegre: Bookman, 2015.

CAPÍTULO VII

MOBILIDADE TRANSFRONTEIRIÇA E PRODUÇÃO DE TERRITORIALIDADES ESCOLARES: UMA REVISÃO DA LITERATURA

CROSS-BORDER MOBILITY AND THE PRODUCTION OF SCHOOL TERRITORIALITIES: A LITERATURE REVIEW

DOI: 10.51859/amplla.mig854.1126-7

Josiane dos Santos Arruda Brito
Edgar Aparecido Costa

RESUMO

O estudo teve como objetivo analisar como as produções científicas compreendem a mobilidade transfronteiriça de estudantes como elemento constitutivo de territorialidades nos espaços escolares de fronteira. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, desenvolvida a partir da revisão de produções publicadas entre 2015 e 2025 sobre mobilidade estudantil, territorialidade e educação em fronteiras. Os resultados evidenciam que a circulação cotidiana entre países ultrapassa o acesso à escolarização, produzindo territorialidades escolares, múltiplos pertencimentos e identidades fronteiriças marcadas pela multiterritorialidade.

Palavras-Chave: Mobilidade transfronteiriça, Territorialidades escolares, Escolas de fronteira, Identidades fronteiriças, Multiterritorialidade.

ABSTRACT

The study aimed to analyze how scholarly literature understands the cross-border mobility of students as a constitutive element of territorialities within border school spaces. This is a qualitative bibliographic study based on a review of works published between 2015 and 2025 regarding student mobility, territoriality, and border education. The results show that daily movement between countries extends beyond access to schooling, generating school-based territorialities, multiple forms of belonging, and border identities characterized by multiterritoriality.
Key-words: Cross-border mobility, School territorialities, Border schools, Border identities, Multiterritoriality.

1. INTRODUÇÃO

As regiões de fronteira constituem espaços marcados por intensas dinâmicas de circulação, interação e intercâmbio social. Nessa perspectiva, a fronteira não pode ser compreendida apenas como limite político-jurídico entre Estados nacionais, mas como um espaço relacionai produzido pelas múltiplas formas de circulação, pertencimento e intercâmbio cultural que caracterizam o cotidiano fronteiriço (Cardin e Albuquerque, 2018). Conforme destaca Costa (2012), a fronteira constitui um espaço dinâmico e de escala geográfica variável, continuamente produzido pelas relações estabelecidas entre os sujeitos que nela circulam. Entre as diferentes dinâmicas que caracterizam esses contextos, destaca-se a mobilidade transfronteiriça de estudantes, marcada pelos deslocamentos cotidianos entre

países para acesso à escolarização, fenômeno que evidencia a intensa articulação entre mobilidade, educação e vida social nas regiões de fronteira.

Nesse âmbito, a escola torna-se um espaço privilegiado para compreender as experiências produzidas pela mobilidade transfronteiriça no cotidiano das regiões de fronteira. Além de sua função educativa, a instituição escolar reúne estudantes de diferentes contextos, tornando-se um espaço de convivência e interação entre distintas experiências culturais e linguísticas.

Embora existam estudos que abordem mobilidade estudantil, educação e fronteiras, ainda são escassas as investigações que analisam, de forma articulada, a mobilidade transfronteiriça de estudantes e os processos de produção de territorialidades nos espaços escolares. Dessa forma, observa-se a necessidade de sistematizar o conhecimento produzido sobre o tema, identificando as principais contribuições e lacunas presentes nas produções científicas.

Diante deste contexto, este estudo busca responder à seguinte questão de pesquisa: de que maneira a literatura científica tem compreendido a mobilidade transfronteiriça de estudantes como elemento constitutivo de territorialidades nos espaços escolares de fronteira? Assim, tem como objetivo analisar como as produções científicas têm compreendido a relação entre mobilidade transfronteiriça de estudantes como elemento constitutivo de territorialidades nos espaços escolares de fronteira.

2. METODOLOGIA

É uma pesquisa bibliográfica e qualitativa, desenvolvida por meio de revisão da literatura acerca das relações entre mobilidade transfronteiriça, territorialidade e experiências escolares em contextos de fronteira. A opção por esse procedimento metodológico fundamenta-se na necessidade de compreender como a produção científica tem abordado a mobilidade cotidiana de estudantes em regiões fronteiriças e suas implicações para a construção de territorialidades no espaço escolar.

A pesquisa concentrou-se em produções publicadas entre os anos de 2015 e 2025, mas essa análise também incorporou obras fundamentais anteriores a esse período por sua relevância teórica.

O levantamento bibliográfico foi realizado em bases de dados acadêmicas, no Portal de Periódicos da CAPES, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Acadêmico, utilizando combinações dos descritores: “mobilidade estudantil”, “mobilidade

transfronteiriça", "territorialidade", "territorialidade escolar", "escolas de fronteira", "educação em fronteiras", "território", "multiterritorialidade" e "fronteira".

A busca inicial resultou na identificação de quinze produções científicas relacionadas aos descritores definidos para a pesquisa. Após a leitura exploratória dos materiais, foram selecionados nove trabalhos para compor o corpus de análise, por apresentarem maior proximidade com o objeto de estudo e discutirem, de forma direta, as relações entre mobilidade transfronteiriça, experiências escolares e territorialidades em contextos de fronteira. Os demais trabalhos foram excluídos por não abordarem a mobilidade nas perspectivas deste estudo e por não estabelecerem diálogo com a problemática investigada.

Durante o levantamento bibliográfico, observou-se ainda uma quantidade limitada de estudos que articulam especificamente mobilidade transfronteiriça estudantil e produção de territorialidades escolares, o que evidencia tanto a relevância da temática quanto a necessidade de ampliação das investigações nesse campo.

A análise dos materiais foi orientada pelos referenciais de Raffestin (1993), Haesbaert (2011), Benedetti (2018) e Cardin e Albuquerque (2018), autores que possibilitam compreender o território como construção social, relacional e dinâmica, produzida por meio das práticas espaciais, das relações de poder e das múltiplas experiências de circulação em espaços fronteiriços.

Considerando o caráter qualitativo da pesquisa, a análise dos materiais apoiou-se na construção de categorias analíticas, entendidas como instrumentos de organização e interpretação dos dados. Conforme Bardin (2016), a categorização consiste em um processo de agrupamento de elementos segundo características comuns, que permite evidenciar temas recorrentes e relações entre os conteúdos analisados. Nesse estudo, as categorias foram construídas a partir da leitura dos trabalhos selecionados, buscando identificar aproximações conceituais, elementos centrais e discussões convergentes relacionadas ao objetivo da pesquisa. Desse processo emergiram três categorias de análise: a mobilidade transfronteiriça e a circulação estudantil, que reúne estudos voltados aos deslocamentos cotidianos de estudantes em regiões de fronteira; a escola de fronteira como espaço de integração e interculturalidade, que contempla pesquisas sobre convivência, diversidade cultural e práticas educativas em contextos fronteiriços; e as territorialidades escolares e identidades fronteiriças, categoria que agrega reflexões sobre pertencimento, produção de territorialidades e construção de identidades decorrentes das experiências de mobilidade e escolarização.

3. MOBILIDADE TRANSFRONTEIRIÇA E CIRCULAÇÃO ESTUDANTIL

Os estudos analisados convergem ao demonstrar que a mobilidade transfronteiriça estudantil constitui uma das expressões mais significativas das dinâmicas sociais presentes nas regiões de fronteira. Em diferentes contextos da América do Sul, o deslocamento cotidiano de estudantes entre países vizinhos evidencia que a busca pela escolarização ultrapassa os limites político-administrativos dos Estados nacionais, articulando estratégias familiares, redes de sociabilidade e oportunidades educacionais construídas historicamente nesses territórios. Tavano, Oliveira e Conde (2025, p. 6) destacam que: “esta forma de deslocamento de indivíduos e grupos se nutre da proximidade geográfica dos países”.

As pesquisas realizadas em diferentes fronteiras revelam que a circulação estudantil integra o cotidiano das populações locais e se insere em processos de interação transfronteiriça. Na fronteira entre Brasil e Bolívia, Santos e Santos (2021) identificam a presença expressiva de estudantes bolivianos matriculados em escolas brasileiras de Guajará-Mirim, demonstrando que os deslocamentos para fins educacionais constituem uma prática recorrente entre as famílias da região. Os autores destacam que a escolha pela escola brasileira não se relaciona apenas à proximidade geográfica, mas também às expectativas familiares quanto à qualidade do ensino, às possibilidades de continuidade dos estudos e às perspectivas de inserção social futura.

Resultados semelhantes são encontrados por Pereira (2007) na fronteira entre Brasil e Guiana, ao evidenciar que os deslocamentos escolares se articulam a redes familiares e comunitárias que atravessam os limites nacionais.

Pereira (2007, p. 348), observou que os deslocamentos se articulam pelos seguintes fatores “ [...] trânsito transfronteiriço que estabelece uma inter-relação entre três redes sociais: a rede de educação, a rede de trabalho e a rede de parentesco”.

Nessa perspectiva, a mobilidade é compreendida como uma prática social que conecta diferentes espaços de vida, produz vínculos e fortalece relações construídas historicamente entre comunidades fronteiriças.

Considerados conjuntamente, esses estudos indicam que a circulação estudantil não decorre exclusivamente da proximidade territorial entre os países, mas da existência de redes sociais transfronteiriças que sustentam os deslocamentos cotidianos e integram diferentes dimensões da vida social nas regiões de fronteira. A mobilidade estudantil, nesse contexto, passa a constituir parte das estratégias familiares de acesso à educação e se articula às dinâmicas de trabalho, parentesco e sociabilidade que caracterizam os espaços fronteiriços.

Nesses contextos, educação, trabalho, comércio e acesso a serviços públicos constituem dimensões interdependentes da vida cotidiana, fazendo com que a travessia internacional seja incorporada às práticas sociais das populações locais. Embora a circulação transfronteiriça esteja associada a múltiplas motivações, os estudos de Santos e Santos (2021) e Pereira (2007) indicam que os deslocamentos estudantis se relacionam, sobretudo, às estratégias familiares de acesso à escolarização e às oportunidades educacionais disponíveis em cada contexto fronteiriço.

Essa interpretação dialoga com Cardin e Albuquerque (2018), que compreendem as regiões de fronteira como espaços atravessados por múltiplos deslocamentos cotidianos, nos quais trabalho, comércio, saúde e educação se articulam em redes de circulação transfronteiriça. Para os autores, a mobilidade constitui elemento estruturante da vida nas fronteiras, evidenciando que os sujeitos constroem suas trajetórias a partir de relações que ultrapassam os limites nacionais e conectam diferentes territórios de pertencimento.

Outro aspecto recorrente nas produções refere-se ao caráter pendular desses deslocamentos. Diferentemente dos processos migratórios marcados pela mudança permanente de residência, a mobilidade estudantil em regiões de fronteira ocorre, em muitos casos, de forma cotidiana, permitindo que os estudantes mantenham simultaneamente vínculos com os territórios de moradia e de escolarização. Nesse sentido, Tavano, Oliveira e Conde (2025) destacam que a pendularidade estudantil constitui uma estratégia social relacionada às condições econômicas das famílias, à oferta de serviços educacionais e à própria configuração espacial das cidades fronteiriças.

> Assim, a pendularidade pode se dar pela busca de satisfazer necessidades que não podem ser supridas nos países de origem, levando os indivíduos e grupos a migrarem regularmente para “o outro lado”, mas também possui um elemento sócio-histórico-cultural importante, visto que as necessidades das populações são diferenciadas conforme a época, o regime político, a situação econômica e o papel que cada indivíduo cumpre em sua sociedade (Tavano; Oliveira; Conde; 2025, p. 3).

Os estudos analisados permitem compreender que a pendularidade estudantil não constitui apenas uma consequência da proximidade geográfica entre os países, mas uma prática social incorporada aos modos de vida fronteiriços, na qual a travessia cotidiana se torna parte das estratégias familiares de acesso à escolarização e às oportunidades educacionais disponíveis em cada contexto. Nesse cenário, estudantes e famílias incorporam os deslocamentos transfronteiriços às suas práticas cotidianas como forma de ampliar possibilidades de formação e continuidade dos estudos, enfrentando, simultaneamente,

desafios relacionados à adaptação linguística, à inserção escolar e ao reconhecimento de suas especificidades culturais.

Tais experiências revelam que a mobilidade transfronteiriça produz impactos que perpassam o deslocamento físico, refletindo diretamente nos processos de aprendizagem e nas formas de pertencimento dos estudantes no ambiente escolar.

Sob essa perspectiva, a circulação estudantil e os deslocamentos cotidianos colocam os estudantes em contato permanente com distintas referências culturais, linguísticas e sociais, ampliando suas redes de interação e favorecendo a construção de experiências que atravessam os limites políticos dos Estados nacionais. Como demonstram os estudos analisados sobre escolas de fronteira, a mobilidade torna-se parte constitutiva dos modos de vida fronteiriços, sendo incorporada às estratégias familiares e às práticas cotidianas das comunidades locais.

Essa interpretação dialoga com a perspectiva de Benedetti (2018), que nos diz que as fronteiras devem ser compreendidas como construções sociais produzidas por fluxos, interações e práticas cotidianas. Sob esse enfoque, a mobilidade estudantil passa a participar ativamente da produção social dos espaços fronteiriços. Ao circularem diariamente entre diferentes territórios nacionais, os estudantes estabelecem conexões, compartilham experiências e contribuem para a constituição de relações que tornam a fronteira um espaço vivido, relacional e dinâmico.

Os estudos analisados mostram, portanto, que a mobilidade transfronteiriça estudantil constitui um elemento central para compreender as dinâmicas educacionais e sociais das regiões de fronteira. Esses deslocamentos revelam formas específicas de circulação, interação e construção de vínculos que conectam territórios, aproximam comunidades e participam da produção das experiências fronteiriças contemporâneas. Nesse sentido, a mobilidade estudantil configura-se como uma dimensão fundamental para compreender os processos de territorialização e as formas específicas de pertencimento produzidas nos contextos escolares fronteiriços.

4. A ESCOLA DE FRONTEIRA COMO ESPAÇO DE INTEGRAÇÃO E INTERCULTURALIDADE

De acordo com as investigações encontradas, a escola ocupa posição central nas dinâmicas sociais das regiões de fronteira. Mais do que um espaço destinado à transmissão de conhecimentos, as instituições escolares configuram-se como ambientes de encontro entre sujeitos que compartilham experiências de mobilidade, circulação e convivência em contextos marcados pela diversidade cultural.

De acordo com Santana (2018, p. 76) “Cada fronteira tem características permeadas pela sua característica cultural, relações sociais e econômicas próprias, resultado da convivência de pessoas com origem identitária diversas”. Nesse cenário, a escola de fronteira assume características particulares, tornando-se um espaço de interação entre diferentes nacionalidades,culturas, línguas e formas de pertencimento.

As pesquisas desenvolvidas em diferentes regiões fronteiriças demonstram que a presença de estudantes oriundos de diferentes países constitui uma realidade constante. Ao analisar escolas localizadas na fronteira entre Brasil e Paraguai, Santana (2018) observa que a institucionalização da interculturalidade em Ponta Porã encontra suporte no Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF), que, segundo o autor, busca criar vínculos entre escolas brasileiras e paraguaias para fomentar uma identidade regional bilíngue.

Através da metodologia de projetos de aprendizagem e do intercâmbio docente, a escola deixa de ser um espaço isolado para tornar-se uma unidade de cooperação transfronteiriça. Contudo, a autora ressalta que essa integração institucional ainda é um processo em construção, necessitando de um projeto político-pedagógico que valorize as línguas em contato como o português, o espanhol e o guarani como recursos de aprendizagem e não como barreiras. Essa diversidade manifesta-se nas práticas cotidianas, nas formas de comunicação, nos hábitos culturais e nas diferentes maneiras pelas quais os sujeitos compreendem e vivenciam o território fronteiriço.

Os estudos de Neves e Conte (2023) reforçam essa compreensão ao evidenciar que a presença de estudantes paraguaios e bolivianos nas escolas sul-mato-grossenses produz experiências educativas atravessadas por múltiplas referências culturais. Os autores destacam que a escola se torna um espaço de negociação permanente entre identidades, no qual diferentes repertórios linguísticos e culturais coexistem e interagem. Entretanto, a convivência intercultural não ocorre de forma automática ou isenta de tensões.

Todavia, a simples presença de estudantes de diferentes nacionalidades em um mesmo espaço escolar não implica, necessariamente, a constituição de práticas interculturais. Embora a convivência cotidiana favoreça o contato entre línguas, costumes e diferentes formas de compreender o território, conforme argumentam Borges e Fernández (2019) ao defenderem um currículo intercultural comprometido com o reconhecimento da diversidade cultural e linguísticas das comunidades de fronteiras a interculturalidade demanda ações pedagógicas e institucionais voltadas ao reconhecimento e à valorização dessas diferenças. Nesse sentido, a escola de fronteira deixa de ser apenas o local onde a diversidade se manifesta para assumir papel ativo na mediação das relações culturais que atravessam o cotidiano escolar. A integração

escolar, portanto, não pode ser reduzida à adaptação dos estudantes transfronteiriços ao modelo educacional nacional, mas pressupõe o diálogo entre diferentes referências culturais, evitando que processos de inclusão se convertam em dinâmicas de assimilação e invisibilização das identidades de origem.

Entretanto, a convivência intercultural não ocorre de forma automática ou isenta de tensões, os achados de Golin e Assumpção (2017), a partir de observações realizadas em uma escola da fronteira Brasil-Bolívia, reforçam essa compreensão ao evidenciarem que os contatos interculturais estabelecidos no cotidiano escolar são frequentemente atravessados por conflitos, estigmatizações e processos de discriminação. Os autores identificaram situações em que estudantes bolivianos ou associados à identidade boliviana eram alvo de apelidos depreciativos e práticas de exclusão, revelando que a proximidade territorial e a convivência diária não eliminam as fronteiras simbólicas construídas entre os grupos.

Os estudos analisados permitem compreender que a interculturalidade nas escolas de fronteira não constitui uma consequência automática da proximidade territorial entre diferentes países. Os achados de Golin e Assumpção (2017), que evidenciaram situações de preconceito e discriminação envolvendo estudantes bolivianos na fronteira Brasil-Bolívia, demonstram que a convivência cotidiana não elimina fronteiras simbólicas, hierarquias linguísticas e relações de poder presentes nos territórios fronteiriços.

Nesse contexto, a valorização do português em detrimento do espanhol, do guarani e das variedades linguísticas locais, bem como as dificuldades relacionadas à aprendizagem da língua de escolarização e aos processos de inclusão, revelam que a presença física de estudantes estrangeiros não garante, por si só, a interculturalidade escolar. As pesquisas sobre migração, educação e aprendizagem em áreas fronteiriças indicam que o acolhimento de estudantes migrantes e transfronteiriços exige adaptações pedagógicas e curriculares comprometidas com o reconhecimento da diversidade cultural e linguística, de modo a evitar que a integração escolar se converta em processos de assimilação cultural.

As tensões observadas no cotidiano escolar demonstram que a escola de fronteira não apenas reflete as dinâmicas sociais presentes nesses territórios, mas participa ativamente da produção de formas específicas de convivência, pertencimento e diferenciação cultural.

Essa perspectiva aproxima-se das reflexões de Benedetti (2018), que discute que as fronteiras constituem espaços produzidos pelas interações e pelos contatos cotidianos entre diferentes grupos sociais. Sob esse enfoque, a escola de fronteira pode ser compreendida como um dos principais lugares de materialização dessas relações, uma vez que reúne sujeitos que vivenciam, diariamente, experiências de circulação entre territórios nacionais distintos. Ao

promover encontros, trocas e negociações culturais, a instituição escolar participa da construção de formas específicas de convivência que caracterizam os contextos fronteiriços.

Em conjunto, os estudos analisados indicam que a escola de fronteira ultrapassa a função de escolarização e constitui um espaço social de produção e negociação de diferenças culturais. A interculturalidade não se apresenta como uma condição dada pela proximidade territorial entre países, mas como um processo construído cotidianamente por meio das interações entre estudantes, famílias e instituições escolares.

5. TERRITORIALIDADES ESCOLARES E IDENTIDADES FRONTEIRIÇAS

Os estudos analisados evidenciam que a mobilidade transfronteiriça estudantil e as experiências de convivência desenvolvidas nas escolas de fronteira produzem efeitos que extrapolam os processos formais de escolarização. Ao circularem cotidianamente entre diferentes territórios nacionais, os estudantes constroem vínculos sociais, referências culturais e sentidos de pertencimento que contribuem para a constituição de territorialidades e identidades fronteiriças. Nesta visão, a escola deixa de ser compreendida apenas como espaço de ensino e aprendizagem, assumindo também o papel de ambiente de produção de experiências territoriais, relações sociais e processos identitários.

As pesquisas desenvolvidas em diferentes contextos fronteiriços apontam que os estudantes elaboram formas de pertencimento que não se limitam às referências nacionais. Para além das barreiras de comunicação, a linguagem atua como um potente instrumento de identificação e resistência no espaço escolar. Santana (2018) observa que estudantes brasileiros e paraguaios utilizam a pluralidade linguística da fronteira que inclui o espanhol, o guarani e o portunhol para demarcar territórios de interação privativos.

De modo semelhante, Santos e Santos (2021), ao analisarem a presença de estudantes bolivianos em escolas brasileiras localizadas na fronteira Brasil–Bolívia, demonstram que os deslocamentos cotidianos para a escola se inserem em redes históricas de relações familiares, econômicas e comunitárias que conectam os dois lados da fronteira. Na mesma direção, Pereira (2007) identifica que os fluxos estudantis observados na fronteira Brasil–Guiana são sustentados por vínculos sociais que atravessam os limites nacionais e estruturam a vida cotidiana das comunidades locais.

Esses estudos articulados revelam que a experiência escolar em regiões fronteiriças é atravessada por múltiplas referências territoriais. Os estudantes transitam entre diferentes espaços de vida, articulando práticas, relações e pertencimentos construídos em contextos

nacionais distintos. Essa condição aproxima-se da interpretação de Cardin e Albuquerque (2018), segundo a qual as regiões de fronteira constituem espaços de múltiplos pertencimentos e experiências interculturais. Os autores argumentam que a vida fronteiriça é marcada pela convivência cotidiana entre diferenças nacionais, culturais e linguísticas, produzindo identidades, alteridades e formas específicas de reconhecimento social. Sob essa perspectiva, as territorialidades construídas pelos estudantes em mobilidade transfronteiriça resultam da articulação entre diferentes referências territoriais, expressando modos particulares de viver, interpretar e significar a fronteira.

A escola, nesse cenário, participa da produção de territorialidades que se constituem a partir das interações cotidianas estabelecidas entre sujeitos que compartilham trajetórias marcadas pela circulação e pela convivência intercultural.

Essa interpretação aproxima-se da concepção de território proposta por Raffestin (1993), para quem o território não corresponde apenas a uma delimitação espacial, mas resulta das relações de poder, apropriação e significação construídas pelos sujeitos. Sob essa perspectiva, as territorialidades escolares observadas nos estudos analisados são produzidas por meio das experiências, dos vínculos e das práticas sociais desenvolvidas no cotidiano escolar. A noção de multiterritorialidade desenvolvida por Haesbaert (2011) também contribui para compreender os fenômenos identificados nos estudos.

Os estudantes que residem em um país e estudam em outro vivenciam simultaneamente diferentes territórios, articulando experiências familiares, comunitárias, culturais e escolares construídas em espaços distintos. Essa condição produz formas complexas de pertencimento, nas quais múltiplas referências coexistem sem que uma necessariamente substitua a outra. As identidades constituídas nesses contextos são marcadas pela pluralidade, pela circulação e pela capacidade de transitar entre diferentes universos socioculturais.

Os estudos também indicam que a construção dessas identidades ocorre em meio a tensões e negociações permanentes. As interações estabelecidas nos espaços escolares de fronteira podem tanto favorecer experiências de reconhecimento e integração quanto reproduzir processos de diferenciação, hierarquização e estigmatização. Neves e Conte (2023) destacam que os pertencimentos fronteiriços são produzidos em meio a disputas simbólicas e relações sociais que atribuem significados distintos aos sujeitos em circulação.

Nessa mesma direção, Silva e Almeida (2019), ao discutirem a realidade das escolas da fronteira Brasil–Bolívia, evidenciam que estudantes de origem boliviana frequentemente enfrentam processos de discriminação associados à nacionalidade, à língua e à origem étnica, mesmo quando possuem vínculos formais com o território brasileiro. As autoras demonstram

que a escola pode constituir simultaneamente um espaço de integração intercultural e de reprodução de desigualdades sociais, revelando que as identidades fronteiriças são construídas em contextos marcados por relações de poder, reconhecimento e diferenciação.

Tal compreensão dialoga com Benedetti (2018), ao destacar que as fronteiras contemporâneas são atravessadas por intensos fluxos de pessoas, práticas e relações que produzem conexões permanentes entre territórios nacionais distintos. Sob essa perspectiva, as identidades fronteiriças não decorrem exclusivamente da nacionalidade, mas das experiências compartilhadas por indivíduos que vivem, circulam e constroem vínculos em contextos marcados pela interdependência entre diferentes países. Nesse processo, a escola assume papel central ao reunir estudantes provenientes de distintos contextos territoriais e possibilitar a construção de vínculos que transcendem os limites políticos dos Estados nacionais.

A produção científica analisada permite compreender, portanto, que as territorialidades escolares produzidas em contextos fronteiriços resultam da articulação entre mobilidade, convivência e pertencimento. As escolas de fronteira constituem espaços privilegiados de encontro entre diferentes trajetórias territoriais, onde referências culturais, linguísticas e nacionais são constantemente negociadas e ressignificadas.

Ao vivenciarem múltiplos territórios e estabelecerem relações que atravessam as fronteiras estatais, os estudantes produzem identidades marcadas pela pluralidade de experiências, mas também por tensões e disputas de reconhecimento. Dessa forma, a fronteira, longe de representar apenas um limite geopolítico entre Estados nacionais, configura-se como espaço de produção de territorialidades, negociações identitárias e sentidos de pertencimento.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão buscou compreender de que maneira a literatura científica tem analisado a mobilidade transfronteiriça de estudantes como elemento constitutivo de territorialidades nos espaços escolares de fronteira. Os estudos examinados permitem afirmar que a circulação cotidiana entre países vizinhos ultrapassa a dimensão do deslocamento físico para acesso à educação, constituindo-se como prática social que produz vínculos, pertencimentos e formas específicas de vivenciar os territórios fronteiriços.

As produções analisadas evidenciam que a mobilidade estudantil integra as dinâmicas sociais das regiões de fronteira e se articula a redes familiares, comunitárias, econômicas e institucionais que conectam diferentes espaços nacionais. A travessia cotidiana passa a compor os modos de vida das populações fronteiriças, incorporando-se às estratégias de acesso à escolarização e às oportunidades educacionais disponíveis em cada contexto.

Os resultados também demonstram que a escola ocupa papel central nesses processos, uma vez que se constitui como espaço de encontro entre diferentes línguas, culturas e experiências territoriais. Mais do que ambiente destinado à transmissão de conhecimentos, a instituição escolar participa da construção de vínculos sociais, da negociação de diferenças e da produção de formas particulares de pertencimento. Ao mesmo tempo em que favorece experiências de integração e convivência intercultural, a escola também pode reproduzir desigualdades, hierarquias e processos de estigmatização que atravessam os territórios fronteiriços.

A revisão permitiu concluir que as produções científicas têm compreendido a mobilidade transfronteiriça estudantil como importante mecanismo de produção de territorialidades escolares. Ao vivenciarem simultaneamente diferentes espaços de moradia, convivência e escolarização, os estudantes constroem referências múltiplas que contribuem para a constituição de identidades fronteiriças marcadas pela pluralidade de pertencimentos e pela experiência da multiterritorialidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENEDETTI, Alejandro. **Territorios y fronteras: perspectivas teóricas y desafíos latinoamericanos.** Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2018.

BORGES, Paulo Ricardo Silveira; FERNÁNDEZ, Ana Lourdes da Rosa Nieves Brochi. **Escolas de fronteira: educação integral e currículo fronteiriço intercultural**. *Expressa Extensão*, v.24, n. 1, p. 1-13, jan.-abr. 2019.

CARDIN, Eric Gustavo; ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho**.** Fronteiras e deslocamentos. **Revista Brasileira de Sociologia**, Brasília, v. 6, n. 12, p. 114-131, 2018. Sociedade Brasileira de Sociologia Brasil DOI: https://doi.org/10.20336/rbs.236.

COSTA, Edgar Aparecido da. Os bolivianos em Corumbá-MS: construção cultural multitemporal e multidimensional na fronteira. Campo Grande, **Cadernos de estudos culturais**, v. 4, n. 7, p. 17-33, 2012.

GOLIN, Carlo Henrique; ASSUMPÇÃO, Luis Otavio Teles. **Educação intercultural em escolas fronteiriças**: diálogos sobre fricções culturais na fronteira Brasil-Bolívia. Revista GeoPantanal, Corumbá, n. especial, p. 27-38, 2017.

HAESBAERT, Rogério**. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade.** 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

NEVES, Ana Beatriz de Sá; CONTE, Cláudia Heloiza. **Um olhar fronteiriço: paraguaios e bolivianos nas escolas de Mato Grosso do Sul**. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 13, n. 2, p. 289-309, 2023.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTANA, Maria Luzia da Silva. **Práticas pedagógicas na região de fronteira: um olhar a partir de escolas de Ponta Porã**. *Educação*, Santa Maria, v. 43, n. 1, p. 75-88, jan./mar. 2018.

SANTOS, Emerson da Silva dos; SANTOS, Gislene. **A conjuntura educacional em contextos fronteiriços: uma análise sobre Guajará-Mirim (RO)**. *Travessias*, Cascavel, v. 15, n. 3, p. 118-140, set./dez. 2021.

SILVA, Ana Maria de Vasconcelos; ALMEIDA, Luciane Pinho de. Fronteiras, mobilidades e desigualdades: uma reflexão sobre a escola de/na fronteira. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 707-724, ago. 2019.

PEREIRA, Mariana Cunha. A escola da fronteira: diversidade e cultura na fronteira Brasil–Guiana. *Inter-Ação*, Goiânia, v. 32, n. 1, p. 141-158, 2007.

TAVANO, Patricia Texeira**;** OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de**;** CONDE, Mariana Vaca**. Da "rebeldia criativa" da fronteira: experiência no cotidiano escolar e na migração para estudos.** Revista NUPEM, Campo Mourão, v. 17, n. 42, p. 1-18, e-2025036, set./dez. 2025.

CAPÍTULO VIII

EDUCAÇÃO DIGITAL INTERCULTURAL EM TERRITÓRIO DE FRONTEIRA: DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA ESCOLA CAIC DE CORUMBÁ

DIGITAL INTERCULTURAL EDUCATION IN BORDER TERRITORY: CHALLENGES AND POTENTIALITIES AT CAIC SCHOOL IN CORUMBÁ

DOI: 10.51859/amplla.mig854.1126-8

Maikon Douglas de Souza Pereira
Marco Aurélio Machado de Oliveira

RESUMO

Este artigo apresenta resultados parciais de pesquisa em andamento, vinculada à dissertação de mestrado do primeiro autor, o qual investiga a relação entre educação digital e interculturalidade crítica na Escola CAIC de Corumbá (MS), na fronteira Brasil-Bolívia. O objetivo é analisar como ferramentas digitais medeiam o processo educativo de alunos brasileiros e de alunos domiciliados na Bolívia que estudam na escola brasileira. Trata-se de um estudo de caso qualitativo e cyber-etnográfico, com observação participante, análise documental e entrevistas semiestruturadas com 6 educadores e 18 estudantes, fundamentado nos Estudos Fronteiriços e na sociologia da liquidez de Bauman. Os resultados mostram uma infraestrutura tecnológica precária na escola, o uso do smartphone pelos estudantes bolivianos como recurso de tradução e vínculo com a Bolívia, e a ausência de diretrizes de educação digital intercultural no projeto político-pedagógico. Conclui-se que, apesar dos desafios estruturais, a educação digital intercultural tem potencial para constituir-se como prática de resistência cultural e coesão social na fronteira.
Palavras-chave: educação intercultural; educação digital; território fronteiriço.

ABSTRACT

This article presents partial results of ongoing research, linked to the first author's master's dissertation, which investigates the relationship between digital education and critical interculturality at the CAIC School in Corumbá (MS), on the Brazil-Bolivia border. The objective is to analyze how digital tools mediate the educational process of Brazilian students and Bolivian students domiciled in Bolivia who attend the Brazilian school. This is a qualitative, cyber-ethnographic case study, with participant observation, document analysis, and semi-structured interviews with 6 educators and 18 students, informed by Border Studies and Bauman's sociology of liquidity. Results show precarious technological infrastructure at the school, the use of smartphones by Bolivian students as a translation resource and a link to Bolivia, and the absence of intercultural digital education guidelines in the school's political-pedagogical project. It concludes that, despite structural challenges, intercultural digital education has the potential to constitute a practice of cultural resistance and social cohesion at the border.
Keywords: intercultural education; digital education; border territory

1. INTRODUÇÃO

Este artigo constitui um produto parcial de pesquisa em andamento, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), desenvolvida no âmbito da dissertação de mestrado do primeiro autor, sob orientação do segundo autor, e apresenta resultados preliminares que serão aprofundados na versão final do trabalho dissertativo.

A região de Corumbá, fundada em 1778, possui aproximadamente cem mil habitantes (IBGE, 2010) e localiza-se na fronteira entre Brasil e Bolívia, estabelecendo ligações diretas com as cidades de Puerto Quijarro e Puerto Suárez. Essa localização geográfica constitui um cenário caracterizado por intensos fluxos de pessoas e mercadorias, bem como por significativas trocas simbólicas, econômicas e sociais que extrapolam as convenções dos limites nacionais. Ao longo de sua história, Corumbá recebeu migrantes de diversas regiões brasileiras e de múltiplas nacionalidades e etnias, particularmente originários do Paraguai e da Bolívia, além de sírios, libaneses, palestinos (localmente designados como turcos ou árabes) e portugueses e italianos, entre outros grupos (Costa, 2015).

Nesse contexto pluralizado e dinamicamente transnacional, a Escola CAIC (Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente), fundada em novembro de 1996, transcende a função tradicional de instituição de ensino, entendida aqui como aquela restrita à transmissão de conteúdos curriculares, pois passa a exercer, no cotidiano, funções que extrapolam o mandato pedagógico formal: acolhimento de crianças e adolescentes em situação de mobilidade, mediação identitária entre nacionalidades e gestão informal das relações transfronteiriças que ali se manifestam, constituindo-se como um sistema multidimensional que pode ser caracterizado como uma fronteira complexa (Silva, 2018), na qual as dimensões geográfica, sociológica e vivencial se articulam de modo interdisciplinar e indissociável.

A escola configura-se, ainda, como uma zona de contato (Grimson, 2000), espaço no qual os discursos nacionais e as práticas cotidianas de alunos brasileiros e bolivianos colidem, dialogam e se transformam mutuamente, demandando uma mediação que supere os limites do conteúdo curricular tradicional. Neste território complexo, a educação digital manifesta-se sob o processo de fronterização ou bordering (Benedetti, 2018), no qual a delimitação estatal coexiste com a fluidez das vivências transnacionais de estudantes domiciliados na Bolívia que se deslocam cotidianamente para estudar no Brasil, carregando consigo múltiplos pertencimentos e modos de ser.

Nesse contexto, as instituições escolares assumem papel central, uma vez que se configuram como espaços privilegiados de encontro entre sujeitos de diferentes origens nacionais e culturais. A escola fronteiriça, portanto, não apenas transmite conhecimentos formais, mas também atua como mediadora de processos interculturais, nos quais se entrecruzam línguas, saberes, práticas sociais e formas de pertencimento.

Paralelamente, observa-se, nas últimas décadas, a crescente incorporação das tecnologias digitais no campo educacional, impulsionando transformações nas práticas pedagógicas, nos modos de ensinar e aprender e nas formas de interação entre professores e estudantes. No entanto, em contextos fronteiriços, esse processo ocorre de maneira desigual e, muitas vezes, desvinculada de abordagens que considerem as especificidades culturais e linguísticas dos sujeitos envolvidos.

Este trabalho preenche essa lacuna investigando relação entre educação digital e interculturalidade crítica na Escola CAIC. Diferentemente de abordagens tecnicistas, esta investigação compreende o digital como prática situada, heterogênea e politicamente orientada (Soares, 2015). Mais ainda, propor uma extensão interpretativa que incorpora a metáfora do WiFi proposta por Bauman, que visualiza as conexões digitais não como fronteiras rígidas, mas como fronteiras fluidas (Bauman, 2001), para argumentar que a tecnologia se configura, na zona de contato, como um espaço de enunciação onde a alteridade é continuamente reproduzida e renegociada.

O espaço empírico e geográfico que ancora esta investigação é a Escola Municipal CAIC (Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente) de Corumbá, município localizado no estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, que faz fronteira seca e fluvial com as cidades bolivianas de Puerto Quijarro e Puerto Suárez. A escolha dessa instituição decorre de sua singularidade demográfica e socioeducacional: o CAIC atende historicamente a uma expressiva parcela de alunos de origem boliviana, incluindo de modo destacado os estudantes domiciliados na Bolívia, sujeitos que cruzam diariamente as fronteiras geopolíticas para estudar, transitando de forma contínua entre ordenamentos jurídicos, sistemas linguísticos e matrizes culturais distintos.

O problema de pesquisa que norteia este trabalho expressa-se na seguinte indagação central: Como ferramentas digitais e práticas de informática educativa podem atuar como mediação pedagógica intercultural na Escola CAIC, conectando significativamente professores, alunos brasileiros e estudantes domiciliados na Bolívia, superando mera apropriação técnica? Para responder a esse questionamento central, desdobram-se as seguintes perguntas específicas de pesquisa:

1. Quais barreiras pedagógicas, linguísticas e técnicas dificultam a integração de ferramentas digitais no cotidiano da Escola CAIC?
2. Como os estudantes domiciliados na Bolívia ressignificam artefatos digitais para construir vínculos acadêmicos na escola brasileira?
3. Em que medida o projeto político-pedagógico articula inclusão digital com interculturalidade crítica?

Pesquisa é necessária para superar lacuna entre educação digital e estudos de fronteira. Eticamente, compromete-se com populações marginalizadas: estudantes domiciliados na Bolívia sofrem invisibilidade institucional, preconceito xenofóbico e barreiras linguísticas. Investigar potencial de ferramentas digitais como pontes culturais significa buscar saídas pedagógicas que convertam diferença cultural em potência de aprendizagem.

Em atendimento aos princípios de transparência científica, registra-se que a elaboração deste artigo contou com o apoio de ferramenta de inteligência artificial generativa (Gemini, desenvolvida pelo Google), empregada especificamente para apoio à revisão textual e ao aprimoramento da coesão e da clareza da escrita, apoio à organização e categorização preliminar dos dados oriundos das entrevistas e dos grupos focais. A ferramenta foi utilizada mediante redação prévia dos trechos e das análises pelo próprio pesquisador, submetidos posteriormente à ferramenta para revisão, sugestões de reorganização e aprimoramento da redação acadêmica, sendo cada sugestão avaliada, ajustada e validada criticamente pelo pesquisador antes de sua incorporação ao texto final, resultando em maior clareza e coesão textual do artigo, maior agilidade na organização do corpus textual proveniente das entrevistas e adequação mais consistente do texto às normas de escrita acadêmica e às diretrizes da ABNT. Ressalta-se que todas as interpretações teóricas, a análise crítica dos dados empíricos e as conclusões apresentadas são de responsabilidade exclusiva dos autores, que revisaram e validaram integralmente qualquer conteúdo produzido com apoio da ferramenta, em conformidade com os princípios éticos de integridade científica e com as diretrizes institucionais da UFMS quanto ao uso de inteligência artificial em pesquisa acadêmica.

2. MODERNIDADE LÍQUIDA, BAUMAN E A METÁFORA DO WIFI COMO FRONTEIRA FLUIDA

Bauman, em sua obra seminal sobre a modernidade líquida (2001), propõe uma metáfora fundamental para compreender a contemporaneidade: a de que vivemos em um mundo onde as estruturas antes sólidas e estáveis tornaram-se fluidas, móveis e descentralizadas. Para Bauman, as fronteiras deixaram de ser muros intransponíveis e

transformaram-se em zonas de permeabilidade, especialmente quando mediadas pelas tecnologias digitais. Nesse contexto, o WiFi, essa rede invisível que conecta dispositivos em tempo real, sem fios físicos, de forma móvel e descentralizada, emerge como a metáfora perfeita para compreender as novas formas de fronteirização na contemporaneidade. O WiFi não é uma parede; é uma onda, um campo de possibilidades, um espaço onde a presença é simultânea, fluida e em permanente transformação.

A pertinência dessa metáfora para a educação fronteiriça evidencia-se. Os estudantes domiciliados na Bolívia que estudam em Corumbá vivem, metaforicamente, dentro do WiFi da fronteira: conectados simultaneamente a dois territórios nacionais, dois sistemas educacionais, duas línguas e múltiplos imaginários culturais. A escola tradicional, com suas paredes, seus currículos de fronteiras rígidas entre disciplinas e entre nações, funciona como um muro. Mas a educação digital intercultural, quando criticamente situada, transforma-se em uma onda, em uma rede que permite a circulação fluida do conhecimento, das vozes e das agências. Bauman, ao falar sobre a perda de solidariedade nas estruturas líquidas, alerta também sobre riscos: a possibilidade de que essa fluidez se torne um espaço de invisibilidade, de precariedade. Por isso, a educação digital intercultural assume caráter politicamente urgente: trata-se de transformar essa liquidez em oportunidade de agência, resistência e enunciação de vozes historicamente silenciadas.

Nessa perspectiva, a escola de fronteira não pode ser um espaço de WiFi fortemente monitorado, onde o acesso é controlado, filtrado e normatizado apenas segundo lógicas hegemônicas nacionais. Deve, ao contrário, constituir-se como um espaço onde o WiFi funciona como ferramenta de conexão múltipla, onde as vozes periféricas ganham audibilidade, onde as línguas minoritárias (espanhol, portunhol, outras variantes) encontram lugar legítimo de enunciação. Assim, a metáfora de Bauman não é apenas descritiva; é também normativa e politicamente orientadora para uma pedagogia fronteiriça emancipadora e humanista.

3. A FRONTEIRA COMO CAMPO DE PESQUISA

A definição de fronteira adotada nesta investigação deliberadamente se afasta da concepção puramente jurídica ou de simples linha divisória estatal. Conforme discute Benedetti (2018), a fronteira deve ser pensada a partir de uma perspectiva geográfica complexa e humanista, não como barreira estática, mas como espaço dinâmico de interação, negociação contínua e produção de múltiplas territorialidades. Para este estudo, a fronteira é compreendida como um campo de pesquisa (Cardin; Albuquerque; Paiva, 2019), no qual as relações sociais são marcadas pela fluidez, pela constante renegociação de limites identitários

e pela circulação de diferentes formas de capital simbólico e cultural. Adota-se, igualmente, a visão de Gloria Anzaldúa (2021) sobre as Borderlands, espaços viscerais de hibridismo onde as culturas não apenas coexistem, mas se sobrepõem, gerando novas e criativas formas de existência, novas linguagens e novas epistemologias.

É fundamental distinguir, conforme proposto por Alejandro Benedetti (2018), entre o limite, a linha jurídica e cartográfica de soberania estatal, reificada em documentos, passaportes e legislações, e a fronteira, o espaço vivo, poroso, de transição, comunicação e fluxos (pessoas, mercadorias, signos, afetos, conhecimentos). Para esta pesquisa, a fronteira é deliberadamente concebida como espaço simultaneamente de separação e de criatividade política, lugar vago e indeterminado onde emerge a consciência mestiza dos sujeitos que habitam a Escola CAIC, consciência essa que não nega os conflitos inerentes ao contato intercultural, mas os transforma em potencial para novas formas de conhecimento e de ser. Essa concepção teórica permite compreender a fronteira não como barreira física ou muro simbólico intransponível, mas como um campo de fluxos e relações (Cardin; Albuquerque; Paiva, 2019) no qual os processos educacionais ganham dimensões múltiplas, complexas e precisamente interculturais.

4. DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA EDUCAÇÃO DIGITAL INTERCULTURAL

A fronteira manifesta-se neste projeto de pesquisa não como obstáculo epistemológico ou barreira a ser transposta, mas como a própria condição de possibilidade da educação inovadora, crítica e emancipadora. A relação entre a fronteira e o objeto de pesquisa estabelece-se na urgência política de desconstruir o silenciamento cultural frequentemente imposto pelas tecnologias educacionais padronizadas, globalizadas e insensíveis aos contextos locais. Como observa Geertz (2008), a cultura exige uma descrição densa, uma interpretação que capture os significados múltiplos tecidos nas práticas cotidianas; na escola de fronteira, essa descrição densa revela que o uso do digital é atravessado e, portanto, transformado pelas línguas, costumes, trajetórias e agências dos estudantes domiciliados na Bolívia, configurando-se como espaço privilegiado para análise aprofundada das práticas educativas genuinamente interculturais.

Os desafios da educação digital intercultural no CAIC são múltiplos. Primeiramente, há o desafio tecnológico: o acesso desigual aos recursos digitais, a infraestrutura precária, a dependência de plataformas corporativas globalizadas que ignoram a diversidade linguística e cultural local. Segundo, existe o desafio pedagógico-político: como transformar ferramentas desenvolvidas sob lógicas hegemônicas em instrumentos de libertação e reconhecimento? A

resposta reside na proposição de um giro decolonial (Haesbaert, 2021) que valorize os saberes locais, as epistemologias do Sul (Santos, 2009) frente à hegemonia tecnocrata e homogeneizante das plataformas globais.

Entretanto, as potencialidades são igualmente significativas. A educação digital intercultural, quando criticamente situada, permite que os estudantes domiciliados na Bolívia utilizem suas múltiplas referências culturais, suas línguas, suas formas de conhecer como recursos pedagógicos legítimos. O espaço digital das redes, das plataformas educacionais, dos aplicativos de tradução e comunicação, torna-se espaço onde a fronteira vivida ganha visibilidade e legitimidade epistemológica. As práticas informais e invisíveis revelam uma educação digital intercultural que ocorre nas margens, que escapa do controle curricular tradicional e afirma, de facto, a agência dos sujeitos.

A Educação Digital Intercultural dialoga necessariamente com o conceito de multiterritorialidade (Haesbaert, 2021), pois o estudante boliviano domiciliado na Bolívia habita múltiplos territórios: o físico boliviano, o escolar brasileiro, o espaço virtual das plataformas, o espaço de redes sociais onde práticas culturais se manifestam de forma menos controlada. Compreender estas potencialidades significa afirmar que a tecnologia digital, quando mediada por pedagogias críticas e humanistas, pode constituir-se como verdadeiro lócus de enunciação que valida e amplifica a experiência fronteiriça vivida.

Convém explicitar, neste ponto, os preceitos teóricos mobilizados. Por interculturalidade crítica compreende-se, na esteira de Catherine Walsh (2009), um projeto político-epistêmico que não se limita ao reconhecimento ou à tolerância da diferença cultural, mas que busca desestabilizar as estruturas coloniais de poder, saber e ser que hierarquizam determinados grupos, propondo relações horizontais entre sujeitos de distintas matrizes culturais, linguísticas e territoriais. A educação intercultural digital, tal como empregada nesta investigação, designa o conjunto de práticas pedagógicas mediadas por tecnologias digitais que assumem deliberadamente essa perspectiva crítica: utilizar ferramentas e artefatos digitais não como fim tecnicista em si, mas como meio de reconhecimento, tradução e negociação das diferenças culturais e linguísticas entre estudantes brasileiros e bolivianos. Já o conceito de cibercultura (Lévy, 1999) contribui a essa discussão ao situar o digital como espaço social e simbólico dotado de lógica, valores e modos de sociabilidade próprios, o chamado ciberespaço, no qual emergem novas formas de vínculo, autoria coletiva e circulação de saberes. É desse cruzamento entre a interculturalidade crítica e a cibercultura que deriva a noção de Educação Digital Intercultural mobilizada neste estudo: uma prática pedagógica situada, atenta às

assimetrias de poder inscritas nas tecnologias, e orientada ao reconhecimento da alteridade fronteiriça também no plano digital.

A partir desse referencial, é indispensável destacar que a informática educativa não deve ser concebida de modo neutro ou puramente tecnicista. Conforme nos ensina Paulo Freire (1987) em sua pedagogia libertadora, toda ferramenta ou técnica humana está prenhe de intencionalidade política e social. Portanto, a introdução de computadores, internet e softwares na escola deve servir como instrumento de leitura do mundo e de pronúncia da própria palavra.

A Educação Digital Intercultural propõe o uso pedagógico das TDIC para potencializar o encontro dialógico de saberes. Em vez de utilizar as plataformas digitais para aplicar exercícios mecânicos de gramática ou matemática baseados na memorização, as redes digitais tornam-se espaços de autoria, onde os alunos brasileiros e bolivianos podem produzir narrativas multimídia, documentários em áudio e vídeo, blogs bilingues e projetos de pesquisa compartilhados que versem sobre a história local, as lendas, a culinária e a economia da fronteira. Desse modo, a tecnologia digital opera como uma "ponte cultural" (Ribeiro, 2003), desterritorializado os conteúdos e permitindo que a ancestralidade e a realidade imediata dos estudantes transfronteiriços penetrem legitimamente no ambiente escolar.

5. PERCURSO METODOLÓGICO, RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para compreender, de maneira integral, profunda e humanizada as dinâmicas decorrentes da Educação Digital Intercultural na Escola Municipal CAIC de Corumbá, Mato Grosso do Sul, na fronteira entre o Brasil e a Bolívia, este estudo estruturou-se sob uma abordagem cyber-etnográfica e qualitativa, consubstanciada em um estudo de caso do tipo etnográfico (Yin, 2015; André, 2005). A imersão direta no ambiente natural permitiu compreender os significados e intencionalidades que os próprios atores sociais atribuem às suas vivências cotidianas, interligando estreitamente o desenho metodológico à apresentação e à análise crítica dos dados coletados.

O cenário empírico delimitado foi a Escola Municipal CAIC (Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente), localizada em um bairro periférico caracterizado por uma densa convivência com o fluxo transfronteiriço. A coleta de dados ocorreu ao longo de um semestre letivo completo por meio de triangulação de métodos: observação participante (com registros em diário de campo), análise documental do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e entrevistas semiestruturadas. Estas últimas foram aplicadas individualmente a 6 educadores (4 professores regentes do Ensino Fundamental II, 1 coordenador do laboratório de informática e 1 coordenadora pedagógica) e em formato de grupos focais com 18 discentes do 8º e 9º anos,

divididos simetricamente entre 9 estudantes brasileiros residentes em Corumbá e 9 estudantes domiciliados na Bolívia, com residência fixa em Puerto Quijarro ou Puerto Suárez, que se deslocam diariamente para estudar na escola brasileira.

Cabe destacar que a etapa de imersão em campo, a observação participante e a condução das entrevistas e grupos focais contaram com a mediação fundamental de uma pesquisadora colaboradora que atua como docente na Escola CAIC. Por fazer parte do corpo docente da instituição, sua inserção e o vínculo de confiança previamente estabelecido com a comunidade escolar foram cruciais para facilitar o acesso aos sujeitos e mediar o diálogo de forma natural e ética no cotidiano escolar. Essa colaboração ocorreu de forma totalmente integrada e sob o mesmo planejamento metodológico e protocolo ético do projeto de pesquisa principal, garantindo o rigor científico e o cumprimento das diretrizes éticas em todas as etapas de geração de dados. Os dados empíricos sistematizados a partir dessa etapa da coleta (cf. Tabela 1) constituem, portanto, registros de pesquisa produzidos no âmbito deste mesmo projeto, e não de uma investigação externa ou de autoria distinta. Os encontros foram registrados mediante autorização prévia dos participantes e posteriormente transcritos na íntegra para fins de tratamento analítico. Utilizou-se um roteiro de entrevista semiestruturado, organizado em eixos temáticos relativos: (i) ao acesso e uso cotidiano de ferramentas digitais; (ii) às barreiras linguísticas, pedagógicas e técnicas enfrentadas no ambiente escolar; e (iii) às percepções sobre interculturalidade, pertencimento e mediação tecnológica na fronteira.

Cumpre destacar que a seleção dos 9 estudantes bolivianos não visou à representatividade estatística, mas sim à diversidade qualitativa de perfis dentro do grupo transfronteiriço. Entre os participantes, incluíram-se tanto alunos residentes em Puerto Quijarro quanto em Puerto Suárez, abrangendo diferentes tempos de deslocamento diário e níveis variados de proficiência na Língua Portuguesa, desde estudantes com maior facilidade de comunicação até aqueles que enfrentam severas barreiras idiomáticas e dependem criticamente de suportes tecnológicos para o acompanhamento das aulas.

A pesquisa segue os preceitos éticos, garantindo o anonimato dos 24 colaboradores voluntários mediante o uso de pseudônimos alfanuméricos (P para professores, ABR para alunos brasileiros e ABO para estudantes domiciliados na Bolívia). O amplo corpus empírico textual gerado pelas transcrições foi decodificado por meio da Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2011), percorrendo as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento interpretativo. A partir desse processamento analítico, emergiram três categorias temáticas axiais que alinham os achados de campo às discussões teóricas e conceituais do estudo.

6. A INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA PRECÁRIA E O "APARTHEID" DIGITAL NA ESCOLA

O primeiro grande achado materializado no cotidiano escolar aponta para uma severa e crônica defasagem de infraestrutura técnica, a qual compromete diretamente as intenções metodológicas de uma informática educativa emancipatória. O laboratório de informática da unidade foi caracterizado pelo professor do espaço (P3) como "um autêntico espaço de arqueologia computacional". De um total de 20 computadores desktop instalados, constatou-se que apenas 6 operavam de maneira precária; simultaneamente, a internet em banda larga fornecida pelo poder público manifestou-se intermitente e lenta, operando sem suporte técnico regularizado. O desabafo do profissional ilustra a gravidade do cenário:

> O laboratório é um autêntico espaço de arqueologia computacional. As máquinas são antigas, travam com qualquer sistema operacional mais recente e a internet cai toda vez que chove ou venta forte. Como eu vou propor um projeto de autoria digital bilingue se o aluno passa metade da aula esperando o computador ligar? A gente se sente de mãos atadas. (Professor P3, do Laboratório de Informática, 2025).

Essa escassez infraestrutural engendra o que a literatura sociológica contemporânea qualifica como "segunda fratura digital" ou "apartheid digital escolar". Sob tais condições de precariedade, o espaço é subutilizado e, quando acessado, limita-se a reproduzir tarefas burocráticas ou buscas superficiais e lineares no mecanismo Google, mimetizando a tradicional pedagogia de cópia e memorização. Em contrapartida, o verdadeiro dinamismo tecnológico da comunidade escolar não reside nas estruturas fixas institucionais, mas nos smartphones de uso privado dos discentes. Mesmo inseridos em cenários de severa vulnerabilidade socioeconômica, a ampla maioria dos alunos brasileiros e bolivianos possui aparelhos celulares com acesso a pacotes de dados móveis pré-pagos.

Todavia, em detrimento de uma integração planejada desses dispositivos móveis privados sob o conceito pedagógico de Mobile Learning, a escola assume uma postura prioritariamente proibitiva e punitiva, encarando o celular como um vetor estrito de indisciplina, dispersão e anomia interna. Essa abordagem normativa e excludente fica evidente no relato da professora P1:

> O celular é o nosso maior concorrente. Nós não temos computadores bons para trabalhar conteúdos com eles, e o celular eles usam para o TikTok e WhatsApp durante a explicação. A nossa regra geral é mandar guardar na mochila, porque senão ninguém presta atenção na matéria. (Professora P1, Geografia, 2025).

Essa postura proibitiva denuncia um nítido descompasso histórico entre as estruturas burocráticas da escola sólida e as dinâmicas fluidas da cibercultura líquida na qual os estudantes estão imersos. Perde-se, assim, a oportunidade metodológica de converter o artefato tecnológico privado em um dispositivo pedagógico público voltado à aprendizagem cooperativa e ao trânsito intercultural de saberes.

7. O SMARTPHONE COMO DISPOSITIVO DE SOBREVIVÊNCIA E TRADUÇÃO DO ESTUDANTE DOMICILIADO NA BOLÍVIA

Ao deslocar o foco analítico do método para as vivências específicas dos estudantes domiciliados na Bolívia, os dados revelam que as ferramentas digitais portáteis adquirem uma centralidade existencial profunda. Elas atuam como dispositivos móveis de suporte emocional, social e linguístico indispensáveis para a sobrevivência e ressignificação desses sujeitos na transitoriedade diária da fronteira. Durante as sessões de grupos focais, os discentes bolivianos relataram unanimemente que o celular constitui o principal elo de conexão com suas famílias e redes de apoio comunitário na Bolívia enquanto cumprem a jornada diária no território brasileiro. As distinções nas formas de apropriação tecnológica foram identificadas e mapeadas na Tabela 1:

Tabela 1 – Usos predominantes das TDIC por perfil de estudante na Escola CAIC

Categoria de Uso	Estudantes Brasileiros	Estudantes Domiciliados na Bolívia
Redes Sociais	TikTok, Instagram e WhatsApp (foco em interações e redes de sociabilidade locais).	Facebook e WhatsApp (articulados em grupos transnacionais e comunicação familiar na Bolívia).
Ferramentas de Aprendizagem	Pesquisa escolar geral concentrada no mecanismo de busca Google.	Uso intenso do Google Tradutor, dicionários digitais bilíngues e captação de áudios de apoio pedagógico.
Consumo de Mídia	Funk e Pop de circulação nacional.	Música Chicha, Cúmbia e tutoriais digitais em língua espanhola.

Fonte: Acervo do autor.

Como se depreende dos dados dispostos na Tabela 1, as práticas de apropriação digital divergem substancialmente de acordo com a realidade transfronteiriça do discente. Para essa população estudantil domiciliada na Bolívia, o recurso a aplicativos como o Google Tradutor e dicionários digitais em tempo real durante o transcorrer das aulas não configura dispersão ou trapaça pedagógica, mas sim um instrumento de acessibilidade linguística vital para a decodificação dos conteúdos e conceitos ministrados exclusivamente em Língua Portuguesa. O estudante ABO3 sintetiza com acuidade como a tecnologia digital imediata opera atenuando o sofrimento e o isolamento decorrentes da barreira idiomática:

> No começo eu não entendia quase nada do que a professora de Ciências falava. Eu usava o celular escondido debaixo da carteira para traduzir as palavras que ela escrevia no quadro. Se o professor deixa usar o celular para traduzir, a gente aprende mais rápido. Quando proíbem, eu me sinto cego e mudo na sala. (Estudante Boliviano Domiciliado na Bolívia, 14 anos, 2025).

Se para o estudante boliviano domiciliado na Bolívia o smartphone assume o papel de prótese linguística de sobrevivência, para o estudante brasileiro ele funciona primariamente como demarcação de pertencimento e consumo cultural na cibercultura. Contudo, a percepção da proibição institucional também é sentida como um elemento que engessa o aprendizado, gerando tédio nas dinâmicas tradicionais de sala de aula. O relato do estudante ABR5 sintetiza a frustração do grupo:

> Na escola a gente parece que volta no tempo. Tudo é só copiar do quadro. A gente sabe usar o celular para editar vídeo, achar música, fazer um monte de coisa rápido, mas aqui dentro parece crime. Se a gente pudesse usar a internet da escola para fazer os trabalhos junto com os meninos da Bolívia, a aula seria bem mais da hora, a gente ia se entender melhor. (Estudante Brasileiro, 15 anos, 2025).

O depoimento desse colaborador válida a premissa de que os aparatos digitais portáteis funcionam como ecologias de mediação e pontes culturais imediatas no chão da sala de aula. Sob a óptica da interculturalidade crítica defendida por Catherine Walsh, a verdadeira prática intercultural não deve apenas tolerar a presença do outro, mas sim desvelar e transformar as assimetrias históricas e linguísticas que subalternizam determinados grupos. Quando a instituição de ensino ignora ou criminaliza esses usos adaptativos, acaba por referendar a exclusão institucionalizada e a violência simbólica contra o estudante estrangeiro. A tecnologia líquida oferece, nesse sentido, uma plasticidade e adaptabilidade que o livro didático unilíngue padronizado é estruturalmente incapaz de ofertar.

Ademais, as observações participantes demonstraram que os grupos de WhatsApp autogeridos de forma autônoma pelos estudantes funcionam como ricas instâncias informais de intensa negociação intercultural. Nesses espaços virtuais desterritorializados e imunes à vigilância institucionalizada do corpo docente, estudantes brasileiros e bolivianos compartilham manifestações humorísticas híbridas (memes de fronteira), músicas que amalgamam o funk brasileiro com a cúmbia boliviana e operam trocas linguísticas espontâneas calcadas no "portunhol de fronteira". As plataformas sociodigitais funcionam como prolongamentos dinâmicos do pátio escolar, onde as identidades são performadas, hibridizadas e reconfiguradas para além das amarras da rigidez nacionalista herdada.

8. A AUSÊNCIA DE INTENCIONALIDADE INTERCULTURAL NO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

A terceira vertente analítica que emergiu da triangulação dos dados debruçou-se sobre a dimensão documental e a governança institucional da Escola CAIC. O exame crítico do Projeto Político-Pedagógico (PPP) descortinou uma contradição estrutural alarmante: embora o texto exiba em suas seções introdutórias parágrafos de teor laudatório sobre a "diversidade cultural", a "inclusão social" e a "localização geopolítica privilegiada de Corumbá como polo de integração latino-americana", constata-se a completa ausência de diretrizes operativas que prescrevam ações concretas de Educação Digital Intercultural ou de acolhimento pedagógico direcionado especificamente ao discente boliviano domiciliado na Bolívia.

Fica demonstrado que as ações que envolvem a utilização de recursos tecnológicos e a valorização da diversidade ocorrem de maneira atomizada, episódica, fragmentada e estritamente dependente do voluntarismo individual e ético de professores isolados que se mostram sensíveis à causa. Não se identifica na instituição uma política institucionalizada de formação docente continuada voltada ao trabalho com as TDIC sob o prisma da interculturalidade crítica e do bilinguismo. A coordenadora pedagógica (P6) verbaliza essa fragilidade estrutural da gestão escolar:

> Nós sabemos que a realidade da nossa escola é essa, cheia de bolivianos que vão e vêm todo dia. Mas a verdade é que o Estado e o Município cobram metas de avaliações padronizadas, como o IDEB, que não consideram se o aluno fala português ou não, ou se a escola tem internet. O professor fica sobrecarregado cobrindo o conteúdo básico e acaba não sobrando tempo para criar projetos diferenciados usando internet ou valorizando a cultura deles. (Coordenadora Pedagógica P6, 2025).

Essa constatação remete diretamente às críticas formuladas por Bauman acerca da burocratização, mercantilização e engessamento dos sistemas de ensino contemporâneos na modernidade líquida. As instituições públicas de ensino são pressionadas a operar como agências gerenciais focadas em resultados puramente quantitativos e índices padronizados nacionais. Essa conjuntura sufoca a autonomia criativa dos docentes, anula as especificidades regionais da fronteira e perpetua a exclusão daqueles sujeitos que não correspondem ao modelo idealizado de estudante nacional produtivo.

Ressalta-se que, por tratar-se de uma investigação de matriz estritamente qualitativa fundamentada na descrição densa, a análise dessas iniciativas voluntaristas não buscou mensurar estatisticamente seus impactos no rendimento escolar dos alunos. Os dados aqui apresentados situam-se no plano da percepção e do significado das práticas cotidianas.

Conectar professores, estudantes brasileiros e estudantes domiciliados na Bolívia por meio de ferramentas digitais demanda tempo, investimento estrutural e, fundamentalmente, uma mudança paradigmática na concepção de ensino-aprendizagem, situando a cultura digital e o hibridismo transfronteiriço no cerne articulador do planejamento escolar curricular.

9. CONCLUSÃO

O enquadramento desta pesquisa nos Estudos Fronteiriços justifica-se pelo seu caráter interdisciplinar, inovador e pela aplicação conscienciosa do princípio dialógico (Silva, 2018), que compreende a fronteira não como espaço de separação conflituosa, mas simultaneamente como espaço de união criativa. Ao privilegiar deliberadamente a agência dos sujeitos, sua capacidade de atuar, transformar, resistir e criar (Cardin; Albuquerque; Paiva, 2019), este trabalho demonstra que a educação digital na fronteira constitui um território de disputa política onde se negocia continuamente a cidadania, a identidade em movimento e as possibilidades de enunciação e pertencimento.

Retomando o problema central que orientou esta investigação, como as ferramentas digitais e as práticas de informática educativa podem atuar como mediação pedagógica intercultural na Escola CAIC, conectando professores, alunos brasileiros e estudantes domiciliados na Bolívia de modo a superar a mera apropriação técnica, os achados de campo permitem afirmar que essa mediação ocorre hoje predominantemente nas margens, isto é, fora dos espaços formais de ensino. Em relação à primeira pergunta específica, sobre as principais barreiras pedagógicas, linguísticas e técnicas, os dados evidenciaram uma infraestrutura tecnológica institucional precária, apenas 6 dos 20 computadores do laboratório em funcionamento e conectividade intermitente, associada a uma postura prioritariamente proibitiva da gestão escolar em relação aos smartphones, configurando a chamada “segunda fratura digital” ou “apartheid digital escolar”. Quanto à segunda pergunta, sobre como os estudantes domiciliados na Bolívia ressignificam os artefatos digitais, verificou-se que o smartphone funciona como uma prótese linguística e como elo afetivo e comunitário com a Bolívia, sendo o Google Tradutor e os dicionários bilíngues empregados como recursos de acessibilidade linguística vital, enquanto os grupos de WhatsApp autogeridos operam como espaços informais de negociação intercultural. No que concerne à terceira pergunta, sobre a convergência entre inclusão digital e interculturalidade crítica no projeto político-pedagógico, constatou-se a ausência de diretrizes institucionalizadas: as iniciativas existentes dependem do voluntarismo individual de professores sensibilizados, em um cenário pressionado por metas

de avaliação padronizadas, como o IDEB que não consideram as especificidades linguísticas e culturais do alunado fronteiriço.

Conclui-se que a fronteira é o elemento que confere sentido, urgência política e potencial transformador à prática digital educativa. Ela transforma a tecnologia em espaço não de reprodução de hegemonias, mas de diálogo autêntico e reconhecimento genuíno da alteridade. Os desafios identificados são reais e não devem ser subestimados. Contudo, as potencialidades são igualmente robustas: a educação digital, quando pautada solidamente na interculturalidade crítica e acompanhada de reflexão decolonial, promove uma forma de cidadania que não se encerra nas limitações do limite geográfico estatal. Ao permitir que o estudante boliviano domiciliado na Bolívia utilize suas referências culturais, suas línguas, suas formas de conhecer dentro de uma escola brasileira, por meio de projetos digitais e práticas pedagogicamente situadas, a Escola CAIC transforma-se de um simples locus de instrução em um autêntico espaço de resistência, reconhecimento mútuo e coesão social intercultural.

Considerando o caráter parcial e em andamento desta pesquisa vinculada à dissertação de mestrado, os apontamentos realizados abrem caminhos imediatos para o aprofundamento do corpus empírico na versão final do trabalho. Pretende-se, na continuidade da investigação, refinar a análise do perfil dos estudantes domiciliados na Bolívia, mapeando detalhadamente suas especificidades quanto ao tempo de deslocamento e níveis de proficiência linguística. Nessa perspectiva, a educação digital intercultural em contexto fronteiriço assume caráter fundacionalmente transformador das realidades vividas pelos sujeitos que transitam entre diferentes territórios, línguas, epistemologias e imaginários culturais.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A. Estudo de caso em pesquisa e prática pedagógica. São Paulo: Autores Associados, 2005.

ANZALDÚA, Gloria. Borderlands/La Frontera: a nova mestiza. Tradução de Christina Ramalho. Macapá: Editora da UNIFAP, 2021.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2011.

BAUMAN, Z. Modernidade Líquida. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BENEDETTI, Alejandro. Chaves para pensar as fronteiras na abordagem geográfica contemporânea. In: OLIVEIRA, Titus; COSTA, Maria (org.). Geografia e Fronteiras: conceitos e realidades. Porto Alegre: Letra Virtual, 2018. p. 45-72.

CARDIN, Eric Gustavo; ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho; PAIVA, Camila. A fronteira como campo de pesquisa: desafios metodológicos e epistemológicos. Revista Brasileira de Estudos Fronteiriços, v. 8, n. 2, p. 112-135, 2019.

COSTA, Maria de Fátima. História, fronteira e identidades: Corumbá em tempos de fluxos e refluxos. Campo Grande: Editora UFMS, 2015.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. 1. ed., 13. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GRIMSON, Alejandro. Interculturalidad y comunicação en zonas de frontera. Buenos Aires: Norma, 2000.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade em tempos de fetiche espacial e decolonialidade. Geographia, v. 23, n. 50, p. 1-18, 2021.

LÉVY, P. Cibercultura. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Postmodernismo y transnacionalismo: perspectivas desde el sur. Buenos Aires: Prometeo Livros, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009.

SILVA, G. R. Educação e Mobilidade Transfronteiriça: o cotidiano dos alunos bolivianos na rede pública de ensino de Corumbá. Campo Grande: Editora UFMS, 2018.

SOARES, Cassio. O digital como prática intercultural situada: para além do tecnicismo na educação. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

WALSH, C. Interculturalidad crítica y educación intercultural. La Paz: Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, 2009.

YIN, R. K. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

CAPÍTULO IX

A GESTÃO DO MULTILINGUISMO EM UMA UNIVERSIDADE DE FRONTEIRA: O DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL DA UFGD

MANAGING MULTILINGUALISM AT A FRONTIER UNIVERSITY: THE INSTITUTIONAL ASSESSMENT OF UFGD

DOI: 10.51859/amplla.mig854.1126-9

Vanessa Maciel Franco Magalhães
Thayse Figueira Guimarães

RESUMO

Este artigo diagnostica a gestão do multilinguismo na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), em contexto fronteiriço caracterizado pelo entrecruzamento de identidades indígenas, surdas, transfronteiriças e de refúgio. Sob o aporte da Etnografia das Políticas Linguísticas, articularam-se análises documentais e discursivas junto a gestores e estudantes. Os resultados revelam uma fratura entre a política planejada *(de jure)*, marcada pelo silêncio normativo monolíngue, e a política praticada *(de facto)* na superdiversidade do campus. Conclui-se que a ausência de diretrizes formais desloca a gestão para práticas fragmentadas e contingentes. Propõe-se a noção de *hospitalidade desamparada* para caracterizar um regime de acolhimento dependente da iniciativa ética local, carente de governança institucional

Palavras-chave: Política Linguística; Universidade de Fronteira; Multilinguismo; Superdiversidade; Hospitalidade Desamparada.

ABSTRACT

This article diagnoses the management of multilingualism at the Federal University of Grande Dourados (UFGD), within a border context characterized by the intersection of Indigenous, Deaf, cross-border, and refugee identities. Drawing on the Ethnography of Language Policy, it articulates documentary and discursive analyses alongside administrators and students. The results reveal a fracture between planned policy *(de jure)*, marked by a monolingual normative silence, and practiced policy *(de facto)* within the campus's superdiversity. It concludes that the absence of formal guidelines shifts management toward fragmented and contingent practices. The notion of *helpless hospitality* is proposed to characterize a welcoming regime dependent on local ethical initiatives, lacking institutional governance.

Keywords: Language policy. Border university. Multilingualism. Superdiversity. Helpless hospitality.

1. INTRODUÇÃO: O CENÁRIO TRANSFRONTEIRIÇO E A GESTÃO DO INVISÍVEL

As universidades públicas brasileiras situadas em regiões transfronteiriças encontram-se imersas em cenários de alta complexidade geopolítica e sociolinguística. Longe de operarem como instituições insulares, estas Instituições de Ensino Superior (IES) são atravessadas por dinâmicas de mobilidade humana, fluxos econômicos e ancestralidades territoriais que reconfiguram constantemente o tecido social local. Nesse cenário, os modelos tradicionais de

internacionalização universitária, frequentemente pautados por métricas globais competitivas de mercado, tendem a ignorar o multilinguismo transfronteiriço. Essa modelagem hegemônica, desenhada a partir de realidades exógenas, desconsidera as especificidades e as demandas cotidianas que emergem nas raias de fronteira.

Nesses territórios, as demandas linguísticas institucionais são estruturalmente marcadas pela presença secular de populações indígenas, estudantes transfronteiriços e comunidades surdas que tencionam o espaço acadêmico. A essa ecologia complexa somou-se, especialmente a partir de 2018, o desafio imposto pelo incremento drástico dos fluxos migratórios forçados no Brasil, impulsionado pelo ápice do deslocamento de populações venezuelanas e haitianas e pelas subsequentes políticas federais de interiorização de refugiados rumo ao Centro-Oeste. Longe de inaugurar a diversidade na fronteira, este marco de 2018 gerou uma camada adicional de pressões sobre a governança universitária. As urgências das IES passaram a envolver uma teia complexa de desafios de integração geopolítica, parcerias transfronteiriças e direitos humanos, forçando a universidade a produzir respostas ancoradas na justiça sociolinguística e no direito à educação.

O espaço transfronteiriço manifesta as marcas da diferença colonial na linguagem por meio de decisões políticas e práticas cotidianas de usuários e tomadores de decisão que, ao privilegiarem o vernáculo nacional em detrimento de outros repertórios, hierarquizam os sujeitos e empurram as línguas originárias, locais e de acolhimento para a periferia. Frente a essa realidade, este artigo apresenta um diagnóstico institucional sobre a gestão do multilinguismo na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), em Mato Grosso do Sul. Objetiva-se investigar as fricções entre o silêncio normativo formal e as respostas fragmentadas geradas no cotidiano institucional, com dados obtidos por meio de busca ativa em repositórios institucionais e de solicitações formais de informação junto às pró-reitorias da instituição. Para além do diagnóstico, o trabalho propõe a categoria analítica de *hospitalidade desamparada* para caracterizar um regime em que o acolhimento e os direitos linguísticos dependem predominantemente do compromisso ético dos agentes da linha de frente, suprindo a ausência de mecanismos institucionais de governança.

2. APORTES TEÓRICOS: AS TRAMAS DO MULTILINGUISMO

2.1. O Espaço Transfronteiriço e as Configurações da Universidade de Fronteira

Para compreender a gestão das línguas no ambiente acadêmico da UFGD, faz-se necessário desvincular o conceito de fronteira de sua mera acepção cartográfica, jurídica ou de

linha divisória geopolítica que separa soberanias nacionais. Como postula José de Souza Martins (1996), a fronteira deve ser compreendida como um lugar de alteridade, um espaço vivo de frente de expansão e de fricção interétnica, onde o contato com o "outro" não é periférico, mas constitutivo da realidade local. Longe de ser um limite onde o social termina, a fronteira é o próprio território onde as alteridades se encaram de forma direta, produzindo realidades sociolinguísticas que desafiam a homogeneização estatal.

No contexto sul-mato-grossense, esse território se configura como uma zona de trânsito intenso, hibridismos e sobreposições, onde as barreiras geográficas se diluem diante de laços históricos, familiares e laborais de caráter transfronteiriço. Muito além das migrações permanentes, a região é atravessada por deslocamentos pendulares diários de estudantes, trabalhadores, comerciantes, pacientes e famílias que circulam entre cidades brasileiras e paraguaias para estudar, trabalhar, acessar serviços públicos, realizar atividades comerciais ou manter vínculos familiares. Esses fluxos territoriais refletem a dinâmica dos deslocamentos pendulares diários para trabalho e estudo, os quais funcionam como um forte indicador de integração regional e de formação de arranjos populacionais no cenário brasileiro (IBGE, 2015).

As fronteiras geopolíticas tornam-se, assim, permeáveis às práticas sociais, linguísticas e culturais, produzindo um território caracterizado por hibridismos, sobreposições de repertórios linguísticos e formas plurais de pertencimento. Nesse cenário, a circulação de pessoas, línguas e culturas não constitui uma exceção, mas um elemento estruturante da vida cotidiana, reconfigurando continuamente as demandas dirigidas às instituições públicas, entre elas a universidade.

Essa perspectiva aproxima-se das reflexões de Walter Mignolo (2003) acerca das zonas de fronteira como espaços privilegiados de produção de saberes, identidades e formas de enunciação que escapam às lógicas homogêneas do Estado-nação. Por meio do conceito de pensamento liminar (*border thinking*), o autor propõe compreender a fronteira não como uma linha divisória, mas como um locus de produção de conhecimentos situado na diferença colonial, onde se tornam visíveis as fraturas da modernidade e emergem epistemologias, práticas culturais e repertórios linguísticos que desafiam os projetos de homogeneização política, cultural e linguística.

Essa perspectiva aproxima-se das reflexões de Homi K. Bhabha (1998), para quem a fronteira constitui um terceiro espaço (*Third Space*): um espaço de negociação cultural no qual identidades, línguas e significados não apenas coexistem, mas são continuamente traduzidos, tensionados e ressignificados. Longe de representar uma linha de separação entre culturas

previamente constituídas, a fronteira torna-se um espaço de hibridação, onde novas formas de pertencimento e de produção de sentidos emergem justamente do encontro com a diferença.

Nesse horizonte que Walter Mignolo (2003) amplia a compreensão de fronteira ao concebê-la como um locus de enunciação marcado pela diferença colonial. Por meio do conceito de pensamento liminar (*border thinking*), Mignolo (2003) propõe compreender a fronteira como o espaço onde as fraturas coloniais se tornam visíveis, propiciando emergências epistemológicas e linguísticas que desafiam as lógicas homogeneizadoras da modernidade e do Estado-nação.

A fronteira, portanto, longe de ser estática, é um território tensionado por assimetrias de poder, fluxos migratórios humanitários e dinâmicas de vulnerabilidade social que redefinem cotidianamente as demandas por direitos básicos, entre os quais o direito à educação e ao trabalho. Ela é o espaço onde a diferença colonial se manifesta na linguagem: por meio da ação de usuários e tomadores de decisão que, ao defenderem e supervalorizarem o vernáculo nacional e as línguas de prestígio global, reproduzem mecanismos que hierarquizam e marginalizam os falantes de línguas originárias, locais e de acolhimento.

É nesse solo complexo que se ergue a chamada Universidade de Fronteira. Longe de replicar o modelo de instituições insulares localizadas nos grandes centros metropolitanos, a universidade inserida nesse ecossistema transfronteiriço herda todas as contradições e potencialidades do seu território. Conforme aponta a literatura sobre a expansão e a interiorização do ensino superior público no Brasil (como os estudos sobre o impacto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI na reconfiguração geopolítica do conhecimento), essas instituições operam sob uma dupla e ambígua força. Por um lado, são aparatos institucionais do Estado brasileiro, estruturadas sob matrizes burocráticas centralizadas, rígidas e historicamente monolíngues, pautadas no mito da unidade linguística nacional; por outro, são inundadas pelas demandas prementes de um chão social superdiverso, que bate às suas portas exigindo inclusão e hospitalidade.

Essa contradição estrutural evoca as críticas de Gilvan Müller de Oliveira (2007) acerca da persistência de uma matriz burocrática monolíngue no Estado brasileiro. A herança colonial da língua padrão como único instrumento de cidadania formal cria barreiras invisíveis nas instituições, penalizando os repertórios plurais. Oliveira (2007) demonstra que a burocracia do Estado moderno foi construída sob a ficção de que a igualdade jurídica pressupõe a homogeneidade linguística.

Assim, a universidade de fronteira converte-se em um *locus* de disputas invisíveis. As normativas macro de gerenciamento universitário, desenhadas em gabinetes ministeriais

distantes da realidade transfronteiriça, frequentemente ignoram a existência de repertórios linguísticos plurais, como as línguas indígenas regionais, o espanhol, o portunhol, o jopará e as línguas de acolhimento trazidas pelas migrações de crise.

Esta desconexão normativa gera o que se pode caracterizar como um cenário de hospitalidade desamparada por parte dos atores envolvidos: na falta de resoluções formais e de políticas linguísticas centralizadas de acolhimento, a permanência e a inclusão desses sujeitos passam a ser sustentadas por ações voluntárias, agências individuais e redes de solidariedade tecidas por docentes, servidores técnicos e trabalhadores terceirizados no cotidiano administrativo e pedagógico. A fronteira, sob essa lente teórica, deixa de ser um mero cenário geográfico da pesquisa e passa a ser compreendida como um elemento catalisador de práticas linguísticas de resistência. O multilinguismo que pulsa na UFGD, portanto, não decorre de um planejamento institucional prévio e regulamentado, mas sim de uma resposta orgânica e humanitária da comunidade acadêmica que, na esteira do balcão e no dia a dia das salas de aula, constrói mecanismos de mediação para suprir o desamparo da norma jurídica formal.

2.2. Gestão de Políticas Linguísticas diante da Superdiversidade Universitária

A análise da gestão linguística em uma instituição de ensino superior exige um arcabouço conceitual que ultrapasse a visão tradicional de que as políticas de linguagem emanam única e exclusivamente de decretos governamentais ou resoluções centralizadas. Para dar conta das contradições que habitam a universidade de fronteira, este estudo ancora-se na abordagem tridimensional de Bernard Spolsky (2004) sobre as Políticas Linguísticas. Conforme o autor, uma política linguística é constituída pela interrelação dinâmica de três eixos fundamentais: as *ideologias linguísticas* (as crenças e valores que a comunidade atribui às línguas), as *práticas linguísticas* (as escolhas reais e os repertórios que os sujeitos utilizam no cotidiano) e o *planejamento/gerenciamento linguístico* (as tentativas formais e explícitas de intervir no comportamento linguístico por meio de normas e regulamentos).

A partir do modelo de Spolsky (2004), torna-se visível o tensionamento epistemológico que caracteriza a UFGD. Enquanto o eixo do gerenciamento apresenta uma lacuna formal devido à ausência de uma resolução institucionalizada e aprovada pelos conselhos superiores para uma Política Linguística de acolhimento, o eixo das práticas ferve com o dinamismo de um cotidiano multilíngue. É essa assimetria que demarca a distância entre a política linguística *de jure* (aquela oficializada pela letra fria da lei) e a política linguística *de facto* (que se materializa

nas interações, nos arranjos administrativos de balcão e nas adaptações pedagógicas improvisadas pelos agentes institucionais).

Para compreender como essas duas dimensões (*de jure* e *de facto*) se tensionam dentro da burocracia universitária, recorre-se à perspectiva de David Cassels Johnson (2013) sobre a Etnografia das Políticas Linguísticas, especificamente por meio do conceito de *camadas institucionais*. A estrutura universitária pode ser lida como uma "cebola institucional" composta por múltiplas camadas verticais e horizontais: o nível *macro* (as induções ministeriais e globais, e que para esta pesquisa replicamos para a alta gestão da universidade - a Reitoria), o nível *meso* (pró-reitorias e direções de faculdade, responsáveis pela tradução e criação de normativas locais) e o nível *micro* (o chão de fábrica da instituição, composto por docentes, secretários de cursos, técnicos-administrativos, estudantes e trabalhadores terceirizados).

Johnson (2013) pontua que os agentes que habitam a camada *micro* não são meros receptores passivos de ordens que vêm de cima; eles possuem agência. Nas frestas do silêncio normativo da camada *meso*, esses sujeitos interpretam, apropriam-se e recriam a política de linguagem de acordo com as necessidades humanitárias e interacionais que o cotidiano impõe. É precisamente na fricção entre a ausência do gerenciamento na camada superior e a necessidade imperiosa de ação na camada inferior que se manifesta o fenômeno da hospitalidade desamparada. Importante destacar, que a metodologia das camadas institucionais, por meio da Etnografia das Políticas Linguísticas, não é o foco desse artigo, pois será esmiuçada em futuros trabalhos.

Essa dinâmica ganha contornos ainda mais complexos quando friccionada pelo conceito de *superdiversidade* de Steven Vertovec (2007), que ajuda a compreender que os fluxos migratórios e identitários contemporâneos não se restringem mais a categorias homogêneas de nacionalidade ou etnia. Na UFGD, a superdiversidade manifesta-se no entrecruzamento de variáveis biográficas, linguísticas e jurídicas que atravessam os sujeitos (estudantes e trabalhadores que acumulam identidades indígenas, surdas, transfronteiriças, de refúgio ou de cooperação internacional).

Ao discutir o multilinguismo no cenário acadêmico, as universidades brasileiras frequentemente ignoram essas bagagens plurais, operando sob uma cegueira monolíngue que penaliza o estudante e o trabalhador que não dominam a variante padrão do português. A superdiversidade de Vertovec (2007), portanto, implode a perspectiva simplista do bilinguismo aditivo (como "português-espanhol"), pois os sujeitos manejam repertórios truncados, translinguajados e atravessados por vulnerabilidades procedimentais jurídicas do refúgio e da migração forçada.

Desse modo, as agências individuais dos servidores na camada *micro* funcionam como um anteparo ético que, embora ampare o sujeito multilíngue no cotidiano (*de facto*), escancara o desamparo de uma estrutura pública que ainda carece de uma governança linguística planejada e democrática (*de jure*). Esta agência coletiva descentralizada e resiliente redefine o papel político da comunidade universitária na fronteira, transformando o ato do acolhimento cotidiano em uma micropolítica de resistência contra a exclusão sistêmica.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo insere-se no campo da Linguística Aplicada e adota como aporte teórico-metodológico a Etnografia das Políticas Linguísticas (Johnson, 2013), abordagem multinível que permite compreender as conexões entre as diretrizes oficiais e as realidades locais. Para mapear a gestão do multilinguismo na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), o desenho da pesquisa estruturou-se em um diagnóstico institucional multinível, executado por meio de três procedimentos complementares de geração de dados:

Análise Documental (Nível Macro/Meso): Foram examinados os documentos normativos vigentes da instituição, incluindo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020-2025), além de editais específicos de ingresso para indígenas, surdos (Libras) e de acolhida humanitária (migrantes e refugiados) publicados em 2025.

Dados Quantitativos de Fluxo Acadêmico (Nível Meso): Levantaram-se os dados sociodemográficos e de matrícula junto as pró-reitorias responsáveis pelos dados da graduação e pós-graduação, para dimensionar o volume de estudantes vinculados a categorias linguísticas minorizadas na universidade.

Dados Discursivos e Vivenciais (Nível Micro): Aplicaram-se questionários semiestruturados a estudantes internacionais, indígenas e surdos no campus, combinados com uma entrevista semiestruturada detalhada com um gestor universitário.

No que tange à constituição do corpus, cumpre explicitar que os dados e documentos que subsidiam esta análise foram obtidos por duas vias complementares de acesso. Os documentos normativos de alta governança e as resoluções dos conselhos superiores (PDI e resoluções) foram coletados diretamente nos repositórios digitais públicos e de livre acesso da UFGD. Por sua vez, as informações detalhadas sobre a execução operacional de base, os históricos de editais específicos de acolhida e as ações dos Mediadores Interculturais foram obtidas mediante consulta no site institucional e solicitação formal de dados junto às Pró-Reitorias competentes, com destaque para a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD)

e a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEX). Esse procedimento garantiu a fidedignidade e a atualização das peças documentais analisadas.

A análise dos dados gerados seguiu a perspectiva glotopolítica (Del Valle, 2015), confrontando a política linguística planejada (*de jure*), expressa no silêncio ou na prescrição dos documentos formais, com a política linguística praticada (*de facto*), operada no cotidiano dos balcões, salas de aula e instâncias de atendimento da universidade. Essa triangulação metodológica permitiu identificar as fraturas institucionais e fundamentar a categoria analítica da *hospitalidade desamparada*, discutida a seguir.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: ENTRE O SILÊNCIO NORMATIVO E AS PRÁTICAS DE BALCÃO

O mapeamento documental realizado evidenciou um paradoxo burocrático: embora a instituição esteja geograficamente encravada em um território transfronteiriço de densa superdiversidade, há um completo silêncio normativo no que tange à oficialização de uma Política Linguística (PL) institucional. Até o presente momento, não existem resoluções ou portarias emitidas pelo Conselho Universitário (COUNI) ou pelo Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (CEPEC) que regulamentem as diretrizes para a gestão do multilinguismo, o acolhimento linguístico de migrantes/refugiados ou a validação de repertórios transfronteiriços na esfera administrativa global da universidade. Esse vazio legal reflete a persistência da matriz monolíngue que Gilvan Müller de Oliveira (2007) aponta como característica histórica do Estado brasileiro.

Essa fratura institucional ganha materialidade ao confrontarmos as projeções futuras da universidade com a sua realidade normativa imediata. No Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020–2025) da UFGD, a internacionalização e a inclusão são textualmente celebradas como pilares estratégicos. O documento estabelece, por exemplo, o objetivo de "consolidar a política de internacionalização da UFGD, com vistas à inserção global da instituição". No entanto, ao esmiuçar as metas operacionais, o texto restringe suas ações ao fomento de acordos bilaterais tradicionais, estímulos utilitaristas à língua inglesa e à mobilidade de estudantes de prestígio, silenciando completamente sobre a gestão da superdiversidade linguística que bate às portas do campus.

Esse cenário revela o que a glotopolítica define como um silêncio eloquente: a ausência de menções explícitas a políticas de acolhimento linguístico para migrantes de crise, estudantes transfronteiriços ou à coabitação com as línguas indígenas regionais (como o Guarani e o Terena) funciona, na verdade, como um mecanismo regulatório. Ao omitir essas realidades, o

PDI projeta uma universidade idealizada e monolíngue, cuja burocracia assume o português padrão como competência universal prévia. O documento falha em antever estruturas de suporte linguístico, gerando uma contradição flagrante entre o plano *de jure* das aspirações globais e o desamparo procedimental que aguarda esses sujeitos no cotidiano institucional.

Essa superdiversidade capturada nos fluxos estatísticos ganha contornos discursivos e vivenciais nos relatos gerados junto aos sujeitos da linha de frente e aos próprios discentes. Conforme evidenciado nos questionários aplicados e, de forma minuciosa, na entrevista realizada com a gestão institucional, é nesse hiato que se materializa a diferença colonial no quotidiano do campus. A exclusão burocrática opera não pela incapacidade abstrata das línguas, mas pela agência de usuários e instâncias administrativas que, ao penalizarem o não domínio imediato do português padrão, convertem exigências técnicas em barreiras excludentes. Os relatos apontam, por exemplo, que os editais de acolhimento humanitário são publicados majoritariamente apenas em português, além de replicarem processos seletivos engessados e focados exclusivamente na produção textual formal.

Contrastando com o silêncio dos documentos oficiais, os dados quantitativos coletados junto às pró-reitorias de graduação e pós-graduação comprova empiricamente que os sujeitos multilíngues já habitam e tensionam a instituição por dentro. O levantamento revela a matrícula ativa de um contingente expressivo de estudantes vinculados a marcadores da superdiversidade, conforme sistematizado na tabela a seguir:

Tabela 1: Perfil do Corpo Discente da UFGD por Categoria de Diversidade e Nível de Ensino

Categoria de Superdiversidade / Público-Alvo	Graduação	Mestrado	Doutorado	Total
Estudantes Indígenas	802	44	16	862
Estudantes Surdos	—	—	1	1
Estudantes com Deficiência Auditiva [^1]	31*	3	1	35
Estudantes Estrangeiros em Mobilidade Internacional [^2]	41	42	43	126
Estudantes Migrantes e Refugiados [^3]	53	N/E	N/E	N/E
TOTAL GERAL DE DISCENTES MAPEADOS	**927**	**89**	**61**	**1077**

Notas da Tabela:
[^1]: Informação autodeclarada pelos discentes no ato da inscrição do processo seletivo.
[^2]: Deste total, 23 estudantes de Mestrado e 21 de Doutorado ingressaram via convênios ou parcerias globais/regionais específicas.
[^3]: N/E (Não Estimado): Dados não mensuráveis devido à ausência de marcador analítico ou especificidade desta categoria nos sistemas de informação acadêmica da instituição.
[*]: o dado coletado não trouxe especificação entre estudantes com deficiência ou surdos.
Fonte: Dados da pesquisa (estudantes matriculados em junho/2026).

Os dados quantitativos funcionam como uma marcação empírica considerável: a superdiversidade descrita por Vertovec (2007) não é uma projeção futura ou uma demanda externa, mas uma realidade materializada no corpo discente da instituição, totalizando 1077

sujeitos mapeados. A existência da nota de rodapé referente aos estudantes migrantes e refugiados (N/E - Não Estimado) é, por si só, um dado analítico revelador. A invisibilidade estatística nos sistemas de informação acadêmica reflete o apagamento burocrático e a falta de categorias analíticas adequadas para registrar o refúgio e a migração de crise. Ao ingressarem em um sistema que desconsidera suas especificidades biográficas e linguísticas, esses sujeitos são submetidos a um processo de adaptação forçada. As línguas originárias da região (como o Guarani e o Kaiowá), variantes transfronteiriças (como o portunhol) e línguas trazidas pelos fluxos de migração humanitária recente (como o espanhol e o crioulo haitiano) são macroscopicamente ignoradas nos critérios estruturais de permanência na pós-graduação.

Se a análise documental revela um cenário de imobilidade e silenciamento *de jure*, o eixo discursivo indica a efervescência de uma política linguística *de facto* operando nas frestas e nos balcões da instituição. Mais do que revelar a inexistência de uma política formal, os dados indicam que a ausência de normatização não produz um vazio regulatório. Ao contrário, desloca a produção da política linguística para as camadas operacionais da universidade, fazendo com que decisões relativas aos direitos linguísticos sejam continuamente negociadas por gestores, técnicos e docentes no cotidiano institucional.

Ao ser questionado sobre a ausência de uma resolução formalizada para a área, um gestor universitário reconheceu a lacuna, evidenciando como a demanda real do campus impede a paralisia administrativa:

> *"Nós não temos uma resolução aprovada no conselho para uma política linguística geral... Isso é um fato. Mas a universidade não pode parar de atender o aluno que chega na secretaria e não fala português. Se chega um indígena, se chega um refugiado venezuelano da Operação Acolhida, ou um haitiano, o servidor na ponta precisa dar uma resposta. O que acontece é que nós vamos criando portarias específicas, arranjos internos em pró-reitorias para conseguir matricular, para conseguir validar um documento, para dar assistência estudantil. É uma gestão do dia a dia."*
>
> (Gestor universitário)

A fala do gestor confirma a tese de Johnson (2013) de que a política linguística não se esgota nos textos legais, mas é continuamente produzida pelos agentes que ocupam diferentes posições institucionais. Na ausência de uma diretriz macro, os agentes utilizam a sua margem de manobra burocrática para abrir espaços de implementação de forma pontual e tática. Em vez de ser orientada por uma política institucional integrada, a resposta às demandas linguísticas passa a ser construída por meio de portarias, pareceres, fluxos administrativos e decisões locais, produzindo uma governança burocrática fragmentada. A política linguística

deixa de ser estratégica para tornar-se predominantemente reativa, respondendo caso a caso às urgências impostas pelo território.

Essa dinâmica é corroborada por outro gestor, que reconhece o papel histórico da universidade, mas expõe a fragmentação das ações:

> *"A UFGD tem destaque nacional na formação de estudantes indígenas na graduação e pós, mas ainda fundamentalmente centrada na língua portuguesa. No acolhimento aos migrantes, o desafio linguístico começou a ser enfrentado com a criação do programa de Mediadores Interculturais dentro da PROAF. Mas ainda restrito aos espaços administrativos e não pensado nos processos acadêmicos."*
>
> (Gestor universitário)

O depoimento revela que a universidade desenvolver respostas importante para garantir a permanência dos estudantes migrantes e refugiados, como o Programa de Mediadores Interculturais, proposta lançada em junho de 2026, e em fase de implantação na instituição. Todavia, essas iniciativas permanecem concentradas nos espaços administrativos, sem alcançar de forma consistente os processos de ensino, aprendizagem e avaliação. Observa-se assim uma dissociação entre o espaço administrativo (o balcão) e o espaço acadêmico (a sala de aula). O multilinguismo é reconhecido quando constitui um problema administrativo (matrícula, documentação, assistência estudantil), mas permanece amplamente invisibilizado quando desafia o currículo, as práticas docentes e os regimes de avaliação. Em outras palavras, a universidade acolhe os estudantes, mas ainda encontra dificuldades para acolher seus repertórios linguísticos.

Quando passamos para análise da percepção dos estudantes, a fricção entre a ausência de normas e a pressão da realidade assume contornos dramáticos e profundamente humanos. Nesse nível, emerge a sensibilidade ética de docentes que buscam preencher as lacunas deixadas pela institucionalidade por meio do voluntarismo individual, como ilustra o relato emocionante de uma professora universitária:

> *“Lembrei de um fato que aconteceu logo após a pandemia, no retorno das aulas presenciais, mas quando ainda estávamos usando máscaras. Eu tinha uma aluna surda, que lia os lábios e ela sentava à frente para poder fazer a leitura labial. Neste período eu estava na coordenação da graduação e, para que a aluna não desistisse, entrei em contato com os colegas e encontrei uma pessoa que fabricava máscaras com visor de plástico, todos os professores compraram e a aluna pode se formar no semestre seguinte, porque estava prestes a desistir. Formou-se e ficou super grata pela oportunidade que teve.”*
>
> (Relato de uma professora universitária)

O episódio revela a potência da agência docente na construção de respostas inclusivas diante de situações concretas. Entretanto, também revela um ponto central desta pesquisa. A permanência da estudante não decorreu da existência de um protocolo institucional consolidado, mas da iniciativa pessoal de uma professora capaz de mobilizar colegas e encontrar soluções alternativas. Essa agência micro atua como um anteparo que salva percursos acadêmicos.

É precisamente nesse ponto que emerge aquilo que denominamos hospitalidade desamparada. Trata-se de uma forma de acolhimento institucional sustentada por sujeitos comprometidos com a inclusão, mas desprovida do respaldo normativo, financeiro e administrativo necessário para garantir sua continuidade e universalização. A universidade acolhe, mas acolhe de maneira desigual, porque o faz sem uma política linguística capaz de distribuir responsabilidades e assegurar direitos de forma sistemática.

> *"Respeito à Libras e outras Línguas em igualdade e equidade. Tratamento de contrato de intérpretes de Libras sem burocracia e precisam ter rubricas de contratação de Intérprete de Libras. Menos burocracia, pois edital levou 3 a 4 meses e já quase final de semestre. Todo o sistema de burocracia da UFGD é sempre ruim. Acessibilidade não é favor. É dever e direito!"*
>
> (Estudante surda da pós-graduação)

A denúncia da estudante de que o edital para contratação de intérpretes consumiu quase todo o semestre letivo escancara a violência da burocracia monolíngue. A temporalidade da burocracia desconsidera a urgência do aprendizado, empurrando o sujeito para o isolamento pedagógico. Cada semana sem intérprete representa uma semana de conteúdo inacessível, cuja perda dificilmente pode ser recuperada. A violência institucional, portanto, não reside apenas na ausência do serviço, mas na incompatibilidade entre o tempo burocrático e o tempo pedagógico. A burocracia, nesse contexto, converte-se também em uma tecnologia de produção da desigualdade linguística.

Essa oscilação violenta entre o acolhimento sensível e a exclusão sistêmica também marca a vivência dos estudantes migrantes e refugiados. O contraste entre duas experiências vividas por um mesmo estudante de graduação ilustra perfeitamente como o direito linguístico, na ausência de uma PL, fica condicionado à arbitrariedade e à sensibilidade de cada docente. A experiência exitosa demonstra o potencial emancipatório das práticas de translinguagem no espaço avaliativo:

> *"Durante mi experiencia en la universidad, la cual ya está llegando a su final, solo un profesor en todo este tiempo, tuvo la sensibilidad de expresar y plasmar formalmente en una prueba la posibilidad de usar recursos de mi lengia materna. Él escribió en el comando de la prueba: "Se aceptam marcas de Translinguagem". Eso me calmó a la hora de responder mi examen, pues aunque en aquel momento conseguia escribir en lengua portuguesa, mi lengua materna emergia por momentos en mi escritura, además, esa posibilidad, me ayudó con algun vocabulario que aun no conocía en português".*
>
> (Estudante migrante de pós-graduação)

Ao legitimar as "marcas de translinguagem", o docente rompe com a ideologia monolíngue que tradicionalmente associa competência acadêmica ao domínio exclusivo da língua portuguesa padrão. Mais do que permitir o uso de diferentes recursos linguísticos, sua prática reconhece o repertório plurilíngue do estudante como um recurso legítimo para a construção do conhecimento. Trata-se da abertura de um espaço ideológico de implementação (Johnson, 2013), no qual a translinguagem deixa de ser percebida como déficit e passa a constituir um recurso pedagógico capaz de reduzir desigualdades produzidas pelo próprio regime linguístico institucional. e. Em oposição a esse momento de hospitalidade, o mesmo estudante relata episódios de silenciamento e xenofobia linguística praticados por outro docente:

> *"Por otra parte, tuve una experiencia negativa con un profesor en clases. El mismo no me permitió responder una pregunta que hizo de forma general y en voz alta para la clase, por razón de mi acento. El profesor, al percebir que yo sabía la respuesta, me dijo rapidamente: "Você não, por conta do seu sotaque, por conta do seu portunhol". Eso me dejó con rabia e indignación. Salí del aula y estuve 40 minutos por fuera, en los corredores de facultad porque después de la rabia y la indignación, me sentí triste. Regresé solo al final de la clase, sin hablar más. Outro dia, a esse mesmo professor, ao perguntarle sobre si podía participar de un evento literario de la universidad en español, me dijo que no porque tenía que ser en portugués, incluso cuando o "edital de chamada" no debaja claro esa regra. Al comentarle que se me dificultaba participar por limitaciones creativas a causa de diferencias de idiomas, él me disse: "usa google tradutor".*
>
> (Estudante migrante de pós-graduação)

O interdito verbal ("*Você não, por conta do seu sotaque*") e o desdém tecnológico ("*usa google tradutor*") corporificam a face cruel da matriz monolíngue denunciada por Oliveira (2007). O portunhol e o sotaque hispânico são lidos pelo docente não como recursos legítimos de comunicação em uma região de fronteira, mas como desvios, como um "problema" a ser extirpado ou silenciado. O estudante, destituído de sua voz, é empurrado para o corredor da faculdade - uma metáfora espacial do próprio não-lugar burocrático e linguístico que os sujeitos da superdiversidade ocupam na instituição.

Essas tramas discursivas materializam o conceito de hospitalidade desamparada: a inclusão e a permanência ocorrem *de facto*, mas operam em um estado crônico de desamparo regulatório. Ao depender da boa vontade individual e da agência voluntária de seus trabalhadores públicos, a instituição transfere a responsabilidade do Estado para o indivíduo, gerando uma governança linguística frágil, tateante, desigual e destituída de garantias orçamentárias ou institucionais estáveis.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: PISTAS PARA UMA POLÍTICA LINGUÍSTICA DE ESTADO NA FRONTEIRA

O diagnóstico institucional inicial apresentado ao longo deste artigo permitiu compreender como a gestão do multilinguismo é produzida em uma universidade pública situada em um território de fronteira marcado pela superdiversidade linguística, cultural e social. Ao analisar as diferentes práticas institucionais da UFGD à luz da Etnografia das Políticas Linguísticas, verificou-se que a tensão entre a política de jure e a política de facto produz efeitos concretos sobre o acesso, a permanência e a participação de estudantes cujos repertórios linguísticos escapam ao ideal monolíngue historicamente consolidado nas instituições de ensino superior brasileiras.

A investigação evidenciou que o silêncio normativo verificado nas instâncias superiores da universidade, associado às barreiras excludentes identificadas nos regimes de proficiência da Pós-Graduação *Stricto Sensu*, não decorre de uma mera omissão técnica, mas sim da persistência de uma matriz burocrática historicamente monolíngue. Essa cegueira institucional para com os repertórios linguísticos minorizados, como as línguas indígenas Kaiowá e Guarani, o espanhol transfronteiriço, o jopará e as línguas de acolhimento trazidas pelas migrações de crise (crioulo haitiano e espanhol venezuelano) empurra a universidade para um descompasso crônico em relação às urgências humanitárias e geopolíticas do seu próprio território.

Por outro lado, o dado discursivo gerado com a gestão superior e a observação das dinâmicas cotidianas revelaram que a superdiversidade real que habita o campus impede a paralisia. O multilinguismo pulsa e sobrevive graças à agência, à sensibilidade e ao voluntarismo dos trabalhadores universitários na camada *micro*. É essa mobilização descentralizada e resiliente que corporifica o cenário por nós caracterizado como hospitalidade desamparada. Se, por um lado, essa rede de amparo ético atua como um anteparo que salva vidas acadêmicas no balcão e na sala de aula, por outro, ela escancara a precarização de um direito fundamental, que fica condicionado à benevolência individual e à tática procedimental, na ausência de uma estratégia de Estado.

Cumpre sublinhar que as reflexões aqui tecidas não pretendem esgotar o objeto de estudo, configurando-se como um recorte inicial de uma pesquisa de doutoramento em andamento no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFGD. Futuros trabalhos referente a essa pesquisa serão publicados aprofundando as questões metodológicas referente à etnografia das políticas linguísticas, na análise dos dados das diversas camadas institucionais e das propostas de formulações de políticas linguísticas em universidades situadas em regiões de fronteira.

Os dados empíricos autorizam, portanto, a cunhagem da categoria analítica de hospitalidade desamparada. Este conceito caracteriza um regime de acolhimento universitário paradoxal: a instituição abre suas portas juridicamente para as populações minorizadas, migrantes e transfronteiriças, mas desampara-as linguisticamente ao não fornecer as condições normativas e procedimentais para a sua permanência. A garantia dos direitos linguísticos e a sobrevivência acadêmica desses sujeitos na superdiversidade passam a depender, quase exclusivamente, do compromisso ético individual e fragmentado dos agentes da linha de frente. A hospitalidade desamparada expõe a fragilidade de uma internacionalização que se pretende inclusiva, mas que descarrega o peso da colonialidade burocrática sobre os ombros dos atores mais vulneráveis do tecido universitário. O desamparar da hospitalidade precisa ser superado pela transição de ações voluntárias para uma Política Linguística institucionalizada, debatida democraticamente e aprovada via resolução nos conselhos superiores.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, por meio da concessão de bolsa de doutoramento à primeira autora. A segunda autora agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão de Bolsa de Produtividade em Pesquisa. Estendemos nossos sinceros agradecimentos à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) pelo apoio institucional e pela abertura dos espaços de pesquisa. Por fim, manifestamos nossa profunda gratidão aos gestores, docentes, técnicos-administrativos, trabalhadores terceirizados e estudantes que aceitaram participar deste estudo; a generosidade de seus relatos e o compromisso ético de cada trabalhador no cotidiano do campus são o que de fato sustenta a construção de uma universidade plural na fronteira.

REFERÊNCIAS

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BLOMMAERT, Jan; RAMPTON, Ben. Language and superdiversity. **Diversities**, v. 13, n. 2, p. 1-21, 2011. Disponível em: https://newdiversities.mmg.mpg.de/fileadmin/user_upload/2011_13-02_art1.pdf. Acesso em: 22 jun. 2026.

CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas.** Tradução de Isabel de Oliveira e Silva, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

DEL VALLE, José. Glotopolítica: una aproximación. **Revista de Filología Española**, v. 95, n. 1, p. 15-43, 2015.

HORNBERGER, Nancy H.; JOHNSON, David Cassels. Slicing the onion: Ethnographic methods and policy/practices interfaces in language planning and policy. **TESOL Quarterly**, v. 41, n. 3, p. 509-532, 2007. Disponível em: [suspicious link removed]. Acesso em: 22 jun. 2026.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

LAGARES, Xoán Carlos. Ser e não ser na fronteira. **Revista UFG**, v. 10, p. 144-150, 2011.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento fronteiriço**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de; MORELLO, Rosângela. A fronteira como recurso: O bilinguismo português-espanhol e o Projeto Escolas Interculturais Bilíngues de Fronteira do MERCOSUL (2005–2016). **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 81, n. 1, p. 53-74, 2019. Disponível em: https://rieoei.org/RIE/article/view/3567. Acesso em: 22 jun. 2026.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Plurilinguismo no Brasil: Repressão e resistência linguística. **Synergies Brésil,** n. 7, p. 19-26, 2009. Disponível em: https://gerflint.fr/Base/Bresil7/gilvan.pdf. Acesso em: 22 jun. 2026.

RUIZ, Richard. Orientações no planejamento linguístico. **NABE:** The Journal of the National Association for Bilingual Education, v. 8, n. 2, p. 15-34, 1984. Disponível em: https://doi.org/10.1080/08855072.1984.10668464. Acesso em: 22 jun. 2026.

SHOHAMY, Elana. Expanding language policy. *In*: SHOHAMY, Elana. **Language policy:** Hidden agendas and new approaches. London: Routledge, 2006. p. 45-58.

SPOLSKY, Bernard**. Language policy.** Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020–2025**. Dourados: UFGD, 2020.

VERTOVEC, Steven. Super-diversity and its implications. Ethnic and Racial Studies, v. 30, n. 6, p. 1024-1054, 2007.

ZAVALA, Virginia. Justicia sociolingüística: propuestas para el análisis y la acción. **Íkala, Revista de Lenguaje y Cultura**, v. 24, n. 2, p. 343-359, 2019. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0123-34322019000200343&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 jun. 2026.

CAPÍTULO X

PEDRO JUAN CABALLERO COMO POLO DE FORMAÇÃO MÉDICA PARA BRASILEIROS: EDUCAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA NA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI

PEDRO JUAN CABALLERO AS A MEDICAL EDUCATION HUB FOR BRAZILIANS: CROSS-BORDER EDUCATION ON THE BRAZIL-PARAGUAY BORDER

DOI: 10.51859/amplla.mig854.1126-10

Giovanna Savazo

RESUMO

O artigo analisa Pedro Juan Caballero, no Paraguai, como polo de formação médica para estudantes brasileiros, considerando a dinâmica educacional transfronteiriça estabelecida com Ponta Porã, no Brasil. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica e análise documental de fontes institucionais e dados oficiais. Os resultados mostram que a consolidação desse polo decorre da proximidade territorial, da predominância da oferta privada e da demanda brasileira. Conclui-se que as desigualdades de acesso à Medicina no Brasil favorecem esse circuito educacional, embora a acreditação dos cursos e a revalidação dos diplomas imponham limites à inserção profissional dos formados no exterior.
Palavras-chave: Educação transfronteiriça, fronteira Brasil-Paraguai, Medicina, mobilidade educacional, Pedro Juan Caballero.

ABSTRACT

This article analyzes the municipality of Pedro Juan Caballero, in Paraguay, as a medical education hub for Brazilian students, based on the cross-border educational dynamic established with the twin city of Ponta Porã, in Brazil. Based on bibliographic review and documentary research on higher education institutions offering Medicine in the Paraguayan city, it discusses how territorial proximity, daily mobility, and inequalities in access to medical education in Brazil contribute to the consolidation of this border educational circuit.
Keywords: Cross-border education, Brazil-Paraguay border, Medicine, educational mobility, Pedro Juan Caballero.

1. INTRODUÇÃO

A mobilidade educacional tem se tornado uma dimensão importante das dinâmicas contemporâneas de circulação de pessoas, especialmente em contextos nos quais estudantes buscam oportunidades de formação fora de seus locais de origem. No ensino superior, esses deslocamentos envolvem não apenas a procura por cursos e instituições, mas também expectativas profissionais, estratégias familiares e desigualdades de acesso à educação. Na América Latina, tais movimentos assumem características específicas, frequentemente marcadas pela proximidade entre países, pelos vínculos regionais e pela busca por formações

de elevado prestígio social, como a Medicina. É nesse contexto que se insere a presença de estudantes brasileiros em cursos médicos no Paraguai, fenômeno particularmente expressivo na fronteira entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.

O conceito de fronteira passou por importantes transformações ao longo do tempo, de modo a deixar de ser compreendido apenas como uma linha de delimitação territorial entre Estados para ser analisado como um espaço dinâmico, socialmente construído e marcado por interações políticas, econômicas, culturais e sociais. Newman e Paasi (1998) e Paasi e Newman (2014) destacam que as fronteiras não apenas separam territórios, mas também organizam formas de convivência e relações cotidianas que atravessam e ressignificam os limites nacionais. Essa perspectiva é fundamental para compreender Ponta Porã e Pedro Juan Caballero como cidades-gêmeas, caracterizadas pela continuidade urbana e pela intensidade dos fluxos de pessoas, serviços, mercadorias e práticas sociais (Machado, 2005). Nesse espaço integrado, a educação superior passa a compor as dinâmicas transfronteiriças da região.

Nesse movimento, o curso de Medicina ocupa lugar central nos deslocamentos educacionais em direção ao Paraguai. Segundo dados do Ministério da Educação e Ciências do Paraguai, reunidos por meio do Registro Único do Estudante de Educação Superior (RUE-ES), em janeiro de 2025 o país possuía 45.872 estudantes matriculados em cursos de Medicina, dos quais 35.273 eram brasileiros, correspondendo a 76,9% do total (Paraguai, 2025). Esse dado evidencia que a formação médica paraguaia se encontra fortemente articulada à demanda estudantil brasileira.

A partir desse cenário, o artigo tem como objetivo analisar Pedro Juan Caballero como polo de formação médica para estudantes brasileiros, considerando sua inserção na dinâmica educacional transfronteiriça estabelecida com Ponta Porã. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica e análise documental. A revisão reúne estudos sobre fronteiras, cidades-gêmeas, mobilidade transfronteiriça, mobilidade educacional e educação superior. A análise documental, por sua vez, utiliza dados de órgãos oficiais, informações institucionais e conteúdos publicados nos sites das universidades, com o objetivo de identificar a oferta de cursos de Medicina, a presença de estudantes brasileiros e os processos relacionados à formação e à revalidação dos diplomas.

Além desta introdução e das considerações finais, o artigo está organizado em quatro partes. A primeira discute a mobilidade educacional transfronteiriça a partir da relação entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, com destaque para a condição de cidades-gêmeas e para a circulação cotidiana entre os dois municípios. A segunda analisa a busca pela formação médica no Paraguai em diálogo com o prestígio social da Medicina, as dificuldades de acesso ao curso

no Brasil e a expansão da educação superior privada. A terceira examina a consolidação de Pedro Juan Caballero como polo de formação médica para brasileiros, com base no levantamento das instituições de ensino superior que ofertam o curso no município e nos dados sobre matrículas e diplomas. A quarta aborda a revalidação dos diplomas médicos no Brasil, as estratégias institucionais relacionadas ao Revalida e os limites acadêmicos e regulatórios da mobilidade educacional transfronteiriça.

2. MOBILIDADE EDUCACIONAL TRANSFRONTEIRIÇA ENTRE PONTA PORÃ E PEDRO JUAN CABALLERO

A relação entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero permite observar como a fronteira pode ser vivida de forma cotidiana, especialmente em contextos de forte integração urbana. Embora pertençam a Estados nacionais distintos, os dois municípios formam uma área urbana contínua, marcada pela proximidade territorial, pela circulação frequente de pessoas e pela presença de práticas sociais compartilhadas. Essa configuração caracteriza Ponta Porã e Pedro Juan Caballero como cidades-gêmeas, entendidas por Machado (2005) como espaços nos quais as interações próprias da zona de fronteira se manifestam de forma mais intensa, articulando fluxos que atravessam o limite internacional e conectam os dois territórios.

Essa dinâmica também se manifesta no campo educacional. A mobilidade transfronteiriça pode ser compreendida como o deslocamento cotidiano ou frequente de indivíduos que atravessam uma fronteira internacional para trabalhar, estudar, consumir, acessar serviços ou manter vínculos sociais, sem que isso implique, necessariamente, mudança definitiva de residência. Oliveira e Loio (2019) destacam que as regiões fronteiriças constituem espaços privilegiados para observar formas de circulação que desafiam a definição clássica de migração internacional, tradicionalmente associada à mudança de residência e à fixação em outro país. Na fronteira Brasil-Paraguai, esse fenômeno se expressa de forma particular na presença de estudantes brasileiros que se deslocam para Pedro Juan Caballero em busca do curso de Medicina.

Essa circulação pode ocorrer de diferentes formas. Em alguns casos, os estudantes passam a viver em Pedro Juan Caballero durante o período de formação. Em outros, mantêm residência em Ponta Porã ou em outras cidades brasileiras próximas e realizam deslocamentos frequentes até as instituições paraguaias. Essa última situação se refere à mobilidade pendular, compreendida como o deslocamento regular entre o local de moradia e o local onde se realiza determinada atividade. Oliveira e Loio (2019) destacam que a pendularidade em regiões de fronteira é relevante justamente porque mostra formas de circulação que não se enquadram

plenamente na ideia tradicional de migração, na qual o indivíduo transfere sua residência habitual para outro local de forma temporária ou permanente.

No caso dos estudantes brasileiros de Medicina, a mobilidade educacional transfronteiriça não representa, necessariamente, uma ruptura com o Brasil, pois muitos mantêm vínculos familiares, sociais e territoriais com o país de origem enquanto desenvolvem parte significativa de sua trajetória acadêmica no Paraguai. Essa dinâmica é favorecida pela forte interdependência econômica e social entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, onde o comércio, o setor imobiliário e os serviços privados são impulsionados pela presença da população estudantil brasileira. Assim, muitos estudantes residem em Ponta Porã e atravessam diariamente a linha internacional para cursar Medicina no Paraguai (Melo; Lourenço, 2025). Desse modo, a formação médica ocorre em um espaço articulado entre dois territórios, no qual a fronteira funciona menos como barreira e mais como elemento que organiza possibilidades de circulação, permanência e acesso à educação superior.

Dessa forma, mesmo estudando no exterior, eles utilizam de forma intensa os serviços públicos, a infraestrutura urbana e o comércio de Ponta Porã, configurando um movimento pendular marcado por forte integração entre as duas cidades. Essa mobilidade cotidiana produz uma vida binacional, em que estudar em outro país não implica, necessariamente, viver nele. Assim, a fronteira se apresenta como um espaço híbrido e compartilhado, no qual práticas e políticas sociais, econômicas e identitárias são construídas no trânsito contínuo entre os dois lados, reforçando sua condição de território interdependente (Melo; Lourenço, 2025).

A partir dessa leitura, a mobilidade educacional pode ser compreendida como parte das estratégias construídas pelos estudantes diante das diferenças de oportunidades entre territórios vizinhos. Edzes, van Dijk e Broersma (2022), ao discutirem deslocamentos transfronteiriços, apontam que essas práticas podem surgir justamente em contextos marcados por assimetrias regionais. No caso de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, essa perspectiva permite analisar a formação médica como uma trajetória acadêmica construída entre dois territórios, articulando vínculos com o Brasil e acesso ao ensino superior no Paraguai.

Dessa forma, a mobilidade educacional transfronteiriça deve ser entendida como parte das dinâmicas sociais da fronteira Brasil-Paraguai. A presença de estudantes brasileiros em Pedro Juan Caballero não se explica apenas pela decisão individual de estudar fora do país, mas pela articulação entre uma configuração territorial específica e as assimetrias que marcam o acesso à formação médica. A continuidade urbana entre as duas cidades, somada à circulação cotidiana entre ambos os lados da fronteira e à oferta de cursos de Medicina no lado paraguaio, com custos comparativamente mais acessíveis, favorece a construção de trajetórias acadêmicas

entre os dois países. Nesse processo, a educação superior passa a integrar os fluxos transfronteiriços e contribui para reforçar o papel de Pedro Juan Caballero como espaço estratégico de formação médica para brasileiros.

3. FORMAÇÃO MÉDICA, PRESTÍGIO SOCIAL E DESIGUALDADES DE ACESSO

A busca de brasileiros por cursos de Medicina no Paraguai deve ser compreendida em diálogo com o lugar ocupado pela formação médica no Brasil e com as estruturas sociais, educacionais e profissionais que organizam a formação de médicos na América Latina. Como observa García (2022), a Medicina não pode ser analisada apenas como campo técnico ou vocacional, pois também é atravessada por hierarquias sociais, expectativas familiares e formas de valorização simbólica. No caso brasileiro, essa carreira é historicamente associada a prestígio social, reconhecimento profissional, estabilidade econômica e possibilidade de ascensão social. Por isso, o ingresso em um curso de Medicina costuma representar não apenas uma escolha acadêmica individual, mas também um projeto familiar e social mais amplo, construído em torno da expectativa de inserção profissional qualificada e construção de um futuro considerado mais seguro.

No Brasil, entretanto, o acesso à formação médica permanece marcado por barreiras importantes. Embora o número de escolas médicas tenha crescido de forma expressiva nas últimas décadas, passando de 179 cursos ativos em 2010 para 323 em 2018 e chegando a 494 escolas médicas em 2025, essa expansão não eliminou as desigualdades regionais e econômicas que dificultam o ingresso e a permanência dos estudantes na Medicina (Silveira et al., 2019; FMUSP, 2025).

Essa desigualdade se expressa, em primeiro lugar, na distribuição territorial dos cursos e das vagas. Em 2018, a Região Sudeste concentrava 135 escolas médicas, correspondendo a 41,8% do total nacional, enquanto a Região Norte possuía apenas 22 escolas. A concentração também aparecia na distribuição das vagas, já que o Sudeste reunia 46,1% das vagas de graduação em Medicina do país, ao passo que o Norte concentrava apenas 7,5%. O estado de São Paulo, sozinho, possuía 6.945 vagas, equivalente a 21,3% do total nacional, enquanto o Amapá contava com apenas 60 vagas, ou 0,2% do total (Silveira et al., 2019). Esses dados evidenciam que a expansão do ensino médico não ocorreu de maneira homogênea no território brasileiro.

Além da concentração regional, a expansão recente da formação médica no Brasil esteve fortemente associada ao setor privado. Em 2025, aproximadamente 80% das vagas anuais de

graduação em Medicina estavam concentradas em instituições privadas, o que evidencia a centralidade desse setor na ampliação da oferta (FMUSP, 2025). No entanto, o crescimento do número de cursos e vagas não significou, necessariamente, maior democratização do acesso, uma vez que as mensalidades elevadas e os custos de permanência continuaram funcionando como barreiras para estudantes de menor renda. Dessa forma, embora a expansão privada tenha ampliado a oferta, ela não eliminou as desigualdades de acesso à formação médica no país, contribuindo para que alternativas em países vizinhos, especialmente no Paraguai, se tornassem mais viáveis para estudantes que não conseguem ingressar nas universidades públicas nem arcar com os custos das instituições privadas brasileiras (Scheffer; Dal Poz, 2015; FMUSP, 2025).

Assim, a procura por cursos de Medicina no Paraguai deve ser situada nesse conjunto de condições. A elevada concorrência nas universidades públicas brasileiras, os altos custos das instituições privadas, a concentração regional da oferta e as dificuldades de permanência tornam a formação médica no Brasil um campo de difícil acesso para muitos estudantes. Nesse cenário, a escolha pelo país vizinho não deve ser interpretada apenas como uma decisão individual de estudar no exterior, mas como parte de um contexto mais amplo, no qual o prestígio social da Medicina se combina às limitações de acesso no Brasil e às possibilidades abertas por instituições localizadas em cidades próximas à fronteira. A formação médica no Paraguai aparece, portanto, como alternativa construída a partir de desigualdades, expectativas profissionais e estratégias familiares de acesso a uma carreira socialmente valorizada.

A procura por formação médica no Paraguai também pode ser compreendida à luz das transformações contemporâneas do ensino superior, especialmente de sua crescente organização segundo lógicas de mercado. Marginson (2023) observa que a expansão do ensino superior para além das fronteiras nacionais está frequentemente associada a processos de competição entre instituições e países, que passam a disputar estudantes por meio da oferta de cursos, vagas e serviços educacionais. No caso da formação médica, a crescente procura de brasileiros por alternativas de ingresso contribui para tornar esse curso um segmento atrativo para instituições privadas, que estruturam sua oferta em torno de uma demanda regional específica.

No contexto latino-americano, Didou Aupetit (2017) destaca que a mobilidade estudantil regional apresenta características próprias, muitas vezes relacionadas à busca por cursos de difícil acesso no país de origem. Essa leitura contribui para compreender a circulação de brasileiros para o Paraguai como parte de um mercado educacional transfronteiriço, no qual

a Medicina ocupa posição central e expressa processos mais amplos de mercantilização da educação superior.

Portanto, a formação médica deve ser compreendida como elemento articulador entre prestígio social, desigualdades de acesso e mobilidade educacional. No caso da fronteira Brasil-Paraguai, esses fatores ajudam a explicar por que o curso de Medicina assume centralidade nos deslocamentos de brasileiros em direção ao país vizinho. Essa discussão prepara a análise da próxima seção, dedicada à concentração de instituições de ensino superior com oferta de Medicina em Pedro Juan Caballero e ao papel da cidade como polo de formação médica para brasileiros.

4. PEDRO JUAN CABALLERO COMO POLO DE FORMAÇÃO MÉDICA PARA BRASILEIROS

A centralidade de Pedro Juan Caballero no circuito de formação médica de brasileiros pode ser analisada a partir da articulação entre sua localização fronteiriça, a oferta de instituições de ensino superior com cursos de Medicina e a demanda de estudantes brasileiros que encontram no Paraguai uma alternativa às dificuldades de acesso existentes no Brasil. A relação cotidiana com Ponta Porã e a condição de cidades-gêmeas favorecem a circulação entre os dois lados da fronteira, enquanto a concentração de instituições privadas amplia as possibilidades de ingresso na formação médica. Esses elementos ajudam a compreender o papel assumido pela cidade nesse circuito educacional transfronteiriço.

A cidade apresenta uma concentração significativa de instituições de ensino superior com oferta do curso de Medicina. Conforme os dados reunidos no Quadro 1, embora existam instituições mais antigas, a expansão dessa oferta torna-se mais evidente a partir da década de 1990 e se intensifica nos anos 2000, período em que novas universidades privadas passam a integrar a estrutura educacional local. Mais recentemente, o início das atividades da Universidad Superior Hernando Arias de Saavedra, em 2024, indica que esse processo permanece em curso. Desse modo, o mapeamento institucional evidencia a ampliação e a concentração da oferta de formação médica no município, o que reforça o papel de Pedro Juan Caballero como polo regional nesse campo.

Quadro 1 - Universidades de Medicina em Pedro Juan Caballero

Data de criação	Sigla	Nome da Instituição	Administração	Campus ou sede?
1889	UNA	Universidade Nacional de Assunção	Pública	Campus
1996	UPAP	Universidad Politécnica y Artística	Privada	Campus
2000	UNINORTE	Universidad del Norte	Privada	Campus
2005	UP	Universidad del Pacífico	Privada	Campus
2007	UASS	Universidade Autónoma de San Sebastian	Privada	Campus
2007	UPG	Universidad Privada del Guairá	Privada	Campus
2009	UNISUD	Universidade Sudamericana	Privada	Sede
2014	UNINTER	Universidad Internacional Tres Frontera	Privada	Campus
2016	UCP	Universidad Central del Paraguay	Privada	Campus
2019	UCP	Universidad Columbia del Paraguay	Privada	Campus
2024	HAS	Universidad Superior Hernando Arias de Saavedra	Privada	Sede

Fonte: Consulta aos sites oficiais das universidades (2026).

Os dados expostos destacam que Pedro Juan Caballero reúne 11 instituições de ensino superior com oferta do curso de Medicina, número expressivo para uma cidade cuja população foi estimada em 128.987 habitantes em 2026 (World Population Review, 2026). Essa relação entre o porte demográfico do município e a concentração de cursos evidencia que a oferta de formação médica ultrapassa a demanda estritamente local, reforçando a inserção da cidade em um circuito educacional de alcance regional e transfronteiriço.

A distribuição apresentada no quadro evidencia o predomínio da iniciativa privada na oferta de Medicina em Pedro Juan Caballero, uma vez que, das 11 instituições mapeadas, 10 são privadas e apenas uma é pública. Essa configuração se articula diretamente à demanda brasileira, que também se concentra quase integralmente nesse setor: entre os 35.273 estudantes brasileiros matriculados em Medicina no Paraguai em 2025, 35.222 estavam em instituições privadas, correspondendo a 99,9% do total (Paraguai, 2025). Esses dados indicam que a consolidação desse circuito educacional transfronteiriço ocorreu, em grande medida, pela expansão privada da formação médica.

Além da predominância privada, o quadro também permite observar que a expansão da oferta de Medicina em Pedro Juan Caballero se intensificou a partir da década de 1990 e, sobretudo, nos anos 2000. Embora a Universidade Nacional de Assunção represente a presença pública mais antiga, as demais instituições mapeadas são privadas e foram incorporadas à estrutura educacional da cidade em diferentes momentos. A presença mais recente da Universidad Superior Hernando Arias de Saavedra, com início em 2024, indica que esse

processo permanece em curso e que a formação médica continua ocupando lugar estratégico na organização da oferta de ensino superior local.

Essa expansão local também deve ser compreendida em uma escala territorial mais ampla. A formação médica no Paraguai encontra-se concentrada em alguns polos territoriais, denominados conglomerados educacionais pelo Consejo Nacional de Educación Superior (Paraguai, 2025). Entre esses polos está o departamento de Amambay, onde se localiza Pedro Juan Caballero. Em janeiro de 2025, Amambay reunia 10.226 estudantes de Medicina, correspondendo a 22,3% da matrícula nacional e ocupando a segunda posição no país, atrás apenas de Alto Paraná, que concentrava 33,5% dos estudantes. Em conjunto, Alto Paraná, Amambay, Capital, Central e Canindeyú reuniam 93,7% dos estudantes de Medicina do Paraguai, demonstrando que a oferta se distribui de forma concentrada em poucos centros regionais. Nesse contexto, a presença de numerosas instituições em Pedro Juan Caballero contribui para inserir a cidade em um dos principais polos de formação médica do país (Paraguai, 2025).

O crescimento da formação médica no Paraguai também pode ser observado pelo aumento do número de diplomas emitidos. Entre 2014 e 2024, a quantidade anual de títulos passou de 615 para 6.332, o que representa um crescimento superior a 900% no período. Em 2024, 91,6% desses diplomas foram concedidos por instituições privadas, confirmando a importância desse setor não apenas na oferta de vagas, mas também na formação de novos médicos. A presença brasileira também se destaca entre os concluintes: dos 23.680 diplomas emitidos entre 2014 e 2024, 13.748 foram concedidos a brasileiros, correspondendo a 58,06% do total (Paraguai, 2025). Esses dados mostram que a participação brasileira não se limita ao ingresso nos cursos, mas também se estende de forma expressiva à conclusão da formação, o que reforça a importância das questões relacionadas ao reconhecimento desses diplomas no Brasil, tema que será discutido no próximo tópico deste artigo.

5. REVALIDAÇÃO DE DIPLOMAS E OS LIMITES DA MOBILIDADE EDUCACIONAL TRANSFRONTEIRIÇA

Como visto, a formação em Medicina no Paraguai representa, para muitos brasileiros, uma alternativa às dificuldades de acesso encontradas no Brasil. Entretanto, a conclusão do curso em uma instituição estrangeira não permite o exercício automático da profissão no território brasileiro. Para atuar legalmente no país, o diploma precisa ser revalidado por uma instituição pública de ensino superior. Nesse processo, o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituições de Educação Superior Estrangeiras, o Revalida,

avalia os conhecimentos, as habilidades e as competências considerados necessários para o exercício da Medicina no Brasil (Brasil, 2019). O exame possui duas etapas eliminatórias, compostas por avaliação escrita e prova de habilidades clínicas, e considera as exigências de formação médica e as necessidades do Sistema Único de Saúde (Brasil, 2026).

A exigência da revalidação demonstra que a mobilidade educacional entre Brasil e Paraguai não termina com a obtenção do diploma. Embora a proximidade territorial, a maior oferta de vagas e os custos comparativamente mais acessíveis facilitem o ingresso e a permanência na graduação, o retorno profissional ao Brasil depende do cumprimento de exigências acadêmicas e regulatórias. Dessa forma, a fronteira que se mostra permeável durante a formação volta a assumir um caráter seletivo no momento da inserção profissional.

A ampliação quantitativa dos cursos no Paraguai, entretanto, não foi acompanhada de maneira homogênea pelos processos de acreditação, ou seja, avaliação específica de qualidade acadêmica e institucional. Entre 2014 e 2024, foram autorizados 35 novos cursos de Medicina, dos quais 33 pertenciam a instituições privadas. Somados aos cursos que já existiam antes desse período, o país chegou a 43 cursos autorizados. A autorização permite o funcionamento legal do curso, mas não significa que ele tenha passado por uma avaliação específica de qualidade (Paraguai, 2025).

Dos 43 cursos de Medicina autorizados no Paraguai, 23 haviam sido submetidos à avaliação nacional de qualidade. Essa avaliação considera aspectos como a organização acadêmica, a infraestrutura, a qualificação do corpo docente e as condições de ensino. Entre os cursos avaliados, 20 ainda possuíam acreditação vigente, o que indicava que atendiam aos critérios estabelecidos no período analisado. No âmbito regional, o sistema ARCU-SUR, voltado à avaliação de cursos nos países do Mercosul, havia acreditado seis cursos, mas apenas três permaneciam com a acreditação válida (Paraguai, 2025). Esses dados mostram que a avaliação institucional não alcançava todos os cursos da mesma forma e que havia diferenças importantes nos níveis de acompanhamento e reconhecimento da formação médica no país. Isso reforça a necessidade de maior controle sobre a expansão dos cursos, especialmente para garantir padrões mínimos de qualidade acadêmica e institucional.

A atratividade das universidades paraguaias também pode ser analisada a partir das estratégias acadêmicas e promocionais dirigidas aos estudantes brasileiros. Como o exercício da Medicina no Brasil depende da revalidação, a proximidade entre a formação oferecida e os conteúdos exigidos pelo Revalida pode ser apresentada pelas instituições como um diferencial competitivo. Em material publicado em seu próprio site, por exemplo, a Universidad Sudamericana afirma oferecer disciplinas e práticas semelhantes às desenvolvidas no Brasil e

utiliza os resultados de seus egressos na revalidação como elemento de divulgação institucional (Universidad Sudamericana, 2022). A Universidad Politécnica y Artística del Paraguay também publica notícias sobre egressos aprovados no exame e apresenta essas experiências como resultados relevantes da formação oferecida (Universidad Politécnica y Artística del Paraguay, 2024). Essas publicações demonstram que o Revalida não aparece apenas como uma etapa posterior à graduação, mas também passa a integrar as estratégias de atração e legitimação das instituições junto ao público brasileiro.

A aproximação curricular com o contexto brasileiro, contudo, deve ser analisada com cautela. As Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina estabelecem competências relacionadas à formação geral, à atenção integral à saúde, à atuação nos diferentes níveis de cuidado, à atenção primária e às necessidades da população brasileira (Brasil, 2025). Assim, a comparação entre os currículos das universidades paraguaias e essas diretrizes pode contribuir para avaliar em que medida as instituições incorporam conteúdos, práticas e competências próximos dos exigidos no Brasil. Ainda assim, a existência de disciplinas semelhantes, atividades preparatórias ou divulgação de aprovações não garante, por si só, equivalência integral da formação nem aprovação automática no Revalida.

O Revalida é conhecido pelo alto nível de exigência e pelos baixos índices de aprovação, pois busca verificar se os médicos formados no exterior possuem conhecimentos e habilidades compatíveis com a formação médica brasileira e com as necessidades do Sistema Único de Saúde. Na edição 2022/2, mais de 7 mil candidatos participaram da primeira etapa, mas apenas 863 avançaram para a prova prática e somente 263 foram aprovados ao final, o que correspondeu a uma taxa de aprovação de 3,75%, a menor já registrada no exame (Cardoso, 2020). Além da dificuldade das avaliações teóricas e práticas, o processo envolve pagamento de taxas, preparação específica e cumprimento dos prazos de cada edição. Em caso de reprovação, o candidato precisa realizar uma nova inscrição, o que pode adiar o início da atuação profissional no Brasil e gerar gastos adicionais com cursos preparatórios, manutenção pessoal e novas tentativas.

Dessa forma, o Revalida pode ser compreendido como uma política pública situada na interseção entre educação, saúde e migrações internacionais, pois regula tanto o retorno de brasileiros formados no exterior quanto o ingresso de médicos estrangeiros que desejam atuar no país. No caso dos estudantes que cursam Medicina no Paraguai, a proximidade entre os dois países facilita o acesso à formação, mas a conclusão da graduação não assegura, por si só, o exercício profissional no Brasil, que permanece condicionado à revalidação do diploma e ao cumprimento das exigências brasileiras.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou Pedro Juan Caballero como polo de formação médica para estudantes brasileiros, considerando sua inserção na dinâmica educacional transfronteiriça estabelecida com Ponta Porã. A análise mostrou que esse fenômeno resulta da articulação entre a proximidade territorial, a circulação cotidiana entre as cidades-gêmeas, as desigualdades de acesso à Medicina no Brasil e a expansão da oferta privada de ensino superior no Paraguai. Assim, a presença brasileira nos cursos médicos paraguaios não pode ser compreendida apenas como uma escolha individual, mas como parte de um processo social, territorial e educacional mais amplo.

A relação entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero favorece formas específicas de mobilidade educacional. Muitos estudantes mantêm vínculos familiares, sociais e econômicos com o Brasil enquanto realizam sua formação no Paraguai, seja por meio da residência temporária no país vizinho, seja por deslocamentos frequentes entre os dois municípios. Nesse contexto, a fronteira atua menos como barreira e mais como espaço de circulação, permitindo que a formação acadêmica seja construída entre dois territórios nacionais integrados pela vida cotidiana.

Também se verificou que a centralidade de Pedro Juan Caballero está relacionada à concentração de instituições de ensino superior com oferta de Medicina e ao predomínio do setor privado. A presença de 11 instituições no município, das quais 10 são privadas, demonstra que a oferta ultrapassa a demanda estritamente local e se dirige, em grande medida, ao público brasileiro. Os dados sobre matrículas e diplomas reforçam essa conclusão, pois mostram a participação expressiva de brasileiros tanto no ingresso quanto na conclusão dos cursos de Medicina no Paraguai.

No entanto, a expansão da oferta exige uma análise crítica. O crescimento do número de cursos não foi acompanhado de forma homogênea pelos processos de acreditação, o que evidencia diferenças nos níveis de avaliação e acompanhamento institucional. Além disso, algumas universidades passaram a utilizar a preparação para o Revalida, a aproximação curricular com o contexto brasileiro e os resultados de seus egressos como estratégias de atração e divulgação. Essas iniciativas demonstram a importância assumida pelo público brasileiro na organização acadêmica e promocional dessas instituições, mas não garantem equivalência integral da formação nem aprovação no exame.

A revalidação do diploma representa, portanto, um limite importante dessa mobilidade educacional. Embora a proximidade geográfica e as condições de ingresso ampliem o acesso à

graduação, o exercício profissional no Brasil permanece condicionado ao cumprimento de exigências acadêmicas e regulatórias. Dessa forma, a trajetória dos estudantes não se encerra com a conclusão do curso no Paraguai, pois o reconhecimento do diploma constitui uma etapa decisiva para aqueles que pretendem atuar no Brasil.

Conclui-se que Pedro Juan Caballero se consolidou como polo de formação médica para brasileiros pela combinação entre localização fronteiriça, oferta institucional privada e demanda estudantil oriunda do Brasil. Esse circuito educacional amplia possibilidades de acesso a uma carreira de elevado prestígio social, mas também revela os efeitos das desigualdades educacionais, da mercantilização do ensino superior e das diferenças regulatórias entre os dois países. O caso analisado demonstra, assim, que a fronteira pode ampliar oportunidades de formação, sem eliminar os limites impostos ao reconhecimento e ao exercício profissional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Fronteiras e Direitos Humanos da Universidade Federal da Grande Dourados pelo apoio institucional à realização desta pesquisa. Agradeço também ao meu orientador, Prof. Dr. Hermes Moreira Junior, pelas contribuições ao desenvolvimento do trabalho, e à CAPES pelo apoio concedido por meio de bolsa de estudos.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Foi utilizada a ferramenta ChatGPT, modelo GPT-5.5 Thinking, como apoio auxiliar na revisão textual, organização de ideias e aprimoramento da clareza da redação acadêmica. O uso da ferramenta limitou-se ao suporte de escrita e não substituiu a análise crítica, a seleção das fontes, a interpretação dos dados ou a responsabilidade autoral pelo conteúdo final.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.959, de 18 de dezembro de 2019**. Institui o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13959.htm. Acesso em: 13 jul. 2026.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação.** Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 3, de 30 de setembro de 2025. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/2025/outubro-de-2025/rces003_25.pdf Acesso em: 13 jul. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Fazer o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira. Brasília, DF: Inep, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/servicos/fazer-o-exame-nacional-de-revalidacao-de-diplomas-medicos-expedidos-por-instituicao-de-educacao-superior-estrangeira. Acesso em: 13 jul. 2026.

DIDOU AUPETIT, Sylvie. ***La internacionalización de la educación superior en América Latina: transitar de lo exógeno a lo endógeno***. México: Unión de Universidades de América Latina y el Caribe, 2017. Disponível em: https://dspaceudual.org/handle/Rep-UDUAL/42. Acesso em: 3 jul. 2026.

DOS SANTOS, Emerson da Silva; SANTOS, Gislene. **A conjuntura educacional em contextos fronteiriços: uma análise sobre Guajará-Mirim (RO)**. *Travessias*, Cascavel, v. 15, n. 3, p. 118-140, 2021. Disponível em: https://saber.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/27940. Acesso em: 3 jul. 2026.

EDZES, Arjen J. E.; VAN DIJK, Jouke; BROERSMA, Lourens. **Does cross-border commuting between EU-countries reduce inequality?** *Applied Geography*, v. 139, art. 102639, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.apgeog.2022.102639. Acesso em: 3 jul. 2026.

FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Brasil ultrapassa 50 mil vagas anuais em Medicina após abertura de 77 novos cursos, alertam pesquisadores da FMUSP**. São Paulo: FMUSP, 2025. Disponível em: https://www.fm.usp.br/fmusp/noticias/brasil-ultrapassa-50-mil-vagas-anuais-em-medicina-apos-abertura-de-77-novos-cursos-alertam-pesquisadores-da-fmusp. Acesso em: 3 jul. 2026.

GARCÍA, Juan César. ***A educação médica na América Latina*.** Salvador: EDUFBA, 2022. Disponível em: https://books.scielo.org/id/nymvq. Acesso em: 3 jul. 2026.

MACHADO, Lia Osório. **Estado, territorialidade, redes: cidades-gêmeas na zona de fronteira sul-americana**. In: SILVEIRA, María Laura (org.). *Continente em chamas: globalização e território na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MARGINSON, Simon. ***Hegemonic ideas are not always right: on the definition of "internationalisation" of higher education***. Oxford: Centre for Global Higher Education, 2023. Disponível em: https://www.researchcghe.org/wp-content/uploads/migrate/wp96.pdf. Acesso em: 3 jul. 2026.

MELO, Laura Karoline Silva; LOURENÇO, Rosenery Loureiro. Políticas públicas em Ponta Porã e o fenômeno migratório de estudantes de medicina na fronteira Brasil–Paraguai. Perspectivas em Políticas Públicas, Belo Horizonte, v. 18, n. 35, p. 31-60, jan./jul. 2025. ISSN 2236-045X.

NEWMAN, David; PAASI, Anssi. **Fences and neighbours in the postmodern world: boundary narratives in political geography**. *Progress in Human Geography*, v. 22, n. 2, p. 186-207, 1998.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado; LOIO, Joanna Amorim de Melo. **Migração internacional pendular em fronteira: em busca de qualificações espaciais.** *Revista Videre*, Dourados, v. 11, n. 21, p. 54-67, jan./jun. 2019. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/videre/article/view/9069. Acesso em: 3 jul. 2026.

PAASI, Anssi; NEWMAN, David. **Boundaries and fences in our postmodern world: revisiting Newman and Paasi**. Special Plenary at ABS World Conference, Joensuu, Finlândia, 9 jun. 2014.

PARAGUAI. Consejo Nacional de Educación Superior. Comisión Ad Hoc Especial de Carreras de Medicina. *Hoja de ruta para la regulación y mejora de la educación médica en Paraguay*. Assunção: CONES, 2025. Disponível em: https://cones.gov.py/wp-content/uploads/2025/03/Presidencia-RESUMEN-COMISION-AD-HOC_env_2025.03.12.pdf. Acesso em: 12 jul. 2026.

PONTA PORÃ NEWS. **Brasileiros continuam preferindo Pedro Juan Caballero para estudar medicina**. *Ponta Porã News*, Ponta Porã, atualizado em 17 jan. 2025. Disponível em: https://www.pontaporanews.com.br/educacao/brasileiros-continuam-preferindo-pedro-juan-caballero-para-estudar-medicina/366504/. Acesso em: 27 abr. 2026.

SCHEFFER, Mário C.; DAL POZ, Mario R. **The privatization of medical education in Brazil: trends and challenges.** *Human Resources for Health*, Londres, v. 13, n. 96, 2015. Disponível em: https://human-resources-health.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12960-015-0095-2. Acesso em: 3 jul. 2026.

SILVEIRA, Rodrigo Pinheiro et al. **Evolução, distribuição e expansão dos cursos de medicina no Brasil** (1808-2018). *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, 2019. Disponível em: https://www.tes.epsjv.fiocruz.br/index.php/tes/article/view/828. Acesso em: 3 jul. 2026.

UNIVERSIDAD POLITÉCNICA Y ARTÍSTICA DEL PARAGUAY. **Egresado de la UPAP Filial Concepción aprobó revalidación de título para ejercer la Medicina en Brasil**. Assunção: UPAP, 25 set. 2024. Disponível em: https://upap.edu.py/egresado-de-la-upap-filial-concepcion-aprobo-revalidacion-de-titulo-para-ejercer-la-medicina-en-brasil/. Acesso em: 13 jul. 2026.

UNIVERSIDAD SUDAMERICANA. **La Universidad Sudamericana ocupa el puesto #1 en Revalida de Títulos**. Pedro Juan Caballero: Universidad Sudamericana, 16 nov. 2022. Disponível em: https://www.unisud.edu.py/la-sudamericana-lidera-revalida/. Acesso em: 13 jul. 2026.

WORLD POPULATION REVIEW. ***Pedro Juan Caballero Population 2026***. 2026. Disponível em: https://worldpopulationreview.com/cities/paraguay/pedro-juan-caballero. Acesso em: 3 jul. 2026.

CAPÍTULO XI

A MOBILIDADE ACADÊMICA DE BRASILEIROS EM PAÍSES LATINO-AMERICANOS: PANORAMA DE UMA DÉCADA

ACADEMIC MOBILITY OF BRAZILIANS IN LATIN AMERICAN COUNTRIES: A DECADE-LONG OVERVIEW

DOI: 10.51859/amplla.mig854.1126-11

Milene Dias Amorim

RESUMO

O estudo em questão objetiva explicitar a mobilidade acadêmica de brasileiros em países da América Latina na década de 2010 a partir da análise documental de processos de pedido de reconhecimento de diplomas de mestrado e/ou doutorado impetrados junto ao Ministério da Educação por meio da Plataforma Carolina Bori. Os resultados apontam para uma baixa opção de mobilidade de brasileiros pela região, porém, a demanda existente expressa uma mobilidade acadêmica enviesada comercialmente, com objetivações especificas de ascensão profissional célere, e com grandes desafios a efetivação da mobilidade acadêmica de sucesso devido ao alto número de processos cancelados e ao baixo número de solicitações aprovadas.

Palavras-chave: Internacionalização da Educação Superior – Pós-graduação – Reconhecimento de diplomas estrangeiros – Educação Transfronteiriça.

ABSTRACT

This study aims to examine the academic mobility of Brazilians to Latin American countries during the 2010s, based on a documentary analysis of applications for the recognition of master's and/or doctoral degrees submitted to the Ministry of Education via the Carolina Bori Platform. The results indicate a low rate of academic mobility among Brazilians toward the region; however, the existing demand reflects mobility driven by commercial interests—specifically aiming for rapid career advancement—and reveals significant challenges to achieving successful mobility outcomes, evidenced by the high number of cancelled applications and the low number of approvals.

Keywords: Internationalization of Higher Education – Graduate Studies – Recognition of Foreign Degrees – Cross-border Education.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo está inserido no contexto transfronteiriço de oferta de pós-graduação a partir da mobilidade acadêmica e da validação de diplomas estrangeiros entre nações. O trânsito de pessoas pelo mundo para fins educacionais é histórico, porém, ganha destaque no início deste milênio, impulsionado pela ordem global da sociedade do conhecimento e da internacionalização da educação superior que o posiciona, segundo Streck e Abba (2018), paralelamente ao fomento da concepção mercadológica da educação.

A validação de diplomas, por sua vez, se configura, nesse contexto, como condição *sine qua non* para que a mobilidade acadêmica seja viável e de sucesso. Cabe mencionar que a validação de diplomas estrangeiros no Brasil é viabilizada por meio dos processos de **revalidação**, para diplomas de graduação, e **reconhecimento**, para diplomas de pós-graduação *Stricto Sensu* (mestrado e doutorado). Estes procedimentos são realizados por universidades brasileiras devidamente credenciadas para tal ação junto ao Ministério da Educação (MEC), mas o intermeio entre a universidade e o solicitante, desde 2017, é realizado por uma plataforma digital denominada Carolina Bori, em homenagem a grande cientista brasileira da área da psicologia experimental, Carolina Martuscelli Bori (1924-2004).

Nesse cenário, esta pesquisa objetiva explicitar a mobilidade acadêmica de brasileiros em países da América Latina entre os anos de 2010 e 2019 a partir da análise de processos de pedido de reconhecimento de diplomas de mestrado e/ou doutorado. Esta década se justifica devido a constatação de montante expressivo de diplomas emitidos neste período em meio aos processos de reconhecimentos contidos na Plataforma Carolina Bori, entre os anos de 2017 (início da implementação da plataforma) e 2021[1], os cinco primeiros anos de vigência da plataforma.

Para a execução de tal objetivo, utilizou-se como metodologia de trabalho a análise bibliográfica de produções que discutem a mobilidade acadêmica internacional, principalmente no que diz respeito à América Latina; e análise documental a partir das informações recebidas via Ministério da Educação de processos referentes a diplomas emitidos em países latino-americanos. Os dados contribuíram para conhecer os caminhos de estudantes brasileiros na região, o quão as nacionalidades envolvidas estão sendo atrativas aos brasileiros, os cursos mais buscados, e os resultados da avaliação das universidades brasileiras, ou seja, o (in)deferimento do reconhecimento.

2. A MOBILIDADE ACADÊMICA E SUAS NUANCES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Falar sobre mobilidade acadêmica é falar sobre importante fator para a internacionalização da educação superior. Ao configurar como o trânsito de pessoas entre países em busca de formação superior – graduação, mestrado e doutorado – é considerado um

[1] Estes dados foram obtidos por meio de Pedido particular a informações restritas via Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) via sítio https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx ao MEC no dia 13 de outubro de 2021(Brasil, 2021). A solicitação foi atendida a partir do envio de documento no formato de planilha eletrônica, via e-mail particular da pesquisadora, no dia 01de novembro de 2021, contendo informações consistentes de 9.875 processos de pedidos de reconhecimento de diplomas, no entanto, apenas 8.071 fazem parte do universo de análise deste trabalho (diplomas emitidos entre 2010 e 2019), conforme critério justificado.

dos meios mais significativos de aproximação das pesquisas científicas entre países, de intercâmbios institucionais e culturais, de trocas de experiências, e de comercialização de formações.

A mobilidade acadêmica tem suas bases no processo de internacionalização da educação superior que, por sua vez, é oriunda da globalização. Sua existência é viabilizada e impulsionada por demandas sociais e econômicas instauradas no âmbito do processo de globalização que autorizam a educação superior a transpassar as fronteiras da educação e a ser tratada dentro da Organização Mundial de Comércio.

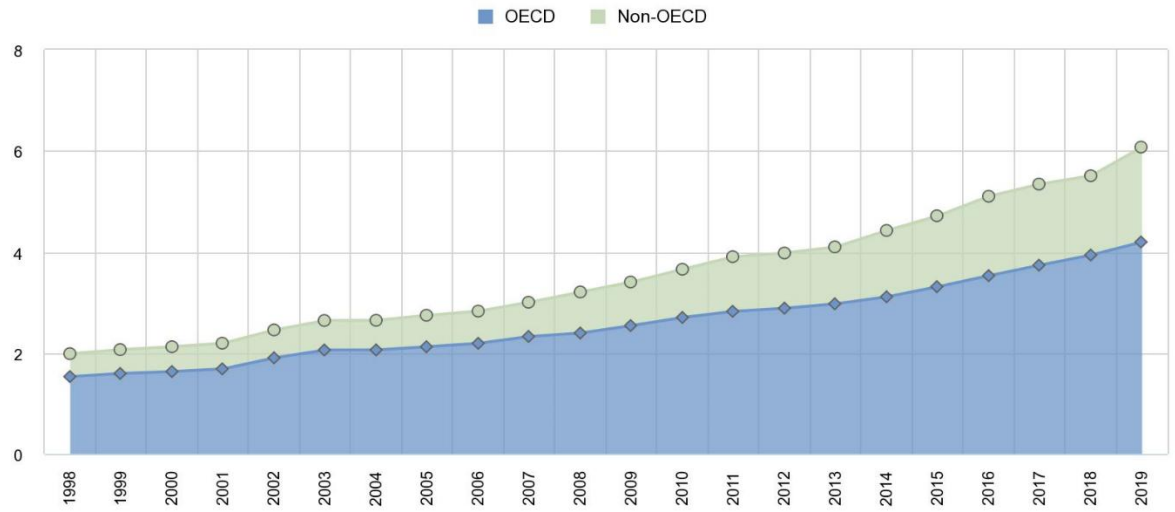
As mudanças sociais, econômicas e tecnológicas acarretadas pela adoção da lógica neoliberal provocam transformações nos cenários nacional e internacional, que, por sua vez, causam aumento progressivo da demanda por formação especializada de alto nível. Tal aumento implica, segundo Amorim (2023) em novas exigências que se voltam para a verticalização do desenvolvimento profissional. Ou seja, a competitividade e a produtividade, impulsionadas pela lógica neoliberal, têm exigido um novo nível de formação profissional que atenda às necessidades do mundo do trabalho globalizado. Este contexto influencia diretamente o trânsito de estudantes em busca de formação e qualificação em outros países, ocasionando a mobilidade acadêmica internacional.

Iorio (2018) aponta importantes dados que revelam o aumento da mobilidade acadêmica internacional ao longo dos anos. Segundo a autora, em 1975, existiam 800 mil estudantes estrangeiros universitários pelo mundo; em 1995, esse número chegou aos 1,7 milhões; em 2011, alcançou os 4,3 milhões; e, em 2015 tem-se o montante de 4,6 milhões de estudantes matriculados em cursos estrangeiros. Aliado a esses dados, tem-se a figura abaixo retirada do documento *Education at a Glance 2021* lançado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (2021).

O gráfico exposto na figura explicita não apenas o avanço da mobilidade acadêmica por graduação e pós-graduação, mas, também, a ampliação do trânsito de estudantes em países emergentes. Os dados mostram que, em 2019, em torno de 6,1 milhões de alunos de ensino superior (mais que o dobro do número em 2007) cruzaram suas fronteiras de origem para estudar. A ampliação se denota quando a quantidade de estudantes estrageiros em países da OCDE[2] sobe de 1.6% em 1999, para 4,2% em 2019; e, em países não partícipes, os números se ampliam de 0,5% do total em 1999, para 1,8% em 2019 (OCDE, 2021).

[2] São países membros da OCDE: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Coréia, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Letônia, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Peru, Polônia, Portugal e Reino Unido

Figura 1 – Crescimento de matrículas internacionais ou estrangeiras no ensino superior em todo o mundo (1998-2019)



Fonte: OCDE (2021, p. 216)

Porém, deve-se mencionar que este movimento migratório não é tão simples, para Castro e Neto (2012)

> A mobilidade como fenômeno envolve, hoje, uma série de fatores e processos que estão na base do sistema produtivo e no cotidiano das pessoas, englobando todo o sistema de transporte, a gestão desses espaços, as interações espaciais até as dinâmicas geográficas específicas. A mobilidade não envolve, apenas, o movimento de deslocamento; ela é muito mais ampla, pois é social e envolve estruturas, meios, culturas e significados (2012, p. 77).

Esta amplitude envolve gastos que, na maioria das vezes, fica as expeças do estudante, gerando dívidas que vão desde custos com mensalidades e taxas de cursos, até transporte, alimentação e hospedagem, e não se pode deixar de mencionar os custos posteriores com o pedido de validação do diploma, sendo, portanto, uma situação onerosa do início ao fim.

Ao mesmo tempo em que a mobilidade acadêmica trabalha em função de processos de intercambio e cooperação internacional da educação superior, ela também viabiliza uma educação transfronteiriça baseada no trânsito de pessoas de forma independente a partir de um viés economicista. Segundo Amorim (2023), há, aqui, um alinhado ao recrutamento de cérebros, tanto para agências nacionais de inovação, como para provedores privados de educação. Uma preocupação que se instala quanto a esse último é a desqualificação de padrões acadêmicos formativos em nome de maior atratividade como cursos de curta duração, semipresenciais ou à distância, currículos flexíveis e preços baixos, se transformando, assim, em fábricas de vistos e de diplomas com intuito de gerar receitas financeiras a partir do aumento da imigração.

Verifica-se, nesse cenário comercial que se instala, uma contradição social apontada por Charlot (2007), uma vez que se prima pela concorrência entre instituições, até mesmo públicas, reduz a educação a uma mercadoria a ser rentabilizada no mercado dos empregos e das posições sociais, trazendo formas de aprendizagens aligeiradas, mecânicas e superficiais, ao passo em que se exige homens globalizados, polivalentes, responsáveis e criativos.

Tem-se, portanto, os "sujeitos neoliberais", apontados por Dardot e Laval (2016), modificados social e psiquicamente, competitivos e moldados por mudanças progressivas das relações humanas, pelas transformações das práticas cotidianas induzidas pelo cenário econômico, pelos efeitos subjetivos das novas relações sociais no espaço mercantil e pelas novas relações políticas no espaço da soberania; e o contexto global, que coloca o conhecimento como necessário para a competitividade e o meio produtivo, impulsiona a mobilidade internacional de sujeitos em busca de currículos com formações amplas e polivalentes. Trata-se de um solo fértil para a mercantilização de formações, dando consecução ao fenômeno da educação transfronteiriça.

Jane Knight (2012, p. 1), ao discutir tal fenômeno, o enquadra em um contexto de complexidade e diversidade que se instaura a partir da dinamicidade da mobilidade acadêmica que iniciou com pessoas (estudantes, professores, acadêmicos), passou para mobilidade de programa (geminação, franquia, virtual) e de provedores (campus filial), e agora, também inclui o desenvolvimento de centros educacionais, passando, assim, pouco a pouco, de um quadro de cooperação para o desenvolvimento, para um modelo de parceria, e agora, para um modelo comercial e de competitividade. Castro e Neto (2012) somam ao considerarem que, no atual cenário, a internacionalização da educação superior emerge, mais uma vez, das instâncias econômicas e políticas e não do espaço universitário, viabilizando, assim, o conhecimento como bem de consumo.

Nesse contexto, é necessário olhar para o impacto local desta ordem global, Conceição e Real (2013) demonstram que a rentabilidade do trânsito de estudantes tem causado modificações de ordem legal e curriculares nos cenários nacionais, descaracterizando-os, de forma a diversificar a oferta, na busca excessiva por ampliar a demanda e na privatização cada vez mais acentuada para impulsionar a massificação do ensino superior e a mobilidade acadêmica internacional. Países têm investido em atratividade de estrangeiros para suas instituições, principalmente, com fins comerciais, conforme menciona Alvares (2015):

> É possível perceber a preocupação das nações em alterar suas estruturas internas, jurídicas e legislativas para impulsionar o mercado, o que acarreta sérias consequências para as instituições de educação superior. Além da perda

> da autonomia, há ainda a redução de financiamento das IES públicas, a abertura indiscriminada de IES privadas para atender a economia e o ensino direcionado para atender interesses mercadológicos (2015, p. 46).

Este é um cenário bem vivo na região da América Latina, onde a mobilidade acadêmica tem sido impulsionada, em grande parte, pela iniciativa privada. Dados apontados por Cabral e Neto (2012) e Junqueira e Baldrighi (2020) demonstram que a América Latina não é um destino de destaque para mobilidade acadêmica internacional. Devido a sua interdependência financeira histórica, a região ainda não consegue lograr êxito em padrões educacionais de alta qualidade em relação aos países desenvolvidos permanecendo a dependência econômica e, agora, educacional também. Nessa conjuntura, a internacionalização da educação superior latino-americana se dá de forma periférica, particular e sem grande visibilidade internacional.

O processo de reconhecimento de diplomas estrangeiros, como base para os dados desta pesquisa, é expressivamente impactado por esta conjuntura. Internacionalmente, este é um processo que ganha grande destaque por ser medida importante para a ocorrência da mobilidade acadêmica. Porém, no âmbito da América Latina, os desafios ao reconhecimento são imensos, Dias Sobrinho (2007) aponta como principal dificuldade, a compatibilização de sistemas educativos de países tão distintos com identidades próprias, sendo, segundo o autor, uma barreira à criação de um sistema de titulações compatíveis com critérios para a equivalência de créditos.

Na mesma direção, para Lamarra (2004), há uma falta de equilíbrio nas políticas de educação superior entre as nações da América Latina devido a existência de modelos muito diferentes, específicos e heterogêneos, divergem-se a respeito da qualidade da educação superior e da sua avaliação; não há uma coesão na organização da pós-graduação e na educação à distância; e há a existência de uma educação transfronteiriça sem regulamentações ou controles adequados.

No Brasil, essa disparidade é evidenciada na medida em que brasileiros sentem a necessidade de cursar sua pós-graduação em outros países objetivando legaliza-los nacionalmente, e as Instituições de Educação Superior (IES), habilitadas para tal procedimento, precisam lidar diretamente com o impasse de fazer valer o direito do cidadão, mas, também de prezar pelas qualificações aplicadas no país, como será abordado no próximo item.

Visualiza-se, portanto, na América Latina, obstáculos importantes à efetivação do processo global de internacionalização da educação. Em tempos de educação sem fronteiras, convém mencionar Jane Knight (2012) quando esta chama a atenção para a importância das

fronteiras quando o foco se volta para a responsabilidade regulatória, especialmente relacionada à garantia de qualidade, financiamento e acreditação de formações.

3. O QUE OS NÚMEROS DA PLATAFORMA CAROLINA BORI REVELAM SOBRE OS DESTINOS DOS BRASILEIROS

A mobilidade acadêmica na América Latina está imbuída em uma gama de desafios que passam pela falta de acordos de acreditação de formações em cursos de mestrado e doutorado entre países, pela incompatibilidade de currículos e pela existência de provedores e conglomerados educacionais com viés marcadamente mercadológico. Esses fatores impactam diretamente no trânsito de brasileiros por países da região em busca de pós-graduação e podem dificultar o processo de reconhecimento dos diplomas pelas IES brasileiras uma vez que o Brasil não possui acordo de reconhecimento automático de diplomas com outros países e tem como principal critério avaliativo, a coerência curricular aos cursos brasileiros.

Cabe mencionar que a pós-graduação brasileira possui o sistema mais consolidado de avaliação da América Latina, sendo realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) há mais de quatro décadas (Barreyro; Lagoria, 2010). Mesmo não sendo a referida Instituição a responsável pela avaliação da qualidade dos títulos estrangeiros, ficando tal tarefa imbuída diretamente às IES nacionais que têm cursos reconhecidos na área equivalente ao título a ser avaliado, os critérios de análise utilizados devem se aproximar dos moldes nacionais.

Embora blocos econômicos como a União Europeia e até o Mercosul, que possuem espaços comuns de educação entre seus signatários, possuam agendas de tratativas para a livre circulação de serviços e capitais educacionais, para a compatibilização de qualificações e de sistemas educativos e para o desenvolvimento de padrões educacionais equivalentes (Castro; Neto, 2012), o Brasil, no que tange a formações de pós-graduação, ainda fica a margem de tais acordos, o que pode ser justificada pela dificuldade de equivalência do conceito de qualidade educacional.

No entanto, tais desafios não parecem ser obstáculos para desejosos por formação internacional. Os números presentes na plataforma Carolina Bori demonstram importantes caminhos trilhados por brasileiros na América Latina. Como fora mencionado na introdução deste estudo, este levantamento trata de dados de diplomas latino-americanos emitidos entre os anos de 2010 e 2019 que foram inseridos na plataforma Carolina Bori nos seus primeiros cinco anos (2017 a 2021) de vigência.

Esse período de emissão chama a atenção pelo seu quantitativo expressivo, demonstrando grande fluxo de mobilidade acadêmica de brasileiros em tal período. De modo a deixar mais plausível, vamos aos números: nos seus primeiros cinco anos de vigência, a plataforma responsável pelo reconhecimento de títulos de mestrado e doutorado estrangeiros no Brasil, recebeu 9.875 solicitações de diplomas emitidos pelo mundo todo, foi apurado que, deste montante, 8.071 processos são de diplomas emitidos entre os anos de 2010 e 2019, somando 81,7% do total, evidenciando um período relevante de saída de brasileiros e, portanto, terreno fértil para análises sobre mobilidade acadêmica.

Destes 8.071 processos da década, 2.662 são de origem latino-americana, configurando 32,9% dos processos, não se apresentando, portanto, como destino favorável à maioria dos brasileiros que buscaram titulação fora do país na época, no entanto, dá margem para caracterizar a mobilidade daqueles que optaram por ficar na região. A tabela abaixo apresenta os países da América Latina constantes nos dados no período descrito:

Tabela 1 – Países latino-americanos por quantidade de diplomas dentro da periodicidade analisada

Países latino-americanos	Quantidade de processos
Argentina	554
Bolívia	04
Chile	82
Colômbia	23
Costa Rica	34
Cuba	30
Equador	01
México	30
Paraguai	1.746
Peru	08
Uruguai	100
Venezuela	50
TOTAL	2.662

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pelo MEC (Brasil, 2021).

A tabela revela que poucos países latino-americanos são procurados por brasileiros, apresentando considerável mobilidade acadêmica no período subjacente para Argentina, Chile, Uruguai e, principalmente, para o Paraguai. Estas nações, com exceção do Chile, possuem fronteira com o Brasil, o que facilita o acesso. Tais fronteiras não possuem características apenas geográficas, sua proximidade territorial que forma contínuos urbanos com cidades brasileiras, as tornam espaços interculturais e estabelecem, segundo Cardin e Albuquerque (2018), múltiplas relações de trânsitos e pertencimentos, se sobressaindo como territórios de oportunidades, de migração, de intercâmbio cultural e de expressões identitárias. No caso

discutido aqui, as oportunidades de formação são acentuadas, desenvolvendo caminhos expressivos de mobilidade acadêmica.

Estudo realizado por Sánchez-Barrioluengo e Flisi (2017) corroboram com esse contexto ao mencionarem que, em meio a discussões sobre mobilidade, as instituições com localização mais próximas são as mais visadas pelos estudantes, pois, quanto maior a distância entre a casa do aluno e a universidade anfitriã, maiores serão os custos financeiros e sociais para os alunos.

Em contrapartida, temos, nestas opções, barreiras linguísticas significativas (Oliveira; Freitas, 2017), que dificultam a interação social e podem impactar na qualidade formativa e sistemas de educação superior sem prestigio acadêmico internacional e com predominância de redes privadas de ensino. Lima e Contel (2011) destacam, ainda, que os limites demográficos de países desenvolvidos, tem levado sistemas universitários a migrarem para países periféricos ou semiperiféricos, como as nações da América Latina, formando um mercado educacional, mesmo em sistemas de educação superior incapazes de responder às demandas internas básicas e às exigências da globalização. Sobre a presença maciça de diplomas paraguaios, Amorim (2023) menciona que

> O Paraguai, nesse contexto, é um país que se enquadra na posição de emergente economicamente, porém, faz parte apenas do Bloco de integração do Mercosul, não tendo posição dentro dos grupos de países de destaque econômico do mundo. Mesmo assim, não é indiferente ao cenário mundial de expansão e comercialização da educação e enxerga no Brasil, bem como em suas ausências quanto à oferta de educação superior, um terreno profícuo para o alargamento de sua clientela, uma vez que tal expansão tem como base IES privadas (2023, p. 150).

Para vias de conhecimento, as universidades de nacionalidade paraguaia mais visadas em meio aos dados disponibilizados são Universidad Interamericana De Asunción (294 processos), Universidad Americana (211), Universidad de San Lorenzo (165) e Universidad Autónoma De Asunción (130), todas de cunho privado. Como delineamento geográfico, Asunción, capital do país, aparece como cidade de origem das instituições de 86,3% dos diplomas. Esse fluxo demonstra que o brasileiro, diferentemente do que acontece com a graduação, principalmente da área médica, não teve o favoritismo apontado por Conceição (2023) por cursar pós-graduação em Pedro Juan Caballero ou Ciudad del Este, cidades-gêmeas com os municípios brasileiros de Ponta Porã e Foz do Iguaçu, respectivamente.

Para além dos países de destino, os dados recebidos também possibilitaram extrair informações como, por exemplo, o tipo de pós-graduação mais visado, as áreas de predileção dos brasileiros e os caminhos processuais que cada um desses pedidos se encontrava no

momento da emissão da planilha. A começar pelos tipos de cursos, os dados demonstram que o brasileiro tem buscado, com maior incidência em países latino-americanos, cursos de mestrado, entre os processos, há 1.796 diplomas de mestrado e 866 de doutorado, revelando uma mobilidade acadêmica com a finalidade de formação rápida.

No que tange as áreas mais visadas, tem-se o quadro a seguir que aponta o quantitativo de diplomas por Grande Área.

Tabela 2 – Quantidade de processos por Grande Áreas

Grande Área	Quantidade de processos
Ciências Agrárias	03
Ciências Biológicas	13
Ciências da Saúde	189
Ciências Exatas e da Terra	22
Ciências Humanas	1.832
Ciências Sociais Aplicadas	430
Engenharias	12
Linguagens, Letras e Artes	25
Multidisciplinar	136
TOTAL	2.662

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pelo MEC (Brasil, 2021)

A Grande Área de Ciências Sociais Aplicadas se destaca nesse contexto e tem os cursos de Direito, com 213 processos, e de Administração, com 192, como os mais visados por brasileiros. Mas a busca por cursos da Grande Área de Ciências Humanas é notadamente massiva. Aprofundando nesta preferência, os dados revelam que a área da Educação se destaca nesse cenário com 1.692 processos, revelam ainda que 1.313 destes são de diplomas de mestrado. Ou seja, esta preferência pela área da Educação, coadunando com a escolha por cursos de mestrado, demonstram, além da necessidade de uma formação aligeirada, uma condição que traga ascensão profissional célere e prática, uma vez que o mestrado em Educação pode ser considerado uma formação coringa com possibilidade de entrada para a docência no ensino superior em áreas diversificadas.

Sobre este destaque dado a pós-graduação em Educação, Soares e Cunha (2010) mencionam que, a partir da década de 1990, quando a educação passa a ser tratada como produto lucrativo, incitou a criação expressiva de cursos na área do conhecimento, principalmente em instituições privadas e em cenários transfronteiriços, sem equivalências às exigências dos processos avaliativos brasileiros, o que configura como uma comercialização deliberada e sem garantias.

Há um consenso nas produções de Castro (2019) e Vilarinho e Gonzalez (2014) sobre a busca de brasileiros por cursos de mestrado em Educação em países latino-americanos. As

autoras apontam como principal motivação para tanto, a concentração de cursos desta área nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, e baixa oferta nas demais regiões, ocasionando maior concorrência e exigências por vagas. Vilarinho e Gonzalez (2014), identificam, também, forte presença de diplomas paraguaios da área da Educação em meio aos processos de reconhecimento analisados pelas autoras.

Um dado alarmante neste levantamento diz respeito ao percurso processual destas solicitações de reconhecimento. Verifica-se que grande parte destes processos ficaram pelo caminho, são 42,3% dos processos cancelados pela instituição reconhecedora em alguma das etapas de avaliação, sendo 43 cancelamentos na etapa de análise acadêmica, 24 na etapa de homologação final, 63 na etapa de pagamento, e 998 na fase de pré-análise. Esta última fase diz respeito ao início do processo, quando o mesmo chega no setor responsável dentro da IES reconhecedora e o servidor realiza a conferência dos documentos inseridos na plataforma pelo solicitante. O alto número de cancelamentos nesta etapa documental pode estar evidenciando uma problemática ligada a comprovação da formação e justificando o alto número de negativas e/ou a morosidade processual de reconhecimento apontada por Amorim (2023).

Sobre o assunto, Vilarinho e Gonzalez (2014), ao analisarem processos de reconhecimento impetrados em uma IES específica, relatam problemas documentais ligados a falta de informações nas atas das defesas, currículos incompatíveis com os membros elencados para a banca examinadora, currículo do orientador, composição de banca examinadora com número de componentes abaixo do exigido, entre outros.

Com tantos processos cancelados em meio a tramitação, convém mencionar a quantidade de processos que chegam ao final da avaliação, esta é denominada de etapa de homologação. Os achados revelam que, quando da emissão da planilha, havia 41 processos em andamento nessa fase, 190 processos finalizados, aprovados e apostilados e 188 processos indeferidos. São números que também preocupam, pois a quantidade de formações aprovadas e a de reprovados estão pareados.

Com relação a etapa de recursos que incorre pela não aceitação do parecer final da IES, dos 141 processos constantes dentro desta etapa, 103 estão finalizados e não foram aceitos, ou seja, foram indeferidos; também é necessário mencionar a ausência de recursos deferidos, o que denota que a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, órgão responsável pela análise destes recursos, está buscando conformidade com as decisões das Universidades.

A tabela de dados também específica se a formação é oriunda de cursos e/ou programas que tenham acordo de dupla titulação com algum programa do Sistema Nacional de Pós-

graduação brasileiro, essa condição traz resquícios do processo de internacionalização da educação superior brasileiro. Apenas 45 processos se identificaram como tal. Mesmo o período dos dados analisados aqui sendo correspondente ao período de vigência do programa Ciência Sem Fronteira[3] (2011-2017), tem-se uma pequena parcela destes advindos de parcerias latino-americanas. Ainda que ampliando o universo de condições de processos que podem se tratar de formações com parcerias institucionais, seja por serem oriundos de cursos que receberam bolsistas brasileiros, ou de acordos de dupla titulação, e/ou de cursos que já tiveram diplomas reconhecidos anteriormente, estes somam 119 tramitações apenas.

Os dados apresentados acima demonstram a busca por mobilidades acadêmicas de fácil acesso ao brasileiro, porém, de dificuldades ligadas estritamente a falta de comprovação formativa que dê sustentação à execução do reconhecimento dos diplomas. Cabral e Neto (2012) e Real (2009), reforçam como desafios à implementação de mecanismos de acreditação na região da América Latina, a falta de tradição de mobilidade estudantil entre seus países, a massificação da educação superior causada pela forte presença da iniciativa privada e a mobilidade espontânea de civis. Pode-se acrescentar a estes, a falta de convênios, de avaliações consistentes, e de parcerias de intercambio e/ou acordos bilaterais entre nações que forneçam oportunidades efetivas e mobilidade segura.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou discutir dois fatores primordiais para a efetivação da internacionalização da educação superior, a mobilidade acadêmica que se configura como a estratégia mais impactante a esse processo e, por esse motivo, vem ocupando agendas internacionais, e a validação de diplomas estrangeiros que é tratada como prerrogativa importante para ocorrência de mobilidade acadêmica sem restrições.

Os números demonstram uma mobilidade acadêmica expressiva de brasileiros na década de 2010 e, quando aplicados aos países da América Latina, evidenciam que o brasileiro não tem tido a preferência pela região uma vez que possui apenas 32,9% dos processos contidos na planilha. Porém, se trata de um número significativo ao revelar um público específico que busca cursos de mestrado na área de Educação no Paraguai. Essa constatação indica a busca, por parte dos brasileiros, de formação rápida, otimizada e eficiente para a entrada no magistério superior. No entanto, tal objetivação desmorona com o alto número de processos cancelados em meio a tramitação e o baixo número de deferimentos, fato que nos

[3] Programa do governo federal que vigorou entre 2011 e 2017 com o objetivo promover a expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional (Brasil, 2026).

leva a questionar a qualidade formativa em meio a este *boom* de saídas de brasileiros para estudar no exterior na década de 2010.

O cenário sinaliza para a presença de interesses comerciais e explicitam efeitos colaterais das medidas de política exterior e da política educacional brasileira, que envolve a agenda da internacionalização da educação superior e da própria política de reconhecimento de títulos estrangeiros. Concorda-se, portanto, com Streck e Abba (2018) que os países latino-americanos necessitam pensar a internacionalização e, consequentemente, a mobilidade acadêmica, através do diálogo, da volta às raízes históricas e culturais comuns e diversas da região, da edificação de vínculos horizontais e da conexão regional como uma ponte para o fortalecimento da integração entre suas nações.

AGRADECIMENTO

à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (Fundect) pelo financiamento imprescindível durante o período de desenvolvimento da pesquisa na qual este estudo é fragmento.

REFERÊNCIAS

ALVARES, A. L. T. **Educação superior além-fronteiras**: um olhar sobre as estratégias institucionais para atratividade de estudantes brasileiros. 2015. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1489. Acesso em: 15 ago. 2023.

AMORIM, M. D. **Reconhecimento de títulos estrangeiros de pós-graduação no Brasil:** política, processos e resultados da Plataforma Carolina Bori. 270f. Tese (Doutorado em Educação) FAED, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2023. Disponível em: https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOUTORADO-EDUCACAO/Teses%20Defendidas/MileneDiasAmorim%20-%20TESE.pdf

BARREYRO, G. B.; LAGORIA, S. L. Acreditação da educação superior na América Latina: os casos da Argentina e do Brasil no contexto do MERCOSUL. **Brazilian Journal of Latin American Studies (Cadernos PROLAM)**, São Paulo, v. 9, n. 16, p. 7-27, 2010. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2010.82391. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/82391. Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Informações dos processos em tramitação na Plataforma Carolina Bori**. Destinatário: Milene Dias Amorim. Solicitação em 13 out. 2021, via "Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação" e enviado no dia 01 de novembro de 2021a. Processo n. 23546.067973/2021-08.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Ciência Sem Fronteira: o que é?** Brasília: CNPq, 2026.

CARDIN, E. G.; ALBUQUERQUE, J. L. C. Fronteiras e deslocamentos. **Revista Brasileira de Sociologia**, Brasília, v. 6, n. 12, p. 114-131, 2018. DOI: https://doi.org/10.20336/rbs.236.

CASTRO, P. C. de. **Trajetórias de estudantes no jogo escolar pela busca e reconhecimento de diplomas *stricto sensu* semipresencial de países do MERCOSUL**. 2019. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2019. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/36807. Acesso em: 15 ago. 2023.

CASTRO, A. A.; NETO, A. C. O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. **Revista Lusófona de Educação**, 21, 2012.

CHARLOT, B. Educação e globalização: uma tentativa de colocar ordem no debate. **Sísifo - Revista de Ciências da Educação**, Lisboa, Portugal, n. 4, p. 129-136, out./dez. 2007. Disponível em: http://sisifo.ie.ulisboa.pt/index.php/sisifo/article/view/84. Acesso em: 15 ago. 2023.

CONCEIÇÃO, J. C.; REAL, G. C. M. A política nacional de revalidação de títulos. **Revista Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v. 16, n. 3, p. 29-37, set./dez. 2013. DOI: https://doi.org/10.4025/tpe.v16i3.17396. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/17396. Acesso em: 15 ago. 2023.

CONCEIÇÃO, J. C. da. **Resultados da política de revalidação de diplomas estrangeiros no Brasil (2011 – 2020)**. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/6057. Acesso em: 24 ago. 2025.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Trad. Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS SOBRINHO, J. Acreditación de la educación superior en América Latina y el Caribe. *In*: TRES, J.; SANYAL, B. C. (org.). **La educación superior en el Mundo 2007**. Acreditación para la garantía de la calidad: ¿Qué está en juego? Global University Network for Innovation (GUNI/UNESCO). Ediciones Mundi-Prensa: Madrid/Barcelona, 2007a. p. 282-295.

IORIO, J. C. **Trajetórias de Mobilidade Estudantil Internacional**: estudantes brasileiros no ensino superior em Portugal. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2018. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/handle/10451/37454. Acesso em: 15 ago. 2023.

JUNQUEIRA, C. G. B.; BALDRIGHI, R. de M. A internacionalização do ensino superior no Brasil: analisando comparativamente a mobilidade internacional de estudantes face à realidade latino-americana. **Rev. Carta Inter., Belo Horizonte**, v. 15, n. 3, 2020, p. 29-54.

KNIGHT, J. Internacionalização: três gerações de ensino superior transfronteiriço. **Palestra proferida no India International Center**. Nova Delhi, 2012.

LAMARRA, N. F. Hacia la convergência de los sistemas de educación superior en América Latina. **Revista Ibero-Americana de Educación**, Madrid, n. 35, p. 39-71, maio/ago. 2004. DOI: https://doi.org/10.35362/rie350875. Disponível em: https://rieoei.org/RIE/article/view/875. Acesso em: 15 ago. 2023.

LIMA, M. C.; CONTEL, F. B. **Internacionalização da Educação Superior:** nações ativas, nações passivas e a geopolítica do conhecimento. São Paulo: Alameda, 2011.

OCDE. **Education at a Glance 2021**: OECD Indicators. Paris: OECD Publishing, 2021b. DOI: https://doi.org/10.1787/b35a14e5-en. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2021_b35a14e5-en. Acesso em: 15 ago. 2023.

OLIVEIRA, A. L. de; FREITAS, M. E. de. Relações interculturais na vida universitária: experiências de mobilidade internacional de docentes e discentes. **Revista Brasileira de Educação**. v. 22 n. 70. jul.-set. 2017. DOI http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782017227039

REAL, G. C. M. Impactos da expansão da educação superior na mobilidade estudantil: o eixo Brasil-Paraguai. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 32., 2009, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu/MG: ANPED, 2009. p. 1-7. Disponível em: http://32reuniao.ANPEd.org.br/arquivos/posteres/GT11-5512--Int.pdf. Acesso em: 28 maio 2020.

SÁNCHEZ-BARRIOLUENGO, M.; FLISI, S. Student mobility in tertiary education: Institutional factors and regional attractiveness (No. JRC108895). **Joint Research Centre**, 2017.

SOARES, S. R.; CUNHA, M. I. da. Programas de pós-graduação em Educação: lugar de formação da docência universitária? **RBPG**, Brasília, v. 7, n. 14, p. 577- 604, dez. 2010. DOI: 10.21713/2358-2332. 2010. v7.18. Disponível em: https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/18/14. Acesso em: 10 abr 2023.

SOUZA, A. de. América Latina, conceito e identidade: algumas reflexões da história. **PRACS:** Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. Macapá, n. 4, p. 29-39, dez. 2011. Disponível em: https://periodicos.unifap.br/pracs/article/view/857/610. Acesso em: 05 jul.2026.

STRECK, D.; ABBA, J. Internacionalização da educação superior e herança colonial na América Latina. In: KORSUNSKY, L.; DEL VALLE, D.; Miranda, E. [et al.] (Comp.). **Internacionalización y producción de conocimiento**: el aporte de las redes académicas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: IEC - CONADU; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

VILARINHO, L. R. G.; GONZALEZ, W. R. C. Diplomas de mestrado e doutorado em Educação obtidos em universidades estrangeiras: o reconhecimento a partir da concretude dos dados. **RBPG**, Brasília, v. 11, n. 26, p. 1057-1082, dez. 2014. Disponível em: https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/490. Acesso em: 15 ago. 2023.

CAPÍTULO XII

BRASILEIROS EMIGRADOS EM FRONTEIRA CURSANDO MEDICINA EM CORUMBÁ–PUERTO QUIJARRO: GÊNERO, FAIXA ETÁRIA E TRAJETÓRIA MIGRATÓRIA

BRAZILIAN EMIGRANTS IN BORDER REGIONS STUDYING MEDICINE IN CORUMBÁ–PUERTO QUIJARRO: GENDER, AGE GROUP AND MIGRATORY TRAJECTORY

DOI: 10.51859/amplla.mig854.1126-12

Isadora Sigarini de Moraes
Alexandre dos Santos Cunha
Marco Aurélio Machado de Oliveira

RESUMO

Este artigo objetiva apresentar resultados de pesquisa sociodemográfica aplicada a brasileiros emigrados que estudam medicina em Puerto Quijarro, fronteira Brasil-Bolívia. A metodologia aplicada consistiu em reconhecimentos do espaço e território envolvidos na análise como marcados por intensas relações sociais, econômicas e culturais, onde distintas migrações internacionais são cotidianas. Foi aplicado questionário estruturado em plataforma digital, valorizando dimensões de gênero, faixa etária e trajetórias migratórias nacionais anteriores à emigração. Os resultados apontaram dimensões nacionais da migração em direção à fronteira em estudo, bem como de juventude, predominantemente feminina, que encontra naquele país oportunidades, que são restritivas quando olhadas para cenários brasileiros.
Palavras-chave: fronteira, migração internacional, formação médica, seres fronteiriços, território.

ABSTRACT

This article presents the results of sociodemographic research conducted with Brazilians who have emigrated to study medicine in Puerto Quijarro, on the Brazil-Bolivia border. The methodology involved examining the space and territory under analysis as areas defined by intense social, economic, and cultural interactions, where various forms of international migration are part of daily life. A structured questionnaire was administered via a digital platform, focusing on dimensions such as gender, age group, and domestic migration trajectories prior to emigration. The results highlight the national scope of migration toward the border region in question, as well as the predominantly female youth demographic that finds opportunities there—opportunities that are limited within the Brazilian context.
Keywords: border, international migration, medical education, border subjects, territory.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar resultados de pesquisa sociodemográfica aplicada a brasileiros emigrados que estudam medicina em Puerto Quijarro, fronteira Brasil-Bolívia. Esse estudo é fruto de pesquisa em andamento sobre a emigração de brasileiros em

fronteira, coordenada pelo Observatório da Emigração Brasileira (OEB) em parceria com o Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais (Migrafron)[4].

Dentre nossos procedimentos metodológicos, nos balizar por análises apresentadas por Oliveira *et al*. (2025). Isso em função dessa publicação ter sido voltada à apresentação de bases conceituais e metodológicas da investigação sobre brasileiros emigrados em fronteira, enquanto que o presente estudo dedica-se à análise dos resultados referentes aos estudantes brasileiros de medicina na fronteira Corumbá–Puerto Quijarro, descrevendo seu perfil de gênero, faixa etária e suas trajetórias migratórias internas ao Brasil.

Considerando as especificidades do fenômeno investigado e a inexistência de cadastros institucionais públicos que permitissem identificar essa população, optou-se pela utilização de um survey eletrônico aplicado por meio da plataforma Google Forms e divulgado no grupo oficial de WhatsApp dos estudantes da Universidad Técnica Privada Cosmos (UNITEPC), campus Puerto Quijarro. Dessa forma, o survey foi concebido voltada à compreensão dos brasileiros emigrados que constroem seus projetos de vida a partir da formação médica em região de fronteira.

A utilização de questionários online tem sido amplamente empregada em pesquisas envolvendo populações de difícil acesso, desde que sejam observados critérios de transparência na descrição do processo de coleta, dos critérios de inclusão dos participantes e dos procedimentos metodológicos adotados (Eysenbach, 2004). A escolha desse meio de coleta decorreu da própria dinâmica organizacional dos estudantes, uma vez que o aplicativo constitui o principal canal de comunicação utilizado para compartilhamento de informações acadêmicas, administrativas e cotidianas entre os discentes.

O grupo de WhatsApp é administrado por representantes estudantis e reúne estudantes regularmente matriculados no curso de medicina, professores, funcionários e egressos do curso de medicina. Estabeleceu-se como critério de inclusão estudantes brasileiros com matrícula ativa na instituição no momento da coleta de dados. Foram excluídos egressos, estudantes com matrícula trancada, indivíduos que não possuíam nacionalidade brasileira e respostas incompletas ou duplicadas.

A divulgação do questionário foi realizada diretamente no grupo, acompanhada de informações sobre os objetivos da pesquisa, critérios de participação e garantia de anonimato.

[4] A pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços da UFMS (Campus do Pantanal), sob coordenação do projeto "Observatório da Emigração Brasileira" e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (Parecer nº 6.563.393).

Durante o período de coleta, novos lembretes foram encaminhados ao grupo com o objetivo de ampliar a participação dos estudantes elegíveis.

A utilização do WhatsApp como estratégia de coleta mostrou-se adequada às características da população investigada, permitindo alcançar um grupo social que dificilmente poderia ser identificado por meio de registros administrativos convencionais. Entretanto, reconhecem-se as limitações inerentes a esse tipo de levantamento, especialmente em relação ao caráter não probabilístico da amostra, à impossibilidade de estimar com precisão a taxa de resposta e ao potencial viés de seleção, aspectos discutidos por Eysenbach (2004) e por Ameen e Praharaj (2020). Por essa razão, os resultados aqui apresentados possuem caráter descritivo e constituem uma etapa inicial de consolidação de um banco de dados voltado à compreensão desse fenômeno migratório ainda pouco explorado.

O acesso a esse grupo foi possível pelo fato de uma das autoras deste artigo ter sido estudante naquela Universidade. Isso permitiu que fosse dada efetividade na participação e segurança para elaboração das respostas, gerando confiabilidades nos resultados.

No desenvolvimento deste texto foi utilizada a ferramenta de inteligência artificial ChatGPT (OpenAI, modelo GPT-5.5) como recurso de apoio à pesquisa. Sua utilização restringiu-se ao auxílio na organização textual, revisão da redação e elaboração de representação cartográfica, construída a partir dos dados fornecidos pelos autores. Todas as informações, interpretações, análises, validação dos resultados e versão final do artigo foram realizadas e revisadas pelos autores, que assumem integral responsabilidade pelo conteúdo apresentado.

2. A FRONTEIRA EM ESTUDO

As inquietações para a construção desta investigação surgiram da vivência de uma das autoras deste artigo, que foi cidadã fronteiriça, residente do município de Corumbá, migrante pendular e estudante de medicina na UNITEPC, em Puerto Quijarro, posteriormente egressa da instituição e atualmente médica residente em Medicina de Família e Comunidade, em Campo Grande. Ou seja, não foi apenas uma aproximação externa com o objeto de pesquisa, mas a experiência desse percurso permitiu identificar a ausência de informações sistematizadas sobre os brasileiros que atravessam a fronteira para cursar medicina.

A investigação foi desenvolvida na região de fronteira entre Corumbá, no estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, e Puerto Quijarro, no departamento de Santa Cruz, Bolívia. Essas cidades integram um dos principais espaços de circulação do Arco Central da faixa de fronteira brasileira (Machado, 1998; Haesbert, 2004; Albuquerque, 2010; Grimson, 2005). A

proximidade geográfica entre os municípios, separados por poucos quilômetros e conectados por vias terrestres de livre circulação para a população local, como podemos observar no mapa abaixo (figura 1) favorece a constituição de um território fronteiriço marcado por relações econômicas, culturais, familiares, educacionais e laborais (Moraes, 2023).

Figura 1 – Corumbá e Ladário, Puerto Quijarro e Puerto Suárez



Fonte: Google Earth 2026.

Os processos atuais de globalização, o aumento dos deslocamentos de pessoas e a expansão das redes internacionais ressignificam o modo como se entendem as fronteiras, embora o limite corresponda a uma construção jurídica e administrativa dos países, ganha compreensão de região fronteiriça produzida pelos contatos cotidianos, negociações, conflitos e relações humanas que nela se estabelecem (Machado, 1998).

É nesse espaço de encontros e contrastes que se constituem os seres fronteiriços, que transformam a fronteira em lugar de vida, trabalho, afetos, estudos e construção de suas próprias trajetórias. Nesse sentido, compreender a fronteira exige afastar-se de perspectivas que a reduzem a uma zona periférica ou exclusivamente marcada pela vigilância estatal. Como destaca Santos (2002), o território deve ser compreendido a partir de seu uso, das práticas sociais que nele acontecem e dos diferentes interesses que disputam sua organização e seus significados.

Dessa maneira, as experiências dos seres fronteiriços são permanentemente atravessadas pela coexistência entre possibilidades de circulação e mecanismos de controle. É nesse cenário que se insere um fenômeno migratório específico observado na fronteira Brasil–Bolívia, a migração de brasileiros que buscam a formação médica em instituições localizadas na cidade boliviana de Puerto Quijarro. Diferentemente da compreensão tradicional associada à mobilidade acadêmica internacional, esses sujeitos não se deslocam necessariamente como participantes de programas institucionais de intercâmbio ou experiências temporárias de internacionalização. Trata-se de seres que reorganizam suas trajetórias de vida a partir da fronteira, estabelecendo novos arranjos cotidianos, econômicos, familiares e culturais para

tornar possível o acesso ao curso de medicina. Na imagem abaixo (figura 2) podemos visualizar a fachada da UNITEPC, local onde estudam os participantes da nossa pesquisa.

Figura 2 – Fachada da UNITEPC, campus Puerto Quijarro, Bolívia.



Fonte: UNITEPC (2026).

A UNITEPC é uma instituição privada de ensino superior com sede em Cochabamba que possui unidades em diferentes departamentos bolivianos. Nos últimos anos, a universidade passou a receber um número crescente de estudantes brasileiros provenientes de diferentes regiões do Brasil interessados na formação médica. Em reportagem publicada no site *Opinión,* a instituição destaca que, ao longo de 30 anos, foram construídas oito sedes, incluindo Cochabamba, La Paz, Santa Cruz, El Alto, Ivirgarzama, Guayaramerín, Cobija e Puerto Quijarro (Opinión, 2023).

A formação médica em Puerto Quijarro tem especificidades que a distinguem de outros processos de migração internacional para o ensino superior, reforçando a necessidade de compreender a fronteira como elemento central na constituição das trajetórias migratórias desses estudantes. Os estudantes não migram para o interior da Bolívia, mas escolhem especificamente a região fronteiriça, onde é possível manter vínculos familiares, econômicos e sociais com o Brasil enquanto realizam a graduação.

Essa condição caracteriza um movimento pendular internacional, no qual os deslocamentos diários ou frequentes entre os dois países fazem parte da rotina acadêmica. Essa configuração influencia diretamente as estratégias de transporte, moradia, acesso aos serviços, relações de trabalho e formas de inserção social, demonstrando que a experiência migratória vai além da simples mudança de domicílio e envolve negociações permanentes entre diferentes sistemas jurídicos, administrativos e culturais (Oliveira *et al*, 2025).

A decisão de migrar deve ser compreendida para além de uma escolha individual isolada, conforme Sayad (1998), o fenômeno migratório envolve processos sociais mais amplos, carregados de condicionantes históricos, econômicos, familiares e simbólicos, sendo necessário

compreender o migrante em sua totalidade, holístico, considerando sua história, suas expectativas e as condições que estruturam seu deslocamento.

Assim, a presença desses estudantes brasileiros em Puerto Quijarro revela uma importante dimensão da fronteira como território de possibilidades. Ao mesmo tempo em que a fronteira pode representar burocracias, dificuldades econômicas, barreiras linguísticas, processos de adaptação e experiências de preconceito, ela também possibilita a construção de estratégias que permitem o acesso à formação médica e a concretização de projetos e sonhos de vida que, muitas vezes, seriam inviáveis em seu país de origem.

Embora existam pesquisas sobre mobilidade pendular e sobre o uso compartilhado de serviços em regiões fronteiriças, esses sujeitos nem sempre são reconhecidos como emigrantes, o que contribui para sua invisibilidade nas estatísticas oficiais e nas políticas públicas (Oliveira *et al,* 2025)

Apesar do crescimento desse fenômeno na fronteira Brasil–Bolívia, ainda são escassos os estudos capazes de caracterizar quem são esses brasileiros, já que os "dados dessa presença são difusos, ausentes de registros oficiais, sendo apenas possível realizar estimativas" (Webber, 2023, p. 23) com os dados colhidos tentamos compreender nesse momento as dimensões de gênero, faixa etária e migratórias desses sujeitos. Embora o estudo integre uma investigação mais ampla.

Apesar da presença de brasileiros em instituições de ensino superior situadas na fronteira boliviana, em Puerto Quijarro, os órgãos de regulação da educação superior e da migração ainda não apresentam informações precisas sobre a quantidade desses estudantes. Dessa forma, torna-se imperativo construir conhecimentos com estrutura, densidade e metodologia capazes de possibilitar compreender a complexidade desses sujeitos e do território, reconhecendo que, por trás dos números e categorias estatísticas, existem histórias, expectativas, dificuldades e estratégias de permanência.

A investigação das migrações em regiões de fronteira exige abordagens metodológicas capazes de captar a complexidade dos deslocamentos cotidianos e das relações estabelecidas entre os territórios (Oliveira *et al,* 2025). Assim, além de apresentar resultados descritivos, este estudo também busca explicitar o percurso metodológico adotado para tornar visível um fenômeno pouco documentado pelas estatísticas oficiais e contribuir para a ampliação das discussões acerca das migrações internacionais em fronteira, dando visibilidade aos sujeitos que fazem deste território um espaço cotidiano de construção de suas existências. Isso em razão da fronteira em estudo representar um exemplo expressivo dessa complexidade, tratando-se,

portanto, de um espaço no qual as relações históricas entre os povos produziram intensos contatos cotidianos (Pêgo *et al*, 2021).

3. MIGRAÇÃO INTERNACIONAL EM BUSCA DA FORMAÇÃO MÉDICA

É necessário compreender que a migração internacional em fronteira apresenta características particulares, que nem sempre são adequadamente contempladas pelas classificações migratórias tradicionais. Conforme discutem Alonso (2009; 2016) e De Haas (2010), os movimentos migratórios exigem análises capazes de considerar suas múltiplas motivações, temporalidades e formas de inserção territorial. Em regiões fronteiriças, especialmente aquelas marcadas pela proximidade entre cidades, os deslocamentos cotidianos desafiam interpretações simplificadas sobre origem, destino e permanência.

Assim, a migração de brasileiros para a realização da formação médica em Puerto Quijarro constitui um fenômeno que precisa ser analisado considerando suas especificidades. Esses sujeitos atravessam o limite internacional motivados pelo desejo de acessar um curso de medicina, entretanto, sua experiência migratória não se encerra no ingresso em uma instituição de ensino superior, pois o processo envolve uma reorganização profunda da vida cotidiana, incluindo novas formas de deslocamento, adaptações linguísticas e culturais, reorganização financeira, mudanças nas relações familiares, estabelecimento de redes de apoio e construção de novos sentidos de pertencimento.

Ao cruzarem o limite internacional para as atividades da universidade, esses indivíduos assumem a condição de migrantes internacionais e, ao retornarem todos os dias e até várias vezes ao seu local de residência, configuram também uma mobilidade pendular fronteiriça, condição que pode torná-los ainda mais invisibilizados e vulnerabilizados, já que está envolta por diferentes processos que fragilizam sua experiência cotidiana, como abusos por parte das autoridades de fiscalização, práticas de corrupção, entraves burocráticos para a regularização documental e as dificuldades decorrentes da própria dinâmica da fronteira. Soma-se a isso o custo flutuante das mensalidades devido a instabilidade cambial, especialmente relacionada às oscilações do dólar, o que gera incerteza financeira. Dessa forma, a vida do migrante pendular internacional que busca a formação médica é marcada por diferentes dimensões de vulnerabilidade, estando sujeita a inseguranças sociais, econômicas e institucionais (Moraes, 2023).

A migração, conforme nos ensina Sayad (1998), não deve ser interpretada apenas pelo ato da partida ou da chegada, mas pelo conjunto de transformações que atravessam a existência

do sujeito migrante. Existe uma história antes da migração, um contexto social que condiciona sua decisão e uma série de experiências produzidas a partir do encontro com novos espaços, culturas e formas de viver. Dessa maneira, estudar brasileiros que buscam a formação médica na Bolívia exige compreender não somente a trajetória acadêmica desses sujeitos, mas suas histórias de vida.

Essa perspectiva permite reconhecer que os estudantes brasileiros matriculados em instituições de ensino médico na Bolívia não vivenciam uma ruptura absoluta com seus territórios de origem. Muitos permanecem com residência em território brasileiro ao mesmo tempo em que desenvolvem sua formação acadêmica e estabelecem novas relações no território boliviano. Como foi colocado por Deleuze e Guattari (1996), mesmo que filosoficamente amplo:

> Jamais nos desterritorializamos sozinhos, mas no mínimo com dois termos (...). E cada um dos dois termos se reterritorializa sobre o outro. De forma que não se deve confundir a reterritorialização com o retorno a uma territorialidade primitiva ou mais antiga: ela implica necessariamente um conjunto de artifieios pelos quais um elemento, ele mesmo desterritorializado, serve de territorialidade nova ao outro que também perdeu a sua. (Deleuze; Guattari, 1996[1980]: 40-41).

Assim, a compreensão dessa realidade é fortalecida pelo conceito de multiterritorialidade, em que Haesbaert (2014) também explica que os sujeitos contemporâneos podem estabelecer vínculos simultâneos com diferentes territórios, os indivíduos passam a construir experiências que não se restringem a uma única referência territorial, mas envolvem múltiplas formas de inserção e pertencimento.

No caso dos estudantes de medicina em Puerto Quijarro, a experiência fronteiriça manifesta-se de forma concreta no cotidiano. O estudante pode residir em Corumbá ou Ladário, atravessar a fronteira para frequentar as aulas na Bolívia, consumir produtos e serviços em ambos os países, manter redes sociais no Brasil e, simultaneamente, construir vínculos acadêmicos e redes sociais também em território boliviano.

Essa condição evidencia a existência de sujeitos fronteiriços, cujas experiências são constituídas por práticas de circulação constantes, diárias. A fronteira transforma-se em um espaço de articulação de diferentes temporalidades, culturas, sistemas institucionais e formas de organização da vida cotidiana.

A partir dessa perspectiva, a pesquisa sobre brasileiros cursando medicina em Puerto Quijarro permite analisar a fronteira como um território socialmente produzido por novos

fluxos de mobilidade estudantil e novas formas de construção dos projetos de vida, já que esses sujeitos vivem uma experiência singular.

Portanto, o fenômeno aqui estudado revela que a fronteira atua simultaneamente como espaço de limitações e de possibilidades. Ao mesmo tempo em que existem mecanismos de controle estatal, exigências documentais, dificuldades financeiras e experiências de preconceito, há também a construção de estratégias individuais e coletivas que permitem o acesso à formação médica.

Nesse sentido, a permeabilidade fronteiriça não significa ausência do Estado, mas uma dinâmica complexa de presença, controle e negociação, marcada por diferentes graus de permeabilidade e impermeabilidade conforme os interesses e dispositivos estatais envolvidos (Jardim, 2017).

Ao reconhecer esses brasileiros como seres fronteiriços, são sujeitos que produzem relações com o território, constroem pertencimentos, enfrentam vulnerabilidades, elaboram estratégias de permanência e transformam a fronteira em um espaço vivido. Nesse sentido, conhecer quem são esses migrantes, suas condições de vida, suas experiências, seus desafios e suas expectativas torna-se fundamental para compreender uma dimensão ainda pouco explorada das migrações internacionais na fronteira Brasil–Bolívia.

4. A CONSTRUÇÃO DO INSTRUMENTO DE INVESTIGAÇÃO

A construção do instrumento de investigação partiu da compreensão de que a presença de brasileiros cursando medicina em Puerto Quijarro constitui um fenômeno migratório recente, de difícil mensuração e praticamente ausente das estatísticas oficiais. Ou seja, inexistem bases de dados públicas capazes de identificar quem são esses sujeitos, de onde vieram, quais trajetórias percorreram até a região fronteiriça ou quais estratégias mobilizam para permanecer no curso.

Diante dessa lacuna, enxergamos como necessário construir um instrumento capaz de produzir informações sistematizadas que permitissem caracterizar esse grupo e subsidiar futuras investigações sobre a migração internacional relacionada ao acesso ao ensino superior em medicina.

A elaboração do questionário foi orientada pelo objetivo de compreender não apenas características sociodemográficas dos participantes, mas também aspectos relacionados às suas trajetórias migratórias, às formas de inserção territorial, às condições socioeconômicas de permanência, às experiências vivenciadas na fronteira e aos projetos futuros.

Para contemplar diferentes dimensões, o instrumento foi estruturado em eixos temáticos que permitem uma análise ampla da realidade desses sujeitos. Apresentamos aqui os resultados obtidos quanto ao primeiro eixo, que refere-se à caracterização sociodemográfica.

5. GÊNERO, FAIXA ETÁRIA E TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS DE BRASILEIROS NA FORMAÇÃO MÉDICA EM PUERTO QUIJARRO

Participaram do estudo 87 indivíduos, com idades variando entre 17 e 49 anos. A média de idade foi de 27,7 anos, com mediana de 26 anos e moda de 19 anos. Observou-se predominância de participantes jovens, sendo a idade de 19 anos a mais frequente entre os respondentes. Quanto ao sexo dos participantes, observou-se predominância do sexo feminino, correspondendo a 58 participantes (66,7%). Os participantes do sexo masculino totalizaram 28 indivíduos (32,2%), enquanto um participante (1,1%) declarou outro sexo ou optou por não informar essa característica. Novos estudos poderão esclarecer se esses resultados são compatíveis ou não com perfis observados em cursos da área da saúde, especialmente na Medicina, portanto se é crescente a participação feminina.

Tabela 1 – Município de residência dos participantes antes de fazer medicina em Puerto Quijarro (n = 87)

Município	n	%
Corumbá (MS)	51	58,6
Campo Grande (MS)	8	9,2
Dourados (MS)	3	3,4
Ladário (MS)	3	3,4
Rio de Janeiro (RJ)	2	2,3
Alegrete (RS)	1	1,1
Aracaju (SE)	1	1,1
Barra do Garças (MT)	1	1,1
Barreiras (BA)	1	1,1
Caruaru (PE)	1	1,1
Cochabamba (Bolívia)	1	1,1
Cuiabá (MT)	1	1,1
Distrito Federal (DF)	1	1,1
Itaboraí (RJ)	1	1,1
Itaperuna (RJ)	1	1,1
Ji-Paraná (RO)	1	1,1
Lucrécia (RN)	1	1,1
Natal (RN)	1	1,1
Olinda (PE)	1	1,1
Paulo Afonso (BA)	1	1,1
Puerto Suárez (Bolívia)	1	1,1
Redenção (PA)	1	1,1
San Matías (Bolívia)	1	1,1
São Paulo (SP)	2	2,3
São Pedro da Aldeia (RJ)	1	1,1

Fonte: elaboração da autora/2026.

Em relação ao município de residência anterior, observou-se predominância de participantes que estavam em Corumbá, Mato Grosso do Sul, que corresponderam a 51 indivíduos (58,6%). Campo Grande foi o segundo município mais frequente, com 8 participantes (9,2%), seguido por Dourados e Ladário, ambos com 3 participantes (3,4%). Os demais participantes encontravam-se distribuídos entre diferentes municípios brasileiros e bolivianos, evidenciando a diversidade territorial dos estudantes incluídos no estudo.

Os resultados sugerem que, embora o curso seja majoritariamente procurado por residentes da região fronteiriça, especialmente de Corumbá e Ladário, há um alcance territorial mais amplo, atraindo estudantes de todas as regiões do Brasil e também de cidades da Bolívia. Esse achado reforça o papel da fronteira como espaço de circulação de pessoas, oportunidades educacionais e construção de trajetórias migratórias vinculadas ao ensino superior, configurando um fenômeno que extrapola a dinâmica local e assume características de mobilidade em escala nacional e fronteiriça.

Pois, embora a maior parte estivesse em Corumbá e Ladário quando decidiu cursar medicina (62,07%), diversos participantes declararam origem distribuída por praticamente todas as regiões brasileiras. Isso evidencia o quanto a formação médica ofertada em Puerto Quijarro não atende apenas uma demanda local, mas integra um complexo sistema de oferta de curso de medicina em fronteira, especialmente na Bolívia e no Paraguai. Demonstra, também, p quanto esse fluxo migratório possui dimensões nacionais em direção à fronteira em estudo, como podemos observar no mapa da figura 3.

Esse resultado dialoga com a literatura sobre migrações para a busca de ensino superior, principalmente medicina, em regiões de fronteira. Isso, ao evidenciar que os fluxos de estudantes são capazes de conectar territórios geograficamente distantes por meio da busca por oportunidades de formação profissional, produzindo novas territorialidades e formas de circulação humana no espaço fronteiriço (Webber, 2023).

Figura 3 – Município de residência dos participantes antes de fazer medicina em Puerto Quijarro e seus fluxos em direção à fronteira Corumbá–Bolívia



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

6. A FRONTEIRA COMO ESPAÇO DE VIDA E A NECESSIDADE DE VISIBILIZAR NOVOS SUJEITOS MIGRANTES

A presença de brasileiros em instituições de formação médica em Puerto Quijarro, Bolívia, evidencia a emergência de um fenômeno migratório que ainda permanece pouco explorado pelos estudos sobre fronteira e migração internacional. Embora o deslocamento em busca da educação não seja um acontecimento recente na história das migrações, as especificidades do ambiente fronteiriço exigem um olhar atento às particularidades que se estabelecem na relação entre território, sujeitos e projetos de vida.

Nesse sentido, compreender esses migrantes significa ultrapassar interpretações que os reconheçam apenas pela condição de estudantes. Ao se estabelecerem, ainda que temporariamente, em outro país ou ao construírem movimentos pendulares cotidianos entre Brasil e Bolívia, esses sujeitos reorganizam suas rotinas, suas relações familiares, suas condições econômicas e seus modos de pertencimento ao território.

A fronteira Brasil–Bolívia, especialmente na relação entre Corumbá e Puerto Quijarro, apresenta características que favorecem a constituição de estratégias cotidianas de vida. Ao analisar esse cenário, torna-se evidente que o acesso à formação médica na Bolívia não representa apenas uma escolha educacional, mas uma estratégia construída diante de desigualdades históricas de acesso ao ensino superior no Brasil.

A fronteira, portanto, assume uma dupla condição, ao mesmo tempo em que impõe desafios aos sujeitos que a vivenciam, também oferece possibilidades para a construção de novos caminhos e projetos de vida. Entretanto, essas possibilidades não eliminam as dificuldades existentes, pois os sujeitos continuam submetidos às burocracias, às diferenças entre sistemas nacionais, às dificuldades financeiras e, em alguns casos, a experiências de preconceito e discriminação.

A compreensão desse fenômeno demanda a produção de informações que ultrapassem os dados estatísticos tradicionais. Conhecer quem são esses brasileiros, de quais contextos sociais emergem, quais redes de apoio utilizam, como enfrentam as dificuldades econômicas, como se relacionam com a cultura local e quais perspectivas constroem para o futuro constitui uma etapa fundamental para ampliar o conhecimento sobre as migrações internacionais em fronteira.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresenta resultados que visam permitir compreender a presença de brasileiros em Puerto Quijarro, Bolívia, em busca da formação médica, como um fenômeno migratório complexo, que não pode ser reduzido à ideia de um simples deslocamento motivado pela educação de ensino superior. Trata-se de sujeitos que constroem suas trajetórias nacionais em direção ao interior de um território fronteiriço marcado por relações históricas, assimetrias sociais, controles estatais e, simultaneamente, pela possibilidade de criação de estratégias de permanência e concretização de projetos de vida.

Ao compreender a fronteira como um espaço vivido, torna-se possível perceber que os seres fronteiriços estabelecem relações que ultrapassam o limite político entre os Estados nacionais. Nessa perspectiva, a fronteira se apresenta como um território onde coexistem conflitos, desigualdades, pertencimentos, afetos, negociações e oportunidades, exigindo análises que considerem a complexidade das experiências humanas ali desenvolvidas.

O instrumento de investigação utilizado possibilitou a identificação de aspectos que frequentemente permanecem invisibilizados nas análises tradicionais. Ao reunir informações sobre condições sociodemográficas, trajetórias migratórias, condições de permanência, experiências culturais e perspectivas futuras, o instrumento pretende oferecer subsídios para uma compreensão mais ampla dos brasileiros que buscam a formação médica na Bolívia.

Os resultados deste estudo demonstram que os estudantes brasileiros de medicina na região de fronteira entre Corumbá e Puerto Quijarro constituem um grupo predominantemente jovem e majoritariamente do sexo feminino. Além disso, observou-se a presença de

participantes oriundos de diferentes estados brasileiros e também de municípios bolivianos, demonstrando a abrangência territorial e a capacidade de atração exercida pela formação médica ofertada na região fronteiriça.

Esses achados contribuem para a compreensão do perfil sociodemográfico desse público específico, fornecendo subsídios para futuras pesquisas e para o desenvolvimento de políticas acadêmicas e institucionais voltadas às necessidades dos estudantes que vivenciam processos de mobilidade e formação em contextos transfronteiriços.

Portanto, este estudo não se encerra na apresentação dos dados de gênero, faixa etária e migração, mas inaugura um caminho de investigação voltado a compreender sujeitos que produzem novas formas de viver a fronteira. Dar visibilidade a essas experiências significa reconhecer que os movimentos migratórios em regiões fronteiriças são compostos por histórias singulares, marcadas por desafios, estratégias, renúncias e expectativas, que revelam a fronteira não apenas como uma linha de separação entre países, mas como um território de vida.

Além dos resultados apresentados, esta investigação consolida uma estratégia metodológica para identificação e caracterização de brasileiros emigrados em busca da formação médica em região de fronteira. O banco de dados construído inaugura novas possibilidades analíticas, permitindo compreender diferentes dimensões da experiência migratória desses sujeitos e contribuindo para futuras pesquisas sobre migração internacional, fronteiras e formação médica.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Para a elaboração deste trabalho foi utilizada a ferramenta de Inteligência Artificial ChatGPT, desenvolvida pela OpenAI, baseada no modelo GPT-5.5. O uso da Inteligência Artificial ocorreu como ferramenta de apoio nas etapas de organização estrutural do texto, aprimoramento da redação acadêmica, revisão da linguagem, organização dos tópicos, sistematização de ideias. A Inteligência Artificial não foi utilizada para a definição do objeto de estudo, elaboração das perguntas de pesquisa, construção do instrumento de coleta de dados, interpretação dos resultados ou tomada de decisões científicas. A seleção do tema, a condução da pesquisa, a análise crítica do conteúdo produzido, a verificação da adequação metodológica e a responsabilidade final pelo texto são de autoria da pesquisadora. Todo o conteúdo gerado com auxílio da ferramenta foi revisado, adaptado e validado criticamente pelos autores, garantindo a adequação às normas acadêmicas, aos princípios éticos da pesquisa científica e às diretrizes de submissão do III Congresso do Migrafron.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, J.L.C. **A dinâmica das fronteiras: deslocamentos, limites e territorialidades**. São Paulo: Annablume, 2010.

ALONSO, J.A. **Fronteras, migraciones y espacios fronterizos: reflexiones conceptuales sobre los movimientos migratorios en regiones de frontera**. In: _____. Estudos sobre migrações internacionais e fronteiras. 2009.

ALONSO, J.A. **Migrações internacionais em fronteiras: desafios conceituais e metodológicos.** 2016.

AMEEN, S; PRAHARAJ, S.K. **Problems in using WhatsApp groups for survey research**. Indian Journal of Psychiatry, Mumbai, v. 62, n. 3, p. 327-328, maio/jun. 2020. DOI: 10.4103/psychiatry.IndianJPsychiatry_321_20. Disponível em: https://www.indianjpsychiatry.org. Acesso em: 27 jun. 2026.

DE HAAS, H. Migration and development: a theoretical perspective. **International Migration Review**, v. 44, n. 1, p. 227–264, 2010.

EYSENBACH, G. **Improving the quality of Web surveys: the Checklist for Reporting Results of Internet E-Surveys (CHERRIES)**. Journal of Medical Internet Research, Toronto, v. 6, n. 3, e34, 2004. DOI: 10.2196/jmir.6.3.e34.

GRIMSON, A. **Fronteras, naciones e identidades: la periferia como centro**. Buenos Aires: Ciccus, 2005.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

JARDIM, D.F. Imigrantes ou refugiados? Tecnologias de controle e as fronteiras. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 23, n. 49, p. 243-271, set./dez. 2017.

MACHADO, L.O. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECKER, T. M; *et al*. (org.). **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: AGB, 1998.

MORAES, I.S. **Migrantes pendulares e o sofrimento: trajetórias e vivências de trabalhadores informais na fronteira em Corumbá, MS, Brasil.** 2023. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2023. Disponível em: ISADORA SIGARINI DE MORAES.pdf. Acesso em: 14 jun. 2026.

OLIVEIRA, M.A.M; *et al*. **Notas de pesquisa sobre brasileiros emigrados em fronteira.** In: BAENINGER, Rosana; OLTRAMARI, Andrea; MALHEIROS, Jorge; FERNANDES, Duval; BARROS, Victor (coord.). Observatório da Emigração Brasileira: textos selecionados. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – NEPO/UNICAMP, 2025. p. 252–261. ISBN 978-65-87447-37-7.

OPINIÓN. La Unitepc invierte en infraestructura de vanguardia y se acredita internacionalmente. **Opinión Bolivia**, Cochabamba, 25 jun. 2023. Disponível em: https://www.opinion.com.bo/articulo/cochabamba/unitepc-invierte-infraestructura-vanguardia-acredita-internacionalmente/20230624223024911666.html. Acesso em: 27 jun. 2026.

PÊGO, B; *et al.* **Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública**. Volume 1: Uma análise do arco central. Rio de Janeiro: Ipea, 2021.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2002.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

UNIVERSIDAD TÉCNICA PRIVADA COSMOS (UNITEPC). Nuestras sedes. Cochabamba, 2026. Disponível em: Nuestras sedes – UNITEPC. Acesso em: 27 jun. 2026.

WEBBER, M.A.**"Sí, se puede": a busca pelo diploma superior em medicina na fronteira BR-PY.** 2023. 287 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu - PR.

CAPÍTULO XIII

AS ASSIMETRIAS DIALÓGICAS NO BRANDING DIGITAL DE UMA UNIVERSIDADE TRANSFRONTEIRIÇA

DIALOGIC ASYMMETRIES IN THE DIGITAL BRANDING OF A TRANSBORDER UNIVERSITY

DOI: 10.51859/amplla.mig854.1126-13

Ana Laura Frangueli de Oliveira
Thayse Figueira Guimarães

RESUMO

Este artigo analisa a Paisagem Linguística Digital da UFGD, contrastando a superdiversidade de seu território fronteiriço com a homogeneização de seu branding na internet. Nesse sentido, investiga-se como a interface institucional dialoga ou silencia identidades subalternizadas. Metodologicamente, adotou a Etnografia da Paisagem Linguística Digital (ELLA 2.0), analisando capturas de tela como eventos semióticos situados. Por fim, conclui-se que o ecossistema digital reproduz a colonialidade poder através de terceirização para traduções algorítmicas e avatares que invisibilizam ativamente as línguas locais, impondo um monolinguismo excludente voltado ao mercado global.
Palavras-chave: assimetrias dialógicas, paisagem linguística digital, UFGD.

ABSTRACT

This article analyzes the Digital Linguistic Landscape of UFGD, contrasting the superdiversity of its border territory with the homogenization of its online branding. In this regard, it investigates how the institutional interface dialogues with or silences subalternized identities. Methodologically, it adopts the Ethnographic Linguistic Landscape Analysis (ELLA 2.0), analyzing screenshots as situated semiotic events. Finally, it concludes that the digital ecosystem reproduces the coloniality of power through the outsourcing to algorithmic translations and avatars that actively invisibilize local languages, imposing an exclusionary monolingualism geared towards the global market.
Keywords: dialogical asymmetries**,** digital linguistic landscape**,** UFGD.

1. INTRODUÇÃO

O estado de Mato Grosso do Sul, localizado na região centro-oeste do Brasil, apresenta uma configuração socioespacial intrinsecamente ligada à sua condição fronteiriça. Essa extensa faixa de divisa com a Bolívia e o Paraguai se configura como uma linha político-administrativa de intensa fluidez, alteridade e interações humanas. Historicamente, a ocupação não indígena da porção sul do estado foi impulsionada por políticas de colonização que operaram o silenciamento e a expropriação de populações originárias.

Apesar deste histórico de violência territorial, o MS abriga atualmente uma das maiores populações indígenas do Brasil, composta majoritariamente pelas etnias Guarani (Ñandeva),

Kaiowá e Terena. A esta complexa teia demográfica soma-se a figura histórica e híbrida dos "brasiguaios" (Sprandel, 1992) que transitam entre o português, o espanhol e o guarani, construindo nesse meio uma identidade fragmentada e mutável. Acrescenta-se a esta complexidade as identidades transnacionais de haitianos e venezuelanos que chegaram à região em fluxos diaspóricos de deslocamentos forçados.

Em meio a essa "superdiversidade" (Vertovec, 2007), a Universidade Federal da Grande Dourados insere-se como um espaço multicultural de disputas sociais. No tecido físico da instituição, o multilinguismo é latente e se manifesta na presença de estudantes da Faculdade Intercultural Indígena (FAIND), nas dinâmicas do curso de Letras-Libras e na circulação de imigrantes. Conforme divulgado na "UFGD em números" (UFGD, 2026), página do website que direciona para o Censo do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep [2021]), no ano de 2021 havia 684 discentes indígenas matriculados em diversos cursos que são ofertados na universidade, principalmente nos cursos da FAIND. Esse número representa quase 10% de todos os alunos matriculados no período. A expressividade desse número garante aos cursos voltados à formação de professores indígenas uma posição entre os dez com maior quantidade de concluintes de 2010 a 2021.

O mesmo levantamento apontou que 121 discentes eram pessoas com deficiência, sendo 21 com deficiência auditiva e 43 eram surdos. É importante diferenciar estas duas categorias, embora estejam relacionadas à diferenças sensoriais auditivas, elas lidam também com a identidade do sujeito e com o seu pertencimento social. Como corrobora Moraes (2025), a noção de deficiência é atrelada a limitação sensorial pela perda auditiva. Já o conceito de pessoa surda refere-se a uma noção identitária e de pertencimento à comunidade surda.

Ainda, de acordo com o Censo da Educação Superior, de 2010 a 2021 os cursos de graduação da UFGD registraram o ingresso de 649 estudantes residentes em municípios da fronteira sul-mato-grossense com o Paraguai, como Japorã, Bela Vista e Porto Murtinho. Paralelamente, a página "Dados da UFGD" aponta que de 2014 a 2025, através da política de Acolhida Humanitária, a universidade recebeu 101 estudantes estrangeiros em situação de extrema vulnerabilidade, entre os quais se encontram cidadãos venezuelanos e haitianos. Assim, a instituição se posiciona formalmente como um espaço democrático, garantidor do acesso aos cursos e espaços acadêmicos heterogêneos.

Contudo, ao transpor as suas fronteiras físicas para o ciberespaço, a instituição se projeta através de um branding digital que suscita interrogações. Nesse sentido, sendo a internet um ecossistema permeado por disputas ideológicas, como a paisagem linguística digital da UFGD dialoga com as vozes da superdiversidade que a constitui? Com esse

questionamento, objetiva-se compreender como se dão as assimetrias dialógicas no espaço digital da universidade, entendendo-a como uma instituição que atua em escala global ao mesmo tempo em que interage com uma complexa semiose de identidades locais. Neste artigo, não se pretende esgotar as hipóteses, mas tensioná-las a fim de desvelar a visibilidade dessas vozes em uma vitrine que, ao projetar as línguas em sua interface, corre o risco de atuar como um instrumento de colonialidade do poder e do saber (Quijano, 2005). Essa dinâmica complexa entre as assimetrias dialógicas gera hierarquias visuais e apagamentos, silenciando as identidades subalternizadas enquanto promove políticas de internacionalização e inserção global.

Para alcançar os propósitos delineados, este trabalho ampara-se numa abordagem qualitativa e de cunho interpretativista, configurando-se como um estudo de caso etnográfico digital. Metodologicamente, a pesquisa fundamenta-se nas premissas da Etnografia Linguística das Paisagens Digitais – ELLA 2.0 (Maly; Blommaert, 2019). Essa abordagem permite ler as interfaces e as telas como arquiteturas sociolinguísticas complexas e carregadas de intencionalidades. Para que a análise seja possível, o corpus de análise constitui-se de registros visuais extraídos da página inicial oficial da UFGD. Por meio deste enquadramento, busca-se investigar como as escolhas de escrita e a disposição das línguas nesse ambiente operam como dispositivos de poder e de (in)visibilidade.

2. PAISAGEM LINGUÍSTICA – MANIFESTAÇÕES SIMBÓLICAS DE PODER

Ao utilizar o meio natural para sobreviver, o ser humano manifesta sua língua, cultura, pensamento, modo de vida e sobrevivência nesse espaço. Esse processo de uso resulta em paisagens antrópicas fortemente atravessadas pelas relações de poder que coexistem, lutam e resistem em meio ao avanço das imposições homogeneizadoras. Apoiados em Cosgrove (1998), compreendemos a paisagem como uma construção simbólica em que a cultura dominante a utiliza como um poderoso meio para projetar sua visão de mundo, ideologia e controle, resultando na naturalização da ordem social vigente através de edifícios, praças e símbolos de poder. Nessa disputa pelo espaço, as subculturas ou culturas marginais também se expressam, mas suas paisagens frequentemente encontram-se subjugadas à cultura oficial e fora do padrão normalizado.

Diante dessas manifestações, James Duncan (1990) agregou elementos da linguística e da teoria literária aos estudos da paisagem, inaugurando a abordagem da “paisagem como texto”. Essa analogia concebe a paisagem como uma materialidade textual estruturada por

signos em que esse texto espacial é forjado para transmitir intenções políticas daqueles que o projetaram. Desse modo, a paisagem possui múltiplas leituras e estratificações que dependem do código cultural, da intencionalidade e da posição material de seus variados leitores, abrindo brechas para a contestação dos discursos hegemônicos. Compreendemos, assim, que os grupos sociais são marcados pelas paisagens em que se inserem e constroem novas paisagens nesse meio, influenciando e sendo influenciados pelas suas próprias leituras e pela dinâmica da alteridade em escala local.

Acerca dessa lógica, se o espaço geográfico pode ser lido como um texto impregnado de intencionalidades, as línguas, os signos, as palavras e as imagens efetivamente grafadas nesse cenário constituem a materialização mais direta dessa escrita, a Paisagem Linguística, portanto, debruça-se sobre a presença, ou ausência, de diferentes línguas e sistemas de escrita nos cenários públicos e institucionais. Essas escolhas semióticas demonstram as relações de força, do prestígio social de determinados grupos e das políticas linguísticas operantes em um dado território.

No contexto da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), situada em uma região transfronteiriça e caracterizada por uma profunda "superdiversidade" (Vertovec, 2007), a leitura dessa paisagem linguística ganha contornos complexos. O território físico da universidade é habitado por sujeitos que carregam consigo epistemologias e repertórios sociolinguísticos plurais, coexistindo entre as línguas indígenas, como o Guarani e o Kaiowá, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), os hibridismos da fronteira e os idiomas trazidos por fluxos diaspóricos recentes. Contudo, a materialização dessas vozes na paisagem visual da academia frequentemente esbarra na imposição de um monolinguismo institucional centrado na língua portuguesa padrão, operando como a projeção espacial de uma cultura dominante (Cosgrove, 1998). Desse modo, as identidades subalternizadas são invisibilizadas, refletindo a reprodução de práticas ligadas à "colonialidade do poder e do saber" (Quijano, 2005; Haesbaert, 2021) na ordenação e representação do território acadêmico.

3. BRANDING DIGITAL – A VITRINE INSTITUCIONAL ENTRE A GLOBALIZAÇÃO E A COLONIALIDADE

As estratégias de posicionamento digital na era da globalização incluem a construção, gestão e o posicionamento de uma marca no ciberespaço, operando na intersecção entre as interações tecnológicas, as relações mercadológicas e o poder simbólico embutidos na organização visual do branding (Ribeiro, 2013). Esse posicionamento é o reflexo das ideologias que regem as marcas, ou seja, é a extensão da identidade material para o ambiente web. Embora

a base do branding seja criar uma imagem que reforce a reputação e transmita valor, nas instituições públicas ele assume a função de um forte instrumento transmissor de ideologias.

Conforme Paredes Calderón (2015), o branding estratégico passa a atuar politicamente para legitimar a presença da instituição no poder e comunicar o seu projeto aos cidadãos. No campo das paisagens linguísticas digitais, Xue e Zou (2023) complementam o conceito focando no expressivo poder simbólico do ciberespaço e argumentam que os websites das instituições acadêmicas atuam como ferramentas de relações públicas para a construção da marca (branding) institucional. É nesse ambiente comunicacional que os recursos semióticos e escolhas linguísticas projetam o branding acadêmico em escala mundial, objetivando atrair novos perfis de usuários, alunos e profissionais.

No contexto contemporâneo, as instituições são afetadas pelas tecnologias e pela imposição de tendências globais, isso resulta em afastamento de suas raízes territoriais para a adoção de paradigmas e modelos ditados pelas nações hegemônicas. Discutindo essa lógica no âmbito educacional brasileiro, Guimarães (2020) aponta que as políticas de internacionalização frequentemente refletem discursos globais que geram embates entre valores globais e locais, culminando na priorização de idiomas hegemônicos que já recebem fortes investimentos de países do Norte Global.

É nessa ânsia por projeção internacional que Xue e Zou (2023, p. 02) argumentam que os websites universitários funcionam como ferramentas de relações públicas e construção de marca (branding) que exercem expressivo poder simbólico. Nessa conjuntura, muitas universidades adotam línguas hegemônicas em suas vitrines porque o uso desses idiomas ativa instantaneamente valores mercadológicos de modernidade, sucesso e sofisticação, invisibilizando a realidade local em prol de uma imagem que visa atrair e agradar o mercado exterior.

Essa realidade marca, de modo contraditório, o branding digital da UFGD em um posicionamento global distante de sua realidade local. Fisicamente, a instituição está assentada em um território fronteiriço caracterizado pela superdiversidade, abriga iniciativas históricas de resistência e acolhimento. Além disso, se posiciona formalmente como um espaço democrático, tendo em seu portfólio de faculdades a FAIND (Faculdade Intercultural Indígena), o curso de Letras-Libras e os projetos de extensão universitária voltados à integração de imigrantes e refugiados, sobretudo haitianos e venezuelanos, por meio do ensino do Português com Língua de Acolhimento (PLAc) (Viegas; Domingues, 2024, p. 11-12).

No entanto, ao transpor suas fronteiras físicas para o ciberespaço, a instituição projeta um branding digital que vira as costas para o seu próprio território. Desse modo, ao invés de

refletir o “multilinguismo de acolhimento” (Buin; Oliveira, 2025) local, a vitrine virtual da universidade impõe o “monolinguismo de Estado” (Lagares, 2018) centrado no português padrão ou, quando se propõe a ser multilíngue, oferece traduções voltadas exclusivamente para idiomas hegemônicos. Nesse cenário, a marca virtual homogeneíza a diversidade acadêmica para caber no molde do mercado global, evidenciando a contradição entre ser um campus transfronteiriço e multilíngue, mas em seu projeto de poder e visibilidade digital, silencia sistematicamente as línguas subalternizadas, negando-lhes o direito de existir no espaço público virtual.

4. CAMINHOS METODOLÓGICOS: A ETNOGRAFIA DA PAISAGEM LINGUÍSTICA DIGITAL (ELLA 2.0)

A fim de apreender a complexidade das interações sociolinguísticas e as assimetrias discursivas no ambiente digital, esta pesquisa adota como arcabouço metodológico a Etnografia da Paisagem Linguística Digital, ou ELLA 2.0 (Ethnographic Linguistic Landscape Analysis), proposta por Maly e Blommaert (2019). Justificamos a escolha ao compreender que os estudos clássicos da Paisagem Linguística se voltavam predominantemente para a materialidade física dos espaços públicos, se limitavam a analisar placas, fachadas e letreiros para compreender a vitalidade etnolinguística e o poder de determinados grupos em um território geográfico (Landry; Bourhis, 1997). Por conseguinte, diante do paradigma da superdiversidade e da transição para o século XXI, em que as conexões em rede estão presentes nas comunicações, foi necessário a introdução de novas abordagens investigativas. Em resposta a isso, Maly e Blommaert (2019) injetaram o rigor da etnografia digital aos estudos da paisagem, criando a ELLA 2.0 para dar conta de novas infra estruturas onde as práticas sociais contemporâneas e a construção de sentidos operam.

A profunda importância dessa metodologia no contexto digital reside na premissa analítica do “nexo online-offline” (Maly; Blommaert, 2019). Para os teóricos, os mundos físico e virtual estão inseparavelmente interconectados, de modo que as identidades, as dinâmicas sociais e as lógicas de exclusão vivenciadas nos territórios locais são continuamente co-construídas, negociadas e geridas na esfera digital translocal. Nesse cenário, a ELLA 2.0 atua como uma ferramenta analítica fundamental, pois fornece uma visão muito mais precisa dos atores e da topografia da ação social, exigindo que o pesquisador se desloque das ruas para a tela do computador a fim de compreender como o espaço público é efetivamente construído e regulado.

É sob essa lente teórica que a ELLA 2.0 é mobilizada neste artigo para a investigação do branding digital da UFGD. O método empregado consiste em observar tudo o que se destaca como material de linguagem publicamente exibido na interface da instituição (Xue; Zou, 2023). Para que a análise seja possível, o corpus se constitui de registros visuais extraídos da página oficial da UFGD, gerados por meio da técnica de captura de tela (print screen).

Dentro do enquadramento metodológico da ELLA 2.0, as capturas de tela rompem com a ideia de ser imagens estáticas e são tratadas como eventos semióticos situados (Maly; Blommaert, 2019). Nessa perspectiva, a metodologia investiga os signos em sua totalidade, englobando imagens, logotipos, cores, disposições estéticas e arquitetura digital (Kress; Van Leeuwen, 2006). Assim, ao analisar a imagem da interface institucional e seus botões de tradução, objetiva-se desvelar as intencionalidades de poder ali codificadas. Sendo assim, a fotografia da tela se converte em um documento empírico por meio do qual investigaremos de que forma a organização do branding digital opera como dispositivo de (in)visibilidade e de colonialidade (Quijano, 2005), recontextualizando ou apagando o território físico superdiverso na vitrine global da instituição.

5. ASSIMETRIAS DIALÓGICAS NA VITRINE INSTITUCIONAL DE UMA UNIVERSIDADE SUPERDIVERSA

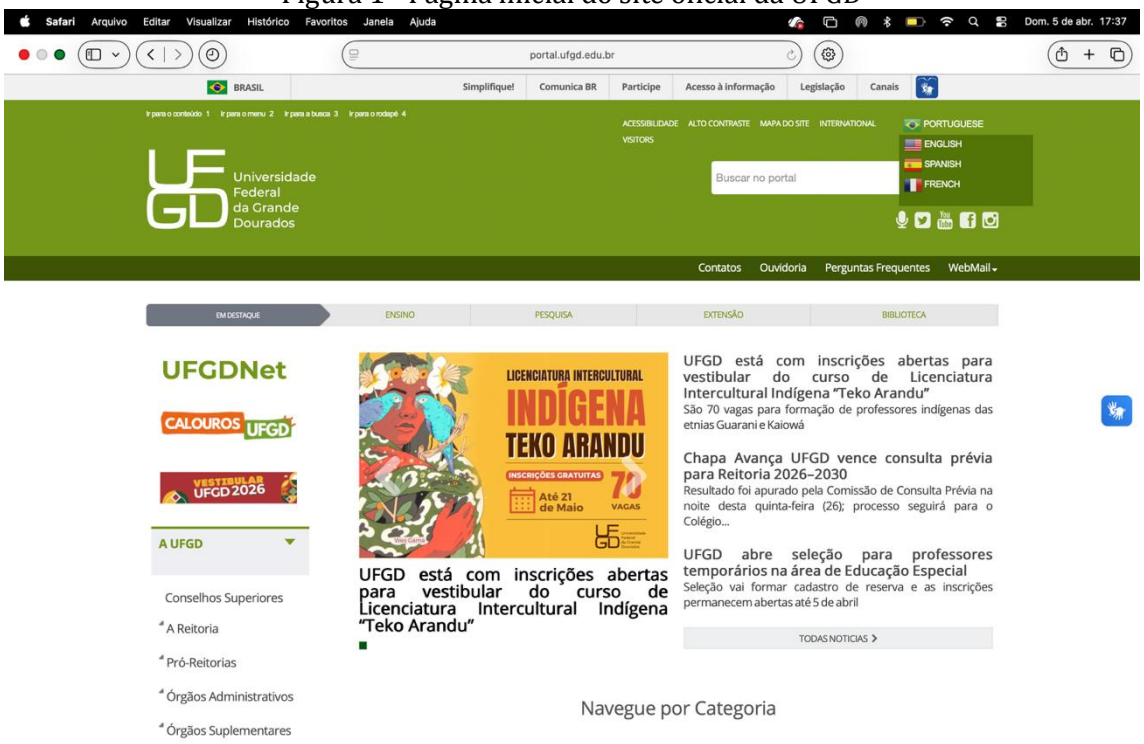
A transição da dimensão topográfica, caracterizada pela fricção e pluralidade do território físico fronteiriço, para a dimensão topológica das telas, exige uma leitura crítica da paisagem linguística enquanto arquitetura de poder. Conforme delineado metodologicamente pela Etnografia Linguística das Paisagens Digitais (ELLA 2.0) (Maly; Blommaert, 2019), as interfaces institucionais não constituem painéis de informação neutros, mas “textos” (Duncan, 1990) forjados para comunicar intencionalidades políticas e ideológicas.

Neste capítulo, voltamos o nosso olhar analítico para a página institucional oficial no site da UFGD, pois compreende-se que esta é a vitrine primária da universidade, ou seja, um espaço que funciona como a principal praça pública digital da instituição. A partir disso, a análise que se segue procura evidenciar como a gestão linguística e semiótica deste ambiente opera na construção de um branding digital específico, e em que medida este enunciado dialoga com a superdiversidade que constitui a ecologia social da instituição.

A *figura 1,* extraída da página principal da universidade, materializa o conflito entre o território físico superdiverso e os regimes de visibilidade operados no ciberespaço. Ao analisarmos essa arquitetura sociolinguística sob a premissa do nexo online-offline, percebemos que os universos material e digital operam de forma inseparável, sendo a esfera

do ciberespaço um ambiente translocal onde as lógicas de exclusão e as identidades físicas são continuamente geridas, negociadas e co-construídas.

Figura 1 - Página inicial do site oficial da UFGD



Fonte: print screen feito pela autora no dia 05/04/2026, às 17:37 horas. Portal da UFGD (2026).

6. A ECOLOGIA INDÍGENA NA PÁGINA INICIAL DA UFGD

A imagem em destaque exibe o momento em que a instituição divulga a abertura das inscrições para o processo seletivo do curso de Licenciatura Intercultural Indígena – Teko Arandu. Fisicamente, o Teko Arandu representa uma conquista histórica dos movimentos sociais Guarani e Kaiowá e consolida a presença de outras matrizes de conhecimento dentro da academia (Oliveira, 2024). No entanto, a convocação direcionada especificamente aos povos originários é grafada 100% em língua portuguesa, o que configura uma assimetria dialógica profunda entre a realidade ancestral que é chamada a integrar a comunidade acadêmica e o discurso hegemônico exposto no diálogo digital.

Nesta interface, nota-se a ausência absoluta de qualquer estratégia de acolhimento linguístico. Não há menção a editais traduzidos para o Guarani ou para o Ñandeva, não há vídeos com instruções em língua materna, nem sequer uma saudação escrita nos idiomas dos povos que dão nome ao curso. Dessa forma, as línguas ancestrais que habitam no chão material do campus são totalmente invisibilizadas na tela, evidenciando uma gestão semiótica que atua como instrumento de colonialidade do poder e do saber (Quijano, 2005; Mignolo, 2003). Ao exigir que o candidato indígena acesse a informação sobre seu próprio curso intercultural

exclusivamente pela via do idioma hegemônico, a universidade impõe a língua portuguesa como um requisito epistêmico de ingresso, reproduzindo a subalternização histórica de seus saberes e idiomas.

Essa invisibilização digital entra em contradição com os próprios princípios que fundamentam a criação do Teko Arandu. Como adverte Baniwa (2019, p. 84), para que a educação indígena seja genuinamente intercultural e diferenciada, as línguas originárias devem atuar como pilares fundamentais de sua organização político-pedagógica, uma vez que elas carregam e sustentam mundos, valores e existências humanas únicas. Ao apagar o Guarani e o Kaiowá de sua vitrine principal, a UFGD invisibiliza sua diversidade linguística e reafirma a hegemonia do monolinguismo em língua portuguesa, tratando essa diversidade como uma ausência naturalizada no espaço público digital. Desse modo, o branding digital da instituição opera como um filtro excludente em que, embora a universidade celebre o corpo indígena e resista através de iniciativas plurais em seu território físico, ao mesmo tempo homogeneíza e higieniza a sua marca nas telas para caber nos moldes hegemônicos (Xue; Zou, 2023). Sob a lente decolonial (Quijano, 2005; Mignolo, 2003), essa gestão corrobora que a interculturalidade na interface é bloqueada pelas amarras da colonialidade, que continua a exigir a língua do colonizador como único requisito válido para o acesso à informação e à cidadania acadêmica.

7. O ESPAÇO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO BRANDING DA UFGD

Aprofundando a análise da interface, a presença da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na página inicial revela outra severa camada de invisibilização sob o prisma da inclusão. Na imagem, nota-se que a única oferta do idioma ocorre por meio de um ícone que aciona um sistema de tradução automática operado por avatares virtuais. A literatura recente sobre tecnologias de tradução automática alerta que esses sistemas sofrem uma “cegueira afetiva” (affective blindness), apresentando uma incapacidade estrutural para reproduzir a ressonância emocional e as sutilezas do contexto (Doran; Zarzalejo, 2025). No caso das línguas de sinais, essa limitação mecanicista é ainda mais prejudicial, visto que as expressões corporais e faciais desempenham funções sintáticas, semânticas e de intensificação que são a base vital da língua (Paiva et al., 2018 apud Florenciano, 2022, p. 36-37). Ao delegar a mediação linguística a um avatar, o branding digital da universidade reduz a Libras a uma ferramenta de acessibilidade técnica, negando à cultura surda o seu legítimo protagonismo visual e discursivo na tela (Gianotto; Pedroza, 2025).

Essa marginalização estética e política torna-se irrefutável ao constatarmos a ausência absoluta de vídeos com humanos sinalizando ou de qualquer registro na primeira língua escrita de sinais. Ironicamente, no mundo físico, a UFGD abriga o curso de Letras-Libras e possui a SignWriting (Escrita de Sinais) em sua grade curricular obrigatória, mas a paisagem digital não apresenta absolutamente nada grafado por meio desse sistema ou traduzido por intérpretes reais. A adoção de vídeos humanos sinalizados é uma prática fundamental para respeitar as características visuais cognitivas da comunidade surda (Gianotto; Pedroza, 2025), evitando a pasteurização algorítmica. Desse modo, ao substituir o sujeito surdo por uma tecnologia automatizada falha e ao invisibilizar sua escrita, a praça pública digital da instituição reproduz a lógica colonial de incluir por meio de recurso técnico, mas afastar o corpo e a identidade do surdo de sua vitrine global.

8. SUPERDIVERSIDADE LINGUÍSTICA DE FRONTEIRA

No print screens apresentado, os botões de tradução no branding do site revelam as línguas passíveis de tradução e as representam a partir das bandeiras dos países falantes dessas línguas, como Espanha, França e Estados Unidos. Do ponto de vista glotopolítico e da Sociolinguística Crítica, as bandeiras não representam línguas, mas sim nações. Consequentemente, o uso desse recurso visual reforça a ideologia do Estado-nação criticada por Lagares (2018), tornando-se o alvo direto do pensamento crítico e decolonial operado nesta análise. Segundo o autor, essa ideologia aprisiona a fluidez da linguagem dentro de fronteiras políticas artificiais, disseminando o mito opressor de um território, uma nação e de uma língua. Nesse sentido, essa correlação visual falha criticamente ao ignorar que a língua é um bem simbólico de seus falantes, intrinsecamente ligada à construção de suas identidades, culturas e memórias, não se restringindo a um veículo de comunicação e muito menos às fronteiras demarcadas de um Estado.

Ao aprisionar as línguas sob bandeiras europeias ou norte-americanas, a interface digital da UFGD desconsidera a fluidez e a desterritorialização que marcam a sociedade contemporânea, apagando os trânsitos e as hibridizações que caracterizam o seu próprio espaço fronteiriço, assim a língua atua com um instrumento de ação social e ocupa um lugar especial no campo das relações de poder. Logo, ao utilizar ícones nacionais para gerir a tradução no ciberespaço, o branding da instituição nega aos sujeitos locais o direito de reconhecerem a si mesmos na pluralidade dessas línguas e reforça um imaginário linguístico de raízes coloniais.

No contexto da UFGD, localizada na região de Dourados, essa escolha imagética choca-se frontalmente com a superdiversidade física local (Vertovec, 2007), pois o chão material da universidade e do seu entorno não abriga um modelo de línguas puras e fixas, mas um mosaico de sujeitos atravessados por línguas de fronteira e de diáspora. Além dos repertórios dos povos indígenas (Guarani, Kaiowá, Terena), coexistem práticas híbridas e translinguajeiras da fronteira, como o portunhol e o bilinguismo brasiguaio, assim como as línguas haitiana e venezuelana vindas com os fluxos diaspóricos de imigrantes (Buin; Oliveira, 2025). Sendo assim, reduzir o idioma a uma bandeira europeia ou norte-americana, a paisagem linguística digital da UFGD nega esse caráter translocal, invisibilizando as identidades locais em prol de uma internacionalização voltada ao Norte Global.

Essa exclusão se acentua quando analisamos as ferramentas tecnológicas de tradução da internet, utilizadas pela instituição para a tradução automática das páginas em websites. A análise do idioma espanhol na vitrine digital da UFGD revela uma profunda contradição entre a imagem eurocêntrica projetada pela instituição e a realidade algorítmica da internet. Ao utilizar a bandeira da Espanha no botão de tradução, o branding institucional aciona um viés colonial que entra em choque com a lógica do "Speak Global, Sell Local", discutida por Biró (2021). Conforme essa lógica, as plataformas online e os motores de tradução automática, como o Google, preferem adaptar a língua ao mercado consumidor local para aumentar a probabilidade de adesão e uso, priorizando o espanhol latino-americano nas Américas por entenderem que essa variedade "vende" e engaja muito mais do que o espanhol peninsular.

Essa estratégia de marketing institucional se torna importante para as questões de preconceito linguístico existentes sobre as variedades do espanhol latino. Como adverte Juliani (2021), há uma forte desvalorização das variedades latino-americanas pelos brasileiros, motivada pela crença colonial equivocada de que apenas o espanhol da Espanha seria o espanhol puro. Desse modo, o fato de uma BigTech validar e aplicar o espanhol latino-americano como regra em suas interfaces atua como um contundente contra discurso na paisagem linguística digital. Essa dinâmica tecnológica subverte o status de prestígio engessado que o site da universidade tenta impor com a bandeira europeia, demonstrando que o algoritmo, ao focar na realidade local do usuário, acaba tensionando as ideologias eurocêntricas e reafirmando a legitimidade das identidades linguísticas latino-americanas e de fronteira.

Diante disso, manter a bandeira da Espanha no layout do site institucional, enquanto o motor de tradução converte, na prática, os textos para o espanhol latino-americano, constitui uma grave contradição discursiva e de design. Como apontam Doran e Zarzalejo (2025, p. 261-262), o uso acrítico de sistemas de inteligência artificial em traduções de marketing

institucional frequentemente gera uma “cegueira afetiva” (affective blindness), pasteurizando os sentidos locais. Ao atrelar o idioma de destino à bandeira de um país europeu, o branding da UFGD limita diretamente a percepção do usuário em relação às línguas passíveis de tradução. Dessa forma, o site aprofunda o silenciamento do espanhol das Américas, do qual fazem parte as línguas faladas pelos imigrantes venezuelanos e paraguaios que constituem o corpo acadêmico da universidade.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as investigações empreendidas, conclui-se que a paisagem linguística digital da UFGD opera como um instrumento da colonialidade do poder e do saber. Ao projetar a sua imagem na internet, a instituição estabelece profundas assimetrias dialógicas no seu branding digital, criando uma contradição entre a sua vitrine digital homogeneizada e a realidade material de uma universidade transfronteiriça. Diante dos dados analisados, observa-se que enquanto o chão do campus é dinamicamente habitado por repertórios indígenas, comunidades de fronteira, sujeitos diaspóricos e pela cultura surda (Oliveira, 2024; Guimarães et al, 2024; Buin; Oliveira, 2025), branding institucional na internet invisibiliza ativamente essas identidades subalternizadas para se adequar aos moldes estéticos e linguísticos do mercado global (Xue; Zou, 2023; Paredes Calderón, 2015).

Essa lógica mercadológica torna a assimetria dialógica ainda mais evidente ao problematizar as ferramentas de tradução geridas por BigTechs, como o Google, na interface da universidade. Embora a priorização algorítmica do espanhol latino-americano pareça, à primeira vista, uma vitória contra a hegemonia do espanhol europeu, essa escolha não reflete um projeto de democratização ou decolonização linguística (Juliani, 2021). Trata-se da imposição algorítmica de um espanhol “neutro “guiada pela premissa neoliberal do “Speak Global, Sell Local” (Biró, 2021). Para essas multinacionais, a padronização de um espanhol latino universal funciona como uma economia de produção, em que adapta-se o idioma à região apenas o suficiente para vender e engajar o usuário local, poupando a plataforma do custo financeiro de traduzir suas interfaces para a real diversidade de cada país da América Latina (Biró, 2021). Nesse contexto, a língua perde o seu caráter de diálogo e é reduzida a uma mera mercadoria de consumo.

Nessa realidade transfronteiriça, a exclusão comunicativa é agravada pela delegação da linguagem às tecnologias de tradução automática. Como aponta a literatura, o uso acrítico de sistemas neurais e avatares gera uma cegueira afetiva caracterizadas pela incapacidade estrutural da máquina de reproduzir a ressonância emocional, o tom persuasivo e as sutilezas

socioculturais do contexto (Doran; Zarzalejo, 2025). Nas línguas de sinais, o recurso automatizado não é fiel às expressões faciais que são a base vital da língua. Além disso, nos textos escritos, a tradução literal destrói a intenção de acolhimento e identidade local. Sendo assim, o branding digital deixa de dialogar com os sujeitos para impor uma padronização robótica.

Em síntese, ao terceirizar o seu ecossistema digital para a gestão de algoritmos hegemônicos, a universidade consolida a invisibilização sistêmica de suas próprias línguas originárias e minorizadas (Maly; Blommaert, 2019), pois a interface digital higienizada ignora que o idioma é um bem simbólico atrelado à história de seus falantes. Portanto, a análise do branding digital da UFGD comprova que a instituição falha em projetar a sua verdadeira essência de universidade transfronteiriça, resultando em assimetrias dialógicas. O ciberespaço institucional evidencia o abismo entre a resistência intercultural que coexiste na materialidade local e a colonialidade digital que ainda silencia a diversidade linguística nas telas.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIA

BANIWA, G. dos S. L. *Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019.

BIRÓ, E. *Speak Global, Sell Local*? Digital Linguistic Landscape of local small businesses in the Social Media. **Acta Universitatis Sapientiae, Philologica.** Cluj-Napoca, v. 13, n.2, p. 177-193, 2021. DOI: 10.2478/ausp-2021-0020.

BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas e Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Painel de BI do Censo da Educação Superior**. Brasília, DF. Inep, 2021. Disponível em: https://portal.ufgd.edu.br/setor/indicadores/graduacao#:~:text=https%3A//app.powerbi.com/view%3Fr%3DeyJrIjoiNjUzZjU2YzItY2VlZC00MzcwLTk4OWYtODMzNWEyNzJkM2ZhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9 Acesso em: 10/07/2026.

BUIN, E.; **OLIVEIRA**, G. M. Do monolinguismo ao multilinguismo de acolhimento. *Gragoatá*, Niterói, v. 30, n. 66, jan.-abr. 2025.

COSGROVE, D. E. *Social formation and symbolic landscape*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1998.

DORAN, P; **ZARZALEJO**, C. Critical MT praxis: Machine translation and tourism slogans in Latin America. In: *Anais da ALBUS*, p. 261-268, 2025.

DUNCAN, J. S. *The city as text: the politics of landscape interpretation in the Kandyan Kingdom*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

FLORENCIANO, K. A. B. *Biografando experiências vividas entre línguas: apropriações do português por surdos brasiguaios*. Dissertação (Mestrado) – Pedro Juan Caballero, 2022.

GIANOTTO, A. de O; **PEDROZA**, C. R. As universidades de ensino superior e o acesso ao mestrado e doutorado: a promoção adequada de vídeos da língua de sinais e da primeira língua escrita para pessoas surdas. 2025.

GUIMARÃES, F. F. *Internacionalização e multilinguismo: uma proposta de política linguística para universidades federais.* Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

GUIMARÃES, T. F.; **BUIN**, E.; **GARCIA**, R. I. D. Práticas de Translinguagem com estudantes multilíngues em uma escola de fronteira. Temas & Matizes (Impresso), v. 17, p. 289-314, 2024.

HAESBAERT, R. *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na "América Latina"*. 2021.

JULIANI, E. M. *Representações sobre ser plurilíngue em escolas monolíngues de fronteira*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2021.

KRESS, G; **VAN LEEUWEN**, T. *Reading Images: the grammar of visual design*. 2. ed. London: Routledge, 2006.

LAGARES, X. C. *Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos*. São Paulo: Parábola, 2018.

LANDRY; **BOURHIS**, R. Y. Linguistic landscape and ethnolinguistic vitality. *Journal of Language and Social Psychology*, v. 16, n. 1, p. 23-49, 1997.

MALY, I; **BLOMMAERT**, J. Digital Ethnographic Linguistic Landscape Analysis (ELLA 2.0). *Tilburg Papers in Culture Studies*, Tilburg, paper 233, 2019.

MIGNOLO, W. D. *Histórias locais / Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Tradução de Solange R. de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MORAES, R. R. de et al. *Surdos que se comunicam por meio da língua de sinais: a complexidade do acesso aos serviços de saúde*. Cadernos de Saúde Pública [online]. v. 41, n. 9. 2025.

OLIVEIRA, M. A. M. A presença indígena na universidade: percursos da construção e implementação do curso Teko Arandu. Revista Ñanduty, v.12, n. 19, p. 137-154. Dourados. 2024.

PAREDES CALDERÓN, V. R. *Identidad Nacional y Branding Estratégico Global: Contradicciones en la Construcción Marcaria Gubernamental*. Dissertação (Mestrado) – Equador, 2015.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

RIBEIRO, R. J. S. F. *Branding Digital.* Dissertação (Mestrado), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.

SPRANDEL, M. A. *Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. *Portal UFGD.* Dourados. 2026. Disponível em: https://portal.ufgd.edu.br/ Acesso em: 06/07/2026.

VERTOVEC, S. Super-diversity and its implications. *Ethnic and Racial Studies*, v. 30, n. 6, p. 1024-1054, 2007.

VIEGAS, E. R. S; **DOMINGUES**, A. T. O direito à educação no Mercosul: ações de acolhimento de imigrantes em Dourados-MS. 2024.

XUE, M; **ZOU**, Z. *Virtual linguistic Landscape: A Case Study of Chinese Border Universities'Websites in Yunnan*. 2023.

CAPÍTULO XIV

TERRITORIALIDADES COMERCIAIS BOLIVIANAS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA: IMPACTOS DO FECHAMENTO DA FEIRA BRAS-BOL

BOLIVIAN COMMERCIAL TERRITORIALITIES ON THE BRAZIL-BOLIVIA BORDER: IMPACTS OF THE CLOSURE OF THE BRAS-BOL FAIR

DOI: 10.51859/amplla.mig854.1126-14

Luizio Wilson Espinoza
Alexandre dos Santos Cunha

RESUMO

A Feira Bras-Bol consolidou-se como importante espaço de comércio, circulação de mercadorias e integração sociocultural na fronteira Brasil-Bolívia, reunindo predominantemente comerciantes bolivianos em Corumbá-MS. Este artigo analisa os impactos de seu fechamento sobre as territorialidades comerciais bolivianas e os processos de reterritorialização no espaço urbano fronteiriço. Trata-se de pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada na análise de livros, artigos científicos, dissertações, documentos públicos e reportagens sobre a temática. A compreensão do contexto foi enriquecida por visitas ao território fronteiriço. Os resultados evidenciam a dispersão das atividades comerciais, a ocupação de novos espaços urbanos e a manutenção das redes econômicas transfronteiriças.
Palavras-chave: territorialidades comerciais, mobilidade humana, Feira Bras-Bol, fronteira.

ABSTRACT

The Bras-Bol Fair became an important space for commerce, goods circulation, and sociocultural integration on the Brazil-Bolivia border, bringing together predominantly Bolivian merchants in Corumbá, Mato Grosso do Sul. This article analyzes the impacts of its closure on Bolivian commercial territorialities and the processes of reterritorialization within the urban border area. The study adopts a qualitative bibliographic and documentary approach, based on books, scientific articles, dissertations, public documents, and news reports. Contextual understanding was enriched through visits to the border territory. The findings highlight the dispersion of commercial activities, the occupation of new urban spaces, and the continuity of cross-border economic networks.
Key-words: commercial territorialities, human mobility, Bras-Bol Fair, border.

1. INTRODUÇÃO

As fronteiras internacionais contemporâneas vêm sendo compreendidas para além de sua função tradicional de delimitação territorial entre Estados nacionais. Para Benedetti (2018), as fronteiras constituem espaços relacionais nos quais se articulam processos de circulação, diferenciação territorial e integração regional. Nessa perspectiva, a fronteira Brasil-Bolívia caracteriza-se por intensas mobilidades humanas, fluxos econômicos e múltiplas territorialidades produzidas cotidianamente pelos sujeitos que vivem e transitam nesse espaço.

Na região formada por Corumbá e Ladário, no Brasil, e Puerto Quijarro e Puerto Suárez, na Bolívia, as relações sociais e econômicas são marcadas por uma dinâmica transfronteiriça permanente. Conforme Oliveira (2016), o ambiente fronteiriço apresenta realidades sinuosas, nas quais as interações sociais, culturais e econômicas ultrapassam os limites políticos estabelecidos pelos Estados nacionais. Nesse contexto, o comércio constitui uma das principais atividades responsáveis pela integração cotidiana entre brasileiros e bolivianos, configurando-se como elemento estruturante das relações de fronteira.

Entre as experiências comerciais mais significativas da região destacou-se a feira Bras-Bol, espaço que durante décadas concentrou comerciantes bolivianos, consumidores e trabalhadores vinculados às atividades econômicas da fronteira. Mais do que um local destinado à comercialização de mercadorias, a feira constituiu um território de sociabilidade, circulação econômica e construção de redes sociais transfronteiriças. Conforme Raffestin (1993), os territórios são produzidos pelas relações sociais e pelas estratégias de apropriação do espaço desenvolvidas pelos sujeitos. Nesse sentido, a feira Bras-Bol configurou-se como uma importante territorialidade comercial construída a partir das interações entre comerciantes, consumidores e instituições presentes na região fronteiriça.

Ao longo de sua trajetória, a Bras-Bol consolidou-se como um dos principais espaços de inserção econômica da população boliviana em Corumbá-MS. Entretanto, as ações de fiscalização, os conflitos envolvendo a comercialização de produtos importados e as disputas com segmentos do comércio formal culminaram em seu fechamento, produzindo transformações significativas na dinâmica comercial local. A partir desse processo, muitos comerciantes bolivianos passaram a reorganizar suas atividades em diferentes bairros da cidade, estabelecendo novos empreendimentos, ampliando sua presença no espaço urbano e produzindo novas formas de territorialização comercial.

As transformações decorrentes do fechamento da Feira Bras-Bol podem ser compreendidas à luz dos processos de desterritorialização e reterritorialização discutidos por Haesbaert (2004), tema aprofundado ao longo deste estudo.

Dessa forma, este artigo busca analisar os impactos do fechamento da feira Bras-Bol sobre as territorialidades comerciais bolivianas na fronteira Brasil-Bolívia. Especificamente, pretende contextualizar a trajetória histórica da feira Bras-Bol, compreender as transformações ocorridas nas estratégias de inserção econômica dos comerciantes bolivianos após o encerramento de suas atividades e identificar as novas territorialidades comerciais constituídas no espaço urbano de Corumbá-MS. Ao discutir essas transformações, o estudo busca contribuir para o campo dos Estudos Fronteiriços, especialmente para as reflexões

relacionadas à mobilidade humana, territorialidade e desenvolvimento territorial em regiões de fronteira.

Para alcançar esses objetivos, o estudo adota abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada na análise de livros, artigos científicos, dissertações, documentos públicos e reportagens sobre a Feira Bras-Bol e as dinâmicas comerciais da fronteira Brasil-Bolívia.

2. METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, voltada à compreensão dos impactos do fechamento da Feira Bras-Bol sobre as territorialidades comerciais bolivianas na fronteira Brasil-Bolívia. A pesquisa bibliográfica fundamentou-se na análise de livros, artigos científicos, dissertações e demais produções acadêmicas que discutem fronteira, territorialidade, mobilidade humana e comércio fronteiriço, com destaque para as contribuições de Raffestin (1993), Haesbaert (2004), Saquet (2009), Cardin (2013), Oliveira (2016), Benedetti (2018) e Martta (2018). A pesquisa documental compreendeu a análise de documentos públicos, reportagens jornalísticas e registros históricos referentes à Feira Bras-Bol, especialmente aqueles relacionados ao processo de fiscalização, interdição e encerramento de suas atividades, permitindo contextualizar historicamente o objeto investigado e compreender as transformações ocorridas na dinâmica comercial da fronteira.

A interpretação dos dados ocorreu de forma analítica, buscando articular os referenciais teóricos sobre territorialidade às evidências documentais levantadas. Além das fontes documentais, a aproximação com o contexto investigado foi enriquecida por visitas ao território fronteiriço de Corumbá-MS, possibilitando maior compreensão das dinâmicas espaciais e comerciais da região. Essas visitas tiveram caráter exclusivamente contextual e **não constituíram procedimento formal de coleta de dados**, entrevistas ou observação sistemática para fins de pesquisa.

3. A FEIRA BRAS-BOL E A CONSTITUIÇÃO DE TERRITORIALIDADES COMERCIAIS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

A fronteira Brasil-Bolívia constitui um espaço marcado por intensas relações econômicas, sociais e culturais, nas quais a circulação de pessoas e mercadorias desempenha papel fundamental na produção de territorialidades específicas. Nesta região, o comércio

transfronteiriço tornou-se uma das principais atividades responsáveis pela integração cotidiana entre os dois países, favorecendo a constituição de redes econômicas e sociais que ultrapassam os limites político-administrativos estabelecidos pelos Estados nacionais.

Nesse contexto, a Feira Bras-Bol destacou-se como um dos mais importantes espaços de comércio popular da cidade de Corumbá. De acordo com Costa (2013), a feira surgiu na década de 1990 como alternativa para comerciantes que anteriormente realizavam suas atividades de forma dispersa pelas ruas da cidade. Com o passar dos anos, consolidou-se como um espaço semiformalizado, reunindo predominantemente comerciantes bolivianos que atuavam na comercialização de roupas, calçados e produtos importados oriundos principalmente da Bolívia e da China.

A localização estratégica da feira, próxima à região central de Corumbá, favoreceu sua consolidação como importante polo comercial fronteiriço. Segundo Costa (2013), a Bras-Bol passou a desempenhar papel relevante na economia local ao oferecer produtos com preços significativamente inferiores aos praticados pelo comércio formal da cidade, atraindo consumidores brasileiros e bolivianos. Essa dinâmica estava diretamente relacionada à intensa circulação de mercadorias entre Arroyo Concepción, distrito de Puerto Quijarro, e Corumbá, evidenciando a interdependência econômica existente entre os dois lados da fronteira.

Para além de sua função econômica, a Bras-Bol configurava-se como um território socialmente produzido. Conforme Raffestin (1993), os territórios são construídos a partir das relações sociais e das formas de apropriação do espaço realizadas pelos sujeitos. Nessa perspectiva, a feira pode ser compreendida como uma territorialidade comercial fronteiriça, na qual comerciantes, consumidores, transportadores e trabalhadores produziam cotidianamente relações de trabalho, sociabilidade e pertencimento.

Costa (2013) destaca que a feira possuía 204 bancas e movimentava aproximadamente 1.200 trabalhadores direta e indiretamente envolvidos nas atividades comerciais desenvolvidas no local. Além dos feirantes, participavam dessa dinâmica transportadores bolivianos, carregadores, fornecedores, pequenos comerciantes e prestadores de serviços que dependiam economicamente da circulação de pessoas e mercadorias gerada pela Bras-Bol.

Figura 1 – Estrutura interna da Feira Bras-Bol em Corumbá-MS antes do encerramento de suas atividades.



Fonte: Jornal Diário Online, 16 maio 2013

Segundo Costa (2013), a Feira Bras-Bol desempenhava importante papel cultural e social, reunindo sujeitos provenientes de diferentes regiões da Bolívia, especialmente do departamento de Santa Cruz e do altiplano boliviano, que encontravam na fronteira oportunidades de trabalho e geração de renda.

Ainda, Costa (2013), afirma que, a partir dos anos 2000 intensificaram-se os conflitos envolvendo a permanência da feira em Corumbá. As disputas com segmentos do comércio formal, associadas às políticas federais de controle aduaneiro e segurança de fronteiras, passaram a questionar a legitimidade das atividades comerciais desenvolvidas no local. Um marco desse processo foi a denominada Operação Bras-Bol, realizada em dezembro de 2009, quando órgãos federais promoveram a apreensão de aproximadamente 70 toneladas de mercadorias, intensificando o processo de criminalização do comércio considerado informal na fronteira.

Ainda Costa (2013), a operação representou um divisor de águas nas relações entre os comerciantes da feira e o poder público, contribuindo para o enfraquecimento progressivo da Bras-Bol e para seu posterior encerramento. O processo de enfraquecimento da feira Bras-Bol intensificou-se ao longo dos anos em decorrência das ações de fiscalização e das disputas envolvendo a permanência das atividades comerciais no local. Em 2013, a Prefeitura Municipal de Corumbá realizou a interdição da estrutura da feira sob a justificativa de problemas relacionados às condições de segurança e funcionamento do espaço. A medida impactou diretamente centenas de comerciantes que dependiam economicamente das atividades

desenvolvidas no local, contribuindo para a dispersão gradual dos empreendimentos comerciais bolivianos para diferentes regiões da cidade. Esse processo marcou uma nova fase na dinâmica comercial fronteiriça, caracterizada pela reorganização territorial dos comerciantes e pela busca de alternativas para manutenção de suas atividades econômicas.

O fechamento da feira representou uma ruptura significativa na organização espacial do comércio fronteiriço em Corumbá. Contudo, conforme será discutido nas próximas seções, o encerramento desse território comercial não significou o desaparecimento das atividades econômicas desenvolvidas pelos comerciantes bolivianos. Ao contrário, desencadeou novos processos de territorialização e reterritorialização, evidenciando a capacidade de adaptação dos sujeitos fronteiriços diante das transformações impostas às suas formas de trabalho e circulação.

A compreensão desses processos exige reconhecer que as territorialidades não permanecem estáticas, mas são constantemente produzidas e transformadas pelas relações sociais estabelecidas no espaço. Para Saquet (2009), a territorialidade efetiva-se em distintas escalas espaciais e modifica-se ao longo do tempo por meio das relações de poder, das redes de circulação e comunicação e das identidades construídas pelos sujeitos sociais. Tal perspectiva permite compreender que as territorialidades comerciais bolivianas não estavam restritas ao espaço físico da Feira Bras-Bol, mas encontravam-se presentes nas redes econômicas, familiares e comunitárias que sustentavam as atividades comerciais desenvolvidas na fronteira.

4. RECONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS DO COMÉRCIO BOLIVIANO APÓS O FECHAMENTO DA FEIRA BRAS-BOL

O fechamento da Feira Bras-Bol representou uma significativa transformação na organização espacial do comércio fronteiriço em Corumbá-MS. Durante décadas, a feira constituiu um importante espaço de trabalho, circulação de mercadorias e sociabilidade, reunindo comerciantes bolivianos, consumidores e diferentes agentes econômicos que encontravam naquele território condições favoráveis para o desenvolvimento de suas atividades. Mas do que um local destinado à comercialização de produtos, a Bras-Bol configurava-se como uma territorialidade construída pelas relações sociais, econômicas e culturais estabelecidas cotidianamente na fronteira Brasil-Bolívia.

Ao analisar as territorialidades presentes na fronteira, Martta (2018) destaca que o território deve ser compreendido pelo uso que se faz dele, sendo as práticas cotidianas responsáveis pela sua produção e transformação. Para o autor, as relações de trabalho,

circulação e convivência constituem elementos fundamentais na construção dos territórios fronteiriços, uma vez que atribuem sentidos e significados aos espaços ocupados.

Conforme Haesbaert (2004), os processos de desterritorialização não significam necessariamente a perda definitiva do território, mas podem desencadear movimentos de reterritorialização, nos quais os sujeitos reorganizam suas práticas sociais e econômicas em novos espaços. Essa perspectiva permite compreender o fechamento da Feira Bras-Bol não como o desaparecimento das territorialidades comerciais bolivianas, mas como sua reorganização em diferentes bairros de Corumbá. A dispersão dos empreendimentos comerciais evidencia que as redes de trabalho, circulação e pertencimento foram reconstruídas em novas espacialidades, reafirmando a capacidade de adaptação dos comerciantes diante das transformações impostas ao território fronteiriço.

Nessa direção, a reorganização dos comerciantes bolivianos após o fechamento da feira demonstra que as territorialidades podem ser reconstruídas em novos espaços sem que seus vínculos sociais e econômicos sejam necessariamente interrompidos. A dispersão dos empreendimentos para diferentes bairros de Corumbá evidencia a permanência dessas redes de circulação e das estratégias de inserção econômica construídas ao longo de décadas de atuação na fronteira. Assim, as novas territorialidades comerciais configuram-se como resultado da capacidade dos sujeitos de recriar formas de trabalho, pertencimento e uso do território diante das transformações impostas às suas práticas cotidianas.

Os estudos de Costa (2013), aliados aos registros documentais e às reportagens analisadas, indicam que, após o fechamento da Feira Bras-Bol, diversos comerciantes passaram a estabelecer seus empreendimentos em bairros como Popular Nova, Cristo Redentor, Centro, Aeroporto, Dom Bosco e Nova Corumbá. O comércio anteriormente concentrado em um único espaço passou a distribuir-se pelo tecido urbano corumbaense, promovendo novas formas de ocupação territorial e ampliando a presença dos comerciantes bolivianos em diferentes regiões da cidade.

Esse processo demonstra que as territorialidades comerciais bolivianas permanecem ativas e em constante transformação. As redes econômicas, familiares e comunitárias construídas ao longo da trajetória da Feira Bras-Bol continuaram estruturando as atividades comerciais, ainda que em novos espaços. Nesse contexto, a mobilidade humana permanece desempenhando papel central, uma vez que os deslocamentos cotidianos entre Brasil e Bolívia continuam sustentando fluxos de mercadorias, relações sociais e estratégias econômicas que caracterizam a dinâmica da fronteira.

Conforme ressalta Martta (2018), são as práticas cotidianas de trabalho, circulação e uso do território que produzem e transformam os espaços fronteiriços. Nesse sentido, o fechamento da Feira Bras-Bol não representou o fim do comércio boliviano em Corumbá, mas o início de um processo de reconfiguração territorial marcado pela adaptação dos comerciantes às novas condições econômicas e espaciais da fronteira Brasil-Bolívia.

Além de sua relevância econômica, a Feira Bras-Bol desempenhou importante papel no processo de inserção social e econômica de migrantes bolivianos em Corumbá. Para muitos trabalhadores, a feira representava a primeira oportunidade de geração de renda no lado brasileiro da fronteira, constituindo-se como espaço de acolhimento, construção de redes de apoio e fortalecimento de vínculos comunitários. Nesse sentido, a Bras-Bol ultrapassava sua função comercial, atuando como um território de integração para populações que encontravam no comércio popular uma estratégia de permanência e reprodução social na cidade fronteiriça.

Ao longo de sua trajetória, a feira tornou-se também um dos símbolos da própria identidade fronteiriça de Corumbá. Sua presença materializava, no cotidiano urbano, as intensas relações históricas estabelecidas entre brasileiros e bolivianos, evidenciando a fronteira não como espaço de separação, mas de encontro, convivência e intercâmbio cultural. Conforme Hall (2006), as identidades são construídas historicamente por meio das relações sociais e culturais estabelecidas pelos sujeitos em determinados contextos. Nesse sentido, a Bras-Bol contribuiu para a constituição de uma identidade fronteiriça marcada pela diversidade cultural e pela interação permanente entre diferentes nacionalidades.

A análise desenvolvida neste estudo permite compreender que a circulação de pessoas, mercadorias, idiomas, costumes e práticas comerciais conferia à Bras-Bol características singulares que a diferenciavam de outros espaços de comércio popular da cidade, transformando-a em uma referência para moradores, visitantes e pesquisadores interessados nas dinâmicas transfronteiriças.

Mais do que um espaço de compras, a feira compunha a paisagem urbana corumbaense e integrava a memória coletiva da população local. Sua existência refletia a forte presença boliviana na constituição social, cultural e econômica da cidade, contribuindo para a formação de uma identidade marcada pela diversidade e pela convivência entre diferentes grupos sociais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa analisou os impactos do fechamento da Feira Bras-Bol sobre as territorialidades comerciais bolivianas na fronteira Brasil-Bolívia, buscando compreender como os comerciantes reorganizaram suas atividades econômicas após o encerramento de um

dos mais importantes espaços de comércio popular da cidade de Corumbá-MS. Ao longo da investigação, verificou-se que a Feira Bras-Bol desempenhou papel fundamental na constituição de redes econômicas, sociais e culturais que contribuíram para a integração fronteiriça e para a inserção econômica de comerciantes bolivianos no contexto local.

Os resultados evidenciaram que o fechamento da feira representou uma ruptura na organização espacial do comércio fronteiriço, provocando mudanças significativas nas estratégias de trabalho e permanência dos comerciantes. Entretanto, constatou-se que o encerramento das atividades da Bras-Bol não significou o desaparecimento do comércio boliviano em Corumbá. Pelo contrário, observou-se um processo de reorganização territorial marcado pela ocupação de novos espaços urbanos e pela continuidade das relações econômicas construídas historicamente na fronteira.

Conclui-se, portanto, que no fechamento da Feira Bras-Bol desencadeou processos de reconfiguração territorial que ultrapassam a dimensão econômica, revelando novas formas de inserção espacial e de apropriação do território por parte dos comerciantes bolivianos. As territorialidades anteriormente concentradas na feira passaram a manifestar-se em diferentes áreas do espaço urbano corumbaense, demonstrando que os territórios fronteiriços são dinâmicos e constantemente redefinidos pelas práticas sociais dos sujeitos que os vivenciam. Dessa forma, o estudo contribui para as reflexões sobre mobilidade humana, territorialidades comerciais e desenvolvimento territorial, evidenciando a importância de compreender a fronteira como um espaço de permanente transformação e reinvenção social.

REFERÊNCIAS

BENEDETTI, Alejandro. **Territorios y fronteras: dimensiones conceptuales para los estudios fronterizos contemporáneos.** Buenos Aires: Teseo, 2018.

CARDIN, Eric Gustavo. **Fronteira e fronteiriços: usos e concepções contemporâneas.** *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, Brasília, DF, v. 7, n. 1, p. 1-17, 2013.

COSTA, Gustavo Villela Lima da. **A Feira Bras-Bol em Corumbá (MS): notas sobre o comércio informal na fronteira Brasil-Bolívia.** *Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 3, n. 2, p. 467-489, jul./dez. 2013.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MARTTA, Maicon. **As territorialidades do cotidiano e do trabalho nas feiras livres de Corumbá-MS.** 2018. 126 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, Corumbá, 2018.

MS EM DIA. **Feirinha Bras-Bol é interditada pela Prefeitura em Corumbá.** Campo Grande, 16 maio 2013. Disponível em: https://www.msemdia.com.br/noticias/interior/feirinha_brasbol_e_interditada_pela_prefeitura_em_corumba. Acesso em: 11 jun. 2026.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **Fronteiras e territorialidades na América do Sul.** Campo Grande: Ed. UFMS, 2016.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma abordagem territorial.** In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

CAPÍTULO XV

A SECURITIZAÇÃO DA IMIGRAÇÃO NOS GOVERNOS TRUMP: DISCURSOS, PRÁTICAS E IMPACTOS NA GOVERNANÇA MIGRATÓRIA INTERNACIONAL

SECURITIZATION OF IMMIGRATION UNDER THE TRUMP ADMINISTRATIONS: DISCOURSES, PRACTICES, AND IMPACTS ON INTERNATIONAL MIGRATION GOVERNANCE

DOI: 10.51859/amplla.mig854.1126-15

Evellyn Cristina Teles
Arthur Pinheiro de Azevedo Banzatto

RESUMO

A migração internacional ocupa papel central nos debates políticos, especialmente nos Estados Unidos, onde a pauta migratória é associada à segurança nacional, soberania e identidade. Nesse contexto, o presente trabalho analisa o processo de securitização da imigração nos governos Trump. À luz da Teoria da Securitização da Escola de Copenhague, a pesquisa busca compreender como a imigração foi deslocada do campo da política comum para o da segurança. Metodologicamente, utiliza-se revisão bibliográfica, análise documental e dados quantitativos complementares. Os resultados indicam que a securitização da imigração ocorreu no plano discursivo e institucional, fortalecendo mecanismos de criminalização, exclusão e controle migratório.
Palavras-chave: Governança migratória, Securitização, Estados Unidos, Trump.

ABSTRACT

International migration plays a central role in political debates, especially in the United States, where migration is associated with issues of national security, sovereignty, and identity. In this context, this study analyzes the securitization of immigration under the Trump administrations. Drawing on the Copenhagen School's Securitization Theory, it examines how immigration shifted from the realm of ordinary politics to that of security. Methodologically, the research adopts a literature review, documentary analysis, and complementary quantitative data. The findings indicate that securitization of immigration occurred at the discursive and institutional levels, strengthening mechanisms of criminalization, exclusion, and migration control.
Keywords: Migration governance, Securitization, United States, Trump.

1. INTRODUÇÃO

A imigração ocupa um papel central na formação histórica, econômica e social dos Estados Unidos da América (EUA). Embora frequentemente descrito como uma nação de imigrantes, a relação entre os EUA e a imigração sempre foi contraditória. Por um lado, o crescimento da economia estadunidense dependeu muito da disposição dos imigrantes em trocar sua força física e mental por remuneração; por outro, a sociedade norte-americana

sempre expressou profundo descontentamento com alguns grupos de imigrantes e o temor de que estes representassem uma ameaça aos Estados Unidos (Bon Tempo; Diner, 2022).

Nas últimas décadas, a imigração passou a ocupar lugar de destaque em debates políticos dos Estados Unidos. À vista disso, questões como controle de fronteiras, deportações em massa e regulamentação migratória passaram a ser associadas não apenas à gestão dos fluxos migratórios, mas interpretadas como ameaças à soberania, à identidade nacional e à economia do país (Contrera; Mariano; Menezes, 2022).

Conforme a Teoria da Securitização, determinadas questões são transformadas em problemas de segurança por meio de discursos que legitimam medidas extraordinárias (Buzan; Wæver; Wilde, 1997; Wæver, 1995). Nesse sentido, os governos Donald Trump, intensificaram o enquadramento da imigração como uma ameaça (Buzan; Wæver; Wilde, 1997; Contrera; Mariano; Menezes, 2022). Durante seu primeiro mandato (2017-2021) e o início do segundo (2025), Trump aprofundou esse processo ao caracterizar imigrantes como ameaças à segurança dos EUA, justificando o uso de medidas extraordinárias, como a construção de um muro na fronteira e as deportações em massa (Buzan; Wæver; Wilde, 1997; Mars; Ahrens, 2017).

Diante desse contexto, o trabalho procura responder como o processo de securitização da imigração orienta as políticas migratórias dos governos Donald Trump e quais impactos elas produzem na governança migratória. Parte-se da hipótese de que a construção discursiva do imigrante como ameaça legitimou medidas excepcionais de controle migratório e fortaleceu tendências restritivasl.

A pesquisa possui abordagem predominantemente qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. Além disso, foram utilizados dados quantitativos de maneira complementar e adotado como arcabouço teórico a Teoria da Securitização da Escola de Copenhague.

2. A SECURITIZAÇÃO DA IMIGRAÇÃO COMO MARCO ANALÍTICO: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E ENQUADRAMENTOS DO CASO TRUMP

A Escola de Copenhague (COPRI) - liderada por Barry Buzan, Ole Wæver e Jaap de Wilde - adotou uma visão mais abrangente sobre temas que envolvem a segurança internacional, ao incorporar outros setores fundamentais para a análise das ameaças contemporâneas (Buzan; Wæver; Wilde, 1997). Essa ampliação conceitual permitiu analisar ameaças como construções políticas e sociais, sando origem à Teoria da Securitização. Nesse sentido, a perspectiva

securitizadora torna-se particularmente relevante para compreender como a imigração é transformada discursivamente em ameaça à segurança nacional de um Estado.

Influenciada pelo construtivismo, a Teoria da Securitização parte do pressuposto de que a segurança não constitui uma condição objetiva, mas sim o resultado de uma construção social (Buzan; Wæver; Wilde, 1997). Portanto, para que algo seja visto como questão de segurança, houve um ator interessado que proferiu discursos que moldaram a realidade da agenda de segurança. Estas podem sofrer processos de securitização, quando saem do nível da política comum e são vistos como ameaças (Wæver, 1995).

Dessa maneira, a securitização corresponde ao processo por meio do qual questões inicialmente tratadas no campo político comum passam a ser deslocadas para o campo da alta segurança. Isso ocorre quando um ator político consegue convencer um público de que determinado objeto, como a identidade cultural ou a economia do país, está sob ameaça existencial (Buzan; Wæver; Wilde, 1997; Wæver, 1995).

Para explicar o processo de securitização, a Escola de Copenhague estabelece três categorias operacionais: 1) objetos referentes, aquilo ou aqueles que estão sendo ameaçados e precisam ser protegidos; 2) agente securitizador, o ator político que, através da retórica discursiva, é capaz de demonstrar que determinado objeto referente precisa ser reconhecido como uma questão de segurança; e, 3) atores funcionais, que interferem direta ou indiretamente na securitização proposta pelo agente (Buzan; Wæver; Wilde, 1997).

A imigração é um dos principais fenômenos contemporâneos sujeitos à securitização, especialmente após a ampliação da agenda de segurança no pós-Guerra Fria. No livro *Security: a New Framework for Analysis* (Buzan; Wæver; Wilde, 1997), os três autores analisaram o fenômeno e concluíram que ele é um dos mais comuns de ser visto como uma ameaça à segurança societal. Sob esse olhar, o imigrante é enquadrado como uma ameaça à segurança nacional, à identidade coletiva e à estabilidade econômica do país (Contrera; Mariano; Menezes, 2022).

No âmbito dos estudos de segurança, a imigração passa a ser interpretada sobretudo como ameaça à segurança societal. Essa construção retórica refere-se a distinção amigo/inimigo ou nós/eles, em que o imigrante é percebido como inimigo. (Santos; Preussler, 2023).

A partir do momento que a imigração é securitizada, movimentada pela retórica da ameaça do agente securitizador, cria-se um ambiente favorável à adoção de medidas extraordinárias. Esse tipo de discurso invoca emoções contra um grupo e incentiva o

processamento não racional de ideias. Como consequência, abre-se espaço para políticas migratórias mais restritivas e um controle fronteiriço mais rígido.

Nesse viés, desenvolve-se a chamada crimigração, entendida como a intersecção entre as leis de políticas migratórias e as leis criminais de um Estado, em que o imigrante, principalmente aquele indocumentado, é cada vez mais percebido e classificado como um elemento potencial criminoso (Santos; Preussler, 2023). A crimigração, evidencia como a securitização da imigração produz efeitos simbólicos e institucionais, como a estigmatização do imigrante e a convergência de mecanismos de controle migratório e a lógica penal. Dessa forma, a imigração passa a ocupar posição central nas agendas de segurança nacionais.

No processo de securitização, embora chefes do Poder Executivo sejam os agentes securitizadores mais recorrentes, há burocracias, lobistas e grupos de pressão que também podem desempenhar esse papel (Buzan; Wæver; Wilde, 1997). Dessa forma, o discurso político desempenha um papel central porque, por meio do ato de fala, produz o enquadramento de uma questão como ameaça e favorece a aceitação de medidas excepcionais (Wæver, 1995; Contrera; Mariano; Menezes, 2022).

Nesse contexto teórico, o atual presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, emerge como um exemplo extremamente relevante de agente securitizador. O discurso securitizador de Trump frequentemente se apoia na lógica da distinção nós/eles ao colocar os Estados Unidos em posição de "vítima" da imigração e associar os imigrantes à criminosos e invasores, criando restrições para conter o fluxo imigratório de legais e ilegais (EUA, 2017). Essa construção discursiva enquadra o imigrante como um elemento externo e desestabilizador da coesão social e cria uma narrativa de que esses indivíduos são uma das maiores ameaças à segurança dos EUA (Buzan; Wæver; Wilde, 1997; Wæver; 1995).

Portanto, o discurso político de Donald Trump deve ser compreendido como parte de um movimento amplo de securitização da imigração, materializado posteriormente em medidas executivas e políticas migratórias analisadas mais a frente.

3. SOBERANIA E NORMAS INTERNACIONAIS: O POSICIONAMENTO DOS ESTADOS UNIDOS NA GOVERNANÇA MIGRATÓRIA INTERNACIONAL

Embora frequentemente associada como uma questão doméstica, a migração internacional é parte de uma rede de dinâmicas transnacionais que envolvem normas, instituições e regimes de proteção aos direitos humanos e, consequentemente, ao migrante internacional. Dessa forma, compreender como os Estados se posicionam frente a essa temática

no sistema internacional permite ampliar a análise para além das políticas nacionais e evidenciar como as escolhas impactam no âmbito da governança migratória global (Hernandez; Rosa, 2019). Nesse contexto, os Estados Unidos ocupam posição central no sistema internacional de direitos humanos. Todavia, sua atuação ainda é paradoxal, reconhecida por promover normas multilaterais enquanto relativizam sua aplicação quando confrontados com interesses estratégicos e de segurança.

No tema da migração internacional, destaca-se o Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular (GCM), assinado oficialmente em 2018 pela maioria dos Estados-membros da ONU. O GCM foi a primeira coalizão intergovernamental a cobrir todas as dimensões da migração internacional de forma abrangente, em busca de respeitar, proteger e cumprir todos os direitos humanos previstos na DUDH, tornar o deslocamento humano seguro e reafirmar o compromisso de eliminar todas as formas de discriminação contra imigrantes (Organização Internacional para as Migrações [OIM], 2023).

Com natureza não vinculante, os países mantêm total soberania para determinar suas próprias políticas migratórias, ainda que estejam comprometidos com os objetivos do acordo. Nesse sentido, é necessário que as políticas internas de um Estado se adequem aos compromissos internacionais que aquele país se propôs a assumir, algo que o chamado "excepcionalismo americano" historicamente resiste em fazer (Maia, 2017).

Em 2017, no início do Governo Trump, os EUA se retiraram da coalizão de negociação do Pacto antes mesmo de ele ser oficialmente aprovado. Em comunicado oficial, o representante dos EUA na ONU, NIkki Haley, informou ao secretário-geral da Organização, António Guterres, que "o enfoque mundial da Declaração de Nova York é incompatível com a soberania americana" e, por isso "o presidente Trump decidiu encerrar a participação dos EUA na preparação do pacto" (O Globo, 2017).

Além disso, pouco antes do estabelecimento do Pacto Global para Migração, Donald Trump reiterou em seu discurso na 73ª Assembleia Geral da ONU, em 2018, que os Estados Unidos não iriam aderir ao GCM, reafirmando a defesa da soberania dos EUA. Depois disso, vários outros países também abandonaram o GCM com justificativas de que ele comprometeria sua soberania e segurança nacional ao obscurecer a linha entre migração legal e ilegal (O Globo, 2018).

O discurso político anti-migratório, iniciado pelos Estados Unidos, somente reforça a prática do excepcionalismo americano, ao colocar os interesses nacionais acima das obrigações globais de direitos humanos, e acentua a tentativa de securitizar as fronteiras estadunidenses, ao apontar que a soberania do país estaria comprometida pela ratificação do GCM (Maia, 2017;

Buzan; Wæver; Wilde, 1997). Ao não fazer parte do acordo, os EUA poderiam "resolver" a questão migratória através de legislação e políticas próprias. Tais medidas, apresentadas no primeiro mandato de Trump consistiam na restrição extrema do acesso de imigrantes ao país, principalmente de certas nacionalidades classificadas como indesejadas, tolerância zero com imigrantes ilegais, que resultaram em prisões e deportações, e a difícil concessão de asilo a refugiados e apátridas (Santos; Preussler, 2023).

Enquanto potência hegemônica, a decisão estadunidense de se retirar do Pacto Global para Migração contribui para encorajar outros Estados a também se posicionarem dessa forma e se afastarem do GCM sob justificativas semelhantes (Maia, 2017; OIM, 2023) Assim sendo, a ausência dos EUA do primeiro grande esforço internacional para tratar da mobilidade humana como um fenômeno global pode ser visto como um movimento de securitização. Isso ocorre na medida em que Trump e sua base governista, por meio da retórica discursiva, começam a preparar o terreno para enquadrar o ato de migrar como uma invasão ao território estadunidense e os imigrantes como uma ameaça existencial aos Estados Unidos. O governo dos EUA, ao apresentar o Pacto como um risco ao controle territorial, à soberania e à legislação nacional, transforma, de forma implícita, o imigrante em um "inimigo" da nação (Buzan; Wæver; Wilde, 1997; Wæver, 1995).

Além do GCM, destacam-se a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951) e a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes (1990). Desse modo, é fundamental examinar tais mecanismos de proteção de imigrantes e refugiados para compreender o que foi denominado pelo ex-senador Jesse Helms como "pacote de soberania" estadunidense, um conjunto de restrições aplicadas regularmente a tratados de direitos humanos para impedir que eles tenham eficácia jurídica em tribunais domésticos (Lyon, 2010; Maia, 2017).

Os Estados Unidos também não ratificaram a Convenção dos Refugiados de 1951, apesar de terem aderido ao Protocolo de 1967, que ampliou a definição de refugiado e revogou as limitações temporais e geográficas determinadas na convenção original. No entanto, a adesão apenas ao Protocolo permitiu ao governo dos EUA atuar com uma lógica de seletividade política utilizando o sistema de refúgio como ferramenta de pressão e persuasão para admitir quem entrava ou não em território estadunidense (Bon Tempo; Diner, 2022).

Embora tenha participado das negociações da Convenção, os Estados Unidos também não assinaram, muito menos ratificaram a mesma. O governo estadunidense alegou que não havia necessidade de um acordo específico na ONU sobre o tema e defendeu que a matéria deveria permanecer no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (Lyon, 2009).

Ademais, o país argumentou que o tratado geraria sobreposição com normas e instrumentos internacionais já existentes. Tal posicionamento se pauta novamente no excepcionalismo americano, recusando compromissos que ampliassem a atuação de tribunais internacionais ou produzissem efeitos automáticos no direito interno. Desse modo, preserva-se a necessidade da legislação ser previamente aprovada pelo Congresso. Portanto, a recusa em aderir à Convenção evidencia a preferência dos EUA por instrumentos domésticos de regulamentação migratória, resguardando a ampla margem de discricionariedade estatal e evitando compromissos multilaterais que possam ampliar direitos ou limitar a atuação do Estado (Maia, 2017; Lyon, 2009).

Para compreender os efeitos práticos desse posicionamento, é necessário observar as avaliações produzidas por mecanismos internacionais de direitos humanos, em especial a Revisão Periódica Universal (RPU). Como potência hegemônica, os Estados Unidos mantêm uma relação ambígua com os direitos humanos: promovem e ditam normas sobre o tema, mas resistem à sua plena incorporação doméstica, preservando interpretações restritivas de soberania e do excepcionalismo americano (Maia, 2017).

A Revisão Periódica Universal é um instrumento criado pelo Conselho de Direitos Humanos (CDH) das Nações Unidas, avalia periodicamente a situação dos direitos humanos dos Estados-membros da organização, emitindo recomendações às quais as quais o país avaliado deve reagir com expressão de aceitação ou recusa (Hernandez; Rosa, 2019). Nesse sentido, este trabalho privilegia a análise do terceiro ciclo da RPU (2020), correspondendo ao primeiro governo Trump. As recomendações oficiais apontaram padrões estruturais de violações de direitos humanos de imigrantes diretamente relacionados ao endurecimento da política migratória.

Tais comportamentos se relacionam com as ações de detenções arbitrária, separações familiares e aumento do risco de devolução de requerentes de refúgio (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos [ACNUDH], 2020). No âmbito da RPU, embora os Estados Unidos tenham reduzido a taxa de rejeição das recomendações entre 2015 e 2020, isso não se traduziu em mudanças efetivas nas políticas migratórias. Por conseguinte, a continuidade dessa postura endurecida culminou na inédita ausência do país em sua própria revisão da RPU de 2025 (ACNUDH, 2020).

Assim, a retirada dos EUA do Pacto Global para Migração e as recomendações para melhoria das condições migratórias evidenciam a priorização da soberania estatal em detrimento da proteção dos migrantes. Esse comportamento reforça que a securitização da imigração durante o governo Trump se insere em um padrão histórico de excepcionalismo

americano. Assim, torna-se fundamental analisar de que maneira essas tensões institucionais e normativas se manifestam concretamente nas políticas migratórias implementadas por Trump durante seus mandatos.

4. DA RETÓRICA À IMPLEMENTAÇÃO: POLÍTICAS, IMPACTOS E PROJEÇÕES INTERNACIONAIS NOS GOVERNOS TRUMP (2017-2020; 2025-ATUALMENTE).

O governo de Donald Trump constitui um caso emblemático de securitização da imigração ao utilizar uma retórica que apresentavam os imigrantes sistematicamente como uma ameaça. Em contraste com administrações anteriores, Trump radicalizou o discurso contra imigrantes indocumentados, retratando-os como criminosos e invasores (Contrera; Mariano; Menezes, 2022). Nesse contexto, a imigração passou a ser representada como uma ameaça à segurança societal dos Estados Unidos, enquadrada no campo da urgência para legitimar a adoção de medidas extremas compatíveis com a lógica da crimigração (Buzan; Wæver; Wilde, 1997; Wæver, 1995; Santos; Preussler, 2023).

Após vencer as eleições de 2016. Trump implementou suas promessas eleitorais, que se centravam na deportação de imigrantes indocumentados, restrição ao ingresso de refugiados e a construção do muro (Contrera; Mariano; Menezes, 2022; Bon Tempo; Diner, 2022).

O discurso migratório se tornou ainda mais rígido durante o primeiro governo de Donald Trump (2017-2021). Sua retórica focava na ideia de que os Estados Unidos eram uma "vítima" da imigração, que causaria a perda de empregos e deterioração econômica (Contrera; Mariano; Menezes, 2022; Bon Tempo; Diner, 2022). Com isso, medidas extraordinárias voltadas à proteção da soberania, da economia e da segurança nacional passaram a ser justificadas com base na preservação da identidade nacional e dos valores "tradicionais" - cultura e costumes dos brancos anglo-saxões (Buzan; Wæver; Wilde, 1997; Wæver, 1995).

Diante da dificuldade em obter consenso no Legislativo, Donald Trump recorreu com frequência às *Executive Orders* como instrumentos para reformar a política migratória estadunidense. Embora muitas das iniciativas tenham enfrentado resistência no Congresso e no Judiciário, o governo conseguiu implementar ações focadas no endurecimento da política migratória e reforçar o enquadramento da imigração como questão de segurança nacional (Contrera; Mariano; Menezes, 2022).

Entre as principais medidas implementadas, destaca-se a política de Tolerância Zero, que ordenava a detenção de indivíduos que estivessem em solo estadunidense de maneira ilegal. Enquanto os adultos respondiam criminalmente, os menores eram encaminhados para

centros de custódia, o que resultou na separação de quase 4 mil crianças de suas famílias entre 2017 e 2021 (Santos; Preussler, 2023; Magnotta, 2021). Em muitos casos, os pais aceitaram a deportação "voluntária" como forma de recuperar os filhos. Entretanto, permaneceram separados mesmo após o fim da política. Isso levou a necessidade da criação de uma força-tarefa para reunificação familiar, feita no governo Joe Biden (Halpert, 2023; EUA, 2018).

Outra ação relevante foi a tentativa de encerra o *Deferred Action for Childhood Arrivals* (DACA), programa criado em 2012 que beneficiava indivíduos que entraram de maneira ilegal nos Estados Unidos antes dos 16 anos. Conhecidos como *dreamers*, o DACA impedia sua deportação imediata e autorizava residência e trabalhos temporários (BBC News Brasil, 2017; Van Moorsel, 2017). Com seu cancelamento do DACA, aproximadamente 800 mil beneficiários ficaram vulneráveis à deportação.

Estimativas feitas pelo Centro para o Progresso em parceria com a FWD.us, cerca de 1 mil dreamers que possuíam visto para trabalho perderiam seus empregos todos os dias até 2018 (Magnotta, 2021; Van Moorsel, 2017; BBC News Brasil, 2017). Tal tentativa representou mais um esforço do governo Trump para restringir mecanismos de proteção migratória e reforçar a abordagem securitária da imigração irregular.

Como reação, uma ação judicial foi movida por quinze estados do país, que declaram que a decisão de Trump era inconstitucional (BBC News Brasil, 2017; Van Moorsel, 2017). A questão escalonou ao ponto da Suprema Corte intervir na situação e bloquear a tentativa do governo trumpista de encerrar o DACA. Ainda assim, enquanto presidente, Trump nunca desistiu de tentar encerrar o programa (Contrera; Mariano; Menezes, 2022).

Além das políticas voltadas ao controle da imigração irregular, o governo trumpista também adotou medidas para restringir o ingresso de imigrantes no território. Assim sendo, outra ação que visava proibir a imigração foi a *Executive Order* 13769, em janeiro de 2017, que objetivava criar novas medidas para impedir "terroristas radicais islâmicos" de entrar nos Estados Unidos. Conhecida popularmente como *Travel Ban*, a ordem executiva proibia a entrada de imigrantes e implementava restrições ao acolhimento de refugiados. Sendo a maioria dos vetos direcionados a países muçulmanos como Irã e Síria, pelo fato de o governo considerá-los prováveis ameaças terroristas, o que demonstra uma clara discriminação religiosa (Contrera; Mariano; Menezes, 2022).

Contestada judicialmente, a Justiça Federal considerou que o objetivo principal do *Travel Ban* não era a segurança nacional e determinou ainda que o governo federal não poderia impor limites aos indivíduos dos países mencionados de viajar por motivos de preferências religiosas. Todavia, a Suprema Corte revogou as decisões dos tribunais inferiores e permitiu que a ordem

executiva fosse efetivada. Após isso, foi instaurada a legalidade do Travel Ban, um claro movimento de securitização da imigração muçulmana realizado no governo de Donald Trump (Contrera; Mariano; Menezes, 2022)

Tal medida foi criticada por representar uma violação explícita do direito internacional dos refugiados, sobretudo do princípio de não devolução (*non-refoulement*), previsto na Convenção de 1951. A iniciativa resultou no retorno de quase um milhão de imigrantes ao México, a grande maioria de países da América Central, como Honduras, Guatemala e El Salvador (Contrera; Mariano; Menezes, 2022). Dessa forma, o *Remain in Mexico* contribuiu para deslocar o controle migratório para além do território estadunidense, o que externalizou a gestão das solicitações de refúgio e reforçou o enquadramento da migração como uma questão de segurança regional.

Donald Trump também utilizou-se de ameaças tarifárias sobre produtos mexicanos para pressionar o México a intensificar os próprios esforços de segurança na fronteira com os Estados Unidos. Dessa forma, as detenções de imigrantes por autoridades mexicanas triplicaram. Além disso, o governo do México mobilizou grande parte da sua Guarda Nacional para fiscalizar a região da fronteira sul do país, o que levantou questionamentos sobre se os guardas haviam recebido treinamento adequado em direitos humanos e orientações sobre como interagir com as populações vulneráveis de refugiados (Meyer; Isacson, 2019; Magnotta, 2021).

O programa foi amplamente criticado por expor os solicitantes de refúgio a riscos à integridade física, falta de condições básicas e violações de direitos humanos. Apesar das repercussões negativas, acordos semelhantes foram firmados com os mesmos países que tinham seus imigrantes e refugiados expulsos do território estadunidense (Guatemala, El Salvador e Honduras) (Meyer; Isacson, 2019; Magnotta, 2021).

É importante ressaltar que a securitização da imigração durante o governo de Donald Trump não se limitou ao discurso político ou às reformas institucionais e administrativas voltadas ao endurecimento da política migratória. Ela também se materializou no espaço territorial, por meio da intensificação da presença militar e do controle da fronteira sul dos Estados Unidos, um dos principais elementos para conter a entrada de imigrantes e requerentes de refúgio.

Utilizando-se da justificativa do combate ao narcotráfico e à imigração ilegal, Trump ordenou a mobilização de milhares de homens para a fronteira com o México. Diante de sua "ordem", em 2018, os estados do Texas e Arizona anunciaram o envio de tropas da Guarda Nacional estadunidense para a fronteira sul. Ainda nesse mesmo ano, o Pentágono anunciou o

envio de mais de 5.200 soldados para a fronteira com o México. Ademais, houve a construção de de obstáculos de arame farpado e a instalação de barreiras móveis no estado da Califórnia (BBC, 2018).

Trump discursava sobre o aumento da vigilância na fronteira entre México e Estados Unidos, assim como a construção de um muro "impenetrável, alto, poderoso e bonito" entre os dois países desde a sua campanha de eleição. Pautado em alegações de que grupos terroristas estavam entrando pela fronteira sul, o governo Donald Trump prosseguiu com a proposta de expansão do muro. O presidente dos EUA ainda almejava fazer com que o governo do México pagasse pela construção da barreira física entre os dois países, pois, de acordo com Trump, os Estados Unidos foram imensamente prejudicados durantes anos nas relações comerciais com o México (Mars; Ahrens, 2017).

Ao prosseguir com a ideia de que o México deveria pagar pelo muro, o republicano não apenas apresentava uma proposta de infraestrutura, mas também reforçava simbolicamente a narrativa de que o país vizinho era o principal responsável pelos problemas com imigrantes ilegais enfrentados pelos Estados Unidos. Esse enquadramento vinha com a perspectiva de contribuir para que a imigração fosse percebida como uma ameaça externa que deveria ser contida fisicamente e não só pelo governo estadunidense (Buzan; Wæver; Wilde, 1997; Wæever, 1995). Em discurso, Trump esclareceu que o muro não se estenderia realmente por toda a fronteira, pois a natureza ajudaria a cuidar das partes que não houvessem barreiras físicas (Sandoval, 2017).

Todavia, durante o mandato de Donald Trump, a Casa Branca não construiu toda a extensão do muro prometida nos discursos do presidente. Pelo contrário, a maior parte das obras realizadas consistiu na substituição ou reforço de barreiras já existentes e apenas uma pequena parcela correspondeu a construção de novos trechos do muro em áreas onde anteriormente não havia (Sandoval, 2017). Apesar da proposta não ter se concretizado materialmente, em grande medida devido à falta de apoio do Congresso, ela tornou-se um grande símbolo político da securitização da imigração promovida por Trump.

Ao associar a construção da barreira à proteção nacional e ao combate ao narcotráfico, a retórica do presidente reforçou a narrativa de que os EUA eram vítimas dos fluxos migratórios internacionais que, segundo essa narrativa, estariam afetando não apenas a economia do país como também a identidade do povo estadunidense (Buzan; Wæver; Wilde, 1997; Contrera; Mariano; Menezes, 2022). Ademais, mesmo sem a construção da barreira física prometida, o governo Trump acabou por erguer aquilo que analistas descreveram como um "muro invisível" contra a imigração. Esse processo ocorreu por meio do aumento da militarização e das

tecnologias de vigilância na fronteira, que serviam para barrar a imigração ilegal, bem como por mudanças nas normas da política migratória, que dificultaram a entrada de imigrantes regulares.

Em suma, percebe-se que o conjunto de políticas implementadas no primeiro mandato de Donald Trump resultou em uma deterioração drástica e sistêmica das condições de vida dos imigrantes. Tal situação transcende falhas administrativas e pode ser categorizada como uma crise humanitária. Dessa forma, as medidas adotadas relacionam-se intrinsecamente aos temas mobilizados durante a campanha eleitoral de Trump: o perigo "velado" que a entrada de refugiados e imigrantes, sobretudo latinos e muçulmanos, representaria aos Estados Unidos.

Nesse sentido, levanta-se novamente a lógica da securitização, na qual a imigração é representada como um risco existencial à economia, à segurança e à identidade estadunidense, de modo a legitimar a adoção de medidas excepcionais de controle migratório. Assim, o primeiro mandato de Donald Trump reforçou a narrativa de que os EUA seriam um país vulnerável diante da entrada de imigrantes, supostamente responsáveis pela decadência econômica, social e cultural do Estado.

O retorno de Trump à Casa Branca em 2025 é marcado pelo lema "promessa feita, promessa mantida", reafirmando seu compromisso com a retomada e conclusão de políticas iniciadas em sua primeira gestão. Entre tais promessas, o discurso trumpista categorizou imigrantes como ameaças à segurança, à economia e à identidade nacional estadunidense. Essa retórica é o motor que impulsiona a criação e a legitimação de políticas de deportação de imigrantes indocumentados e o fechamento das fronteiras do sul dos Estados Unidos (FitzGerald, 2024).

Donald Trump retomou seus discursos centrados no endurecimento do controle fronteiriço. O republicano afirmou que realizaria a maior deportação em massa de imigrantes indocumentados da história dos EUA, além de prometer fechar a fronteira "no primeiro dia" de governo e concluir a construção do muro com o México (FitzGerald, 2024). Com a nomeação de Tom Homan como o "czar das fronteiras" e de Stephen Miller como vice-chefe de Gabinete para Assuntos de Política e Conselheiro de Segurança Interna, deixou-se claro que a imigração seria uma pauta central do segundo mandato de Trump (BBC News Brasil, 2024). Homan e Miller foram os arquitetos e ideólogos da política de Tolerância Zero original, que passaram a conduzir sua continuidade nessa nova gestão. Nesse contexto, o czar das fronteiras indicou que o objetivo é deportar famílias inteiras sem dividi-las, como foi feito na política anterior com a separação de milhares de pais e filhos. Todavia, antes da medida iniciar, especialistas já questionavam a

viabilidade da deportação em massa prometida devido ao seu alto custo para a economia estadunidense (BBC News Brasil, 2024; O Globo, 2024).

Ainda assim, poucos dias após o início do segundo mandato de Donald Trump, as operações de deportações em massa de imigrantes ilegais começaram. Centenas de indivíduos foram detidos e deportados em poucos dias de governo (Santos, 2025). O grande destaque da Tolerância Zero nesse mandato vai para a atuação do Serviço de Imigração e Alfândega (ICE[5]) dos Estados Unidos, pois seus agentes agem como a principal força policial de imigração dentro do território estadunidense. São eles os responsáveis por investigar, deter e remover imigrantes que violam as leis migratórias do país, com foco em imigrantes indocumentados e criminosos (León, 2026; Tucker, 2025).

Para operacionalizar a política de deportações em massa, o Senado dos EUA aprovou um projeto de lei de reconciliação orçamentária que inclui uma alocação incomum de fundos para detenção e fiscalização de imigrantes. A proposta, aprovada em julho de 2025, destinou cerca de US$170 bilhões para medidas de financiamento relacionadas ao controle migratório e fronteiriço. Nesse contexto, o orçamento do ICE triplicou, chegando a US$29,9 bilhões ao ano para operações de fiscalização e deportações. Ademais, houve também US$45 bilhões destinados à construção de novos centros de custódia de imigrantes, incluindo instalações para detenção familiar, um aumento de 265% no orçamento anual do ICE para detenção (American Immigration Council [AIC], 2025; Léon, 2026).

Esses números representam o maior investimento em detenção e deportação da história dos Estados Unidos. Isso ocorre em um momento em que, segundo Nayna Gupta, diretora de políticas do Conselho Americano de Imigração, “as pesquisas mostram que mais americanos rejeitam a detenção e deportação em massa” devido à priorização da política migratória em detrimento de investimentos sociais, como assistência médica (AIC, 2025).

Com a promessa de deportar 1 milhão de pessoas anualmente, dados atualizados do *Office of Homeland Security Statistics* (OHSS), agência estatística federal oficial do Departamento de Segurança Interna dos EUA (DHS), indicam que o ICE deportou mais de 440 mil imigrantes entre outubro de 2024 e setembro de 2025 (Gibson, 2026). Além disso, publicações que celebram as operações conduzidas pelo ICE e incentivam imigrantes irregulares a deixarem “voluntariamente” o país se tornaram cada vez mais comuns nas redes sociais oficiais do governo estadunidense, configurando-se como um novo instrumento de reforço da narrativa securitária.

[5] A sigla diz respeito ao nome em inglês: *U.S. Immigration and Customs Enforcement*.

A política de autodeportação, amplamente divulgada em páginas como a da Casa Branca e da Embaixada dos EUA no Brasil no Instagram, ganhou grande destaque nesse novo mandato. As campanhas associam a permanência irregular à criminalidade e à violação da soberania nacional, de forma a contribuir para legitimar, perante a opinião pública, o endurecimento das políticas migratórias e a expansão das deportações em massa. Ademais, a administração Trump utiliza essas postagens como forma de pressionar os imigrantes - ao sugerir que a permanência nos Estados Unidos colocaria suas famílias em risco -, ao mesmo tempo em que lhes oferece uma aparente autonomia - já que os indivíduos estariam "escolhendo" ser deportados.

Dados oficiais divulgados pelo DHS demonstraram recordes históricos nos EUA. De acordo com o Departamento, as operações do mesmo resultaram em mais de 600 mil deportações e mais de 1,9 milhão de imigrantes ilegais se 'autodeportaram' voluntariamente desde janeiro de 2025 (Estados Unidos, 2025a).

Apesar de ainda estar em curso, já é possível identificar que o segundo mandato de Donald Trump representa uma continuidade estratégica e um aprofundamento das políticas migratórias restritivas implementadas em sua primeira gestão. A securitização da imigração manifestou-se no fortalecimento do aparato de deportação, no maior investimento em fiscalização migratória e na utilização de redes sociais oficiais como instrumentos de legitimação discursiva. Assim, os Estados Unidos, sob Trump, reforçam a ideia de que o imigrante é um "não sujeito", desprovido de pertencimento legítimo em território estadunidense. Dessa forma, fica evidente que os critérios de inclusão não são apenas legais, mas também pautados por uma lógica seletiva, utilitarista e racializada que redefine os marcos democráticos pregados pelo governo dos EUA (Buzan; Wæver; Wilde, 1997).

Por outro lado, sua segunda administração ainda é recente e ainda não foram feitas análises aprofundadas sobre a aceitação da audiência. Contudo, pesquisas de abril de 2026, do *Pew Research Center* (PRC) demonstraram que 52% dos adultos nos Estados Unidos afirmam que o governo está exagerando na deportação de imigrantes ilegais no país (Copeland; Cahn, 2026). Portanto, apesar de ainda estar no seu segundo ano de governo, parte significativa da sociedade estadunidense demonstra resistência às medidas da agenda securitária de Trump.

Entretanto, ainda que parte dos cidadãos dos EUA demonstrem resistência ao endurecimento das políticas migratórias, os fatos discorridos evidenciam que a securitização da imigração permanece como um elemento central da agenda política e institucional do republicano. Mesmo diante de inúmeras tensões domésticas e críticas públicas ao governo, a administração Trump continua mobilizando retóricas da ameaça para legitimar medidas

excepcionais de controle migratório. Desse modo, reforça-se a lógica de exclusão direcionada aos imigrantes e o aprofundamento do processo de securitização nos Estados Unidos.

Diante dos fatos apresentados, nota-se que o segundo mandato de Donald Trump representa uma continuidade estratégica e um aprofundamento das políticas migratórias restritivas implementadas em sua primeira gestão. A securitização da imigração manifestou-se no fortalecimento do aparato de deportação, no maior investimento em fiscalização migratória e na utilização de redes sociais oficiais como instrumentos de legitimação discursiva. Assim, os Estados Unidos, sob Trump, reforçam a ideia de que o imigrante é um "não sujeito", desprovido de pertencimento legítimo em território estadunidense. Dessa forma, fica evidente que os critérios de inclusão não são apenas legais, mas também pautados por uma lógica seletiva, utilitarista e racializada que redefine os marcos democráticos pregados pelo governo dos EUA (Buzan; Wæver; Wilde, 1997; Wermuth; Senger, 2017). 46

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, entende-se que o processo de securitização ocorre por meio dos atos de fala do agente securitizador, deslocando uma questão do campo da política comum para o campo da alta segurança. Nesse sentido, a securitização da imigração nos governos de Donald Trump foi construída, majoritariamente, por meio dos discursos do republicano. O atual presidente dos Estados Unidos rotulou sistematicamente a mobilidade humana como uma ameaça existencial à identidade nacional, à soberania e à economia estadunidenses. Ao associar imigrantes, especialmente do Sul Global, a termos como "criminosos", "ladrões", "invasores", entre outros, construiu-se uma percepção subjetiva de perigo. Desse modo, tornou-se justificável o uso de meios extraordinários, como a construção de um muro na fronteira com o México ou o alto investimento na polícia migratória, para combater essa "ameaça" - o imigrante.

Além disso, o padrão do excepcionalismo americano ajudou a sustentar tal postura mais rígida e o aumento do controle migratório no país. Assim, tais comportamentos alinhados ao pacote de soberania estadunidense, amparam não apenas a retirada dos EUA de tratados internacionais importantes, tal qual o Pacto Global para Migração, como também as políticas de securitização da imigração. Outrossim, essas ações influenciam, para além do plano local, a dinâmica internacional, pois os Estados Unidos exercem enorme influência global. Por conseguinte, os países são induzidos ou até mesmo coagidos a seguir a posição do governo estadunidense, o que, por vezes, significou o comprometimento dos direitos dos imigrantes a nível mundial.

Entretanto, é importante lembrar que para que um processo de securitização seja legitimado, a audiência deve ser convencida de que medidas extremas são necessárias para lidar com a ameaça securitária. Nesse sentido, os dados mobilizados neste trabalho indicam que o movimento de securitização da imigração durante o primeiro mandato de Donald Trump ocorreu de forma parcial e muito contestada. Embora o governo tenha conseguido institucionalizar políticas migratórias mais rígidas, houve significativa resistência política, judicial e social às medidas implementadas. Tal oposição é evidenciada pelas disputas ocorridas no Congresso, pelas decisões da Suprema Corte e pelas críticas públicas. Assim, concorda-se com a análise de Contrera, Mariano e Menezes (2022) de que o processo securitizador foi incompleto, pois não conseguiu construir consensos plenos junto à audiência doméstica estadunidense.

Ainda que a securitização na primeira gestão de Donald Trump não tenha tido sucesso e seja cedo demais para concluir algum resultado sobre a segunda, ambos os casos evidenciam como discursos securitários podem moldar a percepção coletiva sobre a imigração. Todavia, o endurecimento da política migratória contribuiu para a redução do imigrante à condição de não sujeito, desprovido de direitos e proteção jurídica. Ademais, as ações do republicano não surgem dissociadas da tradição migratória estadunidense, conforme apresentado pelo padrão histórico dos Estados Unidos e sua tendência de controle migratório. Elas, no entanto, representam uma intensificação e radicalização dessas práticas.

Nesse sentido, houve uma mudança no rigor, na ênfase e na centralidade política atribuída à securitização da imigração, sobretudo através da ampliação de mecanismos de controle da mobilidade, deportações e exclusão social direcionados aos imigrantes. Ademais, a consolidação dessa lógica securitária representa um desafio à cooperação internacional e à proteção dos direitos humanos, ao normalizar o uso de medidas extraordinárias de controle migratório sob o pretexto da defesa nacional.

Em suma, observa-se que a securitização da imigração nas administrações Donald Trump ultrapassa o âmbito discursivo e consolida-se, ao menos no primeiro governo, como uma prática política e institucional com impactos domésticos e internacionais significativos. Ao transformar a mobilidade humana em questão de segurança nacional, inferindo que imigrantes são uma ameaça, reforçam-se mecanismos de criminalização, exclusão e seletividade de imigrantes, especialmente daqueles oriundos do Sul Global. Portanto, os governos Trump evidenciam como retóricas securitárias podem legitimar a adoção de medidas excepcionais e reconfigurar debates sobre direitos humanos e governança migratória internacional. Assim, a imigração torna-se um dos principais campos de disputa política contemporânea, enquanto os

imigrantes “indesejáveis” figuram como os alvos predominantes do endurecimento das políticas de controle migratório.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão da bolsa de Iniciação Científica, cujo apoio financeiro foi fundamental para realização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

BBC. US sending 5,200 troops to border with Mexico. **BBC**, 30 out. 2018. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-us-canada-46026050. Acesso em: 15 mar. 2026.

BBC NEWS BRASIL. O que é o Daca, e como sua suspensão por Trump afeta 750 mil jovens imigrantes nos EUA. **BBC News Brasil**, 6 set. 2017. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41174409. Acesso em: 28 abr. 2025.

BBC NEWS BRASIL. Quem é o ‘czar da fronteira’ a quem Trump encarregou de fazer maior deportação da história dos EUA. BBC News Brasil, 11 nov. 2024. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c99r33ljp7vo. Acesso em: 7 jun. 2026.

BON TEMPO, Carl J.; DINER, Hasia R. **Immigration:** An American History. New Haven; London: Yale University Press, 2022.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security:** a new framework for analysis. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1997.

CONTRERA, Flávio; MARIANO, Karina Lilia Pasquariello; MENEZES, Roberto Goulart. Retórica da Ameaça e Securitização: a política migratória dos Estados Unidos na administração Trump. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 37, n. 108, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/7Kw6bzhDWbhj7swD8kZQBnR/. Acesso em: 20 fev. 2025.

COPELAND, Joseph; CAHN, Alexandra. About half of Americans continue to say Trump Administration is doing ‘too much’ on deportations. **Pew Research Center**, 4 maio 2026. Disponível em: https://www.pewresearch.org/short-reads/2026/05/04/about-half-of-americans-continue-to-say-trump-administration-is-doing-too-much-on-deportations/. Acesso em: 27 maio 2026.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Department of Homeland Security. **Thanks to President Trump and Secretary Noem, more than 2.5 million illegal aliens left the U.S.**. [Washington, D.C.]: 10 dez. 2025a. Disponível em: https://www.dhs.gov/news/2025/12/10/thanks-president-trump-and-secretary-noem-more-25-million-illegal-aliens-left-us. Acesso em: 4 maio 2026.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Embaixada dos EUA no Brasil. **Planeje sua saída**. [Brasília], 29 nov. 2025b. Instagram: @embaixadaeua. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DRpM6Hxkf3a/?igsh=NHJmaWJtZWc0NWh0. Acesso em: 16 fev. 2026.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Executive Order n. 14160, de 20 de janeiro de 2025. **Protecting the meaning and value of American citizenship**. Washington, D.C.: The White House, 2025c. Disponível em: https://www.federalregister.gov/documents/2025/01/29/2025-02007/protecting-the-meaning-and-value-of-american-citizenship. Acesso em: 25 maio 2026.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Embaixada e Consulados dos EUA no Brasil. **Presidente Donald J. Trump anuncia medidas reforçadas de segurança nacional.** 24 set. 2017. Disponível em: https://br.usembassy.gov/pt/presidente-donald-j-trump-anuncia-medidas-reforcadas-de-seguranca-nacional/. Acesso em: 22 mar. 2025.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Executive Order n. 13841, de 20 de junho de 2018. **Affording Congress an opportunity to address family separation.** Washington, D.C.: The White House, 2018. Disponível em: https://www.federalregister.gov/documents/2018/06/25/2018-13696/affording-congress-an-opportunity-to-address-family-separation. Acesso em: 12 mar. 2026.

FITZGERALD, James. 7 coisas que Trump diz que fará como presidente. **BBC News Brasil**, 7 nov. 2024. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/czd5vq7p711o. Acesso em: 15 jan. 2026.

GIBSON, Brittany. ICE deported 442k people in fiscal year 2025. Axios, 14 abr. 2026. Disponível em: https://www.axios.com/2026/04/15/ice-deportations-us-immigration-trump-biden-2025. Acesso em: 8 maio 2026.

HALPERT, Madeline. 'Dor e alegria': o reencontro de pai e filhas separados na imigração dos EUA há 4 anos. **BBC News Brasil**, Nova York, 10 maio 2023. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c51ppx5ejj7o. Acesso em: 12 mar. 2026.

HERNANDEZ, Matheus de Carvalho; ROSA, William Torres Laureano da. A temática migratória na Revisão Periódica Universal dos EUA: oportunidade política diante do hegemon. **Lua Nova:** Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 108, p. 65-100, set. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/ZQyQBCxrnHdnqjg8cJ9wNFR/?lang=pt. Acesso em: 25 fev. 2025.

LEÓN, Lucas Pordeus. Conheça o ICE: polícia migratória de Trump alvo de protestos nos EUA. **Agência Brasil**, Brasília, 13 jan. 2026. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2026-01/conheca-o-ice-policia-migratoria-de-trump-alvo-de-protestos-nos-eua. Acesso em: 8 maio 2026.

LYON, Beth. The Unsigned United Nations Migrant Worker Rights Convention: an overlooked opportunity to change the Brown Collar migration paradigm. **Working Paper Series**, v. 42, n. 145, 2009. Disponível em: https://digitalcommons.law.villanova.edu/wps/art145/. Acesso em: 3 fev. 2026.

MAGNOTTA, Fernanda. **Um balanço da política externa da era Trump.** Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), jan. 2021. Disponível em: https://cebri.org/media/documentos/arquivos/um_balanco_da_politica_extern60521a3b1142f.pdf. Acesso em: 12 mar. 2026.

MAIA, Marrielle. Um peso e duas medidas: as interações entre o Departamento de Estado dos Estados Unidos e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. *In:* MAIA, Marrielle;

MACIEL, Débora Alves; KOERNER, Andrei (org.). **Os Estados Unidos e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos:** denúncias, interações, mobilizações. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2017. cap. 3, p. 103-132. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-214-estados_unidos_e_a_comissao_interamericana_de_direitos_humanos_os. Acesso em: 26 jun. 2025.

MARS, Amanda; AHRENS, Jan Martínez. Tensão entre México e os EUA dispara em meio à polêmica sobre muro. **El País**, Nova York, 26 jan. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/26/internacional/1485439953_853606.html. Acesso em: 28 abr. 2025.

MEYER, Maureen; ISACSON, Adam. **The 'Wall' Before the Wall:** Mexico's Crackdown on Migration at its Southern Border. Washington Office on Latin America (WOLA), [Washington], 17 dez. 2019. Disponível em: https://www.wola.org/analysis/mexico-southern-border-report/. Acesso em: 13 mar. 2026.

O GLOBO. EUA anunciam retirada de pacto global sobre a migração. **O Globo**, 3 dez. 2017. Disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/eua-anunciam-retirada-de-pacto-global-sobre-migracao-22143944. Acesso em: 22 mar. 2025.

O GLOBO. Na ONU, Trump rejeita 'burocracia global' e 'ideologia do globalismo'. **O Globo**, 25 set. 2018. Disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/na-onu-trump-rejeita-burocracia-global-ideologia-do-globalismo-23100247. Acesso em: 23 mar. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. **Universal Periodic Review - United States of America:** 3rd Cycle, 36th session. [Genebra], 9 nov. 2020. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/upr/us-index. Acesso em: 18 fev. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção Internacional sobre a Proteção de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias.** 18 dez. 1990. Disponível em: https://acnudh.org/wp-content/uploads/2012/08/Conven%C3%A7%C3%A3o-Internacional-para-a-Prote%C3%A7%C3%A3o-dos-Direitos-Humanos-de-todos-os-Trabalhadores-Migrantes-e-Membros-de-suas-Fam%C3%ADlias.pdf. Acesso em: 23 mar. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados.** Genebra, 28 jul. 1951. Disponível em: https://www.acnur.org/br/convencao-de-1951. Acesso em: 23 mar. 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular.** 10 dez. 2018. Disponível em: https://brazil.iom.int/pt-br/pacto-global-para-uma-migracao-segura-ordenada-e-regular. Acesso em: 25 mar. 2025.

SANDOVAL, Pablo Ximénez. Trump diz que muro com México não se estenderá por toda fronteira. **El País**, Los Angeles, 14 jul. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/14/internacional/1499987291_163773.html. Acesso em: 15 mar. 2026.

SANTOS, Josuel Belo dos; PREUSSLER, Gustavo de Souza. Crimigração: a fronteira institucional de intersecção entre a política migratória e a política criminal - o caso da União Europeia e

Estados Unidos da América. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 15, n. 35, p. 123-141, maio/ago. 2023. Disponível em: https://periodicos.unespar.edu.br/nupem/article/view/7518. Acesso em: 6 mar. 2025.

VAN MOORSEL, Carolina. O que é o fim do DACA e o que deve ser feito pelos Dreamers nos EUA. **MigraMundo**, Chicago, 25 set. 2017. Disponível em: https://migramundo.com/o-que-e-o-fim-do-daca-e-o-que-deve-ser-feito-pelos-dreamers-nos-eua/. Acesso em: 28 abr. 2025.

WÆVER, Ole. Securitization and Desecuritization. *In:* LIPSCHUTZ, Ronnie (org.). **On Security.** [New York]: Columbia University Press, 1995. cap. 3, p. 46-86.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; SENGER, Ilise. As migrações no mundo contemporâneo e o paradoxal papel dos direitos humanos: proteção ou abandono? **NOMOS:** Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC, v. 37, n. 1, p. 117- 145, jan./jun. 2017. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/28869. Acesso em: 20 fev. 2025.

CAPÍTULO XVI

MULHERES BRASILEIRAS EMIGRADAS EM FRONTEIRA: REFLEXÕES INICIAIS SOBRE REDES SOLIDÁRIAS E ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGIÃO DE FRONTEIRA EM CORUMBÁ/MS

BRAZILIAN WOMEN MIGRANTS IN A BORDER AREA: INITIAL REFLECTIONS ON SOLIDARITY NETWORKS AND ACCESS TO PUBLIC POLICIES IN THE CORUMBÁ/MS BORDER REGION

DOI: 10.51859/amplla.mig854.1126-16

Jéssica Canavarro Oliveira
Vivian da Veiga Silva

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar as discussões iniciais acerca da pesquisa referente à vivência de mulheres brasileiras emigradas na Bolívia, com foco na região fronteiriça que envolvem Corumbá (Brasil) e Puerto Quijarro (Bolívia), com foco nas estratégias e mobilizações de redes solidárias para acesso a políticas públicas. Em relação aos procedimentos metodológicos adotou-se o levantamento bibliográfico acerca das temáticas relacionadas à pesquisa (fronteira, gênero e migração feminina), a aplicação de um questionário estruturado e a análise dos conteúdos a partir do referencial teórico apresentado, que nos permitiu acessar fragmentos da vivência e dos desafios de uma mulher brasileira na região fronteiriça.
Palavras-chave: mulheres emigradas, fronteira Brasil-Bolívia, gênero

ABSTRACT

This article aims to present preliminary discussions regarding research on the experiences of Brazilian women who have emigrated to Bolivia—specifically in the border region encompassing Corumbá (Brazil) and Puerto Quijarro (Bolivia)—with a focus on strategies and the mobilization of solidarity networks to access public policies. Methodologically, the study involved a literature review on topics relevant to the research (borders, gender, and female migration), the administration of a structured questionnaire, and content analysis based on the established theoretical framework; this approach enabled us to gain insight into aspects of the lives and challenges faced by Brazilian women in this border region.
Keywords: migrant women, Brazil-Bolívia border, gender

1. INTRODUÇÃO

As migrações internacionais constituem fenômeno de muitas faces e que desafiam os estudos tradicionais e de interpretações simplificadas dos processos migratórios, especialmente as que são baseadas exclusivamente em fatores econômicos ou estatais, constituídas unicamente na visão do Estado. Recentemente, os estudos migratórios passaram por importantes transformações teóricas ao incorporarem categorias analíticas como gênero,

território, mobilidade e redes migratórias, ampliando significativamente a compreensão acerca das experiências vivenciadas pelos sujeitos migrantes, especialmente dando ênfase a presença feminina dentro dos processos migratórios, revelando seu protagonismo e ampliando as investigações quanto a feminização da migração.

Ao incorporar as relações de gênero às análises de fluxos migratórios, indo além da descrição das diferenças entre homens e mulheres, as teorias de migração avançam no sentindo de compreender as experiências das mulheres migrantes em esferas específicas, como família, domicílio, mercado de trabalho (Peres e Baeninger, 2013).

Nas regiões de fronteira, essas dinâmicas aparecem/demonstram maiores multiplicidades, pois a proximidade geográfica entre países, da mesma forma, a circulação cotidiana de pessoas e mercadorias e a constituição de espaços sociais compartilhados produzem formas específicas de mobilidade, que frequentemente fogem às tipificações tradicionais dentro dos estudos sobre a migração internacional.

A fronteira aqui apresentada constitui-se como um dos exemplos mais significativos desse fenômeno. Entre os municípios de Corumbá e Ladário, no Brasil, e as cidades bolivianas de Puerto Quijarro e Puerto Suárez, na Bolívia, observa-se intenso fluxo de pessoas e mercadorias que atravessam diariamente os limites internacionais para trabalhar, estudar, consumir, acessar serviços de saúde ou manter relações familiares.

Neste sentido, buscamos compreender as formas como a vida fronteiriça se arranja, se molda e remodela, estipulando de maneira muito criativa dinâmicas próprias que, por muitas vezes, se configuram como estranhas a quem a observa estritamente pelo olhar estatal de limite territorial (Machado, 1998).

Propõe-se aqui a apresentar as reflexões iniciais acerca do projeto de pesquisa de doutorado no Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços intitulado “Mulheres Brasileiras Emigradas em Fronteira: Redes Solidárias e Estratégias Familiares no Acesso a Políticas Públicas Brasileiras em Corumbá, MS”, cujo objetivo é investigar a presença e o protagonismo nas estratégias de acesso e permanência no uso do território por parte de mulheres brasileiras emigradas em fronteira, nas cidades de Puerto Quijarro e Puerto Suarez (Bolívia) e em Corumbá (Brasil), onde acontecem nossos estudos. Nesse sentido, busca-se compreender como mulheres brasileiras emigradas na fronteira Brasil-Bolívia constroem e mobilizam estratégias para acessar direitos em contextos emigratórios fronteiriços, bem como os desafios cotidianos enfrentados. Dessa forma, será possível embasar a elaboração de produtos técnicos direcionados à migração feminina na região.

Metodologicamente, os estudos serão desenvolvidos por meio de pesquisa bibliográfica e documental, articulados à realização de entrevista semiestruturada, permitindo compreender tanto os aspectos institucionais quanto as experiências vividas pela participante. O referencial teórico será fundamentado nos debates sobre migrações internacionais, especificamente sobre a migração feminina em espaços de fronteira, dialogando também com os estudos de gênero e as perspectivas decoloniais, que contribuem para analisar as relações de poder, as desigualdades e as formas de mobilidades construídas por essas mulheres em seus processos de inserção social. Salienta-se que as investigações estão em fase inicial, pois a versão final do projeto de pesquisa será finalizada no final do segundo semestre de 2026. Nesse sentido, a pesquisa ainda será submetida ao Comitê de Ética e o que será apresentado aqui são reflexões iniciais surgidas das indagações realizadas dentro dos diálogos nas disciplinas do doutorado em Estudos Fronteiriços, nas vivências femininas e trocas realizadas durante as aulas que pretendem auxiliar na construção e na definição do projeto de pesquisa.

Embora estudos anteriores tenham buscado analisar a presença de migrantes bolivianos em Corumbá, ainda são reduzidas as pesquisas voltadas para as experiências das brasileiras emigradas residentes ou não na Bolívia e suas formas de organização social e constituições de redes de conexões. Considerando que esta pesquisa está em estágio inicial, a proposta do presente artigo é apresentar reflexões teóricas e conceituais que guiarão a elaboração do trabalho, bem como desenvolver um primeiro exercício analítico a partir de conversas sobre experiências femininas na região de fronteira.

Para isso, apresentaremos uma breve apresentação dos conceitos analíticos centrais para a pesquisa que será desenvolvida: fronteira, gênero e migração. Considerando a perspectiva teórica que será adotada, buscaremos promover a interface dessas temáticas com a epistemologia feminista e os estudos decoloniais. Em seguida, apresentaremos o relato de uma estudante brasileira, residente em Corumbá (BR) que estudou Medicina da Universidad Tecnica Privada Cosmos (Unitepc), em Porto Quijarro (BO). A análise do diálogo se constituirá de maneira e entender nas experiências migratórias trazidas pela estudante, sendo organizada a partir de três eixos: vivência enquanto mulher migrada; estratégia para acesso de direitos; percepções sobre a fronteira.

Consideramos que a proposta de pesquisa aqui apresentada contribuirá para o campo dos Estudos Fronteiriços ao construir diálogos que buscam articular os conceitos de fronteira, gênero, migração feminina, decolonialidade e redes migratórias femininas. Partimos da premissa de investigação de que as mulheres desempenham papel fundamental na elaboração de estratégias familiares e na construção de redes solidárias que possibilita o acesso aos

direitos sociais. Para o exercício reflexivo e analítico que faremos no presente trabalho, nosso foco será no acesso à educação em contextos fronteiriços.

2. FRONTEIRA E AS RELAÇÕES SOCIAIS

A compreensão contemporânea dos estudos sobre fronteira ultrapassa a perspectiva que trabalha a definição simplificada da migração internacional, sobretudo no viés do controle estatal. Aqui, ela é entendida como espaço socialmente produzido, marcado por interações, conflitos, negociações e processos permanentes de construção identitária.

Segundo Oliveira (2022), as dinâmicas fronteiriças possuem relativa autonomia em relação às estruturas estatais, produzindo formas específicas de sociabilidade e organização social. Nesse sentido, a fronteira deve ser compreendida não apenas como linha de separação, mas como espaço de encontro e de construção cotidiana de relações sociais. Sendo assim, nos permite compreender como os sujeitos fronteiriços desenvolvem conhecimentos próprios acerca do território em que vivem, elaborando estratégias que frequentemente ultrapassam diversos entendimentos simplificados sobre a migração fronteiriça.

A experiência cotidiana desses espaços produz formas particulares de mobilidade, circulação e pertencimento que provocam as concepções rígidas sobre quem são os sujeitos que circulam nesses espaços. A região formada por Corumbá e Ladário, no lado brasileiro, e Puerto Quijarro e Puerto Suárez, e no lado boliviano, constituem exemplo dessa realidade. Somando-se os quatro municípios, atinge-se uma população aproximada de 160 mil habitantes, estando a maior quantidade dessa população domiciliada em Corumbá (mais de 96 mil habitantes). Isso faz com que esse município exerça centralidades importantes nesta região, como na oferta de serviços médicos e hospitalares, educação, trabalho e renda e proteção social (Oliveira et al, 2024).

Embora pertencentes a países distintos, essas localidades apresentam elevado grau de integração econômica, cultural e social, que se enquadram dentro da categoria de cidades gêmeas. Segundo o Ministério da Integração Nacional (2014), serão consideradas cidades gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, integrada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar a unificação da malha urbana com cidade do país vizinho.

O trânsito diário de trabalhadores, estudantes, comerciantes e usuários de serviços públicos demonstram que a fronteira é vivenciada tanto como espaços de interações e elos como barreiras ou limites. Neste sentido, estudar os fluxos migratórios em fronteira, em nosso entendimento, consiste no reconhecimento de que esse tipo de mobilidade é possível, também,

através de uma espécie de apropriação do sentido simbólico que fronteira possui (Oliveira, Mariani e Loio, 2018).

Santos (2006) entende o território como resultado das relações sociais historicamente construídas. Para este autor, o território não é apenas uma porção física do espaço, mas o conjunto de usos, apropriações e significados atribuídos pelos sujeitos que o habitam. Dessa forma, a fronteira pode ser compreendida como território que é vivenciado, constantemente produzido e transformado pelas práticas sociais daqueles que nela vivem e de acordo com suas necessidades.

Como forma de introduzir uma visão descolonizadora de fronteira, inserimos aqui a definição proposta por Gloria Anzaldúa, que a compreende como um espaço singular, onde se entrecruzam, se enfrentam

> [...] De hecho, las tierras de frontera están presentes fisicamente en donde dos o más culturas se acercan una a otra, donde personas de diferentes razas ocupan el mismo territorio, donde se tocan las clases bajas, medias y altas, donde el espacio entre dos individuos se encoge com la intimidad. (Anzaldúa, 2015, p.11)

Ao trazer essa definição, a autora se propõe a falar de territórios geográficos, mas também de outros aspectos (psíquico, simbólico, cultural etc.); a fronteira se apresenta entre dois territórios, entre culturas que se aproximam e se distanciam, entre pessoas de diferentes raças e classes sociais. Refletindo sobre a fronteira entre México e EUA, Anzaldúa nos permite compreender a região fronteiriça como um espaço distinto, de criação cultural e muito além de mera divisão territorial:

> La frontera entre México y Estados Unidos es una herida abierta en donde el tercer mundo raspa contra el primero y sangra. Y antes de formarse una costra vuelve la hemorragia, la sangrevida de dos mundos que se fusionan para formar un tercer país, una cultura fronteriza. Las fronteras se establecen para definir los lugares que son seguros e inseguros, para distinguirnos a nosotros de ellos. Una frontera es una línea divisoria, una franja angosta a lo largo de un borde escarpado. The borderland es un lugar vago e indeterminado creado por el residuo emocional de un límite artificial. Está en un estado constante de transición. Lo prohibido y vetado lo habitan. Los atravesados, las atravesadas viven ahí: los de mirada furtiva, las perversas, los queer, las busca-pleitos, los mestizos, cualquiera que sea mulato, mezcla de razas o medio muerta; en resumen, aquellos y aquellas que cruzan al outro lado, pasan por encima o traspasan los confines de lo "normal". [...] (Anzaldúa, 2015, p. 61)

A partir disso, a autora retira esse espaço e seus habitantes da tradicional marginalidade e imoralidade que lhes são atribuídos, buscando ressignificar a noção de fronteira, fazendo emergir um território e indivíduos que são produções e produtores culturais singulares, muito

além dos rótulos que as teorias acadêmicas lhes atribuem. Seus textos nos invocam a todo o momento a olharmos a fronteira com um olhar descolonizado e descolonizador, livres de pré-conceitos que encarceram e homogeneízam a fronteira e seus habitantes.

Para Anzaldúa, a transpolinização racial, ideológica, cultural e biológica (característica da fronteira) permite forjar uma consciência *mestiza*: uma consciência fronteiriça, que abriga uma identidade múltipla, que transcende as dualidades e os binarismos. Viver na fronteira é viver sem fronteira, converter-se em encruzilhada; ter o corpo e a alma atravessados por vários mundos, por vários sistemas culturais. Com isso, a autora clama por uma "teoria encarnada" para pensar a fronteira, que modifique nossa compreensão sobre esse lugar sempre visto como impessoal, frio e desprovido de alma. A fronteira é um espaço para ser vivenciado a partir das sensações e das emoções da confluência e dos embates culturais e simbólicos que lhes são característicos.

3. GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE DOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS

A inserção da categoria gênero aos estudos migratórios representa importante avanço teórico porque permite a compreensão mais ampla e profunda das diferenças existentes entre as experiências migratórias masculinas e femininas. Investigações sobre migração internacional foram construídas a partir da figura do migrante masculino, como elenca Peres, Baeninger e Souchaud (2008). O foco das análises até o final da década 1970, centrado na figura do migrante definido como do sexo masculino, tomaram invisíveis os diferenciais migratórios existentes entre homens e mulheres ao longo de todo o processo. Frente à globalização e tantas transformações sociais em países de origem e destino, não há mais motivos para se acreditar que os homens são únicos protagonistas desse processo enquanto as mulheres podem ser definidas simplesmente coma acompanhantes.

Com isso, as mulheres foram tratadas como sujeitos secundários nos projetos migratórios familiares, permanecendo invisibilizadas pelas análises acadêmicas em contextos específicos, e, portanto, dentro dos estudos migratórios. A feminização das migrações diz respeito não apenas ao aumento quantitativo da presença feminina, mas sobretudo ao reconhecimento da presença das mulheres como protagonistas de projetos migratórios próprios. Passando, assim a migrar de forma autônoma, assumindo responsabilidades econômicas, familiares e sociais que anteriormente eram associadas, majoritariamente aos homens.

De acordo com os Dados do Portal Global de Dados sobre Migração, gerenciado pelo Centro Global de Análise de Dados sobre Migração (GMDAC) da Organização Internacional para as Migrações (OIM), no ano de 2024, a estimativa era que 48% do número total de migrantes internacionais no mundo eram meninas e mulheres. Ainda, de acordo com esses dados, no final de 2022, estimava-se que um total de 6.859.426,5 estudantes internacionais estivessem estudando no mundo (UN DESA, 2025). Esses dados mostram não somente que parte expressiva da migração internacional é realizado por mulheres, como também demonstram aumento significativo dos estudos de gênero e migrações, assim como indivíduos que buscam protagonizar melhores condições de vida, como mostra (Assis, 2004; Peres, 2006).

De acordo com Scott (2019), gênero é o elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e, simultaneamente, a forma primária de significar relações de poder. Ainda de acordo com a autora, gênero é "[...] um campo primeiro no seio do qual ou por meio do qual o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas parece ter constituído um meio persistente e recorrente de tornar eficaz a significação de poder [...]" (Scott, 2019, p. 69).

Considerando que as relações de gênero são organizadas de maneira assimétricas, em razão da lógica patriarcal que rege nossa sociedade, entendemos que as desigualdades entre homens e mulheres são transpassadas para os processos migratórios, resultando não somente a condições específicas para a migração feminina, como também deixando esse público mais exposto a situações de violência, vulnerabilidades e preconceitos. Neste sentido, a migração deixa de ser interpretada como fenômeno neutro e passa a ser compreendida como experiência fundamentalmente atravessada pelas relações de gênero. Homens e mulheres não apenas migram por razões distintas, mas também enfrentam oportunidades, desafios e processos de inserção social vivenciados de maneira diferenciadas e específicas.

Como forma de ampliar a discussão sobre gênero e migração feminina, consideramos fundamental incorporarmos a concepção de colonialidade, elaborada por Quijano (2005), que a entende como a forma de dominação e exploração que foram estabelecidas a partir das invasões coloniais, criando relações hierarquizadas dos países do Norte Global em relação aos países do Sul Global, e que permanecem vigentes mesmo com o fim do colonialismo enquanto modelo político e econômico.

Como dimensões dessa elaboração de Quijano, temos a colonialidade do poder (influência e dominação política e econômica do Norte Global em relação ao Sul Global), do saber (deslegitimação dos conhecimentos construídos no Sul Global) e do ser (racismo, preconceito e discriminação em relação à população do Sul Global). Posteriormente, teóricas

feministas decoloniais irão estabelecer a relação entre gênero e colonialidade, compreendendo que as intrusões coloniais irão impactar de maneira mais contundente a vida das mulheres, transformando a dualidade homem-mulher em um binarismo homem x mulher, acentuando o poder masculino e resultando em práticas e discursos violentos contra os corpos femininos (Segato, 2021).

A ampliação essa discussão busca incorporar a perspectiva decolonial aos estudos migratórios, buscando entender que as análises dentro das migrações internacionais devem ser investigadas considerando processos históricos e sociais desencadeados pela colonialidade que permeiam e estruturam as relações sociais atuais. Sendo assim, gênero e colonialidade agem de maneira conjunta na produção de desigualdades, como posto por Silva (2022); da mesma forma, as vulnerabilidades que afetam especialmente mulheres migrantes, de maneira mais intensa as provenientes do Sul Global.

A abordagem decolonial sob as fronteiras permite compreender que as experiências femininas de mobilidade não podem ser analisadas apenas em perspectivas externas (aqui relacionados a espaços fora da América Latina), sendo necessário considerar os contextos históricos e sociais específicos desse espaço e das regiões fronteiriças, da mesma forma, buscando entender como leituras regionais produzidas tratam o tema.

4. GÊNERO E MIGRAÇÃO A PARTIR DOS RELATOS DE UMA MULHER EMIGRADA

Conforme exposto na Introdução, utilizamos a aplicação de um questionário para obter relatos sobre as vivências de uma mulher brasileira emigrada. A partir dele, foi possível observar a dinâmica das experiências estabelecidas por uma brasileira, estudante de medicina, que buscou na Bolívia a oportunidade de realizar sua graduação, visto que, no Brasil, esse curso tem alto custo financeiro e difícil acesso.

O questionário semiestruturado foi aplicado durante o mês de junho de 2026, de maneira remota a uma estudante brasileira que se graduou em medicina na Bolívia, utilizamos para atingir nossos objetivos, o aplicativo whatsapp (META), de forma que permitisse que, de acordo com a rotina de estudos e supervisões, a entrevistada pudesse livremente expor suas experiências, percepções e vivências como imigrante pendular. A escolha da entrevistada se deu pelas proximidades acadêmicas estabelecidas na pós- graduação durante o primeiro semestre nas aulas do PPGEF. A estratégia de estabelecer diálogo pelo aplicativo foi utilizada porque ela atualmente realiza residência médica em Campo Grande-MS.

O objetivo principal aqui foi compreender a trajetória migratória traçada, as redes de apoio que foram mobilizadas durante o processo de deslocamento, as dificuldades enfrentadas ao longo da formação acadêmica e as estratégias que foram utilizadas para acessar direitos e permanecer no país de destino. O instrumento foi composto por 22 perguntas e 5 pontos cruciais com temas específicos que incluem, trajetórias, redes de apoio e conexões, experiências/ dificuldades, estratégias/ acesso a direitos/ conquistas e transformações.

Analisaremos aqui as respostas obtidas a partir de três eixos temáticos: vivência enquanto mulher migrada; estratégia para acesso de direitos; percepções sobre a fronteira.

Referente ao primeiro eixo temático, a estudante detalha os desafios que foram enfrentados nos processos emigratórios na fronteira, que inclui barreiras linguísticas, burocracias com documentação e o enfrentamento do machismo e da xenofobia no ambiente acadêmico e hospitalar dentro da sua área de atuação.

> Eu não falava espanhol e não tinha conhecimento dos documentos que precisava para continuar o curso, porque a gente entra com documentos brasileiros e eles dão um prazo para entregarmos os documentos necessários, mas não orientam como fazer ou onde ir para regularizar, os alunos veteranos ajudam mas os documentos mudam o tempo todo de um semestre pro outro.

Essas informações corroboram a identificação de aspectos específicos sobre a representação feminina nas mobilidades, visto que os diferem dos masculinos e que, e, por diferirem, não podem ser analisadas sob os mesmos vieses. Aqui identificados como: Percepções de segurança, assédio, relações familiares e constituição de redes femininas para enfrentamento de vulnerabilidades particulares. Essas evidências nos interessam, pois mostram que pesquisas sobre feminização migratória enfatizam o trabalho, economia e mercado, enquanto esse estudo traz a educação como motivação migratória, algo ainda que nos convida a exploração nas tipificações das redes solidárias na fronteira Brasil-Bolívia.

No que se refere à questão de gênero e colonialidade, destaca-se a seguinte fala:

> As mulheres Brasileiras são vistas como fáceis, eles falam do nosso corpo, das roupas, do comportamento, o país é muito machista. Os casos de abuso e assédio são absurdamente comuns, e ficamos reféns porque as pessoas que dão as notas pra podermos passar de ano aproveitam desse privilégio. Eu passei a faculdade toda evitando contato visual com os homens da universidade e do hospital, não tinha conversas que não fossem profissionais e me mantinha o mais afastada possível.

Aqui temos a expressão das dinâmicas de poder estabelecidas a partir do campo de gênero, pois homens se utilizam do status masculino e dos cargos de poder para assediar e subjugar mulheres, mantendo-as “reféns”, como bem indica nossa entrevistada, reforçando a

especificidade da vivência feminina nos processos migratórios e a vulnerabilidade feminina em relação à violência. Além disso, a visão que se estabelece sobre os corpos das mulheres de sociedade latino-americanas é um resultado direto da visão colonial, que as observou como corpos exóticos e hipersexualizados, à disposição dos avanços e dos assédios masculinos.

Apesar das adversidades encontradas, que inclui, segundo o relato, a omissão de órgãos institucionais, a trajetória é descrita como uma fase de superação das dificuldades que se desencadeiam na transformação pessoal. Essa narrativa evidencia a experiência emigratória feminina, que permitiu, através dos estudos a ascensão profissional e econômica da entrevistada. O que dialoga diretamente com o a afirmação sobre as transformações inerentes ao processo migratório ao longo do desenvolvimento dos estudos.

Podemos entender que a mobilidade feminina pode ser compreendida como uma estratégia que articula aspirações pessoais, responsabilidades familiares e a construção de novas oportunidades em contextos fronteiriços. As imigrantes contemporâneas beneficiam se da expansão das oportunidades educacionais e de emprego, além de uma legislação liberalizante no que se refere ao divórcio e às discriminações de gênero. Embora essas diferenças sejam significativas, haveria mais similaridades que diferenças entre a vida dessas mulheres migrantes de diferentes origens nacionais (Assis, 2007).

As experiências aqui expostas dão evidências sobre as condições e a representação de ser mulher emigrada a expõe aos desafios que, de forma ampla, aparecem na literatura como comuns das mobilidades humanas, no entanto, se observados pela ótica de gênero, passam por condições específicas. Essas especificidades se constituem nas vulnerabilidades que não são relatadas com grande frequencia nos processos realizados pelos homens, segundo trecho do relato sobre segurança, “O horário das aulas, muitas aulas eram a noite e voltar pela rodovia dava medo, eu passava muito tempo fora de casa”, ainda, relacionados a união entre as acadêmicas como forma de resistência ao subjugamento.

> O consulado brasileiro em Puerto Quijarro foi absurdamente omisso em todo período que estive na faculdade, principalmente no internado em que houve casos de abuso com as meninas e eles não se envolveram. O conselho da Bolívia no qual as meninas denunciaram também se abstiveram e não ajudaram a resolver nada.

Em seu depoimento, a estudante põe destaque sobre como as mulheres brasileiras eram frequentemente associadas a estereótipos relacionados à sexualização de seus corpos e comportamentos, situações que contribuem significativamente para a naturalização de comportamentos e práticas de assédio e discriminação nos ambientes frequentados.

Isso nos mostra que as relações de poder baseadas no gênero dentro da experiência migratória feminina, explicitam os mecanismos de vigilância e controle que as afetam não apenas no que diz respeito a permanência no país de destino, mas também a vivência cotidiana, nesse caso, dentro da formação educacional, o que torna a migração feminina singular.

O segundo eixo temático a ser abordado são as estratégias para acesso de direitos, no qual focaremos a ideia de redes, sendo essas entendidas como ferramentas utilizadas pelas mulheres no acesso durante a emigração e de manutenção de conexões realizadas nos espaços de destino e origem. As redes sociais servem de ligação entre a sociedade de destino e de origem e parecem ser muito importantes nos fluxos de longa distância. As mulheres frequentemente são fundamentais e centrais para essas redes, nas que articulam a própria migração quanto naquelas que reúnem grupos familiares elas são os "nós" que conectam as pessoas (Assis, 2007).

As redes tornam-se marcos importantes que ajudam e formar os elos nos lugares de origem e destino das emigradas, constituindo-se como espécie de espaços de segurança em diversos aspectos, físicos, financeiros e no apoio com filhos e moradia no país de destino e de origem. Nelas são articulados fatores primordiais como estabelecimento no lugar de destino relacionados à segurança e apoio emocional e financeiro, conforme relato:

> Minha família me ajudou em tudo e nunca houve cobrança de nada em relação ao período em que estive na universidade, inclusive engravidei no primeiro ano de faculdade e tive muita sorte porque meus pais me ajudaram em tudo, tanto no cuidado com meu filho, quanto financeiramente, porque eu não trabalhei durante todo o curso.

A entrevistada destaca a importância da rede de apoio familiar para sua permanência no país vizinho, especialmente após a maternidade durante o curso. Isso reforça a importância da articulação das redes sociais como ferramentas estratégicas nos deslocamentos humanos, sobretudo, para a segurança nos lugares de destino, incluindo nos aspectos documentais e de organização e estabelecimento nos lugares de destino, conforme ela indica: "Os alunos veteranos ajudam, mas os documentos mudam o tempo todo de um semestre pro outro".

No que se refere as percepções da estudante sobre a fronteira, relata que sua experiência de mobilidade, afirma que, antes da graduação, possuía uma compreensão limitada, ou mesmo estereotipada sobre o significado da fronteira e sobre sua própria condição de migrante.

> Durante toda a vida escutamos piadas a respeito dos bolivianos, mesmo vivendo na fronteira e compartilhando a vida diária, a Bolívia sempre é colocada como menos, como menor que os brasileiros e eu não fiz faculdade antes na Bolívia por causa desses pensamentos xenofóbicos que tinham sido enraizados em mim. Quando a oportunidade de estudar lá surgiu de novo, pois já havia

> surgido antes com uma mulher que trabalhava comigo e me ofereceu a ideia de começar a faculdade com ela, eu agarrei porque já havia tentado muito as faculdades públicas do Brasil, mas eu trabalhava e estudava e não conseguia passar. Quando comecei ainda me sentia menor por estar fazendo faculdade nesse país que desde sempre me foi ensinado que era ruim, mas vivendo lá todos os dias a xenofobia vai se derretendo e a gente vai aprendendo que tudo e todo mundo tem valor e é igual, assim como o Brasil tem diversas questões a melhorar, mas eu sou muito grata a Bolívia e principalmente a fronteira. Hoje tenho muito orgulho de dizer que fiz faculdade na Bolívia.

A participante destacou que a convivência diária com a sociedade boliviana e de outros lugares, contribuíram para desconstruir preconceitos anteriormente internalizados, especialmente aqueles relacionados à xenofobia reproduzida no lado brasileiro da fronteira.

> Eu não sabia que era uma cidadã fronteiriça, muito menos que era migrante, ainda mais migrante pendular. Hoje vejo a fronteira de uma maneira muito ampla, sofrida mas cheia de oportunidades. Eu só pude realizar meu sonho por ser uma cidadã fronteiriça.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo traz evidências sobre a importância de ampliar os debates sobre a feminização das migrações na América Latina, especialmente em contextos fronteiriços, onde as experiências das mulheres ainda permanecem pouco exploradas pelas pesquisas.

A partir do relato trazido da estudante brasileira na Bolívia, foi possível compreender, neste exemplo, que a mobilidade feminina não se restringe a fatores econômicos, de maneira específica, ou mesmo a presença feminina está relacionada diretamente ao acompanhamento de homens ou filhos. Envolvem, sobretudo, projetos de vida que visam o acesso à educação, e estão intimamente ligados a estratégias profissionais e pautadas de forma a construir melhores condições de vida e ascensão social.

A narrativa analisada nesse artigo revelou que o deslocamento feminino é marcado por desafios e adaptações constantes, além de específicos pela condição da mulher, nos quais as redes migratórias desempenham papel fundamental. A presença dos familiares, amigos, colegas de curso e demais vínculos estabelecidos ao longo da trajetória migratória contribuem para a circulação de informações, o acolhimento e a permanência no destino, além de fortalecimento dos elos que demonstram que a migração é também um fenômeno social sustentado por relações de solidariedade e apoio facilitadas pelas redes solidárias.

O estudo permite observar que a condição fronteiriça influencia diretamente a experiência migratória feminina. Nesse sentido, a fronteira configura-se não apenas como um

limite territorial, mas como um espaço de intensas interações, negociações e construções identitárias, conflituosas ou de crescimento profissional.

Por fim, os resultados apresentados apontam caminhos importantes para o desenvolvimento da pesquisa de doutorado, tema abordado como proposta de projeto de pesquisa dentro do programa PPGEF, especialmente no que se refere à compreensão das estratégias mobilizadas por mulheres brasileiras emigradas em regiões de fronteira para acessar direitos, serviços e políticas públicas. Futuras investigações que serão ampliadas e aprofundadas, sob a perspectiva decolonial, que inclui investigações específicas no contexto da migração internacional. Buscaremos, contribuir para a produção de conhecimento sobre a presença e o protagonismo das mulheres nos processos migratórios contemporâneos.

REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La frontera: la nueva mestiza**. Ciudad Autónoma de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2015.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 745-772, set./dez. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/pTknVwR7jtGFHsPfyV5Mk7x/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 jun. 2026.

ASSIS, Gláucia de Oliveira; SIQUEIRA, Sueli. Mulheres emigrantes e a configuração de redes sociais: construindo conexões entre o Brasil e os Estados Unidos. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, ano XVII, n. 32, p. 25-43, 2009. Disponível em https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/143. Acesso em: 10 jun.2026.

BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta Guimarães. Migração feminina: um debate teórico e metodológico no âmbito dos estudos de gênero. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2013, Florianópolis. Anais [...] Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, p. 1-14. 2013.

BOYD, Monica; GRIECO, Elizabeth. Women and migration: incorporating gender into international migration theory. Washington, DC: Migration Policy Institute, 2003.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Ministério da Integração define conceito de cidades gêmeas. Brasília, DF, 24 mar. 2014. Disponível em: https://www.gov.br/sri/pt-br/backup-secretaria-de-governo/portalfederativo/arquivos-privados/noticias/midias/ministerio-da-integracao-define-conceito-de-cidades-gemeas. Acesso em: 7 jun. 2026.

MACHADO, L. O. Limites, Fronteiras e Redes. In: T. M. Strohaecker et al (Org). Fronteiras e Espaço Global, AGB-Porto Alegre, Porto Alegre, 1998.

MARINUCCI, Roberto. Feminization of migration? REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, v. 15, n. 29, p. 5-22, dez. 2007.

MIGRATION DATA PORTAL. Migration and human mobility: key figures. Geneva: International Organization for Migration, [s.d.]. Disponível em: https://www.migrationdataportal.org/key-figures. Acesso em: 10 jun. 2026.

OLIVEIRA, Jéssica Canavarro. Espacialidades fronteiriças e práticas solidárias: bolivianas em relações de vizinhança e de comércio em Corumbá, MS. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, Corumbá, 2019.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de; LOIO, Joanna Amorim de Melo Silva. Migração internacional pendular em fronteira: em busca de qualificações espaciais. Revista Videre, Dourados, v. 11, n. 21, p. 54-67, 2019. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/videre/article/view/9069/5159. Acesso em: 7 jun. 2026.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de; MARIANI, Milton Augusto Pasquotto; LOIO, Joanna Amorim de Melo Silva. Imigrações pendulares: um estudo sobre bolivianas na fronteira Brasil-Bolívia. In: BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro (org.). **Migrações fronteiriças**. Campinas: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" (NEPO/UNICAMP), 2018. p. 485-681. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_fronteiricas.pdf. Acesso em: 20 jun. 2026.

PERES, Roberta Guimarães; SOUCHAUD, Sylvain; BAENINGER, Rosana. Mulheres na fronteira Brasil-Bolívia: primeiros resultados. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu. Anais [...] [S.l.: s.n.], 2010. Disponível em: https://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/divers17-07/010051113.pdf. Acesso em: 10 jun. 2026.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: do patriarcado comunitário de baixa intensidade ao patriarcado colonial-moderno de alta intensidade. In: SEGATO, Rita Laura. Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. p. 85-120.

SILVA, Vivian da Veiga. Contribuições dos estudos de gênero e da decolonialidade para os debates sobre migrações internacionais. GeoPantanal, Corumbá, n. 32, p. 103-116, jan./jun. 2022.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. International migrant stock 2024. New York: UN DESA, 2025. Disponível em: https://www.migrationdataportal.org/international-data?i=stock_abs_female_&t=2024. Acesso em: 10 jun. 2026.

CAPÍTULO XVII

VENEZUELANOS EM TRÂNSITO NA FRONTEIRA PUERTO QUIJARRO (BOLÍVIA)-CORUMBÁ (BRASIL): MOBILIDADE, VULNERABILIDADE E ACOLHIMENTO

VENEZUELANS IN TRANSIT AT THE PUERTO QUIJARRO (BOLIVIA)–CORUMBÁ (BRAZIL) BORDER: MOBILITY, VULNERABILITY, AND RECEPTION

DOI: 10.51859/amplla.mig854.1126-17

Júnior Rodrigues dos Santos Rosales
Fabiano Quadros Rückert

RESUMO

O artigo analisa o trânsito migratório de venezuelanos na fronteira *Puerto Quijarro* (Bolívia)–Corumbá (Brasil), considerando trajetórias de mobilidade, vulnerabilidades vivenciadas e estratégias de acolhimento acionadas durante a permanência temporária na cidade fronteiriça. A pesquisa possui abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica, análise documental, observação direta e registros em diário de campo produzidos na Casa do Migrante de Corumbá, complementados por conversas informais com migrantes acessados pela técnica de amostragem em bola de neve (*snowball sampling*). Os resultados evidenciam deslocamentos sucessivos, precarização das condições de vida e barreiras ao acesso às políticas públicas, revelando especificidades do trânsito migratório em contextos fronteiriços.
Palavras-chave: trânsito migratório; migração venezuelana; mobilidade humana; fronteira Brasil–Bolívia; acolhimento.

ABSTRACT

This article analyzes the migratory transit of Venezuelans across the Puerto Quijarro (Bolivia)–Corumbá (Brazil) border, focusing on mobility trajectories, experienced vulnerabilities, and reception strategies during their temporary stay in the border city. The study adopts a qualitative approach based on a literature review, document analysis, direct observation, and field notes produced at the Corumbá Migrant House, complemented by informal conversations with migrants accessed through snowball sampling. The findings reveal successive movements, precarious living conditions, and barriers to accessing public policies, highlighting the specific characteristics of migratory transit in border contexts.
Keywords: migratory transit; Venezuelan migration; human mobility; Brazil–Bolivia border; reception.

1. INTRODUÇÃO

A mobilidade humana constitui uma das características mais marcantes das migrações internacionais no século XXI. Nas últimas décadas, os deslocamentos populacionais passaram a apresentar novas configurações, impulsionadas por transformações econômicas, políticas, ambientais e humanitárias que intensificaram os fluxos entre países do Sul Global.

Nesse contexto, a América Latina consolidou-se como um importante espaço de circulação de migrantes. Esse cenário evidencia o fortalecimento das chamadas migrações Sul-Sul (Baeninger, 2018). Tais fluxos são caracterizados por trajetórias que extrapolam a lógica tradicional de origem e destino. Eles revelam processos marcados pela circulação regional, pela diversidade de modalidades migratórias e pela constante reconfiguração dos projetos de mobilidade.

Entre esses fluxos, destaca-se a migração venezuelana, considerada um dos mais expressivos deslocamentos populacionais da história recente da América Latina. A crise política, econômica e humanitária vivenciada pela Venezuela intensificou a saída de milhões de pessoas em busca de proteção, oportunidades de trabalho e melhores condições de vida. Entretanto, esses deslocamentos nem sempre resultam em processos de fixação territorial. Muitos migrantes constroem percursos longos e descontínuos, atravessando sucessivas fronteiras, reorganizando seus itinerários conforme as oportunidades encontradas e permanecendo temporariamente em diferentes cidades antes de alcançar o destino pretendido. Essa dinâmica evidencia a importância do trânsito migratório como categoria de análise das mobilidades contemporâneas.

Diferentemente das migrações orientadas pela residência permanente, o trânsito caracteriza-se pela permanência temporária, pela continuidade dos deslocamentos e pela constante redefinição das trajetórias migratórias. Trata-se de uma experiência atravessada por incertezas, interrupções da viagem, vulnerabilidades e pela necessidade de acionar redes institucionais e comunitárias capazes de garantir alimentação, abrigo, informações e condições mínimas para a continuidade do percurso.

No Brasil, a produção acadêmica sobre a migração venezuelana concentrou-se, predominantemente, na fronteira com Roraima. Os estudos daquela região privilegiam discussões sobre refúgio, interiorização, acesso às políticas públicas e inserção socioeconômica (Jarochinski-Silva; Baeninger, 2021; Silva; Wunsch, 2024; Biar; Silva, 2024).

Essas contribuições são fundamentais para compreender a complexidade do fenômeno migratório. No entanto, ainda são incipientes os estudos que analisam o trânsito em outras fronteiras brasileiras. Isso ocorre particularmente na região Centro-Oeste, onde a mobilidade internacional assume características próprias. Essa especificidade se deve à intensa circulação entre diferentes países sul-americanos.

Inserida nesse contexto, a fronteira entre *Puerto Quijarro*, na Bolívia, e Corumbá, em Mato Grosso do Sul, constitui um importante corredor de mobilidade regional. Historicamente marcada por intensas relações econômicas, comerciais, culturais e familiares, essa fronteira

passou a integrar as rotas percorridas por migrantes venezuelanos que atravessam diferentes países da América do Sul antes de seguirem para outras regiões brasileiras. Nessa dinâmica, Corumbá deixa de ser apenas cidade de destino e passa a desempenhar, sobretudo, a função de espaço de passagem, reorganização das trajetórias e acolhimento temporário de pessoas em situação de mobilidade.

Foi a partir das experiências observadas na Casa do Migrante de Corumbá que emergiu a problemática que orienta este estudo. O contato cotidiano com migrantes venezuelanos em trânsito evidenciou trajetórias marcadas por sucessivas travessias internacionais, permanências breves na cidade, dificuldades relacionadas à documentação, inserção precária no trabalho, limitação de recursos financeiros e dependência de redes de acolhimento para a continuidade da viagem. Essas vivências revelam especificidades do trânsito migratório que permanecem pouco exploradas pela literatura, sobretudo quando analisadas a partir das fronteiras Sul-Sul.

Diante desse cenário, este texto tem como objetivo analisar o trânsito migratório de venezuelanos na fronteira *Puerto Quijarro* (Bolívia)–Corumbá (Brasil), considerando as trajetórias de mobilidade, as vulnerabilidades vivenciadas e as estratégias de acolhimento construídas durante a permanência temporária na cidade fronteiriça. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica, análise documental e trabalho de campo realizado na Casa do Migrante de Corumbá. A produção dos dados ocorreu por meio de observação direta, registros em diário de campo e conversas informais com migrantes acessados pela técnica de amostragem em bola de neve (*snowball sampling*), possibilitando compreender suas experiências de deslocamento, permanência e circulação nesta fronteira.

2. MIGRAÇÕES SUL-SUL E O TRÂNSITO MIGRATÓRIO NA FRONTEIRA BRASIL–BOLÍVIA

As migrações internacionais contemporâneas têm sido marcadas por profundas transformações nos padrões de mobilidade humana, evidenciando o fortalecimento dos deslocamentos entre países do Sul Global. Ao discutir esse cenário, Baeninger (2018) afirma que as migrações Sul-Sul representam uma reconfiguração das mobilidades internacionais, marcada pela intensificação dos fluxos regionais e pela coexistência de diferentes modalidades migratórias, entre elas a migração de fronteira, o refúgio, a circulação transfronteiriça e o trânsito migratório. Para a autora, essas dinâmicas rompem com interpretações lineares sobre

origem e destino e exigem novos referenciais para compreender a complexidade das mobilidades na América Latina.

É nesse contexto que se insere a migração venezuelana, considerada um dos mais expressivos movimentos populacionais da história recente da região. A partir de 2013, o agravamento da crise política, econômica e humanitária desencadeou a saída de milhões de venezuelanos em direção aos países vizinhos. Entretanto, esses deslocamentos raramente ocorrem de forma direta. Ao contrário, são marcados por sucessivas travessias, permanências temporárias e constantes redefinições das trajetórias, evidenciando que a experiência migratória é construída ao longo do percurso e não apenas no momento da chegada ao destino.

Essa compreensão se aproxima da perspectiva desenvolvida por Sayad (1998), para quem a migração constitui um "*fato social total*". Segundo o autor, migrar significa muito mais do que atravessar uma fronteira internacional; implica reconstruir relações de trabalho, pertencimento, identidade e formas de inserção social. Sob essa ótica, o deslocamento deve ser entendido como um processo contínuo, no qual origem, percurso e destino fazem parte de uma mesma experiência social.

As regiões de fronteira tornam-se, portanto, espaços privilegiados para compreender essas mobilidades. Ao discutir a noção de território, Haesbaert (2014) argumenta que as fronteiras não podem ser reduzidas a limites político-administrativos entre Estados nacionais. Elas constituem espaços de circulação, interação, conflitos e múltiplas territorialidades, onde diferentes sujeitos constroem formas diversas de viver e experimentar a mobilidade.

Essa interpretação se mostra particularmente pertinente para compreender a fronteira entre *Puerto Quijarro*, na Bolívia, e Corumbá, no Brasil. O Anuário das Migrações Internacionais em Corumbá/MS (2022), elaborado pelo MIGRAFRON, demonstra que a cidade possui uma trajetória historicamente vinculada às migrações internacionais, favorecida por sua posição estratégica na fronteira e por sua tradição portuária.

Desde o século XIX, Corumbá consolidou-se como espaço de circulação de pessoas de diferentes nacionalidades, característica que permanece na atualidade e reforça sua importância nas dinâmicas migratórias sul-americanas. (MIGRAFRON, 2022, p. 6).

O mesmo anuário destaca que Corumbá deve ser compreendida simultaneamente como cidade de permanência e de passagem. Sua localização no centro da América do Sul favorece tanto o estabelecimento de migrantes quanto a circulação de pessoas que utilizam a fronteira como etapa intermediária de trajetórias mais amplas pelo continente.

Essa característica reforça a necessidade de compreender a fronteira para além de sua dimensão geopolítica, reconhecendo-a como espaço de mobilidade, acolhimento e articulação de diferentes experiências migratórias.

Ao analisarem os fluxos migratórios na região, Guerrero e Dorfman (2024) argumentam que a mobilidade internacional constitui uma dimensão permanente da condição fronteiriça de Corumbá. Para as autoras, a circulação de pessoas entre Brasil e Bolívia integra a dinâmica cotidiana local. Esse fluxo envolve deslocamentos motivados por trabalho, comércio, educação, saúde e vínculos familiares.

Mais recentemente, esse cenário passou a incorporar também os fluxos de migrantes venezuelanos. Esse grupo específico utiliza a fronteira como parte de trajetórias mais amplas e dinâmicas pela América do Sul.

As autoras destacam ainda que a porosidade da fronteira permite compreender por que parte desses deslocamentos não é captada pelos registros oficiais. A coexistência de travessias documentadas e não documentadas evidencia que muitos migrantes permanecem invisíveis às estatísticas institucionais, sobretudo aqueles que utilizam Corumbá apenas como espaço temporário de passagem.

Os relatórios produzidos pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) demonstram que os venezuelanos continuam figurando entre as principais nacionalidades migrantes no Brasil, reforçando que esse fluxo permanece como um dos mais relevantes da mobilidade humana contemporânea no país (Cavalcanti; Oliveira; Macedo, 2023).

Essa realidade se aproxima da experiência observada na presente pesquisa, realizada junto à Casa do Migrante, onde muitos dos migrantes observados permaneceram apenas alguns dias na cidade antes de seguir viagem para outras regiões do Brasil.

Nessa perspectiva, o trânsito migratório deixa de ser compreendido como um simples intervalo entre a origem e o destino para constituir uma experiência social própria, marcada por permanências temporárias, reorganização constante das rotas, vulnerabilidades e construção de redes de apoio. É justamente essa dimensão que orienta a análise desenvolvida neste artigo, ao buscar compreender como migrantes venezuelanos experienciam a fronteira *Puerto Quijarro*–Corumbá durante seus processos de mobilidade e como constroem estratégias de acolhimento e continuidade da viagem.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa se caracteriza como qualitativa, de natureza exploratória e interpretativa, por buscar compreender as experiências, os significados e as estratégias construídas por

migrantes venezuelanos em trânsito na fronteira entre *Puerto Quijarro* (Bolívia) e Corumbá (Brasil). Segundo Gil (2008), a pesquisa qualitativa possibilita compreender fenômenos sociais em seu contexto de ocorrência, privilegiando os significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências e às relações que estabelecem com o meio em que vivem.

O campo empírico foi desenvolvido na Casa do Migrante de Corumbá. Este serviço de acolhimento institucional é vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SMASC). A unidade destina-se ao atendimento temporário de migrantes internacionais, refugiados e demais pessoas em contexto de mobilidade humana sob vulnerabilidade social.

O serviço integra formalmente a rede socioassistencial do município. Suas ações oferecem acolhimento provisório, alimentação e condições de higiene. Além disso, a equipe realiza orientações sobre regularização documental, encaminhamentos setoriais e apoio à continuidade das trajetórias migratórias.

A escolha desse espaço decorreu de sua centralidade na rede municipal de atendimento à população migrante, constituindo o principal equipamento de acolhimento a migrantes internacionais na fronteira Brasil–Bolívia e um local privilegiado para compreender as experiências de venezuelanos em trânsito.

O trabalho de campo foi realizado entre os meses de setembro e novembro de 2025, período em que foram efetuadas oito visitas à instituição, possibilitando acompanhar sua rotina de funcionamento e as dinâmicas de acolhimento desenvolvidas junto aos migrantes. A produção dos dados fundamentou-se na observação participante, registrada em diário de campo, permitindo acompanhar o cotidiano da instituição, as interações entre migrantes, profissionais da assistência social e demais atores envolvidos no processo de acolhimento.

Como estratégia complementar, foram realizadas conversas informais com famílias venezuelanas acolhidas na Casa do Migrante. Os interlocutores foram identificados por meio da técnica de amostragem em bola de neve (*snowball sampling*), procedimento metodológico justificado pela natureza volátil e de difícil acesso da população em situação de trânsito transfronteiriço (Vinuto, 2014).

A partir dos primeiros contatos estabelecidos durante o trabalho de campo, outras famílias foram sendo indicadas pelos próprios participantes, ampliando a compreensão sobre as diferentes trajetórias migratórias.

Optou-se por dialogar, prioritariamente, com famílias que permaneciam há mais tempo na instituição, por compreender que esse período de permanência favorecia a construção de vínculos de confiança entre pesquisador e participantes, além de possibilitar narrativas mais detalhadas sobre os percursos migratórios, as condições vivenciadas durante o deslocamento

e as expectativas em relação aos destinos pretendidos. As conversas ocorreram de maneira espontânea, sem roteiro estruturado, sendo conduzidas a partir das experiências compartilhadas pelos próprios migrantes.

As informações produzidas durante as conversas, associadas às observações realizadas ao longo das visitas, foram registradas em diário de campo, constituindo o principal corpus empírico da pesquisa. Posteriormente, esse material foi analisado de forma interpretativa, em diálogo com a literatura sobre migrações Sul-Sul, trânsito migratório e estudos fronteiriços. Desse processo emergiram três eixos analíticos que orientam a discussão apresentada neste artigo. São eles: (1) trajetórias migratórias; (2) vulnerabilidades vivenciadas durante o trânsito; e (3) redes de acolhimento na fronteira *Puerto Quijarro*–Corumbá.

Por envolver pessoas em situação de mobilidade internacional e vulnerabilidade social, a pesquisa observou os princípios éticos aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, preservando o anonimato dos participantes mediante a utilização de pseudônimos e a supressão de informações que pudessem possibilitar sua identificação.

4. TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE TRÂNSITO

As trajetórias dos migrantes venezuelanos na fronteira entre Puerto Quijarro e Corumbá revelam que a mobilidade contemporânea não ocorre de forma linear. Antes de alcançarem o território brasileiro, muitos indivíduos percorrem diferentes países sul-americanos. Nesse percurso, acumulam experiências de trabalho precário, barreiras na regularização documental e rupturas familiares.

Nesse contexto, Corumbá deixa de ser apenas uma cidade de fronteira para assumir a condição de território de passagem. É um espaço onde as trajetórias migratórias são interrompidas, reorganizadas e, posteriormente, retomadas. Essa dinâmica evidencia que a fronteira ultrapassa sua dimensão geopolítica. Ela se configura como um espaço social em permanente transformação, atravessado por mobilidades, vulnerabilidades e disputas em torno do acesso a direitos.

Nesse cenário, os migrantes em trânsito ocupam uma posição particularmente vulnerável, pois, em muitos casos, escapam das categorias tradicionais utilizadas pelos sistemas institucionais, construídos a partir da lógica da residência fixa e da permanência territorial.

Diante da vulnerabilidade dos migrantes em trânsito, a Casa do Migrante de Corumbá, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SMASC) desempenha uma função estratégica. Instituída em 2020, a unidade oferece acolhimento temporário, alimentação, dormitórios coletivos, orientações sobre direitos, encaminhamentos para

regularização documental e acesso à rede municipal de serviços, constituindo-se como o principal equipamento público de proteção social voltado à população migrante no município (Oliveira; Rosales; Loio, 2024, p. 138-140).

Foi nesse espaço que se desenvolveu o trabalho de campo desta pesquisa. Entre setembro e novembro de 2025, as observações registradas em diário de campo e as conversas informais realizadas com integrantes de famílias venezuelanas acolhidas pela instituição permitiram compreender que o trânsito migratório vai além do deslocamento entre países. As narrativas evidenciam percursos marcados por sucessivas travessias internacionais, estratégias de sobrevivência, perdas materiais, insegurança documental e constantes reconfigurações dos projetos migratórios

Além das observações registradas em diário de campo e das conversas informais realizadas com os participantes, esta pesquisa analisou os registros administrativos da Casa do Migrante referentes ao ano de 2025, sistematizados mensalmente pela equipe técnica da instituição. O material reúne informações sobre o quantitativo de atendimentos, nacionalidade dos usuários, demandas apresentadas, encaminhamentos realizados e observações produzidas durante o processo de acolhimento, constituindo importante fonte documental para compreender a dinâmica do atendimento prestado e o perfil da população migrante atendida.

Os registros demonstram que, ao longo de 2025, a Casa do Migrante realizou 1.516 registros de atendimento, evidenciando a intensidade dos fluxos migratórios que atravessam a fronteira entre Brasil e Bolívia. Desse total, 1.002 destes acolhimentos (66,1%) corresponderam a indivíduos de nacionalidade venezuelana, confirmando que esse grupo representa o principal público-alvo das demandas socioassistenciais na instituição.

Na sequência, destacam-se os atendimentos destinados a migrantes colombianos, com 296 registros (19,5%), seguidos por peruanos (52; 3,4%), chilenos (48; 3,2%), cubanos (39; 2,6%) e brasileiros (33; 2,2%), além de usuários provenientes de mais de trinta nacionalidades distintas, entre elas Haiti, Equador, Portugal, República Dominicana, Uruguai, Senegal, Nigéria e Bolívia. Esses dados evidenciam que Corumbá se consolidou como um importante corredor de mobilidade internacional, caracterizado pela diversidade de fluxos migratórios e pela multiplicidade de trajetórias que convergem para a cidade.

Tabela 1 – Atendimentos por nacionalidades realizados pela Casa do Migrante de Corumbá em 2025

Nacionalidade	Nº de atendimentos	%
Venezuela	1.002	66,1
Colômbia	296	19,5
Peru	52	3,4
Chile	48	3,2
Cuba	39	2,6
Brasil	33	2,2
Demais nacionalidades*	46	3,0
Total	**1.516**	**100,0**

Fonte: Elaboração própria com base nos registros administrativos da Casa do Migrante de Corumbá (SMASC, 2025).

A predominância de migrantes venezuelanos nos registros institucionais reforça que a crise humanitária iniciada na última década continua repercutindo sobre os deslocamentos regionais e confirma a importância da fronteira *Puerto Quijarro*–Corumbá como rota utilizada por aqueles que buscam alcançar outras regiões do Brasil. Ao mesmo tempo, a diversidade de nacionalidades atendidas demonstra que a mobilidade observada no município extrapola os fluxos bilaterais entre Brasil e Bolívia, reunindo sujeitos com diferentes projetos migratórios, temporalidades e necessidades de proteção social.

Os registros administrativos também permitem compreender a complexidade das demandas apresentadas pelos migrantes durante o acolhimento. Além da oferta de abrigo e alimentação, a equipe da Casa do Migrante realizou encaminhamentos para a rede de saúde, emissão e regularização documental, articulação com a Polícia Federal, orientações socioassistenciais, atendimento psicossocial e apoio à continuidade das viagens. Os dados evidenciam que a atuação da instituição ultrapassa a resposta às necessidades imediatas, configurando-se como um importante ponto de acesso às políticas públicas e de garantia de direitos para pessoas em contexto de mobilidade humana.

Foi dentro do cenário institucional supramencionado que se realizou a interação. As observações registradas em diário de campo e as conversas informais realizadas com integrantes de famílias venezuelanas acolhidas pela instituição permitiram compreender que, por trás dos indicadores quantitativos, encontram-se histórias marcadas por deslocamentos sucessivos, perdas materiais, insegurança documental, rupturas familiares e permanentes estratégias de reconstrução da vida. As narrativas apresentadas a seguir evidenciam como o trânsito migratório é vivido no cotidiano da fronteira e como a assistência social se constitui, simultaneamente, em espaço de acolhimento, proteção e reorganização dos projetos migratórios.

A adoção de nomes fictícios busca preservar a identidade dos interlocutores e, ao mesmo tempo, favorecer uma leitura mais fluida das narrativas, permitindo acompanhar as diferentes trajetórias migratórias analisadas ao longo deste estudo.

Entre os interlocutores da pesquisa destacam-se José, que viajava acompanhado da esposa María Fernanda e de seus filhos, e Yuleisy, migrante venezuelana que realizava o percurso migratório com sua família. Embora apresentem histórias singulares, suas narrativas convergem em diferentes aspectos, revelando percursos marcados por sucessivos deslocamentos, experiências de trabalho informal, dificuldades relacionadas à regularização documental e constantes estratégias de reorganização da vida ao longo da mobilidade regional.

Quadro 1 – Caracterização dos interlocutores da pesquisa

Pseudônimo	**Composição familiar**	**Percurso migratório**	**Contexto de acolhimento**
José	Casal com filhos	Venezuela → Chile → Equador → Bolívia → Brasil	Em acolhimento temporário na Casa do Migrante, aguardando continuidade da viagem
María Fernanda	Casal com filhos	Venezuela → Chile → Equador → Bolívia → Brasil	Acompanhava a família durante o processo migratório
Yuleisy	Família com filhos	Venezuela → Peru → Bolívia → Brasil	Em acolhimento temporário enquanto organizava o deslocamento para outro estado

Fonte: Elaboração própria a partir do diário de campo (2025).

A trajetória de José e María Fernanda ilustra essa dinâmica de mobilidade contínua. O casal relatou que deixou a Venezuela entre os anos de 2014 e 2016, período em que a deterioração das condições econômicas tornou inviável a permanência da família no país. A escassez de alimentos, a inflação crescente e a dificuldade de obtenção de renda foram apontadas como os principais fatores que impulsionaram a decisão de migrar.

Em um primeiro momento, a família estabeleceu-se no Chile, onde permaneceu aproximadamente um ano. Segundo José, a expectativa era reconstruir a vida naquele país, contudo, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal e a instabilidade econômica impediram a permanência definitiva. Diante desse cenário, a família decidiu seguir para o Equador, permanecendo por cerca de quatro anos, período em que desenvolveu atividades informais para garantir sua subsistência.

Ao narrar esse percurso, José explicou:

> "A gente sempre ia para onde aparecia uma oportunidade. Nunca saímos pensando no Brasil. Primeiro foi o Chile, depois o Equador. Quando

> percebíamos que não conseguíamos mais viver ali, precisávamos seguir viagem." (José, Diário de Campo, outubro de 2025).

A narrativa evidencia que a migração da família foi sendo constantemente reorganizada em função das condições encontradas em cada país. Nesse sentido, observa-se que os deslocamentos não obedecem a uma lógica linear, mas são continuamente redefinidos pelas oportunidades de trabalho, pelas políticas migratórias e pelas redes de apoio existentes ao longo do percurso. Essa descontinuidade do trajeto corporifica o que Sayad (1998) define como a totalidade do fato social migratório, onde o percurso e as sucessivas reterritorializações (Haesbaert, 2014) são tão constitutivos da experiência do sujeito quanto os momentos de partida e suposta chegada.

Durante a travessia pela Bolívia, entretanto, a família vivenciou um dos episódios mais marcantes de sua trajetória. Segundo José e María Fernanda, todos os documentos pessoais e parte dos recursos financeiros foram roubados durante o percurso, comprometendo significativamente a continuidade da viagem. A perda documental dificultou o acesso aos serviços públicos e aumentou a dependência das redes institucionais de acolhimento.

Ao recordar esse momento, María Fernanda relatou:

> "Quando levaram nossos documentos, parecia que tínhamos perdido nossa identidade outra vez. Sem documentos, tudo fica mais difícil." (María Fernanda, Diário de Campo, outubro de 2025).

A perda dos documentos ultrapassa a dimensão material. Conforme observado durante o trabalho de campo, ela representa também a interrupção temporária do acesso a direitos, dificultando a regularização migratória, o ingresso no mercado de trabalho formal e a utilização de diferentes serviços públicos. Assim, a documentação passa a constituir um elemento central nas experiências de vulnerabilidade vivenciadas pelos migrantes em trânsito. A trajetória de Yuleisy apresenta elementos semelhantes. Segundo seu relato, a saída da Venezuela foi motivada pelo agravamento da crise política e pelas dificuldades de garantir condições básicas para sua família. O primeiro destino foi o Peru, onde permaneceram por determinado período na expectativa de reconstruir suas vidas. Entretanto, a precarização das condições de trabalho, associada às dificuldades para regularização migratória, impulsionou um novo deslocamento em direção à Bolívia e, posteriormente, ao Brasil.

Embora cada família tenha percorrido trajetórias particulares, as narrativas convergem ao demonstrar que o trânsito migratório constitui uma sucessão de recomeços. Cada nova fronteira atravessada representa a necessidade de reorganizar estratégias de sobrevivência, reconstruir redes de apoio e redefinir expectativas em relação ao futuro. Corumbá, nesse contexto, não representa o destino final dessas famílias, mas um território de passagem onde

interrompem temporariamente a viagem para recuperar forças, acessar proteção social e planejar os próximos deslocamentos.

As trajetórias analisadas demonstram que o trânsito migratório é atravessado por decisões continuamente reformuladas, nas quais fatores econômicos, políticos, familiares e institucionais influenciam diretamente a permanência ou a partida. Mais do que deslocamentos entre fronteiras nacionais, os percursos observados revelam experiências de constante adaptação, nas quais os migrantes reinventam formas de sobrevivência e constroem novas redes de apoio para dar continuidade aos seus projetos de vida.

As informações coletadas nos permitem afirmar que Corumbá não se configura, para a maioria dos migrantes venezuelanos acompanhados nesta pesquisa, como destino, mas como ponto temporário de apoio no interior de percursos migratórios mais amplos. A condição de Corumbá como um ponto intermediário na busca de outros destinos se enquadra no padrão migratório dos venezuelanos elaborado por Cavalcanti, Oliveira e Macedo (2023). Segundo estes autores, a migração venezuelana no Brasil é marcada por mobilidade interna, interiorização e busca contínua por inserção laboral e social em diferentes regiões do país.

Nesse sentido, a permanência em Corumbá tende a ser breve e vinculada ao acesso a serviços socioassistenciais, como acolhimento, alimentação, orientação documental e encaminhamentos pela rede pública, antes da continuidade da viagem para outros estados brasileiros. Assim, a cidade assume papel estratégico como território de passagem e reorganização da mobilidade migratória. A compreensão dessas trajetórias e das formas de acolhimento construídas na fronteira permite refletir sobre os desafios impostos às políticas públicas em contextos de intensa mobilidade humana, discussão retomada nas considerações finais deste estudo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas ao longo deste estudo evidenciam que a migração venezuelana na fronteira entre Puerto Quijarro e Corumbá constitui um fenômeno complexo, marcado pela mobilidade contínua, pela provisoriedade e pela constante reconstrução dos projetos migratórios de sujeitos e famílias inteiras. As trajetórias acompanhadas demonstram que a fronteira ultrapassa a condição de mero limite geopolítico entre Estados nacionais, configurando-se como um espaço social dinâmico de circulação, espera, acolhimento e reorganização da vida de pessoas que seguem em busca de proteção, trabalho e melhores condições de existência.

Os resultados revelam que Corumbá ocupa um papel estratégico nessa engrenagem migratória regional. Para a maior parte dos migrantes venezuelanos acessados, o município não representa um destino definitivo, mas sim um território de passagem, onde o acesso aos serviços da política de assistência social torna-se a espinha dorsal para a continuidade da viagem.

Nesse contexto, a Casa do Migrante e a rede socioassistencial municipal desempenham um papel fundamental ao ofertar acolhimento, alimentação, orientações, encaminhamentos e proteção social imediata. Contudo, a precariedade da rota migratória marcada por episódios críticos como o roubo e a perda de documentos na travessia boliviana exige uma resposta institucional robusta que vá além do caráter estritamente emergencial e assistencialista.

Diante de tamanha vulnerabilidade burocrática e social, o percurso e as sucessivas reterritorializações (Haesbaert, 2014) passam a compor a totalidade do "fato social" migratório (Sayad, 1998), demandando ações estruturantes de inserção jurídica e cidadã.

Ao mesmo tempo, a pesquisa evidencia que a intensa mobilidade desses sujeitos desafia os modelos tradicionais de gestão das políticas públicas, historicamente estruturados a partir da lógica da residência fixa e da permanência territorial. Os migrantes em trânsito, por permanecerem poucos dias nas cidades fronteiriças, muitas vezes tornam-se invisíveis ou subnotificados nos registros institucionais tradicionais. Esse cenário consolida Corumbá como um nó estratégico e complexo da Migração Sul-Sul.

Para superar abordagens de monitoramento estáticas e obsoletas, a realidade local demanda arranjos institucionais flexíveis, pautados pela interoperabilidade de dados entre a rede socioassistencial e os órgãos de regularização migratória. Essa integração viabilizada por prontuários compartilhados de fronteira é fundamental para desatar o nó da invisibilidade burocrática sem paralisar o atendimento humanitário imediato. Trata-se de uma transição urgente para que as políticas públicas assumam um caráter intersetorial, estruturado especificamente para acolher a transitoriedade e salvaguardar os direitos dessa população flutuante.

Outro aspecto evidenciado pela pesquisa é que as migrações venezuelanas permanecem como um processo em constante transformação. Além da prolongada crise política, econômica e humanitária que marca a Venezuela na última década, a constante reconfiguração de fatores socioambientais e geopolíticos na América do Sul agrava as condições de vulnerabilidade social da população e contribui para a intensificação e diversificação dos deslocamentos humanos na região.

Esse panorama dinâmico impõe que os países sul-americanos, especialmente nas suas regiões de fronteira, fortaleçam suas redes de acolhimento e proteção social, preparando-se para responder a novos fluxos em um contexto de crescente instabilidade humanitária global.

A continuidade desta pesquisa abre caminhos promissores para o aprimoramento dessas ferramentas conceituais e sua aplicação direta na realidade local. Desdobramentos futuros deste estudo pretendem debruçar-se sobre o desenho metodológico e a viabilidade técnica de um "Modelo de Atenção ao Migrante em Trânsito" para o município de Corumbá, investigando como os fluxos documentados ao final de 2025 podem subsidiar o planejamento estratégico e o fortalecimento da rede SUAS local.

Ao reconhecer Corumbá como um território estratégico nas rotas migratórias sul-americanas e destacar o papel indispensável da política de assistência social na garantia de direitos, a pesquisa reafirma a importância de se produzir conhecimentos científicos engajados, capazes de subsidiar políticas públicas mais acolhedoras, humanas e sensíveis às múltiplas e complexas formas de mobilidade humana contemporânea.

REFERÊNCIAS

BAENINGER, Rosana (org.). **Migrações Sul-Sul.** Campinas: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO/UNICAMP), 2018.

BIAR, Liana de Andrade; SILVA, Maressa Fernanda Almeida da. Narrativas da Fronteira: paisagens discursivas da imigração venezuelana no Brasil. **Revista Monções**, Dourados, V.13, Nº 25, 2024. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/17242/10474

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de; MACEDO, Marília Fernandes (org.). **Relatório Anual 2023: OBMigra 10 anos – pesquisa, dados e contribuições para políticas.** Brasília: Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra); Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUERRERO, Jackeline Cristina Nogueira; DORFMAN, Adriana. Crise e normalidade nos fluxos migratórios em Corumbá, MS (2018-2022)**. Para Onde!?**, Porto Alegre, v. 18, e145099, 2024. DOI: **https://doi.org/10.22456/1982-0003.145099**

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite:** território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

JAROCHINSKI-SILVA, João Carlos; BAENINGER, Rosana. O êxodo venezuelano como fenômeno da migração Sul-Sul. REMHU, **Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, v. 29, n. 63, dez. 2021, p. 123-139. Disponível em: https://www.scielo.br/j/remhu/a/5CJ6rWdFCgGWKzdYqLdQLhx/?format=pdf&lang=pt

OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de (org.). **Anuário das Migrações Internacionais em Corumbá-MS.** Corumbá: Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais (MIGRAFRON); Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2022.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de; ROSALES, Júnior Rodrigues dos Santos; LOIO, Gilberto Xavier. **Migrações internacionais e desafios da baixa política em fronteira: coleta e leitura de dados na assistência social em Corumbá, MS, Brasil.** Para Onde!?**,** Porto Alegre, v. 18, e137535, 2024. DOI: https://doi.org/10.22456/1982-0003.137535

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SILVA, Francisca; WUNSCH, Luana. Acesso à Educação Básica para migrantes na rede municipal de ensino de Boa Vista - Roraima – Brasil. **Revista de Administração de Roraima**, v. 16, Edição Especial, 2024. Disponível em: https://revista.ufrr.br/adminrr/article/view/8205/4034

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, jul./dez. 2014. Disponível em: https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977

CAPÍTULO XVIII

FRONTEIRAS VIVIDAS, MEMÓRIAS COMPARTILHADAS: EXPERIÊNCIAS DE ACOLHIMENTO NA CASA DO MIGRANTE DE CORUMBÁ-MS

LIVED BORDERS, SHARED MEMORIES: WELCOMING EXPERIENCE S AT THE CASA DO MIGRANTE IN CORUMBÁ-MS

DOI: 10.51859/amplla.mig854.1126-18

Daniela Winkler da Costa Silva
Marco Aurélio Machado de Oliveira

RESUMO

O artigo analisa a Casa do Migrante de Corumbá-MS como espaço de acolhimento e produção de memórias na fronteira Brasil–Bolívia. Busca compreender como a mobilidade humana se expressa nesse território e exige respostas institucionais articuladas. Metodologicamente, utiliza revisão bibliográfica, análise documental e experiência profissional. Destaca-se o Livro de Lembranças como fonte empírica, composto por narrativas manuscritas de migrantes. Os resultados evidenciam a importância das redes de acolhimento e das narrativas na construção de sentidos sobre a migração. Conclui-se que a instituição atua não apenas na proteção social, mas também na preservação de memórias migratórias.
Palavras-chave: migração, fronteira, acolhimento, memória, mobilidade humana.

ABSTRACT

This article analyzes the Casa do Migrante of Corumbá-MS as a space for reception and memory production in the Brazil–Bolivia border context. It seeks to understand how human mobility unfolds in this territory and demands articulated institutional responses. Methodologically, it is based on a literature review, documentary analysis, and professional experience. The "Book of Memories" is highlighted as the main empirical source, composed of handwritten narratives produced by migrants. The results emphasize the importance of reception networks and narratives in constructing meanings about migration. The study concludes that the institution plays a key role in social protection and in preserving migratory memories.
Keywords: migration; border; reception; memory; human mobility.

1. INTRODUÇÃO

As migrações contemporâneas têm se intensificado nas últimas décadas, configurando-se como um dos principais fenômenos sociais do século XXI. No contexto latino-americano, esses deslocamentos são atravessados por crises estruturais, transformações políticas e desigualdades socioeconômicas que impulsionam a experiência migratória em diferentes direções. Mais do que um fenômeno demográfico, a migração revela processos complexos que articulam território, poder e acesso a direitos. (Sayad, 1998).

Nesse cenário, as regiões de fronteira assumem centralidade analítica, uma vez que se configuram como espaços onde tais dinâmicas se tornam mais visíveis e intensas. Longe de serem compreendidas apenas como linhas divisórias entre Estados nacionais, as fronteiras constituem territórios socialmente produzidos, marcados por fluxos, disputas, negociações e múltiplas formas de pertencimento. (Haesbaert, 2021; Martins, 1997; Oliveira, 2016).

O município de Corumbá-MS, localizado na fronteira entre Brasil e Bolívia, apresenta-se como um território estratégico para a análise dessas dinâmicas. A circulação cotidiana de pessoas evidencia uma fronteira vivida, na qual os limites formais do Estado são constantemente tensionados pelas práticas sociais. Sob essa perspectiva, a presença de migrantes internacionais demanda respostas institucionais capazes de articular o acolhimento, a proteção e o acesso a direitos.

É nesse cenário que se insere a Casa do Migrante de Corumbá-MS, uma unidade socioassistencial da Política Nacional de Assistência Social voltada à oferta do serviço de acolhimento provisório e atendimento a famílias e indivíduos em mobilidade humana em situação de migração internacional. Para além da proteção imediata, a instituição tornou-se, ao longo dos anos, um espaço de preservação das experiências vividas por aqueles que passaram pelo acolhimento.

Entre essas iniciativas destaca-se o "Livro de Lembranças", um acervo constituído por narrativas manuscritas produzidas espontaneamente pelos próprios migrantes durante sua permanência na instituição. Mais do que um registro de despedidas ou agradecimentos, o livro reúne memórias construídas na própria fronteira, preservando experiências, sentimentos e significados atribuídos às trajetórias migratórias. Assim, configura-se como uma fonte documental primária e inédita, capaz de revelar dimensões dos deslocamentos internacionais que frequentemente permanecem invisíveis nos registros oficiais.

Dessa maneira, o presente trabalho tem como objetivo apresentar a atuação da Casa do Migrante enquanto um espaço de acolhimento a partir do "Livro de Lembranças", evidenciando seu potencial para a produção de conhecimento sobre memória, migração e território. O presente artigo resulta da pesquisa intitulada "Cartografia das travessias migratórias na Casa do Migrante: Emoções, percursos e desafios na fronteira Brasil-Bolívia (Corumbá/MS)", desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços (PPGEF), sediado no Câmpus do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/-CPAN).

Neste estudo, compreende-se o Livro de Lembranças como um acervo de memórias individuais que, reunidas em um mesmo suporte documental, constituem uma memória coletiva da experiência migratória na fronteira. (Halbwachs, 1990; Pollak, 1989).

Embora existam pesquisas sobre os fluxos migratórios na fronteira Brasil-Bolívia e sobre a atuação da Casa do Migrante de Corumbá, ainda são escassos estudos que utilizem os registros produzidos pelos próprios migrantes como fonte primária de investigação. Nesse sentido, este artigo busca contribuir para esse campo ao analisar o Livro de Lembranças da Casa do Migrante, produzido na fronteira e sobre a fronteira, compreendendo-o como um patrimônio documental, capaz de preservar memórias, experiências e significados atribuídos pelos próprios sujeitos às suas trajetórias migratórias.

2. METODOLOGIA

A construção do presente trabalho fundamentou-se em três procedimentos metodológicos complementares. O primeiro consistiu na revisão bibliográfica sobre fronteira, mobilidade humana, migração e memória, utilizando produções acadêmicas que abordam a realidade fronteiriça de Corumbá-MS e as dinâmicas migratórias contemporâneas. O segundo procedimento envolveu a análise documental de publicações institucionais, dados oficiais e estudos produzidos sobre a Casa do Migrante, permitindo contextualizar sua criação, funcionamento e relevância no cenário regional.

O terceiro correspondeu à análise documental de uma fonte primária, constituída pelos registros presentes no Livro de Lembranças da Casa do Migrante de Corumbá-MS. Trata-se de um acervo formado por relatos espontâneos, manuscritos pelos próprios migrantes acolhidos, contendo mensagens, desenhos, agradecimentos e assinaturas. Sob a perspectiva da história oral e da memória social, esse conjunto constitui uma fonte documental primária produzida pelos próprios sujeitos da migração

O acervo é composto por dois volumes de cadernos pautados de 100 folhas, produzidos entre 2021 e 2026. O primeiro volume encontra-se integralmente preenchido, reunindo 127 relatos, enquanto o segundo conta, até o momento da realização desta pesquisa, com 64 páginas preenchidas. Os registros são realizados voluntariamente pelos sujeitos no momento de sua saída do acolhimento, sem modelo padronizado de escrita, permitindo que cada um expresse livremente suas experiências, agradecimentos, expectativas e reflexões sobre sua trajetória migratória.

Para essa pesquisa, os registros foram analisados com o objetivo de compreender aspectos relacionados às experiências de deslocamento, acolhimento, pertencimento

e produção de memórias no contexto da fronteira Brasil-Bolívia. Para preservar a identidade dos autores dos registros, não serão apresentados nomes ou informações que permitam sua identificação, observando-se os princípios éticos que orientam a atuação profissional dos pesquisadores.

A utilização do Livro de Lembranças como fonte documental ocorreu mediante autorização institucional da coordenação da Casa do Migrante de Corumbá-MS para fins de pesquisa acadêmica. Os registros analisados foram produzidos espontaneamente pelos migrantes e, nesta pesquisa, formam utilizados exclusivamente de forma anonimizada, com supressão de nomes e quaisquer informações que possibilitem a identificação dos autores, em observância aos princípios éticos aplicáveis à pesquisa e às disposições da Resolução CNS nº 510/2016.

Considerando que os registros do Livro de Lembranças encontram-se predominantemente em espanhol, utilizou-se a ferramenta *ChatGPT (OpenAI)* como apoio à tradução dos textos para o português. O recurso foi empregado exclusivamente para facilitar a compreensão linguística do material documental, permanecendo a seleção dos trechos, a conferência das traduções, a interpretação e a análise qualitativa sob responsabilidade dos pesquisadores.

Criado em 2021 por iniciativa da coordenação da Casa do Migrante, o Livro de Lembranças nasceu com a finalidade de preservar as memórias das pessoas acolhidas e registrar suas passagens pela instituição. Sua materialidade revela características que lhe conferem singularidade como documento histórico: trata-se de um acervo coletivo, construído por múltiplos autores, em diferentes idiomas, predominantemente em espanhol, contendo distintas grafias, formas de expressão e marcas da diversidade cultural presente nos fluxos migratórios que atravessam a fronteira Brasil-Bolívia.

Na perspectiva de Le Goff (1990), os documentos constituem suportes da memória e participam da construção da história. Nessa perspectiva, o Livro de Lembranças ultrapassa sua função institucional e assume o caráter de patrimônio documental, ao preservar testemunhos produzidos pelos próprios migrantes sobre suas experiências de deslocamento, acolhimento e reconstrução de trajetórias.

O contexto de produção do acervo está diretamente relacionado à experiência do acolhimento institucional. Diferentemente dos registros administrativos produzidos pelos profissionais da assistência social, o Livro de Lembranças permite que os próprios migrantes assumam o papel de narradores de suas histórias, registrando percepções, afetos e significados atribuídos às experiências vividas.

Ao mesmo tempo, é importante reconhecer os limites da fonte documental. Os registros contemplam apenas aqueles que desejaram e puderam escrever suas experiências, não abrangendo a totalidade das pessoas acolhidas. Assim, o documento evidencia determinadas vozes e experiências, enquanto outras permanecem silenciadas, seja por barreiras linguísticas, dificuldades de alfabetização, questões emocionais ou pela própria decisão de não registrar sua passagem pela instituição.

Desse modo, o Livro de Lembranças pode ser compreendido como um documento histórico produzido tanto na fronteira quanto sobre a fronteira, reunindo narrativas de trajetórias migratórias que, ao serem preservadas, contribuem para a construção de uma memória coletiva fronteiriça em Corumbá/MS.

3. FRONTEIRA E MOBILIDADE HUMANA

A fronteira é compreendida pelas Ciências Humanas como um espaço que ultrapassa a função de limite geopolítico entre Estados nacionais. Mais do que uma linha demarcatória, constitui-se como um território socialmente produzido, atravessado por práticas sociais, experiências institucionais e fluxos humanos permanentes.

Para Martins (1997), a fronteira representa um espaço de encontro com a alteridade, onde diferentes sujeitos e formas de vida entram em contato, produzindo relações marcadas tanto pela cooperação quanto pela tensão. Nessa perspectiva, a fronteira é um espaço social dinâmico, capaz de evidenciar desigualdades, disputas e transformações sociais que se produzem nesse território.

Essa perspectiva também se aproxima das discussões propostas por Oliveira (2016), especialmente quando o autor compreende o ambiente fronteiriço como uma realidade complexa e sinuosa, marcada por ambiguidades e tensões constantes. A fronteira é "palco de vivências, experiências, conflitos e trocas" (Machado, 1998 apud Oliveira, 2016, p. 16). Na prática, entende-se como espaço de circulação permanente, mas também de espera, controle e reconstrução de percursos. Ao mesmo tempo em que acolhe, produz barreiras, incertezas e vulnerabilidades.

Nesse sentido, a fronteira se molda como um espaço de encontros, marcado por múltiplas territorialidades e por constantes processos de reterritorialização, dialogando com as contribuições de Haesbaert (2004; 2021). Para o autor, os processos contemporâneos de circulação possibilitam a vivência simultânea de diferentes territórios, fenômeno particularmente visível em regiões fronteiriças, onde as conexões sociais e econômicas

frequentemente ultrapassam os limites formais dos Estados nacionais ou das visões cartesianas.

No campo dos estudos migratórios, Sayad (1998) propõe compreender a migração como um fenômeno social total, que envolve simultaneamente dimensões econômicas, políticas, culturais e afetivas. Assim, os deslocamentos humanos não podem ser reduzidos à simples mudança espacial, mas devem ser analisados a partir das condições históricas, políticas e sociais que os produzem e dos impactos que geram nos territórios de origem, trânsito e destino.

Na presente pesquisa, a fronteira entre Brasil e Bolívia, onde se localiza o município de Corumbá-MS, constitui um exemplo significativo dessas dinâmicas. Situada no centro da América do Sul, a cidade de Corumbá ocupa uma posição estratégica nos fluxos migratórios regionais, funcionando historicamente como rota de circulação de pessoas entre diferentes países do continente. Conforme destacam Dupas e Jesus (2022), a cidade é reconhecida como importante porta de entrada e saída de migrantes internacionais, caracterizando-se não apenas como um local de destino, mas principalmente como um espaço de passagem e circulação migratória.

A dinâmica fronteiriça local é marcada pela intensa interação entre Corumbá, no Brasil, e Puerto Quijarro e Puerto Suárez, na Bolívia. Essa circulação cotidiana apresenta diferentes fins: para trabalho, estudo, acesso ao comércio e acesso a serviços, fazendo com que a fronteira seja vivida de forma muito mais porosa do que sugerem os marcos formais do controle estatal. Conforme Guerrero e Dorfman (2025), dados da Polícia Federal indicam que, entre 2018 e 2022, o Posto de Imigração Esdras da Polícia Federal registrou aproximadamente 289 mil entradas de imigrantes internacionais, evidenciando a relevância da região nas dinâmicas migratórias contemporâneas.

Nesse contexto, Corumbá se destaca também como um espaço privilegiado para a observação dos fluxos migratórios contemporâneos. Conforme destacam Dupas e Jesus (2022), as transformações recentes das migrações internacionais na América do Sul evidenciam o fortalecimento das migrações Sul-Sul, o aumento da participação feminina nos deslocamentos e a crescente atuação de redes migratórias transnacionais. Inserida nesse cenário, Corumbá consolidou-se como importante espaço de circulação de migrantes internacionais, funcionando tanto como porta de entrada quanto de passagem para pessoas em mobilidade na América do Sul.

É nesse contexto de intensos fluxos migratórios e de múltiplas experiências de mobilidade que se insere a Casa do Migrante de Corumbá-MS. As trajetórias vivenciadas nesse

território não se expressam apenas nos indicadores migratórios ou nas demandas institucionais, mas também nas narrativas produzidas pelos próprios migrantes, registradas no Livro de Lembranças. Assim, compreender a dinâmica da fronteira implica reconhecer essas memórias como parte constitutiva da história da mobilidade humana na região.

4. CASA DO MIGRANTE DE CORUMBÁ-MS

A Casa do Migrante, foi criada em julho de 2020, justamente em resposta ao aumento da mobilidade humana na fronteira Brasil–Bolívia. Inicialmente concebida para responder às demandas emergenciais intensificadas durante a pandemia da Covid-19, a instituição tornou-se referência no atendimento a migrantes internacionais em situação de vulnerabilidade. Atualmente, sua atuação passou a integrar não apenas ações de acolhimento, mas também processos de orientação, encaminhamento e acompanhamento social, constituindo importante apoio ao acesso a direitos e à reconstrução de trajetórias de vida.

A importância da Casa do Migrante é destacada por Loio (2024), que a define como um importante equipamento da Assistência Social do município de Corumbá, que desempenha um papel estratégico na produção e na organização de dados sobre a mobilidade humana na fronteira, contribuindo para a compreensão dos fluxos migratórios e para o planejamento de políticas públicas.

Os dados disponíveis revelam a rápida consolidação da Casa do Migrante. Dados analisados por Dupas e Jesus (2022) demonstram que, apenas nos primeiros seis meses de funcionamento, entre julho e dezembro de 2020, foram realizados 282 acolhimentos, número que passou de 12 atendimentos no primeiro mês para 133 em dezembro. Em 2021, até meados de dezembro, a instituição já havia registrado 1.810 atendimentos. Dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), em abril de 2025, indicam que aproximadamente 1,7 mil pessoas foram acolhidas em 2024, enquanto entre janeiro e março de 2025, outras 515 passaram pela instituição. Esses números evidenciam não apenas a crescente demanda pelo serviço, mas também a centralidade da Casa do Migrante na rede de atendimento às pessoas em mobilidade humana na fronteira Brasil-Bolívia.

A literatura recente sobre a Casa do Migrante evidencia que sua atuação ultrapassa a oferta imediata de um serviço. Ao analisar o atendimento a crianças e adolescentes em deslocamento, Santos (2024) identifica a instituição como um espaço de acolhimento, proteção e defesa de direitos, cuja atuação foi sendo adaptada ao longo dos anos para responder às

transformações dos fluxos migratórios e às demandas específicas da população atendida. O autor destaca que as práticas desenvolvidas pela equipe estão fundamentadas em uma abordagem empática e centrada na pessoa, favorecendo processos de adaptação, reconstrução de vínculos e fortalecimento da autonomia dos migrantes.

Essa perspectiva é reforçada por Santos (2024, p. 17), ao afirmar que:

> Em um mundo muitas vezes indiferente aos desafios dos migrantes, a Casa do Migrante tem o objetivo de se destacar como um oásis de humanidade, adotando princípios para restaurar a dignidade e a esperança de cada jovem em deslocamento, reforçando seu valor intrínseco e direito de ser ouvido e respeitado. (Santos, 2024, p. 17).

Desse modo, ao longo de sua trajetória, a instituição se constituiu como mais do que um espaço de passagem, configurou-se como território de produção de relações sociais, experiências migratórias e memórias compartilhadas, no qual se materializam as dinâmicas da fronteira enquanto espaço vivido.

A atuação de uma das autoras deste artigo como assistente social da Casa do Migrante, desde agosto de 2025, possibilitou observar, no cotidiano institucional, como as dinâmicas migratórias se concretizam no território fronteiriço. Essa vivência permitiu compreender que atravessar fronteiras não se limita ao deslocamento geográfico, mas envolve processos complexos de reconstrução de pertencimentos, projetos de vida e ressignificação das próprias trajetórias, revelando as múltiplas dimensões que atravessam a experiência migratória.

Entre as diversas práticas institucionais que materializam essas dinâmicas, destaca-se o Livro de Lembranças, um acervo construído pelos próprios migrantes ao longo dos anos de funcionamento da instituição. O contato cotidiano com esse material revelou seu potencial como fonte documental para compreender as experiências migratórias vivenciadas na fronteira Brasil–Bolívia.

5. MEMÓRIAS DA MOBILIDADE: O "LIVRO DE LEMBRANÇAS" COMO FONTE PRIMÁRIA DAS EXPERIÊNCIAS MIGRATÓRIAS

A produção de memórias constitui uma dimensão fundamental para compreender os processos migratórios. Os deslocamentos humanos não representam apenas mudanças territoriais, mas envolvem rupturas, reconstruções de pertencimentos, ressignificação de identidades e elaboração de novos projetos de vida. Parte significativa dessas experiências permanece registrada nas narrativas construídas pelos próprios sujeitos que vivenciam a migração, tornando-se importante fonte para compreender dimensões que frequentemente escapam aos registros oficiais.

Mais do que um registro administrativo, o Livro de Lembranças configura-se como uma fonte documental primária, ainda não publicada em pesquisas acadêmicas e pouco explorada como objeto de investigação, o que amplia sua relevância para a compreensão das experiências migratórias na fronteira. Produzido espontaneamente pelos próprios sujeitos da migração, o acervo permite acessar percepções, emoções e significados atribuídos às suas trajetórias de deslocamento. Ao preservar essas narrativas, o Livro de Lembranças registra experiências que dificilmente seriam captadas por entrevistas formais ou por documentos institucionais.

O valor desse material ultrapassa seu caráter documental. Ao reunir relatos escritos pelos próprios migrantes, o Livro de Lembranças preserva memórias individuais que, quando analisadas em conjunto, permitem compreender experiências compartilhadas e processos coletivos de construção de sentidos acerca da migração.

Nessa perspectiva, o acervo dialoga com os estudos da memória social. Conforme Halbwachs (1990), a memória é socialmente construída, sendo permanentemente influenciada pelos grupos e pelos contextos coletivos aos quais os indivíduos pertencem. Na mesma direção, Pollak (1989) destaca que a memória é um fenômeno socialmente construído, profundamente relacionado aos processos de formação da identidade social, especialmente em contextos marcados por deslocamentos e reconfiguração de pertencimentos. As contribuições dos autores permitem compreender que as narrativas produzidas pelos migrantes ultrapassam o âmbito das experiências individuais, constituindo registros que expressam processos coletivos de construção de sentidos, pertencimentos e identidades.

Desse modo, a seguir, serão analisados alguns dos relatos presentes no Livro de Lembranças, buscando evidenciar como os próprios sujeitos narram e atribuem significado às suas experiências de mobilidade na fronteira Brasil–Bolívia.

6. NARRATIVAS DA MOBILIDADE: EXPERIÊNCIAS REGISTRADAS NO LIVRO DE LEMBRANÇAS

Compreendido como uma fonte documental primária e como um acervo de memórias da mobilidade humana, o Livro de Lembranças possibilita acessar as experiências migratórias a partir das narrativas produzidas pelos próprios sujeitos. A análise de alguns desses registros permite identificar temas recorrentes que atravessam os processos de deslocamento, acolhimento, reconstrução de pertencimentos e projeção de novos futuros.

A leitura das narrativas evidencia que, apesar das diferentes nacionalidades, trajetórias e contextos familiares, determinados elementos aparecem de forma recorrente, como o medo, a esperança, a travessia, a solidariedade e a expectativa de recomeço. O primeiro trecho ilustra como a decisão migratória é marcada simultaneamente pela incerteza e pela esperança:

> *"Salimos de Lima - Perú con mucho miedo pero con convicción y aquí estamos en Corumbá. Con destino a Curitiba, gracias Brasil por darnos la oportunidad de comenzar una nueva vida para mejor."* (Livro de Lembranças, registro de 2021).

Nesse breve relato, observa-se que o medo não atua como impedimento para o deslocamento; ao contrário, convive com a convicção de buscar melhores condições de vida. A travessia aparece como um projeto de reconstrução do futuro, enquanto o Brasil é simbolicamente representado como um território de oportunidade e recomeço. A narrativa demonstra que migrar implica muito mais do que atravessar fronteiras geográficas: significa reconstruir expectativas e elaborar novos sentidos para a própria existência.

Outro aspecto recorrente nas memórias refere-se ao papel desempenhado pelas redes institucionais de acolhimento durante os primeiros momentos após a chegada ao país de destino. Em diversas narrativas, a Casa do Migrante aparece como um ponto de apoio fundamental diante da vulnerabilidade inicial, como no trecho registrado em 2021:

> *Regresamos a la Policía Federal donde nos informaron sobre la Casa del Inmigrante. Una vez nos dirigimos al lugar, al cual llegamos a las 04:00 p.m., nos recibieron con mucha amabilidad, calidez y seguridad. En la Casa del Inmigrante nos dieron información acerca de nuestra situación y nos orientaron; nos brindaron techo, abrigo, comida y apoyo emocional. Fueron un rayo de luz en medio de toda la oscuridad por la que atravesamos.* (Livro de Lembranças, 2021).

A narrativa evidencia que o acolhimento ultrapassa o atendimento das necessidades materiais imediatas. Alimentação, abrigo e orientação aparecem associados ao apoio emocional construído nas relações estabelecidas durante a recepção. A expressão *"un rayo de luz"* sintetiza a dimensão simbólica atribuída ao acolhimento institucional diante das situações de extrema vulnerabilidade experimentadas pelos migrantes.

Além do acolhimento institucional, as narrativas evidenciam a importância das redes de apoio construídas ao longo da trajetória migratória, especialmente em contextos marcados por adoecimento, insegurança e outras situações de vulnerabilidade. Em alguns relatos, o acolhimento recebido é apresentado como elemento decisivo para a continuidade do projeto migratório, sobretudo após experiências que comprometeram a própria capacidade de seguir viagem, como ilustra o registro a seguir:

> *Llegue a bolivi especificamente en ururo una semana ay mequede por que todó estaba serrado en ese lugar me enferma se mebajo latencicon medes maye perdi el conocimiento por horano podia caminal niabla tenia un fuerter dolor de cabeza y no podia respiral todo eso lo vivi en Ururo ya que todo estava muy complicado decidi venir paraca con mis hijos y mi propocito en este pais es pode darle una mejor calidad de vidad a mis hijos ya que soy madre soltera y tengo la responsabilidad con mis hijo espero poder logra una estabilidad en que no recibiero aca mucha gracia excelent trabajo e agradecida.* (Livro de Lembranças, registro de 2026).

O relato evidencia uma trajetória marcada por sucessivas vulnerabilidades. Durante a travessia, a autora descreve um quadro de adoecimento que comprometeu sua capacidade de locomoção, ao mesmo tempo em que reafirma o propósito de proporcionar melhores condições de vida aos filhos. Ao final da narrativa, o agradecimento dirigido à instituição demonstra que o acolhimento recebido foi percebido como parte importante desse processo de reconstrução. Assim, a experiência revela que as redes de apoio, especialmente aquelas constituídas pelos serviços socioassistenciais, desempenham papel relevante na proteção de pessoas em mobilidade humana e na continuidade de seus projetos de vida.

As memórias também revelam que as trajetórias migratórias são construídas por relações ambíguas estabelecidas durante o percurso. Ao mesmo tempo em que surgem episódios de discriminação e violência, aparecem manifestações de solidariedade provenientes de pessoas e instituições, como demonstra o trecho a seguir:

> *Por un mejor futuro pasamos por Colombia, Perú, Bolivia y Brasil. Fue un viaje muy largo; nos ayudaron muchas personas, otras nos trataron mal, nos ofendieron, pero para adelante con la fe y la bendición de Dios. Nos han tratado bien acá en Brasil. Gracias por todo, agradecida*. (Livro de Lembranças, registro de 2021).

Esse relato demonstra que as trajetórias migratórias não podem ser compreendidas apenas como deslocamentos entre países. Elas são constituídas por experiências nas quais convivem sofrimento, discriminação, solidariedade, espiritualidade e esperança. A fé emerge como um importante recurso simbólico para enfrentar as adversidades, enquanto os vínculos solidários estabelecidos ao longo do percurso contribuem para sustentar o projeto migratório e fortalecer as possibilidades de reconstrução da vida.

Assim, as narrativas reunidas no Livro de Lembranças revelam aspectos dos processos migratórios que dificilmente seriam apreendidos por indicadores quantitativos ou registros administrativos. Ao registrar sentimentos, expectativas e interpretações construídas pelos próprios migrantes, o caderno preserva uma memória viva da experiência fronteiriça e amplia

as possibilidades de compreensão dessas trajetórias sob a perspectiva dos sujeitos que as vivenciam.

O Livro de Lembranças deixa de ser apenas um caderno institucional para transformar-se em um documento histórico construído coletivamente pelos próprios migrantes, permitindo que suas vozes permaneçam registradas como testemunhos das experiências vividas na fronteira.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas neste estudo evidenciam que os processos migratórios em contextos fronteiriços ultrapassam a dimensão do deslocamento territorial, constituindo-se como fenômenos marcados pela reconstrução de trajetórias, pela produção de novos pertencimentos e pela elaboração de memórias. Nesse cenário, a fronteira Brasil–Bolívia se configura não apenas como espaço de passagem, mas como território no qual experiências individuais e coletivas são continuamente produzidas e ressignificadas.

A principal contribuição deste relato de experiência reside na análise do Livro de Lembranças da Casa do Migrante de Corumbá-MS como fonte documental primária para os estudos migratórios. Produzido espontaneamente pelos próprios migrantes entre 2021 e 2026, o acervo reúne narrativas manuscritas elaboradas durante a experiência de acolhimento na fronteira, constituindo um registro singular de vivências, sentimentos, expectativas e significados atribuídos ao processo migratório. Trata-se de uma fonte inédita que permite acessar dimensões subjetivas dos processos migratórios dificilmente identificadas em documentos administrativos, bases estatísticas ou registros institucionais convencionais.

Ao preservar essas narrativas, a Casa do Migrante amplia sua atuação para além do acolhimento institucional, passando também a se constituir como espaço de salvaguarda da memória social das migrações. O Livro de Lembranças deixa de representar apenas um registro das pessoas acolhidas e passa a configurar-se como um acervo documental produzido na fronteira e sobre a fronteira, preservando testemunhos de sujeitos que vivenciaram diretamente os processos migratórios nesse território. As narrativas reunidas permitem compreender a fronteira a partir da perspectiva daqueles que a atravessam, conferindo visibilidade a experiências frequentemente ausentes dos registros oficiais.

Este estudo apresenta limitações inerentes ao relato de experiência e à natureza da fonte analisada, uma vez que o Livro de Lembranças reúne apenas registros produzidos por migrantes que, voluntariamente, desejaram compartilhar suas vivências. Além disso, as

análises se restringem ao contexto da Casa do Migrante de Corumbá-MS, não pretendendo representar a diversidade de experiências migratórias em outros territórios fronteiriços.

Por fim, este trabalho contribui para ampliar o reconhecimento de fontes documentais produzidas pelos próprios sujeitos da migração como instrumentos relevantes para a pesquisa sobre migrações internacionais e contextos fronteiriços. O Livro de Lembranças demonstra que a preservação dessas narrativas possibilita não apenas o registro de experiências individuais, mas também a constituição de um patrimônio documental sobre a migração na fronteira Brasil–Bolívia, valorizando os migrantes como protagonistas na produção da memória e da história desse território.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF: CNS, 2016. Disponível em: https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf. Acesso em: 3 jul. 2026.

CASA DO MIGRANTE DE CORUMBÁ. Livro de Lembranças. Corumbá: Casa do Migrante, 2021–2026. Documento institucional não publicado.

DUPAS, Elaine; JESUS, Alex Dias de. Casa do Migrante de Corumbá-MS: potencialidades do acolhimento de migrantes internacionais na fronteira Brasil-Bolívia. In: JESUS, Alex Dias de; DUPAS, Elaine (Orgs.). A vida na fronteira: investigações sobre o viver transfronteiriço no Mato Grosso do Sul. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. p. 16-31. Disponível em: https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/a-vida-na-fronteira-investigacoes-sobre-o-viver-transfronteirico-no-mato-grosso-do-sul/. Acesso em: 1 jul. 2026.

GUERRERO, Jackeline Cristina Nogueira; DORFMAN, Adriana. Crise e normalidade nos fluxos migratórios em Corumbá, MS (2018-2022). Para Onde!?, Porto Alegre, v. 18, n. 2, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.22456/1982-0003.145099. Acesso em: 3 jul. 2026.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. Disponível em: https://almanaquemilitar.com.br/wp-content/uploads/2021/10/Jacques-Le-Goff-Historia-e-memoria.pdf. Acesso em: 3 jul. 2026.

LOIO, Gilberto Xavier. Proposta de aplicação web para a gestão dos registros de atendimentos na Casa do Migrante em Corumbá-MS, na fronteira Brasil-Bolívia. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Estudos Fronteiriços) – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, Corumbá, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/9623. Acesso em: 3 jul. 2026.

MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de. O ambiente fronteiriço: traços intangíveis e realidades sinuosas. Revista GeoPantanal, Corumbá/MS, UFMS/AGB, n. 21, p. 13-22, jul./dez. 2016.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SANTOS, Evelyn Flayra Cavalcanti dos. Fronteira, crianças e adolescentes em deslocamento: a Casa do Migrante de Corumbá-MS como espaço de acolhimento, proteção e de defesa de direitos. 2024. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/9258. Acesso em: 3 jul. 2026.

SAYAD, Abdelmalek. A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: EDUSP, 1998.

CAPÍTULO XIX

SAÚDE ÚNICA NO CONTEXTO DA REGIÃO FRONTEIRIÇA BRASIL-BOLÍVIA: PERCEPÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO SOBRE A ABORDAGEM UMA SÓ SAÚDE NO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ, MATO GROSSO DO SUL

ONE HEALTH IN THE CONTEXT OF THE BRAZIL-BOLIVIA BORDER REGION: PERCEPTIONS OF EDUCATION PROFESSIONALS ON THE ONE HEALTH APPROACH IN THE MUNICIPALITY OF CORUMBÁ, MATO GROSSO DO SUL

DOI: 10.51859/amplla.mig854.1126-19

Anny Caroline Silva Funes de Arruda
Aiesca Oliveira Pellegrin
Raquel Soares Juliano

RESUMO

A abordagem Saúde Única integra saúde humana, animal, vegetal e ambiental, sendo fundamental para o enfrentamento de desafios sanitários em regiões de fronteira. Este estudo analisou a percepção de profissionais da educação da Rede Municipal de Ensino de Corumbá/MS sobre essa abordagem. Trata-se de pesquisa com abordagem qualitativa, realizada por meio de questionário aplicado a 74 participantes. Os resultados evidenciaram conhecimento parcial sobre Saúde Única e limitações quanto ao Programa Saúde na Escola. Conclui-se que o fortalecimento da formação docente e de ações intersetoriais é essencial para promover a educação em saúde e a prevenção de doenças no contexto escolar.
Palavras-chave: Saúde Única, Programa Saúde na Escola, Educação em Saúde, Fronteira, Corumbá.

ABSTRACT

The One Health approach integrates human, animal, plant, and environmental health, playing a crucial role in addressing health challenges in border regions. This study analyzed the perceptions of education professionals within the Corumbá (MS) municipal school system regarding this approach. It is a qualitative study conducted via a questionnaire administered to 74 participants. The results revealed partial knowledge of One Health and limitations concerning the School Health Program. The study concludes that strengthening teacher training and intersectoral actions is essential for promoting health education and disease prevention within the school setting.
Keywords: One Health, School Health Program, Health Education, Border, Corumbá.

1. INTRODUÇÃO

As regiões de fronteira apresentam características territoriais que ampliam significativamente a complexidade das ações de vigilância em saúde. Nas últimas décadas, a abordagem baseada no conceito de Uma Só Saúde (do inglês One Health) tem se consolidado como referência no enfrentamento de desafios complexos referentes à saúde global. Esse

enfoque reconhece a interdependência entre a saúde humana, a animal e a ambiental e propõe ações articuladas para a promoção do bem-estar coletivo (One Health High-Level Expert Panel, 2022; CDC, 2024).

Internacionalmente, tem-se em destaque o One Health Joint Pan of Action (OHHJPA), documento elaborado de maneira conjunta por organizações que fazem parte do Acordo Quadripartite, quais sejam: Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), Organização Mundial da Saúde (WOAH) e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Tal plano estabelece diretrizes, objetivos e ações orientadas à governança, a prevenção de epidemias e pandemias, ao controle de zoonoses e endemias, a segurança dos alimentos, ao enfrentamento da resistência antimicrobiana e a inclusão do meio ambiente como central na discussão, evidenciando valores como transdisciplinaridade, equidade, integração, sustentabilidade, ética, prevenção, promoção, comunicação, inovação, colaboração e cooperação (FAO et al., 2022).

É uma abordagem que surgiu no início dos anos 2000 e trata da saúde e do bem-estar de humanos e animais em um ambiente em equilíbrio, visando à promoção da saúde do Planeta ao revelar que tudo está interligado (AVMA, 2008). No Brasil, bem como nos países de língua portuguesa One Health foi traduzido como Uma Só Saúde e na língua espanhola como Uma Salud. O termo Saúde Única, entretanto ainda tem sido utilizado, tendo o mesmo significado.

A "Saúde Única ("One Health") ou Uma Só Saúde termo adotado pelo governo brasileiro é uma abordagem integrada e unificadora, que tem por escopo equilibrar e otimizar de forma sustentável a saúde de humanos, animais, plantas e ecossistemas. Essa abordagem está estruturada em torno de seis linhas de ação interdependentes que, coletivamente, contribuem para alcançar sistemas de saúde e alimentação sustentáveis, reduzir as ameaças à saúde global e melhorar a gestão dos ecossistemas.

Transpondo esse debate ao contexto regional, ressalta-se o bioma pantaneiro, que está inserido no município de Corumbá/MS, uma das maiores planícies alagáveis do mundo, com alta biodiversidade e reconhecida como Reserva da Biosfera, reconhecida pela UNESCO em 2000, e, portanto, área prioritária para conservação ambiental. O Pantanal possui expressiva relevância ecológica e está sob ameaça constante de fatores antrópicos, como queimadas, mudanças no uso do solo e eventos climáticos extremos. Além disso, a região localizada na fronteira Brasil-Bolívia apresenta dinâmicas sociais e territoriais específicas, intenso fluxo de pessoas, animais, mercadorias, fatores que potencializam riscos sanitários e ambientais. Nesse contexto, as comunidades locais exercem função crucial no que tange à conservação do

território e à promoção de práticas sustentáveis, sendo fundamentais para o desenvolvimento da abordagem de Uma Só Saúde (UNESCO, 2000; Silva; Abdon, 1998).

Considerando que a escola é um lugar de construção de reflexões críticas de cidadania e, neste contexto, os docentes instruem os alunos por meio de seus discursos e ações, é indispensável a existência nesse ambiente de programas de educação para a saúde e voltados para o conceito de Uma só Saúde, por meio das práticas dos docentes, pois, se executadas com criatividade, podem transmitir conhecimento ao aluno para além do ensino formal, preparando-o para lidar com questões sociais (Freire, 1996; Candau, 2012).

Insere-se nessa proposta um programa instituído por meio do Decreto Presidencial n° 6.286, de 5 de dezembro de 2007, denominado Programa Saúde na Escola (PSE), tendo como público-alvo crianças, adolescentes e adultos escolares, estruturado em uma política de caráter interministerial da Educação e da Saúde, que visa uma formação ampla para a cidadania e a promoção da articulação de saberes e a participação dos alunos, pais, comunidade escolar e sociedade em geral ao tratar a saúde e a educação de forma integral (BRASIL, 2025; Carvalho, 2015).

A escola vem se tornando um espaço para a promoção de atividades voltadas para a educação em saúde (Souza et al., 2015), tendo em vista a premissa de que é na infância que os hábitos e comportamentos são formados e sedimentados e que o ambiente escolar fomenta o desenvolvimento de análises críticas e reflexivas. Diante disso, vislumbra-se o quão importante é que os professores compreendam o conceito de Uma Só Saúde e difundam e orientem seus alunos sobre essa abordagem visando beneficiar a saúde de todos.

O município de Corumbá/MS, localizado na fronteira Brasil-Bolívia, recebe fluxos migratórios constantes, motivados por trabalho, acesso à saúde e melhores condições de vida, constituindo um território marcado pela mobilidade humana e diversidade cultural (Oliveira, 2015).

Para os fins deste estudo, fronteira trata-se de um processo histórico mutável, de construção e interação constantes, que caracterizam, restringem ou ampliam os espaços de cada grupo. A fronteira é o respeito e a compreensão das diferenças, destacando os elos entre os povos dessas regiões, tendo em vista que “a fronteira não é uma linha [...] é um dos elementos da comunicação biossocial que assume uma função reguladora, [...] é a expressão de um equilíbrio dinâmico [...] em todos os sistemas biossociais” (Raffestin, 2005, p. 13).

A noção de fronteira ultrapassa a compreensão tradicional de limite geopolítico fixo entre Estados, sendo entendida contemporaneamente como espaço dinâmico de relações, fluxos e interações sociais (Benedetti, 2018).

Ainda conforme discutido por Benedetti (2018), a fronteira deve ser analisada como uma construção geográfica e social, marcada por múltiplas escalas e pela circulação de pessoas, bens, informações e práticas culturais. Nessa mesma direção, Oliveira (2017) propõe superar a visão de fronteiras como "linhas", para compreendê-las como zonas de interação, nas quais se estabelecem diferentes tipologias de relações fronteiriças, que podem envolver cooperação, conflito ou integração.

No âmbito desta dissertação, a fronteira é tratada como um território vivo e complexo, caracterizado por intensas dinâmicas sociais e sanitárias, que influenciam diretamente os processos de saúde-doença. Essa abordagem é particularmente relevante no contexto da abordagem de "Saúde Única", uma vez que as regiões de fronteira potencializam riscos relacionados à circulação de agentes infecciosos, à mobilidade populacional e às desigualdades no acesso a serviços de saúde, exigindo estratégias intersetoriais e transnacionais de vigilância, gestão e cuidado.

Cabe ressaltar que as escolas situadas na fronteira Brasil-Bolívia e, nesta pesquisa, enfatiza-se as inseridas no contexto fronteiriço "brasileiro", mais especificamente em Corumbá/MS, apresentam realidades distintas. Sendo assim, entende-se que programas como o PSE devem favorecer essa especificidade local, abordando as particularidades presentes no cotidiano fronteiriço de forma singular, e não única, como é apresentado atualmente (Candau, 2012; Benedetti, 2018).

A escolha dos profissionais da educação como sujeitos desta pesquisa fundamenta-se no papel estratégico que desempenham na promoção da saúde e na formação cidadã ((WHO; FAO; WOAH, 2019). Além de atuarem diretamente na construção de conhecimentos, valores e práticas relacionadas à prevenção de doenças e à sustentabilidade, esses profissionais constituem importantes mediadores entre a escola, as famílias e a comunidade (Falkenberg et al., 2014). No contexto da abordagem Saúde Única, sua atuação se torna ainda mais relevante por possibilitar a incorporação de conteúdos interdisciplinares que articulam saúde humana, animal, vegetal e ambiental ao cotidiano escolar. Conhecer suas percepções e necessidades formativas representa, portanto, etapa fundamental para o planejamento de ações educativas e de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da interface entre saúde e educação (Buss; Pellegrinni Filho, 2007).

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem qualitativa, desenvolvido com profissionais da Rede Municipal de Ensino (REME) do município de Corumbá, Mato Grosso do

Sul, localizado na região de fronteira entre Brasil e Bolívia. A pesquisa integra um estudo mais amplo voltado à compreensão das potencialidades da abordagem de Uma Só Saúde no contexto escolar, considerando as especificidades epidemiológicas ambientais e socioculturais da região pantaneira.

Inicialmente, o projeto foi submetido à apreciação da Secretaria Municipal de Educação de Corumbá para autorização institucional. Posteriormente, foi encaminhado à Plataforma Brasil, sendo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, respeitando-se todos os princípios éticos previstos na Resolução n° 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. O respaldo ético foi obtido por meio do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) (número de parecer: 7.616.605).

Após aprovação institucional, realizou-se cronograma de visitas às unidades escolares para apresentação da pesquisa aos gestores e coordenadores pedagógicos. Em seguida, os participantes receberam convite eletrônico contendo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o link de acesso ao questionário, disponibilizado em plataforma digital. A coleta de dados ocorreu entre os meses de junho e outubro de 2025.

A inclusão de profissionais de educação como participantes da pesquisa decorreu do reconhecimento de que esses atores desempenham papel central na implementação de ações de promoção de saúde no ambiente escolar. Considerando que o Programa Saúde na Escola prevê a integração entre os setores da saúde e da educação, torna-se essencial compreender como os docentes e demais profissionais da escola percebem a abordagem Saúde Única, quais conhecimentos possuem sobre a temática e quais dificuldades enfrentam para incorporá-la às práticas pedagógicas. Essa compreensão permite identificar necessidades de formação e subsidiar estratégias intersetoriais voltadas à promoção da saúde em territórios de fronteira.

Participaram da pesquisa 74 profissionais distribuídos em 20 unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, compreendendo Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEIs), Escolas Municipais, Escolas Municipais Rurais de Educação Integral (EMREIs), Conselho Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Educação. O grupo foi composto por professores, auxiliares de professores, profissionais de apoio à educação especial, coordenadores pedagógicos, diretores e assessores técnico-pedagógicos, contemplando diferentes etapas da Educação Básica.

O instrumento de coleta continha questões fechadas e abertas destinadas à caracterização sociodemográfica dos participantes, identificação do conhecimento acerca da abordagem de Uma Só Saúde, Programa Saúde na Escola, zoonoses, doenças transmitidas por

vetores, práticas educativas desenvolvidas nas escolas e percepção sobre os desafios relacionados à promoção da saúde no ambiente escolar.

As respostas discursivas foram processadas por meio do software Interface de R pous les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRAMUTEQ), desenvolvido por Pierre Ratinaud, da Universidade de Tolouse, França. O programa é um software livre, desenvolvido em linguagem Python e integrado ao ambiente estatístico R, amplamente utilizado em pesquisas qualitativas nas áreas de Ciências Humanas e da Saúde por possibilitar análises lexicais e estatísticas de grandes volumes de dados textuais.

O IRAMUTEQ permite modalidades de análise textual, entre elas estatísticas lexicais, Classificação Hierárquica Descendente (CDH), Análise Fatorial de Correspondências e Nuvem de Palavras. Sua utilização favorece maior rigor metodológico ao identificar padrões de frequência, coocorrência e associação entre palavras, reduzindo a subjetividade inerente à análise exclusivamente interpretativa (Camargo, 2013).

Posteriormente, os resultados foram submetidos à análise interpretativa, articulando os achados empíricos ao referencial teórico da abordagem Saúde Única, da Educação em Saúde e da Promoção da Saúde.

3. A ABORDAGEM SAÚDE ÚNICA NO CONTEXTO DAS REGIÕES DE FRONTEIRA

As regiões de fronteira constituem territórios singulares para a implementação da abordagem Saúde Única, pois apresentam intensa circulação de pessoas, animais, mercadorias e agentes biológicos entre países, favorecendo processos epidemiológicos que ultrapassam limites político-administrativos. Diferentemente dos municípios situados no interior do país, os territórios fronteiriços demandam ações articuladas de vigilância em saúde, cooperação internacional e integração entre diferentes sistemas de saúde e educação (Peiter, 2005).

Corumbá, localizada na fronteira seca entre Brasil e Bolívia, mantém intenso fluxo diário com os municípios bolivianos de Puerto Quijarro e Puerto Suárez (Oliveira, 2017). Essa dinâmica territorial favorece a circulação de pessoas em busca de serviços de saúde, educação, comércio e trabalho, produzindo um cenário de permanente interação social e sanitária. Além disso, a região está inserida no bioma Pantanal, reconhecido por sua elevada biodiversidade, pela intensa interação entre ambientes naturais e urbanos, fatores que influenciam diretamente a ocorrência de zoonoses e doenças transmitidas por vetores (OHHLEP, 2022).

Nesse contexto, a atuação dos profissionais de educação assume importância estratégica. A escola representa um espaço privilegiado para a promoção da saúde, pois reúne

estudantes brasileiros e bolivianos, além de famílias que compartilham diferentes práticas culturais, formas de ocupação do território e condições de vulnerabilidade social. Assim, conteúdos relacionados à Saúde Única contribuem para que os estudantes compreendam como fatores ambientais, sociais e econômicos interferem na ocorrência de doenças, estimulando práticas preventivas adequadas à realidade fronteiriça.

Os resultados encontrados nesta pesquisa devem ser interpretados à luz dessas especificidades territoriais ((WHO; FAO; WOAH, 2019). A elevada familiaridade dos docentes com doenças como dengue, leishmaniose, Chikungunya e malária reflete o perfil epidemiológico da região, caracterizado pela circulação desses agravos. Da mesma forma, as dificuldades observadas na compreensão ampliada da Saúde Única podem limitar o desenvolvimento de práticas educativas voltadas para problemas típicos das áreas de fronteira, onde a vigilância integrada entre saúde humana, animal, vegetal e ambiental torna-se ainda mais necessária.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Perfil dos participantes

Participaram da pesquisa profissionais atuantes na Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II, Conselho Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Educação, evidenciando diversidade de experiências profissionais e contextos pedagógicos.

Em relação à formação acadêmica, observou-se predominância de profissionais graduados em Pedagogia (66,7%), seguida por licenciaturas em Artes, Letras, Educação Física, Ciências Biológicas e Matemática, além de formações em Psicologia, Administração e Ciências Sociais. Esse perfil demonstra que a maior parte dos participantes possui formação diretamente relacionada à docência, aspecto importante para compreender como conteúdos de promoção da saúde são incorporados às práticas pedagógicas.

Quanto ao tempo atuação profissional, verificou-se distribuição relativamente homogênea entre diferentes períodos de experiência, predominando professores com mais de cinco anos de magistério. Esse resultado demonstra que as percepções identificadas refletem tanto profissionais em início de carreira quanto docentes com ampla experiência na educação básica.

Outro dado relevante refere-se à elevada qualificação acadêmica dos participantes. Grande parte possuía cursos de especialização lato sensu e parte deles se encontrava em

programas de mestrado ou doutorado, indicando elevado nível de escolaridade do grupo investigado.

Apesar desse perfil profissional, os resultados posteriores demonstram que a formação inicial e continuada ainda apresenta limitações quanto à incorporação dos princípios de Saúde Única, especialmente no desenvolvimento de práticas interdisciplinares voltadas à promoção da saúde.

4.2. Conhecimento sobre Uma Só Saúde

Os resultados evidenciaram que a compreensão da abordagem Saúde Única ainda permanece parcialmente fragmentada entre os participantes.

Quando questionados sobre o significado do termo “Saúde Única” ou Üma Só Saúde”, pouco mais da metade dos respondentes identificou corretamente que a abordagem integra simultaneamente a saúde humana, animal, ambiental e vegetal. Entretanto, parcela expressiva ainda associou o conceito exclusivamente à saúde das pessoas, demonstrando permanência de uma visão antropocêntrica.

Esse resultado acompanha discussões recentes da literatura científica, segundo as quais a Saúde Única ainda representa conceito relativamente novo para profissionais da educação. Embora tenha recebido maior divulgação após a pandemia de COVID-19, sua incorporação aos processos formativos permanece limitada, especialmente, das áreas da saúde e da medicina veterinária.

4.3. Conhecimento sobre zoonoses e doenças transmitidas por vetores

No que tange às zoonoses, a pesquisa aponta que 66,7% (42) dos participantes responderam que estas seriam doenças que passam dos animais para os seres humanos; enquanto que, para 19% (12) dos participantes, tratam-se de doenças encontradas somente em animais, sendo ignorado, portanto, o vetor humano. Embora a maioria dos respondentes tenha indicado conhecer o termo e a sua transmissão em ambas as vias, do homem para os animais e dos animais para o homem, 20% dos participantes acreditam que essas doenças sejam encontradas somente em animais, desconhecimento que pode elevar o risco de transmissão delas entre a população.

Assim, um fortalecimento desses conceitos no PSE é urgente, já que o município de Corumbá/MS está localizado em uma região (Pantanal) onde a biodiversidade é extremamente ameaçada.

Quanto à compreensão do conceito de zoonoses pela população e por profissionais da educação tem sido objeto de estudo em diferentes contextos, especialmente devido à relevância dessas doenças para a saúde pública. Estudos apontam que, embora parte significativa dos participantes reconheça que zoonoses são doenças transmitidas entre animais e humanos, ainda existem dúvidas conceituais e limitações no entendimento sobre os mecanismos de transmissão e prevenção (Lima et al., 2010; Garcia; Vasconcelos, 2011).

Grande parte dos participantes respondeu que possui conhecimento sobre a ocorrência de dengue, leishmaniose, chikungunya e escabiose no município de Corumbá/MS. Esses agravos são frequentemente registrados pelos sistemas de vigilância epidemiológica municipais e estaduais, sendo considerados importantes problemas de saúde pública na região pantaneira e de fronteira (CORUMBÁ, 2024; MATO GROSSO DO SUL, 2024).

Cabe destacar que, conforme Minayo (2010), ao trabalhar a percepção dos entrevistados, é necessário que fique evidente que a pesquisa se trata de um processo de caráter inferencial e construtivo, de uma representação interna do que acontece no exterior e do que surge no interior. Já sobre o conhecimento de casos de doenças zoonóticas no município de Corumbá-MS, as respostas dos participantes podem ser vistas na Tabela 8, a seguir. Grande parte dos participantes respondeu que têm conhecimento de que dengue 17,20% (69 respostas), leishmaniose 14,50% (58 respostas), chikungunya 10,30% (41 respostas) e Escabiose-piolho 9% (36 respostas) são doenças que ocorrem no município.

Entre as doenças mencionadas pelos participantes, diversas possuem ocorrência registrada no município de Corumbá e região pantaneira, especialmente dengue, leishmaniose visceral e tegumentar, chikungunya, zika, febre amarela, doença de Chagas, leptospirose, malária, tuberculose, esporotricose e raiva. O contexto fronteiriço, associado às características ambientais do Pantanal e à intensa circulação populacional entre Brasil e Bolívia, favorece a persistência e circulação de agravos zoonóticos e vetoriais no território (MATO GROSSO DO SUL, 2024).

Os achados desta pesquisa evidenciam particularidades que dificilmente seriam observadas com a mesma intensidade em municípios não fronteiriços. A elevada frequência de doenças vetoriais e zoonóticas mencionadas pelos participantes está relacionada às características ambientais do Pantanal e à intensa mobilidade populacional entre Brasil e Bolívia, elementos que ampliam a necessidade de vigilância integrada. Nesse cenário, a abordagem Saúde Única adquire importância ainda maior, pois pressupõe cooperação interinstitucional e transfronteiriça para prevenção, monitoramento e controle de agravos que não reconhecem fronteiras geográficas (OHHLEP, 2022). Dessa forma, a formação dos

professores para atuar como promotores da saúde torna-se componente estratégico das políticas públicas voltadas às regiões de fronteira.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a percepção sobre saúde e sobre o conceito de Uma Só Saúde entre professores da educação básica, na rede pública municipal de ensino de Corumbá/MS, bem com verificar a existência de ações relacionadas à educação em saúde. A partir dos dados obtidos, foi possível responder ao problema de pesquisa, evidenciando como os docentes compreendem e aplicam tais conceitos em seu contexto profissional.

Os resultados indicaram que, embora os participantes apresentem familiaridade com doenças prevalentes no município e desenvolvam, ainda que de forma pontual, práticas relacionadas à educação em saúde, há lacunas significativas no conhecimento acerca da abordagem de Uma Só Saúde. Observou-se, também, insegurança por parte de parcela considerável dos participantes em relação à sua preparação para trabalhar conteúdo relacionado à prevenção de doenças, especialmente no que se refere à integração entre saúde humana, animal e ambiental. Dessa forma, os objetivos propostos foram alcançados, ao evidenciar tanto as potencialidades quanto as fragilidades existentes no contexto investigado.

No que concerne às contribuições, este estudo apresenta relevância teórica ao ampliar a discussão sobre a inserção da abordagem de Uma Só Saúde no campo educacional, especialmente em contextos fronteiriços. No âmbito prático, os achados subsidiam a elaboração de estratégias de formação continuada e ações pedagógicas que podem fortalecer a atuação dos professores como agentes promotores de saúde, além de contribuir para a articulação entre educação e políticas públicas intersetoriais.

Entretanto, a pesquisa apresenta algumas limitações, como o recorte geográfico restrito ao município de Corumbá/MS, o número de participantes e o uso de instrumento de coleta de dados baseado em autopercepção, o que pode influenciar as respostas. Além disso, o delineamento qualitativo não permite generalizações para outros contextos, devendo os resultados serem interpretados com cautela.

Diante disso, sugere-se que estudos futuros ampliem o número de participantes e incluam diferentes regiões, especialmente outros contextos fronteiriços, além de explorar abordagens metodológicas complementares, como estudos longitudinais ou intervenções práticas. Recomenda-se, também, investigar os impactos de programas de formação continuada

em Uma Só Saúde na prática docente, a fim de fortalecer a integração entre educação, saúde e meio ambiente e contribuir para o avanço na área.

REFERÊNCIAS

AMERICAN VETERINARY MEDICAL ASSOCIATION (AVMA). **One Health: a new professional imperative.** 2008. Disponível em: https://www.avma.org/sites/default/files/resources/onehealth_final.pdf. Acesso em: 4 out. 2025.

BENEDETTI, Alejandro. **Claves para pensar las fronteras desde una perspectiva geográfica.** GEOUSP: Espaço e Tempo, v. 22, n. 2, p. 309-328, 2018. Disponível em: https://revistas.usp.br/geousp/pt_BR/article/view/133707. Acesso em: 4 ago. 2025.

BRASIL, Decreto n° 6.286, de 5 de dezembro de 2007. **Institui o Programa Saúde na Escola – PSE**. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Saúde na Escola (PSE).** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saude-na-escola. Acesso em: 6 abril 2026.

BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. **A saúde e seus determinantes sociais.** Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007.

CAMARGO, Brigido Vizeu; Justo, Ana Maria. **IRAMUTEQ: Um Software Gratuito para Análise de Dados Textuais.** Temas em Psicologia, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v21n2/v21n2a16.pdf. Acesso em: 20 dez. 2025.

CANDAU, Vera Maria. **Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas.** Currículo sem Fronteiras, v. 11, n. 2, p. 240-255, 2012.

CARVALHO, Fábio Fortunato Brasil de. **A saúde vai à escola: a promoção da saúde em práticas pedagógicas.** Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 1207-1227, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/physis/a/TTdz6ZMxbV7ft8L9KyxkPyr/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 ago. 2025.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). **One Health Basics.** Atlanta: CDC, 2024. Disponível em: CDC One Health Basics. Acesso em 4 ago. 2025.

CORUMBÁ, Secretaria Municipal de Saúde. **Boletim epidemiológico de arboviroses.** Corumbá: Secretaria Municipal de Saúde, 2024.

FALKENBERG, Mirian Benites et al., **Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 19, n. 3, p. 847-852, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCIA, Rita de Cássia Maria; VASCONCELOS, Silvio Arruda. **Zoonoses e saúde pública: percepção e educação em saúde**. Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 56-63, 2011.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). Secretaria de Estado de Saúde. **Boletim epidemiológico de arboviroses.** Campo Grande: SES/MS, 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **Fronteiras na América Latina: reflexões metodológicas e tipologias de interação**. In: OLIVEIRA, Tito Machado de (org). Território sem limites: estudos sobre fronteiras. Campo Grande: Ed. UFMS, 2017. P. 17-36.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **Para além das linhas coloridas ou pontilhadas – reflexões para uma tipologia das relações fronteiriças.** Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege), v. 11, n. 15, p. 233-256, 2015. Disponível em: http://ojs.ufgd.edu.br/ index.php/anpege/article/view/6454/3400. Acesso em: 30 out. 2025.

ONE HEALTH HIGH-LEVEL EXPERT PANEL (OHHLEP). **One Health: A new definition for a sustainable and halthy future.** PLoS Pathigens, v. 18, n. 6, 2022.

PEITER, Paulo César. **A geografia da saúde na faixa de fronteira continental do Brasil.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira.** In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado (org.). Território sem limites: Estudos sobre Fronteiras. Campo Grande: UFMS, 2005.

SILVA, João Santos Vila da; ABDON, Myrian de Moura. **Delimitação do Pantanal brasileiro e suas sub-regiões.** Pesquisa Agropecuária Brasileira, Brasília, v. 33, n. Esp., p. 1703-1711, 1998.

SOUZA, Nathália Paula; LIRA, Pedro Israel Cabral; ANDRADE, Leopoldina Augusta Souza Sequeira de; CABRAL, Poliana Coelho; CARVALHO, Alice Teles; OLIVEIRA, Juliana Souza. **O Programa Saúde na Escola e as ações de alimentação e nutrição: uma análise exploratória.** Revista de APS, v. 18, n. 3, 2015. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/15555. Acesso em: 4 ago. 2025.

UNESCO. **Pantanal Conservation Area.** Paris: UNESCO, 2000. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/list/999/. Acesso em 20 ago. 2025.

World Health Organization (WHO); Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO); World Organization for Animal Health (WOAH). **Adotando uma abordagem multissetorial e de saúde única: um guia tripartido para abordar doenças zoonóticas em países.** Genebra: WHO, 2019. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/9789241514934. Acesso em: 10 abr. 2026.

CAPÍTULO XX

UNA TRAVESIA PARA (RE)NACER: LUTO MIGRATORIO DE UNA VIDA PERDIDA

A JOURNEY TO REBIRTH: MIGRATORY GRIEF FOR A LOST LIFE

DOI: 10.51859/amplla.mig854.1126-20

Elias Leonardo Velazquez Diaz

RESUMEN

En el presente trabajo surge como el fragmento de una investigación, el duelo migratorio como una experiencia de pérdidas múltiples, frecuentemente invisibilizada socialmente. A partir del enfoque autoetnografico, se articulan conceptos como Topofobia, Teoría del apego luto melancolía, Luto no reconocido, síndrome de Ulises y el equilibrio perfecto de pertenencia. La experiencia personal de un migrante transgénero, Venezolano en Brasil y la evidencia de cómo el vínculo con el lugar se transforma y como el duelo migratorio aunque silencioso atraviesa todo un proceso de reconstrucción de vida.

Palabras clave: Migración, Topofilia, Psicologia, Luto.

ABSTRACT

This paper derived from a broader research project, examines the experience of migratory grief as a process involving multiple losses that often goes socially unrecognized. Adopting an autoethnographic approach, it integrates concepts such as topophobia, attachment theory, mourning and melancholia, disenfranchised grief, Ulysses syndrome, and the ideal balance of belonging. It explores the personal experience of a transgender Venezuelan immigrant in Brazil, illustrating how the bond with a place transforms and how migratory grief, despite its often silent nature permeates the entire process of rebuilding one's life.

Keywords: Migration, Topophilia, Psychology, Grief.

1. INTRODUCCIÓN

Alrededor de la migración existen conceptos que esperan ser explorados o que, si bien ya están siendo investigados, lo son en menor medida. Los efectos psicosociales que giran en torno a los individuos que son obligados a desprenderse de su hogar, dejar su mundo conocido, su tierra, modos de vida, cultura, su familia, afectos… (Una lista de pérdidas parece interminable), para adentrarse en un mundo totalmente desconocido, ya sea en términos de idioma, cultura, formas de vida, convivencia o leyes.

La migración es un fenómeno que sucede alrededor del mundo, donde personas de algunos países han tenido que realizar la ruptura de ese vínculo con su hogar para poder tener acceso a mejores formas de vida que en sus países no podrían tener. El fenómeno ha crecido con el pasar de los años. Los motivos detrás de la migración son diversos, como pueden ser la educación, el trabajo, mejores oportunidades académicas, incluso de salud y vida. El individuo

que muchas veces llega a un país nuevo con la intención de comenzar de cero, siente la necesidad de adaptarse lo más rápido posible a su entorno, aprender el idioma, buscar un empleo para poder sustentarse, entre muchos otros factores.

Cuando el entorno físico, social o político se vuelve un ambiente aversivo, es decir, funcionalmente inhabitable, obliga al individuo a huir, para restaurar su equilibrio biológico y psicológico, lejos de ser una elección aspiracional (Salir por voluntad y no por necesidad) se trata de una respuesta forzada a estímulos aversivos (hambre, violencia, desastres climáticos o persecución) que activan los mecanismos del ser humano de estrés y supervivencia, donde el costo de quedarse supera ampliamente el costo de desplazase (pasar hambre, morir, encarcelamiento etc.) convirtiendo el desplazamiento en un acto de escape o evitación. (Skinner, 1953)

Muchas veces, este proceso de desprendimiento de las raíces del hogar, la tierra, de ese mundo conocido, sumado al hecho de tener que adaptarse a un país nuevo, así mismo, el ambiente aversivo que llegar a estar en el país de acogida (discriminación, precariedad, violencia, trabajo duro), hace que los individuos deban actuar principalmente para escapar de estímulos aversivos, tener que levantarse todos los días y recordarse a sí mismo quién es, que la etiqueta de extranjero siempre estará presente, todo este esfuerzo da paso al cansancio (que va mas allá del que es visto en el día a día), que el individuo constantemente, tenga que luchar con la nostalgia que alberga en su corazón, todo este proceso genera desgaste físico y mental.

A través de esta premisa, el presente trabajo busca evidenciar uno de los temas que giran en torno a la migración, uno que es muy poco reconocido socialmente: el **Luto Migratorio,** a través de algunos de los conceptos, base como lo son, padre de la geografía humanista Yi-fu Tuan en su estudio ***"topofilia: un estudio de las percepciones, actitudes y valores sobre el entorno"*** (Tuan, 1974), acompañado del soporte de otros autores tales como, el padre de la psicoanálisis Sigmund Freud y sus estudios sobre el luto, John Bowlby la teoría del apego de, el síndrome de Ulises de Achotegui, entre otros autores con el fin de mejorar la comprensión sobre este fenómeno, la investigación fue realizada a través de recopilaciones bibliográficas, una perspectiva auto bibliografía y autoetnografica de la temática.

2. METODOLOGÍA – ENFOQUE AUTOETNOGRAFICO.

Originalmente la investigación sobre esta temática esta siendo llevada a acabo en un grupo de investigación y extensión, esto es apenas un fragmento que fue desarrollado a partir del enfoque metodológico de la auto-etnografía. Según Ellis, Adams y Bochner (2011), la autoetnografía se define como un método de investigación cualitativa en el cual el investigador

hace el uso de su propia experiencia personal como fuente primaria de comprender fenómenos y sociales, culturales mas amplios. Mientras que la autobiografía tradicional se limita a contar la historia del autor, la autoetnografía busca articular la experiencia personal con el contexto, social, político y cultural en el que se produce (Ellis, 2004), es decir, el autor usa su propia vivencia para establecer puentes en lo subjetivo y lo colectivo. La elección de este método, se justifica con la base de la naturaleza del objeto de estudio: el luto migratorio es una experiencia subjetiva, profundamente personal y al mismo tiempo atravesada por condiciones estructurales como la migración, la discriminación, la precariedad. La autoetnografica permite dar cuenta de esa doble dimensión, articulando así la vivencia singular con marcos teóricos que la explican.

Se priorizaron aquellas vivencias vinculadas al duelo y la pérdida, en el proceso migratorio, como el desprendimiento del hogar, el choque cultural, la adaptación al nuevo país, la discriminación y el reencuentro con el lugar de origen. Las experiencias seleccionadas fueron registradas como un diario personal desde el año 2021 hasta el año actual 2026, también fue realizada una revisión bibliográfica de autores claves (Tuan, Bowlby, Freud, Doka, Achotegui, Castel, Skinner, Ellis entre otros) y se identificaron aquellos que mejor dialogaban con las experiencias narradas, así mismo, la temática de este documento, incluso, se estableció una articulación entre la narrativa y la teoría, estableciendo una relación analítica entre cada experiencia registrada y los referenciales teóricos correspondiente, utilizando un análisis de contenido tematico que permitió identificar los patrones de duelo, pérdida y reconstrucción identitaria

El periodo contemplado en el análisis abarca desde el comienzo del proceso migratorio inicial del autor a Brasil a los 15 años hasta la actualidad (5 años después), con especial énfasis en los procesos de adaptación, pérdida y reconfiguración identitaria experimentados durante ese tiempo.

3. CONTEXTUALIZACIÓN DE LA MIGRACIÓN Y SU INCREMENTACIÓN EN BRASIL

Comenzando desde el inicio, la migración puede ser entendida como el proceso de desplazamiento de un sujeto de su lugar de residencia habitual, ya sea dentro de su mismo país de origen o otro, con diversos motivos que varían de acuerdo a la subjetividad (conjunto de percepciones, emociones, juicios y experiencias que pertenecen a cada individuo) y la necesidad de cada individuo, para así establecerse de manera temporal o permanente. Los sujetos en esta condición generalmente son llamados de “extranjeros”, al menos en términos

más jurídicos, en su significado, es una persona que se encuentra dentro de un país que no es de su origen o naturalización y que no posee la ciudadanía local como un individuo nativo. Sin embargo, contemplando desde más allá del punto de vista burocrático, el simple hecho de ser extranjero es una experiencia subjetiva no de pertenencia sino de adaptación, extrañeza y en su mayoría de casos, de vulnerabilidad.

En América, latina el flujo migratorio ha incrementado significativamente. A la fecha de 30 de noviembre de 2024, en Brasil los migrantes registrados activos eran de 1.713.123, en situación de refugiados(as) reconocidos(as) 65.888 y en proceso para el reconocimiento de la condición de refugiados(as) 64.388, sumando en su totalidad aproximadamente unos 1.843.399, según datos extraídos de un documento de ***Sistema de Registro Migratorio*** (SISMIGRA). En dicho documento se puede evidenciar como las cifras cambian significativamente a través de los meses, lejos de disminuir solo incrementa, los datos del ***Alto Comisionado de las Naciones Unidas*** (ACNUR) señalan que, se registraron 68.159 nuevas solicitudes de refugio, aproximadamente un 16.3% mas en que el 2023, Venezolanos en un 39.8% y cubanos en un 32,7%, siendo marcados como las principales nacionalidades solicitantes. Siendo dos de los países que están pasando por dificultades hace décadas, los factores que giran entorno a esto son variados desde la política, económica del país, escasez de alimento, acceso a la salud, educación y empleos adecuados, entre otros factores que acorralan a los residentes a tener que salir en búsqueda de mejoría de vida.

4. TOPOFILIA, TOPOFOBIA Y TOPOAPATÍA

Desde el punto de vista de Yi-fu Tuan, considerado el padre de la geografía humanista, colocar a un geógrafo con una perspectiva humanista, ayuda a entender el panorama desde otro ángulo. En su estudio sobre el término que él categorizó como Topofilia en su estudio ***"Topofilia: un estudio de las percepciones, actitudes y valores sobre el entorno"*** (Tuan, 1974). El cual es presentado como un lugar con significado subjetivo, donde el individuo a través de las experiencias y vivencias acaba creando un vínculo afectivo siendo lazo emocional compuesto por amor, empatía y cuidado mutuo que une a las personas\objetos\lugares, este vinculo puede ser establecido consciente o inconsciente con dicho lugar, no es un proceso rápido, requiere tiempo y paciencia. Tuan presenta la diferencia entre el espacio y el lugar, el espacio es presentado como un área más geométrica, una área vacía, similar a ese sentimiento de llegar a final de mes abrir la puerta de la nevera y notar el inquietante espacio sobrante. En este espacio indiferente y carente de sentido, el lugar surge como respuesta de ese espacio que

se va conociendo, a través de las experiencias que el sujeto personales, las vivencias y recuerdos que se posea en dicho lugar, le otorgan un valor subjetivo.

Para contrastar, fue presentado el término Topofobia, representa lo contrario de la Topofilia, se define como el miedo, aversión o rechazo hacia ciertos espacios, donde la experiencia es\fue transformada en experiencias traumáticas que generan angustia, agonía, malestar, incluso terror. Usando el punto de vista del autor, puede ser visto la transformación de un vínculo Topofilico a uno Topofobico, en las mudanzas internas en la situación de un país, el individuo puede estar en su lugar de origen su lugar *"Topofilico"*, sin embargo debido al ambiente y los estímulos adversos (Skinner 1974), donde el ciudadano común no puede hacer nada mas que vivir las decadencias del sistema y pasar por las dificultades que esto implica, con el tiempo el individuo va generando ese sentimiento de repulsión, cuando la necesidad es mas fuerte que el amor por sus tierras e implementan el desplazamiento por necesidad. La Topoapatía surge como un estado neutral entre ambos, un mecanismo de defensa que el individuo implementa para poder regularse a sí mismo, entrando en la rutina del día a día.

El encaje de estos términos puede ser entendido vistos como antes y después del proceso migratorio, antes las personas tenían esos fuertes vínculos con su entorno, con el tiempo, cuando la decadencia del sistema alcanza los hogares, la comida, el dinero, medicamentos, cosas de uso básico comienza a faltar en casa, aquí es donde el lugar comienza a tornarse cada vez más hostil\aversivo, obligando a las personas tener que desplazarse de su lugar a uno nuevo para poder sobrevivir, miran hacia atrás con nostalgia algunos se resignan que nada será igual y entran en ese estado de apatía el cual predomina en la actualidad, un estado de desconexión pasiva, la cual es denominada como ambivalencia ir pasando de un lado a otro constantemente. Si le preguntaras a una serie migrante si desearían volver a su país de origen, las respuestas podrían ser completamente diferentes: algunos podrían responder que efectivamente volverían, mientras que, otros podrían mostrarse recelosos de volver.

5. TEORÍA DEL APEGO Y DEL VÍNCULO CON EL LUGAR

Mientras que la Topofilia explica el vínculo afectivo que el individuo tiene con el lugar, un buen complemento para esto seria el estudio de Jonh Bowlby ***"La Teoría del Apego"*** (1969), proporciona el fundamento desde el campo de la psicología, para este vínculo, el autor sostiene que los seres humanos son socialmente dependientes, pues tienen la necesidad biológica de establecer vínculos afectivos sólidos con figuras de cuidado (el país, objetos, familiares o personas próximas) además de esa necesidad también tiene como una marcada, algo interesante y revelador del ser humano, pues aparte de esta necesidad debido a la naturaleza

otro trazo en el comportamiento s permanecer en un ambiente conocido, pues lo conocido proporciona seguridad “garantizado” el bienestar (Bowlby, 1973). Algo comúnmente presentado por los niños que, en ambientes desconocidos prefieren mantenerse cerca de sus padres, pues ellos representan este lugar seguro que proporciona paz y seguridad.

El sistema de apego tiene principal origen en la infancia, el cual actúa como un cimiento seguro, pues es a partir de él que el ser humano comienza a explorar el mundo. Sin embargo, cuando este cimiento es dañado o el desarrollo es interrumpido, este cimiento es el que genera la confianza en el infante, si el no aprende que el mundo es un lugar seguro y el merece ser cuidado, hace que esta relación humano-mundo se transforme en modo de ansiedad, sufrimiento, angustia acompañada de un sentimiento profundo de pérdida. En el contexto migratorio se puede interpretar ese quiebre del vínculo cuando el individuo es obligado a separarse de su tierra natal, de su cultura, familia redes de apoyo social y afectivo entre otros factores, lo que por su parte, genera un estado de duelo silencioso que, con el tiempo y sin la debida atención, podría llegar a afectar profundamente la salud mental del individuo (Achotegui, 2004).

Estableciendo similitud a cuando, el infante se siente desprotegido en el momento en el que se distancia de sus cuidadores, el migrante puede llegar a sentir un sentimiento similar el pais de origen puede tomare ese guante de ***“madre ambiental”*** un lugar seguro, calado y conocido, al migrar ese entorno deja de ser predecible, sim embargo, debido a la falta de un espejo, el nuevo territorio no devuelve miradas ni códigos familiares, replica esa angustia primitiva del bebe cuando la madre se ausenta o no responde sus demandas cotidianas. A Través de este posicionamiento, la migración se posiciona como la ruptura con el mundo que daba sentido a la existencia. Según Ward y Styles (2007), los migrantes poseen un vínculo “residual“ con su tierra de proveniencia, que actúa como un cordón umbilical que alivia el desamparo territorial del inmigrante, mediante a las memorias y objetos, recrea la base segura infantil ante un entono nuevo y hostil, si este lazo se vuelve rígido, cronifica el duelo y impide su integración, por lo tanto, de ya haber por el proceso de asentamiento en el nuevo lugar, el vínculo marcado por la nostalgia, memoria y el pesar, evidencia la permanencia del apego a ese hogar. Así mismo, refuerza la idea de que el duelo migratorio es un proceso continuo recurrente y muchas veces interminable (Achotegui, 2004).

6. LUTO Y MELANCOLÍA

No puede hablarse de luto sin mencionar al padre de la psicoanálisis. En su obra "luto y melancolía” (1917), Sigmund Freud definió el luto como una reacción natural, producto de una

pérdida de una persona amada, un vínculo o de una abstracción (sustitución inmaterial) que ocupó su lugar. Para la psicoanálisis el luto\duelo no es considerado una patología, es decir, no es una enfermedad, si no el esfuerzo del corazón para sanar y aceptar la realidad, pues el ser humano que lo atraviesa retira progresivamente su investimento de energía de vida (eros) del objeto perdido, al principio toda su mente y su cariño siguen atados a ese recuerdo, con el tiempo, deja de buscarlo en el pasado, guardando esa capacidad de amar para usarla en cosas nuevas de su presente, esto implica un desprendimiento doloroso, pero es necesario para así poder tener una continuidad de vida mental estable. Sin embargo, el autor durante su investigación, se dio cuenta que el luto no es un proceso lineal.

Mientras que en el luto el sujeto es capaz de reinvertir su energía de vida en otros vínculos, la melancolía es presentada como una forma grave de alteración de ánimo, caracterizada por una tristeza profunda, la incapacidad absoluta de sentir placer, marcadas por una lentitud física y mental, durante ese proceso sucede un desvío, una falla que, ante la pedida, el sujeto no consigue realizar lo mismo que en el luto, internalizándolo como una herida, que afecta el autoestima y la capacidad de seguir adelante. La melancolía puede ser considerada patología dependiendo del nivel de imposibilidad para afrontar la pérdida. Actualmente según las actualizaciones del "***Manual Diagnostico y Estadístico de los Trastornos Mentales" DSM-III*** de 1980, ya no fue categorizada como enfermedad independiente, en su lugar, se le es clasificado como un **"*Trastorno Depresivo Mayor con Características Melancólicas*"**, unificando el termino, bajo el concepto moderno de la depresión para estandarizar los diagnósticos clínicos y los tratamientos neurobiológicos. Para el luto puede ser categorizado como una depresión común cuando, el individuo tiene la capacidad de seguir adelante por si mismo, ya en la Melancolía se puede referirse como la depresión con características melancólicas cuando no puede seguir por su propia cuenta.

Comprender esta distinción es fundamental para entender porque algunos migrantes consiguen elaborar sus pérdidas y seguir adelante. En el contexto migratorio, el proceso aún más complejo, pues el sujeto no pierde solo un vínculo, sino una serie de ellos, configurando un ***"luto múltiple"*** (Achotegui, 2022). La pérdida de la cultura, patria, tierra, lenguaje idioma entre otros vínculos socio afectivos. Este proceso de duelo, puede durar semanas, meses, años e incluso nunca acabar, en el camino hay muchas situaciones en la vida cotidiana que generan ese gatillo, en términos más coloquiales, "le echan mas sal a la herida" .

7. LUTO NO RECONOCIDO

El luto no reconocido es un concepto desarrollado por el psicólogo norte americano Kenneth Doka (1989), define como aquellas pérdidas que no son validadas ni apoyadas por sociedad, de modo que la persona siente que no tiene derecho de expresar su dolor. Esta falta de reconocimiento social es particularmente aguda, el migrante sufre múltiples pérdidas, sin una despedida simbólica adecuada, se podría usar la metáfora de caminar descalzo en vidrio roto. Ese vidrio roto podría simbolizar aquellas frases o comentarios que podrían ser atormentantes para muchos. "*Fue tu decisión" "estás aquí porque así lo quisiste", "tú debes adaptarte a nosotros no nosotros a ustedes", "tanto tiempo en X pais y aun no dominas el idioma"*. Esto lleva a la persona a seguir adelante con ese pesar, con culpa, sintiendo que no está haciendo realmente lo suficiente para ser aceptado, ese peso de culpa se va corrompiendo en forma angustia y tristeza, haciendo que el individuo entre en una burbuja para aislarse (estudios, trabajo, familia) y así poder ignorar el lo que sucede afuera, como modo de silenciar su dolor al sentir que no tiene derecho a estar triste (Tuan, 1974. Doka, 1989).

Lo que ayuda a la persona andar por esos vidrios rotos, son aquellas personas aquellas instituciones que como pueden intentar prestar ese apoyo para que el viaje no sea tan "sangriento" metafóricamente, hasta que la persona aprender por sí sola a pasar por esos caminos difíciles.

Un ejemplo de esto en muchas comunidades donde el idioma del país de acogida no es igual al nativo, las personas se ven obligadas a hablar el idioma dentro de esa "burbuja", pues como es visto más que todo en algunas escuelas de Brasil, donde los niños son prohibidos de hablar su idioma nativo, un modo arcaico de enseñanza que lejos de incentivar a aprender el idioma puede llegar a ser un factor contribuya para la transformación en Topofobia, la persona genera esa repulsión al lugar haciendo que por consecuencia sienta la voluntad o deje de frecuentar dicho espacio por ser un ambiente aversivo (Skinner, 1938; Tuan, 1974).

8. EL SÍNDROME DE ULISES (ACHOTEGUI, 2022)

Juntando todo lo mencionado aquí, el estrés, sufrimiento, cansancio y el dolor en niveles extremos que, muchas veces se vuelve, más fuerte que el contraste con la voluntad de seguir adelante, bajo esta perspectiva, el psiquiatra Joseba Achotegui introduce el Síndrome de Ulises, también denominado como el síndrome del inmigrante con estrés crónico y múltiple. Siendo nombrado como el héroe que enfrento innumerables adversidades lejos de casa, haciendo

alusión a ese catastrófico viaje que puede ser reflejado en cómo los inmigrantes experimentan esta "odisea" muchas veces en situación de vulnerabilidad.

Para Achotegui, no es una enfermedad mental, si no una reacción natural del cuerpo, cuando los estresores superan la capacidad de adaptación del individuo ante el estrés extremo. Introduciendo cuatro panoramas que acompañan ese duelo:

Soledad: sentimiento de aislamiento y falta de redes de apoyo lejos de sus familias. A pesar de establecer nuevos vínculos en el país de acogida, el sujeto tiende a no sentirse pertenecido. Es agravado por la ausencia de espacios donde el sufrimiento pueda ser compartido y validado.

Miedo: un sentimiento más común de lo que parece: temor a la deportación, a la discriminación, al fracaso, viviendo en ese estado de alerta constante. El cual se vuelve más grande cuando surge la desconfianza institucional, a pesar de que el individuo sepa sus derechos como inmigrante, e incluso sea consciente que tiene instituciones que lo protegen, la ansiedad y el miedo ante los procesos jurídicos, hacen que la expresión del idioma falle y estos no puedan expresarse como les gustaría, generando que tengan ese temor de no ser tomados en serio por no ser perteneciente.

Lucha constante por la sobrevivencia: muchas veces los migrantes en sus países de origen ya eran graduados, profesionales, pero por la situación del país tuvieron que salir y comenzar de cero en un nuevo país, en algunos casos aceptando trabajos precarios solo con la finalidad de poder colocar un plato de comida en sus mesas. la probabilidad de volver a estudiar es casi nula, pues las personas van a priorizar la estabilidad para sí mismos y sus familiares. Debido a que muchos empleos no proporcionan ese apoyo que, brinde un espacio para la continuidad de los estudios, las exhaustivas horas de trabajo + las horas de estudio en una universidad pública (de mejor acceso) tornan inviable poder mantener ambas al mismo tiempo.

Lutos múltiples: conectando la lucha constante, habla sobre la acumulación de pérdidas sin una posibilidad para parar a procesar (todos los factores mencionados a lo largo del documento). No son elaborados uno a uno, si no que, en su lugar, son acumulados formando una carga que con el tiempo y sin la atención adecuada se torna insostenible y puede llevar a un colapso mental.

Siendo una expresión clínica, de un proceso de luto que no puede ser elaborado, porque el migrante está inmerso en su rutina, donde la constante lucha por la supervivencia lo dejan exhausto. Retornando la melancolía (Freud 1917) el del Ulises, al contrario de la melancolía que genera apatía y resistencia, el migrante con este síndrome mantiene los proyectos y el deseo de

continuar, pero eso no impide la frustración por los obstáculos que enfrenta en su día a día que enfrenta.

9. EL EQUILIBRIO IMPERFECTO DEL SENTIDO DE PERTENENCIA

El inmigrante puede llegar a naturalizarse, dominar el idioma, poder construir una red de apoyo, formar una familia en el país de acogida y tener una afiliación social sólida. Sin embargo, nunca dejará de sentirse como un extranjero, un extraño en aquel sitio; la sensación de ser un extranjero persiste. El sociólogo Robert Castel (1997) ofrece una perspectiva interesante sobre esta duda existencial. En su obra ***"La Metamorfosis de la cuestión social"*** el autor sostiene la integración social de un individuo surge a partir de 3 pilares fundamentales:

Trabajo: un empleo estable y una vida de proyectos estable.

Inserción relacional: Familia, redes de apoyo, comunidad.

Protección social: acceso a derechos, servicios y reconocimiento estatal.

Sin embargo, es entendido que, en el contexto migratorio estos pilares rara vez se logran consolidar por completo o de manera simultánea El trabajo del inmigrante suele ser en ocasiones precario, sus redes sociales son frágiles o recién construidas y su protección social depende de documentos que puedan vencer o ser retirados. Así que la integración del inmigrante puede ser vista como incompleta, frágil y reversible esta fragilidad estructural genera una sensación de vulnerabilidad que impide que la pertenencia sea afinada incluso cuando los logros externos parecen estar en su lugar.

Hay otra dimensión que quizás sea un poco más profunda, la pertenencia no es solo un hecho objetivo, sino una construcción subjetiva. Castel señala que el sentimiento de pertenencia depende del reconocimiento y la validación del otro. En el caso del inmigrante, puede tener todos estos logros externos (estudios, trabajo, redes de apoyo) pero si la sociedad no lo valida como igual, sigue siendo percibido y tratado como el *"otro"* el *"extranjero"*. El sentido de pertenencia sigue siendo frágil y la etiqueta de extranjero persiste incluso cuando, el individuo ha hecho todo lo posible por integrarse. Aquí es donde el verdadero equilibrio de la pertenencia no está en la suma de los factores objetivos, sino en la balanza de sentirse aceptado por una estructura social y sentirse seguro con la propia identidad. El inmigrante ocupa un espacio intermediario entre ambas, ya no es completamente de su país de origen, pero tampoco completamente del país de acogida.

El equilibrio de todos estos factores, puedan finalmente generar esa sensación del anhelado sentido de pertenencia, sin embargo, como el autor presenta, ese equilibrio siempre

es inestable, siempre en construcción y siempre depende de una sociedad que esté dispuesta a reconocerlo como uno de los suyos (Castel, 1997).

10. EXPERIENCIAS AUTO-BIOGRÁFICAS

Crecí en un ambiente que no era bueno ni malo, mi madre trabajaba todos los días para que nunca faltara comida en la casa, mi padre estaba ausente. Técnicamente crecí entre cuatro paredes, sin salir mucho afuera, solamente para estudiar. A los 12 años me descubrí como parte de la comunidad trans, al inicio mi familia no aceptó mi identidad, pues en Venezuela estos temas referentes a la comunidad LGBTQIA+ no son tratados con el mismo resto que es el Brasil, las personas aun tienen esas perspectiva muy arcaica. A pesar de eso siempre fui un joven aplicado en el sentido académico, el ambiente de mi casa se tornaba cada vez más hostil, una discusión fue el detonante tomando llevándome a tomar la decisión de venirme a Brasil con el apoyo de mi tutora. Para muchas personas fuera de Brasil, el país se ve como una oportunidad de ser libres en el aspecto de mejores oportunidades, académicas laborales, respeto y la protección que tienen hacia tanto como, a los niños, niñas adolescentes, la mujer y la comunidad LGBTQIA+; pero nadie habla de la cantidad de homofobia-Transfobia que existe en dicho país, pues Brasil se posiciona como uno de los países que más alto tiene los índices de mortalidad de personas de la comunidad Trans.

A los 15 años tomé la decisión de pasar por primera vez la frontera, recuerdo que, duramos mucho tiempo sacando los documentos, pues teníamos que ir y volver constantemente desde Brasil a Venezuela (oscilando entre las ciudades de Pacaraima y Santa Elena de Uairen, las cuales eran divididas solo por la frontera). Una vez con los papeles en mano, decidimos volver para dar continuidad a los estudios de los menores presentes.

Dos años después, recién graduado en bachiller, decidí dar el paso definitivo y emprender mi viaje a Brasil. Un proceso muy doloroso, la dualidad de irme para ser libre y perderlo, *(todo comenzar de cero en un país sin saber el idioma sin saber cómo era realmente era el estilo y la forma de vida)*, o quedarme en mi espacio seguro *(con mi familia, mis afectos)*, cinco meses después de haber cumplido mis 17 años, el viaje fue vía terrestre, al tener documentación, el camino fue mas fácil, por motivos externos el viaje duro 2 semanas. Pasó aproximadamente, dos meses después de mi llegada a Dourados/MS, presenté el examen para ingresar a la universidad, después de un mes arduo de estudio. Al inicio durante el proceso, mi nombre no había salido en ninguno de los editales publicados después de la prueba, fue un choque generó mucho angustia y arrepentimiento. Por mi cabeza pasaban pensamientos de *"si me hubiera quedado en Venezuela probablemente no estaría pasando esto",* pues es muy común

cuando una persona va a migrar con hijos que aun están estudiando, el terror de años perdidos y imposibilidad de continuar. Los comentarios de las personas alrededor, lejos de ofrecer un confort, le agrega más sal a la herida.

Pues ya estaba pasando por la nostalgia de extrañar mi hogar, ser un estudiante destacado y ejemplar en mi país. Sin embargo, no recuerdo bien si fue un error de traducción o fue por otro motivo, pero al final de cuentas en ese vestibular conseguí pasar en el resultado final, dando inicio a mi vida académica. A lo largo de esta nueva fase en mi vida, he conocido personas maravillosas. Desde joven había aprendido a la mala que las amistades "no sirven" que en esta vida solo tenemos compañeros y esa perspectiva me acompañaba desde mi crianza. La cual me vi obligado a desprenderme aquí en Brasil, el cambio la cultura, las personas que conocí y la protección hacia la comunidad LGBTQIA+, me hicieron tomar fuerzas para, comenzar a cumplir con el propósito por el que vine, *"poder ser quien quería ser"* pues, mi principal motivación siempre fue esa.

Al inicio el shock del idioma era muy fuerte, me sentía como en una película sin subtítulos, fue muy difícil, mi antiguo yo el estudiante ejemplar se tuvo que enfrentar a este nuevo desafío. Mis notas decayeron, mi autoestima y confianza también, pero gracias a esa redes de apoyo que con trabajo fui construyendo en mi entorno universitario y la flexibilidad con los profesores, con el tiempo dejó de ser un obstáculo, tanto como en la comunicación como en lo académico, algo raro que me sucedió durante la adecuación con el idioma fue que al contrario de la mayoría aprendí a hablar y después a escuchar.

Debido al ambiente tomé la fuerza para, finalmente "salir del armario" a los 17 años, fue entonces que comenzó la discordia en mi lugar de acogida. A los 5 meses de haber cumplido los 18 años decidí dejar Mi lugar de acogida , que al inicio era cálido, pero poco a poco se fue transformando en un ambiente difícil de permanecer y adentrarme en la Residencia Estudiantil de la ***Universidade Federal Da Grande Dourados*** (UFGD), que fue y es, mi gran apoyo para mantenerme en Brasil y continuar con mis estudios.

En estos cinco meses había comenzado a trabajar en una empresa de la ciudad, especializada en la producción de alimentos suinos, como joven aprendiz en Reclutamiento de Selección, al inicio noté que llegaban cada vez más venezolanos, haitianos a la comunidad inmigrante en general. Sin embargo, de unos 20-40 candidatos aproximadamente 6-14 de ellos eran inmigrantes venezolanos. Esa empresa es conocida entre los inmigrantes debido a que, los requisitos a los que los requisitos para ingresos, no son muy estrictos, pues con salud física adecuada y un mínimo entendimiento del idioma eres aceptado, ante esto yo mismo pase a decir en forma de broma "Venezolano que se respete, a pisado X empresa", alusión de que la mayoría

en increíble porcentaje ingresa a esta empresa apenas llegar a la ciudad. Mi cargo como joven aprendiz era, en área administrativa, además de eso, cumplía con otros roles como ser traductor para los candidatos y trabajadores, en ocasiones en pláticas con jefes y supervisores. Entre muchos de esos donde mi conocimiento de ambas culturas e idiomas me posibilitaron. Muchos inmigrantes llegaban con profesiones ya hechas, como profesores, doctores, médicos, abogados, pero sus títulos no eran válidos no eran válidos sin el sello de verificación en Brasil, lo que los obligaba a comenzar de cero con trabajos pesados.

Después de un año por motivo de salud, tuve que salir de ese trabajo, en el sistema de salud nunca sufrí una discriminación directa. Siempre fui bien atendido por profesionales que se esfuerzan realmente por entender e incluir, eso lo vuelve realmente conmovedor. Sin embargo, no tengo un factor que no es mencionado sobre las personas que vienen por un intercambio o ya sea académico turístico que son confundidos como inmigrantes. Hubo una situación en que un comentario fue dicho al aire, sobre que el brasileño *"que quien no habla bien español mejor no debería ni hablarlo",* quede muy indignado, porque, un brasileño que habla español por X y Y motivos, quiere decir que quiere aprender, se esfuerza, eso debe ser valorado no todos hacen ese esfuerzo.

Mi vida pasó de un contraste de hablar 100% español, a hablar un 40% después a 10% , luego un 5%. Mi interacción con el español se daba a través de las redes sociales o con la parte extranjera de mi círculo social, eso me llevó a reflexionar sobre mi lugar en este nuevo mundo.

Tomando en cuenta los conceptos Topofilia, Topofobia e Topoapatía, desde mi experiencia personal la Topofilia era aquel lugar que para mí era mi todo sé que fue pocos a pocos se fue transformando en un lugar Topofobico (en las dos ocasiones), viéndome obligado a salir y buscar mejores oportunidades de vida. La Topoapatía, en mi rutina, ese el mecanismo de defensa, encerrarme en mi habitación sumergirme en las redes sociales o en mis investigaciones suena mas llamativo de lo que hay afuera, olvidando en ocasiones que hay un mundo por explorar a veces prefiero vivir en modo Sócrates, solo sé que nada se.

En trayecto de diciembre de 2025 a febrero del 2026. Me vi embarcado en un viaje de vuelta a Venezuela, con un equipaje lleno de miedos, inseguridades respecto la decisión que tomé, la manera en que la tomé no pudo haber sido la adecuada. Los malos recuerdos, las malas experiencias, duda, arrepentimiento todo fue sumándose, estaba aterrado. Sin embargo, al volver a mi lugar de origen, me di cuenta que la perspectiva que tenía al marcharme, no continuaba como yo pensaba.

El lugar había cambiado demasiado por el pasar del tiempo, la situación del país continuaba siendo la misma (o incluso peor). Yo volví a mi país con el miedo de que las puertas

serían cerradas en mi cara, por la decisión que había tomado. Sin embargo, me encontré con todo lo contrario y eso fue realmente lo mejor que pudo haber pasado en mi vida hasta ahora pues me ayudó a soltar cargas a soltar pesos y ahora sentirme más liviano, actualmente con 20 años, estoy en el camino de transición, hacia nuevas y mejores perspectivas tanto como académica como de vida. La universidad me ha dado herramientas, tanto como redes de apoyo, con las cuales me ha ayudado a salir de mi burbuja, acabar con esa perspectiva negativa de los vínculos afectivos y prepararse para nuevos desafíos y seguir adelante.

11. CONSIDERACIONES FINALES

A lo largo de estas páginas, se ha buscado visibilizar el luto migratorio como una experiencia que atraviesa al migrante en todas sus dimensiones, física, psicológica, social y existencial. A través de los conceptos de Topofilia, Topofobia y Topoapatía de (Tuan, 1974), se ha mostrado como el vínculo afectivo con el lugar puede transformarse, pasar del amor al rechazo y finalmente a la indiferencia como mecanismo de defensa. Complementariamente, la teoría del apego de (Bowlby, 1969), permitió ingresar en esta parte psicológica del vínculo, mientras que en el luto y la melancolía de (Freud, 1917), ofrecieron las herramientas para entender entre un luto saludable y una depresión que impide seguir adelante.

El luto no reconocido de (Doka, 1989) su articulación con la migración, surge a partir de la búsqueda de entender el por que es tan frecuentemente invalidado por la sociedad de acogida, los cuales frecuentemente operan como vidrios rotos que dificultan el tránsito de un migrante a una nueva vida. El síndrome de Ulises (Achotegui, 2022) y sus dimensiones, permitió caracterizar el sufrimiento extremo que enfrentan muchos de ellos en situaciones de vulnerabilidad, así mismo, el equilibrio imperfecto y esa búsqueda por un sentido de pertenencia (Castel 1997) como un proceso siempre en movimiento, frágil, inestables y subjetivos, el migrantes puede tener logros externos estables, pero aun así seguirá con la "*etiqueta del inmigrante*"

La experiencia personal narrada en este trabajo, es una ejemplificación de como la Topofilia inicial el amor por el país, la tierra y por la familia, se transforma en una Topofobia debido a un ambiente aversivo (Skinner, 1938), marcado por la discriminación, falta de apoyo y oportunidades. La Topoapatía por su parte, aparece como encerrarse en una burbuja, mecanismo de defensa para sobrellevar el dolor. El regreso a Venezuela, narrando al final de relato mostró como el duelo migratorio no es un proceso lineal y definitivo. El inmigrante puede volver y reencontrarse con su lugar de origen, soltar cargas y seguir adelante. Sin embargo, la etiqueta de extranjero persiste y el equilibrio a la pertenencia sigue siendo inestable.

Este trabajo no pretende ser concluyente, sino más bien un punto de partida, la investigación que se lleva a cabo en el grupo de estudio que profundiza estas temáticas y explorar las nuevas dimensiones del duelo migratorio. Pero incluso en su estado inicial, ya es posible afirmar que el duelo migratorio, es una experiencia que necesita ser reconocida valorada y acompañada. No es solo un acto académico sino también un acto de justicia, reconocer que el inmigrante no solo cruza fronteras, sino que también atraviesa un proceso de pérdidas profundas que merecen ser elaboradas, reconocer que detrás de cada inmigrante hay una historia de despedazar y reconstruir, incluso, que en ese proceso, el inmigrante no busca sobrevivir sino también renacer.

Por eso el título de cruzar para renacer cobra todos sus sentidos la migración es al mismo tiempo una experiencia de muerte simbólica y de renacimiento. Para el inmigrante muere su vida anterior, su certezas, su identidad previa, pero también nace en una nueva vida nuevas posibilidades, nuevas formas de ser y existir en el mundo. El luto migratorio es un proceso que acompaña a esa muerte y ese renacimiento final de este camino queda la certeza de que aunque el equilibrio de la pertenencia sea imperfecto siempre es posible seguir construyendo y siempre es posible seguir cruzando y siempre es posible seguir (re)naciendo.

12.AGRADECIMIENTOS

Quiero agradecer de manera especial, a dos personas que sin saberlo, hicieron posible este trabajo, a la primera por abrirme las puertas a esta oportunidad de compartir mis ideas aún cuando, me siento muy inexperto en el vasto campo de la investigación. Su confianza en mi potencial fue el impulso que necesitaba para dar los primeros pasos en este camino.

la segunda persona, por estar a mi lado como un pilar silencioso pero firme durante todo el proceso de elaboración de este documento, por escuchar mis dudas por alentarme con las palabras que no fluían y por dejarme ganar ayudarme a ganar la confianza necesaria para seguir escribiendo, incluso cuando todo parecido demasiado difícil. Esta investigación aún está en sus inicios, pero no había sido posible esta primera elaboración sin la presencia y el apoyo de ambas personas a ellas mi más profundo y sincero agradecimiento.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHOTEGUI, Joseba. **Los 7 duelos de la migración y la interculturalidad.** NED ediciones, 2022. 128 p.

ACHOTEGUI, Joseba. **El duelo migratorio como duelo parcial, recurrente y multiple.12 características específicas del estrés y el duelo migratorio** (2ª edición). 2025. 133p.

BERNARDES DE SOUZA, Carlos Roberto Junior: **Topoapatía, Topofilia y Topofobia: aberturas emocionais dos lugares**. Revista Tamoios, Maringá, v.20, n.1, p . 1-26, 2024.

BOWLBY, John. **Attachment and Loss, Vol. 1: Attachment**. New York: Basic Books, 1969

BOWLBY, John. **Attachment and Loss, Vol. 2: Attachment**. New York: Basic Books, 1973

CARONE, Marilene. **Luto e melacolia: Sigmund Freud**. 1917. 78p

CASTEL, Robert. L**a metamorfosis de la cuestión social: una crónica del salariado**. Buenos aires: Paidós, 1997.

COSSA, Euclides Roberto Carlos **Luto migratório em pessoas refugiadas: entre a saude mental e a intervenção psicossocial.** REVISE, v. 3, n. 1, p.1-28, 2020.

DOKA, Kenneth. **Disenfranchised Grief: Recognizing Hidden Sorrow.** Lexington books, 1989. 347 p.

ELLIS, Carolyn. **The Ethnographic I: A Methodological Novel about Autoethnography**. AltaMira Press, 2004. 427 p.

ELLIS, Carolyn; ADAMS, Tony E.; BOCHNER, Arthur P. **Autoethnography: An Overview. Forum Qualitative Sozialforschung/Forum**: Qualitative Social Research, v. 12, n. 1, 2011. 18 p.

FREUD, Sigmund. **Luto y melancolía**. 1917. 25 p.

LÓPEZ, José Rojas. **Las emociones del lugar: de los afectos de Baruch Spinoza a la topofilia de Yi-Fu Tuan**. PatryTer, Los Andes-Venezuela, v. 6, n. 12, p. 1-9, 2023.

NETTO, Jose Valdeci Grigoleto. **Luto não reconhecido: um conceito dinâmico nos (des)caminhos do social**. UNICESUMAR, 2023. 4 p. (resumo expandido)

SILVA, José Carlos Loureiro da. **A "síndrome de Ulisses" e a medicalize dos movimentos migratórios**. FURB, v. 1, n. 1, p. 1-28, 2020.

SKINNER, B. F. **O papel do meio ambiente. Instituto TCR,** 1975. 17 p.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: un estudio de las percepciones, actitudes y valores sobre el entorno**. 1974. 250 p.

UEBEL, Roberto Rodolfo. **Migración venezolana hacia Brasil: consideraciones geopolíticas y fronterizas acerca de la actuación gubernamental brasileña.** Aldea Mundo, Universidad de los Andes, v. 48, p. 69-80, 2019.

WARD, C.; STYLES, I. The Impact of Migration on Identity and Belonging. International Journal of Intercultural Relations, v. 31, n. 2, p. 1-15, 2007

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders**. 3rd ed. Washington, D.C.: American Psychiatric Association, 1980. 494 p.

CAPÍTULO XXI

ENTRE PERDAS E RECOMEÇOS: LUTO MIGRATÓRIO, SAÚDE MENTAL E EDUCAÇÃO INTERCULTURAL NA INFÂNCIA MIGRANTE EM DOURADOS/MS

BETWEEN LOSSES AND NEW BEGINNINGS: MIGRATORY GRIEF, MENTAL HEALTH, AND INTERCULTURAL EDUCATION AMONG MIGRANT CHILDREN IN DOURADOS, MS

DOI: 10.51859/amplla.mig854.1126-21

Orlando José Bastidas Betancourt
Tiago Marques Luiz
Cecília Paes de Barros

RESUMO

O projeto de extensão visou promover o acolhimento, a inclusão e o fortalecimento da saúde emocional de crianças migrantes e brasileiras em escolas municipais de Dourados/MS, por meio da abordagem do luto migratório e da educação intercultural. Fundamentado em Joséba Achotegui e na educação dialógica, propõe ações participativas, como formação de professores, rodas de conversa, atividades lúdicas e encontros com famílias. Busca fortalecer vínculos, reduzir o isolamento social, favorecer a convivência intercultural e consolidar a escola como espaço de pertencimento, inclusão e promoção da saúde mental.
Palavras-chave: Luto migratório; Saúde mental; Educação intercultural; Infância migrante; Inclusão escolar.

ABSTRACT

This extension project aimed to promote the reception, inclusion, and emotional well-being of migrant and Brazilian children enrolled in municipal schools in Dourados, Mato Grosso do Sul, Brazil, through an approach centered on migratory grief and intercultural education. Grounded in the theoretical framework of Joséba Achotegui and dialogical education, the project proposes participatory actions, including teacher training, discussion circles, playful educational activities, and meetings with families. It seeks to strengthen social bonds, reduce social isolation, foster intercultural coexistence, and consolidate the school as a space of belonging, inclusion, and mental health promotion.
Keywords: Migratory grief; Mental health; Intercultural education; Migrant childhood; School inclusion.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os fluxos migratórios internacionais intensificaram-se, impulsionados por crises econômicas, políticas e humanitárias, produzindo impactos significativos nos sistemas educacionais e nas políticas de acolhimento. No contexto latino-americano, a migração venezuelana tem ampliado a presença de crianças migrantes nas escolas brasileiras, exigindo estratégias voltadas à inclusão, à convivência intercultural e à promoção

da saúde mental. Em Dourados/MS, esse cenário tornou-se particularmente evidente, uma vez que o número de estudantes migrantes matriculados na Rede Municipal de Ensino passou de aproximadamente 50, em 2018, para 1.116, em 2024 (REME, 2024), evidenciando novos desafios para as instituições escolares.

Entre esses desafios destaca-se o luto migratório, compreendido por Achotegui (2020) como um processo de perdas relacionadas ao território, à língua, aos vínculos afetivos, à cultura e ao sentimento de pertencimento, capaz de repercutir no bem-estar emocional e na adaptação escolar de crianças e adolescentes. Nessas circunstâncias, a escola assume papel fundamental como espaço de acolhimento, proteção e reconstrução de vínculos, favorecendo processos de inclusão e desenvolvimento socioemocional (Winnicott, 1975; Bowlby, 1985).

Sob essa perspectiva, a educação intercultural crítica propõe práticas educativas fundamentadas no diálogo, no respeito à diversidade e no enfrentamento das desigualdades presentes no cotidiano escolar (Candau, 2020). Em consonância com Paulo Freire (1987), compreende-se a escola como um espaço de participação, pertencimento e transformação social, no qual as diferenças culturais constituem oportunidades para a construção de relações mais inclusivas e humanizadas.

Nas escolas municipais participantes, que atendem entre 80 e 160 estudantes migrantes, evidencia-se a necessidade de ações permanentes de acolhimento e convivência intercultural. Nesse contexto, o projeto de extensão busca promover a inclusão e o fortalecimento da saúde emocional de crianças migrantes e brasileiras por meio da educação intercultural e da abordagem do luto migratório, contribuindo para ambientes escolares mais acolhedores, inclusivos e comprometidos com os direitos humanos.

2. LUTO MIGRATÓRIO, SAÚDE EMOCIONAL INFANTIL E PROCESSOS DE PERTENCIMENTO

Este trabalho fundamenta-se em referenciais da Psicologia e dos estudos migratórios para compreender os impactos do luto migratório na infância e suas implicações no contexto das escolas municipais de Dourados/MS. Parte-se do entendimento de que a migração infantil não envolve apenas deslocamentos geográficos, mas profundas mudanças afetivas, culturais, linguísticas e identitárias que influenciam diretamente o desenvolvimento emocional, social e escolar das crianças.

O conceito central desta proposta é o de luto migratório, desenvolvido por Joséba Achotegui (2020), que o define como um processo de perdas múltiplas relacionadas ao território de origem, à língua materna, aos vínculos familiares, ao grupo social e à identidade

cultural. Diferentemente de outras formas de luto, trata-se de um processo parcial, contínuo e frequentemente não elaborado, podendo adquirir caráter crônico quando associado a situações de vulnerabilidade social, discriminação e ausência de redes de apoio. No caso das crianças migrantes, tais perdas repercutem diretamente na saúde emocional e no processo de escolarização, manifestando-se por meio de insegurança, isolamento, dificuldades de aprendizagem, retraimento e sentimentos de não pertencimento.

Estudos da Organização Internacional para as Migrações (2024) e do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (2023) demonstram que crianças migrantes e refugiadas apresentam maior exposição ao sofrimento emocional, à instabilidade familiar e às barreiras de integração escolar, especialmente quando não encontram ambientes acolhedores e políticas de inclusão adequadas.

A compreensão da infância como etapa fundamental para a constituição emocional do sujeito encontra respaldo em Winnicott (1975), ao enfatizar a importância de ambientes emocionalmente seguros para o desenvolvimento saudável da criança. Para o autor, o acolhimento, a escuta e a construção de vínculos afetivos favorecem sentimentos de confiança e pertencimento, especialmente em contextos de vulnerabilidade. Complementarmente, Bowlby (1985) destaca que rupturas familiares, perdas e deslocamentos podem comprometer os vínculos de apego e segurança emocional, tornando indispensável a presença de instituições capazes de oferecer estabilidade afetiva.

No campo dos estudos migratórios, Sayad (2000) afirma que a experiência migratória é marcada pela "dupla ausência", condição em que o sujeito deixa de pertencer plenamente tanto ao país de origem quanto ao país de acolhimento, intensificando sentimentos de desenraizamento, invisibilidade e vulnerabilidade social. Essa reflexão dialoga com o conceito de Terceiro Espaço, de Bhabha (1994), entendido como um espaço de negociação cultural onde novas identidades e formas de pertencimento podem ser construídas.

3. EDUCAÇÃO INTERCULTURAL CRÍTICA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS

Diante desse cenário, a Educação Intercultural Crítica constitui um dos principais eixos teóricos deste projeto. Conforme Candau (2020), a interculturalidade não deve limitar-se ao reconhecimento da diversidade cultural, mas problematizar as desigualdades, os preconceitos e as relações de poder presentes no cotidiano escolar. Nessa perspectiva, a escola torna-se espaço privilegiado para o diálogo, a valorização das diferenças e a construção de relações mais democráticas.

Essa concepção aproxima-se da educação como prática da liberdade proposta por Freire (1987), segundo a qual o processo educativo deve partir das experiências concretas dos sujeitos, reconhecendo suas histórias, culturas e saberes. Assim, o ambiente escolar deixa de ser apenas transmissor de conteúdo para constituir-se em espaço de acolhimento, participação e transformação social.

Em diálogo com essa abordagem, Walsh (2019) propõe uma interculturalidade crítica de caráter decolonial, comprometida com a superação das desigualdades históricas que afetam grupos socialmente vulnerabilizados. Nesse contexto, a escola assume papel fundamental na valorização das identidades culturais das crianças migrantes e na promoção de práticas educativas inclusivas.

As reflexões de Bauman (2001) sobre a modernidade líquida também contribuem para compreender os impactos subjetivos da migração contemporânea. Segundo o autor, a fragilidade dos vínculos sociais e a instabilidade das relações produzem sentimento de insegurança e descontinuidade, tornando a escola um importante espaço de estabilidade simbólica, pertencimento e reconstrução de vínculos.

4. FORMAÇÃO DOCENTE, PRÁTICAS EDUCATIVAS E ACOLHIMENTO ESCOLAR

No âmbito pedagógico, Libâneo (2014) destaca que a prática educativa crítica deve articular os conteúdos escolares à realidade sociocultural dos estudantes, favorecendo aprendizagens significativas. Nesse sentido, metodologias participativas, rodas de conversa, atividades lúdicas, narrativas autobiográficas, expressão artística e práticas colaborativas constituem estratégias importantes para fortalecer a autoestima, promover a expressão emocional e favorecer a convivência intercultural.

Entretanto, para que essas práticas sejam efetivas, torna-se indispensável investir na formação dos profissionais da educação. Nóvoa (2019) ressalta que professores precisam desenvolver competências humanas, éticas e relacionais para lidar com a diversidade cultural e com o sofrimento emocional dos estudantes, fortalecendo práticas pedagógicas sensíveis às diferenças e comprometidas com o cuidado.

Essa perspectiva encontra respaldo nas diretrizes do Ministério da Educação (2022), que recomendam políticas voltadas ao acolhimento de estudantes migrantes e refugiados, incluindo apoio linguístico, acompanhamento psicossocial, combate à discriminação e formação docente para a diversidade cultural. Essas orientações tornam-se particularmente

relevantes diante do crescimento expressivo do número de estudantes migrantes matriculados na Rede Municipal de Ensino de Dourados/MS.

Assim, ao integrar os referenciais da Psicologia do luto migratório, dos estudos migratórios, da educação intercultural crítica e das práticas pedagógicas inclusivas, este projeto propõe transformar a escola em um espaço de acolhimento, cuidado e reconstrução de pertencimentos. Busca-se compreender o luto migratório não apenas como experiência de perda, mas também como possibilidade de ressignificação, integração e construção de novos recomeços, contribuindo para o fortalecimento da saúde emocional, da dignidade e da inclusão escolar de crianças migrantes e brasileiras.

5. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho apresenta resultados preliminares de uma pesquisa-intervenção de abordagem qualitativa, participativa e extensionista, fundamentada nos princípios da educação intercultural crítica e da pedagogia dialógica. As atividades estão sendo desenvolvidas em escolas municipais de Dourados/MS com crianças migrantes e brasileiras, priorizando estudantes de 5 a 12 anos de idade. O projeto tem vigência de maio a dezembro de 2026.

Do ponto de vista teórico-metodológico, a proposta fundamenta-se na concepção de educação como prática da liberdade (Freire, 1987) e na educação intercultural crítica (Candau, 2020), valorizando o diálogo, a escuta ativa e a participação dos sujeitos na construção do conhecimento. A dimensão participativa inspira-se na pesquisa participante de Brandão (1981), reconhecendo estudantes, famílias e profissionais da educação como protagonistas das ações.

Até o momento da submissão deste trabalho, foram realizadas visitas técnicas às escolas municipais, rodas de conversa com estudantes migrantes, observações participantes e ações de acolhimento intercultural. Os resultados apresentados correspondem à etapa inicial da intervenção e, portanto, possuem caráter preliminar. As atividades desenvolvidas incluem rodas de conversa, práticas lúdicas e expressivas, narrativas, dinâmicas interculturais, encontros com famílias e formação de professores, visando promover a expressão emocional, valorizar a diversidade cultural e fortalecer ambientes escolares inclusivos.

Os dados produzidos até o momento foram organizados por meio da análise de conteúdo, considerando categorias temáticas relacionadas ao luto migratório, à saúde emocional e à convivência intercultural. Para a continuidade do projeto, novos dados serão incorporados à análise, utilizando registros de observação participante, diários de campo,

produções infantis e entrevistas semiestruturadas, buscando ampliar a consistência analítica dos resultados.

Por se tratar de um projeto de extensão voltado ao desenvolvimento de ações educativas e de acolhimento, sem aplicação de questionários, testes psicológicos, escalas, entrevistas para fins de pesquisa ou outros instrumentos de coleta sistemática de dados, este trabalho não se caracteriza como pesquisa envolvendo seres humanos. Os resultados apresentados decorrem dos registros das atividades extensionistas e da observação das ações desenvolvidas, não tendo como objetivo a produção de dados de pesquisa junto aos participantes.

6. FASES DO PROJETO E PLANO DE ATIVIDADES

O desenvolvimento do presente projeto será organizado em quatro fases articuladas e progressivas, com duração total de oito meses, compreendendo atividades de diagnóstico, sensibilização, intervenção, acompanhamento e avaliação. Essa organização busca garantir coerência metodológica, participação ativa dos sujeitos envolvidos e avaliação contínua dos processos de intervenção.

6.1. Aproximação institucional e planejamento participativo

Inicialmente, será realizado um levantamento junto às escolas municipais de Dourados/MS com o objetivo de identificar a presença de estudantes migrantes, suas principais demandas emocionais, culturais e escolares, bem como os desafios enfrentados no contexto da convivência intercultural.

Essa etapa incluirá:

Reuniões com equipes gestoras e docentes;

Visitas técnicas às escolas;

Rodas de conversa com estudantes e famílias;

Observação das demandas apresentadas pela comunidade escolar.

Essa etapa permitiu identificar as principais demandas relacionadas ao acolhimento, à convivência intercultural e ao processo de adaptação de estudantes migrantes, subsidiando o planejamento das ações extensionistas.

6.2. Sensibilização, formação e preparação da comunidade escolar

Na segunda etapa, foram desenvolvidas ações de sensibilização ações de estudantes, professores, equipes gestoras e famílias, com foco na educação intercultural, na diversidade cultural e nos impactos do luto migratório na infância.

As atividades contemplam:

Oficinas temáticas sobre migração, interculturalidade e luto migratório

Rodas de conversa sobre identidade, pertencimento e diversidade cultural

Formação docente sobre acolhimento escolar e saúde mental no contexto migratório

Atividades iniciais de integração entre estudantes migrantes e não migrantes

Essa etapa tem como finalidade fortalecer a preparação da comunidade escolar para a construção de práticas educativas mais inclusivas, dialógicas e humanizadas.

6.3. Intervenção pedagógica e psicossocial

A fase de intervenção constitui o eixo central do projeto, foi desenvolvida a partir de metodologias participativas, expressivas e dialógicas, que favorecem a escuta ativa, a expressão emocional e o protagonismo infantil.

As ações incluem:

Rodas de conversa e espaços de escuta qualificada

Narrativas autobiográficas e histórias de vida

Atividades artísticas (desenho, teatro, música e dança)

Dinâmicas interculturais e jogos cooperativos

Encontros com famílias e responsáveis

Essas práticas visam contribuir para a elaboração do luto migratório, o fortalecimento de vínculos afetivos e sociais e a promoção do sentimento de pertencimento escolar, considerando a escola como espaço de proteção, convivência e reconstrução de identidades.

6.4. Acompanhamento contínuo e avaliação participativa

O acompanhamento das ações ocorre de forma contínua por meio de registros das atividades extensionistas, reuniões de equipe e devolutivas das escolas participantes, permitindo aperfeiçoar continuamente as ações desenvolvidas.

Essa etapa permitirá o monitoramento dos impactos do projeto no bem-estar emocional das crianças, na convivência intercultural e no fortalecimento das relações escola–comunidade, possibilitando ajustes contínuos das ações desenvolvidas.

7. RESULTADOS ESPERADOS E RESULTADOS PARCIAIS DA INTERVENÇÃO (EXPECTIVAS DO PROJETO)

As atividades desenvolvidas no âmbito da presente prática extensionista serão realizadas em escolas da Rede Municipal de Ensino de Dourados/MS, com ênfase em unidades

que apresentam significativa presença de crianças migrantes, especialmente oriundas da Venezuela. Importa destacar que os resultados aqui apresentados se referem a um recorte inicial do processo, configurando-se como resultados preliminares das primeiras fases, uma vez que o projeto ainda se encontra em desenvolvimento.

A proposta teve como eixo central a construção de espaços de acolhimento, escuta qualificada e fortalecimento da saúde emocional infantil, considerando os impactos do luto migratório no processo de escolarização e convivência intercultural.

Até o momento da elaboração deste trabalho, as ações extensionistas foram desenvolvidas em três escolas municipais da Rede Municipal de Ensino de Dourados/MS, que concentram expressivo número de estudantes migrantes, especialmente de nacionalidade venezuelana. Nessa etapa inicial, participaram aproximadamente 148 crianças migrantes e 392 brasileiras;152 migrantes e 417 brasileiras, por meio da realização de 10 rodas de conversa, 10 atividades lúdicas e expressivas, 6 oficinas interculturais e 12 encontros com professores, gestores e familiares. Esses resultados correspondem às primeiras fases do projeto e fundamentam as análises apresentadas neste relato de experiência.

7.1. Escuta, pertencimento e atividades psicossociais na infância migrante em contexto escolar

Até o momento da elaboração deste trabalho, as ações extensionistas foram desenvolvidas em 3 escolas municipais da Rede Municipal de Ensino de Dourados/MS que concentram expressivo número de estudantes migrantes, especialmente de nacionalidade venezuelana. Nessa etapa inicial foram realizadas visitas técnicas, rodas de conversa, atividades lúdicas e ações interculturais com crianças migrantes e brasileiras, cujos resultados apresentados possuem caráter preliminar.

Durante as visitas às escolas, observou-se que as principais dificuldades enfrentadas pelas crianças migrantes estavam relacionadas às barreiras linguísticas, à adaptação ao ambiente escolar e às dificuldades de interação com colegas brasileiros. Também foram identificados episódios pontuais de discriminação e xenofobia, além de insegurança na comunicação em língua portuguesa. Em contrapartida, verificou-se grande interesse das crianças em participar de atividades coletivas, favorecendo a convivência intercultural e o fortalecimento do sentimento de pertencimento. Resultados semelhantes são descritos por Vieira (2026) e De Barros (2026) que destacam a escola como espaço privilegiado para o desenvolvimento de práticas interculturais capazes de favorecer a inclusão de estudantes migrantes.

Como estratégia central do projeto, foram realizadas rodas de conversa que possibilitaram às crianças compartilhar experiências relacionadas à chegada ao Brasil, às saudades do país de origem, às dificuldades de adaptação escolar e às expectativas quanto ao futuro. A utilização da língua espanhola em diversos momentos favoreceu a participação das crianças e ampliou suas possibilidades de expressão emocional. Esses relatos aproximam-se da concepção de luto migratório proposta por Achotegui (2020), evidenciando perdas simbólicas relacionadas à língua, aos vínculos afetivos e ao sentimento de pertencimento. Da mesma forma, Dineli e Franco (2025) destacam que espaços coletivos de escuta fortalecem os vínculos familiares e favorecem estratégias de enfrentamento durante o processo migratório.

Nas atividades lúdicas e expressivas foram desenvolvidos desenhos, jogos cooperativos, dinâmicas de grupo, música, teatro e narrativas autobiográficas em português e espanhol. Essas atividades favoreceram a expressão de sentimentos, a valorização das histórias de vida e o fortalecimento da identidade cultural das crianças. Resultados semelhantes foram descritos por De Freitas (2026), ao demonstrarem que jogos tradicionais e atividades culturais favorecem a inclusão social de crianças migrantes e fortalecem o diálogo intercultural. Além disso, Neta e Ferreira (2025) compreende o brincar como prática cultural capaz de produzir significados, enquanto Kishimoto (2017) destaca os jogos como importantes mediadores da socialização e da construção das identidades.

A partir das demandas identificadas nas escolas, também foram desenvolvidas ações educativas sobre respeito às diferenças culturais, direitos humanos, xenofobia e convivência intercultural. Essas atividades contribuíram para ampliar o diálogo entre estudantes migrantes e brasileiros e reforçaram o papel da escola como espaço de acolhimento e promoção da cidadania, em consonância com a perspectiva da educação intercultural crítica (Candau, 2020; Walsh, 2009).

Destaca-se ainda a realização da atividade "Livros Viventes", na qual migrantes, professores e profissionais de diferentes nacionalidades compartilharam suas histórias de vida com os estudantes. Observou-se grande interesse das crianças durante os relatos e intensa participação nas discussões, favorecendo o reconhecimento da diversidade cultural e a desconstrução de estereótipos relacionados à migração. Experiências semelhantes descritas por Candau e Ivenicki (2024) demonstram que práticas pedagógicas baseadas no diálogo intercultural ampliam o reconhecimento das diferenças culturais e fortalecem ambientes escolares mais inclusivos.

Os resultados preliminares desta etapa indicam que ações fundamentadas na escuta qualificada, na valorização da cultura de origem e em práticas interculturais favorecem o

acolhimento, a participação e o fortalecimento do sentimento de pertencimento de crianças migrantes no contexto escolar, constituindo estratégias promissoras para a promoção da inclusão e da convivência intercultural.

8. DISCUSSÃO

Os primeiros achados evidenciam a relevância da atuação da Psicologia Escolar diante dos desafios impostos pela crescente diversidade cultural presente nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Dourados/MS. A presença significativa de estudantes migrantes demanda o desenvolvimento de práticas de acolhimento, inclusão e promoção da saúde mental que ultrapassem modelos centrados apenas nas dificuldades individuais, considerando também os fatores sociais, culturais e institucionais que influenciam os processos educativos (Teixeira; 2025; Machado, 2025)

As observações realizadas indicam que o processo de inserção escolar das crianças migrantes é marcado simultaneamente por potencialidades e desafios. Embora muitos estudantes demonstrem avanços no processo de adaptação, foram identificadas dificuldades relacionadas ao domínio da língua portuguesa, à construção de vínculos sociais e à vivência de situações pontuais de preconceito e xenofobia.

Essas dificuldades tornaram-se mais evidentes durante as rodas de conversa, as atividades de escrita a partir de perguntas abertas e a elaboração de narrativas autobiográficas, nas quais algumas crianças demonstraram insegurança para se comunicar em português, recorrendo frequentemente ao espanhol para expressar sentimentos, experiências e acontecimentos de sua trajetória migratória.

Esses achados dialogam com Pestana (2026), que identificam a barreira linguística como um dos principais obstáculos à inclusão escolar de estudantes migrantes no Brasil, repercutindo tanto na aprendizagem quanto nas relações sociais estabelecidas no ambiente escolar. De forma semelhante, Prado e Araujo (2019) destacam que a inserção de crianças venezuelanas nas escolas brasileiras exige estratégias institucionais de acolhimento capazes de enfrentar desafios linguísticos, culturais e sociais.

Na perspectiva da educação intercultural crítica, Candau (2009) argumenta que o reconhecimento das diferentes línguas e repertórios culturais constitui condição fundamental para a construção de práticas educativas inclusivas, enquanto Walsh (2009) defende que a interculturalidade pressupõe o diálogo entre diferentes saberes e formas de comunicação, valorizando as línguas de origem como elemento de reconhecimento identitário e de participação dos estudantes.

Nesse contexto, a utilização do espanhol durante as rodas de conversa revelou-se uma estratégia fundamental de acolhimento psicológico e aproximação cultural. Observou-se que as crianças demonstraram maior abertura para compartilhar experiências, sentimentos e dificuldades quando puderam se expressar em sua língua materna. Tal resultado corrobora as reflexões de Friedrich e Bertoldo (2022), que defendem a valorização das línguas de origem como elemento central para práticas educativas interculturais e para o fortalecimento da identidade de estudantes migrantes.

As atividades voltadas à autoimagem, identidade cultural e narrativas migratórias permitiram compreender que o processo migratório não se restringe a deslocamentos geográficos, mas envolve profundas transformações subjetivas. Os relatos das crianças evidenciaram sentimentos de saudade, insegurança, medo e incerteza, ao mesmo tempo em que revelaram expectativas positivas relacionadas ao futuro, à escolarização e às oportunidades de vida no Brasil. Esses descobertos aproximam-se das discussões de Cossa (2020, que compreende o luto migratório como um processo contínuo de elaboração das perdas associadas à migração, incluindo vínculos afetivos, língua, território e referências culturais.

Outro aspecto relevante identificado refere-se às situações de discriminação, xenofobia e exclusão relatadas por alguns estudantes e familiares. Embora tais ocorrências não tenham sido predominantes, elas evidenciam a necessidade de ações educativas permanentes voltadas à promoção dos direitos humanos e do respeito à diversidade cultural. Nesse sentido, as intervenções realizadas sobre preconceito, racismo e convivência intercultural mostraram-se fundamentais para estimular reflexões críticas e fortalecer relações mais respeitosas no ambiente escolar (Egues e Tavano, 2025).

A atividade “Livros Viventes” destacou-se como uma experiência significativa de educação intercultural. A possibilidade de ouvir histórias de vida de migrantes e profissionais de diferentes nacionalidades ampliou as percepções das crianças sobre diversidade cultural, mobilidade humana e projetos de vida. Segundo De Souza (2025) práticas pedagógicas baseadas no diálogo intercultural favorecem o reconhecimento das diferenças como constitutivas da vida social, contribuindo para a construção de ambientes escolares mais democráticos e inclusivos.

Ainda que os resultados apresentados sejam preliminares, eles indicam que a escola pode constituir-se como um espaço privilegiado para a promoção da saúde emocional, da inclusão e da convivência intercultural de crianças migrantes. Em consonância com Candau (2020), Walsh (2009) e Achotegui (2020), os achados sugerem que práticas fundamentadas na escuta qualificada, na valorização das identidades culturais e no diálogo intercultural

contribuem para fortalecer o sentimento de pertencimento e favorecer processos de adaptação escolar sem desconsiderar as especificidades culturais dos estudantes.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência desenvolvida nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Dourados/MS, no âmbito do projeto *Entre Perdas e Recomeços: Diálogos sobre Luto Migratório, Diversidade e Acolhimento na Infância em Escolas Municipais de Dourados/MS*, possibilitou uma aproximação significativa com os desafios contemporâneos relacionados à escolarização de crianças migrantes, especialmente no contexto do intenso fluxo migratório venezuelano no município.

De forma geral, a experiência evidenciou que a escola ocupa um lugar central na produção de vínculos sociais, no desenvolvimento humano e na promoção da cidadania, ao mesmo tempo em que se configura como um espaço atravessado por tensões relacionadas à desigualdade social, às barreiras linguísticas, às diferenças culturais e às experiências subjetivas de perda associadas ao processo migratório. mostrou-se fundamental para compreender as vivências emocionais das crianças, marcadas por rupturas de vínculos afetivos, territoriais, linguísticos e culturais.

As primeiras etapas realizadas, ainda em caráter inicial e em desenvolvimento, indicam que a inserção escolar das crianças migrantes é um processo complexo e multifacetado, que envolve dimensões pedagógicas, emocionais, familiares, sociais e culturais. As atividades desenvolvidas, como rodas de conversa, ações lúdicas, narrativas autobiográficas e experiências de educação intercultural, possibilitaram identificar tanto dificuldades de adaptação quanto estratégias de enfrentamento e reconstrução de pertencimento elaboradas pelas próprias crianças e suas famílias.

Entre os principais desafios identificados, destaca-se a barreira linguística, que impacta diretamente a participação, a socialização e o processo de aprendizagem. Nesse contexto, o uso da língua espanhola nas atividades mostrou-se uma estratégia fundamental de acolhimento, favorecendo a expressão emocional, a construção de vínculos e o fortalecimento do sentimento de pertencimento escolar. De modo complementar, observou-se que o reconhecimento das culturas de origem contribui significativamente para o fortalecimento da identidade e da autoestima das crianças migrantes.

Outro aspecto relevante refere-se à presença, ainda que pontual, de situações de preconceito, xenofobia e discriminação no ambiente escolar, o que evidencia a necessidade de ações contínuas de educação em direitos humanos e convivência intercultural. Iniciativas como a atividade “Livros Viventes” demonstraram grande potencial formativo ao promover o diálogo

entre diferentes trajetórias de vida, ampliando a compreensão das crianças sobre a migração como experiência humana marcada por perdas, resistências e possibilidades de recomeço.

Por fim, que a atuação da Psicologia junto à população migrante é fundamental no contexto educacional contemporâneo, especialmente em territórios marcados por intensos fluxos migratórios como Dourados/MS. Torna-se imprescindível o fortalecimento de práticas pedagógicas interculturais, ações de acolhimento sensíveis ao luto migratório e estratégias de promoção da saúde mental na infância.

REFERÊNCIAS

ACHOTEGUI LOIZATE, Joseba. *La inteligencia migratoria:* manual para inmigrantes en dificultades. Barcelona: NED Ediciones, 2018.

ACNUR ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. *Tendências Globais de Deslocamento Forçado 2024. Genebra:* ACNUR, 2024. Disponível em: https://www.acnur.org/br/noticias/comunicados-a-imprensa/diante-da-crise-de-deslocamento-sem-precedentes-paises-das-americas. Acesso em: 16 jun. 2026.

AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS (ACNUR). *Plataforma R4V – Resposta aos venezuelanos. Brasília*, 2024. Disponível em: https://www.acnur.org/br/dados-refugiados-no-brasil-e-no-mundo. Acesso em: 16 jun. 2026.

BAENINGER, Rosana; DEMÉTRIO, Natália Belmonte; DOMENICONI, Jóice de Oliveira Santos. Migrações dirigidas: estado e migrações venezuelanas no Brasil Directed Migrations: State and Venezuelan Migrations in Brazil. *Revista Latinoamericana de Poblacion,* v. 16, p. e202113, 2022.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas. Estrategias para entrar y salir de la modernidad.* Buenos Aires: Paidós, 2008.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. *Educação intercultural na América Latina:* entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7letras, 2009.

CANDAU, Vera Maria Ferrão; IVENICKI, Ana. A pesquisa multi/intercultural na educação: possibilidades de articulação a processos educativo *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro***,** v. 32, n. 122, p. 1–21, jan./mar. 2024.

CASTRO SUÁREZ, Anahí. La religión como factor de integración: símbolos, práctica religiosa y redes sociales en torno al inmigrante venezolano en Santiago de Chile (1990-2023). *Cuadernos Judaicos,* n. 42, 2024.

COSSA, Euclides Roberto Carlos. Luto migratório em pessoas refugiadas: entre a saúde mental e a intervenção psicossocial. *Revista Revise*, v. 6, n. Fluxo Contínuo (2020): Psicologia e Educação, p. 275-302, 2020.

DE BARROS CARDOSO, Luís Miguel Oliveira et al. Educação, inclusão e diversidade na escola: os desafios da nacionalidade e da cultura. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação,* v. 12, n. 2, p. 1-12, 2026.

DE FREITAS MACHADO, Priscila. Jogos, brinquedos e brincadeiras como práticas antirracistas na educação infantil. *Aurum Editora,* p. 113-124, 2026.

DE HAAS, Hein. A theory of migration: *the aspirations–capabilities framework. Comparative Migration Studies*, v. 9, n. 8, 2021.

DE HAAS, Hein; CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J. *The age of migration*: International population movements in the modern world. Bloomsbury Publishing, 2019.

DE SOUZA XAVIER, Carolaine Aparecida et al. Práticas pedagógicas culturais. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 11, n. 12, p. 3674-3684, 2025.

DINELI, Giselda Lopes Aquino; FRANCO, Maria Helena Pereira. Saúde mental e imigração: uma revisão integrativa com notas sobre apego e luto. *Caderno Pedagógico*, v. 22, n. 11, p. e19947-e19947, 2025.

DIOSES SAAVEDRA, Katya Regina. *Afrontamiento al estrés y resiliencia en migrantes venezolanos que acuden a un albergue de Tumbes*, 2024.

DOMENECH, Eduardo; DIAS, Gustavo. Regimes de fronteira e "ilegalidade" migrante na América Latina e no Caribe. *Sociologias*, v. 22, n. 55, p. 40-73, 2020.

DOS SANTOS, Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana. Crianças migrantes na educação básica brasileira: uma reflexão urgente. *Sobre Tudo,* v. 17, n. 1, p. 117-139, 2026.

DUQUE GÓMEZ, Darlin; NOREÑA ARISTIZÁBAL, Melissa; HERRERA RIVERA, Ovidio. Dinámica interna de familias: afrontamientos tras el proceso migratorio. *Collectivus: Revista de Ciencias Sociales*, Barranquilla, v. 11, n. 2, 2024.

EGUES, Laiz Nascimento; TAVANO, Patrícia Teixeira. Processo de ensino-aprendizagem e mediação pedagógica: a xenofobia em questão*. Revista de Geopolítica*, v. 16, n. 5, p. e823-e823, 2025.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (org.). *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

MACHADO, Liliane Campos; CALDEIRA, Daniela Laender; GUANDALINI, Luciana da Conceição Silva. *Inovação Pedagógica na Formação, no Currículo e na Avaliação: Perspectivas e Contextos Diversos*. Editora Dialética, 2025.

NETA, Elenice Costa Muniz; FERREIRA, Edith Maria Batista. Com o que brincam as crianças na escola da infância? *Multidebates,* v. 9, n. 3, p. 149-162, 2025.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; ARAÚJO, Suzana Almeida. Políticas de atendimento a migrantes e refugiados no Brasil e aproximações da Psicologia. *Psicologia Política,* São Paulo, v. 19, n. 46, p. 570-583, set./dez. 2019.

TEIXEIRA, Antônio Zenon Antunes. A importância da psicologia escolar no contexto educacional brasileiro*. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 11, n. 11, p. 9945-9964, 2025.

VIEIRA, Leandra Lopes. Direitos humanos e educação multicultural: construindo uma escola inclusiva e democrática. *Revista Digital Acadêmico Mundo,* v. 19, n. 14, p. e32-e32, 2025.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder: um pensamento e posicionamento" outro" a partir da diferença colonial. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Pelotas*, v. 5, n. 1, p. 6-39, 2019.

CAPÍTULO XXII

IMIGRANTE ALGUM SE SENTE PARTE DA SOCIEDADE BRASILEIRA? DIÁLOGOS A PARTIR DO QUOTIDIANO DOS IMIGRANTES

DOES ANY IMMIGRANT FEEL PART OF BRAZILIAN SOCIETY? DIALOGUES BASED ON THE DAILY LIVES OF IMMIGRANTS

DOI: 10.51859/amplla.mig854.1126-22

Octávio Bengui José Hinda

RESUMO

Este artigo resulta de uma pesquisa em andamento, cujos dados ainda estão em fase de análise. O estudo busca responder à seguinte questão: **de que maneira os imigrantes africanos são observados na sociedade brasileira?** Para isso, adota uma abordagem bibliográfica e o método explicativo, analisando as causas da imigração africana e a forma como esses imigrantes são compreendidos e inseridos no cenário social brasileiro. Além do mais, discute desafios como preconceito, discriminação, integração social e valorização de suas contribuições. Embora os resultados sejam parciais, espera-se ampliar o debate sobre suas vivências e a construção da diversidade na sociedade brasileira

Palavras-Chave: Africanos, imigrantes, emigração, preconceito, racismo.

ABSTRACT

This article stems from ongoing research, with data currently under analysis. The study seeks to answer the following question: how are African immigrants perceived within Brazilian society? To this end, it adopts a bibliographic approach and an explanatory method, analyzing the causes of African immigration and the ways in which these immigrants are understood and integrated into the Brazilian social landscape. Furthermore, it discusses challenges such as prejudice, discrimination, social integration, and the recognition of their contributions. Although the results are preliminary, the aim is to broaden the debate regarding their experiences and the construction of diversity in Brazilian society.

Keywords: Africans, immigrants, emigration, prejudice, racism.

1. INTRODUÇÃO

O fenômeno da imigração ganha corpo a partir do processo de globalização e do crescimento econômico e político, tornando-se um dos principais elementos da época contemporânea. A questão migratória não se circunscreve apenas aos fluxos geográficos ou à mobilidade de pessoas; ela também constitui um processo permanente de reconstrução das experiências e de redescoberta identitária, abrangendo novos e complexos estímulos relacionados ao orgulho, ao sentimento de pertença e à recomposição das identidades. Agnes Heler (2008) destaca que as experiências cotidianas resultam de um processo contínuo de convivência social, marcada por sistemas históricos e socioculturais.

Desse modo, a interpretação do cotidiano das pessoas estrangeiras passa, necessariamente, por desafios e as possibilidades para enfrentar os cenários de inserção na sociedade que as acolheu.

Esse procedimento inclui o período de adaptação à nova realidade ou cultura, com a possibilidade de aquisição de novos hábitos resultantes dessa interação, bem como a superação das dificuldades linguísticas e socioeconômicas (Salles, 2011; Imilan et al., 2015).

A priori, as questões de caráter identitárias e de sentimento de pertença não são os únicos fatores. A migração para essa circunstância é atravessada por condições de dificuldades estruturais que influenciam diretamente os grupos vulneráveis, atendendo ao modo como foi conduzido o seu processo de acolhimento nesse território.

Na realidade brasileira, marcada por processos históricos fortemente atravessados por vieses que nortearam a colonização, como, por exemplo, a subalternização, os estereótipos e o racismo endêmico enfrentado pela população negra, a mobilidade migratória de africanos, com destaque para aqueles oriundos da República Democrática do Congo, República do Congo (Congo Brazzaville) e de Angola, ocorre em um contexto caracterizado pelo racismo estrutural. Nessa circunstância, aumentam as barreiras para sua adaptação e integração, fazendo com que esses migrantes sejam frequentemente marcados por diversas formas de linguagem depreciativa e discriminatório.

As informações internacionais apontam que 52% dos imigrantes são homens, enquanto 48% são mulheres. Dessa forma, a vivência migratória feminina representa uma especificidade que diverge do percurso masculino. Embora as mulheres estejam diretamente envolvidas nos processos migratórios, suas experiências ainda são, infelizmente, invisibilizadas (Organização Internacional para as Migrações, 2018, 2019).

2. VIVÊNCIAS: DESAFIOS, TRISTEZA E AUSÊNCIA DE PERTENCIMENTO

Em particular, os imigrantes africanos de origem angolana, congolesa, tanto da República Democrática do Congo quanto da República do Congo (Congo-Brazzaville), são vistos no Brasil sob uma ótica de inferioridade e enfrentam dificuldades semelhantes às vivenciadas pela população negra brasileira, como o desprezo, discriminação e o racismo. Contudo, os africanos estão sujeitos à tripla discriminação, frequentemente observada em três categorias: por serem negros, africanos e imigrantes.

Por outro lado, por serem caracterizados como negros e, muitas vezes, por serem africanos e, ao mesmo tempo, imigrantes, nessas circunstâncias, originários de um continente

amplamente marginalizado pelas mídias e no imaginário coletivo brasileiro, mesmo quando se trata de uma imigração motivada pela formação acadêmica, eles ainda não conseguem escapar dessa visão estereotipada. Virgem e Malomalo (2015) ressaltam que os africanos continuam sendo observados sob a perspectiva colonizadora e do racismo entranhado na sociedade contemporânea brasileira.

Na mesma concepção, Gusmão(2011) evidencia que, no caso dos africanos, a questão está intrinsecamente relacionada ao processo que envolve o período de aceitação e acolhimento enquanto estrangeiros ou, de outro modo, à rejeição pelo fato de pertencerem à raça negra. Aliás, embora essa não seja uma categoria utilizada nos países africanos, muitos de identificam como Kituba, Baluba, Tchokwè, Fula, Ndau entre outros.

Acrescentando, infelizmente, os africanos têm sido observados de forma homogênea, ou seja, como pertencentes a uma única categoria. A África é frequentemente retratada como um espaço caracterizado pela discriminação e por pensamento depreciativos. Apesar disso, esquecem-se as especificidades do continente africano e das diferenças entre os imigrantes africanos, que não vêm do mesmo lugar. Alguns são provenientes de países de língua oficial portuguesa, enquanto outros são originários de países de expressão francesa e inglesa.

Geralmente, quando não são atingidos pelo racismo, os africanos são discriminados e observados como sujeitos vulneráveis e passivos, dignos de tristeza, em razão de sua proveniência de um continente pobre e com condições de trabalho lastimáveis (Vargem e Malomalo, 2015).

Observa-se, no entanto, que esse tipo de sentimento é norteado pela compaixão em seu sentido mais amplo e, de forma mínima, desfavorece as relações baseadas na interculturalidade (Brignol e Costa, 2018), tendo em conta a visão exótica e subalterna em relação aos imigrantes africanos. Dito de outro modo, o preconceito contra os africanos está vinculado à cor da pele, elemento que, inclusive, esteve associado à denominação esse território chamado África.

Na perspectiva de Vala (2013), apresenta-se como um racismo baseado na noção de "esperançoso ou otimista", que tende a colocar o negro na concepção do administrado, isto é, de um "necessitado" incapaz de grandes evoluções civilizacionais. Dir-se-ia, contudo, que a imigração africana nos coloca perante quatro pontos: primeiramente, as questões da história geral do negro; a imagem do africano; a observação sobre os imigrantes" estrangeiros" em terra alheia; e os desafios dos problemas contemporâneos de África, nomeadamente os conflitos civis e, consequentemente, as crises humanitárias (Gusmão, 2012).

Nota-se que essa onda de imigração de africanos para o Brasil decorre dos conflitos registrados na década de 1990, sobretudo em razão das crises político-econômicas. Além do

mais, foi marcada pelos acordos bilaterais na dimensão educacional Sul-Sul, caracterizando-se por uma imigração temporária, permanente e de estudo.

Por outro lado, Mallard et al.(2015), ao analisarem a diferença entre o que se divulga sobre a hospitalidade brasileira para diversos tipos de imigrantes e a realidade vivenciada por determinados grupos, demonstram que a não recepção de alguns cidadãos e cidadãs evidencia, de modo nítido, como essa sociedade se caracteriza pela forma de observar o outro a partir de uma imaginário previamente construído.

No contexto da sociedade brasileira, a forma como essa organização social se estrutura é marcada pela lógica escravocrata e racista. Isso demonstra que os estudantes africanos vivenciam uma condição de estrangeiridade, pelo fato de serem cidadãos que, muitas vezes, encontram-se em situações marcadas pela necessidade e pela vulnerabilidade. Em contrapartida, essa ocorrência se diferencia da experiência de imigrantes europeus, que, em muitos casos, não se percebem inseridos em um cenário de estrangeiridade. Frenquentemente, essas diferenças tornam-se evidentes em situações de necessidade e desamparo enfrentadas pelos imigrantes (Mallard et al., 2015).

Existem outras questões que se transformam em desafios atuais para os estrangeiros, além dos aspectos relacionados à negação implícita dos imigrantes, condições estas que estão intrinsecamente relacionadas ao fenômeno da estrangeiridade. Sob outra perspectiva, há outro problema enfrentado pelos imigrantes: a dificuldade no reconhecimento de diplomas. Muitos são altamente qualificados, mas acabam trabalhando em empregos precários, fator que está relacionado à burocracia e aos elevados custos financeiros envolvidos no processo de validação de títulos acadêmicos.

A inclusão de imigrantes no mercado de trabalho no Brasil tem sido um dos grandes desafios, de natureza multidimensional, relacionado às dificuldades linguísticas, às burocracias de ordem institucional e até às barreiras sociais. Cabe destacar que algumas bibliografias demonstram que medidas voltadas à oferta de formação técnico-profissional, à maior agilidade na validação de diplomas de imigrantes e à implementação de políticas de combate ao preconceito são relevantes para a minimização dessas barreiras (Bráz et al., 2025).

A xenofobia e a discriminação racial constituem algumas das dificuldades que impactam negativamente a inserção dos imigrantes na sociedade brasileira (Oliveira et al., 2019; Oliveira e Gomes, 2021). Muitos empregadores utilizam linguagem de natureza discriminatório ou reproduzem estereótipos sobre os estrangeiros (Silva, 2020).

Diante desse cenário, evidencia-se a urgência de pôr fim às de natureza burocrático e de promover ações de sensibilização que combatam a discriminação, como forma de assegurar uma adaptação mais íntegra e igualitária dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro.

Existem amparo legal que assegura esses direitos. A legislação nacional, por meio da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, garante, em seu artigo 1º, princípios fundamentais que também alcançam os estrangeiros residentes no Brasil. Além disso, importa destacar o disposto no artigo 5º: "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)".

Logo, fatos como os expressos no texto da Constituição da República Federativa do Brasil deveriam repelir ações que promovam discriminação, ódio, xenofobia e outras formas de violação de direitos.

3. ADAPTAÇÃO E NOSTALGIA: NENHUM IMIGRANTE SE ADAPTA SEM SENTIR SAUDADE DE SUA TERRA

Adaptação de estrangeiros, de modo particular os de origem angolana, congolesa (República Democrática do Congo) e congolesa (República do Congo Brazzaville) no Brasil, geralmente envolve uma difícil barreira no processo de absorção e de adaptação à nova cultura, registrada por discordâncias culturais, pela busca de sustento social e pelo enfrentamento da nostalgia (saudade) da terra que os viu nascer. Pesquisas mostram que o sentimento de nostalgia serve como um fator de sofrimento, bem como impulsiona estratégias de enfrentamento, permitindo a preservação da identidade cultural do indivíduo.

O contexto, no entanto demanda que o imigrante atravesse um contínuo processo de adaptação a um meio que supunha dominar, mas que agora lhe denota uma completa estranheza em relação ao ambiente. Os sentimentos de desconhecimento surgem nesse processo de adaptação, ativando o senso de pertencimento previamente existente.

Segundo Brenner (1975), quando as circunstâncias se tornam demasiadamente difíceis para o imigrantes em situações de distanciamento da terra natal, longe dos amigos e dos afetos, e entram em conflito com o desejo de estar nos abraços da família e dos amigos, compartilhando com eles a própria sobrevivência, a pessoa repele a realidade desconfortável e permanece vinculada ao que lhe é familiar, isto é, ao modo como as coisas eram antes de sua partida.

No que se refere ao emigrante e às suas vinculações familiares, aos amigos e ao afeto pela terra natal, a intensidade desse sentimento de pertença, do desejo de retorno e da saudade, em alguns casos, pode variar de acordo com laços afetivos e as relações construídas

anteriormente. Fatores articulado ao processo migratório, como a distância, a fragilidade emocional, as incertezas e as esperanças, estão na base desse desalento por parte dos imigrantes.

Na vida de qualquer indivíduo, a família torna-se o elo mais importante, constituindo um espaço que garante proteção, preservação e o espírito de pertença, além de representar uma área de inter-relação fundamental para revitalização da existência humana (Martin, 1995). Durante o período em que o imigrante reside no exterior, os laços afetivo-emocionais mantém-se como forma de preservar esse sentimento de pertença, visto que a nostalgia vai-se intensificando à media que a distância se torna mais evidente, sobretudo nos momentos em que mais necessita do aconchego da família, dos amigos e de outras pessoas próximas.

As condições socioeconômicas dos indivíduos tornam-se elementos determinantes dessa vivência distante em relação às suas respetivas famílias, marcado profundamente as suas vidas, uma vez que nem sempre existe a possibilidade de visitar periodicamente os membros do núcleo familiar em Angola. Segundo Akhtar (1999), destaca-se a importância do fortalecimento emocional, uma vez que é inevitável eliminar essa distância. Para lidar com essa realidade, o autor demonstra que restam ao imigrante duas formas de reforçar esse sentimento emocional. A primeira corresponde ao que o autor denominou de **"extramural refueling",** que consiste na possibilidade de o imigrante estreitar os laços com familiares e amigos próximos por intermédio de chamadas telefónicas ou de plataformas como Whatsapp, Messenger e Facebook. Esse contato permite uma viagem imaginativa à terra natal, por meio de conversas que proporcionam momentos de recordação das suas vivências.

A segunda, e última, refere-se ao que o mesmo autor intitulou de "intramural refueling", em que a maior parte do apoio emocional provém de compatriotas que residem há mais tempo no país de acolhimento. Essa relação de proximidade contribui para reduzir a dor provocada pela distância em relação aos amigos, aos vizinhos e aos familiares que permanecem no país de origem.

Ora, para os imigrantes, a experiência da emigração constitui um elemento singular na formação da pessoa, fortalecendo o seu crescimento pessoal. Em particular, no caso dos imigrantes trabalhadores, esse processo de convivência e de relação entre si proporciona uma ampla rede de solidariedade, uma vez que as dificuldades se tornam inevitáveis. A criação desses laços não apenas ameniza a saudade da terra natal, como também serva para promover a ajuda mútua.

Para o desfecho do nosso subtema, no que diz respeito à nostalgia, importa realçar que ela, por si só, denuncia o lugar de pertencimento e a identidade implícita de onde viemos. A

mesma abordagem é empreendida pelo historiador francês Pierre Nora (1984), que a compreende como uma espécie de espaços de memória, os quais servem, simultaneamente, como meios de construção da identidade e de preservação das lembranças coletivas. Por vezes, esses lugares consolidam a memória social, expressam sentimentos combinados a espaços simbólicos e manifestam a representatividade identitária do grupo ao qual pertencem.

4. REGRESSO À TERRA-MÃE: O RETORNO MARCADO POR ILUSÕES E DESILUSÕES

Considerando que o tempo prolongado no estrangeiro pode trazer efeitos de natureza identitária, bem como implicações sobre a vontade de regressar ao país de proveniência.

Tedesco (2013) ressalta que o regresso à terra natal estimula o reencontro com diversas vertentes da vida da pessoa, desde coisas, espaços, sujeitos e relações. Nesse contexto, a família representa um ponto imprescindível de reencontro do imigrante com as várias dimensões da sua existência, sendo diretamente influenciada pelo sentimento de pertencimento ou de orgulho em relação ao regresso.

Na concepção de Sayad (1998, 2000), para que ocorra o regresso ao país de proveniência, são necessários vários movimentos que antecedem esse momento e que fizeram parte da constituição da pessoa enquanto imigrante. Nesse caso, incluem-se os motivos que levaram à emigração, a deia de emigrar, o conhecimento sobre o destino, a entrada no país estrangeiro, a vivência nesse espaço, o trabalho e as experiências do quotidiano, entre outras ações subjetivas.

Na mesma lógica, o autor esclarece que o processo de imigração não pode ser desvinculado do processo de emigração, uma vez que ambos constituem elementos fundamentais da existência dos imigrantes (Sayad,1998). Para que uma pessoa deixe o seu país de origem, em algum momento foi necessário abandonar o território onde nasceu, os vizinhos, os amigos, os espaços e as referências e, dessa forma, procurar, dentro das possibilidades que lhe foram permitidas, construir novas referências nesse espaço recente e desconhecido.

Analisando o regresso na sua profundidade e nos seus significados implícitos, Sayad(2000) explica que não se vive num país livremente. Entre os diversos fatores, o tempo permaneceram no país como aqueles que tiveram de o deixar. Nessa concepção do autor, muitas pessoas acreditam que, ao regressarem, encontrarão as pessoas, os acontecimentos e os lugares exatamente como os deixaram. No entanto, acabam por se desiludir, pois todos mudam com o passar do tempo.

A perspectiva da “dor do regresso” não consiste apenas na descoberta de que o retorno não representa a solução para os problemas enfrentados. Mesmo regressando ao lugar de onde partiu, a pessoa compreende que o espaço e o tempo já não permite reviver as mesmas circunstâncias que forma deixadas para trás (Sayad, 2000). Essa tristeza traduz, de maneira abrangente, a ausência do “lugar” idealizado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar e refletir sobre as formas como os africanos são observados no Brasil, pode-se concluir que a sociedade brasileira ainda reproduz discursos e práticas racistas. Mesmo em um país marcado pela convivência entre diferentes povos e por uma grande diversidade cultural, o que poderia indicar maior tolerância e respeito às diferenças, ainda persistem manifestação de racismo, preconceito racial e xenofobia direcionadas aos imigrantes africanos Por outro lado, os africanos são vítimas de diversas formas de discriminação, sendo frequentemente colocados em posições de inferioridade social. Essa realidade resulta em práticas que produzem violência física e simbólica, refletindo estruturas históricas de desigualdade que continuam presentes na sociedade brasileira.

A ampla campanha internacional em defesa da paz social e da harmonia nas relações étnico-raciais no Brasil acabou ocultando questões complexas que ainda afetam a sociedade brasileira. A imigração de africanos para o Brasil está estreitamente ligada à busca por melhores perspectivas de vida, como oportunidade de formação técnico-profissional, melhores condições de saúde, moradia e inserção no mercado de trabalho. Além do mais, os imigrantes africanos desempenham um papel importante na construção da sociedade brasileira, contribuindo significativamente para a economia local por meio do trabalho, do empreendedorismo e do pagamento de impostos.

Um número significativo de jovens africanos que optam por morar no Brasil é composto por pessoas de diferentes nacionalidades, provenientes dos diversos países que formam o continente africano. A África, como qualquer outro continente, apresenta avanços, desafios e diferentes níveis de desenvolvimento econômico, social e político. Essa é uma realidade que pode ser observada em grande parte dos países africanos.

Entre os principais motivos dessa emigração destacam-se a pobreza, a escassez de oportunidades de emprego, as dificuldades econômicas e, em alguns casos, a instabilidade políticas e social. Esses fatores influenciam muitos jovens africanos a buscarem condições de vida mais dignas para si e para suas famílias. Além disso, durante o processo de adaptação a um

contexto cultural desconhecido, surge o desafio de preservar a própria identidade cultural sem deixar de estabelecer relações e integrar-se à nova sociedade com a qual passam a conviver.

Em vista disso, conclui-se que as fundamentações teóricas, associadas abordagem explicativa adotada neste estudo, permitiram descrever e compreender os fenômenos atuais e dinâmicos relacionados à imigração de africanos no Brasil. A pesquisa também possibilitou discutir e problematizar a forma como a sociedade brasileira percebe e trata os imigrantes provenientes de países africanos, especialmente de Angola, da República Democrática do Congo e da República do Congo (Congo-Brazzaville).

Desse modo, evidencia-se a necessidade de consolidar políticas públicas de integração social, de combate ao racismo e à xenofobia e de valorização da diversidade cultural. Torna-se igualmente importante promover ações educativas que contribuam para a desconstrução de estereótipos e preconceito historicamente construídos sobre os povos africanos. Espera-se que esta pesquisa possa ampliar o debate acadêmico e social sobre a imigração africana no Brasil, estimulando novos estudos e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e comprometida com o respeito aos direitos humanos e à dignidade de todas as pessoas, independentemente de seu pertencimento identitárias, ou nacionalidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao pesquisador Justino Jorge José, mestrando em Linguística Aplicada da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), que, em nossas conversas diárias, tem levantado importantes questões relacionados ao continente africano, com especial destaque para a situação dos imigrantes africanos, em particular daqueles provenientes de Angola, da República do Congo (Congo Brazzaville) e da República Democrática do Congo no Brasil.

Entendo que esta pesquisa representa uma contribuição significativa para a compreensão das dinâmicas migratórias e dos desafios enfrentados por essas comunidades. Além de ampliar o conhecimento sobre a realidade dos imigrantes africanos, seus resultados poderão subsidiar reflexões e propostas capazes de minimizar as diversas vulnerabilidades às quais muitos estão submetidos, desde questões administrativas e burocráticas até desafios sociais, econômicos, culturais e de inclusão.

Expresso minha sincera gratidão pela dedicação, pelo compromisso e pela sensibilidade demonstrados na condução desta pesquisa, que certamente contribuirá para a promoção de um

debate mais qualificado e para o fortalecimento de políticas e ações voltadas à garantia dos direitos e da dignidade da população migrante.

Por conseguinte, estendo os meus mais sinceros agradecimentos a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, tendo ainda informações parciais, especialmente àqueles que, embora tenham sido mencionadas nominalmente, ofereceram apoio, incentivo e colaboração ao longo desse caminho.

REFERÊNCIAS

AKHTAR, Salman. **Immigration and Identity.** Turmoil, Treatment, and Transformation, North vale, New Jersey, Jason Aronson Inc, 1999.

Brenner, C. **Noções básicas de psicanálise**. Introdução à psicologia psicanalítica (3a ed.). Rio de Janeiro, Editora Imago, 1975.

BRÁZ, Daiane dos Santos et al. Os **desafios e dificuldades da inserção do imigrantes no mercado de trabalho**. 2025. Disponível em: https://share.google/a4bUFza9uQ9Iwnn84. Acesso em: 05 Fev.2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm.Acesso em: 27 Fev. 2026.

BRIGNOL, L. D., & Costa, N. D.). **A saga e o sofrimento do outro senegalês:** A construção do racismo em representações midiáticas da migração. Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación, (138), p.135–151, 2018.

GUSMÃO, N. M. M. "**Na terra do outro":** Presença e invisibilidade de estudantes africanos no Brasil, hoje. Dimensões, (26), p. 191-204, 2011.

GUSMÃO, N. M. M. **Africanos no Brasil, hoje:** Imigrantes, refugiados e estudantes. Revista TOMO, (21), p. 13-36, 2012. Disponível em: https://share.google/XpL7JSsWsBKeI8CPI.Acesso em: 02 Fev. 2026.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

IMILAN, W., Márquez, F., & Stefani, C. **Rutas migrantes em Chile:** habitar, festejar e trabalhar. 2015.

Martin, C. **Os limites da proteção da família.** Revista de Ciências Sociais 1(42), 53 76, 1995.

MALLARD, S. D. S., CREMASCO, M. V. F., & METRAUX, J. C. **Estrangeiridade e vulnerabilidade psíquica:** Algumas contribuições psicanalíticas. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 31(1), p. 125–132, 2015.

NORA, Pierre. **Entre mémoire et histoire:** la problématique des lieux. In: .(Org.). Le lieux de mémoire. Paris: Gallimard, 1984, vol.1, La Republique.

Organização Internacional para as Migrações. **Informe sobre as migrações no mundo.** Brasília, OIM, 2018.

Organização Internacional para as Migrações. **Informe sobre as migrações no mundo.** Brasília, OIM, 2019.

OLIVEIRA, M. R.; GOMES, P. L. **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro:** desafios e perspectivas. Revista de Estudos Migratórios, v. 5, n. 2, p. 45 60, 2021.

OLIVEIRA, Helena Nobre de, SILVA, César Augusto Marques da, OLIVEIRA, Antonio Tadeu Ribeiro de**. Imigração internacional:** uma alternativa para os impactos das mudanças demográficas no Brasil? R. bras. Est. Pop., v.36, 1-31, e0076, 2019. Disponível em: https://share.google/BJ2mH1qg5WNjYxPim Acesso em: 05 Fev.2026.

Sayad, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade.** Tradução Cristina Murachco. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

Sayad, A. **O retorno:** elemento constitutivo da condição do imigrante. *Revista Travessia*. Número especial, Janeiro, 3-32, 2000.

SALLES, M. M. (2011). **Vida cotidiana de usuários de CAPS:** a (in)visibilidade no território (Tese de doutorado). Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SILVA, J. F. **Globalização e migração:** impactos no mercado de trabalho brasileiro. São Paulo: Editora Acadêmica, 2020.

Tedesco, J. C. **"Nada é como era antes...":** Processos sócio-culturais nos locais de origem de fluxos migratórios para a Itália. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, 5(9), 190-207, 2013.

VALA, J. **Racisms:** Social representations, racial prejudice and normative pressures. Papers on Social Representations, 22(1), p. 1–29, 2013.

VARGEM, A. A., & Malomalo, B. **A imigração africana contemporânea para o Brasil:** Entre a violência e o desrespeito aos direitos humanos. In B. Malomalo, D. J. Fonseca, & M. K. Badi, Diáspora Africana e Migração da era da globalização (pp. 107-123). Curitiba: CRV, 2015.

CAPÍTULO XXIII

O LIMBO NORMATIVO COMO INDUTOR DA XENOFOBIA INSTITUCIONAL: O REFUGIADO CLIMÁTICO NA FRONTEIRA E O SILÊNCIO DO ESTADO

THE NORMATIVE LIMBO AS A DRIVER OF INSTITUTIONAL XENOPHOBIA: THE CLIMATE REFUGEE AT THE BORDER AND THE STATE'S SILENCE

DOI: 10.51859/amplla.mig854.1126-23

Mariana Drebes Leal
Hussein Omar Omais
Paulo Adaias Carvalho Afonso

RESUMO

O presente estudo analisa os fluxos migratórios contemporâneos decorrentes das mudanças climáticas globais e suas complexas implicações nas fronteiras jurídicas e territoriais, sob o prisma do Eixo Temático 'Preconceito, racismo, xenofobia e redes solidárias em fronteira'. Diante de um contingente alarmante de deslocados ambientais e com projeções que apontam para centenas de milhões de novos migrantes nas próximas décadas, evidencia-se a obsolescência e a insuficiência dos critérios tradicionais de proteção internacional. O ordenamento jurídico internacional, balizado pela Convenção de Genebra de 1951, e a legislação nacional brasileira (Lei nº 9.474/1997) limitam o status de refugiado a perseguições políticas, religiosas, raciais ou violações massivas de direitos humanos decorrentes de conflitos armados, criando uma grave lacuna doutrinária em relação aos indivíduos forçados a se deslocar por desastres ecológicos severos e perda de habitabilidade. O objetivo deste trabalho é demonstrar como este limbo normativo e o silêncio estatal atuam como vetores diretos de exclusão social e extrema vulnerabilidade na zona de fronteira, privando o migrante climático de direitos básicos e fomentando dinâmicas perversas de xenofobia institucional e marginalização socioeconômica. Utilizando uma metodologia qualitativa de revisão bibliográfica e documental baseada na hermenêutica jurídica integrativa e de cunho crítico-descritivo, examina-se a dialética entre a rigidez positivista estatal e a necessidade de proteção humanitária. O estudo conclui que a ausência de mecanismos legais específicos de acolhimento público transfere indevidamente o dever civilizatório de hospitalidade para as redes solidárias da sociedade civil. Como proposta resolutiva, aponta-se para a urgência de uma reinterpretação progressista e humanitária das competências dos órgãos migratórios nacionais, em especial o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), expandindo o conceito de graves violações de direitos humanos para abarcar a degradação ambiental extrema, de modo a desmarginalizar o refugiado climático na fronteira.

Palavras-chave: Refugiados Climáticos. Xenofobia Institucional. Limbo Normativo. Redes Solidárias. Fronteiras Jurídicas.

ABSTRACT

This study analyzes contemporary migratory flows resulting from global climate change and their complex implications on legal and territorial borders, from the perspective of the thematic track 'Prejudice, racism, xenophobia, and solidarity networks at borders'. Faced with an alarming number of environmental displaced persons, with projections pointing to hundreds of millions of new migrants in the coming decades, the obsolescence and insufficiency of traditional criteria for international protection become evident. The international legal order, guided by the 1951 Geneva Convention, and Brazilian national legislation (Law No. 9,474/1997) restrict refugee status to persecution based on political, religious, racial grounds, or massive human

rights violations stemming from armed conflicts, creating a severe doctrinal gap regarding individuals forced to displace due to severe ecological disasters and loss of habitability. The objective of this work is to demonstrate how this normative limbo and state silence act as direct vectors of social exclusion and extreme vulnerability at border zones, depriving climate migrants of basic rights and fostering pervasive dynamics of institutional xenophobia and socioeconomic marginalization. Utilizing a qualitative methodology of bibliographical and documentary review based on integrative legal hermeneutics with a critical-descriptive approach, the dialectic between state positivist rigidity and the need for humanitarian protection is examined. The study concludes that the absence of specific legal mechanisms for state reception improperly transfers the civilizational duty of hospitality to solidarity networks within civil society. As a resolutive proposal, it highlights the urgency of a progressive and humanitarian reinterpretation of the competencies of national migratory bodies, especially the National Committee for Refugees (CONARE), expanding the concept of severe human rights violations to encompass extreme environmental degradation, thereby de-marginalizing the climate refugee at the border.
Keywords: Climate Refugees. Institutional Xenophobia. Normative Limbo. Solidarity Networks. Legal Borders.

1. INTRODUÇÃO

Os deslocamentos humanos motivados por imperativos de sobrevivência, segurança e busca por dignidade constituem um elemento intrínseco e estruturante da própria história. Da antiguidade à contemporaneidade, a mobilidade geográfica tem funcionado como o último recurso de populações confrontadas com ameaças existenciais. Contudo, a consolidação histórica do Estado-nação moderno e a subsequente rigidez das fronteiras políticas, aliadas ao princípio cardeal da soberania estatal, impuseram uma complexa malha normativa destinada a regular, policiar e, frequentemente, restringir esses fluxos demográficos. Nesse cenário, o Direito Internacional construiu categorias jurídicas rígidas para classificar os indivíduos que cruzam linhas fronteiriças, estabelecendo distinções profundas entre migrantes voluntários (geralmente rotulados como econômicos) e migrantes forçados, elegíveis para proteção internacional.

Se, nos primórdios do pensamento jurídico ocidental, o 'dever de hospitalidade' preconizado por filósofos e juristas clássicos como Emmerich de Vattel e Immanuel Kant fundamentava a acolhida de estrangeiros desamparados como um imperativo ético de humanidade e um direito cosmopolita mínimo, o século XX demandou a positivação jurídica estrita dessa proteção. O trauma coletivo decorrente dos massivos deslocamentos populacionais e das atrocidades perpetradas durante a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais exigiu a criação de um arcabouço normativo internacionalizado. Esse esforço culminou na assinatura da Convenção de Genebra de 1951 Relativa ao Estatuto dos Refugiados, complementada pelo Protocolo de 1967, instrumentos que consagraram o princípio do *non-refoulement* (não-devolução) como uma norma imperativa de Direito Internacional Geral (*jus cogens*), vedando o repatriamento forçado de indivíduos para territórios onde sua vida ou liberdade estivessem sob iminente ameaça.

Ocorre que o advento da crise climática contemporânea e a degradação antropogênica global do meio ambiente – caracterizadas pela elevação acelerada do nível dos mares, secas prolongadas e severas, desertificação de vastas áreas agricultáveis e a ocorrência de desastres naturais de proporções catastróficas e ciclicidade inédita – deflagraram uma nova e alarmante modalidade de deslocamento humano forçado. Esta categoria emergente desafia de forma direta as estruturas conceituais e os limites

institucionais do Direito Internacional dos Refugiados tradicional: trata-se dos denominados refugiados climáticos ou migrantes ambientais.

O termo em questão, cunhado em âmbito doutrinário pelo ambientalista Essam El-Hinnawi em relatório publicado no ano de 1985 sob os auspícios do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), busca descrever aqueles indivíduos que foram forçados a abandonar seus habitats tradicionais, temporária ou permanentemente, devido a uma severa perturbação ambiental que colocou em risco sua subsistência e comprometeu de modo severo sua qualidade de vida. O fenômeno, contudo, depara-se com uma formidável barreira de ordem formal-legal. A Convenção de Genebra de 1951 adota um critério eminentemente político e individualizado para a concessão do status de refugiado, exigindo a caracterização de um 'fundado temor de perseguição motivado por razões de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas. Desastres ecológicos, a perda gradativa de terras cultiváveis por força do aquecimento global e a total escassez de recursos hídricos não se amoldam, por óbvio, a este conceito clássico de perseguição humana perpetrada por um agente estatal ou paraestatal.

Essa flagrante incompatibilidade conceitual engendra o que a doutrina contemporânea qualifica como um grave 'limbo normativo'. Os deslocados climáticos encontram-se destituídos de uma proteção jurídica convencional específica que lhes assegure o direito de ingresso, permanência e assistência humanitária obrigatória nos Estados receptores. No plano jurisprudencial internacional, o emblemático e histórico caso de Ioane Teitiota, cidadão da República insular de Kiribati que teve seu pedido de asilo formalmente rejeitado pelas instâncias judiciais soberanas da Nova Zelândia sob o argumento estrito de que as causas climáticas e a subida do nível do mar não encontravam amparo de subsunção na Convenção de Genebra, joga luz sobre a crueza desta lacuna jurídica. Conquanto o Comitê de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), ao analisar a petição subsequente de Teitiota em 2020, tenha fixado um precedente histórico fundamental ao reconhecer que os Estados não podem, em tese, repatriar indivíduos para locais onde os efeitos das mudanças climáticas disparem uma violação real ao direito à vida, nenhuma reforma normativa de caráter vinculante foi globalmente formalizada.

No cenário jurídico brasileiro, a problemática reproduz e intensifica este vácuo legislativo e assistencial. O Brasil, malgrado ostente uma sólida tradição humanitária, seja signatário dos principais tratados internacionais de proteção aos direitos humanos e possua uma legislação nacional sobre o refúgio considerada avançada – a Lei nº 9.474 de 22 de julho de 1997 –, permanece atado a uma interpretação administrativa restritiva por parte de seus órgãos executivos, os quais desconsideram os fatores macroambientais como justificativa autônoma para a concessão do status de refugiado. A premência e a atualidade desse debate em solo pátrio são corroboradas por eventos climáticos extremos de gravidade sem precedentes históricos recentes, tais como as enchentes catastróficas que assolaram o estado do Rio Grande do Sul no primeiro semestre de 2024, bem como as secas recordes e incêndios florestais que paralisaram a Amazônia e o Pantanal. Estes fenômenos de devastação ecológica evidenciam que as migrações forçadas induzidas por fatores ambientais não se circunscrevem a um

cenário distópico futuro ou a pequenas ilhas distantes no Oceano Pacífico; configuram uma realidade imediata, interna e transfronteiriça, que tensiona os aparelhos estatais de acolhimento.

À luz desse panorama, o presente trabalho científico propõe-se a analisar a problemática dos refugiados climáticos sob o viés crítico das zonas de fronteira, alinhando-se especificamente à ementa do Eixo Temático 'Preconceito, racismo, xenofobia e redes solidárias em fronteira'. O problema central de pesquisa gravita em torno da seguinte indagação: de que maneira o limbo normativo internacional e o silêncio estatal brasileiro atuam como vetores diretos para a eclosão de dinâmicas de xenofobia institucional e exclusão social contra os deslocados ambientais nas fronteiras? A hipótese que se descortina sugere que a recusa do Estado em conferir um status jurídico protetivo específico a esses indivíduos converte-se em um mecanismo de negação de sua humanidade, rotulando-os como migrantes econômicos irregulares e operando como um catalisador para preconceitos estruturais e xenofobia, cenário em que as redes solidárias da sociedade civil emergem como o único anteparo de resistência e garantia mínima de dignidade.

O objetivo geral deste estudo consiste em demonstrar como a ausência de reconhecimento legal formal e o silêncio administrativo do Estado operam como indutores da vulnerabilidade e da discriminação sofridas pelos refugiados climáticos nas áreas de fronteira jurídica e territorial. Para o alcance desse desiderato, estabelecem-se os seguintes objetivos específicos: a) examinar a gênese e as limitações do conceito de refúgio no Direito Internacional e na legislação brasileira (Lei nº 9.474/1997); b) correlacionar o limbo normativo com a manifestação da xenofobia institucional e da exclusão socioeconômica nas fronteiras; e c) avaliar o papel paliativo desempenhado pelas redes solidárias da sociedade civil face à omissão estatal, propondo alternativas hermenêuticas progressistas para a atuação do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). Justifica-se a relevância teórica e prática deste estudo pela manifesta inovação doutrinária do tema e pela necessidade imperiosa de fornecer subsídios acadêmicos críticos que possam pautar futuras políticas públicas migratórias frente à inescapável emergência climática global.

2. METODOLOGIA

Para a consecução dos objetivos delineados e com o fito de responder ao problema de pesquisa proposto com o necessário rigor epistemológico, este trabalho adota uma metodologia de natureza eminentemente qualitativa, pautada pelo método de abordagem crítico-descritivo e analítico. A pesquisa qualifica-se como fundamental e teórica, uma vez que se debruça sobre a análise de institutos jurídicos, conceitos doutrinários e estruturas normativas com o objetivo de gerar novos conhecimentos teóricos e fornecer uma releitura crítica de dogmas já consolidados no Direito Internacional e Constitucional.

O procedimento operacional concentrou-se na realização de uma minuciosa e exaustiva revisão bibliográfica e documental. A base documental compreendeu o exame detalhado de diplomas normativos internacionais – tais como a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, o

Protocolo de 1967, a Declaração de Cartagena de 1984 sobre Refugiados e o Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular de 2018 –, além da legislação nacional aplicável, com ênfase na Lei do Refúgio brasileira (Lei nº 9.474/1997) e na Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017). No âmbito jurisprudencial, procedeu-se à análise dogmática de decisões emanadas de comitês internacionais, notadamente o paradigmático Caso Teitiota *vs.* Nova Zelândia (2020) do Comitê de Direitos Humanos da ONU, bem como resoluções administrativas e normativas expedidas pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE).

A vertente bibliográfica estruturou-se a partir do levantamento e fichamento de monografias, dissertações, teses e artigos científicos publicados em periódicos nacionais e internacionais de alto impacto indexados em plataformas de prestígio acadêmico, tais como o Google Acadêmico, a base SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) e o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A seleção das fontes bibliográficas orientou-se pela utilização combinada de descritores de busca em língua portuguesa e inglesa, a saber: 'refugiados climáticos' (*climate refugees*), 'migrações ambientais' (*environmental migration*), 'limbo normativo' (*normative limbo*), 'xenofobia' (*xenophobia*) e 'redes solidárias' (*solidarity networks*). Foram privilegiadas obras de juristas e cientistas sociais de reconhecida autoridade nos campos do Direito Internacional dos Refugiados, Direitos Humanos e Sociologia Jurídica, tais como Valerio de Oliveira Mazzuoli, Flávia Piovesan, Essam El-Hinnawi e Zygmunt Bauman.

O referencial teórico-metodológico que ancora a análise dos dados coletados funda-se na hermenêutica jurídica integrativa e de caráter progressista, fortemente inspirada pelas premissas filosóficas de Hans-Georg Gadamer e Ronald Dworkin. Sob essa ótica interpretativa, rejeita-se a visão estática e puramente formalista do positivismo jurídico estrito, concebendo o Direito como um sistema vivo e dinâmico que deve necessariamente evoluir em simetria com as mutações fáticas da realidade social e as emergências civilizatórias da humanidade. Assim, a análise do material coletado não se limitou à mera descrição mecânica dos textos legais vigentes, mas buscou confrontar o 'silêncio da lei' com os princípios constitucionais fundamentais da dignidade da pessoa humana e da prevalência dos direitos humanos. Esse cruzamento dialético permitiu desvelar as contradições existentes entre a retórica oficial do Estado e a práxis excludente observada nas zonas de fronteira, viabilizando a formulação de propostas de reconfiguração hermenêutica para a atuação das autoridades migratórias brasileiras.

3. O LIMBO NORMATIVO DOS REFUGIADOS CLIMÁTICOS NO DIREITO INTERNACIONAL

A compreensão da vulnerabilidade que cerca a figura do refugiado climático exige, preliminarmente, uma imersão na própria evolução histórica e conceitual do Direito Internacional dos Refugiados, de modo a desvelar as amarras estruturais que impedem a tutela jurídica desse contingente humano. A proteção aos indivíduos forçados a abandonar suas pátrias encontrou sua primeira grande sistematização global no período subsequente à Segunda Guerra Mundial, momento em que a

comunidade internacional se deparou com milhões de apátridas e deslocados pelo conflito no continente europeu. A resposta institucional a essa crise humanitária materializou-se na Convenção de Genebra de 1951, documento estruturado sob a égide do recém-nascido sistema ONU e profundamente marcado pelo contexto geopolítico da Guerra Fria.

Consoante o artigo 1º, alínea 'A', item 2, da referida Convenção de 1951, o termo 'refugiado' aplica-se a qualquer pessoa que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e devido a fundados temores de ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a determinado grupo social ou por suas opiniões políticas, se encontre fora do país de sua nacionalidade e não possa ou, em virtude de tais temores, não queira valer-se da proteção desse país. O Protocolo de 1967 cumpriu o importante papel histórico de remover os limites temporais e geográficos contidos no texto original de 1951, universalizando a aplicação do estatuto. Contudo, a espinha dorsal conceitual permaneceu rigorosamente intocada: o refúgio internacionalizado permaneceu umbilicalmente indexado ao conceito clássico de perseguição individualizada motivada por divisões políticas, ideológicas ou sociológicas.

Como bem aponta Valerio de Oliveira Mazzuoli em suas densas lições de Direito Internacional Público, a Convenção de 1951 foi desenhada para tutelar o indivíduo que sofre uma agressão direta, intencional e direcionada por parte do aparato estatal ou de grupos que operam com a sua conivência ou tolerância.

Trata-se de uma matriz de proteção de viés essencialmente civil e político, reflexo direto dos embates ideológicos entre o bloco capitalista ocidental e o bloco comunista soviético, em que a concessão de asilo e refúgio operava frequentemente como um instrumento de denúncia política de regimes totalitários. Nesse diapasão, o ordenamento internacional clássico demonstra-se estruturalmente incapaz de processar e albergar perseguições de ordem sistêmica e abstrata, onde o agente agressor não é um governo tirânico, mas a própria degradação ecológica global impulsionada pelas mudanças climáticas antropogênicas.

À medida que o século XXI avança, a insustentabilidade desse modelo conceitual estrito torna-se flagrante. Conforme dados alarmantes divulgados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e pelo *Internal Displacement Monitoring Centre* (IDMC), os desastres socioambientais e os efeitos graduais do aquecimento global já superam de forma consistente os conflitos armados como a principal causa geradora de novos deslocamentos forçados no planeta. Projeções científicas conservadoras elaboradas pelo Banco Mundial alertam que, até o ano de 2050, mais de 216 milhões de pessoas poderão ser compelidas a se deslocar internamente ou cruzar fronteiras internacionais em decorrência direta da escassez hídrica, do colapso da produtividade agrícola e da elevação do nível dos mares que ameaça submergir nações insulares inteiras e densas áreas costeiras.

É precisamente nesse hiato entre a realidade fática das transformações ecológicas e a rigidez do texto legal positivado que se instala o 'limbo normativo'. Embora o termo 'refugiados climáticos' desfrute de ampla aceitação e densidade nos debates da ciência política, da sociologia migratória e da doutrina

jurídica progressista, ele carece de um estatuto de positivação convencional no plano do direito internacional vinculante. Inexiste um tratado global específico voltado para a proteção dos deslocados ambientais, tampouco há um consenso político entre as grandes potências globais para a promoção de uma emenda revisional à Convenção de Genebra de 1951, sob o persistente e egoísta temor de que a ampliação do conceito clássico de refúgio provoque a abertura descontrolada de fronteiras e o colapso dos sistemas nacionais de imigração do Norte Global.

No âmbito regional americano, verificou-se uma louvável tentativa de expansão conceitual por meio da célebre Declaração de Cartagena sobre Refugiados de 1984. Este documento, nascido no contexto das severas crises políticas e guerras civis que assolavam a América Central, estendeu a recomendação de proteção para aquelas pessoas que fugiram de seus países porque suas vidas, segurança ou liberdade foram ameaçadas pela violência generalizada, pela agressão estrangeira, pelos conflitos internos, pela violação massiva dos direitos humanos ou por 'outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública'. Conquanto a doutrina mais vanguardista argumente com propriedade que os desastres climáticos severos e o colapso ecológico de um território enquadram-se perfeitamente na cláusula de 'circunstâncias que perturbam gravemente a ordem pública', a Declaração de Cartagena ostenta a natureza jurídica de *soft law* (direito flexível), carecendo de força impositiva e cogente direta sobre as jurisdições nacionais dos Estados americanos, os quais mantêm ampla discricionariedade na sua incorporação interna.

No contexto normativo brasileiro, a recepção da proteção internacional aos refugiados é disciplinada pela Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. O legislador pátrio, de forma pioneira e demonstrando sintonização com os avanços regionais, incorporou expressamente em seu artigo 1º, inciso III, a extensão do status de refugiado para indivíduos que sofrem com uma situação de 'grave e generalizada violação de direitos humanos'. No entanto, na práxis administrativa cotidiana exercida pelo Ministério da Justiça e pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), esse dispositivo de abertura humanitária tem sido aplicado quase que exclusivamente para fundamentar a acolhida de nacionais de países assolados por profundas crises político-institucionais crônicas e conflitos armados generalizados, a exemplo da Venezuela e do Haiti. Os fatores estritamente ambientais e climáticos continuam a ser interpretados pela burocracia estatal não como causas geradoras de refúgio, mas como meras motivações acessórias associadas à migração econômica voluntária.

Essa omissão legislativa e recusa administrativa produzem o que a autora caracteriza no título desta obra como o 'silêncio estatal frente a uma realidade emergente'. O Estado brasileiro, ao omitir-se na formulação de critérios normativos claros e específicos para o reconhecimento e acolhimento dos refugiados climáticos, refugia-se em um positivismo formalista confortável, ignorando deliberadamente os ditames constitucionais de solidariedade internacional e a proteção à dignidade humana insculpidos na Carta Magna de 1988. Como reflexo prático desse vácuo protetivo, o migrante ambiental, ao aportar nas fronteiras brasileiras, vê sua condição de flagelado climático ser completamente invisibilizada, sendo subsumido à categoria jurídica residual de 'migrante irregular'. Cria-se, assim, o cenário ideal para

a proliferação de graves violações de direitos humanos na retaguarda das linhas fronteiriças, onde o manto protetivo do Direito Internacional dos Refugiados simplesmente deixa de existir.

4. A FRONTEIRA COMO ESPAÇO DE EXCLUSÃO: XENOFOBIA INSTITUCIONAL E O PAPEL DAS REDES SOLIDÁRIAS

A zona de fronteira, longe de se configurar como uma mera linha de demarcação cartográfica ou uma barreira estritamente geográfica, constitui um espaço social, político e jurídico dotado de intensa carga simbólica e marcado por profundas assimetrias de poder. Sob a ótica do Estado soberano, a fronteira atua como o filtro supremo de seleção humana, o local por excelência onde se manifesta o poder de inclusão e exclusão biopolítica, determinando quem é digno de ingressar na comunidade política nacional e gozar de sua proteção, e quem deve ser sumariamente repelido, barrado ou mantido em condição de permanente exclusão e subalternidade.

É precisamente nessa arena fronteiriça que o limbo normativo que sufoca os refugiados climáticos ganha materialidade e se converte em violência concreta. Ao cruzar a fronteira desprovido do reconhecimento formal do status de refugiado pelas autoridades nacionais, o deslocado ambiental sofre um processo de descaracterização de sua condição existencial. A burocracia migratória estatal, operando sob a lógica cega da legalidade estrita, desconsidera por completo a natureza forçada e desesperada de sua fuga, rotulando-o juridicamente como um 'migrante econômico irregular'. Esse enquadramento pejorativo e reducionista não é inócuo; ele funciona como o principal motor e fator legitimador da xenofobia institucional e do preconceito estrutural na sociedade receptora.

A xenofobia institucional manifesta-se através de práticas, normas implícitas, omissões deliberadas e comportamentos adotados pelos agentes públicos e pelas instituições do Estado que, de forma sistemática, discriminam, marginalizam e desumanizam o estrangeiro em situação de vulnerabilidade documental.

Exemplo contemporâneo e notório deste comportamento estatal se encontra nos Estados Unidos da América, por meio do *US immigration and Customs Enforcement* (ICE). O ICE nasceu em 2002, após os atentados de 11 de setembro, como parte da resposta ao terrorismo, mas suas funções foram sendo modificadas, especialmente após a ascensão de Donald Trump à Presidência da República (Maturana, 2026).

Atualmente, o ICE conta com notável orçamento e cerca de 22 mil agentes, contratados por seleção com pouca transparência, admitindo atuação ostensiva com intuito de perseguir e prender proativamente qualquer pessoa que suponham estar em situação irregular no país (Maturana, 2026).

Recentemente, a atuação do ICE se tornou ainda mais notória, por conta de acordos celebrados entre os EUA com diversos países, em especial africanos, com o compromisso de transferência forçada de imigrantes em situação irregular, ainda que pendentes pedidos de refúgio ou asilo:

Pessoas aprovadas para reassentamento de refugiados por oficiais norte-americanos também foram transferidas. Além disso, também foram deportados indivíduos aos quais juízes de imigração concederam proteção sob o tratado de Convenção Contra a Tortura das Nações Unidas.

> Pessoas aprovadas para reassentamento de refugiados por oficiais norte-americanos também foram transferidas. Além disso, também foram deportados indivíduos aos quais juízes de imigração concederam proteção sob o tratado de Convenção Contra a Tortura das Nações Unidas (Mião, 2026).

Já no Brasil, a situação do refugiado é regulada por legislação própria. Ao contrário do refugiado tradicional protegido pela Lei nº 9.474/1997 – que no Brasil possui o direito subjetivo imediato à emissão do Protocolo de Refúgio, documento que resguarda o indivíduo contra a deportação e lhe garante a expedição célere de Cadastro de Pessoa Física (CPF), Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e o livre trânsito em território nacional –, o migrante climático irregular é empurrado para a clandestinidade. Sem acesso a uma regularização migratória desburocratizada, ele é formalmente bloqueado de ingressar no mercado de trabalho formal, restando-lhe a submissão a condições degradantes de subemprego e a exploração laboral análoga à de escravo nas regiões fronteiriças.

Outrossim, o silêncio estatal traduz-se em uma barreira intransponível de acesso às redes públicas de proteção social e saúde. No Brasil, o acesso a programas fundamentais de transferência de renda, assistência social e habitação popular – tais como o Cadastro Único (CadÚnico), o programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) – exige uma regularização documental que o limbo normativo impede o migrante ambiental de obter de forma célere. Mesmo o atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS), conquanto seja universal por mandamento constitucional, é frequentemente dificultado na prática fronteiriça por entraves burocráticos e pelo preconceito de servidores públicos que exigem comprovantes de residência e identificação civil indisponíveis para quem fugiu de um desastre ambiental com a roupa do corpo. Essa exclusão programática alimenta a retórica xenofóbica da extrema direita e de setores conservadores locais, que passam a retratar o migrante climático como uma 'ameaça' à segurança pública, um 'invasor' ilegal ou um estorvo econômico que vem colapsar os serviços públicos municipais, ignorando que sua mobilidade foi ditada pela mais absoluta ausência de alternativas de sobrevivência ecológica.

No vácuo absoluto deixado pelo poder público e frente à agressividade da xenofobia institucional, as redes solidárias da sociedade civil organizada emergem como o único e vital amortecedor da crise humanitária nas zonas de fronteira. Composta por organizações não governamentais (ONGs), pastorais sociais (como a Pastoral do Migrante), instituições religiosas, comitês humanitários locais e associações de voluntários, estas redes solidárias assumem para si o ônus dos deveres humanitários que o Estado soberano deliberadamente renunciou. São essas estruturas da sociedade civil que fornecem o acolhimento material imediato ao migrante que acaba de cruzar a fronteira jurídica: alimentação, abrigo temporário, vestuário, atendimento médico emergencial de caráter voluntário e apoio psicológico para lidar com o trauma do deslocamento forçado.

Ademais da assistência material de urgência, as redes solidárias desempenham um papel político e jurídico de resistência e advocacia de direitos fundamentais. Elas atuam na assessoria jurídica *pro bono*, auxiliando os migrantes climáticos a navegarem pelos complexos e hostis labirintos burocráticos da Polícia Federal e dos órgãos de imigração, buscando brechas normativas – como os vistos humanitários residuais – para arrancar esses indivíduos da ilegalidade. Atuam também na denúncia pública de abusos de autoridade, racismo e xenofobia praticados por forças de segurança na fronteira, e promovem campanhas locais de conscientização com o fito de desconstruir os estigmas sociais que pesam sobre os deslocados climáticos. Contudo, cumpre assinalar que a louvável e heroica atuação do terceiro setor e das redes solidárias não possui o condão de eximir a responsabilidade jurídica e política do Estado. A solidariedade civil não pode funcionar como um salvo-conduto para a perpetuação da omissão estatal; ela expõe, em verdade, a falência ética de um sistema jurídico que prefere a rigidez de suas fronteiras à salvaguarda da dignidade humana.

5. A REINTERPRETAÇÃO HERMENÊUTICA DO CONARE COMO ALTERNATIVA DE ACOLHIMENTO

Constatada a gravidade do limbo normativo e os efeitos nefastos da xenofobia institucional na fronteira, impõe-se a necessidade de descortinar soluções jurídicas viáveis e céleres que possam romper o silêncio do Estado brasileiro, independentemente da complexa, morosa e politicamente improvável aprovação de novas convenções internacionais ou de reformas legislativas no Congresso Nacional. A chave para a superação desse impasse repousa na seara interpretativa, por meio de uma guinada metodológica fundamentada na hermenêutica jurídica progressista e humanitária.

Como ensina o filósofo Hans-Georg Gadamer em sua obra monumental 'Verdade e Método', a interpretação do texto legal não se confunde com um ato mecânico, estático ou de mera reprodução histórica da vontade original do legislador. O direito é uma ciência eminentemente prática e contextual; o sentido de uma norma jurídica constrói-se na aplicação desta à realidade concreta e histórica do presente. Portanto, o intérprete do direito possui o dever ético-jurídico de fundir horizontes, adaptando o texto legal às transformações sociais, científicas e humanitárias de seu tempo. Na mesma linha, Ronald Dworkin assevera que o direito deve ser interpretado sob a sua melhor luz integrativa, buscando sempre a integridade sistêmica e a máxima eficácia dos princípios fundamentais de justiça e igualdade que sustentam o ordenamento constitucional.

No ordenamento jurídico brasileiro, o vetor hermenêutico supremo para a matéria migratória encontra-se expressamente consagrado no artigo 4º, inciso II, da Constituição Federal de 1988, o qual estabelece que a República Federativa do Brasil regerá suas relações internacionais pelo princípio da 'prevalência dos direitos humanos'. Este mandamento constitucional de abertura humanitária vincula todos os órgãos da administração pública direta e indireta, impondo que, diante de lacunas ou ambiguidades normativas, adote-se sempre a interpretação mais favorável à proteção da dignidade da pessoa humana (princípio *pro homine*).

Sob este prisma constitucional e integrativo, a solução imediata para a desmarginalização dos refugiados climáticos no Brasil repousa na reconfiguração hermenêutica das competências e das decisões do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). O CONARE é um órgão colegiado interministerial, com participação da sociedade civil e do ACNUR, dotado de autonomia administrativa e competência exclusiva para analisar e deliberar sobre os pedidos de reconhecimento do status de refugiado em território nacional, nos termos da Lei nº 9.474/1997. Ademais, observa-se que ocorre um dualismo entre hospitalidade e soberania, visto que não permitir ou oferecer a estadia para um ser humano que a necessita, iria contra à própria humanidade do ser. Conceito que o Estado brasileiro demonstra compreender, assumindo por vezes papel progressista no campo do Direito Internacional dos Refugiados, sendo um possível pioneiro ao assumir a responsabilidade de reinterpretar um documento de tamanha importância.

O núcleo da proposta resolutiva consiste na reinterpretação do artigo 1º, inciso III, da referida Lei do Refúgio brasileira. O dispositivo legal preceitua que será reconhecido como refugiado o indivíduo que, 'devido a graves e generalizadas violações de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade'. Defende-se que o CONARE, por meio da edição de uma Resolução Normativa específica, firme o entendimento administrativo de que o colapso ambiental severo, a perda de habitabilidade territorial provocada pelo aquecimento global e os desastres ecológicos catastróficos de caráter irreversível enquadram-se perfeitamente no conceito jurídico de 'graves e generalizadas violações de direitos humanos'.

A ciência climática contemporânea já demonstrou de forma inequívoca que a degradação extrema do meio ambiente viola frontalmente e de modo generalizado os direitos humanos mais básicos e inalienáveis de uma coletividade: o direito à vida, à saúde, à alimentação adequada, ao acesso à água potável, à moradia digna e à própria identidade cultural de povos tradicionais e comunidades locais. Quando o aquecimento global submerge o território de uma nação ou desertifica permanentemente uma região, inviabilizando a agricultura de subsistência, ocorre uma flagrante e massiva violação de direitos humanos provocada pela omissão coletiva das nações na governança climática global. Negar o status de refugiado sob o argumento de que inexiste um perseguidor humano individualizado constitui um formalismo estéril que atenta contra o próprio espírito protetivo da legislação de 1997. Ao adotar essa postura hermenêutica de vanguarda, o CONARE estenderia de forma automática e imediata o manto de proteção do refúgio aos deslocados climáticos na fronteira, garantindo-lhes regularização documental, o salvo-conduto contra a deportação e o acesso pleno às políticas públicas de assistência social e inserção laboral do Estado brasileiro, asfixiando na raiz as dinâmicas de xenofobia institucional e preconceito que hoje prosperam no silêncio da lei.

6. CONCLUSÃO

A investigação desenvolvida ao longo deste estudo permitiu descortinar a profunda e alarmante crise humanitária que se oculta sob as vestes do formalismo jurídico internacional e nacional. O

fenômeno dos refugiados climáticos, longe de se circunscrever a um debate meramente acadêmico ou a uma projeção estatística de longo prazo, constitui uma realidade candente, dolorosa e imediata que se manifesta diariamente nas zonas de fronteira ao redor do globo e, de modo cada vez mais acentuado, no território brasileiro, tensionando os limites éticos do Direito Contemporâneo.

Restou sobejamente demonstrado que o anacronismo e a rigidez conceitual da Convenção de Genebra de 1951, combinados com a omissão legislativa e o silêncio administrativo do Estado brasileiro, engendram um perverso limbo normativo. Este vácuo de positivação legal atua nas áreas fronteiriças como um potente indutor da xenofobia institucional e da exclusão social. Ao descaracterizar a natureza forçada do deslocamento ambiental e rotular esses indivíduos vulneráveis como reles migrantes econômicos irregulares, o aparato estatal não apenas lhes nega o manto da proteção jurídica internacionalizado, mas também chancela práticas discriminatórias e preconceitos estruturais no seio da sociedade receptora, privando-os de direitos fundamentais básicos à subsistência e à dignidade humana.

Ficou evidente, outrossim, que a heroica e incansável atuação das redes solidárias da sociedade civil organizada – embora desempenhe um papel paliativo insubstituível no acolhimento imediato e na mitigação do sofrimento humano nas fronteiras – não possui o condão de suprir a omissão política do Estado, servindo, em verdade, como um espelho que reflete a falência ética das instituições públicas perante os ditames universais dos Direitos Humanos. A solidariedade social deve ser compreendida como um complemento, jamais como um substituto da responsabilidade jurídica estatal.

Conclui-se, por conseguinte, que a superação desse cenário de marginalização exige o abandono definitivo do positivismo jurídico estrito em favor de uma postura hermenêutica progressista, integrativa e comprometida com a máxima eficácia constitucional. A reconfiguração interpretativa do artigo 1º, inciso III, da Lei nº 9.474/1997 por parte do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), de modo a internalizar os desastres ecológicos e o colapso climático no conceito de 'graves e generalizadas violações de direitos humanos', descortina-se como a via jurídica mais viável, célere e humanitária para romper o silêncio estatal. Somente através dessa guinada hermenêutica será possível desmarginalizar o refugiado climático na fronteira, transformando a reação do Estado brasileiro de um ato de exclusão e silenciamento em uma política autêntica de hospitalidade universal e acolhimento digno, em perfeita consonância com os desafios civilizatórios do século XXI.

DECLARAÇÃO DO USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Foi utilizada a ferramenta Gemini (modelo 3.5 Flash) como recurso auxiliar durante a elaboração deste trabalho. A inteligência artificial foi empregada para apoio na organização da estrutura textual, aperfeiçoamento da redação acadêmica e revisão linguística. A definição do tema, do problema de pesquisa, dos objetivos, da metodologia, da seleção das referências bibliográficas e da construção das conclusões permaneceu sob responsabilidade exclusiva dos autores. As informações fornecidas pela ferramenta foram submetidas à análise crítica e conferência com a literatura científica e os instrumentos

normativos pertinentes, não sendo a inteligência artificial utilizada como fonte de autoridade acadêmica ou científica.

REFERÊNCIAS

ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Mudanças climáticas e deslocamento forçado: tendências globais e o papel da proteção internacional. Genebra: ACNUR, 2023.

BAUMAN, Zygmunt. Estranhos à nossa porta. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 jul. 1997.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 maio 2017.

DWORKIN, Ronald. O império do direito. Tradução de Jefferson Luiz Camargo.

3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

EL-HINNAWI, Essam. Environmental Refugees. Nairobi: United Nations Environment Programme (UNEP), 1985.

GADAMER, Hans-Georg. Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Tradução de Flávio Paulo Meurer. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MATURANA, Jesús. O que é o ICE e como funciona?. Euronews, [*s. l.*], 25 jan. 2026. Disponível em: https://pt.euronews.com/2026/01/25/o-que-e-o-ice-como-funciona-a-agencia-que-executa-as-deportacoes-em-massa-de-trump. Acesso em: 11 jul. 2026.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Curso de Direito Internacional Público. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Direito Internacional dos Direitos Humanos. 9. ed. Salvador: Juspodivm, 2022.

MIÃO, Ana. EUA deportaram 175 imigrantes de outros países para a África. Poder 260, Brasília, 24 maio 2026. Disponível em: https://www.poder360.com.br/poder-internacional/eua-deportaram-175-imigrantes-de-outros-paises-para-a-africa/. Acesso em: 11 jul. 2026.

OIM, Organização Internacional para as Migrações. Guia para comunicar a migração por motivos ambientais e climáticos. Buenos Aires: OIM; Climate Tracker, 2023.

ONU, Organização das Nações Unidas. Comitê de Direitos Humanos. Decisão sobre a petição de Ioane Teitiota *vs*. Nova Zelândia (CCPR/C/127/D/2728/2016). Nova York: ONU, 2020.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 19. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023.

VATTEL, Emmerich de. O direito das gentes. Tradução de Vicente Marotta Rangel. Brasília: IPRI; FUNAG, 2008.

CAPÍTULO XXIV

O ESTADO DA QUESTÃO SOBRE O TRABALHO DECENTE NO CONTEXTO DA AGENDA 2030 DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU

THE STATE OF THE ART ON DECENT WORK IN THE CONTEXT OF THE UNITED NATIONS' 2030 AGENDA

DOI: 10.51859/amplla.mig854.1126-24

Luciano Silva Martins
Linoel de Jesus Leal Ordoñez

RESUMO

O estudo apresenta como objetivo geral discutir sobre o estado da questão referente ao trabalho decente no contexto da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – ONU. Em termos metodológicos, a pesquisa é bibliográfica, exploratória, descritiva, de natureza qualitativa, onde houve o mapeamento de dissertações e teses sobre o assunto central deste artigo publicadas entre 2020 até 2024. Os resultados indicam para avanços quanto a sustentabilidade, direitos laborais e identidade organizacional, mas também há registros de trabalho escravo, e descumprimento da legislação vigente. Conclui-se que o trabalho decente corrobora para a construção de sociedades mais democráticas e sustentáveis.
Palavras-chave: Dignidade humana, Escravidão. Trabalho decente.

ABSTRACT

The general objective of this study is to discuss the current state of the issue regarding decent work within the context of the United Nations (UN) 2030 Agenda. Methodologically, this is a qualitative, exploratory, and descriptive bibliographic study that involved mapping master's theses and doctoral dissertations on the article's central topic published between 2020 and 2024. The results indicate progress regarding sustainability, labor rights, and organizational identity, yet also reveal instances of slave labor and non-compliance with current legislation. The study concludes that decent work contributes to the construction of more democratic and sustainable societies.
Keywords: Human dignity, Slavery, Decent work.

1. INTRODUÇÃO

Uma das temáticas mais debatidas nos últimos tempos diz respeito a questão da sustentabilidade, cujo grau de amplitude abarca tanto o âmbito da gestão pública como também a iniciativa privada (Barbieri, 2022; Brasil, 1998; 2010). Enfatiza-se que uma das razões que justificam este protagonismo diz respeito aos esforços envidados pelas nações no sentido de mitigar os efeitos das ações antrópicas em relação aos recursos naturais, o que é representado tanto por acordos e tratados como também por eventos de grandeza mundial, assim como se observou em 2025 na COP-30 realizada no Brasil (Dellagnezze, 2022; Rodrigues, 2026).

Nessa conjuntura, cumpre destacar a Agenda 2030, a qual se caracteriza por ser um conjunto de objetivos do desenvolvimento sustentável definida pela Organização das Nações Unidas – ONU (2015). Dentre os intentos que compõem a estrutura dessa referida agenda, há o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável n° 8, o qual diz respeito a questão do trabalho decente e crescimento econômico (Silva; Boucinhas Filho, 2024). Frisa-se que, sob a égide da educação cidadã à luz de Freire (2019), o trabalho deve ser entendido não somente como um meio de sobrevivência, mas também como forma de ascender socialmente, bem como colaborar com um mundo melhor e mais justo para se viver (Kuenzer, 2014; Ramos, 2017).

Nos contextos de fronteira, o trabalho decente à luz da Agenda 2030 também exerce influência sobre o fluxo de pessoas, em especial os migrantes internacionais, os quais buscam no Brasil oportunidades de trabalho que são escassas em seus países de origem (Sales; Ituassu, 2020). Cumpre dizer que além da busca por trabalhos, estes migrantes internacionais também se dirigem ao Brasil atrás de serviços essenciais, tais como saúde e educação, os quais são precários em países como, por exemplo, a Bolívia (Neves; Conte, 2023).

Neste sentido, o estudo apresenta como objetivo geral discutir sobre o estado da questão referente ao trabalho decente no contexto da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – ONU. Para tanto, foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) delinear sobre o escopo conceitual referente ao trabalho decente com base na literatura científica nacional, e; b) analisar os resultados provenientes das produções nacionais do tipo *stricto sensu* que versam sobre a temática decente, publicadas entre os anos de 2020 até 2024.

O estudo se justifica, uma vez que a consolidação do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável n° 8 na sociedade contemporânea enfrenta desafios quanto a sua respectiva concretização. Pode-se mencionar como exemplos o fenômeno da uberização, onde trabalhadores se veem sem os respectivos direitos trabalhistas devidamente resguardados (Slee, 2019). Soma-se a isso a questão do trabalho escravo, o que abrange tanto a participação de adultos e de crianças, posto que essa forma de labor é deveras degradante e não condiz com o respeito ao princípio da dignidade humana (Arruda, 2026; Falcão; Lima; Oliveira, 2024).

Assim, o estudo é embasado no seguinte problema de pesquisa: De que forma os estudos acadêmicos do tipo *stricto sensu* realizados no Brasil estão retratando o tema do trabalho decente, bem como sua respectiva relevância no contexto da Agenda 2030?

2. A AGENDA 2030 E O OBJETIVO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL N°8 – TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

A abordagem referente ao Objetivo do Desenvolvimento Sustentável de n° 8 perpassa mandatoriamente pela explanação de duas temáticas que são complementares entre si. A primeira delas engloba o entendimento a respeito do que é o desenvolvimento sustentável, bem como suas principais características e implicações ao futuro do planeta (Barbieri, 2022; Garcez; Steinke, 2026; Sampaio *et al*., 2026).

Discutir sobre desenvolvimento sustentável engloba falar sobre o uso de recursos naturais, processo esse que nem sempre aconteceu da forma correta, em especial nos últimos trezentos anos (Holanda *et al*., 2025; Macedo, 2026). Tal situação aconteceu muito por conta do advento da Primeira Revolução Industrial, momento a partir do qual o consumo de recursos naturas passou a ocorrer de forma mais intensa e predatória (Campos; Machado; Silva, 2024; Ferrão, 2017; Magalhães; Maia; Paiva, 2025).

Esse comportamento descompromissado com os recursos naturais foi embasado numa lógica que é ilógica e inverídica: a de que a natureza possuía capacidade infinita de fornecer recursos naturais, o que hoje já se sabe que não é verdade (Cerdotes; Bühring, 2022; Holanda *et al*., 2025; Rabelo, 2026). Sabe-se que este consumo desenfreado de recursos naturais sem o devido zelo passou a ser questionado, em especial a partir da segunda metade do século XX (Campos, Silva e Machado, 2024; Domingos; Soares, 2026; Rosa; Anjos, 2026).

Isso passou a ser mais intensificado a partir de eventos de grandeza mundial. Dentre estes eventos, pode-se citar a Conferência de Estocolmo em 1972, o Relatório Brundtland de 1987 e a realização da Eco-92, ocorrida no Brasil, mais precisamente, no Rio de Janeiro, conforme Dellagnezze (2022). Em 2025, acontecerá mais um evento de cunho sustentável, com enfoque nas mudanças climáticas, denominado COP-30, o qual foi realizado em novembro, na cidade de Belém, estado do Pará (Rodrigues, 2026).

Estes eventos citados apresentam uma característica em comum: o questionamento sobre como se dão as interfaces entre homem e natureza, relação essa que se mostra desequilibrada por conta das ações antrópicas que destroem o meio ambiente (Silveira (2018). Isso gera como efeitos situações negativas, tais como o aquecimento global, os desmatamentos e o aumento do lixo descartado inadequadamente nas cidades (Batista; Silva, 2024; Santos; Pedroso; Antiqueira, 2024; Silva *et al*., 2025).

Pode-se frisar que ações antrópicas geram prejuízos ao meio ambiente são resultantes da lógica do desenvolvimento pautada unicamente na dimensão econômica, não havendo

espaço para atender as demandas sociais e ambientais (Dempsey *et al*., 2011; Silva, Campos e Machado (2024). Entretanto, quando se tem uma visão de desenvolvimento cujo enfoque é pautado somente em questões econômicas, tanto Oliveira (2025) como Sen (2001) alertam que situações de exclusão social podem ser mascaradas mediante resultados positivos em indicadores sobre empregabilidade e Produto Interno Bruto – PIB (Campos; Silva; Machado, 2024).

O desenvolvimento sustentável propõe justamente o oposto da visão puramente economicista (Barbieri, 2022). Pode-se dizer que esta forma de compreensão do desenvolvimento sob a égide da sustentabilidade é uma visão mais ampla, pois ela abarca também as dimensões social e ambiental, conforme apontado por Elkington (2001). Isso significa dizer que na atualidade o processo de crescimento econômico deve coexistir com a preservação da natureza e o respeito ao ser humano (Souza, 2025).

Uma das principais características referentes ao desenvolvimento sustentável diz respeito ao chamado *Triple Bottom Line*, conhecido como o Tripé da Sustentabilidade, criado por Elkington (2001). Esta tríade é formada não somente pela dimensão econômica, mas também as dimensões social e ambiental. Na atualidade, um dos maiores desafios dos governos dos países consiste justamente no equilíbrio entre crescimento econômico e o respeito ao ser humano e a natureza, em consonância com o que é dito por Ferrão (2017).

Na gestão pública, essa é uma realidade a qual não pode ser negligenciada, uma vez que um dos princípios dessa vertente da administração é o uso correto e racional dos recursos, representado pela Emenda Constitucional n° 19 (Brasil, 1998). Já na iniciativa privada, essa questão da geração de resultados financeiros acompanhada pelo zelo com o meio ambiente e com as pessoas que nele coexistem é representada pelo que a literatura denomina como responsabilidade socioambiental, na forma de projetos que beneficiem a comunidade e demonstrem para a sociedade uma postura proba e hígida das organizações conforme Barbieri (2022).

Isso explica, por exemplo, o porquê da exigência de licença ambiental para realização de determinadas obras segundo Olegário *et al*. (2024). Há também outras questões, tais como a gestão de resíduos sólidos urbanos, conforme Brasil (2010). Estes são exemplos que ajudam a compreender como é elevada a influência das questões sustentáveis na governança dos países, os quais por meio de acordos e tratados buscam arrefecer os efeitos das ações humana sobre o planeta, conforme o que é dito por Ferrão (2017).

Além dessa questão da sustentabilidade, há também a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – ONU (2015). Enfatiza-se que o nascedouro desta referida agenda se deu em

2015, sendo ela estruturada com base em 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, os quais são popularmente conhecidos como ODS conforme Fernandes Neto (2023). Em síntese, a Agenda 2030 possui como intuitos precípuos a erradicação da pobreza, bem como a preservação do planeta, numa conjuntura em que as pessoas possam vivenciar prosperidade e paz até o ano de 2030 (Ferrari; Conceição, 2024).

Dentre estes objetivos abaixo ilustrados, nota-se a existência de objetivos cuja operacionalização demanda a feitura de políticas públicas robustas, como, por exemplo, a erradicação da pobreza (ODS 1), a fome zero e agricultura sustentável (ODS 2) e a educação de qualidade (ODS 4), sendo essas situações estabelecidas pela Organização das Nações Unidas – ONU (2015). Neste sentido, convém destacar o ODS de número 8, intitulado como "Trabalho Decente e Crescimento Econômico".

No contexto da Agenda 2030, o trabalho representa um dos alicerces cuja consolidação é necessária tanto para que possa haver crescimento econômico nas nações, bem como o fortalecimento do desenvolvimento sustentável, conforme o que é dito pela Organização Internacional do Trabalho – OIT (2019). Neste sentido, os ganhos econômicos são gerados a partir da valorização do trabalho, condição essa que é essencial para o fortalecimento da dignidade da figura humana (Falcão; Lima; Oliveira, 2024).

O trabalho decente é vinculado a quatro elementos a ele correlatos, a saber: a) respeito às normas internacionais vigentes do trabalho; b) extensão da proteção social; c) promoção do chamado emprego de qualidade; d) diálogo social (Boucinhas Filho, 2024). Além disso, a promoção do trabalho decente engloba também o combate as práticas de trabalho escravo, de maneira que a coibição a essa ilegalidade visa preservar os direitos humanos, com o trabalho tendo relação intrínseca com a liberdade e a dignidade humana, conforme o que é pontuado por Szczepanik, Stefan e Bernardim (2023). A Figura 1 abaixo destacada exibe os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU.

É oportuno mencionar sobre a relação existente entre os objetivos que integram a Agenda 2030 da ONU (2015). No caso específico do ODS 8, pode-se dizer que ele possui interface com o ODS 1, voltado para a erradicação da pobreza, pois quanto melhores forem os índices de empregabilidade, menor será a porcentagem de pessoas que não estão inseridas no mercado de trabalho, o que também influencia positivamente sobre o ODS 10, referente a redução das desigualdades sociais (Pontes, 2026; Silva; Boucinhas Filho, 2024).

Figura 1: Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030



Fonte: CREA Rio de Janeiro (2024).

3. METODOLOGIA

Pode-se considerar que o estudo é de natureza bibliográfica, o que de acordo com Gil (2022) implica a realização de consultas a produções textuais que já foram anteriormente publicadas. Uma das ações necessárias neste sentido é a averiguação junto a bases de dados. Silva (2019) diz que estas bases são representadas pelos portais e repositórios que contém em seus acervos produções que podem servir para subsidiar a fundamentação teórica de textos científicos.

No caso desta pesquisa, foram averiguados artigos e demais materiais que versassem sobre o trabalho decente. Este procedimento foi feito com base em consulta na base de dados *Google* Acadêmico. Além disso, outra das características do estudo aqui em destaque é o seu caráter exploratório. Este tipo de pesquisa se caracteriza pela necessidade do pesquisador em aprofundar seus estudos, o que, por conseguinte, gera mais conhecimentos a respeito do tema por ele investigado, em consonância com Vergara (2016). Outro ponto que caracteriza o estudo é o fato de ele ser do tipo descritivo. Nessa perspectiva o pesquisador empreende esforços voltados para pormenorizar as principais características de fatos e fenômenos que integram uma dada realidade, conforme informado por Zanella (2013).

O estudo também é do tipo qualitativo. Conforme Minayo (2012), este tipo de pesquisa apresenta como principal aspecto o fato de ter como objeto de análise a fala dos respondentes participantes de um dado estudo. Noutro de seus textos, Minayo (2015) relata sobre o fato de as pesquisas qualitativas se caracterizarem pela busca por compreender os fenômenos observados, bem como os contextos sociais a eles correlato.

Sobre o emprego dos estudos qualitativos, é oportuno observar o que determinados teóricos dizem a respeito deste tema. Enquanto estudos como, por exemplo, o da autoria de Günther (2006) diz que a escolha pela dimensão qualitativa ou quantitativa depende de qual método o pesquisador irá trilhar em seu decurso investigativo, a pesquisa de Ferreira (2015) explana que os estudos que optam pela vertente qualitativa assim o fazem diante da complexidade da natureza social a que eles se propõem a observar.

Soma-se a estes aspectos o fato de este estudo ser embasado no método conhecido como o estado da questão. Para Nóbrega-Therrien e Therrien (2004), essa vertente metodológica se caracteriza pela efetuação de levantamentos bibliográficos com o intuito de detectar o estado atual de produção científica referente a um determinado tema. Silva (2019) complementa ao dizer que levantamentos dessa natureza se caracterizam pela definição do lapso temporal a ser averiguado, bem como a detecção, catalogação e análise das produções encontradas no decurso de pesquisa. O fato de o estudo se concentrar em produções de nível *stricto sensu* implica dizer que o material aqui analisado foi proveniente de teses e dissertações publicadas entre os anos de 2020 até 2024.

A busca pelos trabalhos em nível *stricto sensu* se deu em duas bases de dados. A primeira delas é a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD. A segunda base de dados consultada foi o Repositório Institucional da Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Para tanto, fez-se uso dos seguintes descritores: a) trabalho decente; b) Agenda 2030; c) qualificação profissional, e; d) cidadania. Obteve-se mais êxito nas buscas feitas na BDTD em comparação ao Repositório Institucional. No referido repositório, apenas um trabalho era o mais próximo possível do objetivo de pesquisa, mas por ser um trabalho de conclusão de curso, ele não foi selecionado. Foram pesquisados materiais entre os anos de 2020 até 2024.

Foram localizados 12 trabalhos, mas 2 deles ou o *link* não abria ou estavam indisponíveis par consulta, o que perfez então o total de 10 produções para fins de descrição. Na BDTD, as buscas foram mais prolíficas, com enfoque mais voltado para a questão da qualificação profissional. Inclusive, foi nesta base que foi possível localizar duas pesquisas oriundas da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

4. O ESTADO DA QUESTÃO: TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO NO CONTEXTO DA AGENDA 2030

A primeira das produções aqui destacada é da autoria de Costa (2022), tendo por nome “Cubatão: de cidade símbolo de recuperação ambiental aos objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 sob a perspectiva de seus trabalhadores”, sendo essa uma

dissertação de mestrado. Em seu estudo, Costa (2022) averiguou a aplicação da legislação trabalhista em Cubatão, mais precisamente com relação aos objetivos 8, 9 e 12 da Agenda 2030 na visão dos trabalhadores.

Neste sentido, Costa (2022) após avaliar a aplicação das leis trabalhistas em Cubatão, pode constatar que, se por um lado os resultados referentes a poluição industrial mostram-se adequados, por outro lado ainda há o que se melhorar em termos de sustentabilidade socioambiental. Costa (2022) ao citar Brolio (2016), destaca que:

> [...] todos os trabalhadores podem ser sujeitos numa relação jurídica que envolva meio ambiente do trabalho, não só os empregados, portanto. A proteção do meio ambiente não se limita ao empregado como um dos sujeitos da relação jurídica, pois devemos incluir os demais trabalhadores que estejam acobertados por uma relação de trabalho qualquer, no seu sentido mais amplo. (BROGLIO[6], 2016, p.32).

Apesar de reconhecer que Cubatão não apresenta mais o nível disfuncional de poluição ambiental, Costa (2022) diz que há outros aspectos a serem melhorados, como, por exemplo, a qualidade de vida dos trabalhadores, bem como a sustentabilidade socioambiental. Isso denota a necessidade de políticas públicas que possam ser implementadas, sendo elas voltadas para aprimorar aspectos até então deficitários em termos sociais e sustentáveis (Balduíno Junior *et al*., 2026; Marchioretto *et al*., 2026).

Outro estudo localizado foi o de Machado (2023), sendo ele uma tese de doutorado intitulada "A influência do trabalho decente cooperativo na identificação organizacional cooperativa e no comportamento de cidadania organizacional". O objeto de estudo de Machado (2023) foi o Plano Estratégico da Aliança Cooperativa Internacional, o qual abrange o decênio entre 2020 e 2030, com destaque para a questão da identificação organizacional cooperativa (IOC), de maneira que quanto mais identificado é o colaborador com a firma em que trabalha, mais comprometido ele se torna (Cardoso, 2023).

Este levantamento de Machado (2023) se deu em cooperativas do estado do Rio Grande do Sul, atuantes no setor educacional, contando com 123 respondentes. Dentre os principais achados do estudo de Machado (2023), pode-se dizer que, embora não seja o principal fator preponderante, o trabalho decente é um dos itens que influenciam na questão da identificação organizacional. Dito de forma mais específica por Machado (2023, p.133):

> Desta forma, no âmbito desta pesquisa é possível afirmar que as cooperativas do ramo de trabalho educacionais do Rio Grande do Sul ao desenvolverem

[6] Grafado em caixa alta pois o texto é anterior às modificações no formato de citações da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, de 2023.

> políticas e práticas que visam a promoção do trabalho decente, como igualdade de direitos entre homens e mulheres, e basearem seu trabalho em valores como democracia, igualdade, equidade e solidariedade, além de estarem comprometidas com o desenvolvimento da comunidade e com o bem estar das pessoas, terão como resposta comportamentos extra papéis. Isto é, comportamentos de cidadania por parte dos trabalhadores beneficiando a imagem da cooperativa.

Isso faz com que situações como, por exemplo, a proteção aos direitos dos trabalhadores, saúde e segurança laboral e demais situações sejam trabalhadas constantemente, configurando assim um ambiente de trabalho pautado no ODS 8 da Agenda 2030 (Lavall; Olssom, 2019). Silva (2019) relata que um dos maiores desafios nas organizações em geral é fazer com que os colaboradores se mantenham motivados e possam entregar os resultados que deles se esperam, o que demanda da parte dos líderes destes empregados elevado nível de assertividade em termos de habilidades comportamentais visando influenciar positivamente a estes indivíduos (Cardoso, 2023; Silva *et al*., 2021).

A próxima produção aqui destacada é da autoria de Ribeiro (2021), tendo por título "O trabalho análogo à escravidão no Brasil a luz das metas 8.7 e 8.8 dos objetivos do desenvolvimento sustentável: Sergipe em foco". Este estudo de Ribeiro (2021) fez uso de pesquisa bibliográfica (Gil, 2022), mais precisamente em dados de órgãos como o Sistema Nacional de Emprego – SINE, bem como o Ministério da Economia e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Conforme os achados de Ribeiro (2021), mesmo sendo proibido, o trabalho escravo no Brasil ainda é uma triste realidade, sendo mais frequente sua ocorrência nos estados do Pará e Maranhão, sendo comumente vinculado ao agronegócio. No entanto, no estado de Sergipe, Ribeiro (2021) não localizou ocorrências de trabalho análogas à escravidão, mas isso não significa necessariamente que isso seja uma realidade incontestável, pois pode haver casos que não constam nos registros oficiais, sendo que se faz necessário haver políticas públicas que possam arrefecer a prática do trabalho escravo no Brasil.

De maneira mais detalhada, Ribeiro (2021) traz à baila dados relevantes referentes a esta questão pertinente ao trabalho escravo no contexto laboral nacional.

> De acordo com dados fornecidos pela Organização Internacional do Trabalho – OIT1, entre 1995 e 2015, foram libertados 49.816 trabalhadores que estavam em situação análoga à escravidão no Brasil, eles são em sua maioria, migrantes internos ou externos, que deixaram suas casas para a região de expansão agropecuária ou para grandes centros urbanos, em busca de novas oportunidades ou atraídos por falsas promessas. E os dados também apontam que 95% dos trabalhadores libertados são homens, 83% têm entre 18 e 44 anos de idade e 33% são analfabetos.

> Ainda de acordo com a OIT o trabalho escravo contemporâneo envolve pessoas mais pobres e vulneráveis2. A população alvo do trabalho escravo no Brasil é predominantemente de homens jovens com média de 32 anos, cor preta/parda (80%) com renda de 1 a 2 salários mínimos, mais provenientes das regiões nordeste, norte e centro-oeste3. A maioria é analfabeta funcional, com cerca de 3,8 anos de estudo e início de vida profissional anterior aos 16 anos4. É uma parcela da sociedade submetida a padrões históricos de exclusão social e injustiças na formação social brasileira.

Outro estudo localizado foi o de Melo (2023), sendo ele denominado como "Desafios jurídicos na responsabilização por trabalho escravo em cadeias de produção". Este estudo mostrou-se assemelhado com o de Ribeiro (2021), pois também aborda o tema da escravidão, com enfoque na questão das cadeias produtivas, onde segundo Melo (2023) há a possibilidade de empregados estarem sendo explorados e terem seus direitos trabalhistas e humanos negados. O que Melo (2023) buscou saber é se os líderes de cadeias produtivas aplicam ou não as normas internacionais e nacionais de trabalho junto aos seus respectivos trabalhadores.

Após analisar a literatura especializada e observar o cenário do trabalho escravo no Brasil, Melo (2023) concluiu que o cenário brasileiro infelizmente é marcado por impunidade no que tange ao trabalho escravo. Isso comunga com o pensar presente em Moriya (2024), cujo estudo diz que o Brasil se mostra muito atrasado com relação ao alcance dos objetivos da Agenda 2030, o que denota a existência de óbices com relação a consecução destes intentos.

Moriya (2024, p.93) traduz com maior detalhamento essa situação do atraso do Brasil em relação a consecução dos objetivos da Agenda 2030:

> Passado metade do período, estamos atrasados. Ainda há muito a ser realizado e explorado, tanto no que diz respeito à materialidade concreta das ações e iniciativas, quanto no sentido de alcance dos resultados desejados. E talvez nunca encontremos um arranjo prático e concreto perfeito, visto que nossas instituições são reflexo de nossas próprias contradições enquanto humanos.

A pesquisa feita por Melo (2022) consiste numa dissertação, cujo tema é "Direito à desconexão no teletrabalho como direito humano à saúde do trabalhador". O teletrabalho passou a se intensificar mais no período mais agudo da pandemia do novo Coronavírus (Losekann; Mourão, 2020). Neste sentido, com base em estudo bibliográfico e documental (Gil, 2022), Melo (2022) se dedicou a estudar os direitos do teletrabalhador, sejam eles a desconexão e o bem-estar.

Em seu estudo, Melo (2022) constatou que se faz necessário resguardar os direitos dos teletrabalhadores, de maneira que sua atuação profissional não extrapole os limites existentes, o que desconfigura o trabalho decente (Lavall; Olssom, 2019). O resguardo a estes direitos deve

ser constante, uma vez que o Brasil segundo Melo (2022) é signatário da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (Bueno, 2019).

O estudo de Hoffmann (2023) é uma tese de doutorado, cujo título é "A efetividade da Organização Internacional do Trabalho no ordenamento jurídico trabalhista: do monismo à transnormatividade". Conforme Hoffmann (2023), a transnormatividade é um termo utilizado para se referir ao dialogismo entre direito internacional e direito interno, sendo essa a principal proposta desta pesquisa. Hoffmann (2023) diz que normas como o Tratado de Versalhes e a Constituição da Organização Internacional do Trabalho, bem como a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas e a Agenda do Trabalho Decente no Brasil devem estar em constante diálogo, visando a proteção dos direitos do trabalhador.

Os estudos de Melo (2023) e Ribeiro (2021) são exemplos de situações em que há processos laborais no Brasil que não estão de acordo com as normas vigentes e expõem os trabalhadores a situações degradantes. Além disso, Hoffmann (2023) diz que estas normas todas não podem apenas existir na letra da lei, devendo haver esforços quanto ao seu respectivo cumprimento. O debate atinente ao trabalho decente engloba a questão do direito da dignidade da pessoa humana, de maneira que condições laborais análogas a regime de escravidão não corroboram com a consecução do cumprimento deste referido direito (Arruda, 2026).

Numa linha de raciocínio semelhante à de Melo (2023) e Ribeiro (2021), o estudo de Camargo (2024) também versa sobre escravidão, com o tema "Os desafios do Brasil na erradicação da escravidão moderna para a efetivação do desenvolvimento sustentável". Ao se fazer uso da pesquisa bibliográfica e documental (Gil, 2022), a pesquisa de Camargo (2024) relata que além de configurar crime, a escravidão também desvela a questão das injustiças sociais, as quais ainda são muito presentes na conjuntura do Brasil. Além disso, Camargo (2024) diz que este entendimento é fundamental para que se possa não somente erradicar o trabalho escravo, como também se pleitear uma sociedade mais justa e equânime.

O estudo de Pereira (2024) consiste numa dissertação de mestrado e tem como título "Desafios na implementação da Agenda 2030 frente ao ciclo de pobreza". Para tanto, Pereira (2024) recorreu a análise de políticas públicas vinculadas tanto ao estado de Goiás como também demais grandes regiões brasileiras, sendo um dos enfoques de averiguação o ODS 8 Trabalho Decente (Melo, 2022). Dentre os principais achados deste estudo de Pereira (2024), pode-se destacar: a) não há registros consistentes de avanços das políticas analisadas no tocante ao desenvolvimento sustentável; b) as políticas vistas mostram-se falhas em termos de execução e avaliação; c) os desafios a que as políticas se propõem a enfrentar não demonstram

sinais de arrefecimento. Estes resultados corroboram com Moriya (2024) na questão do atraso do Brasil quanto a consecução dos objetivos da Agenda 2030.

Souza (2024) traz ao campo de discussão o trabalho intitulado "O direito ao trabalho para as pessoas com deficiência no estado de São Paulo e a responsabilidade social das empresas". Convém destacar que o acesso das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho é um direito presente na Carta Magna (Brasil, 1988) e na Lei n° 8.213 (Brasil, 1991). Souza (2024) investigou dados do Ministério Público do Trabalho, do IBGE, da Secretaria de Estado de São Paulo dos Direitos das Pessoas com Deficiência e trabalhos publicados na literatura nacional.

Conforme Souza (2024, p.114):

> Por sua vez, o ordenamento jurídico, nacional e internacional, manteve-se atento às necessidades desse grupo tutelando diversos direitos, sobretudo após a edição da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência que representa a positivação da mudança de paradigma da visão da deficiência no mundo, que passa do modelo médico, no qual a deficiência é tratada como um problema de saúde, para o modelo social dos direitos humanos.
>
> Entre os diversos direitos tutelados pela referida Convenção, merece destaque, nessa pesquisa, o direito ao trabalho. Afinal, o trabalho é reconhecido atualmente como valor social, contribui para a autoestima, confiança e integração social do indivíduo, por isso defende-se que a inserção das pessoas com deficiência no ambiente de trabalho ocasiona a inclusão social que é um espectro maior, do qual o direito ao trabalho é apenas uma parte. Significa a oportunidade de que as pessoas possam trabalhar caso desejem e/ou necessitem. Portanto, não é um dever do cidadão trabalhar, mas sim um direito a ser usufruído pelas pessoas caso possam, desejem e/ou necessitem, sendo dever do Estado de ofertar oportunidades de trabalho. Uma sociedade inclusiva é aquela que estabelece condições humanas para que todo cidadão exerça seu direito constitucional de contribuir com suas habilidades para o bem-estar coletivo.
>
> Conclui-se que a implementação do sistema legal de cotas está em sintonia com os diplomas internacionais dos quais o Brasil faz parte, bem como a Constituição Federal. Daí a importância de melhor compreender a Lei de Cotas e o ODS 8.5 da ONU. Contudo, segundo os dados do Portal Radar da Secretaria de Inspeção do Trabalho, em 2021, as fiscalizações apuraram que apenas foram ocupadas 46.24% das vagas reservadas para pessoas com deficiência nas empresas paulistas.

Em síntese: os direitos das pessoas com deficiência quanto a sua inserção no mercado de trabalho existem, mas segundo Souza (2024), eles não são cumpridos de forma integral. Dentre os motivos que corroboram para o fato de nem todas as vagas destinadas para pessoas com deficiência serem preenchidas, Souza (2024) elenca o seguinte: a) preconceito; b) acessibilidade arquitetônica precária; c) qualificação profissional considerada baixa; d) os

gestores das empresas não se planejam corretamente quanto a contratação de pessoal, e; e) as fiscalizações são precárias.

O estudo feito por Faciroli (2020) é uma dissertação, a qual tem por nome "Desenvolvimento sustentável, Agenda 2030 e promoção do trabalho decente: considerações sobre o acompanhamento da meta de emprego pleno, produtivo e plano decente para todos no cenário brasileiro". Como base de dados para sua pesquisa, Faciroli (2020) fez uso da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua – PNAD do IBGE, bem como a Pesquisa Nacional de Saúde. O que acontece no Brasil segundo Faciroli (2020) é que a Agenda 2030, bem como o ODS 8 Trabalho Decente não são identificáveis de forma mais clara nas bases de dados utilizadas, sendo que o país não chegou a fazer as devidas adaptações na coleta de dados destas pesquisas, o que permitiria detectar com mais facilidade os avanços ou retrocessos na questão do trabalho decente.

5. CONCLUSÃO

Este estudo apresentou como objetivo geral discutir sobre o estado da questão referente ao trabalho decente no contexto da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – ONU. Foi possível observar que a dinâmica desta referida agenda se vincula com o panorama onde a sustentabilidade ganha um protagonismo que lhe é devido, muito por conta das ações predatórias concernentes ao consumo desregrado de recursos naturais. Enfatiza-se que um dos principais focos de atenção é a disponibilidade para as gerações vindouras destes recursos, o que reitera a necessidade de ações e projetos que sejam voltados para a questão do desenvolvimento sustentável. Este, por sua vez, é um conceito que visa a conciliação das dimensões econômica, ambiental e social, no sentido de promover crescimento de forma equilibrada com o respeito ao meio ambiente e ao ser humano.

Assim, além de iniciativas que promovam a preservação da natureza, o bem-estar social e a dignidade humana também são pontos focais a serem trabalhados no contexto da Agenda 2030, onde se insere nessa conjuntura o trabalho decente. Isso implica não somente o reconhecimento de acordos, convenções e tratados existentes, como também o combate a condições de trabalho que sejam relacionadas com a escravidão. Além de ser um meio de sobrevivência, a temática imanente ao trabalho também engloba ascensão social e desenvolvimento econômico, de maneira que isso represente mais pessoas trabalhando e com poder de compra para movimentar a economia.

Observa-se que na realidade vista no estado da questão aqui em destaque nesta produção, o cenário referente ao trabalho docente se mostra ainda desafiador. Há produções

que reiteram situações pertinentes a melhoria da sustentabilidade socioambiental, bem como a proteção dos direitos dos trabalhadores e identificação organizacional. Todavia, dentre os principais problemas presentes nas produções *stricto sensu*, convém destacar situações de trabalho escravo, impunidade legal para quem infringe as normativas existentes, bem como normas que estão constituídas na letra da lei, mas são desrespeitadas na prática.

Enfatiza-se que o trabalho escravo e o hiato entre o que as leis apregoam e a prática deficitária quanto a sua execução reforçam o cenário de desigualdades que ainda persiste em existir no contexto nacional. Muito mais do que um objetivo vinculado a uma agenda global, o trabalho decente deve ser visto como um mecanismo essencial para haver mais sustentabilidade, a partir da propiciação de mais dignidade humana para os trabalhadores em suas respectivas áreas de atuação. Isso se reflete não somente na dimensão econômica, mas também social, com os sujeitos tendo melhores condições de produzirem sua respectiva existência na conjuntura laboral contemporânea.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, G. A. S. *et al*. Dignidade da pessoa humana e combate ao trabalho escravo contemporâneo: diálogos entre direitos humanos, direito penal e direito do trabalho no Brasil. **Revista DCS**, v. 23, n. 87, p. e4492-e4492, 2026.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento sustentável:** das origens à Agenda 2030. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

BATISTA, A. R.; SILVA, M. J. Determinação da composição gravimétrica dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSUs) do lixão do município de Xique-Xique, Bahia. **Revista Sertão Sustentável**, v. 6, n. 1, 2024.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Emenda Constitucional n° 19, de 4 de junho de 1998.** Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1998.

BRASIL. **Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991.** Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1991.

BRASIL. **Lei n° 12.305, de 2 de agosto de 2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2010.

BROLIO, R. J. **O meio ambiente do trabalho juridicamente sustentável:** análise dos acidentes do trabalho à luz dos princípios de direito ambiental**.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

CAMARGO, M. P. Z. **Os desafios do Brasil na erradicação da escravidão moderna para a efetivação do desenvolvimento sustentável**. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2024.

CAMPOS, D. S. B.; SILVA, R. O.; MACHADO, A. L. S. A relevância das ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação: percepções sobre um Curso de Especialização *lato sensu* em Meio Ambiente e suas tecnologias no Instituto Federal do Amazonas – IFAM. **Revista Foco**, v.17, p. 1 – 26, 2024.

CARDOSO, C. S. **Proposição de um constructo de liderança feminina sem estereótipos de gênero.** Tese (Doutorado em Administração de Empresas). Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2023.

CERDOTES, Angélica; BÜHRING, Márcia Andrea. Um repensar ecológico para a efetiva proteção dos recursos naturais: por uma relação de cuidado e respeito com a natureza. **Revista de Direito e Sustentabilidade**, v. 8, n. 1, p. 1-22, 2022.

COSTA, M. V. A. **Cubatão:** de cidade símbolo de recuperação ambiental aos objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 sob a perspectiva de seus trabalhadores. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Católica de Santos, Santos, 2022.

CREA-RJ. Conselho Regional de Engenharia e Agronomia. Agenda 2030 da ONU e os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável. **CREA-RJ**, 28 de agosto de 2024. Disponível em: https://www.crea-rj.org.br/agenda-2030-da-onu-e-os-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/. Acesso em: 10 abr. 2025.

DELLAGNEZZE, R. **50 anos da Conferência de Estocolmo (1972 – 2022) realizada pelas Nações Unidas sobre o meio ambiente humano.** São Paulo: Arche, 2022.

DOMINGOS, C. O.; SOARES, D. V. Desenvolvimento sustentável e direito ambiental no Brasil: atuação da Comissão nacional e do Conselho empresarial na agenda 2030. **Revista Ilustração**, v. 7, n. 1, p. 25-52, 2026.

ELKINGTON, J. **Canibais com garfo e faca.** São Paulo: Makron Books, 2001.

FACIROLLI, M. I. **Desenvolvimento sustentável, Agenda 2030 e a promoção do trabalho decente:** considerações sobre o acompanhamento da meta de emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todos no cenário brasileiro. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2020.

FALCÃO, B. N.; LIMA, T. M. M.; MOREIRA, D. Trabalho decente *versus* trabalho escravo moderno: a CONATRAE como medida afirmativa ao ODS8 da Agenda 2030 da ONU. **UNISANTA Law and Social Science**, v.13, n.1, p. 38 – 53, 2024.

FERNANDES NETO, J. **Gestão voltada para a sustentabilidade por meio de ações para a cultura:** proposição de um modelo estratégico a partir do trabalho do espaço cultural Casarão de Ideias. Tese (Doutorado em Administração). Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2023.

FERRÃO, J. O Antropoceno como narrativa: uma lente útil para entender o presente e imaginar o futuro? **Biblios**, 3, 205 – 221, 2017.

FERRARI, A. C.; CONCEIÇÃO, M.I. Florestan Fernandes, biblioteca parceira da Agenda 2030 da ONU. In: XXX CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO. **Anais...**Recife, Pernambuco, 25 a 29 de novembro de 2024.

FREIRE, P. **Política e educação**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2019.

GARCEZ, L. R. O.; STEINKE, V A. Concepções basilares de sustentabilidade, resíduos sólidos e políticas públicas para a gestão municipal. **ENTRE-LUGAR**, v. 17, n. 33, p. 297-321, 2026.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2022.

HOFFMANN, C. R. **A efetivação das convenções da Organização Internacional do Trabalho no ordenamento jurídico trabalhista:** do monismo a transnormatividade. Tese (Doutorado em Direito). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

HOLANDA, M. M. *et al*. Antropoceno e sustentabilidade na América Latina: a crise climática e a proibição do retrocesso ambiental. **Derecho y Cambio Social**, v. 22, n. 79, p. e126-e126, 2025.

KUENZER, A. Z. **Educação profissional**: desafios e debates. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

LAVALL, T. P.; OLSSON, G. Governança global e o desenvolvimento na sua pluridimensionalidade: um olhar sobre a Agenda 2030 das Nações Unidas. **Direito & Desenvolvimento**, v.10, n.10, p.52 – 64, 2019.

LOSEKANN, R. G. C. B.; MOURÃO, H. C. Desafios do teletrabalho na pandemia covid-19: Quando o home vira office. **Caderno de Administração**, v. 28, 2020.

MACEDO, H. G. **A Norma da Sustentabilidade.** 2 ed. São Paulo: Editora Dialética, 2026.

MACHADO, E. C. **A influência do trabalho decente cooperativo na identificação organizacional cooperativa e no comportamento de cidadania organizacional.** Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.

MAGALHÃES, M. P.; MAIA, R. R.; PAIVA, J. M. R. todo antropoceno se desfaz na restauração da Amazônia Ancestral. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 14, n. 7, p. e2462-e2462, 2025.

MARCHIORETTO, I. S. *et al*. Integração regional na perspectiva dos direitos humanos: acompanhamento das políticas públicas de desenvolvimento sustentável em recursos hídricos e saneamento básico: soluções sustentáveis em áreas fronteiriças. **Cadernos Cajuína**, v. 11, n. 1, p. e1858-e1858, 2026.

MELO, V. S. **Direito à Desconexão no Teletrabalho como Direito Humano à Saúde do Trabalhador**. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2022.

MELO, F. M. **Desafios jurídicos na responsabilização por trabalho escravo em cadeias de produção.** Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

MORIYA, R. Y. **Agenda 2030 e a sua localização:** chegamos à metade! E agora? Tese (Doutorado em Ciências). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

NEVES, A. B. S.; CONTE, C. H. Um olhar fronteiriço: paraguaios e bolivianos nas escolas de Mato Grosso do Sul. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 13, n. 2, p. 289-309, 2023.

OIT. Oficina Internacional del Trabajo. **Hora de Actuar para Conseguir el ODS 8 Integrar el Trabajo Decente, el Crecimiento Sostenido y la Integridad Ambiental**. International Labour Organisation (ILO), 2019.

OLIVEIRA, M. M. V. Do *homo economicus* ao *homo complexus*: a criação de sistemas cognitivos que reforçam a economia de mercado e desafiam a economia solidária. **RIANCO**, v. 1, p. 1 – 14, 2025.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando nosso mundo:** a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. ONU: Brasília, 2015.

PEREIRA, A. C. **Desafios na implementação da Agenda 2030 frente ao ciclo da pobreza**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2024.

PONTES, H. F. N. Desigualdade de renda: uma análise dos impactos de eficácia dos programas de transferência de renda sobre a desigualdade para as unidades da federação. **Revista DELOS**, v. 19, n. 76, p. e8359-e8359, 2026.

RABELO, R; V. **Universidade Líquida:** Educação Superior em Tempos de Pós-Verdade. São Paulo: Editora Dialética, 2026.

RODRIGUES, J. Convergências, divergências e disputas diante da emergência climática e da COP-30. **Entre-Lugar**, v. 17, n. 33, p. 372-413, 2026.

SALES, G. S.; ITUASSU, C. T. Relações entre migrações internacionais e empregabilidade no Estado de Mato Grosso do Sul-Brasil. **Trayectorias Humanas Trascontinentales**, n. 6, 2020.

SAMPAIO, A. *et al*. Transformando o futuro: palestras e dinâmicas sobre sustentabilidade em ambiente escolar. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 12, n. 1, p. 1-13, 2026.

SANTOS, L. S.; PEDROSO, N. A.; ANTIQUEIRA, L M. O. R. Educação Ambiental, Sustentabilidade e Gestão de Resíduos Sólidos: percepções em Ponta Grossa, Paraná, Brasil. **Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental**, v. 29, n. 1, p. 1-19, 2024.

SEN, A. **Development as a freedom**. Oxford Paperbacks, 2001.

SILVA, J. M. N.; BOUCINHAS FILHO, J. C. O trabalho decente no Tocantins: caminhos para alcançar os ODS 1, 8 e 10 da Agenda 2030 e erradicar o trabalho escravo contemporâneo. **FGV RIC Revista de Iniciação Científica**, v. 5, n. 1, p. 1 – 18, 2024.

SILVA, C. M. M. *et a*l. Estudo sobre a produção e destinação final dos de resíduos sólidos na localidade do Zé Açu-Parintins/AM. **Brazilian Journal of Animal and Environmental Research**, v. 8, n. 2, p. e79835-e79835, 2025.

SILVA, R.O. **Proposta de autocapacitação para coordenadores de graduação.** Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Manaus, 2019.

SILVA, R.O. *et al*. Undergraduate coordinator: competences required according to management principles. **Regae – Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, v.10, n.19, p. 1 – 17, 2021.

SILVEIRA, A.A.M. **Contra o direito de não ter cuidado:** ventilações ameríndias para resistir ao (no) Antropoceno. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SOUZA, J. F. V. O confronto entre falsos valores e o saber ambiental: o conceito de desenvolvimento sustentável como uma nova visão do desenvolvimento humano. **ARACÊ**, v. 7, n. 2, p. 9704-9730, 2025.

SOUZA, I. R. **O direito ao trabalho para as pessoas com deficiência no estado de São Paulo e a responsabilidade social das empresas.** Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2024.

THERRIEN, Jacques; NÓBREGA-THERRIEN, Sílvia. Os trabalhos científicos e o estado da questão: reflexões teórico-metodológicas. **Estudos em avaliação educacional**, v. 15, n. 30, p. 33-51, 2004.

CAPÍTULO XXV

ROTA BIOCEÂNICA, TERRITÓRIO E EDUCAÇÃO PÚBLICA: REPRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS E SILÊNCIOS SOBRE O GRANDE LAGEADO (CAMPO GRANDE/MS)

BIOCEANIC ROUTE, TERRITORY, AND PUBLIC EDUCATION: INSTITUTIONAL REPRESENTATIONS AND SILENCES REGARDING GRANDE LAGEADO (CAMPO GRANDE/MS)

DOI: 10.51859/amplla.mig854.1126-25

Elisa Benícia de Oliveira Rodrigues
Alex Barbosa de Lima
Linoel de Jesus Leal Ordonez

RESUMO

O artigo analisa os efeitos da Rota Bioceânica na territorialidade escolar da região Grande Lageado, em Campo Grande/MS, ancorado no aporte teórico de Akkari (2011), Bourdieu (1989), Santos (1993) e Haesbaert (2024). Metodologicamente, adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, bibliográfico e documental. Como resultado, apresenta o aprofundamento das contradições socioespaciais periféricas e mudanças nas sociabilidades locais. Revela, também, a emergência de novas demandas educacionais e interculturais, consolidando as hipóteses teóricas que estruturam a análise da relação entre logística, território e educação, impactando diretamente o campo da escola pública.
Palavras-chave: Rota Bioceânica, Grande Lageado, território, escola pública, interculturalidade.

ABSTRACT

This article analyzes the effects of the Bioceanic Route on the school territoriality of the Grande Lageado region in Campo Grande, Mato Grosso do Sul (MS), drawing on the theoretical frameworks of Akkari (2011), Bourdieu (1989), Santos (1993), and Haesbaert (2024). Methodologically, it adopts a qualitative approach characterized by exploratory, bibliographic, and documentary research. The results highlight the intensification of socio-spatial contradictions in the periphery and shifts in local forms of social interaction. It also reveals the emergence of new educational and intercultural demands, thereby reinforcing the theoretical hypotheses that structure the analysis of the relationship between logistics, territory, and education, and their direct impact on the public school sector.
Keywords: Bioceanic Route, Grande Lageado, territory, public school, interculturality

1. INTRODUÇÃO

A Rota Bioceânica ou Corredor Bioceânico de Capricórnio constitui uma iniciativa de integração sul-americana que busca articular Brasil, Paraguai, Argentina e Chile por meio de infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, aduaneiras e logísticas. O corredor é apresentado pelos agentes governamentais como possibilidade para reduzir a distância até os portos do Pacífico, ampliar a competitividade e fortalecer as conexões econômicas e institucionais. No ano

de 2026, entretanto, a iniciativa permanece em processo de consolidação: obras, mecanismos de governança, instalações de fronteira e instrumentos de facilitação comercial encontram-se em diferentes estágios de desenvolvimento. Essa condição exige que o objeto seja tratado como processo histórico e institucional em curso, e não como um empreendimento plenamente concluído.

O Grande Lageado é o território em cujas adjacências se encontram as instalações do Terminal Intermodal de Cargas (TIC), popularmente denominado Porto Seco. O terreno destinado ao empreendimento foi adquirido no ano de 2004 pelo Poder Executivo Municipal de Campo Grande, MS. De acordo com Silva (2024):

> Como parte do processo de preparação de Campo Grande para o advento do Corredor Bioceânico, o prefeito da cidade, André Puccinelli, adquiriu, em 2004, uma área de 70 hectares na saída para Sidrolândia, para construir o Terminal de Cargas da capital. A escolha do terreno se justificava porque ficava perto da ferrovia e do aeroporto da cidade. O projeto do referido porto seco ficou pronto ainda na gestão de André Puccinelli. Com a eleição de Nelsinho Trad, em 2004, o projeto entrou em execução (Silva, 2024, p. 70).

Embora a infraestrutura física tenha sido declarada concluída no ano de 2020, os documentos analisados não permitem confirmar sua plena operacionalização logística e aduaneira até o encerramento do recorte documental da pesquisa. Isso posto, há que se considerar que em dezembro de 2020, o Município de Campo Grande anunciou a conclusão da obra do TIC, apresentando-o como equipamento estratégico para o desenvolvimento logístico da capital:

> Está pronto o terminal intermodal, estrutura de logística planejada para uma área de 65 hectares localizada às margens do macroanel, trecho que liga as saídas para São Paulo, Sidrolândia e Corumbá. O projeto foi destravado em 2018 pela atual gestão, após 6 anos de paralisação. Dar funcionalidade ao terminal, que custou R$ 30 milhões, é um dos eixos do Programa Reviva Mais Campo Grande, lançado pelo prefeito Marquinhos Trad, como parte da estratégia para retomada econômica da cidade no ciclo pós-pandemia (Campo Grande, 2020).

A infraestrutura física do Terminal Intermodal de Cargas teve sua conclusão declarada pelo Município de Campo Grande em dezembro de 2020. Essa conclusão, entretanto, não deve ser interpretada como sinônimo de plena operacionalização do complexo. A função intermodal e aduaneira do TIC depende de um conjunto de condições técnicas, regulatórias e institucionais, como integração entre modais, definição de operadores, instalações aduaneiras e eventual credenciamento perante os órgãos competentes. Os documentos que compõem o corpus indicam que essas condições se encontram em processo de estruturação, sem apresentar

elementos suficientes que confirmem a plena capacidade operacional do terminal no período analisado.

O Grande Lageado é um território periférico de Campo Grande, marcado por processos históricos de expansão urbana, desigualdade socioespacial, precariedade de serviços e disputas pelo uso do espaço, sendo o mesmo território que compreende as instalações do Terminal Intermodal de Cargas.

A presença de uma infraestrutura logística em seu entorno não permite atribuir à Rota Bioceânica todas as transformações sociais, territoriais ou educacionais da região. O empreendimento pode articular-se com dinâmicas preexistentes, intensificá-las, redirecioná-las ou conferir-lhes novos significados, mas essas relações dependem de futuras investigações documentais e empíricas. A distinção entre obra física, capacidade instalada e operação efetiva é fundamental para evitar interpretações causais imprecisas.

A problemática educacional, que se apresenta como eixo central, decorre da possibilidade de que fluxos econômicos, circulação de trabalhadores, valorização do solo, novas expectativas profissionais e diversidade cultural passem a integrar as experiências dos sujeitos que vivem no território do Grande Lageado. A escola pública participa dessas relações não apenas como fornecedora de mão de obra, mas como instituição de direitos, socialização, disputa simbólica e produção de conhecimento.

O objeto deste artigo consiste nas representações institucionais da Rota Bioceânica e do TIC, com atenção aos sentidos atribuídos ao desenvolvimento, ao território, à participação, à educação pública e à interculturalidade. Nesse contexto, o Grande Lageado constitui-se como referência territorial e horizonte de problematização, e não como campo empírico de investigação.

A questão que orienta o texto é: como os documentos institucionais selecionados representam a consolidação da Rota Bioceânica e a operacionalização do Terminal Intermodal de Cargas, bem como quais espaços são atribuídos ao território, à participação comunitária, à educação pública e à interculturalidade no contexto do Grande Lageado? O objetivo deste artigo consiste em analisar as representações institucionais acerca da consolidação da Rota Bioceânica e da operacionalização do Terminal Intermodal de Cargas, identificando os sentidos de desenvolvimento mobilizados pelos documentos e problematizando seus alcances e silêncios em relação ao território, à participação comunitária, à educação pública e à interculturalidade no Grande Lageado.

A relevância social deste estudo está na necessidade de tornar visíveis as populações que vivem no entorno de empreendimentos considerados estratégicos. Sua relevância científica

está na articulação entre internacionalização, território, desigualdade e educação. O artigo não pretende comprovar efeitos demográficos ou escolares, mas elaborar uma interpretação teórico-documental capaz de orientar questões mais rigorosas para a continuidade da pesquisa.

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS: INTERNACIONALIZAÇÃO, INFRAESTRUTURA E TERRITÓRIO

Ianni (1990) observa que a mundialização da economia altera escalas de decisão, formas de regulação e relações entre Estado, mercado e sociedade. Processos transnacionais não eliminam os territórios nacionais e locais; ao contrário, reorganizam-nos de modo desigual. A Rota Bioceânica pode ser compreendida nesse movimento, pois articula decisões internacionais, políticas federais, estaduais e municipais, governos subnacionais, empresas e comunidades situadas.

No campo educacional, Akkari (2011) demonstra que a internacionalização não se restringe à circulação de mercadorias. Ela envolve modelos de gestão, expectativas formativas, padrões de avaliação, discursos de modernização e concepções de desenvolvimento. A tensão entre o global e o local torna-se decisiva quando nos aproximamos de contextos específicos como a região do Grande Lageado, pois agendas produzidas em escalas ampliadas chegam a instituições educacionais concretas, com histórias, desigualdades e práticas próprias em seu território. Assim, a relação entre a Rota Bioceânica e a escola pública não deve ser reduzida à demanda por qualificação profissional, visto que a educação envolve formação humana, direito social e participação pública.

Para Santos (1993), o espaço geográfico é constituído pela articulação entre sistemas de objetos e sistemas de ações. Rodovias, terminais, ferrovias, pátios e estruturas aduaneiras integram sistemas técnicos cujos efeitos dependem dos usos sociais, econômicos e políticos. O TIC não produzirá sozinho, uma nova territorialidade quando estiver em pleno funcionamento; sua inserção dependerá de agentes, normas, investimentos, fluxos e estratégias. A técnica não é neutra: ela favorece determinados ritmos e circuitos que podem aprofundar desigualdades entre lugares e grupos de territórios periféricos, como o Grande Lageado.

Haesbaert (2017, 2024) amplia essa leitura ao compreender o território como relação de poder, apropriação, pertencimento e controle de recursos. A noção de multiterritorialidade permite analisar a coexistência de diferentes redes e vínculos territoriais, sem pressupor que os fluxos globais eliminem identidades locais. Em um corredor internacional, moradores antigos, trabalhadores, empresas, migrantes e usuários transitórios podem estabelecer relações distintas com o mesmo espaço. Territorialização, desterritorialização e

reterritorialização devem, portanto, ser compreendidos como processos articulados e contraditórios.

Essa perspectiva impede que o desenvolvimento seja concebido como resultado automático da infraestrutura. O crescimento da circulação pode gerar oportunidades econômicas, mas também pressões sobre mobilidade, moradia, meio ambiente, serviços públicos, valorização imobiliária e, especificamente, novas necessidades educacionais. A análise territorial precisa indagar quem participa das decisões, quais grupos controlam os novos usos do espaço, como os benefícios são e serão distribuídos e quais custos recaem e recairão sobre as populações locais.

3. ESCOLA PÚBLICA, DESIGUALDADES E DISPUTAS SIMBÓLICAS

A sociologia de Pierre Bourdieu oferece instrumentos para analisar a escola como instituição inserida no campo educacional e atravessada por relações de força presentes no espaço social. O campo educacional possui regras, posições, agentes e formas específicas de capital; uma escola concreta não constitui, isoladamente, um campo autônomo, mas um espaço institucional no qual se manifestam disputas simbólicas, políticas e pedagógicas.

O poder simbólico consiste na capacidade de produzir classificações e significados reconhecidos como legítimos (Bourdieu, 1989). Expressões como progresso, modernização, vocação logística e desenvolvimento regional podem adquirir força de evidência, secundarizando conflitos sociais reais. A análise crítica não exige negar os benefícios econômicos possíveis da implantação da Rota Bioceânica, mas investigar quais definições de desenvolvimento predominam, quais sujeitos as formulam e quais necessidades permanecem invisíveis.

Bourdieu e Passeron (1992) mostram que a instituição escolar pode transformar diferenças sociais e culturais em desigualdades educacionais quando reconhece como universais os códigos dos grupos dominantes. Em contextos de possíveis mudanças territoriais, a valorização exclusiva de competências técnicas, línguas, certificados ou estilos culturais associados aos novos circuitos econômicos pode reforçar assimetrias. Em sentido distinto, a escola pode ampliar repertórios e oportunidades sem desqualificar os conhecimentos comunitários.

O conceito de *habitus* permite evitar uma separação rígida entre estrutura e ação. As disposições incorporadas orientam percepções e práticas, mas podem ser reelaboradas diante de novas experiências (Setton, 2002; Monteiro, 2018). Gestores, professores, estudantes e famílias interpretam o território a partir de trajetórias e posições distintas. Por essa razão, os

sentidos atribuídos à Rota Bioceânica não podem ser deduzidos apenas de documentos governamentais.

A reflexividade científica discutida por Bourdieu (2024) exige que os pesquisadores examinem suas próprias categorias. Impacto, periferia, vulnerabilidade, interculturalidade e desenvolvimento não são termos neutros. Qualquer trabalho científico desenvolvido deve indicar como essas categorias foram construídas, distinguir expectativa de evidência e confrontar interpretações a partir de diferentes fontes.

4. INTERCULTURALIDADE, EXPERIÊNCIA E PRODUÇÃO DE SENTIDOS

A interculturalidade não pode ser reduzida à presença simultânea de indivíduos de origens distintas ou à celebração superficial da diversidade. Candau (2012) propõe compreendê-la como uma perspectiva que reconhece as diferenças culturais, as relações de poder e as desigualdades históricas, buscando construir diálogo, direitos e condições efetivas de participação. Nessa abordagem, a diversidade somente se torna educativa quando a instituição problematiza hierarquias entre conhecimentos, línguas, identidades e modos de vida.

No âmbito escolar, uma perspectiva intercultural crítica requer evitar tanto a assimilação quanto a exotização. O desafio não consiste somente em incluir conteúdos sobre outras culturas, mas em rever práticas curriculares, mecanismos de reconhecimento e relações entre escola, famílias e comunidade, ou seja, questões que impactam diretamente as dinâmicas educacionais. No Grande Lageado, não se pode afirmar que a Rota Bioceânica já tenha produzido novos fluxos migratórios ou conflitos interculturais específicos. Pode-se, contudo, formular questões sobre como a escola responderia à ampliação da circulação de pessoas e de novos repertórios culturais. Nesse sentido, o artigo proposto busca, ainda que de forma implícita, realizar uma projeção com base em leituras e dados apresentados.

A articulação entre interculturalidade, experiência e território permite conceber a escola como espaço de mediação. Ela pode reproduzir hierarquias e silenciamentos ou promover leitura crítica das mudanças, valorização de saberes locais e participação comunitária. Essa possibilidade deve ser investigada por meio da observação direta dos dados, sem atribuir à instituição uma função emancipatória automática.

5. PERCURSO METODOLÓGICO

Essa investigação adota uma abordagem qualitativa, exploratória e documental, fundamentada em revisão bibliográfica e submetida à análise de conteúdo temática, inspirada em Bardin (2016). Sua finalidade é interpretar representações institucionais sobre a Rota Bioceânica e o Terminal Intermodal de Cargas, colocando-as em diálogo com categorias das áreas da educação, da sociologia e da geografia crítica.

> Por meio da pesquisa qualitativa é possível observar, investigar, aprofundar e analisar experiências grupais ou individuais, práticas do cotidiano, relações sociais, comunicações de planos e programas, diferenças regionais nos resultados de políticas sociais ou mesmo investigação de documentos de políticas e programas, sejam eles escritos, imagens, filmes ou outros (Brasil, 2023, p. 10).

A constituição do *corpus* seguiu critérios intencionais de pertinência temática, procedência oficial, diversidade temporal e relação direta com quatro dimensões do objeto de estudo: conclusão física do TIC, governança estadual, planejamento regional e condições de operacionalização do Corredor Bioceânico de Capricórnio. Foram selecionados seis documentos publicados entre os anos de 2020 e 2026, em portais do município de Campo Grande, do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e na SciELO Brasil. O recorte não pretende abranger toda a produção institucional existente, mas acompanhar marcos discursivos relevantes do processo.

Quadro 1 - Corpus documental analisado

Documento	Ano/órgão	Documento	Função no corpus
D1	2020 - Município de Campo Grande	Prefeitura conclui obra do Terminal Intermodal de Campo Grande	Distinguir conclusão da infraestrutura física e operação logística.
D2	2024 - Semadesc/MS	Governo cria comitê estadual para tratar dos desafios e oportunidades de desenvolvimento de MS com a Rota Bioceânica	Examinar governança, transversalidade e reconhecimento de impactos setoriais.
D3	2024 – Borges e Dorsa (2024), Editorial da revista Interações/UCDB.	Editorial - Apresentação do Dossiê III – "O papel da UniRila nos desafios da integração na Rota Bioceânica (Brasil, Paraguai, Argentina e Chile)" – parte 2 Rota Bioceânica e UniRila (Universidades da Rota de Integração Latino Americana): Conhecendo as potencialidades existentes como novos espaços de desenvolvimento e práticas inovadoras	Institucional e acadêmico-institucionalEvidenci ar a institucionalização da cooperação universitária transnacional vinculada à Rota de Integração Latino-Americana (Rila)
D4	2025 - Governo de MS	Rota Bioceânica: Carta de Campo Grande apresenta compromissos com a sustentabilidade e integração	Analisar compromissos públicos, escalas subnacionais e referência à qualidade de vida.

Documento	Ano/órgão	Documento	Função no corpus
D5	2025 - Semadesc/MS	Plano Diretor do Corredor Bioceânico avança e recebe 264 propostas de entidades nacionais e internacionais	Identificar prioridades do planejamento e representações de desenvolvimento.
D6	2026 - Governo de MS	Governo de MS atua para garantir que infraestrutura da Rota Bioceânica atenda às demandas logísticas e comerciais	Verificar situação processual, capacidade instalada, governança e desafios operacionais.

Fonte: elaboração da autora com base no *corpus* da pesquisa (2026).

A análise documental dos materiais públicos considerou que os registros institucionais não reproduzem integralmente a realidade, mas são produzidos em condições políticas e comunicacionais específicas. Conforme o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (Brasil, 2023), no *Manual do Pesquisador – Métodos e Técnicas de Pesquisa Qualitativa*, a pesquisa documental baseia-se em fontes escritas de dados que auxiliam no levantamento de evidências para responder aos objetivos da pesquisa. As notícias oficiais foram tratadas como documentos de posicionamento público, pois selecionam acontecimentos, constroem prioridades e atribuem sentidos ao desenvolvimento. Por isso, o estudo examina tanto os enunciados presentes quanto os temas pouco desenvolvidos ou ausentes.

O tratamento do *corpus* foi inspirado na análise de conteúdo de Bardin (2016) e no *Manual do Pesquisador - Métodos e Técnicas de Pesquisa Qualitativa*, compreendendo as seguintes etapas: a) pré-análise e leitura flutuante; b) identificação de unidades de sentido relacionadas à infraestrutura, ao desenvolvimento, à governança, ao território e à educação; c) codificação temática; d) organização das categorias; e) interpretação em diálogo com o referencial teórico. Quatro categorias orientaram a discussão: infraestrutura e temporalidade; internacionalização e discurso do desenvolvimento; governança e participação; território, educação e interculturalidade.

> Domínios da análise de conteúdo: para Bardin (2016), a análise de conteúdo pode ser aplicada à comunicação escrita ou oral de uma pessoa (um pronunciamento, um discurso de posse, um diário, agenda); à comunicação entre duas pessoas (diálogo) que envolve cartas, respostas a questionamentos, análises e trabalhos escolares; à comunicação de um grupo restrito (ordens de serviço de uma empresa, comunicações, entrevistas de trabalho, conversas em reuniões); e à comunicação de massa: jornais, revistas, anúncios publicitários, cartazes, textos jurídicos, discursos, rádio, televisão, cinema, música (Brasil, 2023, p. 64).

A validade interpretativa foi buscada por meio da comparação entre documentos de diferentes momentos, da explicitação dos limites do corpus e da distinção entre dados documentais e hipóteses de pesquisa.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO: DA OBRA FÍSICA À CONSTRUÇÃO DE UMA CAPACIDADE LOGÍSTICA

O primeiro resultado da análise refere-se à coexistência de diferentes temporalidades no processo de implantação do Terminal Intermodal de Cargas. O documento municipal do ano de 2020 anuncia a conclusão da infraestrutura física do TIC e o apresenta como um equipamento estratégico para a consolidação de Campo Grande como centro logístico regional. Entretanto, a conclusão da obra não corresponde, necessariamente, à sua plena operacionalização enquanto terminal intermodal e aduaneiro. Os documentos institucionais posteriores indicam que a efetivação de sua capacidade logística ainda depende de investimentos complementares, definição de operadores, integração ferroviária, implantação de instalações aduaneiras, credenciamento perante os órgãos competentes e articulação entre diferentes níveis de governo. Desse modo, com base no corpus analisado, é possível afirmar que, em 2026, o TIC ainda não havia alcançado sua plena capacidade operacional prevista, não sendo possível, contudo, excluir a existência de utilizações parciais ou de atividades preparatórias na estrutura.

A leitura articulada dos documentos dos anos de 2020 e 2026 demonstra que a infraestrutura construída representa apenas uma das etapas necessárias à consolidação da sua capacidade logística. Para que o TIC desempenhe plenamente as funções projetadas, são necessários operadores, integração com os diferentes modais de transporte, instalações e procedimentos aduaneiros, regulação, investimentos complementares e coordenação institucional. Portanto, os documentos analisados não autorizam tratar a conclusão física do terminal como evidência de sua plena operação logística ou aduaneira. Segundo o Município de Campo Grande (2020), a estrutura física do Terminal Intermodal foi concluída e apresentada como um dos eixos da estratégia municipal de desenvolvimento logístico.

Os documentos mais recentes descrevem a Rota Bioceânica como um processo em construção. A criação do Comitê Estadual, no ano de 2024, a Carta de Campo Grande, no ano de 2017, e o avanço do Plano Diretor, no ano de 2025, indicam que a infraestrutura é acompanhada por mecanismos de governança e planejamento. Borges e Dorsa (2024) apontam no Editoral da revista *Interações* sobre a criação do UniRila:

> O I Seminário da Rota Bioceânica – Corredor Rodoviário Brasil - Paraguai - Argentina - Chile - Rota Porto Murtinho – Porto Norte do Chile ocorreu em 23 a 25 de outubro de 2017, em Campo Grande, MS. Nesta ocasião, as universidades brasileiras (MS) e estrangeiras representadas pelo Paraguai, Argentina e Chile assinaram um termo de compromisso intitulado "Carta de Campo Grande", instrumento este formalizador do compromisso das IES participantes para atuação acadêmica ao longo do Corredor Bioceânico. (Borges; Dorsa, 2024, p. 2)

Em documento posterior, o Governo de Mato Grosso do Sul (2026) destaca a necessidade de adequações de infraestrutura e de articulações destinadas ao atendimento das demandas logísticas e comerciais da Rota Bioceânica, indicando que a constituição da capacidade operacional permanece como processo em desenvolvimento. Nota-se, portanto, que o discurso institucional ainda diferencia infraestrutura construída e capacidade operacional. Desse modo, não é metodologicamente adequado utilizar a conclusão do TIC no ano de 2020 como prova de que o corredor já tenha produzido transformações diretas no Grande Lageado. Essa constatação converge com Santos (1993, p. 95):

> Com diferença de grau e de intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. O seu tamanho, tipo de atividade, região em que se inserem etc. São elementos de diferenciação, mas em todos elas problemas como os do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde, são genéricos e revelam enormes carências. Quanto maior a cidade, mais visíveis se tornam essas mazelas. Mas essas chagas estão em toda parte. Isso era menos verdade na primeira metade deste século, mas a urbanização corporativa, isto é, empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas, constitui um receptáculo das consequências de uma expansão capitalista devorante dos recursos públicos, uma vez que estes são orientados para os investimentos econômicos, em detrimento dos gastos sociais. (Santos,1993, p.95)

Santos (1993) argumenta que os objetos técnicos somente adquirem eficácia territorial quando integrados a sistemas de ações. Isso posto, o TIC no contexto da Rota Bioceânica no Grande Lageado pode permanecer subutilizado, assumir funções distintas das inicialmente previstas ou integrar circuitos econômicos mais amplos. A análise educacional precisa, portanto, acompanhar usos concretos e não apenas anúncios de infraestrutura.

7. INTERNACIONALIZAÇÃO E DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO

Nos seis documentos abordados nesta pesquisa, a Rota Bioceânica é associada à competitividade, à integração continental, à redução de custos, à atração de investimentos, à ampliação do comércio e à cooperação interinstitucional, à internacionalização universitária e ao desenvolvimento territorial. O vocabulário empregado produz uma representação positiva do corredor como nova fronteira de desenvolvimento. Essa narrativa aproxima-se da dimensão

econômica da internacionalização discutida por Akkari (2011), segundo a qual fluxos globais e agendas de modernização passam a orientar expectativas sobre territórios e instituições.

O Plano Diretor de Campo Grande e os documentos de governança acrescentam sustentabilidade, inovação, saúde, segurança, turismo e qualidade de vida. Observa-se, portanto, uma ampliação do repertório discursivo para além da dimensão logística. Contudo, as medidas descritas permanecem predominantemente voltadas à circulação, às fronteiras, à infraestrutura e à eficiência operacional. As dimensões sociais aparecem como áreas que devem se preparar para o corredor, e não como ponto de partida para definição do próprio projeto de desenvolvimento.

Em termos bourdieusianos, a ideia de progresso associada à Rota Bioceânica de Capricórnio opera como uma forma de poder simbólico quando se apresenta como interesse geral e naturaliza determinadas prioridades. A função crítica da pesquisa consiste em tornar visíveis as escolhas contidas nessa narrativa: quais investimentos são considerados urgentes, quais grupos participam do planejamento e como os custos e benefícios podem ser territorialmente distribuídos. O documento institucional não deve ser rejeitado, mas situado como produção interessada de sentido.

A abordagem territorial de Santos (1993) e Haesbaert (2017) permite compreender que o aumento dos fluxos não beneficia todos os lugares de maneira equivalente. Uma região periférica próxima a equipamentos logísticos pode receber novos investimentos e oportunidades, mas também enfrentar tráfego, valorização fundiária, conflitos de uso, barreiras urbanas e pressão sobre serviços. Tais possibilidades não constituem resultados comprovados no Grande Lageado, mas são dimensões que o discurso desenvolvimentista tende a tratar de forma menos detalhada e que devem orientar futuras pesquisas empíricas.

8. GOVERNANÇA, PARTICIPAÇÃO E OS SILÊNCIOS SOBRE O TERRITÓRIO LOCAL

A criação do Comitê Estadual da Rota Bioceânica, instituído pelo Decreto nº 16.366, em Mato Grosso do Sul - CEG-ROTA evidencia um avanço institucional pois reconhece a necessidade de articulação transversal e inclui áreas como educação, assistência social, saúde e segurança. A Carta de Campo Grande (2017), documento oficial assinado por governadores e autoridades do Brasil, Paraguai, Argentina e Chile, que formaliza compromissos relacionados à integração regional, ao desenvolvimento sustentável e à governança da Rota Bioceânica, também destaca que os efeitos do corredor se materializam nas cidades, onde vivem as

populações. Esses elementos indicam que o planejamento não está limitado formalmente ao transporte de cargas.

Entretanto, o *corpus* apresenta poucas informações sobre os mecanismos concretos de participação de comunidades periféricas, escolas, famílias e organizações territoriais. A presença de entidades da sociedade civil em estruturas de governança não demonstra, por si só, que moradores do Grande Lageado tenham participado nas decisões ou conheçam as iniciativas relacionadas ao Terminal Intermodal de Cargas. Também não foram encontrados, no *corpus* delimitado, diagnósticos específicos sobre educação, mobilidade cotidiana, moradia ou vulnerabilidade socioambiental no entorno do terminal, considerando os impactos da implantação da Rota Bioceânica no Grande Lageado.

O silêncio documental não comprova a inexistência de políticas, mas revela uma lacuna no material analisado. A pesquisa documental deve distinguir ausência no *corpus* de ausência na realidade. Ainda assim, essa lacuna é analiticamente relevante pois evidencia que a comunicação institucional privilegia as escalas estadual e internacional, enquanto o cotidiano de territórios intraurbanos aparece de modo genérico, ou seja, necessidades e contextos periféricos silenciados neste processo de desenvolvimento.

9. EDUCAÇÃO E INTERCULTURALIDADE: QUESTÕES DE PESQUISA, NÃO EFEITOS COMPROVADOS

Mesmo com a criação da UniRila, em 2017, e a instauração da Rede Universitária vinculada à implantação do Corredor Bioceânico, cujo objetivo foi fomentar ações articuladas de ensino, pesquisa e extensão, fortalecendo os vínculos institucionais entre as universidades situadas nos territórios abrangidos pela rota, a educação básica aparece de forma periférica nos documentos analisados. Embora essa articulação busque ampliar o conhecimento sobre as diferentes realidades locais e regionais, bem como identificar possibilidades de cooperação acadêmica e científica entre as instituições participantes, a cooperação universitária apresenta maior visibilidade institucional. Em contrapartida, políticas e investimentos direcionados à educação básica pública nos territórios atravessados pela rota não recebem a mesma centralidade no *corpus* analisado.

No *corpus* documental analisado, a criação da UniRila demonstra que o processo de integração promovido pelo Corredor Bioceânico não se restringe às dimensões econômica, logística e infraestrutural. A Rede introduz uma dimensão acadêmica e socioterritorial no processo de integração regional, ao reconhecer as universidades como instituições estratégicas para a produção de conhecimentos, a formação de redes internacionais e a compreensão das

transformações sociais, culturais, educacionais e econômicas decorrentes da implantação da rota.

Entretanto, embora essa articulação institucional englobe discussões relacionadas à educação, à pesquisa, à extensão e à mobilidade acadêmica, o corpus não evidencia a incorporação da educação pública dos países envolvidos como dimensão central do planejamento e dos investimentos associados ao empreendimento da Rota Bioceânica. A educação aparece predominantemente vinculada à cooperação entre instituições de ensino superior, sem que sejam explicitadas, com a mesma ênfase, políticas, recursos e estratégias destinados ao fortalecimento dos sistemas públicos de educação básica presentes nos territórios atravessados pela rota.

Essa lacuna permite problematizar em que medida um projeto de integração regional de grande magnitude pode promover desenvolvimento social e territorial sem reconhecer a educação pública como investimento estruturante e condição fundamental para a redução das desigualdades, a formação das populações locais e sua participação efetiva nas oportunidades produzidas pelo Corredor Bioceânico.

No ano de 2024, a UniRila integra as áreas representadas no comitê estadual; em 2026, ela é mencionada juntamente com comunicação e qualificação como parte dos desafios da operação. Não se identificam, contudo, medidas detalhadas sobre financiamento escolar, infraestrutura educacional, formação de professores, acolhimento linguístico ou participação de escolas públicas localizadas em territórios relacionados ao corredor.

Essa presença marginal contrasta com a centralidade que a educação pode assumir na mediação das mudanças territoriais. A escola pública é atravessada por expectativas de trabalho, mobilidade familiar, desigualdades de capital cultural e disputas em torno dos currículos. Ela pode ser pressionada a se adaptar a demandas econômicas sem que sejam garantidas condições materiais ou participação dos sujeitos escolares. Também pode desenvolver práticas críticas que articulem conhecimento local, integração regional e direito à cidade, influenciando diretamente em suas dinâmicas educacionais.

A interculturalidade deve ser tratada com especial cautela nesta perspectiva. A circulação internacional não permite presumir que o contexto da escola pública na região do Grande Lageado já esteja recebendo novos grupos nacionais ou vivencie conflitos linguísticos decorrentes da Rota Bioceânica, embora seja efetiva a influência de migrantes e imigrantes nos contextos da escola pública em Campo Grande, o *corpus* selecionado não apresentou políticas educacionais locais específicas de acolhimento e integração relacionadas à Rota Bioceânica, percebendo-se a ausência de políticas educacionais locais de integração.

É necessário considerar que essa relação precisa ser demonstrada oficialmente por meio de pesquisas empíricas. O que o *corpus* permite formular são perguntas: quais línguas e culturas ganham visibilidade no discurso da integração? Como moradores interpretam a chegada de novos fluxos? A escola reconhece saberes comunitários? Há recursos para acolher diversidade e combater desigualdades?

Nesse sentido, a etapa teórico-documental desenvolvida cumpre a função de delimitação epistemológica. Ela substitui afirmações antecipadas de impacto por hipóteses verificáveis, oferecendo o suporte conceitual fundamental para estruturar o desenho metodológico desta pesquisa.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo analisou como documentos institucionais publicados entre os anos de 2020 e 2026 representam a consolidação da Rota Bioceânica e a operacionalização do Terminal Intermodal de Cargas, problematizando questões territoriais e educacionais no contexto do Grande Lageado. A leitura do *corpus* mostrou que o processo combina temporalidades distintas: a infraestrutura física do TIC foi considerada concluída, mas a capacidade logística do terminal e a plena operação do corredor dependem de governança, investimentos, regulação, estruturas aduaneiras e integração entre modais.

Os documentos constroem a Rota Bioceânica como vetor de competitividade, integração e desenvolvimento. Embora incorporem referências à sustentabilidade, qualidade de vida e políticas setoriais, priorizam notoriamente infraestrutura, comércio e eficiência operacional. As condições específicas de territórios urbanos periféricos, a participação comunitária e as políticas educacionais são abordadas de forma limitada nos documentos analisados.

Não há base documental para afirmar efeitos diretos da Rota Bioceânica ou do Terminal Intermodal de Cargas sobre o contexto das dinâmicas educacionais da escola pública, de mudanças demográficas no Grande Lageado ou conflitos interculturais já estabelecidos. Tais afirmações exigiriam dados empíricos e fontes locais. A contribuição deste recorte consiste justamente em delimitar aquilo que pode e o que não pode ser sustentado nesta etapa da investigação.

A análise permite concluir que a relação entre logística, território e educação constitui um problema científico pertinente, desde que seja tratada sem determinismo. A escola pública pode ser atravessada por novas expectativas profissionais, fluxos culturais e disputas simbólicas, contudo, também pode atuar como espaço de leitura crítica, participação social e valorização de saberes locais.

Para a continuidade do estudo, é necessário ampliar o *corpus* com legislação urbana, planos municipais, dados demográficos e educacionais, documentos escolares e registros comunitários; realizar a etapa de campo em conformidade com os procedimentos éticos aplicáveis; e confrontar o discurso institucional com as experiências de gestores, professores, estudantes, famílias e lideranças locais. Somente essa triangulação permitirá avaliar como a reorganização logística é vivida no Grande Lageado e quais efeitos educacionais efetivamente são produzidos.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e aos autores deste artigo e suas trajetórias:

REFERÊNCIAS

AKKARI, Abdeljalil. **Internacionalização das políticas educacionais:** transformações e desafios. Petrópolis: Vozes, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BORGES, Pedro Pereira; DORSA, Arlinda Cantero. Apresentação do Dossiê III – "O papel da UniRila nos desafios da integração na Rota Bioceânica (Brasil, Paraguai, Argentina e Chile)": Rota Bioceânica e UniRila (Universidades da Rota de Integração Latino Americana): Conhecendo as potencialidades existentes como novos espaços de desenvolvimento e práticas inovadoras. **Editorial Interações,** Campo Grande, p. 1-5, Janeiro-Março 2024. DOI https://doi.org/10.20435/inter.v25i1.4453. Disponível em: https://www.scielo.br/j/inter/a/ydtKK9WymKHQw4kwvsQRsnf/?lang=pt. Acesso em: 27 jun. 2026.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Retorno à reflexividade.** Tradução de Thomaz Kawauche. São Paulo: Editora Unesp, 2024.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução de Reynaldo Bairão. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Manual do pesquisador:** métodos e técnicas de pesquisa qualitativa. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2023.Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagicad/pesquisas/documentos/relatorio/relatorio_276.pdf. Acesso em: 27 jun. 2026.

CAMPO GRANDE (MS). Prefeitura conclui obra do terminal intermodal de Campo Grande. **CGNotícias,** Campo Grande, 9 dez. 2020**.** Disponível em: https://www.campogrande.ms.gov.br/cgnoticias/?p=63159. Acesso em: 21 jun. 2026.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. **Educação & Sociedade,** Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250, jan./mar. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/QL9nWPmwbhP8B4QdN8yt5xg/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 21 jun. 2026.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos.** São Paulo: Contexto, 2017.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2024.

IANNI, Octavio. **A crise de paradigmas em sociologia.** Campinas: Departamento de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1990.

MATO GROSSO DO SUL. Governo do Estado. Rota Bioceânica: Carta de Campo Grande apresenta compromissos com a sustentabilidade e integração. **Agência de Notícias do Governo de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 20 fev. 2025.** Disponível em: https://agenciadenoticias.ms.gov.br/rota-bioceanica-carta-de-campo-grande-apresenta-compromissos-com-o-desenvolvimento-sustentavel/. Acesso em: 21 jun. 2026.

MATO GROSSO DO SUL. Governo do Estado. Governo de MS atua para garantir que infraestrutura da Rota Bioceânica atenda às demandas logísticas e comerciais. **Agência de Notícias do Governo de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 14 abr. 2026.** Disponível em: https://agenciadenoticias.ms.gov.br/governo-de-ms-atua-para-garantir-que-infraestrutura-da-rota-bioceanica-atenda-as-demandas-logisticas-e-comerciais/. Acesso em: 21 jun. 2026.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação. **Governo cria comitê estadual para tratar dos desafios e oportunidades de desenvolvimento de MS com a Rota Bioceânica.** SEMADESC, Campo Grande, 17 jan. 2024. Disponível em: https://www.semadesc.ms.gov.br/governo-cria-comite-estadual-para-tratar-dos-desafios-e-oportunidades-de-desenvolvimento-de-ms-com-a-rota-bioceanica/. Acesso em: 21 jun. 2026.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação. **Plano Diretor do Corredor Bioceânico avança e recebe 264 propostas de entidades nacionais e internacionais**. SEMADESC, Campo Grande, 6 nov. 2025. Disponível em: https://www.semadesc.ms.gov.br/plano-diretor-do-corredor-bioceanico-avanca-e-recebe-246-propostas-de-entidades-nacionais-e-internacionais/. Acesso em: 21 jun. 2026.

MONTEIRO, José Marciano. **10 lições sobre Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2018.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 60-70, jan./jun. 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/mSxXfdBBqqhYyw4mmn5m8pw/?lang=pt. Acesso em: 11 jun. 2026.

SILVA, Eronildo Barbosa da. Raízes históricas do corredor bioceânico Campo Grande aos portos do Chile. *In:* SILVA, Eronildo Barbosa da *et al*. **Corredor Bioceânico Ligando o Brasil aos portos do Norte do Chile**. Campo Grande, MS: Life Editora, 2024. Disponível em:

https://vanderloubet.com.br/hotpage/rotabioceanica/livro-corredor-bioceanico-ufms.pdf. Acesso em: 12 jun. 2026.

CAPÍTULO XXVI

INTERNACIONALIZAÇÃO DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO: A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS PARA IMIGRANTES E REFUGIADOS

SOCIAL SECURITY'S LAW INTERNALIZATION: THE CONCESSION OF SOCIAL SECURITY BENEFITS TO IMMIGRANTS AND REFUGEES

DOI: 10.51859/amplla.mig854.1126-26

Karla Tamirys de Jesus Costa
Nicole Moraes Nogueira
Sophia Gregório Barbosa de Campos
Viviana Fernanda Gama Martins

RESUMO

Este artigo analisa, pelo método dedutivo, a concessão de benefícios previdenciários a refugiados e imigrantes no Brasil, utilizando-se de revisão bibliográfica e estatística, com objetivo geral de examinar a eficácia e aplicabilidade da legislação nacional e internacional para a garantia de benefícios a esses indivíduos. Os objetivos específicos são: diferenciar o tratamento jurídico entre migrantes, refugiados e nativos; mapear requisitos para a concessão destes auxílios e contextualizar a internacionalização do Direito Previdenciário. Como resultado, conclui-se que a realidade cotidiana destes indivíduos apresenta muitas barreiras e que o acesso à proteção social é um privilégio distante em vez de um direito real.
Palavras-chave: Direito Internacional, Direito Previdenciário, Refúgio, Imigrantes, Benefícios Previdenciários

ABSTRACT

This article analyzes, through the deductive method, the granting of social security benefits to refugees and immigrants in Brazil. It uses a bibliographical and statistical review with the general objective of examining the national and international law's efficacy and applicability, seeking to guarantee these individuals the access to these benefits. The specific objectives are: to differentiate the legal treatment offered to migrants, refugees and natives; outline requirements to grant these benefits and to contextualize the internalization of the social security law. As a result, it becomes clear that the everyday reality of these individuals is fulfilled with plenty of barriers and that the access to social protection is a long distance privilege instead of a real one.
Keywords: International Law, Social Security Law, Refuge, Immigrants, Social Security Benefits

1. INTRODUÇÃO

A universalização dos direitos humanos, consolidada no pós-Segunda Guerra Mundial, redefiniu o indivíduo como sujeito de direito global, fundamentando a proteção de migrantes e refugiados no princípio da primazia da pessoa humana. No ordenamento jurídico brasileiro, essa proteção é solidificada pelo Artigo 5º, *caput*, da Constituição Federal de 1988 (Brasil,

1988), que estende direitos fundamentais aos estrangeiros residentes, e pelo Artigo 203, inciso V, que assegura assistência social aos hipossuficientes.

Esse arcabouço é reforçado pela Lei de Migração - Lei nº 13.445/2017 (Brasil, 2017) -, pautada na não discriminação, e pela Lei do Refúgio - Lei nº 9.474/1997 – (Brasil, 1997), cujos Artigos 5º e 6º garantem o direito à documentação essencial para a inserção socioeconômica. No plano internacional, o princípio do *non-refoulement*, positivado no Artigo 33 da Convenção de 1951, e a Opinião Consultiva OC-18/03 da Corte Interamericana de Direitos Humanos impõem limites à soberania estatal em prol da igualdade material.

Apesar da previsão legal de acesso aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social através da Lei nº 8.213/1991 (Brasil, 1991), a efetivação desses direitos ainda esbarra em obstáculos operacionais e burocráticos, exigindo que o Estado promova mecanismos práticos para superar o "labirinto documental" e garantir o mínimo existencial. Por fim, para a presente pesquisa, adotou-se a metodologia dedutiva, descritiva, bibliográfica e qualitativa por se mostrar adequada à obtenção de resultados significativos e à promoção de uma discussão aprofundada sobre a temática em questão.

2. DIGNIDADE HUMANA NO REFÚGIO E NA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DISTINÇÃO JURÍDICA, PRINCÍPIO DA IGUALDADE E MARCOS DE PROTEÇÃO SOCIAL

A premissa da universalidade dos direitos humanos, consolidada no período após a Segunda Guerra Mundial, redefine o papel do indivíduo no cenário global, alçando-o à condição de sujeito de direito independentemente de seu vínculo de nacionalidade. Como leciona Flávia Piovesan (1996, p. 01),

> [...] (A universalização e a internacionalização) adotando o valor da primazia da pessoa humana, esses sistemas se complementam, interagindo com o sistema nacional de proteção, a fim de proporcionar a maior efetividade possível na tutela e promoção de direitos fundamentais. (Piovesan, 1996, p. 01)

Sob essa ótica, tanto imigrantes quanto refugiados são detentores de mínimas garantias que não podem ser mitigadas por conveniências políticas ou fronteiriças. A condição jurídica de “estrangeiro" não anula a condição de ser humano.

Ainda mais, o princípio da não discriminação atua como o vetor da igualdade. No plano internacional, veda-se a diferenciação no tratamento de nacionais e não nacionais no que tange aos direitos civis e sociais básicos.

Assim, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CorteIDH), em sua Opinião Consultiva OC-18/03, fixou o entendimento de que o princípio da igualdade e não discriminação

possui o status de *jus cogens*, ou seja, "[s]e sobreviver uma nova norma imperativa de Direito Internacional geral, qualquer tratado existente que estiver em conflito com essa norma torna-se nulo e extingue-se" (Corte Interramericana de Direitos Humanos, 2003), o que vincula os Estados independentemente de sua adesão formal a tratados específicos.

Desta forma, quaisquer distinções legais promovidas pelo direito interno entre nacionais, migrantes e refugiados devem passar pela análise da proporcionalidade e da razoabilidade, sendo nula a exclusão baseada puramente no "status" migratório.

Ademais, outro aspecto importante é a seguridade social. Essa é compreendida de forma tripartite pela saúde, assistência e previdência, ampara-se no princípio da solidariedade e constitui vertente essencial do mínimo existencial. No plano nacional, a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) consagra a igualdade em seu artigo 5º, *caput*, estendendo os direitos fundamentais aos "estrangeiros residentes no país".

Por conseguinte, o Supremo Tribunal Federal (STF) (Brasil, STF, 2017) determinou que "Os estrangeiros residentes no país são beneficiários da assistência social prevista no artigo 203, inciso V, da Constituição Federal, uma vez atendidos os requisitos constitucionais e legais".

Tal garantia abrange os direitos sociais, vedando a exclusão de migrantes, ainda que sem documentos, do acesso universal à saúde no Sistema Único de Saúde (SUS) e à assistência social. A proteção social deixa de ser um benefício estatal para se consolidar como obrigação jurídica de direitos humanos.

O cerne da proteção ao refugiado reside no princípio do *non-refoulement* (não devolução), positivado no artigo 33 da Convenção de 1951. Este princípio proíbe os Estados de expulsarem ou devolverem um refugiado para as fronteiras de territórios onde sua vida ou liberdade corra risco.

Assim, o *non-refoulement* impõe uma limitação explícita à soberania estatal no controle de suas fronteiras, impedindo que a rejeição na entrada resulte em flagrante violação ao direito à vida e à integridade física do solicitante de refúgio.

Ademais, para garantir efetivamente na prática a concretização dos direitos do refugiados e imigrantes no Brasil, utiliza-se diversos diplomas internacionais que funcionam como parâmetros hermenêuticos para o legislador nacional, obrigando o Estado brasileiro a compatibilizar suas políticas públicas de assistência e previdência social com os compromissos assumidos na ordem externa.

Dentre eles, pode-se citar a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) de 1966 e as Convenções nº 97 e nº 118 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Enquanto a DUDH e o PIDESC asseguram o direito à segurança social e a um padrão de vida minimamente adequado a todo ser humano, vedando discriminações baseadas em nacionalidade ou status migratório, os diplomas da OIT atuam na esfera laboral e previdenciária para diminuir as condições de vulnerabilidade de migrantes e refugiados frente ao mercado de trabalho.

Logo, esse conjunto de definições funciona como um bloco de constitucionalidade internacional que vincula os Estados signatários e serve de vetor para que o legislador brasileiro integre essas populações vulneráveis às políticas públicas nacionais de assistência social.

3. ASPECTOS LEGAIS, HUMANIZAÇÃO E ADVERSIDADES PRÁTICAS PARA A INCLUSÃO DE REFUGIADOS NO ÂMBITO PREVIDENCIÁRIO

Como já supramencionado, a condição ontológica do ser humano sobressai-se à juridicização do refugiado, ou seja, possui este direitos, como nativos, à seguridade social no geral, priorizando-se para os termos deste artigo a assistência previdenciária. Assim, compreendendo o princípio da dignidade humana como principal norteador e protetor dos refugiados no âmbito do Direito Internacional, é de extrema validade assimilar também as adversidades que acometem a concretização de tal conceito no âmbito do acesso à previdência.

Interpretando-se a Lei 9.474/1997 - Lei do Refúgio – (Brasil, 1997) sob a ótica sistemática e teleológica, conclui-se que o legislador ordinário objetivou, sob a égide dos Tratados Internacionais aderidos pela Nação, a inclusão e integração humanística dos refugiados ao sistema governamental e social brasileiro em sua generalidade. Visto que, especificamente em seus artigos 5º e 6º, a legislação prevê a obrigação dos migrantes forçados a submeterem-se ao ordenamento jurídico nacional, assim como seu direito à documentação que os permita ter acesso a diversos recursos sócio-jurídicos essenciais ao bem-estar e à digna convivência em sociedade.

Nesse tocante, depreende-se com facilidade que é direito dos refugiados o acesso a benefícios previdenciários, assim como o é para o resto da população.

Contudo, consoante a legislação supramencionada (Brasil, 1997), sabe-se que o refúgio, em sua condição de migração forçada, acomete aqueles que, dentre outros, “devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas (...)”, deixam seu país de origem. Ou seja, deixando essas pessoas suas casas

forçosamente, encontram elas em seu país de destino barreiras diversas, como sociais, linguísticas e legais.

No Brasil, a Previdência Social objetiva “garantir a renda do trabalhador, mediante uma contribuição mensal, quando estiver incapacitado de exercer sua profissão ou no período da aposentadoria.” (Brasil, 2024).

E, para acessá-la, necessita o beneficiário, na grande maioria dos casos, preencher três principais requisitos: a qualidade de segurado - possuir vínculo com o Regime Geral de Previdência Social - a carência - contribuição mínima para necessária para o benefício que pleiteia - e a comprovação do risco ou situação social em que se encontra - fato ensejador para o recebimento do benefício solicitado (Barroso, 2025).

Um refugiado, ao adentrar no território brasileiro, geralmente o faz de maneira irregular, sem documentação adequada, e necessita encontrar meios de sobreviver e se adequar à cultura do país no qual busca refúgio. Escassas as oportunidades de trabalho - apenas aproximados 0,06% dos solicitantes de refúgio atendidos no segundo semestre de 2025 tiveram acesso a algum tipo de oportunidade de emprego formal (ACNUR, 2025) -, não é incomum que permaneçam em situações precárias e em necessidade crítica de auxílio social / governamental.

Ante o exposto, entende-se que é dessa forma que a Internacionalização do Direito Previdenciário, através de Acordos Internacionais bilaterais e multilaterais, demonstra-se como uma medida eficaz e indispensável para minimizar a exclusão sócio-econômica de migrantes, forçados ou não, em seu país de destino e mais especificamente, considerando o caso em tela, no Brasil.

Ora, considerando-se a ausência de possibilidades fáticas e facilitadas de transferência e computação do tempo de contribuição de países alternativos no país de acolhimento, os mencionados Tratados exercem um papel fundamental de ponte jurídica atuando na não exclusão total de direitos adquiridos no país de origem dos refugiados (Balera, 2022).

Torna-se evidente, portanto, que grande parte do desafio hermenêutico e político da atualidade repousa na necessidade de expansão e flexibilização dos mencionados Acordos, visto que a doutrina de Direito Internacional dos Refugiados e Migrante defende que os sistemas previdenciários internos devem criar mecanismos de "ajuste humanitário" para mitigar a ausência de reciprocidade formal com determinados Estados estrangeiros (Ramos, 2022).

Diante do exposto, conclui-se que é essencial enfocar a realidade dogmática e operacional do ordenamento jurídico interno, a fim de compreender como a mencionada proteção materializa-se na prática cotidiana do Estado receptor.

4. A PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE IMIGRANTES E REFUGIADOS NO BRASIL

A proteção previdenciária de imigrantes e refugiados no Brasil deve ser compreendida a partir da articulação entre o direito constitucional brasileiro, a legislação migratória e o sistema de seguridade social. A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) estabelece a dignidade da pessoa humana como fundamento da República e assegura direitos fundamentais aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, além de reconhecer a previdência social como direito social. Desse modo, a condição de nacionalidade não deve ser utilizada como critério de exclusão automática do acesso à proteção previdenciária, sobretudo quando o indivíduo exerce atividade laboral, contribui para o sistema e preenche os requisitos legalmente exigidos para a concessão do benefício.

No campo migratório, a Lei nº 13.445/2017 (Brasil, 2017) representa importante avanço em relação à proteção jurídica da pessoa migrante, pois adota uma perspectiva fundada nos direitos humanos, na igualdade de tratamento e na não discriminação. A referida legislação reconhece o imigrante como pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil, prevendo princípios e diretrizes voltados à inclusão social, laboral e produtiva do migrante. Nesse sentido, a proteção previdenciária deve ser interpretada em harmonia com a Lei de Migração, pois o acesso ao trabalho formal e aos serviços públicos constitui pressuposto essencial para que o migrante possa integrar-se ao sistema de proteção social brasileiro.

Quanto aos refugiados, a Lei nº 9.474/1997 (Brasil, 1997) assegura a proteção específica daqueles que se encontram em situação de perseguição ou grave violação de direitos humanos, reconhecendo-lhes condição jurídica própria no território nacional. A legislação brasileira garante ao refugiado o direito à documentação, inclusive cédula de identidade, carteira de trabalho e documento de viagem, elementos indispensáveis para sua inserção social e laboral. A possibilidade de obtenção de documentação civil e trabalhista é aspecto relevante para a efetivação dos direitos previdenciários, uma vez que o acesso ao emprego formal, à inscrição previdenciária e ao registro de contribuições depende, em grande parte, da regularização documental do indivíduo.

A previdência social brasileira, no âmbito do Regime Geral de Previdência Social, possui caráter contributivo e filiação obrigatória para aqueles que exercem atividade remunerada abrangida pelo sistema. Assim, o ponto central para a proteção previdenciária de imigrantes e refugiados não é a nacionalidade, mas a existência de filiação ao regime, o recolhimento de contribuições, a manutenção da qualidade de segurado e o cumprimento dos demais requisitos legais. A Lei nº 8.213/1991 (Brasil, 1991) disciplina os benefícios da previdência social e estabelece critérios de acesso aplicáveis aos segurados em geral, sem criar distinção excludente baseada exclusivamente na origem nacional do trabalhador.

Nesse contexto, imigrantes e refugiados que trabalham no Brasil podem ser enquadrados nas categorias de segurados obrigatórios, como empregados, empregados domésticos, trabalhadores avulsos, contribuintes individuais e segurados especiais, conforme a atividade exercida. Também é possível a filiação como segurado facultativo, nos casos em que a pessoa não exerce atividade remunerada obrigatoriamente vinculada ao Regime Geral de Previdência Social, mas deseja contribuir para fins de proteção previdenciária. A filiação, portanto, funciona como instrumento de inclusão social, pois permite que pessoas em situação migratória regular, refugiados reconhecidos e solicitantes de refúgio inseridos no mercado de trabalho tenham acesso à cobertura previdenciária, desde que observados os requisitos legais aplicáveis a cada benefício (Brasil, 1999; INSS, 2023).

Apesar da previsão jurídica de proteção, a efetivação dos direitos previdenciários de imigrantes e refugiados ainda enfrenta obstáculos práticos. Entre as dificuldades mais recorrentes, destacam-se a barreira linguística, o desconhecimento sobre o funcionamento do sistema previdenciário, a informalidade nas relações de trabalho, a ausência ou insuficiência de documentos, a dificuldade de comprovar vínculos laborais e contribuições, bem como a vulnerabilidade econômica e social que atinge parte significativa dessa população. Tais obstáculos demonstram que o reconhecimento formal de direitos não é suficiente para garantir sua efetividade, sendo necessário que o Estado desenvolva mecanismos de informação, acolhimento, orientação e simplificação do acesso aos serviços previdenciários.

Portanto, a proteção previdenciária de imigrantes e refugiados no Brasil revela a incidência concreta do princípio da igualdade material. A previdência social, enquanto dimensão da seguridade social, não pode ser compreendida apenas como um sistema de prestações econômicas, mas como instrumento de proteção da pessoa diante de riscos sociais, como idade avançada, incapacidade, maternidade, prisão do segurado e morte. Dessa forma, assegurar o acesso de imigrantes e refugiados aos benefícios previdenciários, quando preenchidos os requisitos legais, significa reafirmar o compromisso constitucional e

internacional do Estado brasileiro com a dignidade humana, a não discriminação e a universalização da proteção social.

5. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS ACESSÍVEIS A IMIGRANTES E REFUGIADOS

Os benefícios previdenciários acessíveis a imigrantes e refugiados no Brasil são aqueles previstos aos segurados do Regime Geral de Previdência Social, desde que preenchidos os requisitos legais de cada prestação. A legislação brasileira não estabelece, como regra geral, impedimento baseado exclusivamente na nacionalidade, de modo que, uma vez filiados ao sistema e cumpridas as exigências legais, imigrantes e refugiados podem requerer os mesmos benefícios assegurados aos demais segurados, em observância aos princípios da igualdade, da dignidade da pessoa humana e da não discriminação (Brasil, 1988; Brasil, 1991).

Entre os principais benefícios previdenciários, destacam-se as aposentadorias, os benefícios por incapacidade, o salário-maternidade, a pensão por morte e o auxílio-reclusão. As aposentadorias dependem da comprovação da filiação ao Regime Geral de Previdência Social, das contribuições realizadas no Brasil e do cumprimento dos requisitos de idade, tempo de contribuição e carência, conforme a modalidade aplicável, podendo haver relevância de acordos internacionais de previdência social em situações específicas (Brasil, 1991).

Os benefícios por incapacidade também podem ser acessados por imigrantes e refugiados segurados, desde que comprovada a incapacidade laboral, além da qualidade de segurado e da carência, quando exigida. O auxílio por incapacidade temporária é devido quando a incapacidade impede o trabalho por período superior ao previsto em lei, enquanto a aposentadoria por incapacidade permanente se aplica aos casos em que não há possibilidade de reabilitação para atividade que garanta a subsistência (Brasil, 1991; INSS, 2023).

O salário-maternidade protege a segurada em razão do nascimento de filho, adoção, guarda judicial para fins de adoção ou outras hipóteses legais, dependendo da categoria de segurada e dos requisitos de filiação, contribuição e carência, quando cabíveis. Já a pensão por morte pode ser concedida aos dependentes de segurado imigrante ou refugiado, desde que demonstrados o óbito, a qualidade de segurado do instituidor e a condição de dependente do requerente (Brasil, 1991).

O auxílio-reclusão, por sua vez, destina-se aos dependentes do segurado de baixa renda recolhido à prisão, observados os critérios legais. Sua finalidade não é beneficiar diretamente a pessoa presa, mas proteger seus dependentes diante da perda da renda familiar, aplicando-se

aos imigrantes e refugiados os mesmos requisitos exigidos dos demais segurados (Brasil, 1991).

Diferenciam-se, contudo, os benefícios previdenciários dos assistenciais. Enquanto os primeiros dependem, em regra, de filiação e contribuição ao Regime Geral de Previdência Social, os assistenciais decorrem da política de assistência social e destinam-se à proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade, independentemente de contribuição prévia.

Assim, o acesso de imigrantes e refugiados aos benefícios previdenciários não constitui privilégio, mas consequência de sua vinculação ao sistema brasileiro de proteção social. O exercício de atividade remunerada, a contribuição previdenciária e o cumprimento dos requisitos legais geram legítima expectativa de proteção diante dos riscos sociais cobertos pela previdência, concretizando os princípios constitucionais da igualdade e da dignidade humana (Brasil, 1988; Brasil, 1991).

6. OBSTÁCULOS PRÁTICOS PARA A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

No Brasil, o direito à Previdência Social é garantido tanto por tratados internacionais quanto pela nossa própria Lei de Migração, que estabelece que estrangeiros e brasileiros devem ser tratados com igualdade no acesso à seguridade social. Isso significa que qualquer imigrante ou refugiado tem o direito de contribuir e receber benefícios previdenciários e assistenciais, algo que é fundamental para garantir o sustento básico e a dignidade humana. No entanto, entre o que diz a lei e o que acontece nos balcões das agências previdenciárias, existe uma distância enorme marcada por barreiras que tornam esses direitos quase invisíveis para quem vem de fora.

O maior problema é que o sistema previdenciário brasileiro não está preparado para lidar com as particularidades dessas pessoas. Muitas vezes, os sistemas implementados pelo governo são rígidos e não aceitam nomes estrangeiros ou documentos provisórios, criando erros que travam os pedidos por meses. Além disso, os funcionários das agências muitas vezes desconhecem as leis de migração e acabam recusando o atendimento por acharem que estrangeiros não têm direito a benefícios assistenciais públicos.

Como exemplo dessa dificuldade, pode-se citar a pandemia, ocasião em que muitos refugiados ficaram sem o Auxílio Emergencial simplesmente porque não tinham orientação ou os documentos específicos exigidos, como o CPF regularizado, conforme demonstra Carvalho e Pompeu (2020, p. 413).

> Foi com base nessa problemática que a Defensoria Pública da União (DPU) ajuizou Ação Civil Pública de n. 5007915- 28.2020.4.03.6100, com pedido liminar, em face do Banco Central e da Caixa Econômica Federal, para que seja garantido aos refugiados, o pagamento do auxílio emergencial, independentemente da situação migratória e de documentação com validade expirada. Segundo a DPU, uma quantidade significativa de refugiados está potencialmente impedida de acesso ao benefício por questões puramente operacionais, derivadas da insuficiente normatização e implantação da política pela parte ré. Na ação, a DPU esclarece que a referida verba tem caráter assistencial e enquadra-se como direito fundamental, ante seu papel na segurança alimentar e saúde da população. A ação encontra-se em trâmite na 9ª Vara Cível Federal de São Paulo. O pedido de antecipação de tutela formulado pela DPU foi indeferido por este juízo, sob o fundamento de possível lesão à ordem econômica, e atraso no pagamento do benefício. (Carvalho; Pompeu, 2020, p. 413)

Essa falta de preparo do Estado gera o que se chama de "labirinto documental", onde a pessoa precisa de um documento para conseguir outro, mas esbarra na lentidão de órgãos como a Polícia Federal. Mesmo quando o benefício é aprovado, surge outro obstáculo: a dificuldade de abrir uma conta bancária para receber o dinheiro, já que o imigrante raramente consegue um comprovante de residência fixa em seu nome.

Tudo isso mostra que, para que a Previdência Social funcione de verdade para todos, o Brasil precisa ir além das leis no papel e focar nas necessidades daqueles que não possuem a garantia de direitos plenos, conforme cita Carvalho e Pompeu, 2020, de que “o foco da abordagem são as capacidades humanas, em que as pessoas são capazes de fazer e serão instruídas pela ideia intuitiva de uma vida apropriada à dignidade humana” (Carvalho; Pompeu, 2020), ou seja, qualquer ação social, jurídica ou política deve expandir as liberdades reais das pessoas, dando-lhes a capacidade de viver de forma digna. Sem resolver essas travas práticas, o acesso à proteção social continua sendo um privilégio distante em vez de um direito real.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste estudo, percebe-se que a internacionalização do Direito Previdenciário é um passo necessário para garantir que a dignidade humana seja respeitada, independentemente de onde a pessoa nasceu. As leis do Brasil, incluindo a Constituição Federal e a Lei de Migração, deixam claro que imigrantes e refugiados devem ter os mesmos direitos sociais que os brasileiros, proibindo qualquer tipo de discriminação baseada na nacionalidade. O ponto principal para que essas pessoas consigam benefícios como aposentadorias, auxílios por incapacidade ou salário-maternidade é o vínculo com o sistema e o pagamento das contribuições, e não o seu status migratório.

Apesar dessa proteção garantida no papel, o trabalho mostrou que a realidade cotidiana ainda apresenta muitas barreiras, como a dificuldade de entender a língua, sistemas digitais que não aceitam nomes estrangeiros e um verdadeiro labirinto de documentos que trava o acesso aos direitos fundamentais. Além disso, os acordos internacionais entre o Brasil e outros países surgem como ferramentas indispensáveis para permitir que o tempo de trabalho em diferentes nações seja somado, evitando que o imigrante perca suas garantias ao cruzar fronteiras.

Portanto, para que a previdência social cumpra seu papel de proteger as pessoas contra riscos como a velhice ou a doença, o Estado brasileiro precisa ir além das leis escritas e investir em treinamento para os servidores, orientação simplificada e um acolhimento mais humano. Somente ao resolver essas falhas práticas e operacionais será possível garantir que imigrantes e refugiados tenham a chance real de reconstruir suas vidas com segurança, justiça e verdadeira dignidade no país de acolhida.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Em observância aos princípios de transparência, integridade acadêmica e ética na pesquisa científica, declara-se que ferramentas de Inteligência Artificial Generativa (IA) foram integradas ao processo de desenvolvimento deste trabalho. O emprego dessas tecnologias restringiu-se às etapas de suporte técnico e formatação de dados.

Além disso, a IA foi utilizada para refinar a linguagem, conferindo maior fluidez e harmonia ao ritmo da leitura, bem como a tecnologia auxiliou na eliminação de redundâncias e na substituição de repetições excessivas de palavras por sinônimos mais adequados, garantindo um texto mais coeso, sem alterar o conteúdo ou a essência das ideias originais.

Foi utilizada a Inteligência Artificial Gemini para a correção da formatação das referências bibliográficas utilizadas nesse texto para a adaptação das mesmas no formato da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O limite do uso de qualquer inteligência artificial está na escrita das ideias do texto, sendo estas unicamente escritas pelos autores, e nas citações, todas retiradas de sites oficiais informadas no item abaixo.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Relatório de atividades de Inclusão Socioeconômica** - Junho a dezembro de 2025. ACNUR, 2025. Disponível em: https://www.acnur.org/br/media/relatorio-de-atividades-de-inclusao-socioeconomica-junho-dezembro-de-2025. Acesso em: 16 jun. 2026.

BALERA, Wagner. **Sistema de Seguridade Social**. 8. ed. São Paulo: LTr, 2016.

BARROSO, Catarine. **Benefício previdenciário**: quais são os tipos e quem pode receber?. Aurum, 2025. Disponível em: https://www.aurum.com.br/blog/beneficio-previdenciario/. Acesso em: 16 jun. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 jun. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.** Aprova o Regulamento da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048.htm. Acesso em: 9 jun. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). **Você conhece os benefícios previdenciários?** Confira alguns deles e quem tem direito. Brasília, DF: INSS, 19 mar. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/inss/pt-br/noticias/voce-conhece-os-beneficios-previdenciarios-confira-alguns-deles-e-quem-tem-direito. Acesso em: 16 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.** Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 5 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.** Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951 e determina outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm. Acesso em: 7 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.** Institui a Lei de Migração. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 3 jun. 2026.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 587.970/SP. Relator: Min. Marco Aurélio, 20 de abril de 2017. **Diário de Justiça Eletrônico**, Brasília, DF, 22 set. 2017. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=2621386&numeroProcesso=587970&classeProcesso=RE&numeroTema=173. Acesso em: 9 jun. 2026.

CARVALHO, Arielle; POMPEU, Gina. A invisibilidade do refugiado no Brasil e o difícil acesso ao benefício assistencial em tempos de pandemia. **Revista Jurídica Luso Brasileira**, [S. l.], v. 6, n. 5, p. 397-430, 2020.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Opinião Consultiva OC-18/03, de 17 de setembro de 2003**: Condição Jurídica e Direitos dos Migrantes Indocumentados. Solicitada pela República dos Estados Unidos Mexicanos. San José, Costa Rica: Corte IDH, 2003. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_18_por.pdf. Acesso em: 9 jun. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. **Tipos de filiação**. Brasília, DF: INSS, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/inss/pt-br/direitos-e-deveres/inscricao-e-contribuicao/tipos-de-filiacao. Acesso em: 4 jun. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. Qualidade de segurado. Brasília, DF: **INSS**, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/inss/pt-br/saiba-mais/seus-direitos-e-deveres/qualidade-de-segurado. Acesso em: 6 jun. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. [Convenção (1951)]. **Convention Relating to the Status of Refugees.** Geneva: Nações Unidas, 1951. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-relating-status-refugees. Acesso em: 9 jun. 2026.

PIOVESAN, Flávia. O direito internacional dos direitos humanos e a redefinição da cidadania no Brasil. **Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 45/46, p. [37-50], 1996. Disponível em: https://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/revistaspge/revista2/artigo3.htm. Acesso em: 9 jun. 2026.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

CAPÍTULO XXVII

O CANTO CORAL NA ROTA BIOCEÂNICA: INTERNACIONALIZAÇÃO, CULTURAS HÍBRIDAS E INTEGRAÇÃO CULTURAL NA AMÉRICA LATINA

CHORAL SINGING ON THE BIOCEANIC ROUTE: INTERNATIONALIZATION, HYBRID CULTURES, AND CULTURAL INTEGRATION IN LATIN AMERICA

DOI: 10.51859/amplla.mig854.1126-27

Alex Barbosa de Lima
Linoel de Jesus Leal Ordonez
Rafael Bruno Peres

RESUMO

Este estudo de natureza bibliográfica investiga o Canto Coral nos países da Rota Bioceânica, articulando internacionalização, culturas híbridas e políticas educacionais, com base em Bourdieu (1996), Monteiro (2018), Akkari (2011), Canclini (2019) e Akkari e Santiago (2024). Realizou-se levantamento bibliográfico de 10 produções acadêmicas desses países, entre 2014 e 2023. A análise possibilitou ampliar a compreensão sobre a temática e evidenciou que o Canto Coral ainda não constitui prática plenamente mediadora entre as culturas da região, além de apresentar pouca expressividade nos currículos da educação básica pública desses países. Assim, reforça-se a necessidade de políticas educacionais que valorizem essa prática.
Palavras-chave: Canto coral, Rota Bioceânica, Internacionalização, Culturas híbridas, Educação musical.

ABSTRACT

This bibliographic study investigates choral singing in the countries of the Bioceanic Route, linking internationalization, hybrid cultures, and educational policies, drawing on the work of Bourdieu (1996), Monteiro (2018), Akkari (2011), Canclini (2019), and Akkari and Santiago (2024). A bibliographic survey of ten academic works from these countries, published between 2014 and 2023, was conducted. The analysis broadened the understanding of the subject and revealed that choral singing does not yet serve as a fully effective mediator between the region's cultures, nor does it feature prominently in the public basic education curricula of these countries. Thus, the study underscores the need for educational policies that value this practice.
Key-words: Choral singing, Bioceanic Route, Internationalization, Hybrid cultures, Music education.

1. INTRODUÇÃO

Trata-se o presente estudo de pesquisa bibliográfica, com o objetivo de investigar o canto coral nos países da Rota Bioceânica (Brasil, Paraguai, Argentina e Chile), articulando os conceitos de internacionalização, culturas híbridas e políticas educacionais, com fundamentação em Bourdieu (1996), Monteiro (2018), Akkari (2011), Canclini (2019) e Akkari e Santiago (2024).

A pesquisa fundamentou-se nas leituras realizadas na disciplina **Tópicos Especiais em História, Políticas e Educação II: Internacionalização, Geopolítica Educativa e Políticas Linguísticas**, ofertada no Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no segundo semestre de 2025. Essas leituras possibilitaram uma aproximação entre os debates sobre internacionalização, educação e práticas musicais, com destaque para o Canto Coral inserido no campo das Belas Artes.

Ressalta-se neste texto o conceito bourdiesiano de campo, descrito por Monteiro (2018) como um espaço que

> tem regras próprias e objetivas. Esta é uma das suas especificidades, um microcosmo estruturado, espaço de força e de lutas. O campo possui uma autonomia relativa, porém, é preciso salientar que forças que se encontram no macrocosmo (espaço social) também interferem nele. Sendo o campo o espaço da prática, os agentes agem de acordo com as disposições internalizadas, a partir da posição e da trajetória. As estruturas objetivas do campo são, por assim dizer, incorporadas no corpo e na mente dos agentes, o que lhes permite agir por meio de esquemas materializados em seus corpos. Em cada campo há correspondência a um *habitus* (Monteiro, 2018, p. 44).

Para Bourdieu (2014), autor desse conceito, o campo como um espaço social,

> es construido de tal modo que los agentes o los grupos son distribuidos em él en función de su posición en las distribuciones estadísticas según los dos principios de diferenciación que, en las sociedades más avanzadas, como Estados Unidos, Japón o Francia, son sin ninguna duda los más eficientes: el capital económico y el capital cultural (Bourdieu, 2014, p. 29).

O campo das Belas Artes, marcado por manifestações artísticas historicamente consideradas sublimes, elitizadas e refinadas, pode também constituir-se como um capital cultural, dotado de poder simbólico que o posiciona em uma relação de hierarquia e distinção em relação a outras manifestações classificadas como populares, socialmente reconhecidas como detentoras de menor valorização e prestígio.

Assim, o Canto Coral estabelece-se como uma prática musical expressiva e formativa nos sistemas educacionais latino-americanos, configurando-se como importante ferramenta de integração cultural, desenvolvimento artístico e participação coletiva dos estudantes da Educação Básica, ou, ao menos, é essa a função que, em suas formulações mais idealizadas, se espera que desempenhe.

Nos países que compõem a Rota Bioceânica: Brasil, Paraguai, Argentina e Chile, essa prática adquire particular relevância, pois transita não apenas em seu próprio campo de "bela arte", mas também entre repertórios locais, indígenas, populares e eruditos, atravessando políticas educacionais, tradições culturais e diferentes modelos de formação docente.

Nesse contexto, as trajetórias de regentes, pesquisadores e educadores do Canto Coral demonstram que suas decisões estéticas, pedagógicas e institucionais não são aleatórias, mas fruto de disposições desenvolvidas ao longo de suas formações, vivências e participações no campo musical, expressando os conflitos, os interesses e as diferentes estratégias de afirmação e de manutenção desses agentes nesse espaço social. Esse conjunto de disposições é definido por Bourdieu (2009) como **habitus:**

> Chamo de *habitus* sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los; objetivamente 'regradas' e 'regulares' sem ser o produto da obediência a regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro (Bourdieu, 2009, p. 91).

O estudo retrata uma dimensão intercultural fundamentada nas contribuições de Akkari e Santiago (2024) e Akkari (2011) acerca da internacionalização das políticas educativas, bem como em Canclini (2019) a partir de sua obra *Culturas Híbridas*, na qual o autor considera a complexidade cultural e a multiplicidade de lógicas de desenvolvimento presentes em um continente tão heterogêneo.

A Rota Bioceânica, portanto, é entendida aqui não apenas como um eixo de circulação econômica, mas também como território de capital simbólico e de cruzamentos culturais (Leal; Tavares Silva, 2023) no qual o Canto Coral se constitui como linguagem privilegiada para processos de hibridação, reconhecimento mútuo e diálogo entre tradições musicais diversas, ou seja, espaço de capital simbólico.

O capital simbólico para Bourdieu (1996) é:

> uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital, físico, econômico, cultural, social), percebida pelos agentes sociais, agentes esses constituídos por sua história individual e por sua história no campo, cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor (Bourdieu, 1996, p. 107).

Nessa perspectiva, o campo do Canto Coral configura-se como um espaço de disputas simbólicas, no qual repertórios eurocêntricos, eruditos, populares, indígenas e regionais disputam legitimidade cultural. À luz de Bourdieu (1996; 2009), tais disputas expressam diferentes formas de capital simbólico mobilizadas e reconhecidas por instituições, agentes e tradições musicais. Ao mesmo tempo, conforme Canclini (2019), essas relações podem produzir processos de hibridação cultural ou, em sentido contrário, reforçar mecanismos de

reprodução de hierarquias estéticas herdadas da tradição europeia. Essa perspectiva teórica orienta a análise do levantamento bibliográfico apresentado na seção seguinte, buscando compreender como essas disputas se manifestam nas pesquisas produzidas nos países que compõem a Rota Bioceânica.

2. LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO E PRODUÇÃO ACADÊMICA NA ROTA BIOCEÂNICA

Para realizar as discussões propostas neste estudo, foi conduzido o levantamento bibliográfico de dissertações, artigos e manuais pedagógicos em repositórios como ABEM, ANPPOM, SciELO, SEDICI (Argentina), UMCE (Chile) e UNA/FADA (Paraguai) a fim de selecionar trabalhos que contribuíssem para a composição deste artigo. A opção pela busca nesses repositórios decorreu da nossa preocupação em conseguir reunir o maior número de trabalhos sobre o Canto Coral.

Isso posto, propusemo-nos a conhecer como o nosso objeto de estudo vem se delineando nas produções acadêmicas, uma vez que o conhecimento nelas gerado nem sempre alcança todos os que se interessam pela temática. Por esse motivo, reconhecemos a importância de desenvolver um estudo que trace um panorama do conhecimento acumulado nessas produções (Fernandes, 2014).

Com a preocupação em conseguir o maior número de trabalhos sobre a temática, elegemos os seguintes descritores para o levantamento: Canto Coral, Canto Coral na Educação Básica, Canto Coral na Rota Bioceânica e Canto Coral na escola. A partir desses descritores, foram encontrados 25 trabalhos e excluídos 15, por não estarem relacionados ao Canto Coral na educação Básica e nem aos países da rota bioceânica. Isso posto, o *corpus* para análise foi composto por 10 produções acadêmicas, sendo 1 tese de doutorado, 2 dissertações de mestrado, 4 monografias e dois artigos publicados em periódico. A coleta foi realizada no segundo semestre 2025 delimitando-se a trabalhos no período de 2014 a 2023.

Ressalta-se que nas buscas iniciais, houve maior dificuldade em encontrar trabalhos disponíveis do Paraguai e dois dos detectados não puderam ser baixados do repositório, apenas acessados em um *link* de drive, sem opção para *download* na plataforma original.

O levantamento e posterior leitura das produções acadêmicas suscitaram indagações como as seguintes: É possível identificar, no campo teórico do Canto Coral, possibilidades de integração entre práticas e exercícios vocais híbridos, considerando parâmetros provenientes de pesquisas desenvolvidas em diferentes países? Há uma prática expressiva do Canto Coral no currículo da educação básica pública dos países da Rota Bioceânica?

Iniciamos com a dissertação de Santos (2014) no Brasil, que teve como objetivo realizar um levantamento e analisar conteúdos publicados em forma de artigos, nos Anais dos Congressos da ABEM e ANPPOM, e revistas da ABEM e OPUS, entre os anos de 2009 e 2013, dentro da temática de Canto Coral na educação musical, e realizou uma reflexão sobre as produções encontradas.

A pesquisa de De Lima (2023), também realizada no Brasil, teve como objetivo investigar a expressão corporal na preparação vocal do canto coral infantil, visando à sua aplicação nas aulas de Arte no ensino fundamental. O autor destaca as habilidades previstas para o 5º ano do ensino fundamental relacionadas à prática do Canto Coral na disciplina Arte e justifica sua utilização também nas práticas pedagógicas dos alunos do 4º ano.

O estudo apresenta, ainda, de forma pontual, um documento que indica a presença do Canto Coral, não como um componente curricular, mas como um conteúdo a ser desenvolvido em Arte por professores com formação em Música. Esse aspecto está relacionado ao município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul (MS), sendo apresentado por De Lima (2023) como elemento que ratifica e respalda a atuação do professor de Arte em sua área específica de formação, considerando um referencial curricular próprio para cada linguagem de Arte. Dessa forma, torna-se possível uma atuação direcionada nas linguagens Artes Visuais, Dança, Música ou Teatro, evitando a polivalência na atuação do professor de Arte.

Já o artigo de Jorge (2019), realizado no Brasil, buscou descrever e comparar o ensino de Canto Coral desenvolvido em um projeto social localizado na periferia de Belém e em uma escola particular de educação básica, situada em Ananindeua, no estado do Pará.

A tese de Gaborim Moreira (2015), também no Brasil, centrada no estudo da Regência como área do conhecimento musical evidenciou os múltiplos desdobramentos de um estudo nesse campo das ciências humanas em suas dimensões históricas, estéticas e estilísticas, delimitando a pesquisa à Regência Coral Infantojuvenil, compreendida como uma prática construída por meio de processos de ensino-aprendizagem e consolidada na performance artística.

Rojas Molinas (2015), no Paraguai, apresenta em seu trabalho de graduação um Manual de obrigações administrativas, técnica de regência coral e técnica vocal para professores de música de escolas de ensino médio em Assunção, que oferece informações pertinentes sobre as obrigações administrativas, a técnica de regência coral e a técnica vocal destinadas aos professores de música do ensino médio da referida cidade.

Daniluk Müller (2015), também no Paraguai, apresenta em seu trabalho final de graduação um manual voltado à regência de coros vocacionais de adultos em Assunção. O

manual fornece ao regente desses coros ferramentas necessárias para sua atuação, no que se refere ao marco administrativo, à técnica vocal no Canto Coral, à técnica de regência coral e à técnica de ensaio, considerando as características dos coralistas e o contexto atual em que a prática coral se desenvolve.

Pontoriero (2018) na Argentina, apresentou em sua tese de doutorado, as contribuições de Juan Argentino Petracchini para a atividade coral em San Juan em meados do século XX. Nesse estudo, enfatizou o estudo da dimensão pedagógica da prática coral. Buscou conhecer e compreender os processos cognitivos envolvidos na aquisição da técnica vocal e na iniciação à harmonia, e sua relação com os processos de ensino, no âmbito do Canto Coral. Para tanto partiu das seguintes questões: o que implica ensinar e aprender a cantar em um coro? Se, em certas condições, a prática coral é também prática educativa, quais são os fatores que a definem e caracterizam como tal? O que se entende, então, por Pedagogia Coral?

Brosky (2022), na Argentina, analisou as expressões indígenas Mbyá Guarani como parte da comercialização turística da província de Misiones, Argentina. Entre essas expressões, encontram-se os coros de crianças, os quais são difundidos por meio da Internet, material audiovisual e eventos, e propostos como atrativo turístico nas visitas às comunidades indígenas. O artigo apontou, a partir de uma perspectiva etnográfica, as tensões que a comercialização e exibição do coro de crianças da comunidade Mbyá Guarani Pindo Poty geraram. Em particular, examinou-se as reapropriações e os limites do comercializável e exibível que a comunidade fixa sobre o que é próprio, e como as decisões sobre quando e onde exibir o coro desafiam e ultrapassam os interesses turísticos de projetos que o promovem, ao se vincularem com suas próprias reivindicações políticas e territoriais.

Essas tensões agenciadas pelos Mbyá Guaraní evidenciam que o Canto Coral na Rota Bioceânica transcende a noção elitista de “bela arte” pura e contemplativa, revelando-se um campo saturado de disputas simbólicas e desigualdades estruturais. Sob o prisma de Bourdieu (1996), o conflito entre a espetacularização turística e a autonomia comunitária expõe uma violência simbólica que tenta subalternizar o patrimônio autóctone em lógicas de consumo, desafiando a premissa de que os blocos regionais devam passivamente reproduzir repertórios eurocêntricos isolados da realidade local. Embora a etnografia de Brosky (2022) divirja metodologicamente da análise documental deste estudo, o cenário valida as críticas de Akkari (2011) sobre uma internacionalização educativa capturada por fluxos econômicos externos, ao passo que a resistência política indígena em impor limites ao comercializável materializa a hibridação cultural de Canclini (2019). Assim, a prática coral afirma-se como território de fratura e soberania identitária frente à rigidez institucional, cujos silenciamentos estatais e

assimetrias projetam-se em novos desdobramentos nas propostas do Canto Coral nos demais países da Rota Bioceânica.

A monografia de Cárcamo *et al.* (2020) no Chile é uma proposta de repertório vocal para a atividade coral nas aulas de música do ensino médio tendo como objetivo desenvolver uma proposta de repertório baseada em atividades próprias do Canto Coral para o ensino médio do sistema nacional de educação. Seus objetivos específicos foram: descrever o desenvolvimento histórico do Canto Coral e sua contribuição na educação e nos espaços socioculturais; analisar os graus de relação entre os conteúdos mínimos obrigatórios do currículo nacional de educação média e as atividades baseadas no Canto Coral; e categorizar as temáticas propostas nos planos e programas, para a elaboração de uma proposta de repertório, organizado nas unidades de aprendizagem do primeiro ao quarto ano do ensino médio.

O artigo de Pérez-Aldeguer (2014) publicado no Chile analisou os benefícios que o Canto Coral traz para a educação em geral e para a educação musical em particular. Com esse objetivo, examinou numerosos estudos científicos que, a partir da medicina, da etnomusicologia ou da psicologia, corroboram os aspetos positivos que o Canto Coral proporciona à educação.

Os estudos apresentados evidenciam um campo comum de investigação: o Canto Coral. Embora cada pesquisa possua suas peculiaridades, elas podem ser compreendidas a partir do conceito de hibridação entendido como os "processos socioculturais, nas quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas" (Canclini, 2019, p. 19). Sob essa perspectiva, a partir dos estudos citados anteriormente, é possível identificar no campo teórico do Canto Coral, possibilidades de integração entre práticas e exercícios vocais híbridos, considerando parâmetros provenientes de pesquisas desenvolvidas em diferentes países. Além disso, tais perspectivas podem contribuir para a elaboração de repertórios que integrem músicas e canções latino-americanas, valorizando processos de intercâmbio cultural e diversidade musical.

Nesse sentido, compreender como esses processos se manifestam nos países envolvidos na Rota Bioceânica torna-se essencial para identificar e analisar criticamente as aproximações, as divergências e os potenciais de integração cultural e pedagógica. Assim, apresentam-se, na tabela a seguir, três dimensões fundamentais identificadas nesses estudos, com o objetivo de oferecer um panorama sobre o ensino de Canto Coral ao longo desse corredor internacional. São elas: *centralidade curricular, repertórios e hierarquias culturais*. Essas dimensões permitem visualizar como cada país articula práticas, políticas e tradições musicais em seus sistemas educacionais.

Tabela 1: Dimensões identificadas nas produções acadêmicas que compõem o *corpus* deste estudo

Dimensão	Brasil	Paraguai	Argentina	Chile
Centralidade curricular	Presente em projetos escolares e sociais; parte da disciplina de Artes, mas não obrigatória. (Santos, 2014; De Lima, 2023)	Atividade extracurricular; formação docente limitada. (Rojas Molinas, 2015)	Combina experiências curriculares e extracurriculares; forte presença em programas públicos. (Pontoriero, 2018)	Integrado a aulas de música; presente no ensino médio. (Cárcamo, 2020)
Repertório	Misto (popular e erudito), com ênfase em projetos sociais. (Jorge, 2019; Gaborim-Morereira 2015)	Predominância de repertório folclórico e tradicional com a ampliação para a inserção de obras eruditas (Daniluk Müller, 2015; Rojas Molinas, 2015)	Valorização de repertórios locais e indígenas. (Brosky, 2022)	Equilíbrio entre repertórios latino-americanos e europeus. (Pérez-Aldeguer, 2014)
Hierarquias culturais	Pluralidade de repertórios e redução das hierarquias entre o erudito e o popular (De Lima, 2023; Gaborim-Moreira 2015)	Tensão entre repertórios oficiais e locais.	Práticas corais indígenas tensionam hegemonia eurocêntrica. (Pontoriero, 2018; Brosky, 2022)	Tendência à descolonização do repertório e valorização da música latino-americana.

Fonte: elaborada pelos autores (2025).

A partir das relações sintetizadas na tabela, observa-se que o Canto Coral ocupa posições distintas nos sistemas educacionais dos quatro países, revelando tanto convergências quanto assimetrias no tratamento do repertório, da formação docente e da legitimidade cultural atribuída à prática coral. Nesse contexto, torna-se relevante articular esses dados com perspectivas teóricas que abordam a interculturalidade e os processos de integração educacional buscando compreender como a troca de experiências pode fortalecer os estudos e as práticas corais.

Akkari e Santiago (2024) observam que:

> investir em um projeto intercultural implica colocar valores em ação com o propósito de aumentar a participação de todos no processo de ensino-aprendizagem e nas relações, conectando o processo educativo ao desenvolvimento de comunidades e ambientes, em nível local e global. Um projeto intercultural envolve o processo de inclusão a partir de iniciativas compartilhadas que resultam na reflexão de todos os participantes sobre o enfrentamento das barreiras que nós e outros tenhamos criado e continuamos a criar (Akkari e Santiago, 2024, p. 53).

Com base nessa compreensão teórica, é possível analisar como as práticas corais na Rota Bioceânica se articulam aos processos de internacionalização e construção de culturas híbridas, reforçando a relevância da produção acadêmica desenvolvida na área.

A partir da leitura dos trabalhos levantados, não foi possível identificar se há uma prática expressiva do Canto Coral no currículo da educação básica pública dos países da Rota Bioceânica, uma vez que seria necessária a investigação de documentos oficiais das legislações

educacionais dos países envolvidos. Os textos analisados fizeram referência a esses documentos, limitando-se a evidenciar a existência de práticas escolares no campo do Canto Coral.

A dissertação de De Lima (2023), por exemplo, aponta que no Referencial Curricular de Campo Grande, MS há fundamentação para a prática do Canto Coral na escola. Contudo, sua pesquisa foi delimitada ao 4º e 5º ano do Ensino Fundamental, não abrangendo o contexto do Canto Coral nos demais anos da Educação Básica.

A partir dessa perspectiva, pode-se inferir que a delimitação do estudo de De Lima (2023) revela uma característica do próprio Referencial Curricular de Campo Grande, MS: embora existam aproximações entre as habilidades previstas para o 4º e para o 5º ano, o documento não apresenta explicitamente o termo Canto Coral como objeto de conhecimento ou prática específica para o 4º ano. Esse cenário sugere uma possível fragmentação da inserção da prática coral no currículo, aspecto que pode se estender às demais etapas escolares, comprometendo a continuidade dessa experiência ao longo da Educação Básica.

Outro aspecto a ser inferido é que o Canto Coral, enquanto capital simbólico, pode estar operando de forma periférica na organização escolar, articulando-se por meio de temas transversais, projetos interdisciplinares e atividades extracurriculares, em vez de se consolidar como um conteúdo estruturado no componente curricular Arte/Música.

É importante frisar que as políticas educacionais devem ser fortalecidas, a fim de promover a expansão da formação de músicos e regentes de coros, bem como a inserção do Canto Coral no currículo escolar, contribuindo para o fortalecimento do repertório, das tradições e das culturas locais por meio da música. Para a implementação e a manutenção de práticas educativas nesse viés intercultural, é salutar observar que as políticas educacionais abrangem quatro componentes principais: a "legislação (leis e regulamentação escolar); financiamento (recursos e orçamentos); controle da execução (administração e gestão das instituições de ensino); relações com a economia e a sociedade civil (coordenação e articulação)" (Akkari, 2011, p. 11).

Nesse sentido, o fortalecimento do Canto Coral como prática pedagógica não requer apenas diretrizes curriculares claras e investimentos públicos, mas também a articulação entre escolas, universidades, associações corais e comunidades locais, com o objetivo de promover ações formativas contínuas que valorizem a diversidade cultural e consolidem processos de internacionalização articulados às realidades socioculturais da Rota Bioceânica.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do ponto de vista intercultural, o levantamento bibliográfico permitiu compreender que o Canto Coral na Rota Bioceânica ainda não pode ser considerado, de forma generalizada, uma prática plenamente mediadora entre as diferentes culturas da região, e se confirma como prática inexpressiva no currículo da educação básica pública dos países que compõem a Rota.

Embora as pesquisas analisadas revelem experiências que valorizam repertórios locais, promovem o diálogo intercultural e favorecem processos de hibridação cultural, elas também evidenciam a permanência de práticas ancoradas em repertórios historicamente legitimados pelo campo coral de tradição europeia.

Nessa perspectiva, conforme Bourdieu (1996; 2009), o campo do Canto Coral configura-se como um espaço de disputas simbólicas em torno da legitimidade dos repertórios musicais, enquanto Canclini (2019) evidencia que os processos de hibridação cultural ocorrem em meio a tensões, negociações e relações de poder. Assim, mais do que afirmar que a Rota Bioceânica já promove uma efetiva integração cultural por meio do Canto Coral, os estudos analisados indicam que essa mediação ainda se encontra em processo de construção, dependendo da consolidação de políticas educacionais interculturais, da ampliação da circulação de repertórios latino-americanos e do fortalecimento de redes de cooperação entre escolas, universidades e comunidades, conforme defendem Akkari e Santiago (2024).

No Viés da internacionalização dos saberes científicos, Seabra-Santos e Almeida Filho (2012, p. 45) afirmam que a internacionalização constitui uma "política institucional de cooperação acadêmica que tem por finalidade ampliar horizontes culturais, científicos e profissionais", perspectiva que se relaciona diretamente ao campo da música e da prática coral, ao favorecer intercâmbios de conhecimentos, experiências formativas e diálogos entre diferentes contextos socioculturais.

O conjunto dos textos que compõe o levantamento bibliográfico deste estudo, revela que o campo do Canto Coral na Rota Bioceânica se manifesta de forma heterogênea, atravessando diferentes espaços educativos e socioculturais. Enquanto estudos como os de De Lima (2023), Rojas Molinas (2015) e Cárcamo *et al*. (2020) aproximam o Canto Coral do currículo escolar, ainda que apresentem lacunas quanto à definição dos contextos institucionais, trabalhos como os de Daniluk Müller (2015), Jorge (2019) e Gaborim-Moreira (2015), evidenciam práticas desenvolvidas em projetos sociais, iniciativas comunitárias e ações extensionistas. Esses estudos demonstram que a atividade coral ultrapassa os limites da escola e se configura como uma prática cultural ampliada.

Com isso, observa-se uma significativa possibilidade de expansão intercultural e de fortalecimento do Canto Coral. Evidencia-se a necessidade de políticas educacionais que valorizem a prática da Arte do Canto Coral nas escolas públicas de educação básica, de modo que esse campo se consolide como espaço de formação estética, convivência coletiva e integração regional e internacional. Assim, a continuidade de investigações, o incentivo a programas de mobilidade acadêmica e cultural e a ampliação de projetos corais articulados entre escolas, universidades e comunidades tornam-se caminhos fundamentais para aprofundar o diálogo entre os países da Rota Bioceânica.

Por fim, esperamos que este estudo auxilie na realização de outras pesquisas sobre a temática proposta, trazendo novos conhecimentos e novas interpretações.

REFERÊNCIAS

AKKARI, Abdeljalil. **Internacionalização das políticas educacionais:** transformações e desafios. Petrópolis: Vozes, 2011.

AKKARI, Abdeljalil; SANTIAGO, Mylene. **Projetos interculturais na escola:** reflexão e ação no coletivo. São Paulo: Solisluna Editora, 2024.

BOURDIEU, Pierre. **Capital cultural, escuela y espacio social.** Buenos Aires: Siglo XI editores, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 7. ed. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

BROSKY, Jacqueline. El coro de niños mbyá guaraní: entre la comercialización turística y la reivindicación étnica. **Cuadernos de antropología social,** n. 56, p. 141-156, 2022. Disponível em: http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/CAS/article/view/11445/10663. Acesso em: 13 out. 2025.

CAMPO GRANDE. **Linguagens:** referencial curricular REME. Campo Grande: SEMED, 2020. Disponível em: https://gefem-semed.blogspot.com/p/referencial-curricular-da-reme-2020.html. Acceso em: 11 maio 2026.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2019.

CÁRCAMO, Yorka Montserratt Linzmayer; WILKENDORF, Elisa Moreno; RIVERA, Joshua Alan Tobar. **Propuesta de repertorio vocal para la actividad coral de la clase de música de enseñanza media**. 2020. Memoria de Título (Licenciatura en Música) – Universidad Metropolitana de Ciencias de la Educación, Santiago de Chile, 2020. Disponível em: http://bibliorepo.umce.cl/tesis/musica/2020_propuesta_de_repertorio_vocal_para_la_actividad_coral_de_la_clase_de_musica_de_ensenanza.pdf. Acesso em: 14 out. 2025.

DANILUK MÜLLER, Yanina Desirée. **Manual para la Dirección de Coros Vocacionales de Adultos Mayores en Asunción.** Asunción: FADA/UNA, 2015. Trabajo Final de Grado (Licenciatura em Música) – Universidad Nacional de Asunción.

DE LIMA, Alex Barbosa. **Movimento e expressão corporal na preparação vocal do coro infantil.** 2023. 285 f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2023.

FERNANDES, Christiane Caetano Martins. **A prática da pesquisa como instrumento pedagógico no ensino fundamental (anos finais) e médio**: o que mostram as produções acadêmicas no Brasil (2004 - 2011)? 2014. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.

GABORIM-MOREIRA, Ana Lúcia Iara. **Regência coral infantojuvenil no contexto da extensão universitária**: a experiência do PCIU. 2015. 574 f. Tese (Doutorado em Música) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

JORGE, Sâmela Cristina de Souza. O canto coral em diferentes contextos: um olhar comparativo entre um projeto social na periferia de Belém e uma escola particular de ensino básico em Ananindeua/Pará. *In*: Congresso da Associação Brasileira de Educação Musical, 24., 2019, Natal. **Anais** [...]. Natal: ABEM, 2019. Disponível em: http://abemsubmissoes.com.br/index.php/xxivcongresso/2019/paper/viewFile/329/223. Acesso em: set. 2025.

LEAL, Linoel; TAVARES SILVA, Fabiany. Prácticas educativas comparadas, geopolítica y territorio cultural: La internacionalización en el Proyecto Bioceânica Educativa/FUNDECT MS/CNPq. **INTERAÇÕES,** v. 24, p. 1-13, 2023. Disponível em: https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/4223. Acesso em: 2 jul. 2026.

MONTEIRO, José Márcio. **10 lições sobre Bourdieu.** Petrópolis: Vozes, 2018.

PÉREZ-ALDEGUER, Santiago. El canto coral: una mirada interdisciplinar desde la educación musical. **Estudios pedagógicos**, v. 40, n. 1, p. 389-404, 2014. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-07052014000100023&script=sci_arttext. Acesso em: 1 out. 2025.

PONTORIERO, Ana Cristina. **Aproximación a la dimensión pedagógica de la práctica coral.** 2018. Trabajo Final de Grado (Licenciatura en Música) – Universidad Nacional de La Plata, La Plata, 2018. Disponível em: https://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/74189. Acesso em: 1 out. 2025.

ROJAS MOLINAS, Rossana Del Pilar. **Manual de obligaciones administrativas, técnica de dirección coral y técnica vocal para profesores de música.** Trabajo Final de Grado. Licenciatura en Musica. FADA/UNA, 2015. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1T3sUudf1SYx7b5ImUU2M2hj69Nu8rp5z/view?usp=sharing. Acesso em: 12 out. 2025.

SANTOS, Bruno Silva. **O canto coral na educação musical:** análise e catalogação a partir das publicações nos anais da ABEM e da ANPPOM (2009–2013). 2014. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/items/da66125f-4dcd-49f4-b8d4-18f67d357e88. Acesso em: 12 out. 2025.

SEABRA-SANTOS, Fernando; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A quarta missão da Universidade**: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento. Lisboa: Coimbra University Press, 2012.

CAPÍTULO XXVIII

A OPERAÇÃO ACOLHIDA ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA: CONTRADIÇÕES NA POLÍTICA MIGRATÓRIA BRASILEIRA

RECEPTION POLICY BETWEEN RHETORIC AND PRACTICE: CONTRADICTIONS IN BRAZILIAN IMMIGRATION POLICY

DOI: 10.51859/amplla.mig854.1126-28

Karol Vieira da Silva

RESUMO

Este trabalho busca analisar as contradições entre o discurso humanitário/acolhedor e midiático produzido pela Operação Acolhida que foi criada em 2018 pelo governo brasileiro como resposta ao fluxo migratório de venezuelanos pela fronteira de Roraima e as condições materiais verificadas em seus abrigos. A partir de análises de conteúdo de documentários produzidos por GloboNews (2025), TV Brasil (2022) e Jovem Pan News (2022). Identificou-se uma narrativa que naturaliza a precariedade dos alojamentos e invisibiliza as violências sofridas pelos migrantes. O referencial teórico central é o conceito de provisoriedade de Sayad (1998), segundo o qual a temporariedade da condição imigrante se prolonga indefinidamente, legitimando condições inadequadas de vida. Essa hipótese é sustentada pelas reportagens da Agência Pública (2024), que documentam xenofobia, LGBTfobia, desnutrição infantil e estruturas habitacionais com temperaturas superiores a 50ºC. Conclui-se que a Operação opera menos como uma política de integração do que como mecanismo de contenção do fluxo migratório, cujo discurso humanitário encobre condições estruturais de exclusão.
Palavras-chave: Operação Acolhida, provisoriedade, xenofobia, fronteira.

ABSTRACT

This study analyzes the contradictions between the humanitarian/welcoming and media-driven discourse of Operation Welcome—launched in 2018 by the Brazilian government in response to the influx of Venezuelan migrants across the Roraima border—and the actual conditions found in its shelters. Based on content analyses of documentaries produced by GloboNews, TV Brasil, and Jovem Pan News (2022–2024), a narrative was identified that normalizes the precariousness of the accommodations and renders the violence suffered by migrants invisible. The central theoretical framework is Sayad's (1998) concept
of provisoriety, according to which the temporary nature of the immigrant condition is prolonged indefinitely, legitimizing inadequate living conditions. This hypothesis is supported by reports from Agência Pública (2024), which document xenophobia, LGBTphobia, child malnutrition, and housing facilities with temperatures exceeding 50°C. It is concluded that the Operation functions less as an integration policy than as a mechanism for containing the flow of migration, whose humanitarian discourse masks structural conditions of exclusion.
Keywords: Operation Welcome, provisionality, xenophobia, border.

1. INTRODUÇÃO

A Operação Acolhida, foi criada em 2018 pelo presidente Michel Temer durante seu mandato em 2018, apresenta-se institucionalmente como missão humanitária de acolhimento aos migrantes e refugiados venezuelanos que chegaram no Brasil utilizando a fronteira de Santa

Elena Uairén e Pacaraima/Roraima, em meio aos problemas econômicos e políticos que a Venezuela estava vivendo, que levou a população a se deslocar, como vimos no trabalho desenvolvido por (Silva, 2024, p.16). Este trabalho propõe uma análise crítica sobre as contradições entre a proposta apresentada pela operação acolhida de proteção e seguridade para com as pessoas em situação de vulnerabilidade vindo da Venezuela (Brasil, 2018) com os registros apresentados pela produção midiática sobre a Operação e as condições materiais verificadas em seus abrigos.

A narrativa oficial da Operação é construída sobre pilares de acolhimento, proteção e integração. Por meio de abrigos, triagem documental, atendimento em saúde e programas de interiorização que buscam distribuir essas pessoas para o interior do Brasil, a Operação projeta uma imagem de organização e humanidade. Essa imagem é mostrada pela mídia, em especial a GloboNews (2025), TV Brasil (2022) e Jovem Pan News (2022), que produziram documentários e reportagens especiais sobre o tema entre os anos de 2022 e 2025.

No entanto, um olhar crítico sobre esses materiais audiovisuais, confrontado com as investigações jornalísticas da Agência Pública (2024), em especial a série Segredos da Operação Acolhida, publicada em 2024, revelou contradições entre esse discurso humanitário e as condições vivenciadas pelos venezuelanos nos abrigos. Denúncias de violência institucional, xenofobia, LGBTfobia, desnutrição infantil e estruturas físicas precárias colocam desmistificam a narrativa humanitária e de acolhimento a operação acolhida sustenta.

Este trabalho parte de uma hipótese que a Operação Acolhida opera, na prática, não como uma política de integração efetiva do que como um mecanismo de gestão e contenção do fluxo migratório e sim para atender interesses estatais cujo objetivo é retirar essas pessoas das grandes metrópoles. Isso dialoga diretamente com o conceito de provisoriedade de Sayad (1998, p.47), a condição temporária é colocada como justificativa pelas condições dos alojamentos, porém acredito que essa precariedade acaba corroborando nas violências sofridas pelos venezuelanos nos abrigos, como foi denunciado pela série investigava da Agência Pública (2024a; 2024b). E essa precariedade vem da condição de temporariedade que colocam as pessoas migrantes.

O objetivo central deste artigo é analisar essas contradições entre o discurso apresentado pela Operação Acolhida e as condições dos abrigos, articulando a análise de conteúdo audiovisual com o referencial teórico de Sayad e com as denúncias investigativas da Agência Pública.

A metodologia combina análise crítica de conteúdo midiático, a partir dos três documentários selecionados — GloboNews (2025), TV Brasil (2022) e Jovem Pan News (2022),

escolhidos por serem os principais veículos de comunicação em massa a produzirem material audiovisual específico sobre a Operação Acolhida no período — com análise documental de material jornalístico investigativo, com recorte temporal nos períodos de 2022 e 2024, intervalo que concentra a maior parte da produção midiática e das investigações da Agência Pública sobre o tema, deixo claro que a intenção desse trabalho não é fazer nenhuma critica as nossas instituições e mídia e também não tem nenhum viés político ideológico por parte de quem vos escreve. A ideia é somente mostrar algo que está de certa enraizado na nossa sociedade, e aparece nos atos de serviços sem a percepção dos agentes sociais. E é nosso papel enquanto pesquisadores jogar essas questões à luz para que as pessoas possam raciocinar sobre essas questões.

Esse trabalho será dividido em duas partes. A primeira parte vai buscar analisar a construção midiática da Operação Acolhida, identificando os mecanismos pelos quais a precariedade dos alojamentos é naturalizada nos documentos analisados. A segunda parte vai abordar as violências invisibilizadas, a partir das reportagens da Agência Pública, mostrando como a realidade dos abrigos contradiz a imagem projetada pelos canais digitais. Ao final, as considerações finais retomam a articulação entre os achados empíricos e o conceito de provisoriedade de Sayad.

2. A CONSTRUÇÃO MIDIÁTICA DA OPERAÇÃO ACOLHIDA: ENTRE O DISCURSO DE ACOLHIMENTO E A NATURALIZAÇÃO DA PRECARIEDADE

A produção audiovisual sobre a Operação Acolhida disponível em plataformas digitais constitui um campo privilegiado para a análise das representações sociais sobre a migração venezuelana no Brasil. Os documentários produzidos por GloboNews (2025), TV Brasil (2022) e Jovem Pan News (2022) compartilham uma característica central: a apresentação dos alojamentos da Operação como resposta suficiente, legítima e humanitária ao fluxo migratório, sem problematizar suas condições estruturais.

A GloboNews, no especial Vidas em Travessia – Venezuelanos no Brasil (2025), enfatiza as trajetórias individuais de migrantes que encontraram nos abrigos um primeiro acolhimento antes de seguirem para outras cidades. A narrativa é construída em torno de histórias de superação, com ênfase na organização logística da Operação e no trabalho conjunto de militares e agências internacionais. As condições físicas dos abrigos são mostradas de forma pontual e sem questionamento, e a presença das forças armadas é apresentada como garantia de ordem e proteção.

A TV Brasil, no programa Caminhos da Reportagem: Os Venezuelanos no Brasil (2022), adota uma abordagem semelhante, com destaque para os relatos de migrantes que descrevem os abrigos como um espaço de segurança em comparação à situação de vulnerabilidade que viviam na fronteira. A precariedade das estruturas é mencionada de passagem, mas enquadrada como uma condição transitória e inevitável diante da magnitude do fluxo migratório. O tom geral é de enaltecimento do esforço humanitário brasileiro.

A Jovem Pan News (2022), por sua vez, na reportagem Operação Acolhida atende 10 mil estrangeiros em Roraima (2022), privilegia os dados quantitativos, número de atendimentos, leitos disponíveis, refeições servidas como forma de demonstrar a eficiência da Operação. A perspectiva dos próprios migrantes sobre as condições dos abrigos é praticamente ausente, e o enquadramento dominante é o do sucesso institucional.

O que esses três materiais têm em comum é a naturalização da provisoriedade como condição aceitável. Os abrigos são sistematicamente apresentados como temporários, e essa transitoriedade é usada para justificar tanto as limitações estruturais quanto a presença militar como forma de gestão. Não há, em nenhum dos três documentários, uma problematização das condições de vida nos alojamentos a partir da perspectiva dos migrantes que os habitam por meses ou anos.

É precisamente nesse ponto que o conceito de provisoriedade de Sayad (1998, p.47) se revela como ferramenta analítica fundamental. Para Sayad, a sociedade de imigração instala o trabalhador estrangeiro numa condição provisória, uma condição que nunca deveria ser permanente, mas que, na prática, se prolonga de maneira indeterminada. Essa provisoriedade não é apenas uma característica objetiva da situação do imigrante; ela é também uma categoria de pensamento que orienta as políticas e as práticas institucionais, legitimando a oferta de condições inadequadas sob o argumento de que são, afinal, temporárias.

A narrativa midiática analisada reproduz essa lógica com precisão. Ao enquadrar os abrigos como espaços de passagem e não como lugares de vida, os documentários naturalizam a precariedade e esvaziam a possibilidade de exigir condições dignas. A temporariedade funciona, assim, como um dispositivo ideológico que desresponsabiliza o Estado e transfere o ônus das condições precárias para a própria condição migratória: é como se a precariedade fosse inerente à situação de migrante, e não resultado de escolhas políticas e institucionais.

Essa naturalização tem consequências concretas sobre a percepção pública da Operação Acolhida. Ao apresentar os abrigos como espaços humanizados e organizados, os documentários constroem uma imagem que dificilmente permite ao espectador imaginar a possibilidade de violências sistemáticas ocorrendo no interior dessas mesmas estruturas. É

essa lacuna entre a imagem construída e a realidade documentada que a próxima seção se propõe a examinar.

3. VIOLÊNCIAS INVISIBILIZADAS: O QUE AS INVESTIGAÇÕES DA AGÊNCIA PÚBLICA REVELAM SOBRE OS ABRIGOS

O conceito de discurso aqui mobilizado segue a perspectiva foucaultiana, para a qual o discurso não é uma fala neutra, mas está sujeito a procedimentos de exclusão que determinam o que pode ou não ser dito em uma dada sociedade (Grohmann, 2009). No caso da Operação Acolhida, esse mecanismo se manifesta na produção midiática e institucional que privilegia narrativas de acolhimento e organização, ao mesmo tempo em que exclui do discurso oficial os relatos de violência, xenofobia e precariedade documentados pela Agência Pública.

Enquanto a produção midiática analisada na seção anterior constrói uma imagem positiva e ordenada da Operação Acolhida, como mostra a matéria jornalística da Agência Pública e os documentários da Jovem Pan News (2022), Globonews (2025) e da TV Brasil (2022) revelam uma realidade diferente das que são veiculadas na mídia e pela própria operação. O contraste entre as duas narrativas não é apenas quantitativo; ele é estrutural e aponta para formas sistemáticas de invisibilização das violências sofridas pelos venezuelanos nos abrigos.

A matéria da Agência Pública (2024b) documenta denúncias de xenofobia e LGBTfobia praticadas por militares, vigilantes e trabalhadores humanitários no interior dos abrigos da Operação. Migrantes relatam situações de humilhação, discriminação e intimidação, incluindo episódios em que a orientação sexual ou a identidade de gênero foi usada como motivo de exclusão ou punição. Essas denúncias não aparecem em nenhum dos três documentários analisados, que consistentemente apresentam os militares como figuras de proteção e ordem.

A segunda matéria da Agência Pública (2024a) concentra-se nas condições físicas e sanitárias dos abrigos, documentando casos de distribuição de alimentos estragados e contaminados, casos de desnutrição infantil especialmente entre crianças indígenas Warao e estruturas habitacionais sem paredes ou climatização adequada, com temperaturas que chegam a ultrapassar os 50ºC. Essas condições, longe de serem excepcionais, são descritas como parte do funcionamento cotidiano de vários abrigos da Operação.

O que as reportagens da Agência Pública (2024a, 2024b) revelam, portanto, é que a precariedade identificada nos documentários como algo transitório e gerenciável é, na prática, uma condição estrutural e permanente. Os abrigos não são espaços temporários de passagem

para uma vida melhor; são, para muitos venezuelanos, espaços de confinamento prolongado em condições que

comprometem gravemente a saúde, a dignidade e a segurança dos seus ocupantes.

Essa situação se articula diretamente com o conceito de provisoriedade de Sayad (1998, p.47). A condição provisória do imigrante, tal como descrita pelo Sayad, não é apenas tolerada pela sociedade receptora, ela é ativamente produzida e reproduzida por instituições e políticas que têm interesse em manter o migrante numa posição de dependência e vulnerabilidade. No caso da Operação Acolhida, a provisoriedade dos abrigos funciona como um dispositivo que, ao mesmo tempo, justifica as condições precárias e impede que os migrantes reivindiquem direitos mais permanentes.

Isso revela, nesse sentido, que a própria estrutura da Operação Acolhida tenha sido concebida como resposta à pressão do governo estadual de Roraima para afastar os venezuelanos do estado e distribuí-los para outras regiões do interior do país. O programa de interiorização, apresentado midiaticamente como uma política de integração, pode ser lido, a partir dessa perspectiva, como um mecanismo de dispersão que serve menos aos interesses dos migrantes do que aos interesses políticos das elites locais e nacionais.

A análise de conteúdo dos três documentários, juntamente com a matéria jornalística de denúncias da Agência Pública, permite identificar, portanto, um padrão sistemático de invisibilização. A precariedade dos alojamentos é mostrada e naturalizada pelos voluntários e os jornalistas que visitaram os abrigos. As violências são omitidas. A perspectiva dos migrantes é incluída de forma seletiva, privilegiando narrativas de gratidão e superação em detrimento de denúncias e críticas. O resultado é uma construção midiática que legitima a Operação Acolhida como modelo humanitário, ao mesmo tempo em que encobre as condições concretas de exclusão e violência a que os venezuelanos estão submetidos.

A imagem segura e acolhedora projetada pelos principais canais digitais, analisados no período de 2022 a 2024, não é condizente com a realidade documentada pelas investigações jornalísticas. Os abrigos da Operação Acolhida apesar do discurso humanitário e acolhedor, não se constituem como

um lugar seguro como é mostrado pelos documentários, e a precariedade vista nesses materiais corrobora as violências que os venezuelanos sofrem no cotidiano dos abrigos violências e consequentemente acaba “preferindo ficar nas ruas” pra se livrar da violência dentro dos abrigos, e no entanto, acaba sofrendo com violências nas ruas, por parte dos moradores da cidade, como divulgou a defensoria pública da união (Migramundo Equipe,

2021). No entanto, essa imagem permanece invisível para o grande público justamente porque a narrativa midiática dominante não abre espaço para elas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou as contradições entre o discurso oficial e midiático sobre a Operação Acolhida e as condições materiais verificadas nos abrigos destinados aos migrantes venezuelanos em Roraima, a partir da análise de três documentários GloboNews (2025), TV Brasil (2022) e Jovem Pan News (2022) confrontados com as investigações da Agência Pública (2024a; 2024b).

Os resultados confirmam a hipótese inicial: a Operação Acolhida opera menos como política de integração efetiva do que como mecanismo de gestão e contenção do fluxo migratório, sustentado por um discurso humanitário que naturaliza a precariedade e invisibiliza as violências sofridas pelos venezuelanos. O conceito de provisoriedade de Sayad (1998) mostrou-se central para compreender essa lógica: a condição temporária, apresentada como transitória, na prática se prolonga indefinidamente e legitima condições de vida inadequadas.

Essa contradição se torna ainda mais evidente quando se observa a atuação do perfil oficial da Operação Acolhida no Instagram (@opacolhida). Em uma série de postagens publicadas em junho de 2026, o perfil veicula imagens de militares distribuindo refeições e migrantes sorridentes, acompanhadas de palavras de ordem como “acolher”, “alimentar”, “cuidar”, “transformar” e “sustentar”, com legendas que afirmam garantir “alimentação segura e de qualidade” e

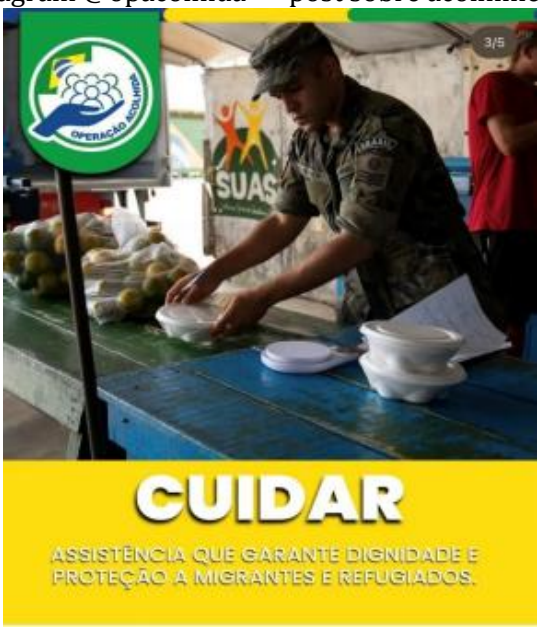
“assistência que garante dignidade e proteção a migrantes e refugiados” (Operação Acolhida, 2026). No entanto, nos comentários do mesmo post, um usuário relata que moradores dos abrigos ficam doentes diariamente pela comida estragada distribuída, e que, sem alternativas, são obrigados a consumi-la mesmo assim. A contradição, portanto, não precisa ser buscada fora do discurso oficial: ela está inscrita na própria plataforma que o sustenta.

Figura 1: Instagram @opacolhida — post sobre alimentação nos abrigos



Fonte: Instagram @opacolhida (2026).

Figura 2: Instagram @opacolhida — post sobre acolhimento/militares



Fonte: Instagram @opacolhida (2026).

Essa dinâmica revela que a construção midiática da Operação Acolhida não se restringe aos três documentários analisados, mas se estende a uma gestão ativa e sistemática da imagem institucional nas redes sociais. Os três documentários da GloboNews (2025), TV Brasil (2022) e Jovem Pan News (2022) e o perfil oficial no Instagram compartilham a mesma lógica: apresentam os alojamentos como espaços de cuidado e dignidade, invisibilizam as violências e naturalizam a precariedade como algo temporário e gerenciável. É exatamente essa complementaridade entre a mídia tradicional e as redes sociais institucionais que torna o discurso da Operação tão eficaz e, ao mesmo tempo, tão distante da realidade vivida pelos venezuelanos nos abrigos. Compreender esse mecanismo é também compreender por que as denúncias documentadas pela Agência Pública (2024a; 2024b) encontram tão pouca ressonância pública: o discurso oficial ocupa o espaço antes que a crítica possa se instalar.

Por fim, com limitações, este estudo se restringiu a apenas três documentários e a um recorte temporal específico, não contemplando a totalidade da produção midiática sobre o tema. Como desdobramento, sugere-se que pesquisas futuras investiguem a percepção dos próprios migrantes sobre essa contradição entre discurso e prática, bem como o impacto dessa narrativa midiática sobre a formulação de políticas públicas migratórias. Nesse sentido, agradeço a compreensão dos leitores e desejo a todos uma boa leitura.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores Gustavo Dias e Júlio Davies pelas contribuições colocadas durante as aulas da disciplina de Poder e Relações Sociais ministrada por eles no programa de pós graduação na Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Suas contribuições foram muito importantes para a construção desse trabalho.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PÚBLICA. Comida estragada, desnutrição e calor: denúncias nos abrigos da Operação Acolhida. São Paulo, 25 jul. 2024a. Disponível em: https://apublica.org/2024/07/comida-estragada-desnutricao-e-calor-denuncias nos-abrigos-da-operacao-acolhida/. Acesso em: 8 maio 2026.

AGÊNCIA PÚBLICA. Migrantes e trabalhadores denunciam preconceito contra venezuelanos na Operação Acolhida. São Paulo, ago. 2024b. Disponível em: https://apublica.org/2024/08/migrantes-e-trabalhadores-denunciam-preconceito contra-venezuelanos-na-operacao-acolhida/. Acesso em: 8 maio 2026.

GLOBONEWS. Vidas em Travessia – Venezuelanos no Brasil. [S.l.]: GloboNews, 2025. 1 vídeo. Disponível em: https://youtu.be/OlpBe6Eiq6k. Acesso em: 8 maio 2026.

GROHMANN, Rafael. Michel Foucault, discurso e mídia. **Revista Anagrama**, São Paulo, ano 3, ed. 2, dez. 2009/fev. 2010. Disponível em: https://revistas.usp.br/anagrama/article/view/35424. Acesso em: 01 jul. 2026.

JOVEM PAN NEWS. Operação Acolhida atende 10 mil estrangeiros em Roraima. [S.l.]: Jovem Pan News, 2022. 1 vídeo. Disponível em: https://youtu.be/EQ8sdhBeU9c. Acesso em: 8 maio 2026.

MIGRAMUNDO EQUIPE. DPU advierte sobre violaciones contra venezolanos en Roraima y nuevos riesgos. *MigraMundo*, São Paulo, 22 abr. 2021. Disponível em: https://migramundo.com/dpu-advierte-sobre-violaciones-contra venezolanos-en-roraima-y-nuevos-riesgos/. Acesso em: 28 maio 2026

OPERAÇÃO ACOLHIDA. @opacolhida. [Série de posts sobre alimentação, acolhimento e sustentabilidade nos abrigos]. Instagram, 4 jun. 2026. Disponível em: https://www.instagram.com/opacolhida/. Acesso em: 8 jun. 2026.

SAYAD, Abdelmalek. A imigração ou os paradoxos da alteridade. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Edusp, 1998.

TV BRASIL. Caminhos da Reportagem: os venezuelanos no Brasil. [S.l.]: TV Brasil, 2022. 1 vídeo. Disponível em: https://youtu.be/RcBsuWEBixo. Acesso em: 8 maio 2026.

CAPÍTULO XXIX

NA CALADA DA NOITE DA FRONTEIRA: SEXO MIDIATIZADO E TRAVESSIAS SEXUAIS SIGILOSAS EM TEMPOS DE ISOLAMENTO

IN THE DEAD OF THE BORDER NIGHT: MEDIATED SEXUALITY AND CLANDESTINE SEXUAL CROSSINGS IN TIMES OF ISOLATION

DOI: 10.51859/amplla.mig854.1126-29

Thiago Benitez de Melo

RESUMO

Este artigo analisa como o fechamento das fronteiras internacionais da tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, durante o isolamento social por conta da pandemia de Covid-19, reconfigurou as práticas sexoafetivas de sujeitos fronteiriços. Com base em pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e etnográfico, fundamentada em Le Breton (2006), Foucault (1988; 2004), Miskolci (2017), Pelúcio (2005; 2016), Illouz (2011), Preciado (2014), Mbembe (2018) e Žižek (1996), demonstra-se que as tecnologias digitais possibilitaram novas formas de sociabilidade e sexo midiatizado, enquanto alguns sujeitos recorreram a travessias clandestinas, ressignificando desejos, mobilidades e experiências da sexualidade em contexto pandêmico.
Palavras-chave: tríplice fronteira; sexo midiatizado; sexualidade; tecnologias digitais; pandemia.

ABSTRACT

This article examines how the closure of the international borders in the Triple Frontier between Brazil, Paraguay, and Argentina during the Covid-19 pandemic reshaped the sexual and affective practices of borderland subjects. Based on qualitative, bibliographic, and ethnographic research, drawing on Le Breton (2006), Foucault (1988; 2004), Miskolci (2017), Pelúcio (2005; 2016), Illouz (2011), Preciado (2014), Mbembe (2018), and Žižek (1996), the study demonstrates that digital technologies enabled new forms of sociability and mediated sexuality, while some individuals resorted to clandestine border crossings, redefining desire, mobility, and sexual experiences under pandemic conditions.

Keywords: Triple Frontier; mediated sexuality; sexuality; digital technologies; pandemic.

1. INTRODUÇÃO

Com o fechamento das pontes internacionais durante a pandemia de Covid-19, os sujeitos fronteiriços vivenciaram a interrupção abrupta de um cotidiano marcado por travessias constantes. Essa ruptura fez com que os habitantes da fronteira se vissem, conforme destacava uma manchete de um jornal local à época, “exilados pela pandemia”, uma vez que, com exceção do transporte de cargas contendo produtos e insumos essenciais, ninguém podia ingressar ou retornar ao seu país de origem, apesar das inúmeras tentativas, em razão do bloqueio estabelecido consensualmente pelos três Estados-nação.

A interrupção da circulação reconfigurou as dinâmicas da legalidade e da ilegalidade, submetendo a população fronteiriça a um regime de fechamento das pontes sem qualquer previsão de reabertura. Nesse contexto, emergiu a figura do "refugiado sanitário" (Dorfman; Silva, 2020), conceito cunhado para designar a situação de sujeitos migrantes que, ao tentarem regressar aos seus países, permaneciam provisoriamente retidos entre as fronteiras internacionais. Paralelamente, aqueles que buscavam realizar a travessia de forma clandestina, escondidos em caminhões de carga, passaram a ser enquadrados como "imigrantes ilegais", sendo deportados e responsabilizados por infração às medidas sanitárias vigentes. Da mesma forma, os indivíduos que tentavam contornar a fiscalização das aduanas terrestres por meio de travessias por rios, utilizando lanchas ou pequenas embarcações, respondiam judicialmente por descumprirem a interdição imposta (Dorfman; Silva, 2020).

Nesse sentido, suspensão dos atravessamentos, o fechamento repentino das pontes e a prolongada expectativa pela vacinação contra a Covid-19 produziram impactos profundos na dinâmica social das cidades fronteiriças. Estabelecimentos comerciais, instituições religiosas, escolas e universidades foram obrigados a interromper suas atividades presenciais, comprometendo significativamente a rotina dos moradores dessas regiões. Contudo, os efeitos da pandemia extrapolaram as dimensões econômica, política, laboral e institucional. As restrições impostas pelo lockdown e pelo distanciamento social também afetaram intensamente as relações interpessoais, limitando as práticas sexoafetivas de cidadãos e cidadãs que tradicionalmente transitavam entre os diferentes territórios das fronteiras.

Diante da impossibilidade de realizar deslocamentos em busca de encontros afetivos e sexuais, a internet passou a desempenhar um papel central como mediadora dessas experiências. Embora as pontes permanecessem fechadas, as fronteiras rigidamente fiscalizadas e as passagens internacionais interrompidas, as possibilidades de vivência do erotismo não foram completamente suprimidas. Desse modo, o ciberespaço consolidou-se como um território simbólico de comunicação, interação e sociabilidade, favorecendo a constituição de formas alternativas de encontro e intimidade.

Nesse contexto, proponho discutir de que maneira o fechamento das fronteiras físicas durante a pandemia de Covid-19 não significou, necessariamente, a interrupção das práticas sexoafetivas entre sujeitos fronteiriços. Ao contrário, busco compreender como as restrições à mobilidade internacional impulsionaram a reconfiguração dessas experiências por meio das tecnologias digitais, possibilitando que relações de desejo, intimidade, afetividade e sexualidade encontrassem novas formas de expressão no ciberespaço.

Assim sendo, o objetivo central deste estudo consiste em analisar como as práticas de sexo midiatizado constituíram estratégias de ressignificação das relações sexoafetivas de sujeitos residentes na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina (respectivamente nas cidades de Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazu), durante o período de fechamento das pontes internacionais, evidenciando de que maneira os ambientes digitais passaram a funcionar como espaços alternativos de encontro, sociabilidade e exercício da sexualidade. Especificamente, pretendo discutir as relações entre territorialidade e virtualidade, problematizar os mecanismos de controle dos corpos e das mobilidades implementados durante a pandemia e compreender como o ambiente digital reorganizou as formas de interação afetiva e erótica em um contexto marcado pela restrição do deslocamento físico.

A relevância social desta pesquisa reside na necessidade de ampliar os estudos sobre os impactos da pandemia para além das dimensões sanitária, econômica e política, incorporando a análise das transformações ocorridas nas formas de viver a intimidade, os afetos e a sexualidade em regiões de fronteira. Embora a Covid-19 tenha sido amplamente investigada sob diferentes perspectivas, ainda são relativamente escassos os estudos que abordam as experiências sexoafetivas de populações fronteiriças em contextos de interrupção da mobilidade internacional. Nesse sentido, compreender como esses sujeitos recorreram às tecnologias digitais para manter vínculos afetivos e práticas eróticas contribui para ampliar o debate acerca das relações entre corpo, tecnologia, fronteira, controle e subjetividade.

2. ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Metodologicamente, busquei realizar uma pesquisa de natureza qualitativa, fundamentada em uma abordagem bibliográfica e de caráter interpretativista, de cunho etnográfico de investigação, cuja análise se ancora em contribuições provenientes dos estudos sobre corpo, sexualidade, tecnologia, fronteiras e controle social. O referencial teórico mobiliza as reflexões de Le Breton (2006) acerca das transformações da corporeidade mediadas pelas tecnologias; de Foucault (1988; 2004), especialmente no que se refere aos dispositivos de poder, à biopolítica e às tecnologias de governo dos corpos; de Miskolci (2017), ao discutir os regimes contemporâneos de sociabilidade digital; de Pelúcio (2005; 2016), sobre as dinâmicas das sexualidades mediadas por plataformas digitais; de Illouz (2011), ao problematizar a racionalização e a mediação tecnológica das emoções; e de Žižek (1996), cujas reflexões acerca da pandemia permitem compreender os rearranjos sociais, políticos e subjetivos produzidos pela crise sanitária.

Durante a pandemia da Covid-19, fiz entrevistas semiestruturadas e conversas informais online com usuários de aplicativos de relacionamento residentes na região da tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, estratégia que considerei ser mais adequada para encontrar pessoas que se dispusessem a me dar informações sobre a temática aqui proposta. O objetivo desses diálogos foi compreender como esses sujeitos estavam reorganizando suas práticas afetivas e sexuais durante o período de maior rigor das medidas sanitárias, investigando, sobretudo, de que maneira conciliavam o isolamento social, o fechamento das fronteiras e as possibilidades de encontro proporcionadas pelos ambientes digitais.

Também busquei compreender as estratégias adotadas para eventuais encontros presenciais e as formas pelas quais os participantes relatavam as chamadas "saidinhas" durante o período de isolamento. Mantive contato com aproximadamente dez usuários de aplicativos de relacionamento, com os quais conversei cerca de um mês, entre junho e julho de 2020, período correspondente à fase mais restritiva do isolamento social e do fechamento das pontes internacionais na região. As conversas ocorreram de maneira contínua, sempre por áudio e conversas escritas no Whats App[7], permitindo acompanhar não apenas relatos pontuais, mas também as mudanças nas percepções, nas práticas e nas estratégias desenvolvidas pelos participantes ao longo daquele contexto de incertezas e restrições.

As entrevistas e conversas foram conduzidas com caráter aberto e flexível, privilegiando a construção de narrativas sobre as experiências vividas pelos interlocutores. As questões abordaram aspectos relacionados ao uso dos aplicativos de relacionamento, às formas de interação mediadas pelas tecnologias digitais, às transformações das práticas sexoafetivas durante a pandemia e às estratégias utilizadas para lidar com as limitações impostas pelo fechamento das fronteiras.

3. O CIBERESPAÇO E A NOVA ECONOMIA DO DESEJO

Com a consolidação da internet e da cibercultura, diferentes grupos sociais passaram a organizar-se de maneira ágil e dinâmica por meio de redes digitais e comunidades virtuais, produzindo, compartilhando e consumindo uma multiplicidade de conteúdos. Nesse contexto, as barreiras impostas pelo espaço-tempo e pelas fronteiras geográficas deixam de representar

[7] **WhatsApp** é um aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz e vídeo para smartphones e computadores, desenvolvido originalmente em 2009 por Jan Koum e Brian Acton e atualmente pertencente à Meta Platforms, após sua aquisição em 2014. O aplicativo permite o envio de mensagens de texto, imagens, vídeos, documentos, localização e áudios, além de chamadas individuais e em grupo, utilizando conexão com a internet e criptografia de ponta a ponta para proteção das comunicações.

obstáculos significativos para a comunicação, o acesso à informação e, inclusive, para a vivência dos desejos erótico-sexuais.

A mediação proporcionada pelas tecnologias digitais, concebidas para conectar sujeitos geograficamente distantes, também promoveu o encurtamento das distâncias físicas e a aceleração das dinâmicas temporais (Rosa, 2019). Tal transformação decorre do desenvolvimento de aplicativos e de suas funcionalidades voltadas para uma realidade marcada pela mobilidade nas interações ciberculturais. Como observa Lemos (2010, p. 17), "com a atual fase dos computadores ubíquos, portáteis e móveis, estamos em meio a uma mobilidade ampliada, que potencializa as dimensões físicas e informacionais".

Nesse cenário, as práticas sexuais deixam de estar circunscritas à tradicional oposição entre público e privado, assim como às concepções de sexualidade produzidas pelo homem europeu burguês do século XIX, responsável por estabelecer os limites entre aquilo que poderia ser exposto ao olhar social e o que deveria permanecer restrito ao domínio do segredo (Foucault, 1988). Em contrapartida, observa-se um processo de desterritorialização do corpo e de suas experiências de corporalidade e subjetividade, orientando-se para a constituição de um sujeito simultaneamente biológico, tecnológico e simbiótico (Lemos, 2010).

De acordo com Lemos (2010), o homem simbiótico caracteriza-se por sua conexão orgânica com as redes do ciberespaço, em um contexto no qual as mídias digitais reconfiguram continuamente o cotidiano por meio de possibilidades permanentes de conexão no espaço-tempo. Trata-se de uma realidade em que os indivíduos se encontram imersos em intensos fluxos de produção, circulação e compartilhamento de conteúdos, impulsionados pela crescente popularização das linguagens midiáticas e das tecnologias digitais.

Nesse contexto, as telas de computadores e smartphones passam a constituir extensões do próprio corpo, inserindo os indivíduos em uma condição tecnológica marcada pela hibridização entre carne, máquina e sistemas informacionais. Essa superação das limitações estritamente biológicas aproxima a experiência humana de uma perspectiva pós-humanista, na qual os corpos são continuamente reconstruídos pela integração entre biologia, engenharia e tecnologias da informação (Haraway, 2000). Paralelamente, as práticas sexuais e os relacionamentos afetivos tornam-se mais fluidos, dinâmicos e acessíveis, uma vez que dispositivos digitais passam a intermediar a busca por namoro, casamento ou encontros casuais (Bauman, 2004).

As mídias digitais, nesse sentido, reconfiguram as sexualidades a partir daquilo que Miskolci (2017, p. 17) denomina de "nova economia do desejo". Essa lógica organiza-se pela percepção de uma abundância quase ilimitada de parceiros em potencial, disponibilizados em

uma espécie de "catálogo humano" inserido em um "mercado de corpos". Nesse ambiente, os sujeitos são constantemente buscados, selecionados, consumidos e descartados nas redes digitais. Assim, torna-se possível acessar virtualmente um corpo por meio de plataformas de vídeos eróticos ou de práticas de sexo mediadas por webcams e, logo em seguida, substituí-lo por inúmeras outras possibilidades oferecidas pelo ambiente digital, especialmente aquelas que reproduzem performances e discursos associados às masculinidades hegemônicas (Miskolci, 2017).

4. MIDIATIZAÇÃO DAS PRÁTICAS SEXUAIS

Ao observarmos os enunciados de alguns usuários de aplicativos de relacionamento em região de fronteira, em tempos de isolamento social provocado pela pandemia, percebemos uma gama de discursos que negociam as práticas sexoafetivas por meio de performances que legitimam ou deslegitimam as ordens da vigilância sanitária de acordo com os interesses que mais lhes convêm. Enquanto para alguns, o isolamento social era sinônimo de "castração", como afirmou um dos entrevistados, e, por isso, a quarentena não deveria ser "levada a sério", para outros, a recomendação de ficar em casa acabou sendo uma ordem inviolável.

Um de meus entrevistados, ao ser indagado por sobre estar ou não respeitando o isolamento social e se, mesmo com o *lockdown* total, está saindo de casa em busca de sexo, relatou:

> Acho que todos tem que estar de isolamento. Os que se preocupam com sua saúde estão. Eu mesmo só vou me encontrar com um date dias depois da quarentena acabar. Já encontrei uns caras lindos no app, mas eu digo: "só depois da quarentena". Não tem ninguém que vale tanto a pena assim pra fazer eu quebrar o isolamento. Mas nessa fase que estou, é só sexo virtual mesmo, vídeo da internet e fotos (Usuário 1, 2020).

Esse enunciado faz com que reflitamos a respeito das transformações de nossas práticas e performances sexuais por meio da tecnologia. Isso porque, ao dizer a frase "nessa fase que estou, é só sexo virtual mesmo, vídeo da internet e fotos" (Usuário 1, 2020), o usuário constrói tanto um discurso de respeito às normas do regime sanitário quanto um discurso de desestabilização às normas do regime sexual, já que, ao usar o termo "sexo virtual", coloca em xeque a tradicional e refutável noção de que para haver relação sexual é necessário que haja pelo menos duas pessoas, e que estas estejam necessariamente juntas, em um mesmo espaço-tempo (Illouz, 2011).

O sujeito, então, cria discursos de cuidado com o outro e autocuidado, utilizando pistas linguísticas como "isolamento", "saúde" e "quarentena" para sinalizar, provavelmente, respeito às normas de vigilância social. Até mesmo quando ele usa a expressão "só depois da

quarentena", proferida por ele nas conversas com outros usuários, referente à busca e prática sexual, percebemos a tentativa de enfatizar a sua preocupação com as normas.

Para Illouz (2011), as relações amorosas, sexuais, eróticas e afetivas, na sociedade em rede, estão organizadas por uma estrutura de mercado, ou seja, por uma lógica econômica, sob o falso discurso da "escolha". Percebemos a materialização desta escolha quando o usuário acima afirma que "não tem ninguém que vale tanto a pena assim pra fazer eu quebrar o isolamento" e elenca os motivos pelos quais ele respeitaria ou não as orientações sanitárias em relação à sua segurança, e também a dos outros, através de pistas linguísticas como "quebrar o isolamento".

De acordo com Silva (2017), o sexo privado e restrito ao quarto, na contemporaneidade, abriu suas janelas para a pornografia de revistas ilustradas, livros de contos eróticos, filmes adultos, disque-sexo e, mais recentemente, aplicativos virtuais de relacionamentos, sites de conteúdo pornográfico multimídia e redes sociais na internet de transmissão de vídeos ao vivo com fins sexuais, como a crescente plataforma digital *OnlyFans*[8].

Essas novas plataformas digitais, segundo Pelúcio (2016), têm contribuído para configurar outra geografia dos e para os encontros, assim como tende a constituir novas formas subjetivas para se lidar com as emoções, exigindo investimentos emocionais sensíveis. Encontramos nesses ambienste virtuais uma competição de corpos, verdadeiras "mercadorias em exibição" (Miskolci, 2017, p. 19). É fato que nenhuma tecnologia radicalizou tanto a ideia de indivíduo como *selecionador* (um cliente), aquele que se encontra em uma imensidão (um mercado), capaz de procurar, escolher e comprar aquilo que mais lhe agrade (Illouz, 2011). As tecnologias, então, devem ser entendidas a partir de seus aspectos humanos e sociais e o contexto das relações amorosas e sexuais midiatizadas.

Ao ser indagado sobre o fechamento das fronteiras e se isso seria um impedimento para a busca por envolvimentos sexuais, obtive a seguinte resposta de outro usuário de aplicativo:

> Sou brasileiro que morava e estudava medicina no Paraguai, eu e mais um milhão, né? Kkkk. E quase todos nós passávamos a ponte para transar, porque em CDE [Ciudad del Este] não têm muitos caras assumidos, então fica difícil.

[8] Durante a pandemia de Covid-19, algumas plataformas digitais ganharam grande visibilidade em razão do aumento do tempo de permanência das pessoas em casa e da busca por fontes alternativas de renda. Entre elas destaca-se o OnlyFans, criado em 2016, no Reino Unido, para conectar produtores de conteúdo e assinantes por meio da comercialização de fotos, vídeos e textos, predominantemente de natureza erótica e/ou sexual. A plataforma passou de cerca de 7,5 milhões de usuários, no início de 2020, para aproximadamente 130 milhões, em agosto de 2021. Conforme Peres (2022), o OnlyFans diferencia-se de outras redes sociais por permitir a publicação de nudez e sexo explícito, além de restringir o acesso aos perfis mediante assinatura paga, que pode chegar a 50 dólares. Ainda, é possível solicitar conteúdos personalizados mediante o pagamento de gorjetas de até 200 dólares (Peres, 2022).

> Agora com essa ponte assim, fechada, temos que se acostumar com os que têm ou partir pro sexo virtual, pra pornografia e tal (Usuário 2, 2020).

O fechamento das fronteiras durante a pandemia levou muitas pessoas que realizavam frequentes "travessias sexuais" a buscarem outras formas de vivenciar suas relações sexoafetivas, recorrendo, sobretudo, às interações mediadas pelas tecnologias digitais, como também evidenciam os relatos dos participantes desta pesquisa. Nesse contexto, o sexo digital, denominado por Žižek (1996) de "sexo midiatizado", possibilita a ressignificação das práticas sexuais ao transformá-las em um conjunto de representações construídas a partir de corpos idealizados, encontros projetados e da elaboração subjetiva de um parceiro sexual capaz de atender às expectativas e aos desejos do indivíduo.

As mídias digitais destinadas aos encontros afetivos e sexuais, que abrangem desde antigas salas de bate-papo até os atuais aplicativos de relacionamento, constituem, segundo Miskolci (2017, p. 20), "meios que permitem criar redes relacionais seletivas dentro de uma espécie de mercado amoroso e sexual", cuja consolidação decorre das transformações iniciadas com a Revolução Sexual e potencializadas pelas plataformas digitais. Nesses ambientes, as performances sexuais assumem novos significados, redefinindo as formas de construção simbólica e cultural da sexualidade. Como observa Silva (2017), a interação mediada pelas tecnologias rompe os limites do espaço e do tempo, tornando possível uma forma de "intimidade à distância" entre sujeitos que não compartilham o mesmo ambiente físico.

A expansão do acesso à internet e a crescente mediação das relações sociais por dispositivos digitais também promoveram profundas transformações na indústria erótico-pornográfica. Diante da proliferação de conteúdos produzidos por usuários e da ampla circulação gratuita de pornografia na rede, esse mercado precisou reformular seus modos de produção, distribuição e consumo. Se anteriormente a indústria concentrava a produção de discursos sobre gênero, poder, desejo e sexualidade, o ambiente digital passou a favorecer novas formas de sociabilidade e circulação desses conteúdos. Como afirma Silva (2017, p. 45), "o caráter autônomo e coletivo atribuído à internet tem promovido fissuras com novas formas de narrativas, consumo e sociabilidade em torno do desejo".

Na perspectiva, Preciado (2014) pondera que a consolidação desse processo remonta à emergência da Playboy, nos anos 1960, responsável por inaugurar novas formas de prazer, consumo e produção de subjetividades, articuladas ao capitalismo tecnológico. A partir desse contexto, desenvolveu-se aquilo que o autor denomina de *pornotopia* (em referência às heterotopias propostas por Michel Foucault), compreendida como "a produção de uma domesticidade orquestrada e coreografada com dispositivos técnicos de vigilância e de

reprodução audiovisual" (Preciado, 2014, p. 85). Revistas, filmes, vídeos, canais televisivos e, mais recentemente, plataformas digitais de conteúdo adulto passaram, assim, a compor um regime contemporâneo de *pornopoder*, caracterizado pelo deslocamento dos mecanismos disciplinares tradicionais para formas pós-disciplinares de controle e produção de subjetividades (Preciado, 2014).

Nessa lógica, os corpos tornam-se progressivamente "corporificados digitalmente", dissolvendo a oposição entre o real e o virtual. Os sujeitos passam a construir experiências sexuais que articulam, simultaneamente, interações presenciais e mediadas pelas tecnologias, produzindo aquilo que Le Breton (2006) denomina de "erotismos virtuais de prazeres carnais". As novas tecnologias reconfiguram, portanto, as formas de vivenciar a sexualidade, tornando a presença física uma condição não mais indispensável para a experiência do prazer. O corpo do outro pode ser experimentado à distância por meio de imagens, vídeos, áudios, mensagens e outras simulações sensoriais. Nesse processo, "o erotismo deixa de ser desnudamento diante do outro e se converte em textualidade e experimentação" (Le Breton, 2006, p. 179).

5. A NOITE DA FRONTEIRA E AS FRONTEIRAS DA NOITE

O fechamento das fronteiras estaduais e nacionais, implementado desde os primeiros meses da pandemia de Covid-19, constituiu uma das principais estratégias adotadas pelos governos para conter a disseminação do novo coronavírus. A circulação de pessoas passou a ser rigidamente controlada, submetendo cidadãos, inclusive aqueles em processo de repatriação, a protocolos sanitários, como a realização de testes para detecção do vírus. À medida que novas medidas emergenciais eram estabelecidas para o enfrentamento da crise sanitária, intensificavam-se também os mecanismos de vigilância e controle territorial, ao mesmo tempo em que o distanciamento social restringia significativamente os encontros presenciais, inclusive aqueles voltados às relações sexoafetivas.

Diante do risco de contágio, muitos indivíduos passaram a reconsiderar a possibilidade de buscar relacionamentos casuais, optando, em diversos casos, por permanecer em isolamento domiciliar. Entretanto, essa escolha não estava igualmente disponível para todos. Milhares de pessoas continuaram a se deslocar diariamente para garantir sua subsistência, especialmente trabalhadores informais e aqueles que dependiam do transporte público para exercer suas atividades profissionais, expondo-se continuamente aos riscos de infecção.

Esse cenário evidencia a pertinência das reflexões de Mbembe (2018) sobre a "descartabilidade dos corpos", produzida no interior de uma lógica necropolítica. Conforme argumenta o autor, a soberania manifesta-se na capacidade de determinar "quem importa e quem não importa, quem é 'descartável' e quem não é" (Mbembe, 2018, p. 41). Tal perspectiva torna-se particularmente relevante ao considerar sujeitos que, em razão de suas condições socioeconômicas, não dispunham da

possibilidade de permanecer em isolamento, sendo obrigados a buscar formas de garantir sua sobrevivência, como observa também Peres (2022) ao discutir a realidade daqueles que precisavam realizar trabalhos informais durante a pandemia.

Por outro lado, as dinâmicas necropolíticas também podem ser problematizadas a partir das escolhas individuais daqueles que, embora tivessem condições de permanecer em isolamento e exercer suas atividades remotamente, optavam por realizar encontros presenciais mediados pelos aplicativos de relacionamento.

No contexto da tríplice fronteira, pude observar que parte dos usuários passou a manter suas interações sexoafetivas exclusivamente no ambiente digital, utilizando recursos como videochamadas em aplicativos de encontros, motivados tanto pelo receio da contaminação quanto pela possibilidade de sofrer sanções decorrentes do descumprimento das medidas sanitárias. Outros, contudo, decidiram realizar encontros presenciais de forma clandestina, desrespeitando as restrições impostas pelo lockdown vigente em toda a região fronteiriça.

Os enunciados abaixo, retirados de uma conversa que mantive durante alguns dias com dois usuários de um aplicativo de relacionamento, demonstram como, para alguns sujeitos, os desejos erótico-sexuais predominam sobre os discursos de ficar em casa e manter contato apenas de forma digital.

> Às vezes, tenho vontade de sair fazer sexo de madrugada, mas ninguém topa. Honestamente não estou muito preocupado com esse vírus por enquanto. Acho que se for direto na casa de alguém, não tem risco. O tesão é maior que a noção de preservação da vida, com certeza (Usuário 3, 2020).

> Eu sempre atravessava a fronteira pra sexo. Nos dias de muito tesão eu passava a ponte, transava e voltava. Pra mim, o fechamento das fronteiras só diminuiu as opções que eu tinha, mas estou me relacionando com caras igual aqui em Foz. O pessoal não está muito preocupado com o vírus não, só se higienizar bem (Usuário 4, 2020).

Quando um dos entrevistados afirma que "o pessoal não está muito preocupado com o vírus" (Usuário 4, 2020), ele deixa transparecer certa normalidade em relação às práticas sexuais offline em tempos de Covid-19, mesmo com as restrições do Ministério da Saúde, o que quer dizer também que o fechamento das fronteiras não parece ter sido um grande empecilho para a realização dessas práticas.

É interessante refletirmos que ao enunciar: "Às vezes tenho vontade de sair fazer sexo de madrugada" (Usuário 3, 2020), o sujeito performatiza discursivamente, por meio da palavra "madrugada", o ocultamento e o silêncio ligados às práticas sexuais dissidentes, quase sempre colocadas no esconderijo dos desejos sexuais pois tais condutas foram, por muitos anos, associadas à noite, aos becos, ao vergonhoso e ao sujo (Miskolci, 2017) e, ao mesmo tempo,

realizada na subalternidade, enclausurada no âmago do privado, distante do olhar público, em espaços marginais e subalternos da sociedade (Perlongher, 2008).

É no cair *da* noite (compreendida aqui como um espaço-tempo, pois é nesse período que se intensificam tanto os mecanismos de fiscalização quanto suas transgressões) que muitos sujeitos vivenciam diferentes experiências de sexualidade. É também *durante* a noite que corpos dissidentes deixam a invisibilidade de seus espaços privados para dar vazão aos desejos eróticos e às formas de sociabilidade frequentemente interditadas durante o dia.

A madrugada, nesse sentido, possibilita experiências que dificilmente seriam vividas sob os olhares vigilantes e moralizadores dos "fiscais do conservadorismo", tornando-se um tempo propício para a expressão dos desejos e da sexualidade (Pelúcio, 2005, p. 45).

Conforme argumenta Pelúcio (2005), nas sociedades contemporâneas a noite está associada, tanto simbólica quanto espacialmente, aos prazeres, à boemia, à luxúria, às festas e ao sexo, configurando-se como um tempo que escapa às normas conservadoras, às rotinas de trabalho e às convenções familiares. É nesse intervalo que fronteiras entre o permitido e o proibido, entre a ordem e a transgressão, entre a solidão e o encontro tornam-se mais tênues.

Entretanto, essa dimensão simbólica não é compartilhada por todos os sujeitos. Para muitos, a noite representa, simultaneamente, o espaço da sobrevivência e da vulnerabilidade. É nesse período que inúmeras pessoas garantem seu sustento, mas também se expõem de maneira mais intensa à violência e aos riscos impostos por uma lógica que produz corpos considerados "descartáveis" (Mbembe, 2018). Profissionais que exercem atividades noturnas, como prostitutas, motoristas de táxi e de aplicativos, coletores de lixo, vigilantes e policiais, convivem cotidianamente com situações de maior insegurança, evidenciando que é justamente durante a noite que diversas formas de transgressão às normas sociais tendem a se materializar (Pelúcio, 2005).

Desse modo, enquanto para alguns a noite simboliza liberdade, prazer e a possibilidade de experimentar a sexualidade com menor vigilância social, para outros ela representa medo, precariedade e constante ameaça à vida. Em um contexto marcado pela necropolítica, a distribuição desigual da proteção e da vulnerabilidade revela que determinados corpos são mais passíveis de serem expostos ao risco e à violência do que outros (Mbembe, 2018).

Outro aspecto relevante diz respeito ao enunciado de um dos participantes, ao afirmar que "o tesão é maior que a noção de preservação da vida" (Usuário 3, 2020). A pandemia de Covid-19 introduziu novos protocolos sanitários, recomendando o distanciamento social e a redução dos contatos físicos como estratégias fundamentais para conter a disseminação do

vírus. Nesse contexto, encontros presenciais, sobretudo entre pessoas desconhecidas, passaram a ser considerados práticas de elevado risco.

Contudo, os relatos analisados demonstram que tais recomendações não foram suficientes para eliminar os desejos eróticos e sexuais. Ao contrário, muitos sujeitos passaram a elaborar estratégias para contornar as restrições impostas pelas autoridades, buscando maneiras de escapar das fiscalizações urbanas e dos controles aduaneiros estabelecidos nas fronteiras.

Essa lógica também se evidencia quando um dos entrevistados afirma que "o fechamento das fronteiras só diminuiu as opções que eu tinha, mas estou me relacionando com caras igual aqui em Foz" (Usuário 4, 2020). O enunciado revela uma postura de relativização das medidas sanitárias, priorizando a continuidade das experiências sexoafetivas mesmo diante dos riscos coletivos produzidos pela pandemia. Da mesma forma, embora as aduanas estivessem bloqueadas por barreiras físicas, grades e intenso policiamento, os relatos indicam que alguns sujeitos continuaram tentando atravessar rios e pontes de forma clandestina, demonstrando que os mecanismos de controle territorial não foram suficientes para impedir completamente a circulação dos corpos e dos desejos.

6. FRONTEIRAS FISCALIZADAS E FRONTEIRAS TRANSGREDIDAS

A enunciado abaixo é de um usuário de aplicativo de relacionamento estudante de medicina no Paraguai. Ele me relatou, na época, que suas aulas haviam sido suspensas por conta do coronavírus, e que estavam apenas acontecendo de maneira assíncrona. Afirmou que namorava um homem paraguaio, o qual também estudava medicina, na mesma instituição que ele. Perguntei como ele estava conseguindo manter seu relacionamento com o namorado, já que este morava em Ciudad del Este e a Ponte da Amizade já estava fechada há vários meses. Esta foi a sua resposta:

> Seu eu te falar, você não vai acreditar, mas não me julgue, por favor (risos). É que eu tenho uma licença pra poder estudar no Paraguai. Normalmente eu consigo apresentar na aduana do Brasil e os policiais me deixam passar de boa. O problema é na aduana do Paraguai. Os guardas sempre encrencam, sabe? Ficam falando que não posso passar porque as aulas lá já acabaram, e que não posso entrar. Aí eu respondo que preciso muito fazer estágio no hospital de Ciudad del Este e mostro 100 reais pra eles. Não tem um que não aceita pegar. E ainda fazem vista grossa. E já fiz isso várias vezes (risos). Tá super normal fazer isso. Todo mundo faz. Sei que não pode né? Mas se não for assim, nunca vou poder ver o R* (Usuário 5, 2020).

A narrativa apresentada permite refletir sobre o aprofundamento das desigualdades evidenciadas pela crise sanitária da Covid-19, não apenas no plano socioeconômico, mas também no acesso a direitos fundamentais, como a mobilidade. As restrições impostas à circulação afetaram de maneira desigual os diferentes grupos sociais, uma vez que nem todos dispunham das mesmas condições para permanecer em isolamento ou controlar seus deslocamentos.

Como observa Mamed (2022, p. 15), com o agravamento da pandemia, "a possibilidade de recolhimento social converteu-se em privilégio de classe e ocupação, ao passo que muitos trabalhadores precisaram circular para garantir que outras pessoas pudessem continuar em quarentena".

Para numerosos sujeitos, o fechamento das fronteiras representou um período de exclusão, abandono e profunda vulnerabilidade. Estudantes, refugiados, migrantes, trabalhadores informais, profissionais do sexo, pessoas em situação de rua e desempregados, que diariamente atravessavam a Ponte da Amizade e a Ponte da Fraternidade em busca de trabalho, renda ou melhores condições de vida, permaneceram durante meses retidos na região da tríplice fronteira internacional. Muitos enfrentaram condições precárias de sobrevivência, marcadas pela falta de alimentação, água, higiene e pela impossibilidade de reencontrar familiares ou retornar aos seus países de origem (Mamed, 2022).

Em contrapartida, determinados grupos sociais dispunham de recursos que lhes permitiam negociar, contornar ou flexibilizar os mecanismos de controle fronteiriço. Nesse sentido, as políticas de restrição à mobilidade mostraram-se particularmente rigorosas em relação às populações empobrecidas, indocumentadas e, sobretudo, aos corpos negros e indígenas (Mamed, 2022).

Em contraste à lógica do "ninguém entra, ninguém sai", observávamos diferentes formas de circulação favorecidas por privilégios econômicos, como viagens em aeronaves particulares, deslocamentos vinculados ao turismo de alto padrão, ao agronegócio ou a investimentos internacionais, evidenciando que o controle das fronteiras não incidia de maneira homogênea sobre todos os corpos.

Desse modo, embora determinados sujeitos – especialmente aqueles cujas corporalidades desafiam as normas sociais e econômicas – encontrassem maiores obstáculos à livre circulação, as travessias revelavam-se processos marcados por negociações, flexibilizações e relações de poder. As fronteiras deixavam de funcionar apenas como barreiras territoriais para atuar como dispositivos que regulavam seletivamente quem podia atravessar e em quais condições.

Essa dinâmica torna-se evidente no relato de um dos participantes: “Os guardas [...] ficam falando que não posso passar [...], aí mostro 100 reais pra eles. Não tem um que não aceita pegar” (Usuário 5, 2020). O enunciado evidencia a relativização dos mecanismos formais de controle, indicando que, em determinadas circunstâncias, a mobilidade podia ser negociada por meio de subornos, relações de proximidade, trocas de favores ou outras estratégias que permitiam a realização de travessias discretas, favorecidas, muitas vezes, pela complacência dos agentes responsáveis pela fiscalização.

Além das dimensões da legalidade e da ilegalidade, os relatos também evidenciam que as travessias eram atravessadas por regimes de silêncio, sigilo e medo. Ao questionar os entrevistados sobre as justificativas apresentadas aos policiais das aduanas quando eram interrogados acerca dos motivos de suas viagens – especificamente se declaravam estar atravessando a fronteira em busca de relacionamentos antes da pandemia e, em caso negativo, quais explicações forneciam –, obtive respostas bastante diversas, revelando diferentes estratégias discursivas de ocultamento, negociação e autopreservação diante dos dispositivos de vigilância. Esses foram os relatos:

> “Eu falo que vou passear com meus amigos, fazer compras por lá” (Usuário 1, 2020).
>
> “Que estou visitando parentes que moram lá do outro lado” (Usuário 2, 2020).
>
> “Eu respondo que preciso muito fazer estágio no hospital de Ciudad del Este” (Usuário 3, 2020).
>
> “Se eu falar que sou garoto de programa eles são bem capaz de me prender, então falo que vou jantar ou que vou visitar amigos por lá” (Usuário 4, 2020).
>
> “Digo que tenho encontro mesmo, só não falo que é com homem” (Usuário 5, 2020).

Essas narrativas sobre as passagens fronteiriças mobilizam sentidos que permitem compreender por que tais deslocamentos podem ser concebidos como travessias fronteiriças sigilosas. São travessias fronteiriças sigilosas no plano da legalidade, na medida em que transgridem normas e determinações instituídas pelos Estados durante o período pandêmico. São travessias fronteiriças sigilosas no plano sanitário, pois, além de violarem as recomendações das autoridades de saúde, potencializam a circulação do coronavírus entre territórios distintos. São travessias fronteiriças sigilosas no plano simbólico, uma vez que esses deslocamentos silenciosos representam, metaforicamente, uma tentativa de escapar ao olhar público, aos dispositivos de vigilância, às práticas de controle e aos julgamentos morais que regulam a circulação dos corpos e dos desejos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas ao longo deste artigo evidenciam que o fechamento das fronteiras da tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, durante a pandemia de Covid-19, produziu profundas transformações nas dinâmicas de mobilidade, sociabilidade e sexualidade dos sujeitos fronteiriços. Entretanto, embora as restrições impostas pelos Estados-nação tenham limitado a circulação física entre os territórios, elas não foram capazes de interromper os fluxos dos desejos, dos afetos e das práticas sexoafetivas. Ao contrário, o contexto pandêmico favoreceu a emergência de novas estratégias de encontro e interação, nas quais o ciberespaço passou a desempenhar um papel central como território alternativo de circulação dos corpos, ainda que simbolicamente.

Os relatos analisados demonstram que as fronteiras não funcionam apenas como dispositivos de contenção territorial, mas como espaços permanentemente atravessados por negociações, resistências e transgressões. Ao mesmo tempo em que alguns sujeitos reorganizaram suas experiências afetivas por meio do sexo midiatizado e das plataformas digitais, outros buscaram burlar os mecanismos de vigilância, realizando travessias clandestinas e encontros presenciais mesmo durante o período de lockdown. Tais práticas revelam que o desejo não desaparece diante da intensificação do controle estatal; antes, adapta-se, desloca-se e produz novas formas de existência, sociabilidade e circulação.

Desse modo, os resultados desta investigação permitem afirmar que, embora os Estados tenham exercido um rigoroso controle sobre os deslocamentos territoriais, as tecnologias digitais produziram outras modalidades de circulação, possibilitando que parte dos sujeitos contornasse, ainda que parcialmente, as limitações impostas ao contato físico por meio de práticas de sexo midiatizado. Assim, o fechamento das fronteiras não representou a suspensão da sexualidade, mas sua reorganização em novas espacialidades, nas quais telas, aplicativos e plataformas digitais passaram a funcionar como extensões simbólicas das fronteiras e dos próprios corpos.

Por fim, este estudo evidencia que pensar as fronteiras apenas como limites geográficos é insuficiente para compreender as complexas dinâmicas sociais produzidas durante a pandemia. As fronteiras também são espaços de disputa, negociação, produção de subjetividades e circulação de afetos, desejos e corporalidades. Mesmo quando pontes foram fechadas, rios vigiados e deslocamentos proibidos, os corpos continuaram encontrando maneiras de atravessar fronteiras – físicas, simbólicas e digitais. Mais do que impedir encontros, a pandemia revelou a capacidade dos sujeitos de reinventar suas formas de

sociabilidade e de resistência, demonstrando que o desejo, assim como as fronteiras, está em permanente movimento.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido:** sobre a fragilidade dos laços humanos. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

DORFMAN, Adriana; SILVA, Regina Coeli Machado e. Controle das Fronteiras e inventividade local em Foz do Iguaçu (BR) e Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (AR) em tempos de pandemia. In: ROBALO-CORDEIRO, Cristina; JACINTO, Rui (orgs.). **Geografia e Poéticas da Fronteira:** Leitura de Territórios. Lisboa: Âncora, 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I:** a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Antropologia do ciborgue*: As vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ILLOUZ, Eva. **O amor nos tempos do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

LEMOS, André. Mídias locativas e vigilância: sujeito inseguro, bolhas digitais, paredes virtuais e territórios informacionais. In: BRUNO, Fernanda; KANASHIRO, Marta; FIRMINO, Rodrigo (orgs.). **Vigilância e visibilidade:** espaço, tecnologia e identificação. Porto Alegre: Sulina, 2010.

MAMED, Letícia Helena. Barrados na Ponte da Integração: imigrantes nas fronteiras da Amazônia Sul Ocidental durante a pandemia. **Revista Travessia.** São Paulo, n. 95, p. 9-37, 2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica:** biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MISKOLCI, Richard. **Desejos Digitais:** uma análise sociológica da busca por parceiros on-line. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. **Cadernos Pagu.** Campinas, v. 25, p. 217-248, 2005.

PELÚCIO, Larissa. Afetos, mercado e masculinidades contemporâneas: notas iniciais de uma pesquisa em aplicativos móveis para relacionamentos afetivos/sexuais. **Revista Contemporânea.** São Paulo, v. 5, n. 2, p. 309-333, 2016.

PERES, Henry Fragel Madeira. **Expropriação do trabalho sexual plataformizado: um estudo de caso na OnlyFans.** 43 páginas. Ano: 2022. Monografia – Rio de Janeiro/UFRJ.

PERLONGHER, Nestor. **O negócio do michê:** a prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Pornotopia:** Playboy e a invenção da sexualidade multimídia. N-1 edições, 2014.

ROSA, Hartmut. **Aceleração:** A transformação das estruturas temporais da modernidade. São Paulo: Ed. Unesp, 2019.

SILVA, Allyson Darlan Moreira da. **Janela Indiscreta:** um estudo sobre sexo virtual, desejo e consumo no site Câmera Privê. 105 páginas. Ano: 2017. Dissertação de Mestrado – Natal-RN/UFRN.

ŽIŽEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

CAPÍTULO XXX

O ACESSO DOS IMIGRANTES AO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA: ANÁLISE DA ACP N. 5011720-56.2024.4.03.6000

ACCESS OF IMMIGRANTS TO THE CONTINUOUS CASH BENEFIT (BPC): ANALYSIS OF PUBLIC CIVIL ACTION N. 5011720-56.2024.4.03.6000

DOI: 10.51859/amplla.mig854.1126-30

Anna Carolina Souza Reis
Anna Clarissa da Costa Bastos
Willian Carrapateira Gomes Alecrim

RESUMO

Análise da Ação Civil Pública (ACP) n. 5011720-56.2024.4.03.6000, examinando os fundamentos de sua propositura em defesa dos direitos dos imigrantes, com enfoque no acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e nos obstáculos jurídicos e burocráticos existentes. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, método dedutivo e procedimentos bibliográficos e documentais, mediante análise da legislação, da doutrina e da ação civil pública. Os resultados indicam que, embora a ACP tenha ampliado o acesso dos imigrantes ao BPC, dificuldades financeiras e barreiras de acesso digital aos serviços ainda limitam a efetivação desse direito.
Palavras-chave: Assistência Social, Benefício de Prestação Continuada, Biometria, Direito Internacional dos Refugiados, Imigração.

ABSTRACT

Analysis of Public Civil Action (ACP) n.. 5011720-56.2024.4.03.6000, examining the grounds for its filing in defense of immigrants' rights, with a focus on access to the Continuous Cash Benefit (BPC) and existing legal and bureaucratic obstacles. The study adopted a qualitative approach, using a deductive method and bibliographic and documentary procedures through the analysis of legislation, legal doctrine, and the public civil action. The results indicate that, although the ACP expanded immigrants' access to the BPC, financial difficulties and digital access barriers still limit the effective realization of this right.
Keywords: Social Assistance, Continuous Cash Benefit (BPC), Biometrics, International Refugee Law, Immigration.

1. INTRODUÇÃO

A democratização do acesso aos auxílios assistenciais por parte dos imigrantes residentes no Brasil é um movimento que decorre da perspectiva de igualdade adotada pelo país, em especial baseado nos dizeres da Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 5. De fato, a visão igualitarista busca garantir o mesmo tratamento dos brasileiros aos imigrantes que fazem morada, trabalham e criam suas famílias nesse território. Tal entendimento é baseado, a princípio, na concepção humanitária de que não há diferença entre qualquer pessoa, logo todos estão sujeitos às garantias dos direitos fundamentais indicados na Constituição. No entanto,

dentre o ato simples de possuir uma moradia, a defesa do contraditório e até o acesso à água potável, a garantia de desses direitos acaba por esbarrar em percalços sociais e burocráticos que a inviabilizam, impedindo que haja obtenção às condições básicas de sobrevivência, bem como impedem a garantia de auxílio do Estado que independe de sua condição como cidadão.

Os programas assistenciais voltados para o apoio financeiro surgem como uma alternativa para combater e estabilizar a desigualdade social, seja para brasileiros natos, seja para migrantes que residem no país (Art. 203, V CF/88). Em 2017, com voto unânime do Supremo Tribunal Federal contra Recurso Extraordinário n. 587.970 (Tema de Repercussão Geral n. 173), foi determinada a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) a uma migrante internacional residente no Brasil há mais de 54 anos. Segundo a Primeira Turma, não há motivo ou lei que impeça que uma pessoa residente no país, mesmo que imigrante, seja beneficiária de auxílio assistencial governamental quando há as condições necessárias para a concessão. A decisão então se firmou como base para a assistência social financeira aos imigrantes, que, devido a barreiras sociais, linguísticas ou condições de refúgio, muitas vezes se estabelecem em situações precárias de subsistência e hipo vulnerabilidade social (ACNUR, 2019).

Devido às regras de previdência social que estabelecem a contribuição previdenciária ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) como uma das condições para os auxílios previdenciários (Lei n. 8.213/1991), os imigrantes se veem direcionados para a solicitação do BPC, seja para pessoas idosas ou deficientes. No entanto, a burocracia necessária para a concessão do benefício se mostrou como mais um impedimento para aqueles que necessitavam, visto que, em atualização em Portaria Conjunta MDS/INSS n. 28/2024, foi regulamentado novas exigências que acabam por criar obstáculos documentais para imigrantes no Brasil, em especial aqueles em situação de vulnerabilidade e que são potenciais beneficiários do BPC.

A Portaria em questão adota como requisitos para o auxílio os documentos que contenham dados biométricos, sendo eles a Carteira de Identidade Nacional (CIN), o título de eleitor ou a Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Por questões sociais ou econômicas, tal Portaria pode ser interpretada como um empecilho ao acesso dos imigrantes à assistência financeira governamental devido a dificuldade ou impedimento de obter os únicos documentos aceitos para a solicitação do BPC. Seja através do CIN e do título de eleitor, que são direcionados apenas a brasileiros; seja pela CNH que, apesar de incluir os migrantes internacionais em sua obtenção, possui limitações financeiras para pessoas que não possuem renda favorável. Dito isso, a aprovação da Portaria Conjunta demonstra a invisibilização do imigrante no cenário

brasileiro e para o próprio Estado, no qual eles têm sido ignorados e exclusos como parte da população diante do exercício de um direito garantido a ele pelo judiciário.

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo apresentar um estudo sobre a Ação Civil Pública n. 5011720-56.2024.4.03.6000, proposta pela Defensoria Pública da União diante da Portaria Conjunta MDS/INSS n. 28. Da mesma forma, expõe suas consequências e o contexto social em que houve a necessidade da Ação Civil ser proposta como dispositivo de defesa aos direitos dos imigrantes em processo coletivo, cujo objetivo era a inserção do RNM como documento único para cadastro biométrico na concessão de benefícios assistenciais. Em conluio a isto, busca apresentar e demonstrar como a luta pelos direitos dos imigrantes é modelada de acordo com limites burocráticos desproporcionais, no qual o Estado impede, mesmo de maneira indireta e ignorante, a assistência plena e garantida de um grupo vulnerável e minoritário do país. Ainda que, seja ressaltado, deva haver o acolhimento e proteção de imigrantes ao invés de sua exclusão dentro dos serviços públicos.

2. A AÇÃO CIVIL PÚBLICA N. 5011720-56.2024.4.03.6000 – O RNM COMO DOCUMENTO PARA CONCESSÃO DO BPC A POPULAÇÃO IMIGRANTE

A Ação Civil Pública foi proposta pela Defensoria Pública da União sob o intermédio do Defensor Regional de Direitos Humanos, em face do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e da União Federal, com foro no estado de Mato Grosso do Sul no dia 06/11/2024, distribuída para a 4ª Vara Federal de Campo Grande, unidade jurisdicional que detinha competência para o julgado. Tratou-se de processo coletivo, visto que propunha ação em âmbito nacional para que o Registro Nacional Migratório (RNM) fosse reconhecido como documento válido para a comprovação de biometria, com o compartilhamento de dados biométricos entre a União e o INSS sobre o RNM. Tal pedido se contrapôs à Portaria Conjunta MDS/INSS n. 28/2024, que especificou em seus requisitos a necessidade do uso do CIN, título de eleitor ou CNH como únicos comprovantes biométricos na solicitação dos benefícios assistenciais BPC. Como alegado pela Defensoria (ACP n. 5011720-56.2024.4.03.6000; Contestação n. 354371044, p. 4), o uso de apenas três documentos de difícil ou impossível aquisição a todos os imigrantes seria um ato de exclusão social e violação de direitos.

> O Registro Nacional Migratório (RNM) já é documento de identificação oficial para estrangeiros e contém dados biométricos suficientes para autenticação segura. Sua exclusão do rol de documentos aceitos não tem amparo técnico ou jurídico, caracterizando medida discriminatória e arbitrária. (ACP n. 5011720-56.2024.4.03.6000; Contestação n. 354371044, p. 4)

A petição inicial se procedeu pela contestação do INSS, que alegou perda do objeto em relação à Portaria em questão, que fora respaldada na Lei n. 14.973/2024, assim como a ilegitimidade passiva da parte em razão da não atribuição das suas funções como gestor de Políticas Não-Contributivas da Seguridade Social. Aduz que o objeto do processo deveria ser a Lei n. 14.973, pois a Portaria Conjunta foi baseada em seu texto legal e com o poder legislativo a consolidando. Então, se é o caso de violação de direitos, o erro partiria de sua origem, não de uma derivação normativa adotada pelo órgão. Segundo o texto da lei:

> Art. 28. A Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), passa a vigorar com as seguintes alterações: Art. 20.
>
> § 12-A. Ao requerente do benefício de prestação continuada, ou ao responsável legal, será solicitado registro biométrico nos cadastros da Carteira de Identidade Nacional (CIN), do título eleitoral ou da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), nos termos de ato conjunto dos órgãos competentes.

No mais, a União menciona que já existem iniciativas para o compartilhamento de dados biométricos do RNM com outros órgãos de administração pública, mas que estão em processo de desenvolvimento para homologação. A Defensoria Pública argumenta que a demora para agir, bem como a iniciativa de ações que atrasam a matéria de direitos dos imigrantes – como a Portaria Conjunta em questão – apenas demonstra ainda mais violação através de medida discriminatória, arbitrária e que deixa sem opção viável para aqueles que necessitam do auxílio BPC para uma vida digna. A longevidade da Portaria e o atraso da União para viabilizar o acesso ao BPC através de outros meios abrem precedentes para prejuízos à população imigrante do Brasil, visto que também haveria violação aos princípios fundamentais da isonomia, da dignidade humana e da eficiência administrativa.

Quanto à ilegitimidade passiva do réu, a Defensoria Pública alegou que o INSS é responsável pela análise e concessão do BPC, conforme estabelecido no art. 3º do Decreto nº 6.214/2007, resultando em responsabilidade e poder para julgar os documentos adotados, determiná-los e negá-los caso haja procedência para tal. No mais, fora demonstrado pela Defensoria que a lei 14.973/2024 não expressa em seu texto a necessidade de que os documentos biométricos citados sejam os únicos a serem adotados. Não apenas isso, como indica que haja a solicitação conforme, cito a lei 14.973: “nos termos de ato conjunto dos órgãos competentes”. Logo, a lei não exclui a possibilidade de que outros documentos sejam utilizados para solicitação do benefício caso haja regulamentação vigente e integralizada do órgão competente. Observa-se que não há inconstitucionalidade na lei, apenas em relação a Portaria Conjunta n. 28, que restringiu o texto legal para a aceitação de documentos que não se

encontram de fácil obtenção sem que haja plano secundário ou solução para os migrantes, violando a Constituição e o entendimento do STF quanto a decisão do Recurso Extraordinário n. 587.970/SP.

Resta contemplar que a Ação Civil foi homologada através do Acordo MDS/INSS/DPU n. 3/2025, no qual foi considerado o interesse das partes até que fosse formalizada uma solução viável para o atendimento aos imigrantes, sendo a defesa deles que motivou o processo e o seu andamento. O Acordo estabeleceu em sua Cláusula Segunda a possibilidade de uso do RNM e do Documento Provisório de Registro Nacional Migratório (DPRNM) para a solicitação do BPC até que sejam viáveis outras ferramentas que viabilizem a validação biométrica aos imigrantes residentes. Caso haja impossibilidade do registro biométrico do requerente em tais condições, será considerado o RNM ou o DPRNM de seu responsável legal. Em caso de responsável legal como brasileiro nato, será considerado o registro biométrico com base no art. 20 da Lei n. 8.742/1993.

As medidas adotadas pela Defensoria Pública visam a proteção do imigrante perante um Estado omisso que integra uma conduta contrária aos direitos estabelecidos, em especial a grupos vulneráveis e minoritários. Porém, para que consigamos destrinchar essa complexa teia de requisitos assistenciais, é necessário abordar mudanças e evoluções na gestão do BPC. Para isso, além das mudanças legislativas nas quais excluíram a participação dos imigrantes, a inclusão de medidas tecnológicas como a biometria e outros agentes, apesar de demonstrar a grande evolução na aplicação do direito e da administração pública, entra como um paradoxo da exclusão daqueles que não estão inseridos no meio digital e na inclusão facilitada.

3. MODELO DE GESTÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA E O REQUISITO DA COLETA BIOMÉTRICA

O Brasil sempre se mostrou na vanguarda quando o assunto é a integração da tecnologia com o acesso dos cidadãos aos serviços públicos. Para efeito de comparação com a Alemanha, que ainda mantém o uso do fax em seus órgãos, o Brasil foi pioneiro com a implementação do Pix, dos serviços disponíveis na plataforma Gov.br (tal qual a possibilidade de assinaturas digitais, que dispensam o reconhecimento de firma) e da solicitação de benefícios previdenciários inteiramente pelo celular, com o aplicativo Meu INSS. Porém, paradoxalmente, mesmo diante de tamanho avanço digital, a inclusão digital ainda é um dos maiores desafios a serem enfrentados neste século.

O atual modelo de gestão do BPC é fruto de aperfeiçoamentos realizados durante os anos 1990 e 2000. Sobretudo por ter uma dinâmica viva de mudanças, as quais acompanham a

sociedade e a evolução do direito como um todo, até o ano de 2024 era possível citar três grandes transformações que moldam o atual entendimento do benefício. São elas: a obrigatoriedade de inscrição no CadÚnico, a digitalização do atendimento ao cidadão por parte do INSS e a revisão dos benefícios a cada biênio (Paiva; Pinheiro, 2021, p. 13).

Adicionalmente a esses requisitos, em 23 de julho de 2025, o Poder Executivo publicou o Decreto nº 12.561, que regulamentou a Lei nº 15.077, a qual dispõe sobre a obrigatoriedade do cadastro biométrico para a concessão, manutenção e renovação de benefícios da seguridade social (Brasil, 2025). Em outras palavras, criou-se um quarto requisito para o recebimento do benefício, visando combater fraudes e garantir o acesso seguro a quem realmente precisa, segundo informações do próprio Governo Federal. Para tanto, o cidadão pode comprovar o cadastro biométrico por meio da CNH, do CIN ou do Título de Eleitor (Brasil, 2025). Existem, ainda, particularidades e regras de transição para esse novo requisito, as quais serão tratadas nos próximos capítulos.

É importante ressaltar que esse novo requisito reflete a tendência do Estado brasileiro de aliar tecnologia, cidadania e a coleta de dados biométricos. Tomando a Justiça Eleitoral como referência, a campanha de implementação da biometria alcançou a marca de 141.405.652 eleitores cadastrados. Para efeito de comparação, o total de eleitores aptos ao voto é de 158.864.999, de acordo com as estatísticas do eleitorado do Tribunal Superior Eleitoral (TSE); ou seja, 89,01% dos cidadãos aptos passaram pelo processo de cadastramento biométrico (Tribunal Superior Eleitoral, 2026). Além disso, após as recentes alterações promovidas pela Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), verificou-se um expressivo aumento na procura pela primeira habilitação no início de 2026. Somente no estado de São Paulo, durante o mês de janeiro, houve um acréscimo de 35% nos pedidos em comparação ao mesmo período do ano anterior, conforme dados do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran-SP) divulgados pelo portal de notícias G1 (G1, 2026). Contudo, ao mesmo tempo que a reforma do acesso à Carteira de Habilitação está sendo um fator determinante no aumento da procura, essa questão ainda não abarcou os imigrantes portadores de RNM. Visto que, nos portais eletrônicos de cadastro para o acesso de carteiras sociais, o campo de Cadastro de Pessoa Física (CPF) não admite os números e letras do Registro Migratório.

De tal sorte, não é coincidência que, nessa primeira fase da transição para o cadastro biométrico do BPC, haja a possibilidade de validação por meio do Título de Eleitor e da CNH. Adicionalmente, a CIN também passou por atualizações estruturais que visam à integração de serviços voltados ao exercício da cidadania e à conexão com plataformas digitais. De acordo com dados do Governo Federal, 45 milhões de pessoas já emitiram esse novo documento

(Brasil, 2026). Um dos pontos de destaque é a sua conexão direta com o aplicativo Gov.br que, além de disponibilizar a versão digital da carteira, constitui requisito essencial para o requerimento de benefícios previdenciários e assistenciais.

4. EXCLUSÃO DIGITAL COMO EFEITO COLATERAL DA DIGITALIZAÇÃO DA CIDADANIA

Ademais, um dos princípios basilares do Estado brasileiro é o do acesso à justiça e sua íntima relação com o exercício da cidadania, conforme preceitua o art. 1º da Constituição Federal de 1988. Com a paulatina ascensão das tecnologias de informação e da internet ao longo dos anos 2010, a vivência dessa cidadania passou a adquirir contornos no ambiente virtual. Em um primeiro momento, essa transição foi amplamente respaldada em razão de seu efeito facilitador diante da complexa burocracia nacional (Silva, 2021). Contudo, a despeito da louvável inovação, esse cenário esbarra na desigualdade social crônica que o país enfrenta desde o período colonial.

Nesse contexto, cabe destacar a recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) voltada à instituição de pontos de inclusão digital, os quais viabilizam a participação em audiências virtuais dentro de fóruns físicos e estabelecem a obrigatoriedade de permanência de servidores nessas unidades administrativas (Silva, 2021). Contudo, a despeito de tais iniciativas, dados de 2025 indicam que 5,1 milhões de domicílios no país ainda não possuíam acesso à internet, cenário motivado pela falta de letramento digital dos moradores, pelo alto custo de implementação da rede ou pela ausência de infraestrutura local (Silva, 2021).

Diante desse cenário, ao analisar o perfil do destinatário do Benefício de Prestação Continuada, conclui-se que a exclusão digital se agrava substancialmente. Isso ocorre porque o público-alvo do benefício é composto por idosos e pessoas com deficiência, somados a um contexto de extrema vulnerabilidade econômica, de modo que o acesso à internet torna-se um cenário ainda mais restrito.

Ao adentrar na análise do acesso aos serviços do INSS e de outras plataformas atreladas ao exercício da cidadania, faz-se indispensável abordar o funcionamento do sistema Gov.br e a sua relação com a exclusão da prática cidadã de migrantes e refugiados em território nacional.

Instituído pelo Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, no âmbito da antiga Plataforma de Cidadania Digital, o portal Gov.br foi criado com o intuito de unificar o acesso aos serviços públicos do Governo Federal por meio do ambiente virtual (Brasil, 2016). Para tanto, foram instituídos níveis de segurança para o acesso às plataformas, baseados no cruzamento

de dados públicos: a Conta Bronze representa o patamar inicial, seguida pelas contas Prata e Ouro.

Nessa lógica, para que o indivíduo obtenha acesso à Conta Bronze, faz-se necessária a validação por meio de verificação cruzada com o banco de dados da Receita Federal ou do INSS. Para a progressão à Conta Prata, exige-se a validação facial baseada no cruzamento de dados com a CNH ou a integração com dados de instituições bancárias credenciadas. Por fim, o nível de Conta Ouro é atingido quando o sistema realiza o cruzamento de dados com a Justiça Eleitoral ou por meio da validação com o CIN (Brasil, 2026).

Diante da lógica exposta, constata-se uma nítida barreira no acesso à cidadania por parte dos beneficiários do BPC, inclusive em relação aos migrantes. Ademais, embora para o protocolo inicial do requerimento junto ao INSS seja exigida apenas a Conta Bronze, operações de maior complexidade, como a assinatura digital de termos de responsabilidade ou o cumprimento de exigências administrativas, demandam credenciais de nível Prata ou Ouro.

Por fim, no tocante aos migrantes em território nacional que necessitam do BPC, a progressão para a Conta Prata é severamente obstaculizada pela resistência das instituições financeiras em abrir contas para imigrantes, seja em razão da falta de documentação local, de barreiras linguísticas, de preconceito ou até mesmo da excessiva burocracia relacionada à Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD).

Adicionalmente, as instituições bancárias justificam tais práticas de exclusão com fundamento na Instrução Normativa BCB nº 2, de 2020, a qual lhes confere autonomia para a requisição de documentos. Além disso, outro requisito para a obtenção da Conta Prata, qual seja, a Carteira Nacional de Habilitação, também se revela de difícil acesso, por demandar recursos financeiros, envolver burocracias relacionadas aos portadores do Registro Nacional Migratório e, ainda, estar sujeita a questões de ordem moral e psicológica, como o medo de dirigir.

5. DESAFIOS BUROCRÁTICOS E A EXCLUSÃO DIGITAL NO ACESSO DE IMIGRANTES AOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Aprofundando tal questão, além das dificuldades impostas pela interface digital, o avanço tecnológico na administração pública introduziu uma nova barreira de acesso aos direitos sociais: A exigência de identificação e validação biométrica para a concessão e manutenção de benefícios previdenciários e assistenciais, com a justificativa de combate a fraudes e de modernização da prova de vida, o INSS passou a exigir o cruzamento de dados biométricos com os bancos da Justiça Eleitoral e da Secretaria da Segurança Pública.

É evidente que para os imigrantes e refugiados essa exigência impõe um obstáculo difícil de ser superado por duas razões. A primeira decorre da incompatibilidade com o banco de dados – refugiados recém-chegados possuem muitas vezes apenas o documento provisório de solicitação de refúgio ou protocolos provisórios emitidos pela polícia federal. Assim, os cruzamentos automáticos do sistema são falhos, o que gera rejeição imediata dos requerimentos. A segunda razão está relacionada, às dificuldades de coleta e cadastramento biométrico, visto que imigrantes não naturalizados não votam, o que exclui em grande parte essa população do banco de dados biométricos do país. Dessa forma, sem a validação biométrica ocorre o indeferimento automático de requerimentos ou suspensão de benefícios essenciais como BPC/LOAS e o auxílio por incapacidade temporária.

Ainda que a legislação decline o repúdio à xenofobia e o fomento à regularização documental como princípios essenciais, as estruturas burocráticas municipais e federais impõem severos entraves à população deslocada. Exigências desproporcionais para a emissão e validação do CPF e da CRNM operam como mecanismos de exclusão administrativa e social. Sem esses registros civis válidos e plenamente processados pelas plataformas eletrônicas, o imigrante incorre em invisibilidade jurídica perante ao sistema previdenciário, sendo impedido de formalizar sua filiação ao RGPS ou de solicitar benefícios básicos de subsistência.

Historicamente, o tratamento jurídico conferido ao migrante internacional no Brasil oscilou entre o utilitarismo econômico – mão de obra estrangeira necessária para o projeto nacional – e a segurança nacional – quando os imigrantes eram vistos como potencial ameaça interna. Desde então, houve a necessidade de superar esses entraves ideológicos, assim, o ponto de partida para superação desse estigma se deu com a incorporação de tratados internacionais e com a vigência da lei de Migração, regulamentado pelo Decreto nº 12.657/2025, que instituiu a PNMRA.

Dentro da realidade social, a concretização desses direitos ainda encontra obstáculos, essencialmente, tratando-se de tratamento isonômico e proteção à dignidade, estatutos expressos na constituição federal de 1988. Entre os inúmeros entraves, destacam-se a excessiva burocratização dos procedimentos administrativos e a crescente digitação de serviços públicos, que embora concebida para promover eficiência administrativa, tem produzido novas formas de exclusão social para imigrantes e refugiados.

É visível que a exigência de acesso à internet, autenticação digital, validação biométrica e utilização de plataformas eletrônicas para obtenção de documentos básicos como CPF, Cadastro único e registros migratórios, cria obstáculos que frequentemente impedem a esse

público de terem acesso a direitos fundamentais e benefícios previdenciários, potencializando a vulnerabilidade social e a invisibilidade institucional.

Na prática, o acesso para solicitação da emissão de CPF, e plataformas como ‘’Meu INSS’’ exigem aparelhos tecnológicos e pacotes de dados que, frequentemente são inacessíveis aos refugiados de extrema vulnerabilidade, além de pressupor uma familiaridade digital e domínio da língua portuguesa, representando uma barreira substancial para esse público.

Ressalta-se que a ausência de atendimento presencial humanizado fomenta os próprios obstáculos causados pelos próprios sistemas informatizados e os softwares de gestão previdenciária, que se revelam estruturalmente falhos ao processar os dados específicos desses. São recorrentes as inconsistências de cadastros decorrentes da grafia de nomes sem padrão nacional, inversão de sobrenomes, ausência de filiação, dentre outros fatores.

Dessa forma, o novo sistema burocrático instaurado, mesmo com o objetivo de promover a inclusão e a otimização do atendimento, é responsável por excludentes e restrições ao acesso a direitos. A violência institucional camuflada de modernização digital impede que os refugiados tenham acesso a medidas assistenciais de emergência. Assim, é evidente que ocorre uma contradição: a tecnologia que deveria promover a inclusão social e o acesso universal, na prática, refinar os mecanismos de exclusão desse público.

6. O DEVER FUNDAMENTAL DE ACOLHIMENTO E PROTEÇÃO DE IMIGRANTES E REFUGIADOS

O direito previdenciário e assistência social integram o núcleo protetivo da seguridade social no Brasil, cujo a base constitucional está sobre o princípio dignidade da pessoa humana e universalidade de cobertura do atendimento. Observa-se que a instituição da Lei de Migração trouxe uma mudança significativa, substituindo o Estatuto do Estrangeiro de 1980 por uma abordagem pautada na efetivação dos direitos humanos. Nesse contexto, o acolhimento de imigrantes e refugiados constitui um dever fundamental do Estado, impondo não apenas autorização de permanência, mas também o dever de garantir acesso efetivo aos direitos sociais e aos serviços públicos.

O dever fundamental de acolhimento e de proteção traduz-se na obrigação positiva do Estado em fornecer condições materiais e jurídicas dignas para integração, subsistência e resguardo das populações deslocadas. Sendo assim, nota-se que o acolhimento deve ser caracterizado como um imperativo constitucional, ligando ao princípio da primazia dos direitos humanos e da solidariedade internacional.

No âmbito jurídico brasileiro, esse dever de proteção impõe que a Administração Pública não se limite apenas a permitir a entrada ou permanência do indivíduo em deslocamento forçado, mas que possua uma atuação mais ativa e acolhedora voltada a assegurar o efetivo acesso aos direitos fundamentais, garantindo que formalismos administrativos e barreiras tecnológicas não impeça a rede de proteção social.

É sob essa perspectiva de dever fundamental de proteção que a exigência generalizada de validação biométrica pelo INSS deve ser contestada. Embora a utilização de mecanismos biométricos seja justificada pela necessidade de prevenção de fraudes e melhoria da gestão administrativa, sua implementação não pode ignorar as condições específicas de grupos vulneráveis como imigrantes e refugiados. Muitos desses indivíduos chegam ao Brasil sem documentação completa, encontrando inúmeras dificuldades na regularização migratória, nesse caso, a imposição da identificação biométrica como condicionante necessária para a análise, concessão e manutenção de benefícios previdenciários e assistenciais entra em rota de colisão direta com o princípio do acolhimento e de proteção aos direitos fundamentais.

Dessa forma, ao instituir uma ferramenta digital que pressupõe um alinhamento cadastral perfeito entre diferentes bancos de dados, o Estado ignora a realidade documental fragmentada que indivíduos refugiados estão inseridos, desconsiderando sua condição de hipossuficiência e vulnerabilidade social. Nesse aspecto, é notório que a biometria deixa de representar apenas um instrumento de segurança administrativa e torna-se um mecanismo de exclusão ao acesso de direitos básicos.

Portanto, o cumprimento efetivo do dever de acolhimento exige que a gestão previdenciária adapte suas exigências tecnológicas considerando as particularidades que emergem do contexto de vulnerabilidade de imigrantes e refugiados. Dessa maneira, a adoção de procedimentos simplificados com mecanismo alternativos de identificação e atendimento presencial acessível, constitui uma medida indispensável para a concretização da isonomia material. É necessário que a modernização digital atue como meio de ampliação ao acesso de direitos e, não como barreiras que potencializam a exclusão social e a violação da dignidade humana.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, através do presente artigo, que o dever fundamental de acolhimento e proteção de imigrantes e refugiados não se limita à autorização de ingresso ou permanência em território nacional. Trata-se de uma obrigação positiva mais ampla, que exige a criação de condições efetivas e concretas para a efetivação dos direitos fundamentais. Nesse sentido, o

estudo evidencia que a proteção prevista no ordenamento jurídico só se torna efetiva quando o público-alvo consegue acessar os serviços públicos essenciais, de forma prática e sem obstáculos burocráticos.

Todavia, verificou-se que no caso concreto, a crescente digitalização da Administração Pública associada ao uso predominante de plataformas eletrônicas e à exigência de validações biométricas veem criado entraves que afetam diretamente a população imigrante. As dificuldades para obtenção de documentos básicos aliada a barreiras linguísticas, limitação de acesso ao uso de tecnologia evidenciam que nem toda modernização vem acompanhada de medidas aptas a garantir a inclusão de grupos mais vulneráveis.

Em decorrência disso, o cenário atual se revela preocupante, uma vez que o acesso à documentação constitui requisito indispensável para o acesso a benefícios assistenciais e à proteção previdenciária. Essa preocupação é potencializada diante da crescente exigência de validação biométrica nos procedimentos administrativos previdenciários para concessão ou manutenção de auxílios.

É nesse contexto que a Ação Civil Pública assume papel de fundamental relevância. A ACP se coloca como um mecanismo apto a enfrentar violações estruturais que afetam a coletividade de imigrantes e refugiados. Isso porque as barreiras decorrentes da exigência de validação biométrica associada às dificuldades documentais, tecnológicas e linguísticas atingem grupos inteiros que se encontram em situação semelhante de vulnerabilidade. Nesse sentido, a atuação da Defensoria Pública da União é essencial para assegurar o acesso à justiça e combater práticas administrativas excludentes, sendo um importante instrumento para efetivação de direitos fundamentais quando permite que o princípio da dignidade da pessoa humana supere o plano normativo.

Desse modo, a efetividade do dever de acolhimento e proteção ao imigrante e refugiado exige não apenas políticas públicas inclusivas, mas também mecanismos capazes de corrigir práticas administrativas excludentes e que dificultem o acesso a direitos fundamentais. Assim, a ACP se destaca como importante instrumento de tutela coletiva que visa o controle de medidas potencialmente supressivas, como a exigência de validação biométrica para concessão de benefícios previdenciários. Por fim, evidencia-se a função do Estado em assegurar que a modernização administrativa esteja orientada pelo princípio da igualdade, da dignidade da pessoa humana e universalidade da proteção social, de modo que a tecnologia funcione como ferramenta de inclusão e, não como meio excludente ao exercício de direitos.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Em observância aos princípios de transparência, integridade acadêmica e ética na pesquisa científica, declara-se que ferramentas de Inteligência Artificial Generativa (IA) foram integradas ao processo de desenvolvimento deste trabalho. O emprego dessas tecnologias restringiu-se estritamente às etapas de suporte técnico, refinamento linguístico e formatação de dados. Para a revisão ortográfica, correção de concordância e sugestões de estilo e fluidez textual, foi utilizada a ferramenta Google Gemini, com o intuito de garantir a impessoalidade científica e a coesão entre os parágrafos. Complementarmente, utilizou-se a ferramenta OpenAI ChatGPT com a finalidade exclusiva de configurar, padronizar e estruturar tecnicamente as referências bibliográficas de acordo com as diretrizes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O uso das referidas tecnologias limitou-se ao aperfeiçoamento da forma e da apresentação do texto, de modo que toda a fundamentação teórica, análise crítica, articulação jurídica, estruturação de argumentos e redação original foram concebidas e desenvolvidas integralmente pelos autores.

REFERÊNCIAS

ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados). Resumo executivo. [S.l.]: ACNUR, [s.d.]. Disponível em: ACNUR - Resumo Executivo. Acesso em: 7 jun. 2026.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 jun. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 6.214, de 2007**. Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: Planalto – Decreto nº 6.214/2007. Acesso em: 7 jun. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 12.561, de 23 de julho de 2025**. Regulamenta o art. 1º da Lei nº 15.077, de 27 de dezembro de 2024, para dispor sobre o cadastro biométrico obrigatório para concessão, manutenção e renovação de benefícios da seguridade social de competência da União. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2025/decreto-12561-23-julho-2025-797778-publicacaooriginal-175984-pe.html. Acesso em: 8 jun. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 12.657, de 2025**. Regulamenta as diretrizes da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (PNMRA). Brasília, DF: Presidência da República, 2025.

BRASIL. Justiça Federal da 3ª Região. **Ação Civil Pública n. 5011720-56.2024.4.03.6000**. Campo Grande, MS, 2024. Acesso em: 7 jun. 2026.

BRASIL. **Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1991. Disponível em: Planalto – Lei nº 8.213/1991. Acesso em: 7 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Brasília, DF: Presidência da República, [2017]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 5 jun. 2026.

BRASIL. **Lei n.º 14.973, de 16 de setembro de 2024**. Estabelece regime de transição para a contribuição substitutiva prevista nos arts. 7º e 8º da Lei n.º 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e para o adicional sobre a Cofins-Importação, entre outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/ficha/?%2Flegisla%2Flegislacao.nsf%2FViw_Identificacao%2Flei+14.973-2024=&OpenDocument=. Acesso em: 7 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Nova Carteira de Identidade Nacional (CIN) alcança 45 milhões de pessoas e amplia o acesso ao número de identificação único no Brasil**. Brasília, DF: Governo Digital, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/noticias/nova-carteira-de-identidade-nacional-cin-alcanca-45-milhoes-de-pessoas-e-amplia-o-acesso-ao-numero-de-identificacao-unico-no-brasil. Acesso em: 8 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Por quem foi criado o GOV.BR?** Brasília, DF: GOV.BR, [2026]. Central de Atendimento GOV.BR. Disponível em: https://acesso.gov.br/faq/_perguntasdafaq/porquemfoicriado.html. Acesso em: 8 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). **Cadastro biométrico passa a ser obrigatório para novos pedidos de benefícios no INSS**. Brasília, DF: INSS, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/inss/pt-br/assuntos/cadastro-biometrico-passa-a-ser-obrigatorio-para-novos-pedidos-de-beneficios-no-inss. Acesso em: 8 jun. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Instituto Nacional do Seguro Social. **Portaria Conjunta MDS/INSS n. 28, de 25 de julho de 2024**. Altera a Portaria Conjunta MDS/INSS n. 3, de 21 de setembro de 2018. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ed. 143, p. 23, 26 jul. 2024. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-conjuta-mds/inss-n-28-de-25-de-julho-de-2024-574532182. Acesso em: 7 jun. 2026.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário n. 587.970/SP (Tema 173 da Repercussão Geral)**. Relator: Min. Marco Aurélio. Brasília, DF, julgado em 20 abr. 2017. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/tema.asp?num=173. Acesso em: 7 jun. 2026.

PAIVA, Andrea Barreto de; PINHEIRO, Marina Brito. **BPC em disputa**: como alterações regulatórias recentes se refletem no acesso ao benefício. Brasília, DF: IPEA, 2021. (Texto para Discussão, n. 2703). Disponível em: https://doi.org/10.38116/td2703. Acesso em: 8 jun. 2026.

KRAINSKI, Luiza Bittencourt. **Desafios no acesso às políticas públicas por migrantes e refugiados**. In: Extensão universitária e produção do conhecimento: experiências e aprendizados compartilhados. 2022.

NOGUEIRA, Sophia de Azevedo. **Política migratória brasileira: a busca pela efetivação dos direitos fundamentais de imigrantes e refugiados no Brasil**. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2025.

PATRIARCA, Paola. **Busca pela primeira CNH aumenta 25% no estado de SP em janeiro, aponta Detran; alta foi de 35% na capital**. G1 SP, São Paulo, 2 fev. 2026. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2026/02/02/busca-pela-primeira-cnh-aumenta-25percent-no-estado-de-sp-em-janeiro-aponta-detran-alta-foi-de-35percent-na-capital.ghtml. Acesso em: 8 jun. 2026.

SILVA, Camila Fernandes da. **Do analfabetismo digital e o acesso à justiça**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito, Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2025. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/retrieve/ec6bb31a-97b9-40b6-b326-852bc2054e3d/30301.pdf. Acesso em: 8 jun. 2026.

SOUZA, Francisca Bezerra de. **Refugiados em Mato Grosso do Sul: o mito do acolhimento**. Campo Grande: Pimenta Cultural, 2021.

SPOSATI, Aldaíza. **A assistência social em trajetória: tendências e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2010.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Estatísticas do Eleitorado: eleitorado mensal**. Brasília, DF: TSE, 2026. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleitor-eleitorado-mensal/home. Acesso em: 8 jun. 2026.

CAPÍTULO XXXI

DA DETENÇÃO AO RECONHECIMENTO: ATIVISMO MIGRANTE QUEER E CONTESTAÇÃO DAS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS DA ADMINISTRAÇÃO TRUMP

FROM DETENTION TO RECOGNITION: QUEER MIGRANT ACTIVISM AND THE CONTESTATION OF THE TRUMP ADMINISTRATION'S IMMIGRATION POLICIES

DOI: 10.51859/amplla.mig854.1126-31

Isabella Fernandes Moreira Fontaniello
Nathália Cordeiro
Raissa Wihby Ventura

RESUMO

Este artigo analisa como o *Queer Detainee Empowerment Project* (QueerDep) contestou as políticas da administração Donald Trump (2017-2021) a partir da publicização de casos de migrantes LGBTQIA+ submetidas à detenção, à deportação e ao abandono institucional. Mobilizando a literatura sobre migrações *queer* e homonacionalismo, argumenta que os casos de Johana Medina Leon, Roxana Hernández e Yimy são mobilizados não apenas como exemplos de violência estatal, mas como contranarrativas por meio das quais a organização disputa o silenciamento administrativo dessas trajetórias e a legitimidade do regime de detenção migratória. A análise documental baseia-se em medidas federais e nas plataformas digitais da QueerDep.
Palavras-Chave: Migrações queer; Detenção migratória; Refúgio LGBTQIA+; Administração Trump.

ABSTRACT

This article analyzes how the *Queer Detainee Empowerment Project* (QueerDep) contested the policies of the Donald Trump administration (2017–2021) through the publicization of cases involving LGBTQIA+ migrants subjected to detention, deportation, and institutional abandonment. Drawing on the literature on queer migration and homonationalism, it argues that the cases of Johana Medina Leon, Roxana Hernández, and Yimy are mobilized not only as examples of state violence, but as counter-narratives through which the organization challenges the administrative silencing of these trajectories and the legitimacy of the immigration detention regime. The document analysis is based on federal measures and QueerDep digital platforms.
Keywords: Queer migration; Immigration detention; LGBTQIA+ asylum; Trump administration.

1. INTRODUÇÃO

A imigração ocupa posição central no debate público dos Estados Unidos, mas essa centralidade nunca operou de maneira uniforme. Em diferentes momentos históricos, determinados grupos migrantes foram associados à ameaça, à insegurança e à desordem, em enquadramentos que legitimaram políticas de restrição, detenção e deportação. Essa seletividade indica que a figura do migrante perigoso não é simplesmente constatada pelo

Estado. Ela é produzida por discursos, imagens e práticas institucionais que distribuem a vulnerabilidade de forma desigual entre nacionalidades, raças, classes, gêneros e sexualidades (Luibhéid; Chávez, 2020).

Durante a campanha presidencial de 2016 e ao longo de seu mandato, Donald Trump reativou esse repertório ao associar migrantes latino-americanos à criminalidade, à violência e à ameaça à prosperidade nacional (Rosa; Dauer, 2021; Contrera; Mariano; Menezes, 2021). Nos termos de Ahmed (2000), o estranho não é apenas alguém desconhecido, mas alguém previamente reconhecido como estranho no próprio ato de sua identificação. Essa formulação permite compreender como certos corpos são fixados no lugar do risco e como práticas de controle passam a aparecer, retrospectivamente, como respostas necessárias a uma ameaça apresentada como anterior à própria operação que a constitui.

Este artigo argumenta que, na administração Trump, a construção do migrante como ameaça não pode ser separada da regulação de gênero e sexualidade. A literatura sobre migrações *queer* mostra que fronteiras, pertencimento, cidadania e refúgio são atravessados por concepções normativas de família, sexualidade e identidade de gênero (Luibhéid, 2008; Luibhéid; Chávez, 2020). A partir do conceito de homonacionalismo, formulado por Puar (2007), o artigo analisa como a incorporação seletiva de certos sujeitos LGBTQIA+ ao imaginário nacional pôde coexistir com a exclusão de corpos migrantes racializados, precarizados e estrangeirizados. Migrantes *queer* ocupam precisamente essa zona de tensão. Podem ser reconhecidos como sujeitos de proteção em razão da sexualidade ou da identidade de gênero, ao mesmo tempo que permanecem submetidos à vigilância, à detenção e à ameaça de deportação em razão de sua condição migratória.

Com base nesse enquadramento, propomos analisar como o *Queer Detainee Empowerment Project*, organização dedicada ao apoio jurídico, comunitário e político de migrantes LGBTQIA+ submetidos à detenção migratória, interpretou e respondeu às políticas migratórias da administração Trump entre 2017 e 2021. O objetivo não é mensurar os impactos dessas políticas sobre a população migrante LGBTQIA+ em geral, mas compreender como uma organização de defesa de migrantes *queer* construiu narrativas de denúncia e resistência diante das transformações do sistema migratório norte-americano.

Para isso, são examinadas medidas federais registradas no Federal Register e materiais publicados pela QueerDep em seu site institucional e em seu Instagram. O levantamento identificou 408 publicações produzidas entre 2016 e 2021. Deste conjunto, foram selecionadas para análise as publicações relacionadas às políticas migratórias da administração Trump, especialmente aquelas voltadas ao refúgio, à detenção e à deportação. Desse recorte, foram

selecionados os casos de Johana Medina León, Roxana Hernández e Yimy por sua centralidade nas campanhas da organização, ilustrando a letalidade do sistema até as táticas cotidianas de sobrevivência. O material foi examinado por meio de análise documental de fontes digitais, com uma leitura qualitativa e interpretativa, buscando compreender como a organização constrói enquadramentos públicos sobre violência institucional, pertencimento e proteção de migrantes LGBTQIA+.

Embora a literatura sobre migração *queer* tenha documentado amplamente os efeitos da detenção migratória sobre pessoas LGBTQIA+, ainda são menos frequentes estudos dedicados às estratégias discursivas mobilizadas por organizações comunitárias na construção pública dessas experiências.

A pergunta que orienta as páginas que seguem é a seguinte: c*omo uma organização de defesa de migrantes queer interpreta e contesta um regime de controle migratório que fixa o migrante como figura de perigo e, simultaneamente, condiciona o reconhecimento de sujeitos LGBTQIA+ à sua incorporação seletiva à comunidade nacional.* A seção seguinte analisa a articulação entre política migratória, gênero e sexualidade durante a administração Trump. Em seguida, o artigo examina as respostas da QueerDep e os casos de Johana Medina Leon, Roxana Hernández e Yimy, nos quais se torna visível a disputa simultânea pelo reconhecimento de mortes silenciadas pelo aparato administrativo e pela contestação da legitimidade do próprio dispositivo de detenção. Na conclusão retomamos o percurso argumentativo proposto pelo texto.

2. POLÍTICAS MIGRATÓRIAS, GÊNERO E SEXUALIDADE DURANTE A ADMINISTRAÇÃO TRUMP

Durante a campanha presidencial de 2016, Donald Trump fez da imigração um dos eixos mais visíveis de sua plataforma política, articulando a promessa de construir um muro na fronteira com o México ao compromisso de deportar milhões de imigrantes indocumentados. Ao lado do slogan "*Make America Great Again*", a palavra de ordem "Build the Wall" condensou a associação entre mobilidade internacional, crime, insegurança e ameaça à comunidade nacional (Rosa; Dauer, 2021). Uma vez eleito, Trump converteu esse repertório em política de Estado. Como observa Lind (2019), o presidente recorria sistematicamente a imagens de criminalidade e violência para representar a imigração como risco, produzindo menos uma descrição empírica do que uma resposta afetiva de medo e ameaça (Contrera; Mariano; Menezes, 2021, p. 4).

Ao fixar antecipadamente certos corpos no lugar do perigo, esse discurso torna politicamente aceitável medidas que, em outros termos, exigiram justificação fática mais robusta. Uma vez normalizada a equivalência entre migrante e risco, a administração Trump ampliou mecanismos de controle fronteiriço e restringiu o acesso à proteção internacional por meio de deportações em larga escala, redução do número de pessoas refugiadas admitidas, restrições à entrada de cidadãos de países de maioria muçulmana, ameaça de encerramento do Deferred Action for Childhood Arrivals (DACA), intensificação do policiamento na fronteira entre Estados Unidos e México e implementação da política de separação familiar (Kaba, 2019; Bolter et al., 2022).

Esse conjunto de iniciativas, contudo, não afetou a população migrante de maneira uniforme. É precisamente nesse ponto que gênero e sexualidade se tornam centrais para compreender como se define o sujeito figurado como perigo a ser combatido. O mesmo governo que produzia o migrante latino-americano como ameaça criminal também impulsionava uma agenda conservadora voltada a restringir direitos associados a gênero e sexualidade, com medidas relativas à identidade de gênero, à orientação sexual, ao serviço militar de pessoas trans, ao acesso a vistos por parceiros do mesmo sexo e ao financiamento de políticas de saúde sexual e reprodutiva (Kornhaber, 2024). Tomadas isoladamente, essas iniciativas poderiam parecer exteriores à política migratória. Lidas em conjunto, indicam que a normatividade de gênero e sexualidade não constitui um tema paralelo à construção do migrante como ameaça, mas uma de suas gramáticas constitutivas. A definição de quem pertence ao corpo nacional passa, simultaneamente, pela regulação da mobilidade, da sexualidade, da conformidade de gênero, da origem nacional e da legalidade migratória.

A literatura sobre "homonacionalismo" permite precisar essa articulação. Puar (2007) mostra que a incorporação de determinados sujeitos LGBTQIA+ ao projeto nacional não decorre necessariamente de uma expansão universal de direitos, mas de um processo seletivo no qual a inclusão de alguns corpos *queer* depende da produção simultânea de outros corpos, racializados e estrangeirizados, como ameaças a serem contidas. Embora formulado originalmente a partir do nacionalismo norte-americano pós-11 de setembro e da retórica da guerra ao terror, o conceito ajuda a nomear uma lógica análoga no regime doméstico de detenção migratória. Nesse caso, a incorporação seletiva de certos sujeitos *queer* à comunidade nacional convive com a produção de outros como exteriores a ela, agora pelo critério da condição migratória, e não apenas pela origem nacional ou religiosa.

Sob essa perspectiva, perguntar se a administração Trump foi favorável ou contrária aos direitos LGBTQIA+ formula mal o problema, na medida em que pressupõe que reconhecimento

e exclusão operem como alternativas. A questão mais precisa é saber a que custo, e em contraste com quais sujeitos, certos corpos LGBTQIA+ podem ser incorporados à comunidade nacional, enquanto outros permanecem submetidos à vigilância, à precarização jurídica, à detenção e à ameaça de deportação. Migrantes *queer* ocupam justamente essa zona de tensão. Sua sexualidade ou identidade de gênero pode ser reconhecida como fundamento de proteção, mas sua condição migratória os mantém expostos a dispositivos de controle que limitam ou anulam essa mesma proteção.

Como argumenta França (2017), a incorporação dos direitos sexuais aos discursos democráticos contemporâneos não elimina processos de exclusão, podendo coexistir com formas de racialização, securitização e controle das populações migrantes. Essa coexistência explica por que organizações de defesa de migrantes LGBTQIA+ identificaram nas políticas da administração Trump um padrão específico de dano, irredutível tanto ao impacto sobre a população migrante quanto ao impacto sobre a população LGBTQIA+ doméstica. Segundo a *Immigration Equality* (2020), desde a década de 1990 os Estados Unidos haviam se consolidado como um dos principais destinos para solicitantes de refúgio que fugiam de perseguição motivada por sexualidade ou identidade de gênero. Sob a administração Trump, esse histórico de relativa proteção foi revertido por disposições que restringiram a elegibilidade de imigrantes LGBTQIA+ ao refúgio e reduziram seu acesso a benefícios e proteções essenciais.

Entre as numerosas disposições adotadas no período, três foram selecionadas para esta análise porque aparecem reiteradamente nas campanhas e denúncias produzidas pela QueerDep. A primeira, Procedures for *Asylum and Withholding of Removal; Credible Fear and Reasonable Fear Review,* de 2020, redefiniu o conceito de refúgio em termos restritivos, reduzindo a proteção disponível para solicitantes LGBTQIA+. A segunda, *os Migrant Protection Protocols* (MPP), de 2019, conhecidos como “Permanecer no México”, determinou que imigrantes aguardassem seus processos do lado mexicano da fronteira, expondo migrantes *queer* a riscos agravados de violência e abuso. A terceira, os *Asylum Cooperative Agreements* (ACAs), também de 2019, autorizou autoridades estadunidenses a devolver determinados solicitantes de refúgio a países terceiros, inclusive países com histórico de criminalização ou violência sistemática contra pessoas LGBTQIA+ (Immigration Equality, 2020; Federal Register, 2024). Em conjunto, essas três disposições exemplificam o argumento desenvolvido nesta seção. O reforço dos dispositivos de controle migratório recaiu de modo desproporcional sobre sujeitos cuja vulnerabilidade resulta da combinação entre condição migratória, sexualidade e identidade de gênero.

O contexto político e institucional reconstituído nesta seção não constitui apenas um pano de fundo. Ele é o próprio objeto que as campanhas da QueerDep interpretam e contestam, em especial no que diz respeito à distribuição desigual entre incorporação e exclusão que a literatura sobre homonacionalismo permite nomear. A seção seguinte examina as respostas da organização às transformações do sistema migratório norte-americano para, na sequência, analisarmos como essa exclusão seletiva incide sobre os casos de Johana Medina Leon, Roxana Hernández e Yimy.

3. CONTRANARRATIVAS *QUEER* ÀS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS DE TRUMP

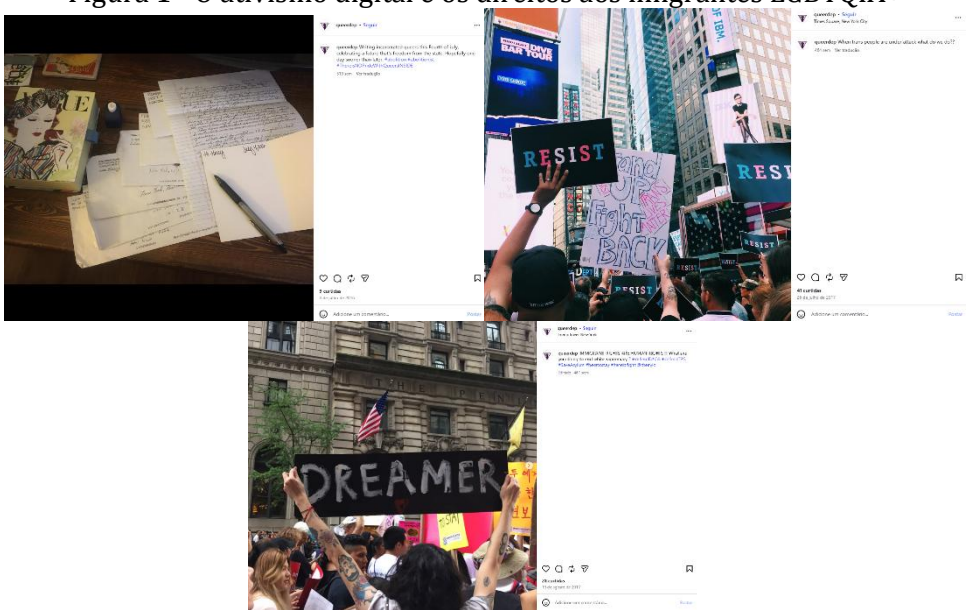
O QueerDep é uma organização comunitária que, segundo sua apresentação institucional, "trabalha para criar um mundo onde lésbicas, gays, bissexuais, *queer*, trans, não-bináros, intersexuais, detentos HIV+, pessoas sem documentos e imigrantes possam perseguir suas próprias visões e sonhos sem medo de violência estrutural ou violência devido à sua raça, status, orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero" (QueerDep, 2024, s.p.). A formulação já nomeia a chave interpretativa da organização: a violência contra migrantes LGBTQIA+ não é tratada como desvio pontual da política migratória, mas como estrutural, distribuída de forma diferencial conforme raça, status documental e gênero. Entre suas principais ações estão o apoio jurídico a imigrantes *queer* em centros de detenção e, na saída desses espaços, referências para acesso a serviços médicos, moradia, transporte, apoio econômico e legal, além do arquivamento de pedidos de refúgio (I-589) e de autorização de emprego (I-765). A organização busca ainda produzir mudança sistêmica por meio do Community Organizing Program, voltado à abolição do Immigration and Customs Enforcement (ICE), à contenção da expansão carcerária e à formação de lideranças migrantes LGBTQIA+, com atenção priorizada a mulheres trans, mulheres cis e pessoas não-binárias (QueerDep, 2024, s.p.). O apoio jurídico-assistencial, portanto, não se separa do horizonte abolicionista, ambos operam como faces de uma mesma crítica ao aparato de detenção e deportação como tecnologia de gestão diferencial da vida migrante.

As análises desenvolvidas nesta seção baseiam-se nas publicações produzidas pela organização entre 2016 e 2021, examinadas como documentos institucionais por meio dos quais a QueerDep interpreta e disputa publicamente os significados das políticas migratórias da administração Trump.

A primeira publicação do QueerDep data de 4 de julho de 2016, com um cenário de cartas e uma caixa estampada com capa da Vogue, mencionando "celebrando um futuro que é a

liberdade do estado". A escolha da data, o dia da independência norte-americana, e do vocabulário de liberdade nacional antecipa a operação retórica que a organização repetirá adiante, a de disputar os termos em que "liberdade" e "nação" podem incluir corpos *queer* e migrantes, em vez de apenas endossá-los. A partir dessa publicação inaugural, o ativismo digital da organização se intensifica. Um dos primeiros posicionamentos a nomear explicitamente Trump refere-se ao banimento de pessoas trans no serviço militar, medida que impulsionou manifestações organizadas em torno da frase "quando pessoas trans estão sob ataque, o que fazemos??", acompanhada de cartazes com a palavra "resiste" (QueerDep, 2017). Diante da tentativa de encerramento do DACA, a resposta articula imigração e raça de modo direto, "OS DIREITOS DOS IMIGRANTES SÃO DIREITOS HUMANOS!! O que você está fazendo para acabar com a supremacia branca?" (QueerDep, 2017), deslocando o debate sobre documentação migratória para o campo mais amplo da branquitude como estrutura de poder.

Figura 1 - O ativismo digital e os direitos aos imigrantes LGBTQIA+



Fonte: QueerDep, 2016.

A organização também se posicionou ativamente durante as tentativas de Trump de redefinir o conceito de refúgio. Ao mesmo tempo em que celebrava a anulação da regra que obrigava imigrantes a solicitar refúgio primeiro em outro país, o QueerDep alertava sua audiência sobre a proposta de proibição de pedidos de refúgio fundamentados em orientação sexual e identidade de gênero. Sob a hashtag #FightForAsylum, afirmou, "se essa proposta entrar em vigor, milhares de requerentes de refúgio, incluindo pessoas LGBTQIA+, terão seu direito negado e serão enviados de volta para condições perigosas" (QueerDep, 2020). A justaposição entre comemoração e alerta revela uma leitura da política de refúgio como campo

não linear, no qual avanços pontuais convivem com a reintrodução de critérios de exclusão sobre outras bases identitárias.

A análise das publicações do QueerDep sugere que a organização não se limitava a divulgar informações sobre políticas migratórias ou oferecer apoio comunitário. Suas intervenções buscavam construir interpretações específicas sobre as medidas da administração Trump, articulando imigração, raça, gênero, sexualidade e direitos humanos em uma gramática política coesa. Nesse processo, a organização operava simultaneamente como espaço de denúncia, mobilização, acolhimento e produção de visibilidade para migrantes LGBTQIA+, deslocando a categoria de "reação" para a de enunciação política, na qual cada publicação funciona como intervenção discursiva sobre os próprios termos em que corpos migrantes *queer* podem ser pensados como sujeitos de direito.

Essa atuação pode ser lida à luz da distinção que França (2017) estabelece entre o *reconhecimento jurídico do refúgio* e a *produção concreta dos sujeitos* que esse reconhecimento pressupõe. Isto é, entre a norma que declara quem tem direito à proteção e o trabalho político anterior que torna certas vidas legíveis como merecedoras dela. Ao divulgar trajetórias marcadas por violência, deslocamento e sobrevivência, a QueerDep não apenas denunciava violações específicas. Ela também intervinha na definição pública de quem conta como sujeito de direitos nos debates sobre migração, sexualidade e cidadania, deslocando para o centro de sua narrativa institucional experiências habitualmente relegadas às margens da cena pública. Esse deslocamento não tem apenas uma função retórica. Ao compartilhar histórias de sobrevivência, campanhas de solidariedade e iniciativas de apoio mútuo, a organização produziu formas de pertencimento e reconhecimento que se opunham tanto à figuração do migrante *queer* como vítima passiva quanto à sua representação como ameaça à ordem nacional. Embora pareçam antagônicas, essas duas imagens compartilham uma mesma operação de abstração, com consequências políticas importantes, na medida em que ambas dispensam a organização de responder à singularidade das vidas que governam.

É precisamente essa operação que a crítica de Ahmed (2000) permite nomear. Para a autora, tratar o outro a partir da definição genérica de sua alteridade, e não das circunstâncias particulares do encontro que o produz como tal, equivale a transformá-lo em fetiche, abstraindo-o das relações concretas em que sua diferença é vivida e historicamente constituída (Ahmed, 2000, p. 143). O mesmo mecanismo que sustenta a figura do estrangeiro perigoso, discutida nas seções anteriores, também sustenta, de modo simétrico, a imagem do migrante *queer* como vítima a ser salva, ambas as figuras dependem da mesma operação de fixação prévia que Ahmed identifica como constitutiva do encontro fetichizado. Em ambos os casos, a

particularidade biográfica e política do sujeito é apagada em favor de um tipo fixado de antemão pelo discurso que o convoca. Ao narrar trajetórias singulares de violência e sobrevivência, em vez de mobilizar a categoria abstrata do migrante *queer* como classe de risco, a QueerDep contesta precisamente esse apagamento. Essa contestação, contudo, não abandona a dimensão coletiva da reivindicação, na medida em que as histórias compartilhadas são sistematicamente articuladas a campanhas públicas e demandas dirigidas ao Estado, o que evita que a recusa da abstração resvale para o individualismo despolitizado.

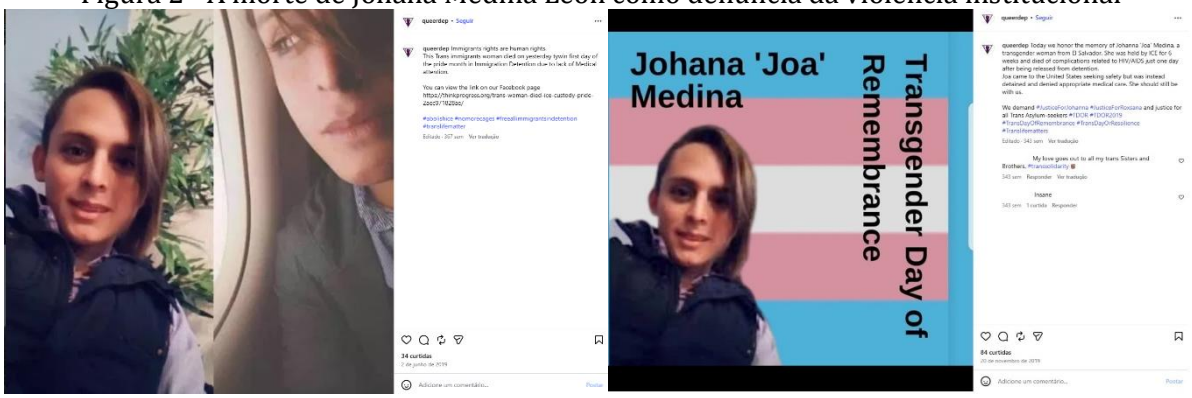
A recusa da abstração, combinada à manutenção da reivindicação coletiva, distingue a estratégia discursiva da organização de uma narrativa puramente humanitária ou compassiva, cujo efeito poderia restringir-se à comoção diante do sofrimento alheio sem tocar as estruturas que o produzem. Ao inscrever as trajetórias individuais que divulga em um quadro mais amplo de crítica às políticas migratórias, a QueerDep articula reconhecimento biográfico e reivindicação política em um mesmo gesto, retomando, no plano da prática discursiva, a distinção de França entre reconhecimento formal e produção do sujeito reconhecível. Suas publicações, portanto, não devem ser lidas apenas como registros documentais de violências sofridas, mas como intervenções deliberadas na disputa sobre quem deve ser incluído, e em que termos, no horizonte de proteção que o próprio Estado reivindica oferecer. Essa estratégia aparece com especial clareza nos casos de Johana Medina León, Roxana Hernández e Yimy, que serão tratados mais detidamente na seção seguinte. Os enquadramentos construídos pela QueerDep dialogam com diagnósticos já identificados pela literatura sobre migrações *queer*, especialmente quanto à produção diferencial da vulnerabilidade em contextos de detenção, à precarização do acesso à proteção e às formas pelas quais sujeitos LGBTQIA+ negociam reconhecimento e sobrevivência em regimes migratórios restritivos (Balaguera, 2023; Bhagat, 2018; Luibhéid; Chávez, 2020). Os casos analisados permitem observar como esses processos assumem configuração específica nas estratégias narrativas mobilizadas pela organização. Vejamos, com mais atenção, suas histórias e enquadramentos.

4. JOHANA MEDINA LEÓN: CUIDADO NEGADO E MORTE PASSÍVEL DE LUTO

Johana León tornou-se um dos principais símbolos mobilizados pela QueerDep para denunciar os efeitos humanos da detenção migratória. Em uma publicação acompanhada pela imagem de uma jovem dentro de um avião, a organização afirma que “esta mulher trans imigrante faleceu ontem, no primeiro dia do mês do orgulho (1º de junho de 2019), enquanto estava detida em uma instalação de imigração devido à falta de atendimento médico adequado”.

Em outra postagem, lamentava que “Joa veio aos Estados Unidos em busca de segurança, mas, em vez disso, foi detida e teve negado o atendimento médico adequado. Ela deveria estar conosco ainda” (QueerDep, 2019). Mais do que comunicar uma morte, essas publicações enquadraram sua trajetória como resultado de falhas institucionais relacionadas ao cuidado e à proteção de migrantes LGBTQIA+.

Figura 2 - A morte de Johana Medina León como denúncia da violência institucional



Fonte: QueerDep, 2016.

Detida em um centro privado de detenção no Novo México, Johana encontrava-se em uma instituição conhecida por denúncias de cuidados médicos inadequados, retaliação, uso ilegal de confinamento solitário, assédio sexual, discriminação e abuso contra migrantes LGBTQIA+. Sob custódia do ICE desde abril de 2019, buscava proteção internacional com base no medo crível de perseguição em El Salvador. Ao longo de mais de seis semanas de detenção, realizou sucessivos pedidos de atendimento médico e apresentou agravamento progressivo de seu quadro clínico. Apenas após relatar dores no peito e outros sintomas graves, em 28 de maio de 2019, foi encaminhada ao hospital. Na mesma data, o ICE processou sua liberdade condicional, e Johana faleceu poucos dias depois, em decorrência de complicações relacionadas ao HIV/AIDS (Kesslen, 2019; Cahill; Pettus, 2020).

O interesse analítico desse caso está no modo como a QueerDep constrói sua memória pública, articulando luto, denúncia e responsabilização institucional diante das condições de confinamento migratório. Em suas publicações, a demora no atendimento médico, a vulnerabilidade da migrante e a busca por proteção que motivou sua chegada aos Estados Unidos tornam-se elementos centrais da crítica. Com isso, o foco se desloca do ato administrativo da detenção, considerado isoladamente, para sua incidência sobre corpos já situados em posições estruturais de desvantagem social, econômica e política. A detenção deixa, então, de aparecer como evento jurídico pontual e passa a ser compreendida como processo cujos efeitos se acumulam sobre vulnerabilidades preexistentes.

Por meio desse enquadramento, a QueerDep não apenas substitui um vocabulário por outro. Ela reconfigura o próprio objeto, e também o sujeito, do debate. Em vez de privilegiar os aspectos jurídicos do pedido de refúgio ou da tramitação administrativa da detenção, a organização destaca a busca por segurança, a negação de cuidados médicos e a perda de uma vida que poderia ter sido preservada. Desse modo, retira a detenção do registro técnico-administrativo em que o Estado tende a inscrevê-la e a reinscreve no campo da responsabilidade política diante de uma pessoa concreta. Produz-se, assim, uma crítica normativa que não se limita à denúncia de negligência médica, mas questiona a legitimidade do dispositivo de confinamento que tornou tal negligência possível.

A leitura proposta dialoga com estudos que mostram como pessoas trans e solicitantes de refúgio LGBTQIA+ são frequentemente expostas a formas específicas de violência institucional ao longo de suas trajetórias migratórias. À medida que corpos trans atravessam instalações de detenção, abrigos e rotas migratórias, multiplicam-se experiências marcadas por vigilância, contenção e precarização. São modalidades de controle que incidem sobre o corpo trans com intensidade e efeitos distintos daqueles impostos a outros corpos migrantes. Como observam Balaguera (2023) e Bhagat (2018), pessoas *queer* e trans encontram-se desproporcionalmente expostas a instituições coercitivas que, em vez de neutralizar vulnerabilidades preexistentes, frequentemente as aprofundam. A detenção, portanto, não opera como dispositivo neutro de gestão migratória, mas como mecanismo que reproduz e intensifica desigualdades estruturadas por gênero e sexualidade.

Também se torna alvo de crítica, nessas narrativas, a justificativa humanitária mobilizada para legitimar a detenção. Conforme destaca Balaguera (2023), o discurso institucional apresenta a detenção como instrumento destinado a organizar ou acelerar processos migratórios, isto é, como medida administrativa supostamente orientada à própria solicitante. Seus efeitos, contudo, podem comprometer precisamente o reconhecimento político e humano que tal justificativa afirma garantir. A trajetória de Johana é mobilizada pela QueerDep para explicitar a contradição interna desse discurso, segundo a qual o dispositivo apresentado como proteção converte-se, na prática, em mecanismo de exposição ao risco que deveria evitar.

Nesse ponto, a literatura sobre necropolítica oferece uma chave interpretativa relevante. Mais do que designar exclusivamente a produção direta da morte física, a necropolítica diz respeito à constituição de populações diferencialmente expostas ao abandono, à precarização e à violência (Mbembe, 2018). Segundo Broqua et al. (2020), esse processo pode se manifestar pela deterioração gradual das condições de vida de determinados grupos, transformando a

vulnerabilidade em característica persistente de sua existência histórica. Para Bhagat (2018), a articulação entre sexualidade, raça, classe e mobilidade produz paisagens político-econômicas nas quais populações *queer* enfrentam formas específicas de abandono e exclusão.

Essa exposição diferencial ao abandono não decorre apenas da condição migratória de Johana, tomada isoladamente, mas da posição que ocupa na distribuição desigual que Puar (2007) descreve. Sua incorporação ao território nacional não se deu nos termos em que se realiza a incorporação seletiva de sujeitos LGBTQIA+ legíveis como próximos ao ideal de cidadania branca, de classe média e alinhada a valores nacionalistas. Johana chega como solicitante de refúgio, racializada e latino-americana, e é precisamente essa posição que torna sua morte sob custódia administrativamente tratável como rotina, e não como falha excepcional.

Mesmo sem recorrer explicitamente a esse vocabulário, a QueerDep apresenta os casos que divulga por meio de narrativas marcadas por abandono institucional, negação de cuidados e exposição à morte. Essas narrativas excedem o diagnóstico da necropolítica e encontram na noção de passibilidade de luto, formulada por Butler (2009), uma chave interpretativa complementar. Para a autora, o reconhecimento de uma vida como passível de luto depende de enquadramentos que distribuem desigualmente sua apreensão como vida que importa (Butler, 2009, p. 14-15). Ao narrar a morte de Johana em termos de afeto, perda e cuidado negado, e não segundo a gramática administrativa do Estado, a QueerDep reivindica para essa morte o estatuto de perda publicamente lamentável, frequentemente recusado pelos enquadramentos jurídico-migratórios.

5. ROXANA HERNÁNDEZ: APAGAMENTO DOCUMENTAL E RESPONSABILIZAÇÃO ESTATAL

Com Roxana Hernández ampliamos o padrão denunciado para além de um caso individual. Mulher trans hondurenha, Roxana morreu após permanecer sob custódia migratória nos Estados Unidos. Segundo os materiais mobilizados pela QueerDep, registros audiovisuais produzidos durante sua detenção foram destruídos pelo ICE mesmo após determinações para sua preservação (Kesslen, 2019; Cahill; Pettus, 2020). Ao aproximar os casos de Johana e Roxana, a QueerDep não soma duas tragédias individuais. Ela constrói uma série, operação pela qual a recorrência do dano deixa de ser lida como exceção administrativa e passa a ser interpretada como traço estrutural dos sistemas de detenção e fiscalização migratória. *Essa operação não repete, sob outra forma, a abstração que se buscou recusar. A diferença está na direção do movimento, e não em sua ausência: a abstração contestada parte de*

uma categoria prévia e externa, a do migrante como classe de risco, e nela encaixa biografias que ela antecede e excede. A série construída pela QueerDep, ao contrário, parte das biografias e delas extrai um padrão, de modo que a generalização permanece ancorada nos nomes, nas datas e nas circunstâncias de cada caso, e não os substitui por um tipo abstrato anterior a eles.

O apagamento dos registros de Roxana opera, nesse sentido, como inverso simétrico da visibilidade concedida pelo Estado a sujeitos LGBTQIA+ cuja existência é publicamente celebrada como marcador de tolerância nacional. Enquanto a inclusão seletiva descrita por Puar (2007) depende da visibilidade de certos corpos queer como prova da generosidade do regime, a vida e a morte de Roxana são tratadas como matéria descartável, cuja própria documentação pode ser eliminada sem custo político.

Figura 3 - A morte de Roxana Hernández e a negligência na detenção migratória



Fonte: QueerDep, 2016.

O repertório analisado sugere, contudo, que a denúncia da QueerDep não se restringe à morte biológica. Suas publicações também chamam atenção para formas cotidianas de invisibilização e apagamento vivenciadas por migrantes *queer* durante a detenção. Nessa direção, o caso de Yimy torna-se particularmente relevante. Em uma publicação, Yimy aparece identificada como "amada integrante da comunidade, artista drag e sobrevivente", acompanhada da informação de que estava sob custódia do ICE desde novembro de 2019, havia interrompido o uso de hormônios e escondia sua identidade de gênero e orientação sexual por medo de perseguição (QueerDep, 2020).

6. YIMY: SOBREVIVÊNCIA, OCULTAÇÃO E VIOLÊNCIA COTIDIANA

Já a narrativa de Yimy, diferentemente de Johana e Roxana, não se organiza em torno da morte, mas da sobrevivência. Ainda assim, a publicação evidencia os custos impostos pelo confinamento migratório à expressão da identidade de gênero e da sexualidade. *A* interrupção

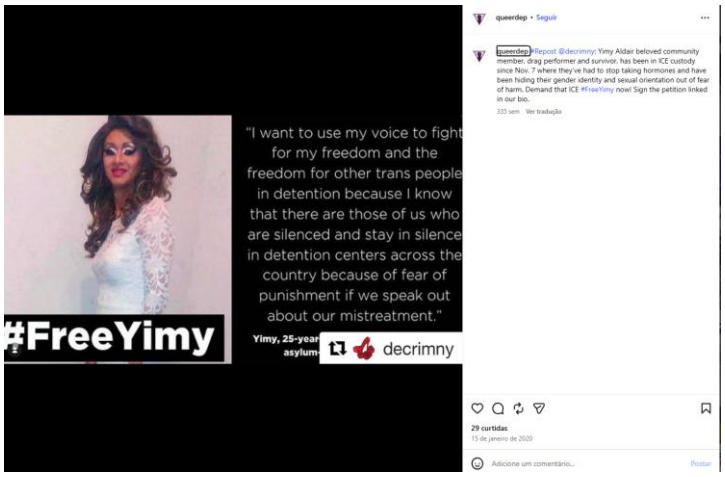
do uso de hormônios e a ocultação da identidade de gênero, embora reunidas na mesma publicação, correspondem a duas modalidades distintas de violência. A primeira é imposta a Yimy pela própria estrutura de confinamento, que replica, em registro menos letal, mas não menos sistemático, o padrão de negligência médica já identificado no caso de Johana. A segunda é uma resposta ativa de Yimy a essa estrutura, uma estratégia de proteção construída sob coerção severa, e não um efeito passivo da detenção sobre seu corpo. Como argumentam Zarco Ortiz e Chacón Reynosa (2020), as fronteiras não atuam apenas sobre a circulação territorial dos indivíduos, mas também sobre seus corpos e formas de existência. Ocultar a própria identidade torna-se, nesse contexto, uma estratégia de proteção diante de estruturas percebidas como ameaçadoras, e não mero efeito colateral da detenção.

No relato sobre Yimy, o mecanismo de fixação do estranho, que Ahmed (2000) descreve a propósito da nacionalidade e do pertencimento territorial, encontra um correlato no terreno do gênero e da sexualidade. Os processos de estranhamento que incidem sobre Yimy não decorrem apenas de sua condição migratória, mas também da forma como gênero e sexualidade são lidos, dentro do próprio espaço de detenção, como marcas adicionais de inadequação. É nesse sentido estendido, e não no sentido original do conceito, que se pode dizer, com Ahmed (2000), que as fronteiras do pertencimento são continuamente produzidas pela definição daqueles que aparecem como corpos deslocados ou inadequados à ordem social.

A necessidade de ocultar a identidade de gênero e a orientação sexual marca, com particular nitidez, a distância entre a posição de Yimy e a dos sujeitos *queer* cuja visibilidade é instrumentalizada como prova de inclusão nacional, nos termos descritos por Puar (2007). Se a incorporação homonacionalista depende da exibição pública de determinadas identidades LGBTQIA+ como sinal de progresso civilizacional, a sobrevivência de Yimy depende exatamente do movimento inverso, o apagamento voluntário daquilo que, em outro contexto, seria celebrado como evidência de tolerância.

A própria publicação que relata o caso de Yimy reverte, em alguma medida, a lógica que descreve. Ao apresentá-la publicamente como artista drag e sobrevivente, a QueerDep restitui, no espaço da divulgação, a visibilidade que a detenção a obrigou a suprimir. Essa restituição não anula a violência sofrida, mas indica que a estratégia discursiva da organização, identificada nos casos de Johana e Roxana como reivindicação de luto público para mortes silenciadas, opera também no registro da sobrevivência, como reivindicação de visibilidade pública para identidades que o confinamento exigiu ocultar.

Figura 4 - A detenção migratória e apagamento da identidade *queer*



Fonte: QueerDep, 2020.

Lidas à luz de Ahmed (2000) e Butler (2009), esses modos de narrar e de enquadrar mostram que a estratégia discursiva da QueerDep não consiste apenas em substituir uma imagem negativa por outra mais positiva. Ao narrar trajetórias concretas de migrantes *queer*, a organização desloca o foco da figura abstrata do "imigrante ilegal" para sujeitos identificáveis, marcados por relações comunitárias, projetos de vida e experiências de vulnerabilidade. O deslocamento, porém, não opera apenas no plano da representação. Ao tornar essas vidas passíveis de luto público, no caso das mortes de Johana e Roxana, e ao restituir publicamente a visibilidade que a detenção exigiu suprimir, no caso da sobrevivência de Yimy, a organização disputa os critérios pelos quais certas perdas e violências são nomeadas como tais, enquanto outras permanecem social e administrativamente desconsideradas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo argumentou, com base em Ahmed (2000), que a figura do "migrante perigoso" é produzida discursivamente e legitima políticas de controle direcionadas a determinados corpos. A administração Trump constituiu um caso paradigmático dessa dinâmica, evidenciando que gênero e sexualidade não operam como agendas paralelas à política migratória, mas como dimensões constitutivas da produção diferencial do pertencimento. À luz do conceito de homonacionalismo (Puar, 2007), mostrou-se que o mais relevante não está em saber se o governo Trump foi favorável ou contrário aos direitos LGBTQIA+, mas em compreender quais sujeitos LGBTQIA+ puderam ser incorporados à comunidade nacional e quais permaneceram excluídos. Migrantes *queer*, especialmente pessoas trans solicitantes de refúgio, ocupam essa posição de tensão, na qual o reconhecimento da identidade não se converte necessariamente em proteção. Examinar a atuação da QueerDep permitiu observar,

nos três casos analisados, o reverso da incorporação seletiva descrita por Puar (2007). Abandono institucional, apagamento documental e ocultação da identidade recaem sobre migrantes queer excluídas dos termos da inclusão homonacionalista. Para além de denunciar violações ou oferecer apoio comunitário, a organização reconfigura o sentido político da detenção migratória ao inscrevê-la no campo da responsabilidade estatal. Nos casos de Johana Medina León e Roxana Hernández, essa estratégia reivindica, nos termos de Butler (2009), o reconhecimento público de vidas que os enquadramentos jurídico-migratórios tendem a tornar não enlutáveis. O caso de Yimy, por sua vez, indicou que a mesma lógica de reconhecimento desigual opera mesmo quando a morte não está em jogo, na medida em que a ocultação da identidade de gênero durante a detenção aparece como resposta a uma vulnerabilidade institucionalmente produzida.

Essa interpretação dialoga de modo direto com a produção recente sobre migrações queer e refúgio LGBTQIA+. Um primeiro conjunto de pesquisas identifica, sobretudo na dimensão burocrática e documental do controle imigratório, formas sistemáticas de exclusão institucional. Seo (2025) e Garcia Rodriguez e Giametta (2024) mostram que os regimes de refúgio operam sob uma lógica hostil que situa o refúgio em um contínuo de violências institucionalizadas e racializadas, no qual as identidades de gênero e sexualidade que atravessam essas trajetórias são sistematicamente invalidadas pelos critérios de credibilidade e elegibilidade. Os casos aqui analisados corroboram esse diagnóstico, mas o deslocam do momento da avaliação do pedido de refúgio para o interior dos regimes de fronteiras e confinamento. Nesse ponto, o artigo se aproxima de um segundo conjunto de estudos, que desloca a análise da esfera burocrática para a dimensão física da detenção. Zarco Ortiz e Chacón Reynosa (2020) e Balaguera (2023) demonstram que as políticas de segurança de fronteira e os centros de detenção funcionam como tecnologias de precarização que expõem corpos dissidentes à violência institucional, produzindo (e distribuindo) a vulnerabilidade que depois administram. A contribuição deste artigo em relação a essa literatura reside menos na descrição desses mecanismos, já bem estabelecida, do que na análise do trabalho político que se faz sobre eles. Se essas pesquisas explicam como a vulnerabilidade *queer* é institucionalmente produzida, a atuação da QueerDep mostra como essa produção pode ser nomeada, documentada e convertida em objeto de responsabilização. Isto é, como organizações migrantes transformam o diagnóstico da precarização em gramática de reivindicação. O artigo opera, assim, uma articulação entre duas agendas que não se encontram com frequência, a literatura sobre violência institucional contra migrantes *queer* e os estudos sobre repertórios de ação coletiva

migrante, sugerindo que os enquadramentos alternativos da detenção constituem o elo entre ambas.

Convém, por fim, delimitar o alcance do que propusemos. Ao concentrar-se na atuação de uma única organização, este artigo não pretendeu oferecer um diagnóstico abrangente do ativismo migrante LGBTQIA+ nem mensurar os impactos das políticas da administração Trump sobre essa população. Seu objetivo foi compreender como um ator específico constrói formas de interpretar e contestar a violência institucional, produzindo enquadramentos alternativos para a detenção migratória. Embora seus resultados não sejam diretamente aplicáveis a outras organizações ou contextos nacionais, a análise evidencia mecanismos discursivos que podem orientar investigações comparativas futuras sobre ativismo migrante, sexualidade e políticas de fronteira. Ao recusar a abstração que precede e substitui a biografia, sem abandonar a generalização que dela emerge, esse repertório permite que migrantes queer apareçam como sujeitos de reivindicação política, e não apenas como objetos de proteção ou suspeita.

REFERÊNCIAS

AHMED, S. **Strange Encounters**. London: Routledge, 2000.

BALAGUERA, M. Trans-asylum. **Ethnic and Racial Studies**, v. 46, n. 9, p. 1791-1811, 2023.

BHAGAT, A. H. Queer necropolitics of forced migration. **Sexualities**, v. 23, n. 3, p. 361-375, 2018.

BOLTER, J.; ISRAEL, E.; PIERCE, S. **Four Years of Profound Change**. Immigration Policy Institute, 2022. Disponível em: migrationpolicy.org/research/four-years-change-immigration-trump. Acesso em: 3 jul. 2024.

BROQUA, C. et al. Queer necropolitics of asylum. **Global Public Health**, p. 1-17, 2020. Disponível em: doi.org/10.1080/17441692.2020.1851744. Acesso em: 6 jul. 2024.

CAHILL, S.; PETTUS, M. **Policy Brief**. Boston: The Fenway Institute, 2020. Disponível em: fenwayhealth.org/wp-content/uploads/TFIP-37_Policy-Brief-Cover-Trump-Biden-LGTQIA-equality-HIV-health-and-racial-justice-Full-Brief.pdf. Acesso em: 6 jul. 2024.

CONTRERA, F.; MARIANO, K.L.P.; MENEZES, R.G. Retórica da ameaça e securitização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 37, 2022.

FEDERAL REGISTER. **Executive Office of the President**. Disponível em: https://www.federalregister.gov/. Acesso em: 14 jun. 2024.

FRANÇA, I.L. "Refugiados LGBTI". **Cadernos Pagu**, n. 50, e175006, 2017.

GARCÍA RODRÍGUEZ, D. Critiquing Trends and Identifying Gaps in the Literature on LGBTQ Refugees and Asylum-Seekers. **Refugee Survey Quarterly**, v. 42, n. 4, p. 518-541, 2023.

GARCIA RODRIGUEZ, D.; GIAMETTA, C. Queer asylum. **International Migration**, v. 62, p. 232-236, 2024.

IMMIGRATION EQUALITY. **End Trump Asylum and Immigration Policies That Severely Harm LGBTQ and HIV-Positive Immigrants**. 2020. Disponível em: immigrationequality.org/press/press-releases-2/end-trump-asylum-and-immigration-policies-that-severely-harm-lgbtq-and-hiv-positive-immigrants. Acesso em: 5 jul. 2024.

KABA, A. J. United States immigration policies in the Trump era. **Sociology Mind**, v. 9, n. 4, p. 316-349, 2019.

KESSLEN, B. Transgender asylum-seeker dies after six weeks in ICE custody. **NBC News**, 2019. Disponível em: nbcnews.com/news/us-news/transgender-asylum-seeker-dies-after-six-weeks-ice-custody-n1012956. Acesso em: 6 jul. 2024.

KORNHABER, S. Trump's plan to police gender. **The Atlantic**, 2024. Disponível em: theatlantic.com/magazine/archive/2024/01/trump-lgbtq-transgender-community-protections/676139. Acesso em: 5 jul. 2024.

LIND, D. "Immigrants are coming over the border to kill you" is the only speech Trump knows how to give. **Vox**, 2019. Disponível em: vox.com/2019/1/8/18174782/trump-speech-immigration-border. Acesso em: 3 jul. 2023.

LUIBHÉID, E. Queer/Migration. **GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies**, v. 14, n. 2, p. 169-190, 2008.

LUIBHÉID, E.; CHÁVEZ, K.R. **Queer and Trans Migrations**. Urbana: University of Illinois Press, 2020.

MBEMBE, A. Necropolítica. Tradução de Renata Santini. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

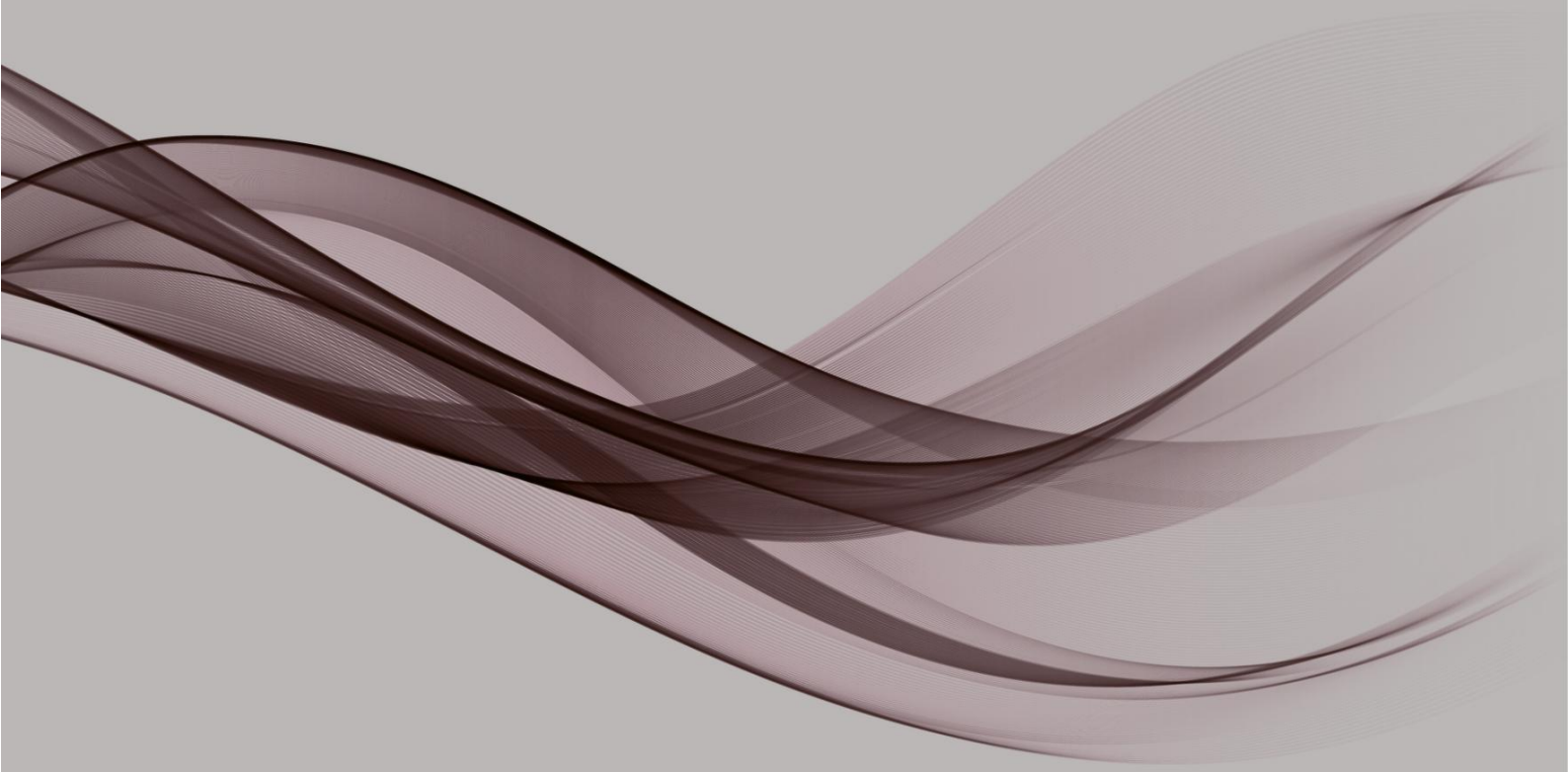
PUAR, J. K. **Terrorist Assemblages**. Durham: Duke University Press, 2007.

QUEER DETAINEE EMPOWERMENT PROJECT. [@queerdep]. **Instagram**, 2024. Disponível em: instagram.com/queerdep. Acesso em: 1 jul. 2024.

ROSA, W.T.; DAUER, G.R. "Os muros" do governo Trump. In: CRUZ, S.C.V.; BOJIKIAN, N.M. (org.). **De Trump a Biden**. São Paulo: Ed. Unesp, 2021. p. 83-107.

SEO, J. Sexualities Across Borders. **Sex & Sexualities**, v. 1, n. 1, p. 119-127, 2025.

ZARCO ORTIZ, E.A.; CHACÓN REYNOSA, K.J. Dispositivos de segurança e sexualidade na fronteira sul do México. **Tabula Rasa**, v. 34, n. 1, p. 153-172, 2020.



9 786553 813854